

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

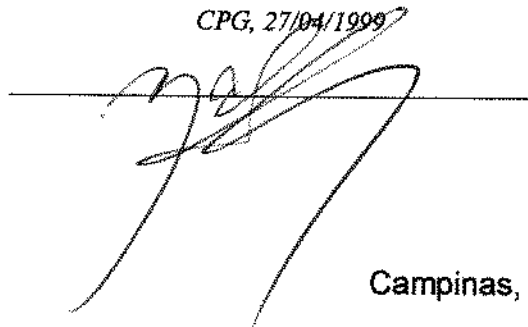
A INSERÇÃO DE FEIRA DE SANTANA (BA)
NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA
E DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL

Rossine Cerqueira da Cruz

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr.
Wilson Cano.

*Este exemplar corresponde ao original da tese
defendida por **Rossine Cerqueira da Cruz** em
27/04/1999 e orientada pelo Prof. Dr. Wilson
Cano.*

CPG, 27/04/1999

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be the name of the author, Rossine Cerqueira da Cruz.

Campinas, 1999

UNIDADE	B6
Nº CHAMADA	TI UNICAMP
	C 889i
V. EX.	
TOMBO BCI	27934
PROC.	
C	☐
D	☒
FREQ	89 11.00
DATA	17/06/99
Nº CPO	

CM-00124164-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

C889i Cruz, Rossine Cerqueira da
A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional/ Rossine Cerqueira da Cruz. – Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador: Wilson Cano
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Economia regional. 2. Feira de Santana (BR) – Industrialização. 3. Feira de Santana (BR) – Condições sociais. 4. Feira de Santana ((BR) – Condições econômicas. I. Cano, Wilson. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

À Olindina,

Natália,

Renato, Rossine Jr.,

Nadja e Ricardo.

RESUMO

Esta tese analisa o processo de desenvolvimento sócio-econômico de Feira de Santana (BA). Tendo como referência os processos de **desconcentração econômica** e de **integração produtiva** analisa a inserção desse município nas principais tendência de desenvolvimento do capital e mostra que Feira foi beneficiária de um processo de **desconcentração industrial** que dinamizou e integrou comercial e produtivamente a periferia nacional, nas últimas décadas. Todavia, o debilitamento do Estado nacional e as políticas neoliberais desde os anos 80 vem reduzindo fortemente a possibilidade de se continuar fazendo políticas articuladas, voltadas para o desenvolvimento local ou regional. A partir da segunda metade dos anos 80, com o aumento da incerteza macroeconômica e as rápidas transformações produtivas, financeiras e organizacionais no cenário econômico e político internacional e nacional, modificaram-se as estratégias dos investidores no país, implicando ajustamentos assimétricos na matriz produtiva brasileira.

A intensidade e a qualidade dos investimentos realizados no Centro Industrial do Subaé, via sistema de incentivos 34/18 e FINOR, em que pese ter promovido transformações estruturais importantes na economia *feirense*, foi insuficiente para induzir a generalização das relações capitalistas de produção e o rompimento com a tradição e o "arcaico" das estruturas locais. Ao mesmo tempo, os investimentos públicos não foram suficientes para modificar a situação da maioria da população, no que tange a saúde, educação e condições de habitação, etc.

A adoção, por parte dos governos da União e dos Estados brasileiros, de políticas vinculadas aos atuais movimentos de globalização financeira e regionalização dos mercados, tende a impedir que ocorra uma expansão econômica nacional e regionalmente integradora, tolhendo o processo de desenvolvimento das áreas periféricas do país, como é o caso de Feira de Santana. Nesse contexto, a simples adoção de políticas locais/regionais com vistas à modernização competitiva está fadada ao fracasso, na ausência de uma coordenação nacional. Como existem limites quase intransponíveis no campo político-institucional, para soluções locais de transformação produtiva, em regiões de industrialização retardatária., o "culto ao poder local" vem implicando tensões sociais e econômicas entre municípios e estados da federação, com aprofundamento da segregação espacial inter-regional e intra-urbana.

ABSTRACT

This thesis analyzes the process of socioeconomic development of Feira de Santana (Bahia). It analyzes the insert of that municipal district in the main tendency of development of the capital. The basic references are the **economic disconcentration** and **productive integration processes**. It shows that, in the last decades, Feira was benefited by an industrial disconcentration process, that improved and integrated the national periphery, commercially and productively. The weakening of the national State and the neoliberal policies have reduced the possibility of the articulated actions in order to promote the local or regional development. Since the second half of the 80's, the fast transformations on the financial and organizational fields, in the national and international economic and political scenery, have caused changes in the investors' strategies as well as asymmetric adjustments in Brazilian productive structure.

The systems 34/18 and FINOR were the largest incentives to most of the investments accomplished in CIS. Although having promoted important structural transformations in the *feirense* economy, it was insufficient to induce the generalization of the capitalist relationships of production and break the tradition and "archaic" structures. At the same time, the public investments were not enough to modify the situation of most of the population in matters of health, education and habitation conditions, etc.

The Federal Government and Brazilian States economic policies are adapted to cope with the current movements of financial globalization and the regionalization of the markets. It tends to avoid a national economic expansion and a large regional integration, hindering the process of development of the outlying areas, as it is the case of Feira de Santana. Thus, on the absence of a national coordination, the simple minded adoption of the local and regional policies which seeks for competitive modernization is destined to failure. There are limits almost unreached in the political-institutional field, for the solutions of local productive transformation, in areas of late industrialization. So, the "local power" fad has implied social and economic tensions in the national space, with deepening of the inter-regional and intra-urban space segregation.

AGRADECIMENTOS

O texto que ora apresento para apreciação e crítica é o resultado de mais de dois anos de trabalho, depois de outros dois anos de frequência às salas de aula do Instituto de Economia da UNICAMP, onde convivi com os colegas da pós-graduação e professores. Apesar de escrito na primeira pessoa do singular, este trabalho não chegaria ao seu final se não contasse com o incentivo e a colaboração direta e indireta de diversas pessoas, a quem pretendo registrar meus agradecimentos.

Primeiramente, ao Professor Wilson Cano que desde cedo me convenceu que valeria a pena investir no estudo das transformações sócio-econômicas de Feira de Santana. Sou grato por sua paciência com meus limites teóricos, por sua amizade, por ter depositado sua confiança em minha capacidade de trabalho, por sua conduta sempre crítica e perspicaz contra as injustiças sociais e econômicas e, principalmente, por sua incansável disposição para o trabalho acadêmico, comprometido com a construção de uma Universidade transformadora. Em decorrência de sua arguta orientação, atribuo ao Professor Wilson Cano, mais do que orientador, companheiro nesta jornada, a maioria dos méritos deste trabalho, isentando-o das possíveis falhas, que são de minha inteira responsabilidade.

Devo externar meus agradecimentos aos Professores Otaviano Canuto e Carlos Américo Pacheco, pelo incentivo, pelas críticas e sugestões ao trabalho em sua fase inicial. Ao Pacheco, com quem tive o prazer de trabalhar no NESUR. Ao Otaviano, por seu apoio e amizade, por sua solidariedade nordestina, nos momentos difíceis quando exercia a coordenação da Pós-Graduação e depois, pelos conhecimentos que me transmitiu.

Agradeço, também, ao Professor Wilson Suzigan. Tive o privilégio de ter sido seu aluno e muito me impressionou seus conhecimentos e principalmente sua conduta responsável como pesquisador e docente. Sua competência, simplicidade, amizade e solidariedade tornam o ambiente acadêmico muito mais agradável e desafiante.

A convivência com os colegas da pós-graduação foi muito gratificante. Em diversos momentos, no Instituto de Economia e nos bate-papos informais, foi importante o companheirismo e a amizade que conseguimos construir. Gostaria de agradecer, correndo o risco de omitir nomes importantes, aos companheiros José Buffon, Reynaldo, Renato, Mauro, Silvio, Hermes, Zuza, Josmar, Estevam, e Ricardito.

Agradeço ao corpo técnico do CEDOC e do NPD do Instituto de Economia. Agradeço, também, à Tereza e à Dora, da FECAMP, e ao pessoal da Secretaria da pós-graduação, especialmente à Cida e Alberto. Sempre bem humorados, simpáticos e solícitos, facilitaram, encaminharam soluções e resolveram problemas.

À André e Ana Cláudia, em Feira de Santana ou em São Paulo, proporcionaram-nos momentos de descontração. Em nossas “reuniões paulistas” – aqui com a alegre presença de Zé Carlos – um violão, uma canção, uma cerveja, “jogando conversa fora”... e a metrópole tornava-se menos fria. A “fundação” do nosso “consulado *feirense*”, para as cidades de Campinas e São Paulo, só foi possível por causa do pioneirismo e da alegria de Elizete e João Rocha que, arregimentaram o batalhão de pós-graduandos baianos nessas cidades. Mais tarde, vieram Roberval, Dagoberto, Lilian, Gilmário... Tivemos o prazer de conhecer Tétis, que, apesar de paulista, foi incorporada à nossa representação *feirense*. Wilson Pereira, para além das palavras de apoio, precisou munir-se de muita paciência para ler os originais, apontar erros e sugerir aperfeiçoamentos. Muito obrigado, por tudo.

Agradeço, também, a Anael, Ana Rita e Roberto Lima, Marlene Hurst, Edgar Porto, Cezar Vaz e Dermeval (aliás, Macalé), pela contribuição em diversos momentos da elaboração do texto, pelo fornecimento de informações essenciais, em alguns casos obtidas com o sacrifício de horas de trabalho ou de lazer, pelo simples prazer de servir. Muito obrigado por tudo, companheiros.

À Rosembergue e Olívia, pelo incentivo nos momentos finais. Aceitei de bom grado as brincadeiras que visavam descontraí-me no momento de tensão e angústia, característico de todo fim de trabalho. Pelo mesmo motivo, agradeço à Walter Demétrio. Novamente, à Macalé, pela

paciente leitura dos originais, pelas críticas e sugestões em parte incorporadas ao texto. À Gilcélia Pires, que alertou-me sobre os erros cometidos na primeira versão do *abstract* (*I exempt her from the remaining mistakes*). À Nacelice, por seu apoio sempre que precisei deslocar-me à Feira de Santana, residindo em Campinas, e depois por ceder-me parte do material que havia trabalhado em sua dissertação de mestrado.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS, que tiveram a coragem e a confiança de me dispensar das atividades docentes, para a realização desta tese e que tiveram paciência para aguardar sua construção, assumindo minhas atribuições durante o tempo em que estive afastado. À Reitoria e Vice da UEFS que, dentro do possível, esforçou-se para que eu pudesse concluir este trabalho. Agradeço, pelo mesmo motivo à Marcos, Ulisses, Vera e Roberto.

À João Damásio, companheiro em diversas jornadas, desde o curso de mestrado na UFBA passando pela fundação e consolidação do GERI, agradeço pela amizade e por ter acreditado em meu trabalho, incentivando meu ingresso no programa de doutoramento do Instituto de Economia da UNICAMP. À José Sérgio Gabrielli, professor e companheiro de outras tantas jornadas, pelo incentivo desde os momentos iniciais e por ter me indicado ao programa.

Aos cidadãos brasileiros anônimos que, com seus impostos custearam parte das minhas despesas, através do Programa de Incentivo à Capacitação Docente – PICD – da CAPES, durante os anos em que morei e estudei em Campinas.

Finalmente, devo registrar minha dívida e gratidão a Natália, Ricardo, Nadja, Renato e Júnior, queridos companheiros, inseparáveis em todos estes anos. Mais que um agradecimento, devo-lhes desculpas pelos momentos difíceis que lhes proporcionei. Sem o amor, companheirismo, compreensão, apoio e solidariedade que conseguimos aprender a praticar juntos (e que recebi mais do que dei ou pratiquei), nada disto teria sido possível. À Olindina, minha mãe, princípio de tudo, devo-lhe também desculpas, por minha longa ausência.

ÍNDICE ANALÍTICO

	Página
Resumo / Abstract	i
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas, Gráficos e Quadros	viii
 INTRODUÇÃO	 I
 Capítulo I – O RESSURGIMENTO DA QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL	 11
1. O Pós-Guerra, a Redemocratização e os Esforços para a Redução das Desigualdades Sociais e Econômicas Regionais	16
2. Principais Marcos Teóricos para a Reflexão do Tema	22
3. A Concentração Industrial em São Paulo e a Expansão Espacial do Capital Nacional	46
4. A Questão Regional Atual	62
 Capítulo II – O NORDESTE NO CONTEXTO NACIONAL	 71
1. O Nordeste Brasileiro e a Expansão Capitalista do Período 1930-1980	75
1.1. A Articulação comercial Inter-Regional e a Industrialização “Restringida”	81
1.2. A Industrialização Pesada e a Integração do Mercado Nacional	89
2. O Nordeste e a Crise e Estagnação Brasileiras nos Anos pós-1980	105
3. O Nordeste e a “Questão Regional” nos Anos 90: Inflexão ou Reconcentração?	123
 Capítulo III – BAHIA: EXEMPLO DE “DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA CONCENTRADA”	 129
1. A Economia Baiana do Brasil-Colônia ao Pós-Guerra: Antecedentes da Industrialização Recente	134
2. A Integração da Bahia ao Circuito do Capital Produtivo Nacional	145
2.1. A Burguesia, Os Tecnocratas e o Planejamento na Bahia	147
2.2. Desconcentração Concentrada: Seletividade Setorial e Concentração Espacial	151
3. A Dinâmica da Economia Baiana pós 1980	165
3.1. Desempenho Setorial	168
3.2. O Setor Externo	179
3.3. Distribuição, Emprego e Dívida Social	185
4. Desconcentração, Inflexão e Perspectivas	193
 Capítulo IV – FEIRA DE SANTANA: INSERÇÃO NOS PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO COMERCIAL E INTEGRAÇÃO PRODUTIVA	 197
1. Da Articulação comercial Sub-Regional a Articulação do Mercado Nacional	199

2. A Nova Indústria e a Integração Produtiva: 1970-1985	209
2.1. A Nova Indústria <i>Feirense</i>	213
2.2. As Atividades Rurais e o Processo de <i>Pecuarização</i> do Campo	221
2.3. O Setor Terciário	233
3. Desdobramentos do Processo de Integração Produtiva: A Estrutura Econômica <i>Feirense</i> no Período 1985-1997	239
3.1. A Indústria e o Ciclo Recessivo: Ajuste e Redefinições Setoriais	247
3.2. A Agropecuária Municipal: Vulnerabilidade e Baixo Crescimento	264
3.3. A Modernização do Terciário	268
 Capítulo V – FEIRA DE SANTANA: URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA E DESAFIOS PARA UMA INSERÇÃO “POSITIVA” NOS MOVIMENTOS DE GLOBALIZAÇÃO	275
1. Vicissitudes do Crescimento Urbano Pós-1970	277
1.1. Pobreza e Precarização do Trabalho	284
1.2. Evolução dos Indicadores Sociais	295
2. Feira de Santana: Centralidade Regional, Aglomerado Urbano Não Metropolitano e Integração Metropolitana	306
3. Feira de Santana: Poder Local, Impasses e Perspectivas	316
 CONCLUSÃO	325
 BIBLIOGRAFIA	337

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

<u>TABELAS</u>	<u>Página</u>
 Capítulo I	
1.01. Participação da Região Nordeste e de Estados Seleccionados no Valor da Transformação Industrial, Segundo Grupos de Indústrias	51
 Capítulo II	
2.01. Indústria de Transformação: Participação Regional no Valor da Transformação Industrial (1907-1980)	85
2.02. Brasil: Distribuição Espacial do PIB Nacional (1939-1980)	86
2.03. Nordeste, Sudeste e Brasil: Participação das Exportações Interestaduais nas Exportações Totais em Anos Seleccionados (1943-1969)	94
2.04. Nordeste: Participação Regional no PIB Nacional (1939-1970)	98
2.05. Nordeste Brasileiro: Distribuição (%) do VTI e do Pessoal Ocupado, Segundo Grupos de Produtos (1970-1980)	101
2.06. Nordeste e Brasil: Evolução das Exportações e Importações, como Parcelas dos Respectivos PIB's (1980-1990)	112
2.07. Nordeste: Participação Regional no PIB Nacional (1980-1990)	121
2.08. Indústria de Transformação: Participação Regional no Valor da Transformação Industrial (1980-1995)	121
2.09. Nordeste: Índices e Variações do PIB (1985-1994)	124
2.10. Nordeste: Participação Regional no PIB Setorial e no PIB Total do Brasil (%)	126
2.11. Nordeste: Distribuição Setorial do PIB (%)	127
 Capítulo III	
3.01. Bahia e Outros Estados do Nordeste, São Paulo e Brasil: Índices de Crescimento da Transformação Industrial (1919-1949)	139
3.02. Nordeste, Bahia, Pernambuco e Outros Estados Seleccionados: Participação (%) no Valor da Produção Industrial Brasileiro (1907-1949)	141
3.03. Bahia: Estrutura da Indústria de Transformação, de Acordo com o Valor da Transformação Industrial (1939-1949)	142
3.04. Nordeste, Bahia e Pernambuco: Participações no Comércio Interestadual por Vias Internas (1943, 1947, 1961 e 1969)	144
3.05. Bahia, Outros Estados do Nordeste, São Paulo e Brasil: Índices de Crescimento do Valor da Transformação Industrial (1959-1970)	154
3.06. Nordeste, Bahia, Pernambuco e Outros Estados Seleccionados: participação no Valor da Produção Industrial Brasileiro (1949-1980)	157
3.07. Bahia: Estrutura Industrial, de Acordo com o Valor da Transformação industrial (1959-1985)	160

3.08. Bahia: Estrutura do Produto Interno Bruto a Custo de Fatores (1970-1980)	161
3.09. Bahia: Índices e Variações Anuais do PIB, Segundo Setores Econômicos (1970-1980)	162
3.10. Estados do Nordeste, Região Nordeste, São Paulo e Brasil: Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real (1970-1995)	165
3.11. Nordeste e Estados Seleccionados: Participação no PIB Total Regional e Nacional (1985-1995)	167
3.12. Bahia: Estrutura do PIB, Segundo Classes de Atividade Econômica (1975-1995)	169
3.13. Bahia: participação nos PIB's Setoriais Agropecuário, Industrial e do Setor Terciário Nordestino e Brasileiro (1985-1995)	170
3.14. Bahia e Nordeste: Participação Estadual e Regional no Efetivo Nacional de Rebanhos Bovino, Caprino, Ovino e Suíno (1980-1993)	175
3.15. Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Nordeste e Sudeste: participação nas Exportações Brasileiras (1980-1998)	180
3.16. Bahia: Participação nas Exportações Nordestinas e Brasileiras, Segundo Classes de Produtos (1980-1998)	180
3.17. Bahia: Evolução das Exportações por Classe de Produto (1980-1998)	182
3.18. Bahia: Relação Importações/Exportações por Grau de Elaboração (1987-1998)	184
3.19. Estados do Nordeste, Região Nordeste, São Paulo e Brasil: Taxa Média Anual de Crescimento do PIB <i>Per Capita</i> (1970-1995)	185
3.20. Bahia: Indicadores da População em Idade Ativa, Economicamente Ativa e Ocupada 1981-1995)	187
3.21. Bahia: Saldos Anuais do Emprego por Atividades Econômicas	188

Capítulo IV

4.01. Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial e Participação da Indústria Municipal na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia (1960)	203
4.02. Feira de Santana: Estabelecimentos e Pessoal Ocupado nas Atividades Terciárias e Participação Setorial na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia (1960)	205
4.03. Feira de Santana: Estrutura do Valor da Transformação Industrial e Participação na Indústria Baiana (1970-1985)	215
4.04. Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado Segundo Atividades Industriais Seleccionadas (1970-1985)	216
4.05. Feira de Santana: Efetivo dos Rebanhos e Participação Municipal nos Efetivos Microrregional e Estadual (1970-1985)	225
4.06. Feira de Santana: Distribuição (%) da Área Total Agropecuária, Segundo Grupos de Área (1970-1985)	232
4.07. Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Receita Total nas Atividades. Participação Municipal na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia (1970-1985)	236
4.08. Feira de Santana: Participação Municipal nas Atividades Econômicas do Estado da Bahia (1987-1996)	244
4.09. Feira de Santana: Evolução da Estrutura Econômica (1987-1997)	245
4.10. Feira de Santana: Evolução dos Índices de Produção das Atividades da Indústria de Transformação (1987-1996)	250
4.11. Feira de Santana: Participação (%) do Município nas Atividades Industriais do Estado da Bahia (1986-1996)	253

4.12. Feira de Santana: Evolução da Estrutura da Indústria de Transformação (1987-1997)	255
4.13. Feira de Santana: Empresas em Operação e Implantação e Mão-de-Obra no CIS, por Gêneros Selecionados da Indústria de Transformação (1992-1996)	258
4.14. Feira de Santana: Efetivo de Bovinos, Suínos e Aves e Participação na Microrregião Homogênea (1985-1996)	266
4.15. Feira de Santana: Efetivo das Principais Criações (1988-1995)	266
4.16. Feira de Santana: Estrutura da Atividade Terciária (1988-1996)	269
4.17. Feira de Santana: Participação Municipal nas Atividades Terciárias do Estado da Bahia (%) (1990-1996)	270

Capítulo V

5.01. Feira de Santana: População Urbana e Rural, Taxas de Crescimento e de Urbanização e Densidade Demográfica (1940-1998)	280
5.02. Feira de Santana: Distribuição (%) da População Economicamente Ativa, Segundo Atividades (1970-1995)	285
5.03. Feira de Santana: Distribuição (%) da População de 10 Anos ou Mais, Ocupada Segundo Atividades Econômicas (1960-1991)	286
5.04. Feira de Santana: Distribuição (%) do Pessoal Ocupado na Agropecuária, na Indústria de Transformação e Construção Civil, no Comércio e nos Serviços por Faixa de Remuneração Média em Salários Mínimos (1995)	287
5.05. Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado nas Atividades do Comércio, Serviços e Indústria (1995)	288
5.06. Feira de Santana: Saldos Anuais de Admissões e Desligamentos nas Indústrias de Transformação e de Construção Civil, no Comércio e nas Atividades de Serviços (1992-1997)	290
5.07. Feira de Santana: Distribuição (%) da População Ocupada por Anos de Estudos e Situação Contratual no Emprego, Segundo Atividade Econômica (1995)	291
5.08. Feira de Santana: Participação (%) dos Domicílios com Ligações de Água, Eletricidade, Uso de Botijão de Gás, Geladeira e Televisão (1960-1991)	295
5.09. Feira de Santana: Ligações de Água e Esgotos por Tipo de Usuário (1997)	295
5.10. Feira de Santana: Estabelecimentos de Saúde Públicos e Particulares e Número de Leitos (1980-1998)	297
5.11. Bahia, MRH e Feira de Santana: Participação da População Alfabetizada, de 5 Anos ou Mais, Segundo Faixas Etárias Selecionadas (1970-1996)	300
5.12. Feira de Santana: Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial (1970-1996)	302
5.13. Feira de Santana: Evolução dos Índices de Condições de Vida e de Desenvolvimento Humano (1970-1991)	304
5.14. Feira de Santana: Receita <i>Per Capita</i> da Prefeitura (1996-1997)	319
5.15. Feira de Santana: Despesas <i>Per Capita</i> , Segundo as Categorias Econômicas da Prefeitura (1993-1997)	319
5.16. Feira de Santana: Estrutura das Receitas Totais Correntes e de Capital da Prefeitura (1993-1997)	320
5.17. Feira de Santana: Estrutura das Despesas Segundo as Categorias Econômicas da Prefeitura (1993-1997)	321

GRÁFICOS

Capítulo II

2.01. Nordeste e Brasil: Evolução do Índices de Exportações e Importações, 1980-1990	111
2.02. Nordeste e Brasil: Índices do PIB Total e PIB <i>Per Capita</i> (1981-1990)	113
2.03. Brasil: Evolução dos Índices da Produção Industrial e Uso da Capacidade Instalada (1980-1990)	115

Capítulo III

3.01. Brasil, Nordeste e Estados Selecionados: Variações Anuais dos Índices do PIB (1970-1980)	162
3.02. Brasil e Bahia: Evolução do PIB Total (1980-1996)	167
3.03. Brasil e Bahia: Evolução da Indústria de Transformação (1980-1996)	171
3.04. Bahia: Evolução dos Índices de Produção da Agricultura (1975-1994)	174
3.05. Bahia: Evolução dos Índices das Atividades do Setor Terciário (1980-1991)	178
3.06. Bahia: Evolução das Exportações por Classe de Produto (1980-1998)	181
3.07. Bahia: Evolução dos Índices de Importações (1987-1998)	183

Capítulo IV

4.01. Feira de Santana: Estrutura do PIB por Setores da Economia (1970-1980)	213
4.02. Feira de Santana: Evolução do Consumo de Energia Elétrica de Uso Industrial (1968-1985)	214
4.03. Feira de Santana: Terras Utilizadas na Pecuária, Participação Municipal na Microrregião e no Estado da Bahia (1975-1985)	226
4.04. Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos, Segundo Grupos de Área (1970-1985)	230
4.05. Feira de Santana, Bahia, Nordeste e Brasil: Evolução do PIB (1985-1996)	242
4.06. Feira de Santana: Evolução dos Índices de Consumo e Consumidores Industriais de Energia Elétrica (1980-1997)	249

Capítulo V

5.01. Feira de Santana: Distribuição (%) da População em Idade Ativa, por Estratos de Rendimentos e Participação de cada Estrato na Renda Total da PIA (1995)	292
5.02. Feira de Santana: Energia Elétrica Residencial. Consumidores, Consumo e Consumo por Unidade Residencial (1980-1997)	295

QUADROS

3.01. Bahia, Nordeste e Brasil: Indicadores Sócio-Econômicos	190
5.01. Feira de Santana: Características Selecionadas da População Ocupada, Segundo a Natureza (Formal ou Informal) da Atividade em que Estava Alocada (1995)	294

INTRODUÇÃO

*"(...) Os corações também são motores.
A alma é poderosa força motriz.
Somos iguais.
Camaradas dentro da massa operária.
Proletários do corpo e do espírito.
Somente unidos,
somente juntos remocaremos o mundo,
fa-lo-emos marchar num ritmo célere. (...)"*

[Vladimir Maiakóvski, "O Poeta Operário", 1918]

O crescimento econômico mundial do pós-guerra, conduzido pela ação deliberada dos Estados nacionais, contribuiu para melhoria das condições médias de vida no planeta, pelo menos até fins dos anos 70. Isto não significou, todavia, que os benefícios sociais desse crescimento fossem disseminados na mesma intensidade. As divergências internacionais e interregionais, quanto à renda e indicadores de condições de vida, continuavam a existir, com maior ou menor dramaticidade, de acordo com as formas específicas de inserção de cada país ou região nesse processo.

Os processos de reestruturação produtiva, financeira e organizacional, gestados nos anos 70 e implementados a partir dos anos 80 pelas grandes corporações transnacionais, com o aval dos países centrais, aprisionou as políticas macroeconômicas dos Estados nacionais aos movimentos dos grandes capitais e reduziu os fluxos de acumulação produtiva e em direção à periferia capitalista. Com isto, foram criados condicionantes ao crescimento que, em consequência, acirraram as desigualdades e os desequilíbrios. Por isto, a **questão regional** – isto é, a persistência e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas entre as (e dentro das) regiões, cidades e países – tem sido recorrente na maioria dos debates políticos e acadêmicos dos anos 90.

A vitória do ideário liberal nas eleições dos anos 80 foi de fundamental importância para que países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha pudessem difundir no bloco dos países centrais os pilares básicos para uma nova ordem econômica mundial. Na periferia do

capitalismo global, a internalização desse ideário, na condução das políticas macroeconômicas, na abertura comercial, na desregulamentação e na privatização, traduziu-se em políticas regionais negativas, com relativo abandono do mercado doméstico e redução do espectro de atividades produtivas e processos manufatureiros. Ou seja, o abandono das políticas estruturantes por parte dos países periféricos industrializados (ou, no jargão atual do mercado global, “emergentes”), passou a reforçar a dependência externa, relativamente aos oligopólios mundiais e a reduzir a autonomia política (talvez soberania) da maior parte destes países.

No Brasil, as rápidas transformações no cenário econômico e político internacional, aliadas ao longo período de instabilidade macroeconômica interna, tiveram como resultado mudanças de estratégias dos investimentos no país. Com isto, a periferia nacional deixou de beneficiar-se do processo de **desconcentração industrial**, encetado pelo Estado nacional até fins da década de 70. De uma economia cujo desenvolvimento centrava-se no Estado – que administrava preços, e regulamentava as atividades privadas, com forte cultura burocrática – a periferia foi conduzida para um ambiente “concorrencial”, determinado por regras operativas do mercado, com crescente desregulamentação estatal. O que se viu, nos anos 80, foi a redução ou paralisação de investimentos estatais e privados, em virtude da crescente incerteza macroeconômica, das altas taxas de juros e da inconsistência ou ausência de políticas estruturantes.

O debilitamento do Estado nacional e as políticas neoliberais reduziram fortemente a possibilidade de se continuar fazendo políticas articuladas, voltadas para o desenvolvimento local ou regional. Nos anos 90, parte da redução ou inflexão do ritmo da **desconcentração econômica** macro-espacial, pode ser creditada, em parte, às mudanças tecnológicas e estruturais, ainda em curso. Todavia, o açodamento da política do “cada um por si” e a crescente omissão do Estado em todos seus níveis, em matéria de política regional, tem sido fundamental para que isto venha ocorrendo.

Adota-se uma posição mais pragmática com relação as políticas de intervenção direta na economia do país. Este pragmatismo implica adoção de políticas neoliberais, com fechamento de

estabelecimentos, transferências para o setor produtivo privado de parte ou do total dos ativos das empresas públicas, reformulação da atividade manufatureira em geral, racionalização de pessoal, desemprego, etc. As decisões, do lado da oferta de infra-estrutura, estão sendo orientadas por horizontes de mercado de curto e médio prazos, implicando concentração nas áreas mais desenvolvidas do país, onde há mercado consumidor concentrado (garantia de retornos imediatos), em detrimento de regiões mais distantes ou menos industrializadas. A falta de políticas compensatórias, vem aumentando as desigualdades regionais, na medida em que os potenciais de atração para os investimentos produtivos estão diferenciados pela oferta mais ou menos lucrativa da produção de serviços como telecomunicações, energia, saneamento, etc. A quase ausência de um poder regulatório, está gerando **processos desestruturantes** de atividades produtivas já radicadas em áreas não privilegiadas pelos programas privados de desenvolvimento de infra-estrutura.

O Estado nacional vem “delegando poderes” para um novo “agente dinâmico da transformação”: o empresário, nacional ou estrangeiro (legalmente, já não há mais distinção). Nesta perspectiva, o “novo agente do desenvolvimento” passa a ser receptor e (re)formulador das novas iniciativas regionais, sob a égide da **eficiência** e da **competitividade**. Destarte, este comportamento tem concorrido para uma **profunda reforma regional-territorial**, de efeitos ainda difíceis de mensurar, mas certamente danosos para a atividade econômica e para as populações das regiões menos industrializadas, ao contribuir para a redução das oportunidades de emprego e piora dos indicadores de qualidade de vida, diluindo os mecanismos de **integração produtiva**, estabelecidos durante as várias etapas de construção da unidade federativa.

O “culto ao poder local”, conseqüência direta do ideário liberal, tem estimulado ações municipais e estaduais que põem de lado os conceitos de **equidade** e **solidariedade**. Tornou-se comum, por exemplo, ver-se distritos mais ricos tentarem emancipar-se, formando outro município, para garantir parcelas maiores de recursos e solucionarem seus problemas (econômicos, urbanos, políticos, etc), independentemente das “sobras” das demais áreas (isto passa a ser problema do município original). Em outros casos, governos municipais (inclusive com apoio de parte da população), simulando ações de caridade ou solidariedade, tentam resolver

os problemas sociais, dificultando a imigração e estimulando o retorno de pessoas pobres para seus locais de origem. Ou seja, importa “melhorar” a imagem do município, mesmo que, para tanto, seja necessário “esconder a sujeira sob o tapete do vizinho”.

A partir da Constituição Federal de 1988, municípios e estados brasileiros passaram a emaranhar-se numa “guerra fiscal” fratricida, num “salve-se quem puder” para atrair novos capitais para seus territórios, o que só tem contribuído para fragilizar ainda mais os laços de solidariedade econômica entre as regiões e reduzir receitas governamentais. O comprometimento das receitas públicas com a parafernália de isenções, renúncias e empréstimos públicos tem aumentado a dependência perante os grandes investidores e reduzido o potencial de crescimento das receitas. E isto, como seria de se esperar, tem agravado a dívida social e reduzido a capacidade de financiamento para os projetos de desenvolvimento. Na verdade o enfraquecimento fiscal e financeiro de todas as esferas de governo resulta, em grande parte, da “descoberta” do poder local como alternativa de execução de políticas regionais.

É neste momento de transição, de um Estado planejador e estruturante para um Estado liberal “privatista” e de euforia liberal em favor do poder local, que esta tese se insere, na tentativa de entender o processo de desenvolvimento sócio-econômico de Feira de Santana – uma cidade localizada no Nordeste, cujo desenvolvimento recente esteve atrelado às correntes de capitais nacionais e estrangeiros, que integraram a região (a Bahia e a cidade também) na matriz produtiva e econômica nacional – nos movimentos de **articulação comercial** e de **integração produtiva** da economia brasileira e perante o atual processo de globalização dos mercados e de predomínio das políticas do Estado mínimo.

O objeto de estudo da tese, portanto, é a formação sócio-econômica do município de Feira de Santana e sua região de influência, compreendida como os municípios vizinhos ou os que, próximos, mantêm com aquele fortes relações econômicas. Para isso, será estudado o processo de **integração econômica** (produtiva e comercial) do Nordeste, da Bahia e do município de Feira de Santana. Do ponto de vista metodológico, procura-se analisar a interação do geral e do

específico, no desenvolvimento local, como resultantes de uma experiência histórica cujos efeitos diferenciam-se no tempo e sobre os espaços urbano e rural.

Sustento a tese de que o crescimento econômico de Feira, apesar de dinamizar a economia regional, não foi suficiente para trazer proporcionais benefícios sociais para sua população. Seu rápido crescimento populacional e econômico não foi acompanhado, proporcionalmente, pelo respectivo desenvolvimento dos municípios de sua região de influência. Houve um crescente distanciamento entre o centro regional e as cidades vizinhas, no que tange à concentração de atividades comerciais, agropecuárias e de serviços pessoais e de apoio à produção. O mesmo aconteceu com relação ao aspecto da infra-estrutura urbana e serviços públicos.

Início a investigação a partir dos impactos do processo de **desconcentração econômica** nacional sobre a região e verifico como ocorreu a integração comercial e produtiva da economia local, bem como qual a intensidade deste processo nas transformações econômicas locais. Neste contexto:

- a) analisarei os efeitos das políticas de desenvolvimento implementadas pelos governos local, estadual e nacional, sobre o perfil produtivo local;
- b) identificarei nexos de inserção complementar e concorrencial da economia local com a economia da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e com outras regiões;
- c) estudarei a evolução da estrutura econômica de Feira de Santana e região, principalmente a partir dos anos 60, buscando identificar as formas de inserção de sua economia nas tendências do desenvolvimento estadual, regional, nacional e internacional; e
- d) analisarei as fases recentes da evolução econômica nordestina e baiana e seus efeitos sobre o espaço regional e local, bem como as possibilidades e desafios que se colocam para a **questão regional**, frente a nova etapa do capitalismo mundial;

Em todos os capítulos procurarei verificar a validade das seguintes hipóteses, como norteadoras do processo de investigação:

— A base própria da acumulação de capital existente nas cidades da periferia nordestina, como é o caso de Feira de Santana, foi transformada pelo ingresso de capitais forâneos que interferiram na dinâmica do seu mercado. Esta dinâmica, inicialmente integradora e agora expandida com a concorrência internacional, tende a concentrar os investimentos em determinados setores produtivos e espaços regionais, desestimulando o desenvolvimento de uma malha urbana interiorizada. A nova indústria, portanto, não resolveu o **descompasso entre o crescimento da população urbana e o crescimento da capacidade produtiva**.

— O processo de descentralização e **desconcentração econômica**, que integrou o mercado nacional e dinamizou as economias periféricas, proporcionou efeitos sub-regionais concentradores. Isto é, **a forma como se distribuíram os investimentos e os resultados por eles proporcionados, foi espacialmente concentrada**. Neste contexto, o estado da Bahia (seguido, de longe, por Pernambuco e Ceará) foi o que mais recebeu investimentos extra-regionais e o que teve o maior impulso industrializador. E na Bahia, os novos investimentos e seus impactos ocorrem de forma concentrada, no espaço regional da RMS, seguidos, de longe, por Feira de Santana. **Os efeitos urbanos do processo de integração econômica se fariam sentir na modernização dos equipamentos comerciais e de serviços que, contudo, também não se manifestaram de forma desconcentrada**. O resultado deste processo tem sido a deterioração das condições de vida das cidades onde se concentraram tais investimentos (Camaçari, Simões Filho, Feira de Santana e outras) e um consequente esvaziamento das funções urbanas de cidades localizadas em suas periferias imediatas.

— Observa-se, portanto, uma **debilidade dos efeitos interiorizados do processo de desconcentração econômica no país**. Repercutem negativamente os efeitos da “modernização” (conservadora), na medida em que os novos investimentos e as políticas conduzidas pelo Estado, em todos os níveis, não conseguem romper com a tradição e manutenção de “velhas” estruturas, alicerçadas pelo interior do país, **reduzindo o poder de transmissão dos efeitos dessa desconcentração econômica nos espaços imediatamente vizinhos àquelas regiões “beneficiadas”**.

— Sabe-se que a adoção, por parte dos governos nacionais, de políticas compatíveis com o receituário neoliberal, dentro de uma nova etapa do capitalismo mundial, com seus movimentos de globalização financeira e regionalização dos mercados, tende a fragmentar o nível de solidariedade entre as estruturas econômicas regionais e sub-regionais do país, com redução de políticas centrais de desenvolvimento. **Esta perspectiva tende a impedir que ocorra uma expansão das atividades econômicas de forma integrada, tolhendo o processo de desenvolvimento das áreas periféricas do país.** Enquanto o motor do crescimento econômico baseou-se na formação do mercado interno, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões cimentaram a unidade nacional. Porém, nas condições atuais, **basear o dinamismo interno em uma política regional de modernização competitiva,** nas atividades industrial, agropecuária e de serviços, **poderá não só romper com o bloqueio ao crescimento econômico (como, aliás, apregoam os arautos do neoliberalismo), mas também (e principalmente) conduzir a tensões inter-regionais e ao aprofundamento da segregação espacial inter-regional e intra-urbana.**

A tese do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo oferece, numa perspectiva histórica, subsídios para se apreender melhor os recentes movimentos do capital no espaço regional. Movimentos aparentemente antagônicos, apresentam-se essencialmente partícipes de uma realidade multifacetada, onde o “novo” coexiste e serve-se temporariamente do “arcaico”, que sobrevive como espaço reservado para expansão futura do capital. Essa heterogeneidade estrutural da economia se reflete nas desigualdades econômicas e sociais e nos consequentes desníveis de produtividade e renda, tanto inter quanto intra regional. O fenômeno assume especificidades próprias em função do momento histórico analisado, isto é, em razão das características da produção e da forma como esta se insere, em contexto mais amplo, nas tendências do desenvolvimento econômico nacional e mundial.

O aspecto “desigual” da alocação dos investimentos na interação econômica do Nordeste está no **peso** relativo de cada um deles, quando expresso pelos volumes destinados a cada um dos Estados. Já o aspecto “combinado” da heterogeneidade estrutural aparece no **tipo de atividade**

que se deslocou preferencialmente para cada um deles, obedecendo a toda uma estratégia de política industrial, conduzida pelo Estado e aplaudida pelos capitais nacionais e internacionais.

Esta tese é composta de cinco capítulos que abrangem a problemática regional a partir dos seus aspectos mais gerais, descendo dos níveis nacional, macrorregional e estadual até o municipal. No primeiro capítulo farei uma abordagem sobre o ressurgimento do interesse político e acadêmico sobre a **questão regional**. Começarei fazendo uma revisita ao período do pós-guerra e o aperfeiçoamento teórico das diversas correntes do conhecimento para explicar e justificar opções políticas que transformaram as economias e a sociedade de todo o mundo. Depois, farei uma breve discussão sobre os processos de concentração e **desconcentração industrial**, nos movimentos de **articulação comercial** e de **integração produtiva** e finalizarei com uma breve digressão acerca dos efeitos das mudanças institucionais e da atual Revolução Tecnológica, sobre o processo de **desconcentração econômica** do Brasil.

No segundo capítulo, analisarei a trajetória econômica do Nordeste brasileiro, desde os anos 30, quando inicia-se o processo de concentração industrial em São Paulo e fortalece-se a **articulação comercial** no sentido da formação de um mercado nacional. Ainda, examinarei os efeitos da **desconcentração industrial** e seus desdobramentos posteriores no âmbito da região, para concluir com a análise dos principais entraves que mantém na ordem do dia a discussão da problemática regional nordestina.

No terceiro, o principal foco é a sócio-economia baiana. Examinarei o crescimento econômico do estado, aprofundando a análise acerca do novo processo de industrialização da Bahia, que antecipa a **integração regional** nas correntes de acumulação do capital produtivo nacional, até sua consolidação e, finalmente discutirei a problemática atual da economia estadual perante os desdobramentos da crise nacional, assim como da perspectiva de inserção da Bahia nos movimentos atuais do capital.

Os dois últimos capítulos são dedicados ao município de Feira de Santana. O quarto e mais longo de todos, trata da inserção econômica municipal nos processos de **articulação comercial** e de **integração produtiva** do país, mormente a partir da implantação do Centro

Industrial do Subaé, nos anos 70. Mostrarei que as transformações específicas que ocorreram no espaço local articulavam-se plenamente às estratégias empresariais e aos planos estabelecidos pelo Estado. A **desconcentração concentrada** também teve seus efeitos nos investimentos industriais realizados em Feira de Santana. Finalizarei examinando as transformações da estrutura econômica local e os recentes movimentos no sentido do aproveitamento das vantagens competitivas do município.

No quinto e último capítulo, examinarei o processo de urbanização de Feira de Santana, seus aspectos fundamentais como: dinâmica populacional, precarização das condições de emprego e trabalho e evolução dos principais indicadores de condições de vida. Depois, analisarei duas tendências que ocorrem simultaneamente no espaço urbano feirense: sua **integração econômica** ao espaço metropolitano de Salvador e sua crescente centralidade ou polarização regional. O capítulo será encerrado com a análise dos principais entraves que ocorrem nos anos 90 e as saídas até então encontradas para a crise que se abateu sobre a economia local, para concluir com algumas indagações acerca dos limites e possibilidades para “revelar” vantagens, num mercado globalizado e altamente excludente social e economicamente.

Espero, com o estudo deste município – Feira de Santana – e com o método adotado, apresentar um contributo para o entendimento da complexidade atual da **questão regional** brasileira e nordestina e, ao mesmo tempo, suscitar perguntas que, em grande parte não respondidas no limitado espaço deste texto, concorram para reflexões posteriores e passem a constituir uma agenda de pesquisas e discussões no ambiente acadêmico e político local e sub-regional.

Capítulo I – O RESSURGIMENTO DA QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL

“Todo conservador moderno está empenhado num dos mais antigos exercícios da filosofia: o de procurar uma justificativa moral superior para o egoísmo”.

[John Kenneth Galbraith]

As desigualdades regionais sempre estiveram na pauta das discussões políticas e econômicas ao longo da história do Brasil. A concentração da renda, o difícil acesso à propriedade da terra e as adversidades climáticas (o fenômeno das secas), possibilitaram desde cedo a formação (e a “justificativa” para a existência) de uma estrutura de poder que impediu melhor desempenho dos indicadores sociais do país.

Essas desigualdades, com seus efeitos nocivos para a humanidade, têm sido observadas em todos os continentes e mesmo entre regiões de países considerados desenvolvidos. Nestes, as disparidades de renda são relativamente menores do que as observadas nos subdesenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, dados da OECD apontam que, em 1960, a renda *per capita* da região mais desenvolvida (Conecticut) era 2,4 vezes maior do que a de mais baixa renda (Mississippi). Esta desigualdade vem se mantendo, não se observando mudanças significativas que correspondam ao desempenho da maior economia do mundo: até 1994, aquela razão havia diminuído para 1,9.

Na Europa, elas também ainda são grandes¹. Em que pese todos os esforços de reconstrução do pós-guerra e o inegável crescimento econômico, ainda permanecem fortes disparidades inter e intra-regionais. Na Alemanha, entre 1989 e 1991, a região de Hamburg possuía um PIB *per capita* quase 2 vezes superior ao da média européia, enquanto o de sua região mais pobre, Thuringen, correspondia a apenas 30% da média da União Européia (GOMES, 1997:25). No Reino Unido, em 1990, a renda de sua região Sudeste correspondia a 1,6 vezes a da Irlanda do Norte (CANO, 1997b).

¹ - Para maiores detalhes acerca das disparidades regionais na União Européia, ver GOMES (1997), que discute as políticas regionais e os perfis históricos da evolução das desigualdades de renda e produto entre as regiões.

Estes números mostram que ao crescimento econômico mundial do pós-guerra não correspondeu uma proporcional disseminação do desenvolvimento, tanto quando se comparam países, quanto regiões dentro de um mesmo país. As disparidades regionais de renda e acesso a serviços básicos como educação, segurança saneamento básico, moradia e previdência, persistem, com maior ou menor gravidades, diminuídas ou agudizadas de acordo com as transformações que se processaram na estrutura econômica e social de cada país.

Na periferia do mundo capitalista a situação é mais grave, pois o ritmo das transformações econômicas, em geral, não foi acompanhado pelo das mudanças nos indicadores sociais. No Brasil, por exemplo, a renda gerada em São Paulo que, em 1960, correspondia a 8,1 vezes a do estado mais pobre do país (Piauí), continuou sendo bastante superior, ao longo das décadas seguintes. Em 1994, correspondia a 7,4 vezes, em que pese um processo de desconcentração e crescimento econômico do país ocorrido nas últimas décadas.

A preocupação com as tendências evolutivas destas desigualdades e os esforços empreendidos pelos governos nacionais e organismos internacionais, levou à criação de Comissões, Ministérios, Secretarias, etc., dedicados à elaboração de planos de desenvolvimento e intervenção governamental, que lograram modificar situações adversas, herdadas do pós-guerra ou pré-existentes àquele holocausto.

O avanço da revolução soviética, que conquistava parte da Alemanha, o Leste Europeu e China, provocava inquietações na Europa Ocidental. Um Estado forte, planejador e executor das principais funções econômicas, servia como “espantalho” para o capitalismo ocidental que, mantendo o princípio da livre iniciativa, precisava contrapor-se àquele modelo político e econômico. A resolução de questões como fome, desemprego, moradia, assistência social e previdenciária, aparentemente resolvidas pelo Estado soviético, precisavam ser respondidas pelo Estado capitalista ocidental – era preciso “sacrificar os anéis para não perder os dedos”. Para além da recuperação econômica e do aumento dos arsenais de intimidação bélica, a Europa Ocidental e os Estados Unidos precisavam demonstrar que o capitalismo como sistema econômico e político era superior ao soviético: seus requisitos de acumulação e de regulação seriam “democráticos” e mais “sociais”.

Ironicamente, a defesa da livre iniciativa precisava da presença de um Estado nacional, não só planejador, mas empreendedor, organizador das atividades capitalistas. As teses do liberalismo, em xeque desde a crise de 1929, sofriam nova derrota. No âmbito interno, os países da Europa Ocidental passavam por momentos de intenso questionamento quanto ao ideário da “liberdade, igualdade e fraternidade”. A luta dos sindicatos e partidos de esquerda, apoiados por crescentes contingentes da população, em prol de maior justiça social, levaria à vitória partidos socialistas ou social-democratas em toda a Europa, e a adoção do receituário keynesiano, adaptado às realidades e aos estágios da luta de classes em cada país.

A preocupação com o tema estimulou a difusão e desenvolvimento de diversas teorias e de instrumentos estatísticos e analíticos que orientaram a intervenção em diversos países e regiões. A “vitória” da teoria keynesiana sobre as interpretações da teoria econômica liberal, acerca do papel do Estado nacional, foi fundamental para a aceitação do “Estado Keynesiano”, provedor do bem-estar social e da infra-estrutura necessária à iniciativa privada. Mas, em que pese todo o desenvolvimento teórico e instrumental do pós-guerra ter contribuído para o crescimento da renda total e para a melhoria geral das condições de vida no planeta, ainda permanecem desigualdades sociais e econômicas, agora agravadas pelo retorno ao ideário liberal, que tem norteado a ação política dos Estados nacionais e condenado populações inteiras à miséria e ao ostracismo, como é o caso atual, mais drástico, de diversos países do continente africano.

No Brasil, o reflexo destas políticas não poderia deixar de ser mais desastroso. Depois de um período de crescimento acelerado e de uma “década perdida”, o retorno à política do “estado mínimo” só tem contribuído para reduzir e ameaçar o movimento de **desconcentração econômica**, que havia logrado reduzir as disparidades de rendas regionais e integrado melhor o mercado produtivo nacional. Com isso, a **questão regional** passou, de novo, para a ordem do dia nos debates políticos e econômicos atuais.

Os estudos sobre o processo de **concentração industrial** em São Paulo e o movimento de **desconcentração econômica** no Brasil são relativamente recentes². Isto poderia ser creditado à necessidade de buscar explicações:

- a) para a persistência das desigualdades regionais, em que pese algumas estatísticas demonstrarem uma certa convergência inter-regional recente da renda;
- b) para a persistência e crescimento da miséria absoluta – que se desloca do âmbito rural, tornando-se cada vez mais um fenômeno urbano e metropolitano – apesar de todo o crescimento econômico, das mudanças nas estruturas urbana e industrial do país além da modernização produtiva no campo³;
- c) para as reais possibilidades de ação política dos poderes locais, dado que as políticas neoliberais dos anos 90 têm substituído o princípio da **equidade** pelo da **eficiência** competitiva (ainda que “espúria”), onde não cabem mais quaisquer “privilégios” regionais ou setoriais;
- d) sobre as mudanças nos padrões regionais de industrialização nas últimas décadas;
- e) sobre a reversão da polarização industrial da Área Metropolitana de São Paulo;
- f) a intensificação recente (pós-anos 70) do processo de urbanização nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- g) sobre os movimentos de integração comercial e produtiva do mercado nacional, tendo como centro dinâmico a economia paulista; e

² - A literatura sobre o assunto, apesar de recente, é relativamente extensa. A seguir, relaciono alguns dos títulos por mim consultados: AZZONI (1986), CANO (1997; 1995; 1994; 1985a; e 1977), CANO e CRUZ (1997 e 1996), DINIZ (1995; 1994; e 1991), GUIMARÃES NETO (1995; 1993; 1992; e 1986), NEGRI (1994), NEGRI e PACHECO (1993), PACHECO (1996 e 1996a), PIMES (1984) e WANDERLEY (1996).

³ - Os indicadores de renda *per capita* escondem o crescimento da concentração de renda e propriedade da terra, particularmente quando se referem aos Estados da região Nordeste. Ora, como a renda *per capita* nordestina permaneceu a mais baixa do país, quando comparada à média nacional e aos Estados das regiões Sudeste e Sul, enquanto sua população cresceu menos e seu produto cresceu acima da média nacional, pode-se ter uma noção da gravidade e emergência de soluções para a miséria no Nordeste. Se para o restante do país, os benefícios sociais do crescimento econômico não corresponderam às necessidades da população, para o Nordeste, a situação se agravou, conforme será visto nos capítulos seguintes.

- h) para uma possível reconcentração espacial das atividades produtivas em SP e “adjacências”, em detrimento da periferia nacional.

Na próxima seção deste capítulo, farei um exame das transformações políticas e econômicas do pós-guerra e a repercussão dos esforços internacionais para a diminuição das desigualdades regionais. A necessidade e depois a fundação de um Estado nacional forte, planejador e empreendedor foi o saldo que resultou de toda uma conjuntura internacional e nacional que compelia e, ao mesmo tempo, favorecia a tomada de decisões discricionárias, possibilitando uma série de investimentos e gastos públicos, que transformariam o padrão espacial de acumulação capitalista no Brasil.

A adoção de políticas estruturantes, com subsídios e incentivos regionalizados, precisava ter uma prévia justificativa teórica - o que foi possível, graças ao crescimento do interesse acadêmico e dos organismos técnicos governamentais pela temática da **questão regional**. Para contextualizar a leitura, sem contudo descer a maiores detalhes, apresento na seção 2 os principais marcos teóricos que contribuíram para a reflexão do tema. Começo pela apresentação de algumas interpretações marxistas sobre as causas das desigualdades sociais explicitadas nos espaços urbanos e regionais. Em seguida, discuto alguns aspectos dos modelos de localização, das teorias dos pólos de crescimento e da base de exportação, todas oriundas de uma mesma inspiração “*mainstream*”, apesar de roupagens *schumpeterianas* ou *keynesianas*. Tento mostrar a insuficiência de suas abordagens, principalmente no que tange aos seus pressupostos. Faço uma apresentação sucinta da interpretação cepalina sobre a relação Centro *versus* Periferia, passando pela discussão sobre as teorias da dependência e do subdesenvolvimento. Mostro que as abordagens surgidas nos últimos quinze anos, apesar do avanço teórico e do estímulo ao debate, ainda são limitadas ou equivocadas. E, finalizando a seção, tento demonstrar que o instrumental teórico disponível é insuficiente para proporcionar explicações “definitivas” acerca dos desequilíbrios inter-regionais e as desigualdades sociais, como querem os economistas da tradição ortodoxa.

A seção 3 trata do processo de **concentração industrial** em São Paulo e da expansão do capital nacional ali instalado em busca de outros espaços regionais para viabilizar sua

acumulação. Num primeiro momento, constroem-se cadeias de comercialização intra e inter-regionais, rompendo com o relativo isolamento das economias regionais. Depois, através do comando produtivo da grande empresa, que descentraliza sua produção mantendo centralizada a unidade de comando, a **integração produtiva** e o processo de **desconcentração econômica**. Examina-se, neste contexto, a mudança de ênfase do Estado brasileiro ao longo deste século, mormente no pós-guerra, para mostrar a forma como foi e vem sendo tratada a **questão regional**, isto é da busca de redução dos desequilíbrios e desigualdades sociais e econômicas no país.

Na última seção, faço uma breve digressão acerca dos efeitos das mudanças institucionais e econômicas, decorrentes da atual “Revolução Tecnológica”, no processo de **desconcentração econômica** e sobre o ressurgimento das questões de conflitos inter-regionais, que fragilizam a solidariedade econômica costurada ao longo do período 1950-1990. Os riscos de **reconcentração industrial**, nos setores de alta tecnologia são grandes, recolocando hoje a questão das desigualdades sociais e dos desequilíbrios econômicos regionais na pauta das discussões.

1. O Pós-Guerra, a Redemocratização e os Esforços para a Redução das Desigualdades Sociais e Econômicas Regionais

A II Guerra Mundial revelou não só um quadro de destruição física dos países que se envolveram no confronto. Evidenciou um quadro de desigualdades sociais e econômicas que haviam se agravado ao longo das particulares histórias das nações e territórios do planeta. A necessária recuperação da Europa e Japão, não poderia ser justificada sem que fossem criados programas de desenvolvimento mais amplos que atingissem, ainda que precária e indiretamente, o atraso econômico e social de vastas regiões do continente africano ou da América Latina. Deixar os países entregues à própria sorte seria agudizar os desníveis e desautorizar a defesa do capitalismo como um sistema econômico e político ideal. Afinal, o sistema soviético e as revoluções socialistas se espalhavam, principalmente nos países de capitalismo atrasado ou mesmo inexistente.

A revolução socialista soviética, em pouco tempo lograria senão resolver questões sociais seculares, pelo menos reduzir consideravelmente as carências sociais de moradia, emprego, saúde, educação, etc. Com um regime discricionário, centralizador, tolhia as liberdades individuais, mas fazia crescer sua economia e apontava para a formação de um bloco de países socialistas, para enfrentar a miséria e a “anarquia capitalista”. O avanço soviético em direção ao centro Europeu, dividindo a Alemanha, foi fundamental para que o mundo capitalista acordasse para a necessidade de fazer uma profunda transformação econômica e política nos anos seguintes.

As necessárias transformações do pós-guerra seriam impossíveis de ser realizadas apenas com a ação dos poderes locais. O crescimento das cidades e os esforços para a reconstrução da Europa e Japão, implicavam busca de mecanismos e instrumentos voltados para a redução das desigualdades econômicas e sociais, assim como para a democratização (ou redemocratização) da vida política e econômica dos países e regiões afetados pelos dois conflitos mundiais. A escassez de capital era generalizada e aqueles países precisariam de uma injeção de recursos americanos para iniciar a solução de seus principais problemas econômicos. “Havia um problema de balanço de pagamentos e outro de insuficiência de poupança. A isso se (acrescentava) o caos monetário que se havia instalado em muitos países” (FURTADO, 1985:26).

Crescia a consciência européia de que era preciso recuperar o atraso tecnológico e acelerar a reconstrução não só de suas cidades mas também de suas economias. As negociações entre os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos culminaram na ajuda deste, principalmente sob a forma de transferências unilaterais dentro do Plano Marshall, que colocou à disposição dos países europeus ocidentais o complemento do poder de compra internacional e da poupança interna, necessários ao soerguimento de suas economias.

“A criação da União de Pagamentos Européia, em 1950, facilitaria consideravelmente a solução do problema de liquidez internacional, dada a importância considerável que assumiu o comércio intra-regional. Nesse mesmo ano foi criada a Comissão Européia do Carvão e do Aço (CECA) que, ao uniformizar os preços de dois dos mais importantes insumos industriais, abriu caminho para a Comunidade Econômica Européia e com esta para a reinserção da Alemanha na economia regional como principal potência industrial” (FURTADO, 1985:27).

O sistema monetário internacional estava sendo remontado a partir da hegemonia do dólar norte-americano. Os prejuízos e a necessidade de planificar a produção e distribuição, levou economias capitalistas e socialistas a incentivarem equipes e programas para o desenvolvimento de técnicas de planejamento adequados e eficazes. Assim, foram desenvolvidos Sistemas de Contas Nacionais, passíveis de consolidação e comparação internacional, e criados organismos de cooperação, recuperação e desenvolvimento internacionais, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas.

As Nações Unidas criaram, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, que seria responsável por interpretações originais acerca da relação entre os países latino-americanos e os países capitalistas avançados. Esta iniciativa da ONU, prendia-se ao fato de, naquele momento, países importantes como Brasil, Argentina e México passarem por questionamentos políticos e sociais, impulsionados por setores sociais emergentes (principalmente militares e segmentos das atividades urbano-industriais) acerca da necessidade de crescer e desenvolver esses países. Buscando repostas, a CEPAL via como caminho para o desenvolvimento das economias periféricas a instauração de um processo de substituição de importações - concepção que se limitava apenas aos estados nacionais, os quais, para além de suas especificidades sociais e econômicas, se diferenciavam por suas medidas de política econômica, cambial e tarifária.

Nos anos 50, Gunnar Myrdal chamaria atenção para o fenômeno que ele denominava de **causação circular**⁴, o qual era provocado pelo papel “desequilibrador” do processo de acumulação capitalista. Para ele, havia necessidade de intervenção dos estados nacionais e organismos internacionais, no sentido de prover os países menos desenvolvidos de investimentos sociais básicos, para a promoção do crescimento do emprego e renda e, por conseguinte, redução dos níveis de pobreza e desigualdades econômicas e sociais. Neste contexto, a instituição de

⁴ - A interferência de todo fator novo num processo social tende a provocar reações em cadeia, no sentido do impulso inicial e as reações secundárias ou terciárias tendem a reforçar o impulso inicial - o que coloca a realidade social como resultado de processos causais em cadeia. Os países ou regiões mais ricos tendem a receber mais investimentos. Assim, os pobres tendem a tornar-se mais pobres e os ricos mais ricos, ampliando-se as desigualdades. Ver MYRDAL, Gunnar. (1957) *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

políticas de integração nacional, mobilizaria as massas em torno de objetivos comuns, contribuindo para a elevação dos níveis de bem-estar social.

A influência do pensamento da CEPAL e das idéias de Myrdal (entre outros) viria reforçar a ideologia nacional desenvolvimentista, ao longo dos anos 50 na América Latina e particularmente no Brasil. A base teórica e os discursos difundidos pelos organismos internacionais forneceriam bases para a legitimação das ações do Estado nacional brasileiro. Com isto, as burguesias passariam a travestir seus interesses, como interesses gerais nacionais, alimentando nas massas a ilusão de que a melhoria de vida, de integração ao progresso, de elevação dos salários, etc., poderia ser concretizada com a industrialização.

A II Guerra havia repercutido favoravelmente sobre certos ramos da indústria brasileira, sobretudo o têxtil, com desempenho favorável no comércio internacional. As transformações ocorridas ao longo dos anos 30 e 40, possibilitaram respostas mais consistentes aos estímulos urbano-industriais dos anos subsequentes. A centralização do poder político em torno do Estado nacional subordinava interesses oligárquicos regionais, combinando interesses setoriais privados, quase sempre conflitantes, permeando seus aparelhos e imprimindo caráter contraditório em suas políticas

A recondução de Getúlio Vargas à presidência da República, no início dos anos 50, contrapondo-se ao pseudo-liberalismo do governo Dutra e assumindo parte dos discursos cepalinos, encontrava eco nas representações industriais do país e possibilitava grande poder discricionário ao Estado brasileiro, colocando o governo, no discurso, “acima das ideologias e interesses partidários, em favor do desenvolvimento nacional.” E isto implicava, também, esforços para a redução das desigualdades regionais, tantas vezes protelados pela União e pelos interesses oligárquicos regionais.

A **questão regional** brasileira, compreendida como a manutenção e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas entre os (e dentro dos) distintos estados e regiões do país, tem raízes históricas, que remontam ao início da formação econômica brasileira. Os problemas regionais de demanda externa e relações de propriedade surgem desde o período colonial e desenvolvem-se até meados do século XIX, no contexto dos “complexos” regionais.

O crescimento das relações comerciais com o mercado externo, do “exclusivo metropolitano” à abertura dos mercados, marca a formação do capitalismo brasileiro, não em sua forma acabada, mas pelo desenvolvimento da forma mercantil de produção de suas principais mercadorias. A escravidão, reinventada como necessidade para a produção em larga escala, combinara-se com o crescimento da empresa colonial de exportação, que proporcionava altos ganhos e formação de elites regionais conservadoras, mais preocupadas com a garantia de ganhos individuais do que na resolução de problemas sociais. E esta situação se prolongou, mesmo depois da abolição da escravidão, com a introdução de força de trabalho livre. As altas margens de lucro da cafeicultura paulista proporcionariam as bases para a diversificação produtiva e para o processo de industrialização que se tornaria hegemônico no país. Numa situação extrema à de São Paulo, a economia nordestina, baseada na atividade açucareira de baixa produtividade e escassez de terras, agravada por secas periódicas que imprimiam ritmo menos dinâmico àquela atividade, passaria a sofrer a concorrência da emergente economia paulista a partir do final do século passado.

Além do “complexo nordestino”, e do dinâmico complexo cafeeiro, havia outras economias regionais distintas: a “economia do aviamento da borracha” na Amazônia e a economia de pequenas e médias propriedades, baseada na agricultura, produtora de alimentos, no Extremo Sul do Brasil. E, dentro da própria região produtora do café, diferenças fundamentais entre os Estados produtores, com a decadência dos cafezais do Rio de Janeiro e a crescente dinamicidade dos cafezais paulistas⁵.

Até as primeiras décadas deste século, as regiões ou estados brasileiros, em termos econômicos, eram relativamente autônomas. O Brasil era composto por um autêntico “arquipélago” de regiões (CANO, 1985). Mesmo aquelas que tiveram os primeiros surtos industrializantes, realizavam seus excedentes pela venda de bens primários ou manufaturados, em suas relações com o comércio exterior ou regiões/estados vizinhos, em mercados regionais

⁵ - Não me deterei na descrição desse longo processo histórico de desenvolvimento dos “complexos” regionais ou da formação do capitalismo retardatário no Brasil. Este esforço já foi realizado e apresentado, com riqueza de detalhes, por FURTADO (1961), PRADO JR. (1970), e CANO (1977).

específicos. Em sua maior parte, não conseguiam romper os limites impostos pelos mercados locais e isto determinava o relativo atraso tecnológico e baixo dinamismo de suas economias.

Não esqueçamos que até então, os interesses imediatos das elites locais/regionais, que tinham receio de perder espaços políticos para “estrangeiros”, aprisionavam e atrasavam a ação pública na solução de problemas estruturais locais - e, portanto, regionais e nacionais. O “pacto” nacional, mantido por tais elites, resultava em ações de caráter genérico ou, quando muito, localizadas, por exemplo, no socorro a populações flageladas pelas secas nordestinas ou nas políticas de apoio conjuntural aos cafeicultores, cacauicultores, usineiros, pecuaristas, etc. O desenvolvimento retardatário das relações capitalistas de produção no Brasil (principalmente fora do eixo Rio-São Paulo) contribuía para a manutenção dos discursos regionalistas.

A expansão e o dinamismo da indústria concentrada em São Paulo empreenderia dois movimentos distintos, porém articulados no tempo e espaço. Um primeiro momento de busca de novos mercados para viabilizar e realizar sua produção, via inserção gradual de suas mercadorias em distintos espaços extra-regionais, articulando as diversas regiões do país sob a lógica do capital comercial. No segundo momento, uma vez integrado o mercado nacional, passou a transferir recursos e implantar relações capitalistas de trabalho, integrando produtivamente estados e regiões menos desenvolvidas e solidarizando uma nascente burguesia, agora em bases nacionais. Estes movimentos do capital comercial e produtivo resultariam na modernização gradativa das forças produtivas em todas as regiões do país, mas não seriam suficientes para extinguir as formas não capitalistas de produção. As oligarquias regionais ganhariam sobrevida, associando-se aos novos capitais, assim possibilitando o crescimento econômico “desigual e combinado”, com relações capitalistas modernas mas também recriando ou alimentando formas arcaicas de produção, alimentando e acirrando desigualdades sociais e econômicas inter e intra-regionais. Dialeticamente, cresciam os interesses industrialistas da burguesia nacional e difundia-se a ideologia nacional-desenvolvimentista. O ingresso de capitais estrangeiros, empreendendo a fase da industrialização pesada, tornava mais complexo o enfrentamento da questão. Por outro lado, ficava cada vez mais difícil “esconder” a problemática das desigualdades regionais, na medida em que se divulgavam as Contas Nacionais e Regionais do Brasil, a partir de 1951 e 1952.

Era de conhecimento geral a recorrência das secas, que flagelavam as populações da região Nordeste do país, desde o século XIX. Ações típicas do poder público, limitavam-se a simples “adjutórios” que ampliavam ainda mais o poder dos “coronéis” e os tornavam benfeitores - e, portanto, os mantinham como classe dominante -, “padrinhos” de contingentes cada vez maiores de miseráveis daquelas populações. Na década de 50, a problemática da seca ganharia contornos ainda mais dramáticos, quando retirantes e “paus-de-arara”, oriundos do Nordeste, migrariam para a periferia das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ampliando os problemas sociais daquelas metrópoles. Um problema que era tratado como “local” ou “regional”, ganhava contornos de “questão nacional”. Esta, na verdade, era uma das faces da **questão regional**, que deveria ser enfrentada não só pelos governos locais mas também pelo governo nacional.

2. Principais Marcos Teóricos para a Reflexão do Tema

O interesse crescente sobre este tema fez surgir um campo novo na Economia que, apesar de já estar constando na agenda de preocupações dos clássicos, só é considerado como tal a partir da década de 50 deste século, com o surgimento de livros-textos e a criação de disciplinas regulares em currículos universitários. Do mesmo modo, a Geografia, a História e a Sociologia passaram a teorizar os espaços regionais e urbanos, fazendo surgir o novo campo das “Regional Sciences” ou “Urban Sciences”.

No campo da Economia, encontram-se referências esparsas sobre a questão espacial desde os Fisiocratas até os clássicos, Smith, Ricardo e Marx. As implicações teóricas sobre o desenvolvimento econômico e sua manifestação espacial apresentavam-se como secundárias, nas análises clássicas. A análise do processo econômico, com o uso de categorias universais, levava a conclusões altamente abstratas, tanto no que se refere à organização da produção quanto do ponto de vista da distribuição. Derivam daí os primeiros **modelos de crescimento econômico**, que integram estudos mais amplos acerca da **problemática do desenvolvimento**, do funcionamento e do processo de transformação estrutural das economias nacionais.

De Ricardo derivou-se um modelo de crescimento econômico, que explica como o funcionamento do sistema econômico tende ao plano estacionário. Em Marx, a ênfase foi colocada na acumulação de capital, principalmente no modelo obtido a partir do esquema de reprodução ampliada. Posteriormente, os esquemas neoclássicos passaram a destacar a condição de equilíbrio e a racionalidade microeconômica dos agentes, orientando a ação econômica e política dos Estados nacionais.

O legado marxiano para a análise regional e urbana foi bastante limitado. Apenas alguns comentários de Marx em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, acerca do processo de urbanização do campo como resultante do processo de acumulação capitalista; dois textos de Engels, *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra* e *A Questão da Habitação*; e um trabalho conjunto - *A Ideologia Alemã* (“o antagonismo entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie para a civilização”). Em que pese o crescimento da base urbana dos movimentos revolucionários e contestatórios, a partir de meados do Século XIX, houve pouca elaboração marxista de análises dos processos de urbanização na Europa.

Nas últimas décadas do Século XIX, alguns autores passaram a estudar mais os “esboços” de Marx e Engels. O avanço do capitalismo industrial em direção ao campo moldava os processos de produção no campo de acordo com suas necessidades de reprodução, provocando transformações radicais tanto no campo, quanto nas cidades européias. Movimentos migratórios expressivos, perda de propriedade e proletarização, eram saldos que restavam para as populações rurais. Nos anos 90, a questão agrária seria central nas discussões políticas. Num contexto de intensos debates por parte de sindicalistas e intelectuais socialistas, são editados dois trabalhos sobre o tema, de grande repercussão: o pioneiro *A Questão Agrária*, de Kautsky, e o de Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

O trabalho de Lênin, como registra seu subtítulo, analisa o processo de formação de um mercado interno para o avanço do capital industrial na Rússia. Fruto de uma exaustiva pesquisa, que levava em conta o espaço próprio do capital na totalidade sócio-econômica russa, esta obra apreende toda a dinâmica sócio-econômica e identifica as principais tendências históricas do movimento do capital naquele país, mostrando como os espaços rural e urbano são

transformados, como são destruídas velhas barreiras medievais pelo capitalismo e como isto provoca movimentos migratórios e modifica as relações de trabalho, a propriedade da terra e a divisão social do trabalho, num período em que o capitalismo buscava consolidar-se como um modo de produção dominante naquele país, principalmente a partir dos anos 1860.

Outra grande contribuição do pensamento marxista para a interpretação das desigualdades regionais pode ser creditada a **teoria do desenvolvimento desigual e combinado**, de Trotsky, segundo a qual, um país não pode superar seu atraso passando pelas mesmas etapas já atravessadas pelos países adiantados. Os países da periferia capitalista, ao “condensarem” ou “saltarem” etapas, combinam aspectos de atraso com características de estágios superiores de desenvolvimento. Esse desenvolvimento desigual e combinado seria decorrente da forma concreta de inserção capitalista e da dinâmica por ele empreendida no território nacional.

Ao final da II Guerra, a agricultura passaria a cada vez mais se transformar em empresa industrializada, pertencente a grandes organizações, produtoras de alimentos em grandes quantidades, voltadas não só para os mercados locais mas para o internacional. Com isto, diminuiria ou se eliminava a agricultura familiar e modificavam-se os requisitos urbanos: alterava-se as paisagens rural e urbana antes dedicadas à vida rural familiar. Transformaram-se os processos de produção e deslocaram-se famílias para outras atividades ou para engrossar fileiras no “exército industrial de reserva”, para a indústria urbana e rural. É no interesse renovado pelas questões urbanas e regionais do pós-guerra, que surgem trabalhos de abordagem crítica na perspectiva marxista. No campo da Geografia e da Sociologia Urbana, os analistas ressaltam aspectos da predominância das relações capitalistas, seja sobre o conflito de classes e suas consequências processuais, seja em relação à lógica de acumulação do capital.

Levados pelas transformações urbanas dos anos 50 e 60, os marxistas buscaram entender as relações entre a produção e a reprodução social, que tinham na cidade seu espaço apropriado, *locus* da produção e realização capitalista, e ambiente de reprodução da força de trabalho. Manuel Castells, em *A Questão Urbana* (1976) e outros escritos, faria uma crítica à sociologia urbana convencional, apresentando um novo conceito de “urbano”, através da teoria do consumo coletivo, da política urbana, dos movimentos sociais e da concepção marxista de Estado. O

debate sobre a teoria do espaço e o papel do estado capitalista, suscitado por esta obra, fez surgir diversas interpretações e uma profusão de trabalhos sobre a questão urbana e regional que, não cabe aqui ser reproduzido⁶.

A crítica marxista à Economia Política, ao mostrar que as desigualdades sociais, explicitadas nos espaços urbanos e regionais, são provocadas pela reprodução capitalista, suscitava mudanças radicais no sistema político e econômico vigente, inspirando o ideal revolucionário que, concretamente havia culminado na Revolução Russa e, mais tarde na expansão do Estado Soviético.

Aos economistas e teóricos burgueses, restava a defesa dos princípios liberais da teoria smithiana e ricardiana. Os pressupostos clássicos da livre concorrência, livre câmbio e soberania do consumidor, passaram a orientar a maioria das análises inferidas de observações históricas. A tradição marginalista neoclássica desenvolveria modelos explicativos, com funções contínuas baseadas em fatores de produção dados, em geral inaplicáveis à dimensão espacial concreta. As **teorias de localização** desenvolvidas no âmbito dessa tradição, conseguiram se estabelecer através de formalizações “elegantes”, abstraindo discontinuidades da dinâmica econômica e social, quando tratavam das diferenças inter-regionais ou intersetoriais.

No conjunto das teorias da localização, o trabalho pioneiro que tentou sistematizar a análise espacial foi de autoria de Johann-Heinrich Von Thünen, escrito em 1826⁷ - que se tornou referência quase obrigatória nos primeiros livros-textos de economia regional e urbana. Com os seus “anéis” ou “círculos” concêntricos, preocupava-se com a formação dos preços agrícolas e a renda dos agricultores e a influência da distância das cidades (centros de consumo), reduzindo o rendimento do produtor. Seus resultados, todavia, estavam limitados pelos pressupostos de

⁶ - Para maiores detalhes acerca do debate sobre a teoria do espaço, ver GOTTIDIENER (1993:115-94). Ver, também, CASTELLS (1976) *La Cuestion Urbana*. México, Siglo XXI, 2ª ed.; e CASTELLS (1975) *Problemas de Investigación em Sociologia Urbana*. Lisboa, Editorial Presença.

⁷ - THÜNEN, J.H.Von. (1926) *The Isolated State*. New York, Pergamon Press, 1966. Um resumo da formalização do modelo de Von Thünen, pode ser visto em AZZONI (1982:70-3).

homogeneidade da fertilidade do solo, das oportunidades de acesso à cidade, dos preços, produtos e “fatores”, além da presença de acidentes geográficos e do sistema de transporte.

Aos escritos de Thünen, seguiram-se os de Weber, Losh e Isard, entre outros⁸. A tradição marginalista seria mantida com Weber, que analisaria a influência dos custos de transportes sobre a localização de firmas (industriais) individuais, introduzindo a noção de “forças aglomerativas” e “triângulos de localização”. Para ele a localização da firma industrial depende do tripé: localização das fontes de matérias-primas (que são dadas e conhecidas); da posição e tamanho dos centros de consumo; e da oferta de mão-de-obra (considerada ilimitada a uma dada taxa de salário). Em sua análise sobre a localização com o custo mínimo de transporte, acrescenta o conceito de “isodapana”, que consiste de um “conjunto de todos os pontos que têm igual acréscimo de custo de transporte, em relação a localização em que esse custo é mínimo” (AZZONI, 1982:79).

Com a difusão das teorias marginalistas da localização, formou-se uma certa “ortodoxia”, a partir dos anos 40, que partia principalmente dos escritos de Lösch (1940) e Christaller⁹. A teoria dos lugares centrais desenvolvida por este, seria revisitada por Lösch¹⁰ com uma roupagem de “teoria geral da localização”. Em ambos, o espaço local ou regional é homogeneizado, sujeito a abordagem microeconômica da maximização de lucros e diminuição de custos. Em seus modelos, a produção urbana de bens/serviços (que corresponde a uma escala de produção, que alcança um ótimo representado por uma demanda, dividida num espaço homogêneo) tende a se organizar em redes centrais concêntricas recobrando o espaço. O

⁸ - As referências originais são: a) WEBER, A. (1909) *Theory of Location of Industries*. 2ª ed, Chicago, University of Chicago Press, 1957; b) LÖSCH, A. (1940) *The Economics of Location*, New Haven, Yale University Press, 1954; c) ISARD, W. (1956) *Location and Space Economy. A General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure*. Cambridge, MIT Press. Outros autores que contribuíram para a Teoria da Localização poderiam ser aqui apresentados, correndo-se o risco de alongar esta seção. Assim, remeto o leitor interessado sobre o tema para as análises e formalizações resumidas, desses e de outros autores, contidas em RICHARDSON (1969) e AZZONI (1982). Ocioso discutir que em quase todos os modelos, em geral são mantidos os pressupostos da concorrência perfeita, funções de produção com coeficientes técnicos fixos, racionalidade do consumidor ou mesmo simetria de oportunidades de informação nos mercados considerados.

⁹ - CHRISTALLER, W. (1933) *Central Place in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, 1966.

¹⁰ - LÖSCH, A. (1954) *The Economics of Location*. Yale University Press.

conceito de centralidade utilizado, presume o centro urbano como o local de concentração das oportunidades de emprego e das decisões econômicas. As decisões de localização são tomadas mediante a opção entre o preço da terra (mais alto quanto mais perto do centro urbano) e os custos de transporte (mais altos quanto mais afastados).

A tradição teórica dos lugares centrais evoluiu para modelos *policêntricos* que supõem uma rede de cidades. A economia regional passou a compreender uma matriz funcional de redes de comércio, de transporte e de administração que sustenta um conjunto de cidades. Nesta rede, as cidades maiores cumprem várias funções, oferecendo uma base regular para os outros lugares urbanos localizados na região circunvizinha. Assim, existiriam centros e subcentros hierarquicamente relacionados. Neste contexto, o conjunto de atividades de um lugar central depende de sua posição na rede urbana hierarquizada e com isso, pode-se justificar o maior ou menor sucesso de uma cidade, sob os auspícios do jogo da livre concorrência! Na verdade, a idéia descritiva predominante nessa teoria é que as cidades centrais constituem nódulos de uma grande rede de cidades e que uma “mão invisível” otimizadora fará com que centros mais importantes sejam hierarquicamente superiores.

Este arcabouço teórico não contemplava a possibilidade de uma determinada cidade ofertar bens ou serviços considerados essenciais a partir da intervenção ou organização do Estado, fora do âmbito da concorrência de mercado. Ironicamente, todavia, seus modelos inspiraram estudos e intervenções territoriais mais funcionalistas. Explicavam que certas cidades eram relativamente melhor sucedidas por causa de seus ambientes econômicos e culturais mais ativos ou porque seus cidadãos adotavam atitudes mais cooperativas ou “concertadas”, para a solução de problemas comuns. A teoria da hierarquia dos lugares centrais não considera que regiões e nações são espaços heterogêneos; que possuem composição social e riquezas diferentes; que os bairros, as cidades e os países, não são semelhantes: são redes urbanas de territórios heterogêneos. Não considera que a hierarquia urbana resulta de um processo de concentração produtiva e de centralização financeira na cidade central e que estas relações do capital sobre a rede urbana determina as formas de divisão social do trabalho, diferenciando espaços urbanos e rurais que, por seu turno serão mais ou menos importantes no conjunto de

acordo com seus específicos processos de inserção históricos e de suas vantagens locais naturais ou adquiridas.

A teoria da hierarquia das cidades, apesar do limitado e estático poder explicativo, tem permanecido e até predominado em alguns ramos da geografia e da economia urbana e regional. Estudos e pesquisas interdisciplinares, com o apoio de economistas, historiadores, sociólogos e geógrafos, encomendados por órgãos de planejamento tem sido produzidos até os dias atuais¹¹, com adaptações deste modelo. As análises descritivas de estruturas regionais e urbanas têm servido para o exercício de tentativas de compatibilidades teóricas. Em geral, são feitas categorizações, sem análise, estabelecendo importâncias e atributos (fetiches) espaciais, escondendo a constatação principal de que o sistema social e econômico, espacialmente concentrado numa cidade, região ou país, é produto da interação de classes e grupos sociais, do poder institucional concentrado, e não da relação entre “lugares”.

Os esforços de recuperação das economias combalidos após duas guerras mundiais, fizeram aumentar a teorização acerca das desigualdades espaciais, em busca de explicações plausíveis acerca do fenômeno do subdesenvolvimento e da pobreza das nações. A tomada de consciência do atraso econômico da maioria da humanidade, fez aumentar o debate político, catalisado pela ONU e pela bipolaridade ideológica representada pelo confronto entre o mundo capitalista e os novos países socialistas. A partir de então, a abordagem regional, ganhou novos contornos, com a difusão de novas teorias do desenvolvimento econômico, de inspiração neoclássica, schumpeteriana ou keynesiana.

Uma teoria bastante difundida no imediato pós-guerra, conseguindo manter uma certa “ortodoxia” nos anos 60, foi a **“teoria” das etapas do desenvolvimento**, de Rostow (1963), baseada na hipótese de que cada região ou país deveria necessariamente passar por etapas históricas semelhantes (Colin Clark, 1951): a cidade pré-industrial; industrial; e pós-industrial. Nem todos os países conseguiam “decolar” no mesmo momento e ritmo, e isto implicava estágios diferentes de desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países. Para proporcionar o

¹¹ - No Capítulo V, que trata da evolução sócio-econômica do município de Feira de Santana, voltarei ao tema, com o contraponto a um estudo concreto (MELLO E SILVA, 1985) sobre a centralidade regional daquele município.

desenvolvimento de regiões relativamente subdesenvolvidas ou “em desenvolvimento”, os produtos modernos, produzidos das áreas mais desenvolvidas, deveriam se generalizar. Sua produção e comercialização se deslocariam para os países menos desenvolvidos, estimulando seu crescimento (obedecendo a teoria do ciclo do produto de Vernon, 1966).

Alcançar a era pós-industrial, terciária, seria uma questão de tempo, na medida em que fossem adotadas reformas sociais e econômicas estruturais. Com esta teoria, poder-se-ia explicar o atraso de algumas regiões simplesmente pela existência de “vicissitudes” do clima, das instituições políticas ou sociais ou de ideologias conservadoras. Para se desenvolver, os países atrasados deveriam trilhar os caminhos já percorridos pelos países adiantados importando *know-how* daqueles, que proporcionariam as bases para suas “decolagens” rumo ao desenvolvimento.

Outra corrente importante foi originada pelo viés schumpeteriano trazido na noção de crescimento desequilibrado de François Perroux¹², que chamava atenção para o efeito mais complexo da dominação, relacionando o processo social com o espaço físico. Para ele o crescimento econômico é localizado e não disseminado no espaço econômico regional ou nacional. Existem **pólos de crescimento**, que transmitem seus efeitos de forma desequilibrada e difusa para o restante da economia. As “macrodecisões”, oriundas do Estado ou de qualquer *unidade dominante*, corroboram o pensamento de que as formas de dominação social, com o recurso da inovação tecnológica, são atributos essenciais das atividades empresariais. Assim, o surgimento de novas indústrias cria nova atmosfera favorável ao crescimento e progresso econômico, trazendo inovações e suscita imitações, intensificando e qualificando a concorrência, provocando mudanças jurídicas e políticas das instituições. As noções de equilíbrio estático e circuito estacionário, utilizadas pela teoria econômica convencional, eram insuficientes, na visão de Perroux, para explicar o crescimento real de uma economia, já que tais modelos consideravam “a economia de um período como réplica exata do período anterior” onde os produtos aumentariam numa dada proporção, desconsiderando as modificações estruturais e tecnológicas e o surgimento de novas indústrias, decorrente de inovações radicais.

¹² - PERROUX, F. (1955) “O Conceito de Pólo de Crescimento” (Título original: “Note sur la Notion de Pôle de Croissance”), in: SCHWARTZMAN, J. (1977:145-56).

O “**complexo industrial**” de Perroux está baseado na adoção teórica de um regime não-concorrencial e na defesa da aglomeração territorial, com a introdução do conceito de **indústria motriz** e **indústria movida**. A primeira tem a capacidade de induzir o aumento nas vendas (e compras de matérias-primas e serviços) em outra(s) indústria(s) - a indústria movida - quando aumenta suas próprias vendas (e suas compras de serviços produtivos). Com estes elementos, o crescimento da economia nacional, para além da organização política e da combinação de fatores de produção num determinado espaço e população, resulta da combinação dos conjuntos ativos (das indústrias motrizes, dos pólos de indústrias e de atividades geograficamente aglomerados) com os conjuntos relativamente passivos (de indústrias movidas e regiões dependentes dos pólos geograficamente aglomerados), onde os primeiros conjuntos são responsáveis pela transmissão aos últimos dos fenômenos de crescimento. Com esta construção, a concepção de crescimento de Perroux gira em torno do conceito de **pólo de crescimento**, isto é, pela irradiação, de forma assimétrica e irreversível, dos seus efeitos positivos.

A difusão dessa teoria nos meios acadêmicos e políticos foi a base para a adoção de políticas de desenvolvimento industrial e regional, tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos. Todavia, seus resultados, como atestam vários estudos foram decepcionantes do ponto de vista empírico. Um corolário imediato do conceito de pólo de crescimento é a inevitável concentração regional das atividades econômicas. A adoção de políticas industriais concentradoras, principalmente em países de industrialização retardatária não logrou obter os resultados esperados, já que as unidades motrizes não conseguiam difundir inovações tecnológicas pois, como no caso do Brasil, os centros de decisão de P&D se localizavam ou fora do país ou na sua região mais desenvolvida. A generalidade da teoria de Perroux poderia englobar todos os tipos de mercados, de empresas, de famílias e de estados, nos mercados nacionais e internacionais – implicando impossibilidade de determinação dos setores-chave ou de quantificação de um tamanho ótimo do pólo¹³.

¹³ - Para uma crítica mais detalhada do conceito de Perroux, ver BLAUG, Mark. (s.d.) “A Teoria da Dominação Econômica de Perroux: O Caso da Roupa do Rei” (Título original: “A Case of Emperor’s Clothes: Perroux’s Theory of Economic Domination”), in: SCHWARTZMAN, J. (1977:195-207).

A teoria da **base de exportação**¹⁴, ao refutar a teoria dos estágios de desenvolvimento, afirma que o crescimento regional depende do crescimento de suas atividades de exportação, atribuindo papel fundamental à demanda externa. A inserção regional no mercado externo implica processos de crescimento duradouros e auto-sustentados, com capacidade de difusão dos resultados econômicos para outras regiões e setores da economia considerada, limitada pelas características tecnológicas dos produtos exportados. A expansão dos mercados depende da capacidade competitiva da economia, que depende dos seus recursos humanos, do conhecimento tecnológico, facilidades de transporte, etc. Trata-se de uma teoria decorrente das formulações sobre o *multiplicador keynesiano* do comércio exterior, adaptada à análise de longo prazo.

A visão simplificada de certas características do desenvolvimento histórico regional, dicotomizando a região e o resto do mundo, obscurece as interrelações regionais e setoriais endógenas. Estes limites agudizam-se na medida em que as economias analisadas tornam-se mais complexas, particularmente no momento em que o crescimento de certas regiões implica redução da participação das exportações no conjunto da atividade econômica geral.

Um contraponto às teorias da base de exportação e dos pólos de crescimento foi apresentado por Hirschman¹⁵, que entende ser a evolução das desigualdades regionais decorrentes da força de atuação ou dos diferentes impactos que os efeitos de fluência e de polarização das regiões mais desenvolvidas exercem sobre as menos desenvolvidas. Com isso, contrapõe-se ao pensamento neoclássico que defendia a hipótese de crescimento equilibrado das regiões, dada a provável existência de livre movimentação dos fatores produtivos entre as mesmas. Para ele, a convergência dos níveis regionais de bem-estar não é automática nem tampouco resultante “natural” do seu processo de desenvolvimento econômico

¹⁴ - Para maiores detalhes, ver os seguintes dois artigos publicados na coletânea organizada por SCHWARTZMAN (1977): NORTH, Douglas C. (1955:291-313) “Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional” (Título original: Location Theory na Regional Economic Growth); e NORTH, D.C. (1959:333-43) “A Agricultura no Crescimento Econômico Regional” (Título original: Agriculture in Regional Economic Growth). Ver, também, TIEBOUT, Charles M. (1956:315-23) As Exportações e o Crescimento Econômico Regional (Título Original: Exports and Regional Economic Growth) e as réplica e tréplica às pág. 324-32.

¹⁵ - HIRSCHMAN, Albert O. (1958) **The Strategy of Economic Development**. New Haven, Yale University Press. Ver, também, HIRSHMAN, A. O. (1983) “Confissões de um Dissidente: a Estratégia do Desenvolvimento Reconsiderada”, Rio de Janeiro, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 13(1):abril.

Sua teoria da transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico baseia-se no conceito de interdependência setorial, oriundo dos esquemas teóricos de *input-output*. Isto é, no poder de encadeamento (*linkages*) das produções setoriais e sua relação com o desenvolvimento econômico de um país ou região. Os *backward effects* representam a capacidade de um setor ou indústria induzir um aumento da oferta de produtos por ela insumidos. Já os *linkages* para frente (*forward effects*), correspondem a capacidade de uma indústria ou setor induzir outros setores a usar seu produto como insumo. Neste contexto, considerando que as desigualdades regionais não são passageiras ou aleatórias, justifica-se a necessidade da intervenção governamental, através da utilização de instrumentos que favoreçam a transmissão dos efeitos de fluência em detrimento dos de polarização, desobstruindo-se os gargalos da produção e possibilitando-se um crescimento adequado às necessidades da população. De acordo com Hirschman (1958:42), “a alocação regional dos investimentos públicos é a maneira mais óbvia pela qual a política econômica influencia as taxas de crescimento das diversas regiões de um país”.

A insuficiência da análise e da prática econômica liberal já havia sido demonstrada, não só pela emergência da crise de 1929, mas também pelas teorias de Keynes, Kalecki e Schumpeter, baseadas na análise dos ciclos econômicos. De acordo com Keynes, o Estado deveria atuar com políticas anticíclicas, em setores como tributação, oferta de dinheiro, expansão e contração do crédito, controle da taxa de juros, realização de obras públicas e expansão/redução do déficit orçamentário, para garantir um nível mínimo de desemprego involuntário, bem como um nível adequado de crescimento econômico. Assim, o Estado exerceria maior poder discricionário na economia, regulando atividades privadas, indicando oportunidades, estabelecendo metas, punições ou premiações, além de agir diretamente como agente da produção, onde o capital fosse insuficiente.

A aceitação que passou a ter a teoria Keynesiana, principalmente depois de “adaptada” pela síntese neoclássica, levou alguns autores a elaborar modelos de desenvolvimento ou crescimento econômico, com objetivo de contribuir para a compreensão do funcionamento e processo de transformação estrutural das economias capitalistas. Inicialmente, as contribuições isoladas de Domar e de Harrod para a teoria do crescimento econômico, com base na teoria dos

ciclos, partia da abordagem do equilíbrio dinâmico de pleno emprego e mostrava a tendência das economias “maduras” à estagnação. Harrod¹⁶ admitia que tanto a poupança quanto o investimento *ex-ante* são proporcionais ao crescimento do produto. Isto implica que, para o equilíbrio entre poupança e investimento, não haja superprodução ou subprodução. Já Domar¹⁷ preocupava-se com a determinação de uma taxa de crescimento do produto e do investimento para a manutenção do pleno emprego. O modelo Harrod-Domar mostra que o produto nacional é limitado exclusivamente pelo estoque de capital, tratando de determinar as trajetórias do investimento e do produto dada a propensão marginal a poupar. Adaptado à análise das economias subdesenvolvidas, o modelo admite que o problema econômico seja criar oferta e que a demanda agregada se ajusta de modo a absorver a capacidade produtiva.

Outros modelos de crescimento macroeconômico foram aperfeiçoando formalizações ao longo dos anos 60 e 70¹⁸. Mas a partir de meados dos anos 80, a literatura econômica viu crescer a quantidade de trabalhos que tratavam de modelos de crescimento/desenvolvimento macroeconômico. Economistas *neo-ricardianos*, *novos Keynesianos* ou *neo-schumpeterianos*, passaram a tratar como endógenas, portanto passíveis de formalização matemática, questões como expectativas (racionais), *externalidades*, *falhas de mercado* ou mudanças tecnológicas. Creio, contudo, ser dispensável a apresentação dos mesmos neste momento, por não estar entre os objetivos deste trabalho dar conta do debate teórico e histórico que tais modelos suscitam¹⁹.

¹⁶ - HARROD, R.F. (1948) *Towards a Dynamic Macroeconomics*. Macmillan Press.

¹⁷ - DOMAR, E.D. (1957) *Essays in the Theory of Economic Growth*. Oxford University Press.

¹⁸ - Uma boa apresentação de modelos de crescimento pode ser encontrada em PAZ, Pedro; e RODRIGUEZ, Octávio (1970). *Modelos de Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro, Fórum/ILPES, 1972. Ver, também, SUNKEL, Oswald.; e PAZ, Pedro (1970) *El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo*. México, Siglo XXI. Diversos manuais de macroeconomia tratam do assunto, porém para uma explanação formalizada deste e de outros modelos de crescimento macroeconômico, ver o capítulo III de SIMONSEN, M. H. (1993) *Dinâmica Macroeconômica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil. Ver, também o capítulo IX do livro de SIMONSEN, Mário H.; e CYSNE, Rubens P. (1989) *Macroeconomia*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.

¹⁹ - O leitor interessado nessa literatura poderá consultar, entre outros, ROMER, P. (1994) “The Origins of Endogenous Growth”, *Journal of Economic Perspectives*, 1(8):3-22; SIEBERT, Horst. (1991) “A Schumpeterian Model of Growth in the World Economy: Some Notes on a New Paradigm in International Economics”, *Weltwirtschaftliches Archiv. Review of World Economics*, 4(127): 800-12; ROMER, Paul (1990) “On Endogenous Growth”, *Journal of Political Economy*, 5(98), Parte 2; LUCAS, Robert (1988) “On the mechanics of Economic Development”, *Journal of Monetary Economics*, 22(1):3-42, jul; e LUCAS,

A solução para os problemas do subdesenvolvimento requeria muito mais do que a simples adoção de um receituário dos países desenvolvidos, como queria Rostow. Aliás, o crescente comércio internacional, já mostrava que a especialização primário-exportadora dos países periféricos representava um processo crescente de deterioração dos termos de troca e de transferência do progresso técnico para o exterior. Isto foi demonstrado pioneiramente pela CEPAL, órgão da ONU criado em 1948. Em 1949, Prebisch²⁰, denunciaria os resultados da dinâmica centro *versus* periferia, impostos pela hegemonia americana, que combinava elevada produtividade e protecionismo seletivo.

“O que dava importância ao novo documento era seu tom de denúncia de uma situação intolerável a que eram condenados os países exportadores de produtos primários. (...) O comércio exterior é bom, não porque permite maximizar vantagens comparativas, mas porque nos fornece meios de pagamento para importar equipamentos, diversificar as estruturas produtivas, assimilar técnicas modernas. O sistema tradicional de divisão internacional do trabalho opera implacavelmente no sentido de criar servidões para os países da periferia.” (FURTADO, 1985:62-3)

A **teoria do subdesenvolvimento**, de Celso Furtado²¹, baseada na análise do processo histórico brasileiro e latino-americano, viria mostrar que se trata de um fenômeno próprio do desenvolvimento do capitalismo emergente da Segunda Revolução Industrial. Nos países desenvolvidos o progresso tecnológico seria a fonte do desenvolvimento que levaria à acumulação de capital, enquanto nos países subdesenvolvidos o elemento dinâmico seria o perfil de demanda, determinado pela desigual e concentrada distribuição da renda, que possibilitaria a produção e o consumo diversificados mas dificultaria o processo de difusão tecnológica que

Robert. (1987) **Modelos de Ciclos Econômicos**. Madrid, Alianza Editorial. Para uma visão crítica, ver os textos de: STIGLITZ, Joseph (1994) “Economic Growth Revisited”, **Industrial and Corporate Change**, 3(1):65-110; e PASINETTI, Luigi L. (1993) **Structural Economic Dynamics: A Theory of Economic Consequences of Human Learning**. Cambridge, Cambridge University Press.

²⁰ - PREBISH, Raul (1949). “El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas”, in: GURRIERI, A. (Org) (1982). **La Obra de Prebisch en la CEPAL**. México, Fondo de Cultura Económica, Vol I.

²¹ - Ver FURTADO, Celso (1966) **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Cia Editora Nacional. Ver, também, do mesmo autor e editora o clássico editado em 1964, **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**.

tornaria impossível um desenvolvimento auto-sustentado da economia local (GOLDENSTEIN, 1994:34).

A CEPAL preconizava que a estratégia de desenvolvimento dos países latino americanos deveria ser baseada num processo de industrialização, sob pena de, ao estimular exportações, reproduzir continuamente as assimetrias entre o bloco periférico e os países centrais. A industrialização periférica absorveria o excedente não empregado nas atividades primárias, reduzindo pressões sobre salários e preços do setor exportador, enquanto substituiria produtos da pauta de importações. A **substituição de importações** não deveria se limitar a produção doméstica de artigos de consumo, pois isto elevaria as pressões sobre as contas externas. Era necessária a extensão à produção de máquinas, equipamentos e bens de capital, para propiciar a internalização do progresso técnico e o desenvolvimento local.

O debate ideológico e acadêmico sobre os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento suscitou uma outra vertente da **teoria da dependência** que, resumidamente, explicava a causa do subdesenvolvimento pela riqueza dos países centrais, que se alimentavam da miséria dos primeiros. O subdesenvolvimento era uma **característica estrutural** do sistema econômico mundial. Mas, para estes teóricos, o motivo do subdesenvolvimento estaria limitado às relações de troca. Quase que excluindo a análise das forças produtivas e das relações de produção, estes teóricos adotaram uma abordagem apenas *circulacionista*.²²

²² - Para contrapor-se à tese ricardiana das vantagens comparativas, desenvolvem a teoria da “deterioração dos termos de troca”, para provar que a **troca desigual**, estabelecida desde a origem dos países subdesenvolvidos, impediria o crescimento da acumulação periférica e, por outro lado, o crescimento da competição entre os países centrais se encarregaria de impor “barreiras a entrada” ao clube dos desenvolvidos. Os mercados oligopolizados dos países centrais juntamente com a organização de seus sindicatos, impediriam que os ganhos de produtividade decorrentes das inovações tecnológicas fossem repassados para os preços de seus produtos. De uma forma geral, concebiam que a tecnologia incorporada aos equipamentos utilizados nos países subdesenvolvidos não é independente das relações sociais prevalecentes nos países de acumulação avançada, constituindo fator de concentração de renda. Para maiores detalhes, ver Samir AMIN (1973), **O Desenvolvimento Desigual**, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976; e (1973) **L’Imperialisme et le Développement Inégal**. Paris, Minit. Ver, também, EMMANUEL, Arghiri. (1969) **L’Échange Inégal: Essai sur les Antagonismes dans les Rapports Économiques Internationaux**. Paris, Maspero. Ver, também, BARAN, Paul A. (1957) “The Political Economy of Growth”. New York, Monthly Review Press; e SWEEZY, Paul. (1967) **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar.

A visão Centro x Periferia da CEPAL e os desdobramentos da teoria da dependência, contudo, influenciariam a difusão de um ambiente pró-industrialização nas economias latino-americanas, que em diversos graus iniciaram processos de substituição de importações. Para a CEPAL a política deliberada e correta de industrialização reverteria o quadro de subdesenvolvimento, possibilitando o acesso dos países latino-americanos ao progresso técnico, elevando progressivamente o nível de renda e diminuindo as desigualdades internas. Antes de haver uma identificação com o ideário teórico cepalino, a proposição de ações dos Estados nacionais passa a ser incorporada pelos industriais, engrossando seus argumentos políticos favoráveis à adoção de medidas de incentivo e proteção às indústrias nacionais.

A Economia Política da CEPAL, na visão de CARDOSO DE MELLO (1985), residia na geração de um processo de desenvolvimento *para dentro*, no qual a nação passaria a comandar a industrialização, substituindo a variável demanda externa pela formação do mercado interno como motor da economia. Ironicamente porém, ao longo dos anos 50-70, alguns países e regiões periféricas se industrializaram, com o ingresso maciço de capitais oriundos dos países centrais. O fato de a periferia ter se industrializado, contudo, não significaria nem a homogeneização do espaço econômico, como queria a ortodoxia econômica de inspiração neoclássica, nem tampouco a banalização da produção de acordo com o modelo Clark-Rostow-Vernon. Tampouco, a industrialização trouxera a liberdade nacional ou a solução para a pobreza e miséria dos países periféricos, como apontava a perspectiva cepalina.

A radicalização pelos teóricos marxistas da problemática levantada pela CEPAL, não traria qualquer avanço para a interpretação da realidade latino-americana. Observando as inconsistências da **teoria da dependência** e os desdobramentos históricos dos anos 60, F. H. Cardoso e E. Faletto²³ apresentaram outra versão para a problemática da relação centro-periferia: a dinâmica social era determinada por *fatores históricos internos*, em primeira instância, e, em última instância, por *fatores externos*, a partir do estabelecimento do Estado Nacional. A nova situação de subdesenvolvimento, significava integração com o mercado internacional. Os fluxos

²³ - CARDOSO, Fernando H.; e FALETTO, Enzo. (1969) **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, Rio de Janeiro, Zahar.

de investimentos diretos, oriundos das economias centrais, apesar de vinculados a decisões externas, repercutiriam no reinvestimento local, solidarizando os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno.

A nova teoria da dependência, assim, buscava superar a dicotomização desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, para colocar a questão da dependência em outro patamar: o desenvolvimento industrial periférico, dependente, seria requisito para o crescimento econômico dos países centrais. Todavia, como ressalta CARDOSO DE MELLO (1985:25-6), a tentativa de ampliação da visão cepalina vê-se frustrada porque

“(...) seria indispensável fazer a crítica da Economia Política da CEPAL pelas raízes (...) basicamente, do **critério cepalino de periodização histórica** (...), que é reproduzido tomando em conta ‘fatores sociais e políticos’ (...) e das **explicações cepalinas para a ‘passagem econômica’ de uma etapa a outra, de um período a outro**. Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o equívoco do pensamento da CEPAL na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas consequências, a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo.” (grifos do autor)

O formalismo da análise cepalina, mantido na análise de Cardoso e Faletto, dificulta o entendimento das raízes históricas do específico tipo de capitalismo que se instala em cada um dos países periféricos: entendimento das formas peculiares de suas relações sociais básicas, reinvenção do trabalho servil ou escravo, introdução do trabalho assalariado e a complexidade do desenvolvimento das forças produtivas (CARDOSO DE MELLO, 1985).

A teoria cepalina, do pensamento *Prebischiano*, teve o mérito de mostrar o papel do comércio mundial como elemento globalizante, integrador, e o progresso técnico como o fator de dominação e de diferenciação das economias nacionais. O resgate dessa noção reveste-se de importância, particularmente no momento em que se observam transformações tecnológicas e organizacionais que redefinem os padrões de **integração produtiva** e financeira das nações. As crises capitalistas que sucedem ao longo dos anos 70 e seguintes, provocam alterações na distribuição territorial do investimento, dos fluxos e da natureza dos capitais que se disponibilizaram para os países periféricos e de capitalismo tardio.

O intenso movimento de reestruturação produtiva, em gestação desde o pós-guerra mas intensificado a partir dos anos 80, revolucionaria o papel das instituições e modificaria os paradigmas da produção capitalista. Uma nova divisão internacional do trabalho estava se instalando: não mais se poderia falar de uma antiga e simples relação de dominância entre países. A partir de então, passou a sobressair o papel organizador, estruturante, da empresa transnacional, que, complementando a ação imperialista dos grandes países, influenciaria crescentemente a política econômica e a organização dos mercados internos e externos, tanto dos países centrais, assim como dos periféricos. Nesse contexto, o desenvolvimento periférico deixou de ser requisito para o crescimento econômico dos países centrais. Não há interesse nem econômico nem estratégico (a “*guerra fria*” acabou) em promover o desenvolvimento periférico que, em algumas regiões, como na África, passa a constituir um “peso morto”, áreas de pobreza, que ameaçam os países democráticos, com seus movimentos emigratórios.

O acirramento da concorrência mundial intercapitalista e entre as grandes potências, desencadeou a formação de blocos liderados pela *Triade*, que polarizam vastas áreas de livre comércio, erguendo novas barreiras protecionistas, apesar de todo o discurso (neo) liberal. O Imperialismo, isto é as grandes corporações através de seus Estados nacionais, passa a exigir, principalmente das nações periféricas, a derrubada dos monopólios públicos (energia, transportes, telecomunicações, etc.), além de desregulamentação das atividades econômicas, principalmente sobre os fluxos de capitais internacionais, privatização de empresas públicas, além de políticas de descentralização fiscal e de serviços (CANO, 1996).

A estratégia das grandes corporações transnacionais que, até meados dos anos 70, havia ampliado o mercado de exportações, incentivando a industrialização periférica e com isso possibilitando sua urbanização e melhoria social, hoje prescinde desses países. Condena-os à regressão mercantil, ao acirramento da crise social, ao desemprego. O movimento do capital-dinheiro em nível global vem tolhendo a capacidade de intervenção dos Estados Nacionais que, através dos seus Bancos Centrais, são contingenciados a **sancionar** as dívidas privadas e pouco a exercer as políticas macroeconômicas. A capacidade de intervenção estruturante, de imposição

de programas ou planos ao capital privado, ficou reduzida pela crise fiscal e pela perda dos **fundamentos** de suas instituições. Nos anos 90, o

“(...) cenário do ‘cada um por si’, já está em ação, será provavelmente o cenário dominante dos próximos vinte anos”. (Nesse cenário, vê-se) “cada companhia, cidade, região, país e grupo social atrelar-se à defesa e à promoção de suas próprias vantagens comparativas e posição já adquirida. A competitividade e a produtividade são erigidas em dogma absoluto, nos países onde o podem ser. Nos outros lugares, é luta pela sobrevivência em estado bruto.” (CHESNAIS, 1996:319, parêntesis meus)

A observação da *mundialização* do capital, suscita vários problemas de difícil abstração teórica, vez que o estabelecimento de relações causais supõem conhecimentos teóricos prévios. Todavia, os instrumentos empíricos e teóricos disponíveis mostram-se insuficientes ou inadaptáveis à elaboração de respostas para as questões formuladas. De certo, temos que a *globalização* ou *mundialização* ora em curso tem prolongado, aprofundado e obscurecido a discussão sobre a *crise da modernidade* e de seus pressupostos, ao tempo em que incentiva políticas de âmbito local, como a justificar o cenário do “*cada um por si*”.

O aprofundamento dos desequilíbrios inter-regionais e da instabilidade social e econômica, tem criado contradições entre os níveis macro e microeconômicos, levando os agentes produtivos a adotarem estratégias de *flexibilização*, que correspondem a ajustes de rebaixamento dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. O debate sobre o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicações fez surgir conceitos sobre os novos espaços industriais, sobre o regime de *acumulação flexível* e novas teorias de localização industrial. Embora seja difícil estabelecer categorias específicas, em geral os novos trabalhos sobre a “territorialidade” das atividades econômicas, principalmente industriais, reúnem-se em quatro grupos, não necessariamente excludentes e com “fronteiras” teóricas ainda pouco definidas: a) análise sob a ótica dos novos “Distritos Industriais Marshallianos” e “Sistemas Industriais Localizados” (SIL’s); b) a abordagem evolucionista do meio ambiente inovador – os “Distritos Tecnológicos”; c) a abordagem ligada à tradição da organização industrial; ou d) a análise da “Escola Californiana de Geografia Econômica”.

Uma série de trabalhos²⁴, produzidos a partir de meados dos anos 80 tentaria explicar o sucesso de algumas regiões industriais a partir de suas dinâmicas internas, lembrando o antigo conceito de distrito industrial de Alfred Marshall²⁵, no qual pequenas firmas convivem num ambiente de concorrência, cooperação e rivalidade. O ponto de referência principal desses trabalhos é a experiência histórica da região *Emília-Romagna*, conhecida por “Terceira Itália”, enfatizando especificidades locais. Os Sistemas Industriais Localizados são conjuntos de empresas concentradas num determinado espaço, em torno de um ou de vários setores industriais, interagindo formal e informalmente num ambiente mercantil e sócio-cultural e gerando externalidades produtivas para o conjunto.²⁶

De acordo com esta abordagem, a relativa autonomia e desenvolvimento do distrito industrial localizado dependem de sua capacidade de modificar ou ajustar-se ao sistema econômico-social externo. Depende também de sua capacidade de promover aprendizado social e introduzir formas específicas de regulação social, que reforcem a sua atratividade, sua competitividade sistêmica.

Os autores que trabalham com a abordagem dos “Distritos Tecnológicos”, afirmam que a inovação é fruto da inventividade do meio (*milieu*) ambiente inovador (*innovateur*). O *milieu innovateur*

“(...) é um espaço geográfico que não tem fronteira *stritu-sensu*, mas que apresenta uma certa unidade que se traduz pelos comportamentos identificáveis e específicos. É constituído por recursos materiais e imateriais detidos e gerados por diferentes atores; empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos locais, etc. (...) é um operador coletivo de redução de incertezas estáticas e dinâmicas ao qual são confrontadas as firmas através da organização implícita e explícita

²⁴ - A literatura sobre este tema é relativamente recente e extensa. Não me ocuparei aqui com maiores considerações acerca dos modelos. Apresentarei suas linhas gerais, remetendo o leitor interessado aos principais títulos pertinentes.

²⁵ - Refiro-me a uma de suas principais obras: *Elements of Economics of Industry*. London, MacMillan, 1900. Tais distritos caracterizam-se pela observação dos principais pressupostos da análise neoclássica da concorrência perfeita: ausência de firma(s) dominante(s); acesso livre às informações; elevado grau de divisão do trabalho entre as firmas; etc.

²⁶ - Ver GARAOFOLI (1993), COURLET *et alli* (1993), MARKUSEN (1995) e BENKO (1996).

de interdependências funcionais e informacionais dos atores locais.” (COURLET *et alli*, 1993:12, tradução livre)

Uma segunda característica do *milieu* é sua lógica de organização. O ambiente é uma combinação (*melange*) de formas de organização que estruturam as estratégias das empresas segundo a dupla lógica de externalização e de integração orgânica, visando reduzir as incertezas. Além do mais, a dinâmica de aprendizagem desse *milieu* se caracteriza pelas capacidades de seus atores modificarem e adaptarem seus comportamentos em função das transformações do próprio ambiente (COURLET *et alli*, 1993:13). A presença ou ausência desse meio inovador, com maior ou menor intensidade, tem sido responsável pelas dinâmicas espaciais das metrópoles, das tecnópolis e dos próprios SIL's. Em consequência, podem ser verificadas quatro possíveis “trajetórias tecnológicas regionais” de desenvolvimento espacial: a) desenvolvimento espacial apoiado na relação entre ciência e criação de tecnologias genéricas – na cooperação inter firmas e no aumento de gastos públicos em P&D; b) o que é apoiado nas funções estratégicas das empresas ou grupos, que criam facilidades de informações, ampliam serviços e criam economias de escala ligadas às funções metropolitanas; c) aquele apoiado na difusão tecnológica que moderniza o aparelho produtivo e diversifica as atividades regionais; e d) o da tradição empresarial local baseada em *networks* de cooperação interfirmas e serviços, que possibilitem o *upgrading* das atividades tradicionais [Ver QUEVIT e VAN DOREN (1993), GARÓFOLI (1993) e PRESSER (1995)].

O novo paradigma tecnológico da “especialização flexível” estaria impulsionando não somente a volta das fábricas e escritórios para as zonas urbanas, como também a retomada do crescimento quantitativo das metrópoles: forma espacial, enfim encontrada, da saída da crise do fordismo. A futura hierarquia das cidades e regiões urbanas mundiais resultaria na estratégia interna desses distritos ou grupos de distritos (BENKO, 1996:96-7).

O enfoque ligado à tradição de organização industrial estuda o amadurecimento e a difusão internacional do novo sistema de produção denominado “flexível” ou “toyotismo” e as consequências territoriais de sua introdução. Utilizando conceitos como “*networks*”, para designar as novas relações intra e interempresas, interpretam o relativo sucesso dos distritos

industriais como um **caso particular dentro de uma tendência bem mais geral**: um regime de produção fundado na *especialização flexível* cuja forma espacial seria o *distrito*, como o circuito de ramos era uma forma espacial de desdobramento do *fordismo* (regime estruturado na produção de massa). Essa configuração além de estar fortemente relacionada a profissionalização da mão-de-obra e a inovação descentralizada, depende da coordenação (pelo mercado e pelas instituições) num ambiente de reciprocidade entre as firmas, como forma de reduzir as incertezas empresariais.²⁷

Finalmente, o enfoque da “nova geografia econômica” de Scott, Storper e Walker²⁸, apoiando-se nas abordagens da divisão do trabalho e dos efeitos externos da aglomeração urbana, traz novas interpretações acerca do surgimento de pólos de crescimento e de *patchworks* de distritos. De acordo com esta “nova geografia econômica”, o desenvolvimento industrial depende essencialmente da combinação das relações entre capitalistas e trabalhadores, entre indústria e comunidades circunvizinhas e entre indústrias e crescimento regional. Para estes autores, a mudança da lógica industrial, as novas tecnologias e as novas condições econômicas reestruturaram igualmente a organização social dos novos complexos de produção. Com efeito, hábitos e tradições desenvolvidos nas comunidades ou distritos industriais, organizados de acordo com os padrões da Segunda Revolução Industrial, não correspondem às possibilidades de desenvolvimento da indústria atual – dependente da capacidade de adaptação das empresas às novas condições da produção, o que inclui mudanças das relações políticas e sociais. Assim, as firmas são levadas a se realocar para constituir novas relações de trabalho, tornando cada vez menos importante os fatores neoclássicos de localização baseados em tecnologia de transportes e comunicações.

Assim, aqueles fatores que envolvem circulação ou *marketing*, organização industrial, atratividades sócio-espaciais, competição internacional, coerções financeiras e competição entre capitais – em suma, mudanças nas relações sociais de produção – se tornam fenômenos de segunda ordem, menos importantes que os dois fatores enfatizados por Storper e Walker, pois são compostos

²⁷ - Ver PIORE e SABEL (1984); BENKO (1996) e PRESSER (1995).

²⁸ - Ver, por exemplo, SCOTT e STORPER (1988) ou STORPER e WALKER (1983).

por termos vagos como “meio ambiente setorial”, e “estrutura” industrial”. (GOTTIDIENER, 1985:89)

O que essa nova literatura sobre localização industrial tem em comum é a crítica aos pressupostos neoclássicos, porém também uma tentativa de adequação da análise marxista, ricardiana ou *schumpeteriana* ao *mainstream* econômico. Os distritos tecnológicos ou os SIL's da “Terceira Itália” não podem ser considerados como simples bens coletivos que favorecem transações mercantis. Trata-se de formas de desenvolvimento historicamente determinadas, extremamente dependentes de condições macroeconômicas nacionais e internacionais favoráveis, e não de “achados”, “soluções” para a saída da crise industrial, regional ou urbana. É bom lembrar que apesar da importância das pequenas e médias empresas na geração de emprego e renda, na criação de novas formas cooperativas e regulatórias da concorrência e na democratização da informação, a grande corporação ainda predomina e cada vez mais suas estratégias são tomadas como parâmetros para as políticas dos Estados nacionais. Além do mais, a tão propalada “qualificação” que emana da interpretação dos novos distritos industriais, não se observa nos diversos espaços regionais.

“(…) não é de forma nenhuma o traço característico desse novo modelo. ... Esse modelo poderá assumir diferentes formas e a velha hierarquia (típica de multinacionais *fordistas*) pode retornar vitoriosamente sob a máscara mercantil das relações de subtratamento. A autonomia dos pequenos empresários nos anos 70-80 não terá sido senão breve recreio em uma fase de readministração no seio da tendência secular à concentração do capital. (...) O novo modelo de desenvolvimento, simplesmente, ainda não existe por inteiro, sendo por isso inútil pretender ocultar as formas de desenvolvimento espacial sob o leito de Procusto, que é a “acumulação flexível”. (BENKO, 1996:61, grifos meus)

Quanto à abordagem da nova geografia econômica de Storper e Walker, pode-se dizer que ela conseguiu apenas complementar a teoria convencional, ao introduzir a luta de classes na teoria da localização, identificando-a com a questão da oferta e procura de empregos. Além do mais, ignoraram os aspectos da hegemonia capitalista que impõem, de fora para dentro, formas de organização sócio-espaciais que fogem ao controle da relação microeconômica entre capitalistas e trabalhadores no local de trabalho. Em outras palavras, os referidos autores compartilham a ênfase sobre considerações tecnológicas com a teoria tradicional, ao colocar peso determinístico

nas **forças de produção** (isto é, na força de trabalho e na tecnologia) reduzindo o papel das **relações de produção**²⁹.

Como o leitor já deve ter observado, a abordagem da **questão regional** que adotarei neste trabalho não aceita os pressupostos da tradição *mainstream*, pelos motivos já delineados. Entretanto, creio ser necessário enfatizar que, ao focalizar as necessidades do processo de acumulação capitalista, incluindo os interesses antagônicos de classes e vinculando seu desenvolvimento a crises periódicas de realização, a análise marxista supera o simplismo das teorias de localização baseadas no equilíbrio entre grande número de produtores e consumidores, focalizando custos da terra e de transporte, num espaço “neutro” e homogêneo. No lugar de uma rede hierárquica de integração espacial de um sistema de cidades, por exemplo, prefiro considerar a localização como o *sítio* das relações de produção, integradas pelo sistema global de acumulação capitalista e pelo processo de produção em escala mundial, inclusive sob uma divisão internacional do trabalho (GOTTDIENER, 1985:112).

Destarte, as formas espaciais de assentamentos humanos estão ligadas aos modos de produção historicamente dominantes, que impõem formas e estágios específicos de urbanização e de ocupação do espaço rural³⁰. No capitalismo, as oportunidades desiguais de acesso à terra e aos recursos naturais, assim como à habitação, decorrem do processo concentrador e centralizador do capital, que implica formas desiguais de distribuição do produto e de renda, com efeitos não só do ponto de vista pessoal, mas também espacial, diferenciando zonas rurais, vilas, bairros, cidades, regiões ou países. O espaço, portanto, é produzido pela natureza contraditória do processo de produção capitalista e pela ação regulatória, também contraditória, do Estado (aliás, minimizada ou inexistente nas análises do *mainstream* econômico).

²⁹ - Para uma discussão mais aprofundada sobre a análise de Storper, Walker e Scott, ver GOTTDIENER (1985:84-93 e 106-9). Ver, também, BENKO (1996)

³⁰ - “A história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superposto à verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade.” (MARX, 1857-8:74-5)

A **região** é um espaço geográfico dinâmico, sujeito a transformações sociais, econômicas e políticas, decorrentes de múltiplas determinações históricas, específicas dos estágios de desenvolvimento de suas forças produtivas, da natureza do capital e da “luta de classes” que determinam a estrutura de poder político e econômico, que em geral são explicáveis não só internamente ao seu espaço físico, mas também em relação a outros espaços “regionais”.

“Uma adequada periodização no exame de um conjunto de “regiões” e das relações estabelecidas entre elas sob o comando de uma delas, forneceria elementos conceituais capazes de revelar a perda da especificidade das “regiões”, no que diz respeito à sua acumulação ou, em outras palavras, à homogeneização. (...) Uma explicação das alterações ocorridas em dois espaços diferenciados sob o domínio do modo de produção capitalista pode ser obtido considerando-se o **ciclo do capital** e, a partir dele, a natureza das relações prevaletentes entre tais espaços (nações ou regiões) Na medida que o fundamento de tais relações está constituído com base no capital comercial, ou a partir do capital produtivo, definem-se relações (internacionais ou inter-regionais) bem diferenciadas entre os espaços considerados.” (GUIMARÃES NETO, 1989:15)

Isto nos mostra, por exemplo, a insuficiência da **teoria da base de exportação**. O desenvolvimento regional/local não só é induzido pelo ritmo e natureza das relações externas, comerciais. Na verdade, as mudanças que ocorrem correspondem a “ajustes” decorrentes de pressões surgidas na prática mercantil, comandados por frações do capital local e influenciadas pelo capital “forâneo”, pelas pressões da “compra-e-venda”. Porém, quando o capital produtivo passa a comandar a economia local, outro é o contexto.

“(...) Neste caso, não se trata de mudanças vinculadas à mera propagação de relações mercantis, mas do aprofundamento/propagação/difusão das relações de produção capitalista no interior de cada espaço, notadamente daquele subordinado e que se constitui no capital produtivo transferido de um para outro espaço econômico. (...) Antes espaços distintos, integrantes de um mesmo sistema comercial com sua individualidade, agora, partes de um único sistema de produção situados no interior de uma hierarquia. (...)” (GUIMARÃES NETO, 1989:16)

A homogeneização à que se refere GUIMARÃES NETO, não significa desaparecimento das especificidades regionais. Trata-se apenas de um movimento no sentido de criação e recriação da territorialidade econômica, para dar um sentido de totalidade dinâmica (unidade na

diversidade), subordinando as estruturas produtivas em termos técnicos e materiais e solidarizando os ciclos econômicos, sob a lógica do espaço dominante³¹. Assim, a acumulação tende a subordinar os interesses imediatos e os limites estreitos do potencial de acumulação da região que recebe os investimentos. Mas apesar da força transformadora do capital ingressante, este ainda poderá “permitir” diversas formas de relações de produção, resultando especificidades, descontinuidades e não-linearidades no desenvolvimento regional/local.

Na medida do possível, tentarei escapar das armadilhas analíticas impostas pela “regional science” convencional, que possui tendência a concentrar-se em descrições econômicas cada vez mais detalhadas da sociedade, mas que, em geral, justificam as condições da sociedade apenas pelo inventário de sua riqueza. O caráter parcial das diversas teorias apresentadas, todavia não invalida por completo o alcance dos diversos trabalhos sobre a temática regional. Na verdade, o aproveitamento e a crítica dos seus resultados é uma necessidade para o aperfeiçoamento teórico, feitas as devidas ressalvas sobre os pressupostos que as orientam. Não devo, contudo limitar a análise à simples descrição dos padrões de desenvolvimento econômico na sociedade, sem o exame criterioso dos nexos de localização, dependência, subdesenvolvimento e desigualdades regionais, pois correrei o risco de compartilhar essa limitação ideológica do *mainstream*, e todo o esforço explicativo terá sido em vão, sem qualquer compromisso com a transformação da realidade analisada - incompatível, portanto com uma análise da tradição marxiana.

3. A Concentração industrial em São Paulo e a Expansão Espacial do Capital Nacional

Até fins do Século XIX, a indústria brasileira era relativamente dispersa por todo o território nacional, havendo certa concentração nos antigos estados da Guanabara (Distrito Federal até 1960) e Rio de Janeiro. A indústria brasileira crescia induzida pelo setor exportador, quando o padrão de acumulação fundava-se no capital mercantil, e os complexos exportadores

³¹ - Ver EGLER (1993:154) e PACHECO (1996:11-4).

regionais eram baseados ou no extrativismo ou em processos de transformação industrial relacionados à agricultura ou pecuária.

O mercado nacional ainda não estava integrado, dado que as distâncias entre as grandes cidades do litoral protegiam as empresas locais, muitas até de grande porte, que se encontravam livres do ingresso de concorrentes, inibidos pelos custos de transporte. Por outro lado, as empresas de médio e pequeno portes instaladas no interior do país, livres da concorrência de produtos importados, eram protegidas pelas distâncias que implicavam custos de transporte proibitivos para empresas oriundas de outras regiões. Esta situação de autêntico “arquipélago” imprimia uma precária dinâmica de crescimento às regiões com menores potenciais de gerar excedentes. Estes poderiam ser parcialmente investidos,

“(...) de forma complementar à atividade principal, como por exemplo ampliar ou modernizar a infra-estrutura para diminuir custos do setor produtivo para exportação. Evidentemente, naquelas regiões onde o ritmo de produção e as margens de lucro fossem mais firmes e mais altos, maior diversificação industrial se obteria.” (CANO, 1985:65)

Na economia do Nordeste, a alta concentração da propriedade fundiária e da renda possibilitava investimentos de grandes dimensões (geralmente plantas têxteis e açucareiras), responsáveis pelo atendimento da demanda de exportação e regional. Na Guanabara, a grande concentração de capital comercial e financeiro havia possibilitado a implantação de indústrias de grande porte. Mas em outras regiões, como no Sul ou em Minas Gerais, onde a base fundiária era de pequenas e médias propriedades, o perfil industrial era de pequenas e médias plantas, de produção diversificada e, em geral, de alcance local. São Paulo, que em termos de estrutura fundiária ficava entre os dois extremos, pode implantar uma estrutura industrial relativamente mais diversificada e eficiente. E isto seria fundamental para o maior dinamismo e concentração de sua atividade industrial.

Outro fator condicionante da **concentração industrial** em São Paulo, foi a rigidez dos requisitos tecnológicos de energia elétrica. A indústria têxtil nordestina utilizava tecnologia atualizada e, para atender as escalas do mercado, precisava ter fábricas integradas com usinas de

energia, já que inexistiam redes de energia elétrica³². A necessidade de investir em infraestrutura energética, para além da unidade fabril, exigia concentração de capital em grandes projetos, aumentando custos unitários e diminuindo a rentabilidade, dificultando a possibilidade de diversificação. Em São Paulo, a indústria instalada era baseada em unidades de menor porte, com escalas menores e dispersa na produção de outros bens de consumo, como calçados, roupas e alimentos. Nestes setores, a tecnologia era relativamente simples, de fácil manejo e disponível no mercado internacional, com requisitos de energia bem menores. Além do mais, baseadas em escalas de mercado mais limitadas, apresentavam poucas barreiras ao ingresso de capitais de pequeno e médio portes. O tamanho da fábrica e o montante inicial do investimento inicial eram adequados às necessidades criadas pelos excedentes da economia cafeeira paulista, o que possibilitaria maior diversificação e dinamismo. Mais tarde, com a expansão da oferta de energia nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, seria possível implantar maiores plantas industriais.

O movimento de **concentração industrial** em São Paulo só começaria a ganhar consistência a partir do início deste século. Entre 1895 e 1913, apesar da queda vertiginosa dos preços internacionais do café, o crescimento do volume exportado proporcionaria geração de excedentes suficientes para transformar a economia daquele Estado.

“Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial.” (CARDOSO DE MELLO, 1985:147, negrito no original)

Nas duas primeiras décadas deste século, a economia paulista já teria excepcionais taxas de acumulação que, de acordo com CARDOSO DE MELLO (1985:153-4) derivavam dos seguintes fatores:

³² - Somente a partir da primeira década do século XX, mesmo assim em poucas regiões, seriam disseminadas as fontes supridoras de energia elétrica, a partir das grandes cidades (Rio de Janeiro e São Paulo), enquanto as demais regiões do país teriam, por mais alguns anos, esta barreira ao ingresso de grandes indústrias (ver CANO, 1985:66-7).

“(…) 1) expansão da capacidade para importar, principalmente entre 1909 e 1912, e aceleração da entrada de capitais externos, tanto para o financiamento do investimento público quanto para o ‘Programa de Valorização’; 2) aumento do ritmo da entrada de imigrantes, *verbi gratia* após 1908; 3) forte expansão da agricultura de alimentos, após 1908; e 4) substancial elevação do gasto público, após 1907.”

Desta forma, São Paulo conseguia dar um “salto quantitativo” entre 1905 e 1913, ampliando sua capacidade produtiva. O “salto qualitativo” da indústria paulista ocorreria nos anos 20, quando houve diversificação estrutural, implicando aumento da capacidade ociosa e acirramento da concorrência, levada ao âmbito inter-regional. Com isso, o Estado de São Paulo, passaria de 15,9%, em 1907 (época em que foi realizada a primeira pesquisa industrial no país), para quase 40% da produção industrial nacional, em 1929 (CANO, 1985:69).

Dois momentos marcam o processo de **concentração industrial** em São Paulo. Entre 1907 e 1917, a indústria paulista seria “estimulada” a crescer para atender a demanda insatisfeita das demais regiões do país. A redução das exportações dos países envolvidos nos confrontos da 1ª Guerra Mundial, deixava a demanda nacional insatisfeita e isto seria importante para esse primeiro movimento de **concentração industrial** em São Paulo. Não havia outra saída para a valorização dos capitais aqui instalados: a aquisição de bens de capital e intermediários só poderia se realizar se houvesse produção interna e a realização dos produtos finais deveria se dar através do mercado nacional. Além do mais, a indústria paulista estava instalada num mercado mais amplo do que sua capacidade de oferta e com capital suficiente para proporcionar sua expansão. Isto determinou um primeiro esforço concentrador tanto em termos de volume de capitais quanto de localização dos investimentos. Num segundo momento, na década de 20, seguiu-se um período de **concentração industrial** “por necessidade”, no qual os capitais instalados em São Paulo tentaram garantir seus ritmos de acumulação, através da busca de novos mercados, no Brasil e no exterior (CANO, 1977:234; e GUIMARÃES NETO, 1986).

O ritmo da acumulação capitalista, espacialmente concentrada em São Paulo, determinou a intensidade e a diversificação setorial inicial desse processo. Mas logo a concorrência e a limitação dos seus mercados tornaria necessária a expansão do capital, em direção a outros Estados e regiões. No período 1900-1930, as exportações paulistas destinadas ao restante do país

cresceram em ritmo mais intenso do que as destinadas ao exterior. De 15% o mercado nacional passa a importar 50% da produção paulista exportada (CANO, 1984:70). A criação dos novos espaços de acumulação seria proporcionada não só pela iniciativa articuladora dos capitais individuais mas, também e principalmente, pela ação do Estado brasileiro que, depois da crise de 1929/30, passaria a adotar uma série de medidas que facilitariam sua migração para outras áreas e outras atividades.

A articulação de caráter comercial tendia a crescer, não só porque a indústria instalada nas regiões periféricas cada vez mais se distanciava dos perfis tecnológicos, de demanda e renda regionais, mas também por causa da necessidade de expansão do capital central em busca de novas bases regionais de acumulação. O baixo dinamismo das economias periféricas contribuiria para aguçar os problemas relacionados à concentração de terra e da renda.

A ação do Estado Nacional foi fundamental no processo de consolidação da hegemonia do capital industrial paulista. Dada a relativa fraqueza da burguesia industrial brasileira, o Estado assumiu de forma crescente, desde a década de 30, os investimentos básicos para a implantação do parque industrial do país, oferecendo infra-estrutura e base adequadas de recursos minerais e energéticos. O padrão horizontal de acumulação, que caracterizou o período da chamada “industrialização restringida”, sem “saltos” tecnológicos, no período 1930-1955 (CARDOSO DE MELLO, 1985), corresponderia a maior articulação comercial entre as regiões menos desenvolvidas e a economia industrial mais desenvolvida de São Paulo.

Ao mesmo tempo, a queda das barreiras alfandegárias interestaduais, nos anos 40, tornaria mais fácil o entrelaçamento e o crescimento solidário das economias regionais, via comércio. A criação de institutos, empresas estatais, autarquias, departamentos, conselhos e outros organismos³³, proporcionaria maior poder discricionário e agilidade ao Estado e, conseqüentemente, maiores facilidades para o capital, em seu movimento de integração econômica com o resto do país.

³³ - Para maiores detalhes acerca da “ossatura material e a emergência da nova forma de Estado”, ver DRAIBE (1985). Uma lista sucinta das principais instituições criadas no período é apresentada em CANO (1985) e GUIMARÃES NETO (1989).

Tabela 1.01

**Participação da Região Nordeste e de Estados Seleccionados no Valor da
Transformação Industrial, Segundo Grupos de Indústrias**

(Brasil = 100%)

Região / Estado	Grupos	1919	1939	1949	1959
Nordeste	I	18,81	14,46	12,82	10,26
	II	6,32	4,24	4,07	5,66
	III	5,77	0,77	0,65	0,62
	Total	16,05	10,91	9,12	6,89
Guanabara (*)	I	20,53	21,75	15,99	13,14
	II	16,93	16,23	10,70	8,23
	III	34,65	16,28	14,37	7,79
	Total	20,07	19,95	14,18	10,38
São Paulo	I	30,70	37,60	44,65	48,69
	II	36,27	40,85	51,89	52,02
	III	52,48	72,40	69,71	82,03
	Total	32,23	40,74	48,85	55,55
Brasil menos SP	I	69,30	62,70	55,35	51,31
	II	63,73	59,15	48,11	47,98
	III	47,52	27,60	30,29	17,97
	Total	67,77	59,26	51,15	44,45

Fonte: IBGE, Censos Industriais. Apud CANO (1983:105)

Observação: (*) Antigo Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro.

O Grupo I é formado pelas indústrias dos Gêneros que produzem, majoritariamente, bens de consumo não-duráveis;

O Grupo II é formado pelas indústrias dos Gêneros que produzem, majoritariamente, bens de consumo intermediários;

O Grupo III é formado pelas indústrias dos Gêneros que produzem, majoritariamente, bens de capital ou de consumo duráveis

No que se refere ao perfil industrial, as diferenças se acentuam com o processo de integração comercial. A Região Nordeste, cuja produção industrial era forte no Grupo I (de bens de consumo não duráveis), vê sua participação na produção nacional ser diminuída de 16% para quase 7%, no período 1919-1959. O antigo estado da Guanabara, continuaria sua trajetória de perda relativa de participação na produção nacional. As demais regiões ou Estados da Federação observariam pequenas oscilações em suas participações no Valor da Transformação Industrial. O Estado de São Paulo manteria trajetória de crescimento, integrando e submetendo as demais regiões à sua dinâmica, aumentando sua participação em quase todos os gêneros industriais. A participação de sua indústria no total nacional saltaria de 32% para quase 56% no período 1939-1959. Mas o aspecto mais importante desta trajetória paulista é o crescimento da participação na produção nacional de bens de capital e de consumo duráveis - Grupo III - quando passou de significativos 52% para 82% no mesmo período (Tabela 1.01).

A década de 50 e os anos 60 viram surgir sistemas de planejamento estaduais, regionais e nacionais, com Secretarias de Planejamento, Bancos de Desenvolvimento, Superintendências, Comissões, Grupos de Trabalho, todos voltados para a elaboração de diagnósticos e propostas de ações em prol da redução dos desequilíbrios intra e inter estaduais e regionais. O anúncio e a execução do “Plano de Metas”, numa atmosfera de “industrialização pesada” – quando a indústria brasileira sofria um processo de descontinuidade tecnológica a partir da introdução dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que levou a indústria a produzir à frente da demanda – foi um exemplo de vontade política de promoção do crescimento econômico, com o concurso do planejamento indicativo do Estado Nacional. Como resultado, observou-se um ciclo expansivo (1956-1961) que proporcionou crescimento da estrutura produtiva, com concentração regional de capital.

Mas a primeira iniciativa política de encarar a problemática regional como “questão nacional” se deu com a criação do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que resultaria, em 1959, na institucionalização da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (coordenado pelo Economista Celso Furtado) – que elaborou o documento “**Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**”, o qual propunha “... recomendações concretas que, levadas a prática, poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma *solução definitiva* do mesmo”. (BACELAR, *et alli*, 1994:155, grifos meus) O documento apontava a necessidade de implementar um processo de deslocamento da fronteira agrícola, transformando as economias nas zonas semi-áridas. De acordo com o documento, tornava-se necessária a reforma agrária e a difusão de relações capitalistas de produção, que contribuiriam para dinamizar e integrar internamente a economia nordestina.

Com a proposta de criação da SUDENE, tentava-se reduzir o poder das elites locais e criar uma coordenação de ações contra a seca. Por outro lado, divisava-se, equivocadamente, a formação de um centro autônomo de expansão manufatureira, que pudesse empreender um processo de **substituição regional de importações**, em consonância com a visão Cepalina de

desenvolvimento³⁴. Todavia, a SUDENE já nascia, em dezembro de 1959, com seu futuro comprometido não só pela pulverização dos recursos e ações, divididos com outras instituições regionais (DNOCS, CODEVASF, CHESF e BNB, entre outras), também criadas no âmbito do combate às secas do Nordeste. Também sua ação articuladora e planejadora do desenvolvimento seria debilitada pelas ações e interesses políticos nacionais e regionais³⁵.

Por outro lado, a proposta do GTDN de reorganização fundiária da zona semi-árida e abertura de frentes de colonização encontraria resistências desde o início.

“A SUDENE teria levado longe demais sua própria ideologia e seus argumentos ideológicos, travestidos em linguagem técnica ‘neutra’ e a-política, na exacerbação do fantasma da ‘região-problema’ (...). Os norte-americanos não confiavam nem na SUDENE, nem no próprio Governo Brasileiro, e mais que isso, trataram de boicotar deliberadamente os esforços da SUDENE; (...)”. (Uma missão da *Aliança para o Progresso*, comandada por Merwin Bohan em 1962, dizia que) “... o problema do Nordeste somente se resolveria mediante sua completa integração à economia nacional. (...) Assim, o apoio que o organismo de planejamento recebia das forças populares debilitou-se, com o que o possível direcionamento da intervenção do novo Estado no Nordeste, no sentido de dissolver sua ambiguidade em favor das reivindicações populares, perdia sua base (...)” (OLIVEIRA, 1981:120-3)

A criação de um sistema de incentivos - que mais tarde seria estendido e modificado, em direção a outras regiões e setores - em fins de 1961, serviria de chamariz para instalação de novas indústrias e transformaria a *paisagem* econômica e social da região. A crise política que levou ao poder a ditadura militar, fez o Estado anunciar o sistema 34/18 inicialmente para o Nordeste e depois sua extensão à outras regiões. Esse mecanismo de incentivos tornar-se-ia um poderoso fator locacional, que integraria a região Nordeste (e, depois, as demais regiões) ao circuito produtivo do capital nacional. Com isto, sua indústria se expandiria através de filiais de

³⁴ - Segundo o GTDN, a industrialização do Nordeste proporcionaria: a) criação de mais empregos; b) estímulo ao surgimento de uma nova classe empresarial na região; e c) retenção de capitais gerados no âmbito da própria região (BRASIL, GTDN, 1967:12).

³⁵ - Isto ficou patente, aliás, no processo que conduziu à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari (SUAREZ, 1986). A arbitragem de interesses, muitas vezes conflitantes, e a articulação e rearticulação de capitais nacionais e estrangeiros foi conduzida essencialmente pelo Estado Nacional, independentemente de um planejamento estratégico oriundo da SUDENE.

grandes grupos originários do Sudeste ou Sul do país, reduzindo as fronteiras espaciais inter-regionais. Esta expansão mostraria que a proposta de substituição regional de importações, com produção voltada para o mercado interno e conduzida por capitalistas da região, era totalmente irrealista. A indústria têxtil tradicional seria modernizada³⁶ e seriam implantados outros setores, baseados principalmente no aproveitamento do potencial de matérias-primas existente na região.

A centralização do poder político em torno do Executivo, fez o governo militar abandonar ou ignorar os projetos de colonização iniciados pela SUDENE e, em troca, incentivar o avanço da agropecuária em espaços de ocupação já consolidados ou em grandes projetos de irrigação voltados para a exportação. Mais tarde, a criação dos programas de Integração Nacional (PIN), de Redistribuição de Terras (PROTERRA) e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROINE), estimularia o avanço da mecanização e do uso de técnicas modernas, além de relações capitalistas no campo.

O governo militar se apressaria em promover o atendimento às prioridades da burguesia industrial e financeira, com o atendimento aos remanescentes das oligarquias agrárias locais. Entretanto, a crise econômica que desde 1962 instalara um ciclo depressivo, adiaria grandes projetos para uma etapa posterior, em que seriam implementadas reformas financeiras, fiscais e tributárias.

Após o *boom* industrial do Plano de Metas, a partir de meados dos anos 50 até o início dos anos 60, quando a indústria brasileira sofreria transformações estruturais decisivas, articuladas diretamente pelo Estado Nacional, ficou transparente o esgotamento daquele pacote de investimentos, com declínio do ritmo de crescimento da economia entre 1962 e 1967. A taxa de crescimento do PIB foi reduzida pela metade e a indústria reduziu a 1/4 da taxa de crescimento do ciclo anterior (1956-1961). O período mais agudo da crise ocorreria entre meados de 1965 e 1967, quando, além da desaceleração do crescimento manufatureiro (com o setor de bens de

³⁶ - Apesar da modernização deste setor e da inserção de outros setores, permaneceria o problema da incapacidade de absorver maiores contingentes de força-de-trabalho. Apesar do contexto de crescimento e dinamismo a situação de subemprego e sub-remuneração foi mantida ou mesmo agravada com o processo de modernização da indústria no Nordeste. Para maiores detalhes sobre os efeitos do plano de modernização da indústria tradicional no Nordeste, recomendo a leitura dos trabalhos de GUIMARÃES NETO (1989) e SOUZA (1988).

capital sendo o mais afetado), houve uma forte contração do investimento privado – que em 1967 era 11% menor do que em 1962. Acrescente-se ainda que a demanda da construção civil foi afetada negativamente, imprimindo uma taxa negativa média de 3% no período 1962-1967 (SERRA, 1981:85-6).

A superacumulação herdada do período JK se combinava com fortes pressões inflacionárias. As conjunturas política e econômica desautorizavam quaisquer iniciativas de investimentos nos setores mais dinâmicos, que aguardavam a resolução da crise. O prolongamento dessa crise até 1964 resultaria na instalação de um regime militar, que logo trataria de combater a inflação, tida como o principal problema, diagnosticado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). A política macroeconômica do novo governo exacerbaria a depressão: aumentaria a carga fiscal, faria cortes mais drásticos no gasto público e acentuaria as restrições ao crédito. Por outro lado, ao impor uma política de arrocho salarial, o governo contribuía para a redução da demanda corrente mas aliviava os custos salariais das empresas. Esta política ortodoxa lograria reduzir o ímpeto inflacionário entre 1964 e 1966 (de 90% para 39,5% anuais), ao tempo em que elevaria substancialmente a receita pública e reduziria o déficit público (de 4,2% do PIB para 1,1% no mesmo período).

Estava preparado o terreno para mais um ciclo de acumulação e “processo de concentração-desconcentração-reconcentração” das atividades capitalistas no país. Mas, para além da reestruturação privada, o Estado precisaria reforçar os esquemas de financiamento tanto do setor público quanto privado e, para tanto, adotou o que se convencionou chamar de “verdade tarifária” e expandiu os incentivos à exportação, além de impor reformas institucionais importantes para a retomada de um novo ciclo expansivo, a partir de 1968³⁷. Além do mais, o elevado grau de solidariedade entre os capitais aqui instalados e o capital internacional foi

³⁷ - Resumidamente: a) reforma bancária (criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central; novas atribuições das instituições financeiras públicas e privadas); b) reforma fiscal (criação de impostos sobre valor adicionado; da ORTN; e modernização da máquina arrecadadora); c) reforma administrativa (reestruturação legal das empresas públicas e de economias mistas e autarquias, visando dar maior flexibilidade ao setor público); e d) criação do mecanismo da correção monetária e institucionalização do Banco Nacional de Habitação, além da Lei do Mercado de Capitais.

fundamental para a possibilitar a expansão e a conformação de um novo padrão de acumulação (TAVARES, 1972:176).

A ampliação do sistema de incentivos destinado ao capital nacional e estrangeiro, bancado tanto pela União quanto pelos Estados da Federação, aumentaria as possibilidades de expansão espacial do capital, para além de sua região mais dinâmica. Com as conjunturas nacional e internacional favoráveis, com capital ocioso, taxas de juros reduzidas, taxas de inflação reduzidas até 1973 (ficando próximas dos 19% anuais da década de 50), além de facilidades de crédito e subsídios regionalizados, seriam *garantidos* lucros empresariais superiores aos das demais regiões.

“(…) os vínculos com a região mais atrasada – o Nordeste – se estreitaram, visto que, aproveitando os estímulos fiscais concedidos pelo Governo a partir de 1963 e revigorizados em 1965/66, o Centro-Sul passou a jogar uma significativa massa de excedente na industrialização daquela região, inaugurando uma espécie de divisão regional do trabalho no setor industrial. No entanto, esta invasão parcial dos estratos intermediários e primitivos através da modernização originou, mais uma vez, um aprofundamento da heterogeneidade estrutural, agora dentro da área “Nordestina”, precipitando um violento processo combinado de incorporação limitada, expulsão e marginalização da população da região.” (...) (Com isto) “(...) reduziu-se consideravelmente a demanda de mão de obra e de novos insumos das atividades modernas às atrasadas” (TAVARES, 1972:193, *negrito e parêntesis meus*).

Nesse momento, observava-se a inflexão do ritmo de concentração espacial da indústria brasileira. Os capitais regionais que antes se voltavam para a produção de bens de consumo, agora, ampliados com recursos “forâneos”, passariam a produzir bens intermediários e de capital. As principais instituições criadas nos anos 50 (como CHESF, BNB, CEPLAC, DNOCS, PETROBRAS), encontravam-se amadurecidas, em pleno funcionamento e com experiência suficiente para alavancar novos investimentos privados e estatais na região. O “novo” capital amoldaria o perfil produtivo regional aos requisitos da industrialização nacional, criando novas e destruindo ou reformulando antigas atividades econômicas, sob o comando da grande empresa instalada na região e no Estado mais desenvolvidos do país. Ao mesmo tempo, São Paulo começaria a reduzir sua participação na produção de bens de consumo não duráveis.

O período de auge do “Milagre” econômico brasileiro (1970-73), apresentou altas taxas de crescimento, com o crescimento da indústria de bens de capital e de consumo duráveis acima da média. O crescimento acelerado da indústria de transformação, particularmente dos setores de construção civil, transporte e mecânica, produziu efeitos a jusante e a montante das relações intersetoriais, ocasionando a expansão da demanda global, da massa de salários e da taxa de emprego.

A política de minidesvalorizações cambiais e a alta liquidez internacional proporcionaram não só o ingresso de capitais de empréstimo e produtivo. O crescimento das reservas externas (de US\$600 milhões, em 1969, para US\$6,4 bilhões, em 1973), todavia, seria acompanhado do crescimento da dívida externa, que quase triplicaria no mesmo período (de US\$4,4 para US\$12,5 bilhões). Por outro lado, a dívida pública, que havia alcançado 1,1% do PIB em 1966, cresceria de 3,8% em 1969, para 8% do PIB em 1973. Estes aspectos do “Milagre” devem ser registrados, pelas implicações que trariam para o período seguinte, quando a economia internacional sofreria os efeitos do primeiro “choque do petróleo” e seriam anunciados os projetos do II PND.

A partir de 1973/74, já havia sinais de inflexão do ciclo de crescimento, agravada a partir de 1975, quando o produto industrial cresceria apenas 4,5%, contra 8,4% em 1974 e 15,8% em 1973. Fenômeno semelhante ocorria com o conjunto da atividade econômica: a taxa de crescimento do PIB, que em 1973 alcançara 14%, reduzia-se para 9,8% em 1974 e 4,5% em 1975. Vale ressaltar que estes números foram amenizados primeiro pelo dinamismo dos investimentos do período 1974-75, sustentados pelo setor público – “o governo até 1976 e as empresas públicas até 1979 (insumos básicos, energia elétrica e prospecção de petróleo)” – já como parte da estratégia do II PND (SERRA, 1981:97 e 107; e TEIXEIRA, 1994:122-3).

O II PND pretendia complementar a matriz industrial brasileira, e completar o processo de substituição de importações. O sonho do “Brasil-Potência” seria atingido, na versão oficial, com a execução de grandes projetos voltados para a oferta de insumos energéticos e de infraestrutura para a matriz industrial. Pretendia-se contornar a crise energética (e cambial) com o aumento da oferta de produtos químicos básicos, carvão, álcool de cana, energia elétrica e petróleo. A auto-suficiência na produção de papel e celulose, metais não-ferrosos e ferro, poderia

significar o fechamento do ciclo do processo de substituição de importações e a alavancagem da economia nacional.

Para a consecução do Plano e sustentação do elevado nível de investimento público, o Estado nacional manteve uma política de endividamento externo, mesmo com a desaceleração do crescimento do PIB e o agravamento da inflação e do balanço de pagamentos. O governo ampliaria o sistema de subsídios e incentivos, abrindo linhas de crédito destinadas ao setor agrícola, às pequenas e médias empresas e aos exportadores. A política de incentivos e subsídios seria, em geral, destinada à indústria leve, enquanto a grande indústria seria atraída pela oferta e pelos investimentos estatais em infra-estrutura.

Esta política logrou êxito na substituição de importações de bens de capital e de matérias-primas, contribuindo não só para a manutenção do nível de emprego e crescimento da renda *per capita*, mas também para a sustentação da atividade industrial até o final da década de 70. Os projetos implantados ao longo da segunda metade dos anos 70 começariam a apresentar os primeiros resultados nos anos 80, alterando as estruturas produtivas e de exportação, com base na exploração de recursos naturais, abundantes na periferia nacional, implicando desconcentração das atividades econômicas no país. Porém, o crescimento da capacidade produtiva no setor público, que gerava demanda por serviços e produtos do setor privado, haveria de se esgotar tão logo cessassem os efeitos irradiadores do pacote de investimentos, o que seria explicitado no início dos anos 80 (TEIXEIRA, 1993).

É nesse contexto que ganha corpo o processo de **desconcentração econômica**, com maiores taxas de crescimento das regiões periféricas e redução gradativa da participação paulista no produto nacional. O mercado nacional, até então integrado pela via comercial, efetivamente passava a se integrar produtivamente, estabelecendo laços de solidariedade produtiva, comandados pela grande empresa sediada em São Paulo. Alguns determinantes desse processo de desconcentração, contudo, devem ser mencionados, dentre outros: 1) a colonização da Amazônia e o aumento das imigrações para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que a partir dos anos 70, dinamizariam suas agriculturas e provocariam processos de urbanização; 2) a criação da SUDENE, SUDAM e SUFRAMA – esta última, responsável pela atração da quase totalidade

da produção de eletrônicos de consumo do país, até os anos 80; e 3) as políticas de incentivo à produção agroindustrial voltada para exportações, que modernizariam esta atividade mais intensamente na região Sul, São Paulo e Centro-Oeste, estendendo-se mais tarde para o Estado de Minas Gerais e algumas áreas do Nordeste, principalmente as próximas ao Rio São Francisco. Enfim, entre 1970 e 1985 todos os Estados da Federação, a exceção do Rio de Janeiro³⁸ e São Paulo, ampliariam suas participações no PIB nacional, alguns mais intensamente como os da região Norte e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, enquanto os Estados do Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aumentariam suas participações em menor intensidade³⁹.

Os anos 80 inauguraram a etapa recente de aceleração inflacionária e recessão, com prejuízo claro para a adoção de políticas estruturantes, de longo prazo (de desenvolvimento industrial, agrícola ou regional). A ausência de investimentos, o “engavetamento” de projetos públicos e privados e a paralisia do Estado brasileiro interromperam as transformações que se faziam presentes e que começavam a mudar a geografia econômica do País (FURTADO, 1992). No cenário internacional, o segundo choque do petróleo, a alta dos juros, a valorização do dólar e, mais tarde a moratória do México, agravariam a situação recessiva brasileira, que se estenderia ao longo dos anos 80, salvo um rápido período de recuperação, entre 1984-86. As constantes reviravoltas nas políticas macroeconômicas de controle de preços, atualização de tarifas públicas, desvalorização cambial, subsídios, correção monetária, etc., tornavam qualquer política de longo prazo impraticável.

A desconfiança internacional quanto à capacidade de pagamento da dívida externa, após a moratória mexicana, paralisaria os fluxos externos de crédito, levando o país a submeter-se ao receituário do FMI, com constantes pedidos de perdão e promessas de ajustes macroeconômicos. Aumentaram os desequilíbrios no balanço de pagamentos, com crescimento da dívida externa e crescimento dos custos do serviço da dívida, trazendo mais recessão ao país. Reduziu-se o nível

³⁸ - O Rio de Janeiro continuaria sua trajetória de menor desempenho industrial, reduzindo sua participação no produto nacional de 15,5% em 1970, para 9,5% em 1985.

³⁹ - Ver CANO (1997a); GUIMARÃES NETO (1995) e NEGRI (1994).

do investimento e agravou-se o desequilíbrio patrimonial do setor público. Caiu o PIB nacional com a recessão nos principais setores da economia nacional.

A crise dos anos 80 afetou com mais intensidade a economia de São Paulo - centro dinâmico da economia nacional - contribuindo para a continuidade do processo de **desconcentração econômica** nacional. Isto decorre do fato da indústria localizada na Região Metropolitana de São Paulo ter crescido num ritmo inferior à média nacional, durante os anos de recuperação, e taxas maiores de redução, nos anos de recessão, constituindo, talvez, uma desconcentração mais de caráter “estatístico” (CANO, 1997a).

O arrefecimento da dinâmica geral de acumulação inibiu também o crescimento periférico, que poderia ter sido maior no período, dado que a maioria dos grandes projetos do II PND localizados na periferia nacional, amadureceria durante os anos 80. A persistência da crise ao longo do período 1980-1994 resultaria acúmulo de problemas estruturais, agravados pela adoção de políticas de caráter neoliberal que, apesar de manter o movimento desconcentrador, estariam provocando uma inflexão do processo (CANO, 1997a e 1995; DINIZ, 1995 e 1994).

O esgotamento de vários programas oficiais federais e estaduais, a frustração do PROÁLCOOL, a redução do ritmo de crescimento das exportações e a queda do investimento público e privado, estariam sinalizando para um possível movimento de inflexão do processo de **desconcentração produtiva**. Entre os fatores que teriam contribuído para a redução do ritmo de crescimento das regiões periféricas, pode-se citar:

a) “o desmantelamento do Estado Nacional e com ele o de vários órgãos regionais (SUDENE e SUDAM, por exemplo), implicou em um “ocaso” das políticas de desenvolvimento regional no período, principalmente a partir do “desastre Collor”; b) “a abertura irresponsável do nosso comércio exterior (...). Por exemplo, entre 1990 e 1995, o emprego industrial na ZFM reduziu-se quase à metade, enquanto o faturamento – graças ao aumento de importações de insumos e produtos – quase duplicou;” c) “os grandes investimentos do II PND, a partir de 1985 já haviam maturado, diminuindo assim seus impactos adicionais na periferia;” d) “a debilidade fiscal e financeira do governo federal e dos estaduais causou acentuada queda nos investimentos de infraestrutura e de energia, deixando de impactar sobre as estruturas regionais e de gerar economias externas na periferia nacional;” e) “a sensível diminuição dos preços reais de produtos básicos (cerca

de 25% para a América Latina, no período 1989/93, confrontados com a média de 1975/76), contendo o crescimento do valor das exportações;” f) “a diminuição do ritmo de crescimento das exportações de manufaturados de indústrias tradicionais e de tecnologia “madura”; e g) “o fato de que, a despeito da perda de participação de São Paulo, recentemente ali se têm localizado os principais investimentos de informática, microeletrônica, telecomunicações e automação, direta ou indiretamente associados à forma reconcentradora da atual reestruturação produtiva do país.” (CANO, 1997a:24-5)

Em que pese os fatos acima, alguns recentes, outros indicadores apontam para a possibilidade de continuidade do processo de **desconcentração produtiva**. No mesmo texto, CANO (1997a:25-6) aponta:

a) “a continuidade da desconcentração agrícola, induzindo novos projetos agroindustriais regionalizados (nos cerrados e em algumas “manchas” irrigadas nordestinas);” b) “algumas políticas estadualizadas – notadamente as de “guerra fiscal” – combinadas com projetos privados de novas localizações para suas novas plantas, que desconcentrou – de SP, em direção principalmente à ZFM, MG e Sul –, no período, cerca de 8% a 10% da indústria nacional de material de transporte; 15% a 20% da de material elétrico; 7% a 10% da metalúrgica e da mecânica e cerca de 10% da indústria do vestuário e calçados e da de fumo;” c) “(...) o movimento migratório inter-regional viu-se inibido de continuar tendo esse estado (SP) como destino. (...) Essa expansão urbana periférica, por mais “improdutiva” que tenha sido, certamente provocou aumento do emprego em serviços, gerando ainda novas oportunidades de inversão para indústrias “leves”;” e) “embora ainda tímidas, as poucas políticas de incentivo ao turismo nacional – notadamente para o NE – geraram igualmente efeitos positivos, como os acima apontados.”

Infelizmente, as estatísticas disponíveis não podem nos dar conta da real situação do processo de **integração produtiva**, havendo estudos que apontam a existência de um processo reconcentrador em torno de uma região poligonal, compreendida entre o Sul de Minas Gerais, São Paulo e os Estados do Sul (DINIZ, 1994 e 1995), enquanto outros concluem que há risco de fragmentação da solidariedade econômica entre as regiões, promovido pela persistência e generalização de políticas neoliberais por parte do governo central, estados e municípios (PACHECO, 1996; GUIMARÃES NETO, 1996).

4. A Questão Regional Atual

Nos anos 90 o interesse acadêmico e político sobre a **questão regional** tem se renovado, sob a luz dos condicionantes que foram criados pelos processos de reestruturação produtiva, financeira e política implementados pelos países centrais, a partir dos anos 80, com as vitórias eleitorais do neoliberalismo na Inglaterra e EUA. Na verdade, tais mudanças já vinham sendo gestadas com o esgotamento do padrão de acumulação herdado da 2ª Revolução Industrial, cujo período crítico ocorreu nos anos 70 com dois *choques* nos preços do petróleo, crescimento das taxas de juros e instabilidade financeira, além da drástica redução dos fluxos de acumulação produtiva e de capital. As tentativas norte-americanas de manter a hegemonia do dólar, os ajustes macroeconômicos concertados com o Japão e Alemanha, além da reestruturação industrial, foram as principais respostas àquele período de crise, que lograram alimentar, entre os países da OCDE

“... um círculo virtuoso de expansão com estabilidade de preços, expressivo incremento da produtividade e aumento moderado, porém contínuo, dos salários reais.” (COUTINHO, 1992:69)

O crescimento do sistema financeiro privado em nível internacional, todavia, fez crescer a instabilidade global, com o abandono dos *fundamentos* nas políticas macroeconômicas, com efeitos perversos sobre as economias periféricas, que enfrentaram uma longa década de crises financeiras e inflação acelerada. A prática neoliberal do “Estado mínimo” transferiu os principais ativos para a iniciativa privada, ajustando o patrimônio público e enfraquecendo a capacidade pública de fazer políticas (macroeconômicas, industriais, regionais, agrícolas, etc).

Neste contexto, as grandes transformações foram empreendidas por grandes empresas e bancos transnacionais, com o apoio quase irrestrito da Triade (Japão, Alemanha e EUA). Com a interpenetração da riqueza mobiliária, caracterizada pela intensificação dos fluxos financeiros internacionais, transnacionalizou-se a burguesia e o aprisionaram-se as políticas macroeconômicas dos Estados nacionais aos movimentos dos grandes capitais (BRAGA, 1993).

Se a sustentação dos fluxos financeiros seria garantida pelas políticas concertadas da Triade, a sustentação dos fluxos de investimentos privados seria garantida pela reestruturação

industrial, e pela difusão e articulação das novas tecnologias baseadas na microeletrônica e informática, reduzindo os custos de produção e preços finais, aumentando a produtividade, melhorando a qualidade dos produtos, flexibilizando a produção aos requisitos de determinados grupos de demanda, enfim conformando o processo de construção de um novo paradigma tecnológico (FREEMAN e PEREZ, 1988). Todavia, a chamada “3ª Revolução Industrial” permanece em fase de construção, na medida em que o *cluster* de inovações ainda não conseguiu modificar radicalmente os requisitos básicos de suprimento energético nem tampouco da infraestrutura de transporte.⁴⁰

A periferia capitalista ocupada com problemas políticos internos, crise da dívida externa, crescimento da inflação e desequilíbrios fiscais, não teve condições de promover a adequada conversão de suas estruturas produtivas, compatível com os novos paradigmas tecnológicos.

“(...) a relação entre indústria e setores primários não foi resolvida pela criação de uma matriz industrial, como em certos países desenvolvidos do Norte da Europa, onde a industrialização se deu a partir de dentro, com apoio na transformação industrial de sua base de recursos naturais. A coexistência com setores primários atrasados e/ou setores primário-exportadores exclusivamente orientados ao mercado internacional continua dominando o panorama econômico-social dos países periféricos.” (TAVARES, 1992:53)

E esta situação foi agravada pela internalização do ideário neoliberal, na condução das políticas macroeconômicas, na abertura comercial, na desregulamentação, na privatização, nas “políticas industriais negativas”⁴¹ e na ausência de políticas sociais compensatórias. Além do mais, os países de industrialização tardia, como o Brasil, tiveram que se submeter aos novos regulamentos do comércio internacional, com as “negociações” que culminaram na Organização Mundial do Comércio.

⁴⁰ - Sobre esta questão, recomendo a leitura de TAVARES (1992), FREEMAN e PEREZ (1988) e COUTINHO (1992).

⁴¹ - Um trabalho completo de avaliação da política industrial (ou de sua falta) no Brasil pode ser vista no recente livro de SUZIGAN e VILLELLA (1997). Ver também a tese de doutoramento de COSTA (1994) sobre a política industrial dos anos 80.

A abertura comercial e o relativo abandono do potencial do mercado doméstico, vem reduzindo o espectro de atividades produtivas e processos manufatureiros com perspectiva de lucratividade, baseadas no mercado local. As antigas plantas herdadas do período de substituição de importações precisam ser modernizadas e revitalizadas tanto em termos de *hardware* e *software*, quanto de maior *upgrading* em capital humano e em capacitação organizacional como forma a diminuir o *gap* tecnológico que as separam das concorrentes estrangeiras (CRUZ, 1996b:37). Cada vez mais a concorrência aberta exige o planejamento estratégico, o *international sourcing* de partes e componentes, os desenhos de produtos computadorizados, a difusão de normas de controle internacional de qualidade (tais como as ISO 9000 e outras), a adoção das técnicas de planejamento de produção e organização *just in time*, a otimização de *layouts* de plantas, etc., como técnicas e procedimentos que as firmas terão que aprender e adaptar ao ambiente local e aos seus requerimentos específicos.

“A desregulação e privatização está tendo grande impacto sobre a estrutura e o comportamento do setor industrial. A concentração econômica tem aumentado dramaticamente nos últimos anos e grandes conglomerados domésticos tem adquirido controle de serviços públicos em áreas tais como produção e distribuição de energia, telecomunicações, sistemas de transporte e portuários. (...) ao invés de reestruturarem primeiro as empresas para privatizá-las, de forma a assegurar eficiência microeconômica e custos razoáveis dos serviços a serem produzidos, os governos tem criado novos monopólios, que tem perpetuado alguns problemas e dificuldades anteriormente existentes. A desregulação e privatização tem ‘engessado’ a estrutura de preços relativos o que raramente ajudará a aumentar a competitividade internacional ou o bem estar do consumidor. Está claro que sob tais circunstâncias uma cuidadosa reconsideração do que tem sido feito na área da privatização deve ser realizada em alguns casos futuros, de forma a aumentar a eficiência e equidade econômica. Em outras palavras, (...) é óbvio que existe a necessidade de novas ações regulatórias e institucionais neste campo que terão de ser cuidadosamente exploradas e desenhadas para um futuro não tão distante.” (KATZ, 1995:104, tradução livre, *itálicos* no original)

O abandono das políticas estruturantes e as opções estratégicas e de ajustes macroeconômicos conduziram ao reforço da dependência externa dos países da América Latina. Por outro lado, os benefícios que poderiam advir do uso dos novos produtos, não tem se concretizado, devido a uma perversa distribuição de renda que inibe o mercado interno. Os principais resultado da liberalização dos mercados financeiros, do desenvolvimento de novas

tecnologias e dos acordos e tratados comerciais em nível internacional, tem sido o estabelecimento de oligopólios mundiais de produção e a perda gradual da autonomia (talvez soberania!) da maior parte dos países da região.

As inovações tecnológicas trazidas pela chamada “Terceira Revolução Industrial”, tem sido de difícil aquisição e aprendizado para os países subdesenvolvidos de industrialização retardatária. O alto custo e a dependência de condições sistêmicas, limitam suas possibilidades de desenvolvimento. A grande desigualdade na distribuição de renda e o baixo nível de educação técnica e formal, que garantiam uma mão-de-obra barata e desorganizada, deixaram de ser requisito essencial para a acumulação do capital “moderno”. Os investidores têm sido mais exigentes em termos de localização: maior renda *per capita*, proximidade de centros de excelência em pesquisa e ensino, mão-de-obra qualificada e sindicatos fracos ou desorganizados. Neste contexto, as transformações técnicas, institucionais e econômicas têm gerado, para além dos custos privados, custos sociais tais como desemprego, degradação ambiental e agravamento da crise social nos países periféricos.

Mas a permanência das desigualdades inter-regionais é também um problema para os países desenvolvidos. É entendimento corrente, entre os países da OCDE e da CEE, que a pobreza e o atraso relativo de alguns países periféricos da Europa Ocidental podem, no limite, inviabilizar a construção do mercado comum e da união monetária na Comunidade Européia. Partindo desse entendimento, a CEE tem intensificado ações no sentido de alavancar o desenvolvimento de tais regiões e reduzir os desníveis de renda⁴². Se nas políticas regionais de cada país ou bloco regional não existem grandes diferenças quanto aos instrumentos utilizados (gastos públicos em infra-estrutura, incentivos fiscais e financeiros, juros subsidiados, *targeting* setorial, etc.), há uma diferenciação nas estratégias, que

“(...) revelam inovações interessantes de país para país. No Japão, a parte mais promissora da política regional está relacionada a projetos de alta tecnologia e ao desenvolvimento de setores prestadores de serviços altamente especializados para a indústria; Nos Estados americanos, há uma

⁴² - Uma visão aprofundada das políticas de desenvolvimento regional adotadas tanto por países desenvolvidos quanto por subdesenvolvidos, pode ser encontrada nos trabalhos de GOMES (1997 e 1993).

visível preferência por projetos em setores não-tradicionais, potencialmente dinâmicos num mundo competitivo e cujos produtos serão, cada vez mais, intensivos em conhecimento; na Europa, há programas setoriais nas áreas de telecomunicações e processamento de informações voltados especificamente para regiões atrasadas; em vários casos, o papel estratégico das pequenas e médias empresas eficientes tem sido reconhecido e apoiado; (...)” (GOMES, 1993:60)

Os Estados Nacionais, na defesa de suas economias, têm buscado enfrentar os concorrentes extra-regionais, contra os efeitos destrutivos da globalização, mesmo quando utilizam o discurso de defesa da concorrência. Assim, além de políticas regionais adotam políticas industriais de conteúdo eminentemente local, voltadas para a defesa econômica e promoção social de suas regiões mais debilitadas.

“(...) são adotadas políticas seletivas de apoio a setores ou empresas com poder potencial de alavancar o desenvolvimento econômico local/regional. Além do mais, políticas de apoio em infra-estrutura (oferta de água para uso industrial, tratamento de efluentes líquidos, centrais de manutenção, rodovias, sistemas de comunicação mais eficientes, etc.), em capacitação gerencial e de financiamento, são vistas como “normais”, quando voltadas para a promoção do desenvolvimento em regiões menos favorecidas. O poder público não tem se conformado em dinamizar a economia local somente através de políticas voltadas para pequenas empresas: o diálogo com empresas transnacionais para a realização de P & D, para melhoria dos serviços de apoio à produção industrial, etc., tem sido constante. Além do mais, o apoio à atividade produtiva tem se consubstanciado onde também é possível compatibilizar lucros de longo prazo com objetivos sociais, como apoio a atividades “trabalho-intensivas”, incentivo ao retreinamento e realocação de mão-de-obra, programas de desativação ou redução gradativa da produção em indústrias com tecnologia atrasada ou superada ou com capacidade limitada de progresso técnico, sistemas complementares de seguridade social, etc.” (CANO e CRUZ, 1996: 43-4)

Apesar da multiplicidade de “políticas regionais” e de exemplos de protecionismo adotados pelos países centrais, as “receitas” dos organismos internacionais, porta-vozes do discurso neoliberal, recomendam a livre movimentação para o capital estrangeiro nas economias nacionais, privatização e ruptura dos monopólios públicos, flexibilização dos contratos de trabalho, abertura comercial para bens e serviços e “especialização” produtiva regional, como forma de garantir nichos de mercado e de desenvolver competitividade de empresas locais. Nesse mundo “globalizado”, todavia, os países ou regiões subdesenvolvidos e de industrialização

tardia não terão vantagens sistêmicas ou naturais e tenderão a distanciar-se da “modernidade”, numa espécie de “darwinismo” econômico, onde as “espécies” (regiões, Estados, municípios) mais aptas sobreviverão e se desenvolverão, enquanto as atrofiadas tenderão à morte.

A eliminação ou redução de preços administrados, subsídios e incentivos diferenciados setorial e regionalmente, objetivando colocar a economia em condições internacionais de mercado, tem implicado ou pode implicar crescimento das desigualdades nos custos de produção de atividades econômicas. As regiões mais afastadas dos centros desenvolvidos passam a ter seus custos de transporte e de localização encarecidos e isto provoca impactos negativos tanto sobre as empresas quanto sobre a renda real das populações dessas regiões. Como agravante, “as firmas que baseavam suas vantagens competitivas em tais benefícios tendem a fechar seus estabelecimentos, reforçando suas plantas em locais relativamente mais beneficiados (ou menos prejudicados)” (CANO e CRUZ, 1997).

A atual divisão internacional de trabalho reflete um quadro onde, cada vez mais, os países periféricos compram a “caja negra”, mantendo o “casillero” vazio⁴³. Em outras palavras, aos países periféricos cabe o papel de se especializar em determinados nichos - preferencialmente na produção de “tradebles” não intensivos em alta tecnologia. Com dificuldades de adaptação do seu sistema nacional de inovação aos novos paradigmas, os países periféricos veem-se na contingência de, passivamente, se submeter as rígidas normas de comercialização da OMC, aos limites de sua política macroeconômica, etc.

No Brasil dos anos 90, o receituário neoliberal tem orientado as políticas econômica e social. Todo o processo que resultou na articulação comercial, que constituiu o mercado interno, e transferiu capitais entre regiões, que configurou espacialmente a estrutura do sistema produtivo nacional, vem sendo prejudicado. Além da crise econômica, que tem perpassado os anos 80 e 90, a política do “estado mínimo” tem sido responsável pela desativação dos planos de longo prazo... A crescente abertura externa, que impõe maiores níveis de competitividade às atividades econômicas e, com isso, vem contribuindo para a eliminação de restrições às importações,

⁴³ - Termos utilizados originalmente por FAJNZYLBER (1990)

estabelece um teto para o crescimento dos preços internos, especialmente para os bens finais “*tradebles*” e os insumos industriais.

A visão política estratégica que sustentava a necessidade de empresas públicas na oferta de serviços ou na produção de insumos básicos de valor estratégico, tem sido abandonada em favor de uma posição mais pragmática. Este pragmatismo estatal tem significado que algumas áreas de forte especialização produtiva, desenvolvidas com recursos públicos, devem passar por um intenso processo de reestruturação. Isto implica fechamento de estabelecimentos, transferências para o setor produtivo privado de parte ou do total dos ativos, reformulação da atividade manufatureira em geral, racionalização de pessoal, desemprego, etc. As decisões, do lado da oferta de infra-estrutura, estarão orientadas por horizontes de mercado de curto e médio prazos e estas tenderão a concentrar-se nas áreas mais desenvolvidas, onde há mercado consumidor concentrado (garantia de retornos imediatos), em detrimento de regiões mais distantes ou menos industrializadas.

Pode-se supor que, na falta de políticas compensatórias, aumentem as tendências de desigualdades regionais, na medida em que os potenciais de atração para os investimentos produtivos estarão diferenciados pela oferta mais ou menos lucrativa da produção de serviços como telecomunicações, energia, saneamento, etc. Especulativamente, pode-se dizer que na falta de um poder regulatório, serão gestados, no limite, processos desestruturantes de atividades produtivas já radicadas em áreas não privilegiadas pelos programas privados de desenvolvimento de infra-estrutura.

Nos anos 90, o leque de “opções” no tocante à política regional, toma como paradigma a redefinição do papel do Estado em torno dos conceitos de “**eficiência e competitividade**”, colocando em segundo plano a questão da **equidade**. E, apesar de toda a experiência acumulada pelo Estado nacional em décadas de planejamento, as políticas industrial, agrícola, etc., têm sido desprovidas de orientação setorial ou mesmo regional.

O “culto ao poder local”, corolário direto do ideário neoliberal, tem estimulado a emancipação de novos municípios, em busca de recursos dos fundos de participação, que passam a ser retirados do Estado ou município de que foram originados. Além da criação de mais

municípios, a Constituição de 1988 proporcionou a criação de mais uma Unidade da Federação: o Estado de Tocantins, redesenhando as fronteiras geopolíticas internas do país e ampliando os espaços político-eleitorais. A fragmentação territorial, em nível municipal ou Estadual, mostra todo o aspecto perverso da aplicação do “modernos” conceitos de **eficiência e competitividade**. A descentralização de recursos tributários e a democratização do poder propiciados pela nova Constituição não implicaram necessária mudança qualitativa na alocação de recursos públicos locais. Postos de lado os conceitos de **equidade e solidariedade**, localidades mais ricas tentam se transformar em municípios, para garantir parcelas maiores de recursos e solucionar seus problemas, independentemente das “sobras” das demais áreas (isto passa a ser problema do município original). Outros municípios, querem resolver os problemas sociais, dificultando a imigração e estimulando o retorno de pessoas pobres para seus locais de origem. Ou seja, importa tornar o município competitivo, limpo, etc, mesmo que, para tanto, seja necessário “esconder a sujeira sob o tapete do vizinho”.

Por mais que se tenha incentivado e transferido poder para as esferas locais, a partir da Constituição de 1988, Municípios e Estados têm se emaranhado numa “guerra fiscal”, num “salve-se quem puder” que só tem contribuído para fragilizar ainda mais os laços de solidariedade econômica entre as regiões e reduzir receitas. Por outro lado, estudos têm revelado que tanto em nível estadual, quanto municipal, os gastos em consumo têm sido superiores aos gastos com investimentos, comprometendo os “graus de liberdade” dos poderes locais⁴⁴. E isto, como seria de se esperar, tem contribuído para agravar a dívida social e reduzido a capacidade de financiamento para os projetos de desenvolvimento. Na verdade grande parte do enfraquecimento fiscal e financeiro de todas as esferas de governo resulta da “descoberta” do poder local como alternativa de execução de políticas regionais. Os defensores desse “culto” parecem não lembrar que os estados e os municípios não podem estabelecer por exemplo, taxas

⁴⁴ - Vale ressaltar que houve um acréscimo de gastos na esfera municipal decorrente da assunção de serviços como saúde, educação e saneamento básico, pouco restando para a função de investimento, principalmente nos municípios localizados em regiões pobres. Mas para além destes gastos, e principalmente em municípios mais ricos, a insuficiência do investimento público parece ter ocorrido por causa da indisciplina fiscal combinada com ineficiência das esferas inferiores dos governos nacional e estaduais. Ver ROSA (1997), que faz um levantamento sobre o desempenho da política fiscal da União, quanto ao aspecto da redução (ou não) das desigualdades regionais de renda.

de câmbio e juros, nem podem fazer política monetária. Daí o alcance limitado de suas ações e programas.

A continuidade do atual processo de subordinação das políticas públicas às estratégias financeiras e produtivas das empresas transnacionais e às orientações políticas dos países centrais e órgãos internacionais, como FMI, OMC e outros, aponta para a impossibilidade de construção de projetos nacionais de desenvolvimento, com soberania e voltados para o atendimento das suas populações, alternativos à ordem econômica vigente. Mesmo para o Brasil, que na periferia capitalista se destaca pelo grau de industrialização, a perspectiva de continuidade do receituário neoliberal aponta para a repetição histórica (agora como tragédia) do modelo primário exportador e importador – um neocolonialismo!

É neste contexto que está inserida a atual **questão regional**, isto é, as desigualdades e os desequilíbrios inter-regionais persistem e se amplificam como resultado de uma política neoliberal que estimula o descompromisso dos Governos Estaduais e Federal, abandonando regiões, Estados e Municípios, à espera de que “revelem” suas vantagens competitivas.

A economia brasileira permanece sob o comando do capital localizado em São Paulo, que contempla a quase totalidade dos segmentos produtivos estratégicos da economia nacional, que se articula com demais estados e regiões, ajustando e consolidando estruturas econômicas regionais, complementares e especializadas, definindo as “especializações” da periferia nacional. Todavia, na medida em que o Estado nacional abandona sua prerrogativa de fazer política industrial e regional, cresce a tendência de regiões “especializadas” estabelecerem vínculos comerciais mais fortes com o comércio internacional do que com o mercado nacional. Assim se verificou com a exploração mineral e com a produção metalúrgica no Pará e Maranhão, e com segmentos industriais sulinos voltados para os mercados externos tradicionais do País e, mais atualmente, com os mercados consolidados com base em novos acordos, como o do MERCOSUL (PACHECO, 1996:43).

Capítulo II – O NORDESTE NO CONTEXTO NACIONAL

*"(...) A morte não causa mais espanto
O Sol não causa mais espanto
Miséria é miséria em qualquer canto
Riquezas são diferentes
Todos sabem usar os dentes
Riquezas são diferentes! (...)"*

[Arnaldo Antunes/Titãs, "Miséria"]

A região Nordeste é constituída por nove estados da Federação: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Possui uma área total de 1,6 milhões de Km², equivalente a 19% do território nacional, onde residem pouco mais de 43,5 milhões de pessoas (quase 29% da população brasileira). Mais da metade de sua área total (54%) é constituída de regiões semi-áridas, sendo que pouco mais de 1/3 de sua população habita estas sub-regiões.

No que se refere a infra-estrutura rodoviária, o Nordeste possui quase 400 mil Km de rodovias, das quais pouco mais de 10% são pavimentadas. Já sua estrutura ferroviária atinge apenas 5.705 Km, sendo que seis capitais dispõem de serviços de trens urbanos de passageiros, totalizando 250 Km de ferrovias. A região possui 10 portos organizados, destacando-se os de Suape (Pernambuco) e Itaqui (Maranhão), os de Aratu e Malhado (Bahia) e o de Termisa (no Rio Grande do Norte). Dispõe de um sistema de hidrovias comercialmente viáveis mas pouco aproveitadas, com 1.370 Km no rio São Francisco e 850 Km no rio Parnaíba, e possui um parque gerador de energia com capacidade instalada de 8.833 MW, sendo 8.272 provenientes de quatorze usinas hidrelétricas. Além do mais, conta com grande potencial de energia solar e eólica, ainda não devidamente explorado.

A agricultura regional é a atividade econômica que mais carece de modernização empresarial, salvo em alguns projetos específicos, onde se desenvolveu um plantio voltado para a exportação (cacau, em parte, soja e algumas frutas), com a introdução de empresas agroindustriais e grandes projetos de irrigação. Sobrevivem e em algumas sub-regiões até predominam relações não capitalistas de produção, que imprimem ao desenvolvimento capitalista

nordestino o caráter “desigual e combinado” no qual o moderno se alimenta do arcaico, não como pré-requisito essencial, mas como forma temporária de viabilização do processo de acumulação, mesmo em culturas voltadas para a exportação, como em algumas fazendas de cacau ou na produção do açúcar.

De acordo com a SUDENE, o semi-árido nordestino possui apenas 14 pólos agroindustriais, que constituem 83% das áreas atualmente irrigadas. Entretanto, existe um enorme potencial para a irrigação na região que permanece inaproveitado. Desta forma, grande parte de sua população rural (que constitui 40% do total regional), não envolvida com a agroindústria, em geral produz bens para sua própria subsistência, sofrendo os revezes das secas ou submetendo-se ao regime de “parceria” ou outras formas precárias de trabalho, engrossando as fileiras de movimentos reivindicatórios ou submetendo-se aos “favores” de políticos locais.

A atividade industrial foi a que mais se dinamizou nas últimas décadas. A ação do Estado, atraindo novos investimentos para a região, contribuiu para a formação de aglomerações industriais nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, que ficaram responsáveis pela maior parte da produção industrial regional. Hoje (dados publicados pela SUDENE em 1996), a região responde por 33% da produção nacional de petróleo bruto; 51% da produção de gás natural e 66% de gás liquefeito; 99% da produção de gipsita; 90% da produção de magnésio, diatomita, titânio, tungstênio, lítio, barita, fertilizantes potássicos e salgema; 67% da produção de cromo; 66% da produção de cobre.

A atividade turística vem crescendo na região, consolidando a tendência de aproveitamento não só de seu vasto litoral (3.347 Km), como também das suas chapadas, desertos e outras áreas igualmente belas. Além da beleza de sua natureza, a riqueza de seu acervo cultural e histórico, que retratam tanto os primórdios da colonização portuguesa nas Américas, como as origens da sociedade brasileira, tem transformado a região num grande atrativo para os programas turísticos nacionais e internacionais. As festas populares, os ritmos e as culinárias subregionais são atrativos que garantem fluxos turísticos crescentes, apontando para a necessidade de melhor infra-estrutura e investimentos para a melhoria dos serviços e permanência desta atividade na região como um de seus principais suportes econômicos.

Os indicadores atuais, quando comparados aos de décadas anteriores, mostram que a economia regional cresceu. Mas os indicadores sociais, como de saúde, educação, habitação, etc, se melhoraram ao longo do tempo, permaneceram os piores do país. Ou seja, os desníveis inter-regionais, apesar de reduzirem-se, permaneceram altos, desfavoráveis à região Nordeste. Para ter-se uma noção mais aproximada do que constitui a **questão regional** nos dias de hoje, é preciso conhecer-se alguns dos seus principais indicadores sociais e seus movimentos populacionais, à luz da análise dos movimentos do capital que integraram comercial e produtivamente a região à economia nacional.

A permanência dos desníveis sócio-econômicos inter-regionais no Brasil resulta de processos históricos específicos e complexos que têm uma raiz analítica comum, caracterizada em três fases distintas e subsequentes¹: a) a de **isolamento relativo** das regiões brasileiras, que vai até 1930; b) a da **articulação comercial** e divisão regional do trabalho, de 1930 até 1960; e, finalmente, c) da **integração produtiva** e consolidação da economia nacional, que inicia em 1960.

As linhas gerais que caracterizam a economia brasileira e nordestina no período pré-**articulação comercial**, foram profundamente analisadas por GUIMARÃES NETO (1989, Cap.I), CANO (1977 e 1985, Cap.II) e FURTADO (1977). Por isso, farei aqui uma apresentação sucinta da primeira fase e me deterei na análise dos períodos de consolidação da **articulação comercial** e da **integração produtiva** nacional². Analisarei a trajetória econômica do Nordeste brasileiro, desde os anos 30, quando se inicia o processo de **concentração industrial** em São Paulo e fortalece-se a **articulação comercial**, no sentido da formação de um mercado nacional. Depois, examinarei os efeitos do processo de **desconcentração industrial** na região e seus

¹ - Adoto a periodização originalmente trabalhada por CANO (1985) e posteriormente utilizada por GUIMARÃES NETO (1989) e outros.

² - Outros autores que trataram da temática, da perspectiva do Nordeste, poderiam ser consultados: ANDRADE, Manoel C. (1973) *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense; PRADO JÚNIOR, Caio. (1980) *História Econômica do Brasil*. São Paulo Brasiliense, 24ª ed.; RANGEL, Ignácio (1957) *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Salvador, Progresso. Uma resenha dos principais textos pode ser vista em CANO, W; e CARNEIRO, R. (1985) "A Questão Regional no Brasil". *Pensamento Iberoamericano. Revista de Economia Política*, Madrid, enero-junio.

desdobramentos posteriores, até a atualidade. Neste capítulo, portanto, será traçado um breve perfil sócio-econômico da região, para concluir com a análise dos principais entraves que mantém na ordem do dia a discussão da problemática nordestina.

A primeira seção compreenderá a análise da trajetória econômica nordestina, no longo período que se inicia nos anos 1930 até início dos anos 80. Será enfatizada a análise da inserção regional nos determinantes do desenvolvimento nacional, desde o processo de **articulação comercial**, passando pelo período de **industrialização pesada** e pelos anos do “milagre”, até a conclusão do ciclo de crescimento entre fins dos anos 70 e início dos anos 80. Será ressaltado o movimento de **concentração industrial** em São Paulo, a posterior inflexão deste processo e os efeitos das políticas deliberadas de **desconcentração produtiva** em direção aos estados da periferia nacional.

Os movimentos e tendências dos anos 80 até os dias atuais serão analisados nas seções seguintes. Na seção 2, far-se-á uma contextualização das transformações que condicionaram o comportamento da economia brasileira, passando pela análise das transformações da economia nordestina, comparadas com a crise nacional. A Segunda seção será encerrada com um diagnóstico da situação sócio-econômica e da inserção da economia regional nas principais tendências de desenvolvimento da economia nacional e internacional. Na última seção, tentarei demonstrar que a continuidade do processo de crescimento econômico e de redução das desigualdades inter-regionais precisa do retorno às políticas regionais, já que se observam indicadores de uma possível inflexão da tendência desconcentradora da atividade produtiva nacional e intensificam-se as políticas de cunho neoliberal, que reduzem o poder estruturante do Estado nacional.

A opção por uma periodização mais longa, que abrange as duas fases, de **isolamento relativo**, e **articulação**, além de parte do período de **integração**, justifica-se porque: a) as etapas de **gênese** e **articulação comercial** já foram objetos de análise aprofundada em outros trabalhos (CANO; GUIMARÃES NETO; FURTADO e outros); b) o período pós **industrialização pesada** também foi exaustivamente estudado por estes e outros autores, que tomaram como base os ciclos

econômicos da economia nacional; c) todavia, as economias regionais brasileiras passaram por transformações "cíclicas" distintas, requerendo análises aprofundadas de suas especificidades históricas; d) a análise do crescimento da economia brasileira nas últimas décadas revela que, enquanto a economia brasileira iniciava um período de descenso em 1980, a região Nordeste observava uma fase de auge, a qual seria inflexionada mais tarde, ainda em decorrência da maturação de alguns investimentos do II PND. Ou seja, como a crise brasileira dos anos 80 se manifestou primeiro em seu núcleo dinâmico e só depois em sua periferia, que respondeu diferenciadamente, a partir do grau de solidariedade produtiva com o centro e do perfil sócio-econômico então vigente, a análise do desenvolvimento regional precisará absorver estas diferenças, como contribuição ao conhecimento do processo de **desconcentração econômica**.

1. O Nordeste Brasileiro e a Expansão Capitalista do Período 1930-1980

O Brasil do século XIX ainda possuía economias escravistas mercantis, que se reproduziam em isolamento relativo, isto é, mais se relacionavam com o mercado externo do que com o restante do país. Laços econômicos inter-regionais ou mesmo intra-regionais, eram bastante tênues. Na verdade, a delimitação das escalas geográficas regionais correspondia a um conjunto de "ilhas" que mantinham laços econômicos mais fortes com o exterior do que com economias vizinhas. A relativa autonomia de cada região, com características culturais e sócio-econômicas próprias traduzia-se em crescentes disparidades inter-regionais.

Até o início do século XVIII, o "complexo nordestino" (FURTADO, 1977) era caracterizado pela imobilização de grandes capitais, voltados para a produção agrícola e industrial e exportação do açúcar, em geral concentrados no litoral. A atividade exigia uma organização social hierarquizada, com grande concentração de renda nas mãos do senhor-de-engenho, muitos escravos e alguma mão-de-obra livre, assalariada, que ocupava postos

administrativos e técnicos. A pecuária nordestina caracterizava-se por ser uma atividade pouco monetizada, de caráter extensivo, que se espalhava por todo o interior mas exigia menores gastos e administração menos complexa. Neste sentido, contribuía para consolidar o regime latifundiário do açúcar, na medida em que compelia o trabalhador a prestar serviços em troca de um "pedaço de terra", com permissão para o cultivo que lhe renderia o "salário". A permanência dessa atividade e desse contingente de trabalhadores pelo interior da região, proporcionaria o surgimento de pequenos adensamentos populacionais e o surgimento de outras atividades, basicamente produção agrícola de alimentos em pequena escala e, mais tarde, do algodão e do fumo³.

A economia nordestina enfrentava crise secular com o aviltamento dos preços internacionais e a baixa competitividade da produção açucareira, perante os concorrentes estrangeiros. A redução da renda *per capita*, na atividade exportadora e a consequente redução das transações monetárias implicava mudanças no grau de especialização da economia e na divisão social do trabalho, com isto, marginalizava-se não só a atividade pecuária, mas também os mercados criados a partir dela enquanto, no litoral, seria desenvolvido o artesanato em substituição a produtos anteriormente importados do exterior ou do interior (FURTADO, 1977:62-3).

"De uma economia de alta produtividade no século XVII, o Nordeste vai-se transformando em um sistema econômico com populações dispersas, produzindo para a subsistência imediata, com baixo nível de produtividade e uma divisão de trabalho que envolveu a medida que o 'negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos' entra em decadência." (GUIMARÃES NETO, 1989:29)

As dificuldades enfrentadas pela economia açucareira determinariam algumas mudanças no perfil produtivo da região. Em meados do século XVIII, em virtude de uma

³ - "Dotada de uma característica própria de acumulação "natural" e de um alto poder de resistência à multiseccular crise do setor exportador, a pecuária contribuiria em muito para formação de um imenso "reservatório de mão-de-obra. (...) A exígua urbanização, os altos custos de transportes, a relativa auto-suficiência da pecuária e da atividade açucareira e a pequena dimensão de suas propriedades, reforçariam o círculo vicioso da pouca dinamicidade dessa agricultura, principalmente em termos de mercado e de acumulação da capital. Da mesma forma que a pecuária, a agricultura de subsistência teria grande importância para a expansão do reservatório de mão-de-obra." (CANO, 1977:95-6)

conjuntura internacional favorável, revigorava-se a produção do algodão, com o estabelecimento de novas relações produtivas e sociais que a ela eram associadas. Apesar de baixa participação no conjunto das exportações brasileiras, a atividade algodoeira, teria impactos importantes nas demais atividades da região. Além do plantio, colheita, descaroçamento e enfardamento, cresciam atividades de fiação e tecelagem, alimentadas inclusive pela demanda industrial da região Sudeste do Brasil, empregando crescente contingente de operários e contribuindo para a formação de núcleos urbanos no interior.

A retomada da produção e exportação do açúcar durante o século XIX propiciaria até o início do século XX, grandes transformações econômicas e sociais para a região. Os volumes exportados superariam aqueles vigentes no período colonial, não só porque a economia açucareira conquistaria o mercado nacional e encontraria o grande mercado norte-americano, mas também porque haveria intensa modernização dos processos tecnológicos. As usinas passariam a substituir os engenhos centrais, ao longo da segunda metade do século e, com isso, exigiriam sistema de transporte mais eficaz. As novas estradas de ferro, ao agilizarem o transporte da matéria-prima do local do plantio para a usina, também induziam a criação de novos engenhos, enquanto as formas rudimentares de transporte eram reaproveitadas. Assim, conviviam “pacificamente” novas e velhas estruturas, evitando um impacto maior no nível de emprego, muito embora a produtividade geral da atividade tenha aumentado. (GUIMARÃES NETO, 1989:34-6) Além da fundamental transformação tecnológica, houve uma política cambial favorável, que sustentaria os níveis de exportação pelo menos até o início dos anos 80, quando declinaram os valores exportados até o início do século XX.

Mas os anos 80 e 90 reservariam para o Nordeste uma conjunção de fatores que levariam à crise do seu setor externo. E isto seria importante para a busca de novos mercados, principalmente a emergente economia cafeeira paulista: a queda dos preços e a retração da demanda externa dos principais produtos primários nordestinos (açúcar e algodão); os encargos financeiros da Guerra do Paraguai; a ocorrência de uma grande seca entre 1877 e 1879; a crise cafeeira escravista do Rio de Janeiro; e outros que, apesar de ocorridos em décadas anteriores haveriam de contribuir para agravar o estado geral de crise na região: enchentes e inundações, epidemias, motins urbanos, *banditismo*, revoltas e tentativas de revoluções. Esta característica,

compeliria os produtores de açúcar a desenvolver esforços de comercialização interna, intra e inter-regional. (GUIMARÃES NETO, 1989:55-7)

A implantação e expansão do transporte ferroviário regional, baseado inicialmente em Recife e Salvador e depois alcançando o Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, contribuiria para intensificar os vínculos intra-regionais, dada a notável redução dos custos de transporte. E isto provocaria o surgimento e desenvolvimento de novas cidades comerciais que intensificariam os laços econômicos do interior com os portos regionais, além de viabilizar a produção agrícola de subsistência e o desenvolvimento de outras atividades agro-exportadoras, como a produção do fumo e do cacau, na Bahia.

A economia nordestina, assim, seria compelida a buscar alternativas para a crise, oferecendo os excedentes primários e industriais não realizados no mercado internacional, às economias extra-regionais. Tanto no caso do açúcar, quanto do algodão, essa nova estratégia implicaria subordinação da produção aos interesses do capital mercantil, em grande parte de outras regiões do país. O caráter incompleto da modernização da atividade açucareira, que desde o início do século XIX permitia e até incentivava o crescimento de unidades de engenhos, era aproveitado pelo capital mercantil que tirava proveito da existência de relações de trabalho arcaicas (isto é, não-capitalistas e fracamente monetizadas). No caso do algodão, o capital mercantil, além de incentivar à participação de agricultores sem terra, “meeiros” e “parceiros”, no processo produtivo, vinculava-se ao proprietário fundiário e ao proprietário das instalações de beneficiamento do produto, apropriando-se de parcela significativa da renda gerada pelos produtores. (GUIMARÃES NETO, 1989:63-71)

Com o volume de recursos que movimentava, o capital mercantil financiava a produção, a oferta de insumos e de bens de consumo final, deixando grande parte do aparelho produtivo à mercê de sua ganância. Destarte, não se limitaria a obter apenas a parte da renda gerada no processo produtivo, como também sustentaria a reprodução daquelas relações arcaicas que, contraditoriamente, retardavam o desenvolvimento das forças produtivas na região, inclusive nas atividades informais urbanas.

Esse primeiro estágio mostra a necessidade dos produtores da região Nordeste, premidos pela crise externa, de voltarem-se para o mercado interno. O Nordeste passou a ser fornecedor de alguns bens de consumo intermediário e final para o Sudeste. Vejamos, por exemplo, o caso do açúcar. Deprimido pela persistente baixa dos preços e limitado pela baixa produtividade – o Brasil era, naquele momento, produtor marginal no mercado mundial (CANO, 1977:68) – o Nordeste escoava sua produção de açúcar no mercado interno com volumes crescentes demandados a partir de São Paulo. Até 1920, a região supria 80% das necessidades do mercado paulista. A produção neste estado conviveu durante muito tempo e foi desestimulada pelos preços baixos do produto nordestinos. Somente a partir de 1927 a produção paulista iniciaria seu processo de expansão e passaria a substituir paulatina e crescentemente o açúcar nordestino.

Até 1915, 70% do algodão consumido pela indústria paulista era comprado da produção nordestina. Os altos preços da matéria-prima, aumentados pela demanda internacional elevavam os custos industriais, mas também passava a estimular as plantações, até que, entre 1919 e 1921, a produção algodoeira passou a suprir 70% da demanda industrial paulista. Todavia, a queda dos preços internacionais, a partir de 1926, passou a desestimular a cotonicultura paulista, ainda mais que a cafeicultura gerava maiores rendimentos, e sua indústria voltaria a utilizar-se da matéria prima produzida no Nordeste.

O Nordeste, como supridor de seu próprio mercado regional, todavia, passou gradativamente a enfrentar a competição dos produtos manufaturados oriundos da região Sudeste, na medida em que a nova indústria tornava-se hegemônica no país. A hegemonia da indústria instalada em São Paulo teria fundamento na maior dinamicidade da economia cafeeira que, tendo alimentado relações capitalistas de produção e desenvolvido economias externas, proporcionaria o abastecimento não só de matérias-primas para a nascente indústria, como também de alimentos mais baratos, reduzindo o custo de manutenção da força de trabalho. Enquanto isto ocorria, no Nordeste a estrutura industrial pouco se diversificava, mesmo porque, desde seu nascedouro, estava condicionada pela forte concentração fundiária e de renda, o que implicava baixo dinamismo e atraso no desenvolvimento das forças produtivas.

Em que pese o crescimento do comércio inter-regional, no limiar dos anos 30, as indústrias dependiam do desempenho econômico de suas próprias regiões. O padrão de acumulação vigente ainda permitia um alto coeficiente de importações, desestimulando a produção local e impedindo a maior integração do mercado nacional. Ao mesmo tempo, a indústria paulista encontrava-se perante um mercado maior do que sua capacidade de oferta

"(...) dado que esse mercado era atendido também por importações do exterior e de outras regiões - teve um largo horizonte para ampliar sua capacidade produtiva. Dito de outra forma: sua taxa de acumulação pode crescer (...), "substituindo importações" regionais e estrangeiras e garantindo para si a expansão marginal desse mercado." (CANO, 1977:234)

O estímulo para o processo de **concentração industrial** ocorre no período da I Guerra, quando a forte contração das importações brasileiras abria oportunidades em mercados regionais para a penetração da produção das indústrias paulistas. Ao final da I Guerra, esta indústria partiria para a conquista definitiva dos mercados extra-regionais, premida pela **necessidade** de manter o ritmo de acumulação.⁴

A ocupação de espaços extra-regionais pela indústria paulista nas três primeiras décadas deste século - que daria dois "grandes saltos", na terminologia adotada por CANO (1977:254) - implicou redução da participação relativa das demais regiões. Neste contexto, a indústria nordestina seria a mais atingida, crescendo menos e sofrendo maiores impactos, perdendo mercado em diversos produtos finais e de uso intermediário, para a produção paulista, que graças a sua maior produtividade conquistava parcelas crescentes do mercado nacional.⁵

⁴ - Sobre este aspecto da dinâmica industrial paulista, ver CANO (1977:234-5) que adverte: "(...) se não houvesse ocorrido a primeira guerra, é muito provável que aquilo que teria sido uma concentração **por estímulo** tivesse que ser uma concentração **por necessidade**, pela razão simples de que a acelerada acumulação que precede à guerra talvez também impusesse a necessidade da conquista de 'mercados exteriores', já naquele período, a fim de evitar a ociosidade de grande parte de seus equipamentos. (...) A introdução de compartimentos industriais complexos, como os dos bens de capital, de cimento, de aço, química, etc., enquadrar-se-ia "naturalmente" nesse processo (...) o que viria reforçar ainda mais o processo de concentração regional. **Dimensionada para um âmbito maior do que uma 'simples região', sua implantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contar com plantas similares.**" (grifos meus)

⁵ - A este respeito e para maiores detalhes, remeto o leitor o livro de GUIMARÃES NETO (1989:83-90), além das seções 1.3 e 2.2 do Capítulo I e seção 2 do Capítulo III de CANO (1977). Aqui vale transcrever CANO (1977:259) quando este afirma: "(...) A 'periferia' perdeu o 'jogo', tanto pela sua débil integração ao comércio

1.1. A Articulação Comercial Inter-Regional e a Industrialização “Restringida”

A fase da “industrialização restringida” inicia-se sob o signo da crise cafeeira de 1929⁶, agravada pelos efeitos da crise na Bolsa de Nova York. Trata-se de um momento difícil para a economia exportadora brasileira, a partir do qual a dinâmica da indústria instalada em São Paulo passa a determinar o nível de atividade econômica do país, deixando as exportações em segundo plano no contexto econômico nacional. Isto não significa que as exportações tenham deixado de ser importantes: para a maior parte da periferia nacional, o mercado interno somente superaria o externo em meados dos anos 50.

O capital mercantil, que até meados dos anos 20 dominava o processo de articulação econômica entre as regiões, passaria a perder sua hegemonia para o capital industrial, que comandaria, doravante, as mudanças no aparelho produtivo tanto do centro dinâmico, quanto da periferia capitalista brasileira. Todavia, como observa GUIMARÃES NETO (1989:92),

“(...) o entrelaçamento das economias regionais (...) não se dá, até a década de 60, a não ser pelo comércio, sem a transferência do capital produtivo do espaço onde está concentrado para as demais áreas, em busca de novas frentes de investimento. O que predomina é o escoamento da produção, a busca de mercado, a comercialização da produção industrial concentrada no Sudeste. O Nordeste, neste particular, ainda guarda sua individualidade, dada a especificidade da sua reprodução de capital ou as formas que o processo de articulação assume. Isto significa dizer, também, que o ‘ajustamento’ a que ele é submetido nestes momentos dá-se a partir das próprias frações do capital localizadas e originárias da região, sem a participação do capital produtivo extra-regional.” (grifos meus).

O novo Estado nacional, emergente do quadro político pós-crise de 1929, seria responsável pela remoção de barreiras que dificultavam o avanço do capital industrial sediado em

internacional quanto, e principalmente, por não ter desenvolvido relações capitalistas de produção mais avançadas e, por isso mesmo, não ter diversificado suficientemente sua estrutura econômica.”

⁶ - Sobre a crise cafeeira, ver CANO (1985:166-81), que apresenta uma extensa fonte de consulta.

São Paulo, em direção a periferia do mercado nacional. A gradativa redução dos impostos interestaduais, entre 1938 e 1943, seria um passo importante neste sentido. Mas, para além da reforma tributária, era preciso garantir oferta de força-de-trabalho qualificada, saudável e, sobretudo barata, para manter ou mesmo acelerar o ritmo de acumulação capitalista, através de políticas sociais voltadas para a educação, saúde e previdência social. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mais tarde, viria coroar os esforços para a manutenção de um ambiente favorável ao capital, prenunciando maior estabilidade nas relações de emprego e salário.

A rede ferroviária e a navegação de pequena cabotagem, que foram os principais meios de transporte nos anos 30, gradativamente perderam importância para a infra-estrutura rodoviária que entre 1937 e 1949 seria ampliada em 72%. Como a integração rodoviária entre grandes distâncias só se concretizaria nos anos 50, com algumas rodovias implantadas no período da **industrialização pesada**, a periferia, particularmente a região Nordeste, teria como defesa “natural” a barreira da distância, que a protegeria contra o ingresso generalizado de mercadorias oriundas de São Paulo – o que daria alguma sobrevivência aos capitais locais, na ausência da proteção do imposto interestadual. Mesmo assim, o avanço da industrialização implicou perda de mercado no interior do próprio Nordeste, na medida em que produtos extra-regionais penetravam em alguns segmentos.

A insuficiência de capitais privados para solucionar o problema da inadequada infra-estrutura, levaria o Estado nacional e algumas Unidades da Federação a investir diretamente ou a constituir entidades ou empresas públicas, com funções definidas⁷. Mas, apesar do seu poder discricionário e da implementação de projetos localizados na periferia, suas ações privilegiariam o estímulo à atividade produtiva dos centros mais dinâmicos do país, enquanto a periferia era “socorrida” pelo assistencialismo de sua intervenção, sem uma correspondente ação no

⁷ - Uma listagem de todos os órgãos criados seria ociosa, neste espaço, todavia algumas merecem destaque: em 1931, o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Instituto do Cacau da Bahia; em 1934, o Departamento Nacional de Produção Mineral; em 1938, o Conselho de Petróleo; em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional; em 1942, a Cia Vale do Rio Doce; em 1943, a Cia Nacional de Alcalis e a Fábrica Nacional de Motores; e, em 1945, a CHESF – Cia Hidrelétrica do São Francisco.

desenvolvimento da atividade produtiva ou na retenção, no Nordeste, do excedente gerado pela atividade privada (GUIMARÃES NETO, 1989:98)⁸.

Alguns fatores reduziam a possibilidade de diversificação das pautas produtivas e renovação de equipamentos e instalações da indústria e da agricultura nordestinas, dentre os quais destaque: a baixa diversificação estrutural da própria economia regional; a alta concentração de renda e de propriedade; o atraso das relações sociais de produção; e a falta de (ou reduzida, como no caso da Bahia) intermediação financeira local. Com isso, as margens de lucro eram relativamente menores do que as vigentes em São Paulo, reduzindo a competitividade dos seus produtos no mercado nacional. Ao capital produtivo regional restava a possibilidade de explorar os limites de sua reprodução no âmbito dos estados da região, fortalecendo a articulação comercial e produtiva intra-regional⁹. Os Censos Industriais, de 1907 a 1949, comprovaram que a **concentração industrial** em São Paulo foi muito mais intensa até antes da II Guerra, graças as vantagens associadas ao complexo cafeeiro¹⁰.

No início do século XX, a indústria brasileira concentrava-se na região Sudeste, principalmente na Guanabara. Porém esta participação logo seria reduzida com o crescimento industrial do estado de São Paulo. Na primeira década, a **concentração industrial** nestes dois estados era mais "*aparente*" do que "*efetiva*". Primeiro porque em alguns setores (metalurgia

⁸ - Com efeito, "(...) a penetração das mercadorias produzidas no Centro-Sul, além de ver-se favorecida pelas medidas de cunho político-institucional e pela melhoria dos transportes, será tanto mais facilitada (pela) **incapacidade da burguesia industrial nordestina de adaptar seus esquemas de geração de valor às novas determinações que tinham seu locus na região Centro-Sul.** (...) Essa perda de poder político impedia-lhe de utilizar o próprio Estado, capturado pela burguesia industrial do Centro-Sul e, no Nordeste, pela oligarquia algodoeiro-pecuária, para redirecionar seus esquemas de reprodução. A dupla incapacidade revela-se mortal para sua existência, **enquanto classe que tinha um espaço próprio de reprodução;** suas relações com a própria classe operária, que lhe era subordinada no esquema da geração do valor, serão gravemente afetadas." (OLIVEIRA, 1977:90, grifos e parêntesis não constam no texto original)

⁹ - Apesar da relativa escassez de estatísticas, as informações disponíveis dão conta de que houve crescimento tanto das exportações inter quanto intra-regionais no país. O período da chamada "industrialização restringida", que vai de 1930 a 1955, corresponde a uma articulação comercial bem mais intensa no interior das regiões do que entre as mesmas. A intensificação da articulação inter-regional seria observada no período da **industrialização pesada**. Para maiores detalhes, ver GALVÃO (1984), CANO (1985, seção 2.2.) e GUIMARÃES NETO (1989:99-100).

¹⁰ - Tomamos de empréstimo a expressão "complexo cafeeiro capitalista" cunhada por CANO (1977).

química e papel, por exemplo), apesar da forte presença destes estados na produção nacional, o mercado era atendido em grande parte pelas importações, que tinham peso elevado na oferta total. Depois, havia ainda o caso de setores (móveis, tapeçaria, materiais elétricos, por exemplo) cuja produção só poderia ser realizada no âmbito dos seus próprios mercados estaduais, em virtude ou dos hábitos de consumo determinados pelo padrão de renda da população e estágio de urbanização ou do atraso relativo das demais regiões (CANO, 1977:237-240).

No ano de 1907, a participação de São Paulo no VTI nacional era ligeiramente menor do que a da região Nordeste. Em apenas doze anos esta situação seria modificada, quando a indústria paulista duplicaria sua participação. E isto acontecia no momento em que a participação nordestina permanecia no mesmo patamar, enquanto a do estado da Guanabara diminuía. Mas estas mudanças nos pesos relativos teriam caráter qualitativamente diferente no que se refere aos desdobramentos seguintes do processo de concentração: começaria a se delinear liderança não só na produção mas também na oferta de produtos industriais em alguns setores da indústria paulista. Com efeito,

"(...) o momento específico dessa transição se dá entre o final da década de 20 e os anos da década seguinte, quando os altos níveis de concentração da indústria paulista passam a expressar maior efetividade. Dos vinte ramos (...) apenas em dois deles o grau de concentração é inferior a 30% do total nacional: o de couros e peles (...) e o da indústria farmacêutica (...)." (CANO, 1977:242).

A participação do VTI nordestino reduzia-se de 16,7% em 1907, para 10,9% em 1939 e 9,1% em 1949. No mesmo período, aumentava a participação da região Sudeste, puxada pela indústria instalada em São Paulo, que passava de 15,19% para 40,7% em 1939 e 48,9% do VTI brasileiro em 1949 (Ver Tabela 2.01).

Tabela 2.01

Indústria de Transformação: Participação Regional no Valor da Transformação Industrial
(1907-1980) - (Brasil = 100%)

Região \ Ano	1907	1919	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Norte	4,3	1,3	1,1	0,7	0,9	0,8	1,3	2,4
Nordeste	16,7	16,1	10,9	9,1	6,9	5,7	6,6	8,1
Sudeste	58,2	66,0	74,1	76,5	79,3	80,7	76,3	72,6
Estado de São Paulo	15,9	32,2	40,7	48,9	55,6	58,2	55,9	53,4
Região Metropolitana S. Paulo (*)	-	-	26,3	32,4	41,0	43,5	38,8	33,6
Interior de São Paulo (*)	-	-	14,4	16,5	14,6	14,7	17,1	19,8
Sul	19,9	16,2	13,5	13,2	12,3	12,0	14,8	15,8
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	1,1
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: IBGE, Censos Industriais; Apud CANO (1997a e 1985) e CARNEIRO (1984).

Obs.: - (*) RMSP e interior: estimados em 1939 pelo Valor da Produção; 1949-80, Censos Industriais

Além do crescimento e **concentração industrial**, o estado de São Paulo observou um rápido crescimento nas atividades agropecuárias e terciárias, que possibilitaram as bases para o dinamismo de sua economia. Ampliou-se quantitativa e qualitativamente a base produtiva agropecuária, cresceu o comércio e a atividade financeira, assim como surgiram novas atividades terciárias. Até 1949, a economia paulista passaria a não só ter maior participação no PIB industrial, como também na agropecuária e serviços¹¹. Com isso, cresceu a participação da economia paulista no conjunto da economia brasileira.

Em 1949, o PIB do Terciário paulista correspondia a quase 34% do PIB setorial brasileiro. Por outro lado, participava com 30% do PIB Agropecuário nacional. Estatísticas da FGV e IBGE trabalhadas por CANO (1997a), mostram que a partir de 1939 o estado de São Paulo aumentaria sua participação no PIB total nacional até 1970, quando contribuía com quase 40%. Movimento diferente ocorre com as atividades econômicas do Nordeste: sua participação

¹¹ - O desempenho da agricultura paulista foi demonstrado no trabalho de CANO (1985:214-51) e não cabe aqui repetir os dados e argumentos utilizados pelo autor. É interessante notar a trajetória de declínio do PIB do Rio de Janeiro e estado da Guanabara; não só cai sua participação no PIB industrial, como também nas atividades terciárias e agropecuárias. À este propósito, ver também CANO (1997), Tabelas 31A a 31D.

no PIB nacional reduz-se até 1970 e depois volta a crescer, graças a integração produtiva da região (ver Tabela 2.02).

Tabela 2.02

Brasil: Distribuição Espacial do PIB Nacional - (1939 – 1980)

(Em %)

Regiões/Estados	1939	1949	1959	1970	1980
Norte *	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2
Nordeste	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2
Sudeste	63,3	67,6	65,1	65,1	62,2
São Paulo	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7
Sul	15,3	15,1	16,2	17,0	17,3
Centro Oeste *	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FGV e IBGE (1939-1985); IPEA (1990-1995); *Apud* CANO (1997a).

* Norte inclui Tocantins, em 1980; e Centro-Oeste inclui Tocantins em 1939-1970 e inclui Distrito Federal.

O período da “industrialização restringida”, como se vê, correspondeu ao movimento de concentração econômica (não só industrial) em São Paulo. A avaliação do GTDN sobre a realidade econômica nordestina, comparativamente ao que denominava de região Centro-Sul mostrava, com base no Censo Demográfico de 1950, que no Nordeste havia:

“1º) Uma proporção menor da população ativa no total da população: 31,1 contra 33,9 por cento; 2º) Uma proporção muito maior da população ativa ocupada na agricultura: 71,7 contra 51,1 por cento; 3º) Uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas: 1,3 contra 2,4 hectares; 4º) Uma quantidade bem inferior de capital invertido na agricultura (excetuando o valor das terras); em 1950, para cada hectare de terra cultivada no Nordeste havia 6.300 cruzeiros de capital imobilizado, contra 27.300 no Centro-Sul; e 5º) Um grau muito menor de capitalização nas indústrias, o que se pode aferir pelo fato de que, em 1950, a cada operário nordestino correspondia 1,55 C.V. instalado nas indústrias, contra 2,34 no Centro-Sul.” (GTDN, 1959:162-4)

Deve-se ressaltar que a maior dinamicidade da economia paulista possibilitava, ainda que com dificuldades, crescente penetração no mercado nordestino. Ou seja, com o crescimento da indústria paulista, não só o Nordeste perdia antigos mercados extra-regionais, como também perdia parcelas do incremento do mercado intra-regional. A menor produtividade da indústria

regional e a concorrência dos produtos “importados” de São Paulo e da região Sudeste, terminavam por comprometer suas taxas de crescimento.

A redução da capacidade de importação durante o período da Segunda Guerra seria fundamental para que houvesse um esforço de inversões produtivas, principalmente nos segmentos de bens de produção - cuja taxa de crescimento esteve acima das dos demais setores. A estrutura industrial que modificara lentamente entre 1919 e 1939, sofreria transformações significativas a partir dos anos 40. Em parte isto decorria do esforço de **substituição de importações**, que determinaria investimentos estatais estratégicos na área de energia e transportes, com *backward e forward linkages* que expandiam o ramo metalúrgico, de material de transportes e elétrico. Por outro lado, outros setores eram estimulados a expandir-se em virtude do vertiginoso crescimento da urbanização no país, que passava a demandar produção de madeira, vidro, cerâmica, construção civil, alimentos e bebidas, exercendo impactos indiretos também sobre outros setores (CANO, 1985:76-85).

Naquele momento de “industrialização restringida”, todo o país exibiria indicadores de franca expansão e diversificação industrial ainda que os rigores da 2ª Guerra reduzissem o seu ímpeto. E este processo continuaria durante o pós-guerra: com novos estrangulamentos externos, o país se viu na contingência de instaurar um rígido controle sobre importações e retomar o processo de **substituição de importações**, agora com a expansão e reequipamento da indústria de bens de consumo não-duráveis, com estímulo à produção de bens duráveis. O estímulo para a produção de bens de produção viria com a restrição cambial para importações de equipamentos e máquinas, em 1953.

Enquanto São Paulo crescia, concentrando e dominando a produção em escala nacional, a periferia, particularmente o Nordeste, também crescia a uma taxa média anual menor, porém alta “se confrontada com qualquer país capitalista”¹². Desde 1919 a indústria brasileira

¹² - CANO (1985) chama atenção para o fato de que o crescimento de São Paulo não impediu o crescimento da periferia, que teve sua taxa de crescimento acelerada. Diz também (página 101) que, “(...) a rigor, não se pode falar em estagnação industrial em nenhuma das regiões brasileiras. Mesmo o Nordeste (...)”. Apenas chamaria atenção para o fato de que o Nordeste, em que pese observar taxas superiores a alguns países capitalistas, partia de uma base produtiva “destroçada” pela crise secular da economia açucareira, que castigava a região desde o século XVIII.

crescia de forma generalizada, “desigual e combinada”, em todas as regiões do país. Um detalhe, porém, merece destaque e será analisado no próximo capítulo: do ponto de vista setorial, os estados do Maranhão e Bahia teriam taxas de crescimento do VTI acima da média regional, na produção de bens intermediários, principalmente durante o período 1949-1959. No caso da Bahia, o crescimento médio do VTI foi superior não só à média nacional como também ao do próprio estado de São Paulo (vide CANO, 1985:85-6, tabela 3). Aliás, este é o período em que a economia baiana recebe pesados investimentos para a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso e para a extração de petróleo e produção de seus derivados, suscitando o crescimento da produção de bens de consumo e, principalmente de bens de capital.

O momento correspondente aos anos 40 até a primeira metade dos 50, constitui uma “fase preparatória” para se chegar à uma articulação mais intensa dos espaços regionais. Aumentava o grau de diversificação estrutural da economia paulista, enquanto a indústria nordestina reduzia sua participação na produção de bens de consumo final, tendendo à produção de bens de consumo intermediários, com profundas repercussões sobre as estruturas produtivas estaduais. As disparidades nos ritmos de crescimento econômico e as dificuldades políticas para a resolução do problema da concentração fundiária e do flagelo das secas, tornariam as discrepâncias dos indicadores sociais ainda mais dramáticas nessa região. Os diferenciais que já eram grandes, em termos de renda, emprego, acesso à terra, etc., ficaram ainda maiores.

O diagnóstico do GTDN estimava que a participação do Nordeste na renda total do país não era inferior a 30% em 1939. Em 1948 essa participação seria reduzida para 15,6% e em 1956, para pouco mais de 13%. No mesmo documento demonstrava que em 1948 a renda *per capita* do Nordeste correspondia a 49% da brasileira e a pouco mais de 37% da renda gerada no Centro-Sul. Em 1956, no momento em que se iniciava o processo de **industrialização pesada**, os números seriam ainda mais dramáticos – se considerarmos que a estrutura de concentração de terra e renda não fora modificada: respectivamente 43% e 32% (GTDN, 1959:161-5).

1.2. A Industrialização pesada e a Integração do Mercado Nacional

A expansão capitalista empreendia mudanças na periferia nacional, que sofria tanto os efeitos destrutivos da concorrência como os estímulos das demandas da região central¹³. Ultrapassada a fase da “industrialização restringida”, a partir de meados dos anos 50, transformações estruturais e novos direcionamentos políticos continuariam a permitir a **concentração industrial** em São Paulo e região Sudeste, mas possibilitariam a redução do ritmo concentrador na medida em que os novos investimentos passavam a requerer novas articulações e complementaridades.

No período que vai de 1950 a 1970, a economia brasileira apresentaria altas taxas de crescimento, baseadas na expansão capitalista do pós-guerra. Este desempenho seria sustentado pela economia do estado de São Paulo, que continuaria crescendo a taxas anuais superiores à média nacional, aumentando não só sua participação na indústria mas também do PIB nacional (vide Tabelas 2.01 e 2.02). Todavia, o

“(…) núcleo da acumulação produtiva do país, ao crescer, imprimia também determinações (regionalmente diferenciadas, é claro) de crescimento aos seus complementos econômicos espaciais (as demais regiões). Assim, embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional” (CANO, 1997a:6, grifos e parêntesis do autor).

Aqui cabe uma observação importante: a **industrialização pesada** não pode ser entendida sem que se faça referência ao movimento do capital em nível internacional. Após o “boom” econômico do pós-guerra, cresceu o movimento de migração de capitais dos países centrais em direção aos países do terceiro mundo, onde havia além de mão de obra barata, condições favoráveis para acumulação acelerada (adequada legislação trabalhista e de remessa de lucros, abundante disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra barata, etc.). Um conjunto de atividades produtivas seria implantado na periferia, com planos de produção voltados

¹³ - CANO (1985:191-3) diz que “(…) a integração proporcionaria *efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio* e, até mesmo, *de destruição*.” (itálicos do autor e grifos meus)

principalmente para o mercado interno. Na verdade, o processo de industrialização do Pós-Guerra na periferia seria incentivado pela extroversão dos capitais estrangeiros, de um processo de redução contínua da taxa de lucro resultante do acirramento da concorrência capitalista e sobreinvestimentos nos países centrais. Este novo espaço foi, portanto, (re)criação de mais um espaço de exploração e de realização do capital.

A inserção do capital internacional nas economias periféricas, sob diversas formas e em épocas e intensidades distintas, criaria uma rede de complementaridades regionais, guardando características estruturais e orientações de políticas econômicas de cada país. Na maioria dos casos, todavia, influenciava e até determinava reestruturação econômica e ritmo do avanço tecnológico, preparando as economias nacionais para a concorrência internacional, dentro e fora de seus países (SUZIGAN, 1989; e FAJNZYLBER, 1989). Este movimento caracterizaria um processo de “desregionalização internacional”, integrando aspectos diferenciados de cada economia nacional nas relações comerciais, de fluxos de capitais, de infra-estrutura, etc.

Nos “anos dourados”, o ingresso de capitais estrangeiros facilitaria a implantação de indústrias pesadas em toda a periferia capitalista. Naquele momento, a industrialização periférica resultava não somente das decisões política ou do planejamento estatal. Tratava-se em alguns casos, de investimentos complementares aos circuitos comerciais e produtivos do capital internacional, que costurara “teias” que dificultariam quaisquer estratégias nacionais de “industrialização autônoma”.

No Brasil, a execução do Plano de Metas foi um marco da intensificação das articulações comerciais internacionais e inter-regionais. A montagem da indústria pesada e de bens duráveis em São Paulo, resultou num crescimento sistemático das importações inter-regionais, com elevação do grau de complementaridade entre as estruturas produtivas. O processo de **industrialização pesada** implicaria a introdução do departamento de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis, com aumento considerável da capacidade instalada, adiante da demanda.

A consolidação e localização dos novos investimentos em São Paulo significariam maior centralização do poder de decisão privada e autonomia em relação ao Estado para, de acordo

com seus interesses, expandir sua base produtiva, comercial e financeira em direção a outros espaços regionais, de acordo com suas estratégias. A concentração dos novos investimentos privados em São Paulo, significou também

1º) “(...) o **caráter solidário** dos investimentos realizados e a retroalimentação que isto implica, sobretudo entre o grupo de indústria de bens de produção e o ‘setor pesado’ do departamento de bens de consumo para faixas de renda mais altas, “acompanhado e amparado pelo investimento público”; 2º) este caráter solidário implicaria “(...) **exigência de investimento de grandes frações de capital**, através de grupos que sejam possuidores de capacidade de mobilização de capitais indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos privados”; 3º) “a **intensificação da participação das empresas estrangeiras**, notadamente nos segmentos industriais implantados, como os de bens de consumo duráveis”; 4º) “**integrada associação e ‘divisão do trabalho’ entre as frações do capital de propriedade estrangeira, o Estado e o grande capital nacional**. Neste particular, cabia ao Estado não só a implantação da infra-estrutura e a concessão de estímulos e meios de financiamento do capital privado, como a sua participação mais decisiva como produtor direto”; e 5º) “**crescente oligopolização da economia brasileira**, com a presença da grande unidade produtiva nos segmentos mais modernos, seja ela estatal ou pertencente ao capital privado, estrangeiro ou nacional” [GUIMARÃES NETO, 1989:101-2, grifos meus. Para uma discussão mais detalhada, ver, também CARDOSO DE MELLO (1986)].

Esta longa citação sugere que o fato de a indústria pesada ter se concentrado em São Paulo não impediu o crescimento da economia periférica, graças ao grau de solidariedade produtiva que seus novos ramos exigira. Se houve **concentração industrial**, esta ocorreu porque São Paulo crescia a um ritmo maior que o restante do país. Comparando-se os Censos de 1949 e 1959, observam-se taxas anuais de crescimento industrial da ordem de 10,8% para São Paulo, enquanto o Nordeste cresceria a 6,3% (NEGRI e PACHECO, 1993:3).

Transformava-se a estrutura produtiva de São Paulo, com a relativa redução da produção de bens de consumo não-duráveis enquanto, dada a nova complementaridade intersetorial, as demais regiões aumentariam pouco a pouco a produção de bens intermediários. É interessante notar que na quase totalidade dos ramos industriais, São Paulo era responsável por mais de 40% da produção nacional. Além do mais, a concentração de ramos produtores de bens de capital e de

consumo durável, que já era considerável em 1949, com quase 70% da produção setorial nacional, em 1959 chegaria aos 82%. (CANO, 1985:105-11)

No contexto da **industrialização pesada**, portanto, consolidava-se a concentração econômica no Sudeste, principalmente na RMSP (vide, novamente, Tabela 2.01), ao tempo em que acirrava-se a competição inter-regional, provocando uma inflexão desse processo concentrador. No Nordeste, criavam-se estruturas e fortaleciam-se outras (PETROBRAS, CHESF, BNB, CEPLAC, DNOCS, SUDENE, etc.) aumentando a dotação de investimentos para a região¹⁴.

O maior entrelaçamento das economias periféricas com a economia paulista encontraria como aliado o desempenho da indústria de material de transporte e a expansão da malha rodoviária do país. Tomando como base o ano de 1956, as rodovias seriam ampliadas em 6,4% até 1961 e 96% até 1966. No período 1956-61, o transporte de carga rodoviário cresceria acima de 9,5% ao ano, enquanto a frota de caminhões aumentaria em 39%. Por outro lado, cresceria a utilização ferroviária e da cabotagem, ainda que os investimentos nestes setores tenham sido relativamente menores. Além de facilitar o transporte de matérias-primas e produtos de uma para outra região, a melhoria nos transportes facilitaria o deslocamento de migrantes em direção aos grandes centros urbanos do país, transformados em mão-de-obra barata, exército industrial de reserva, adequados às exigências do padrão de acumulação, resultando mais tarde em processos de segregação urbana e dificuldades de administração dos espaços urbanos.

A região Nordeste que possuía grande celeiro de mão-de-obra para o país, “expulsava” população em direção às demais regiões, devido às condições relativamente desfavoráveis de sua economia. O processo emigratório contribuía para aumentar a concentração urbana nas capitais nordestinas e nas principais cidades da região Sudeste e Sul. Além disso, a superpopulação¹⁵ nordestina contribuiria para a ocupação das novas fronteiras econômicas do país (Ver

¹⁴ - Como discutirei adiante (Capítulo III), estes investimentos reproduziriam no Nordeste o fenômeno da concentração, dirigindo-se para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador que, juntas, receberiam 55% dos projetos incentivados até 1970.

¹⁵ - Superpopulação para o capital, de acordo com o conceito marxiano.

MARTINE, p.62-4). Desta forma, o Nordeste, que historicamente possui uma das mais baixas taxas de crescimento demográfico, mantinha saldos migratórios negativos: de uma população que representava quase 37% da população brasileira em 1920, o Nordeste chegaria a 34,5% em 1950, 32% em 1960.

A baixa dinamicidade da economia nordestina incentivava a emigração de contingentes expressivos em busca de melhores condições de vida. Os grandes incrementos urbanos da região aconteceriam com o ingresso tardio de grandes investimentos industriais e, com isso, de modernas relações capitalistas de produção. À esta dificuldade “natural” para a modernização das relações sociais e produtivas, pode-se atribuir a manutenção de menores taxas de urbanização e dinamização de pequenas cidades no interior da região. Exemplos disto são os estados do Maranhão e Piauí que sempre tiveram as menores taxas de urbanização do país.

Uma das explicações para a permanência de tal contingente populacional nas zonas rurais seria a fraca penetração da iniciativa empresarial na produção agropecuária. Com isto, permaneciam baixos os índices de mecanização, de técnicas inadequadas de plantio, de manejo inadequado do rebanho, de baixa utilização de defensivos agrícolas, sementes selecionadas, vacinas e vermífugos. Para além disto, a estrutura de propriedade da terra, altamente concentrada, contribuía para a baixa monetização das relações comerciais. A fraca introdução de relações capitalistas de produção, implicava formas de trabalho como a prática de “parceria”, do trabalhador “meeiro”, de empreitadas ou de relações de compadrio, que até hoje persistem. Estas formas não capitalistas terminam por prolongar a lenta transformação social e produtiva no campo, retardando o processo de desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando uma espécie de “acumulação primitiva” que, na falta de efetiva visão e ação empresarial, sustenta os grandes proprietários e submete a classe trabalhadora na zona rural e em algumas cidades do interior¹⁶.

¹⁶ - “Embora produzam apenas 13% do PIB regional, as atividades agropecuárias ainda retêm 46% da população ocupada total em 1985. Essa contradição entre base material do poder econômico e controle de uma parcela expressiva da população ocupada - e de seus dependentes - produz, no Nordeste, alguns fenômenos que, à primeira vista, parecem paradoxais. O primeiro deles é uma certa imperceptibilidade das mudanças, permanecendo os proprietários rurais, e sobretudo algumas de suas mais especiais categorias, como referências sociais e políticas de primeiro plano, quando economicamente já não o são. É o caso dos usineiros de

Os movimentos migratórios, tanto no sentido rural-urbano, quanto urbano-urbano, proporcionariam altas taxas de crescimento populacional, transformando o país de marcadamente rural para urbano. Altas taxas de urbanização fizeram grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro difíceis de serem administradas. A falta de planejamento e a alocação desordenada de atividades e de habitações, desfigurariam as zonas centrais e os bairros residenciais, ampliando a periferia urbana e aumentando as carências de transportes, abastecimento d'água, saneamento, saúde pública e de equipamentos públicos para atendimento a população. A questão urbana se agravava, extrapolando a capacidade administrativa da municipalidade, levando o Estado nacional a estabelecer uma política nacional de habitação que, para além de facilitar o acesso à moradia urbana de estratos mais altos da "classe média" e implementar alguns conjuntos habitacionais populares na periferia das cidades, mais viabilizava os lucros extraordinários do capital imobiliário do que resolvia o problema da habitação urbana. Aliás, à população pobre só restaria a "opção", da invasão ou ocupação irregular de terrenos para construção de barracos e cortiços, num processo de favelização crescente, que se estenderia e agravaria até os dias atuais. A proliferação de novas cidades e o crescimento vertiginoso das já consolidadas significou o adiamento de soluções para os problemas de saneamento, transporte, etc, complexificando as políticas a serem adotadas, tanto do ponto de vista tributário, quanto do gasto, assim como do ponto de vista político.

Tabela 2.03

Nordeste, Sudeste e Brasil: Participação das Exportações Interestaduais nas Exportações Totais em Anos Selecionados (1943-1969)

Ano	Nordeste	Sudeste	Brasil
1943	5%	12%	18%
1947	4%	13%	20%
1961	34%	36%	45%
1969	36%	38%	47%

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil e Tabulações Especiais. Apud GALVÃO (1984), Tab. 5.1 a 5.4.

Não resta dúvida que a **industrialização pesada** imprimiu maior articulação comercial entre as regiões do país. A participação das exportações interestaduais no total das exportações

Pernambuco. (...) De outro ângulo, a escassa renovação das bancadas de congressistas do Nordeste pode ser explicada em parte por essa permanência deformada (...) as velhas oligarquias continuam produzindo deputados ...” (OLIVEIRA, 1990:79) Nos anos 90, apesar da mudança dos dados trabalhados pelo autor, permanecem os esquemas de dominação por ele assinalados.

do país mais que duplicaria nos anos 60, comparativamente aos anos 40. A participação do comércio interestadual nas exportações da região Sudeste quase triplicaria, enquanto a da região Nordeste seria quase sete vezes maior, comparados os mesmos períodos (ver Tabela 2.03). No que se refere ao Nordeste, houve

“(…) um crescimento sistemático (com exceção de 1962/3) das importações inter-regionais, (que) correspondeu (a) uma relativa estagnação de suas exportações para o resto do país, do que resultou um crescente déficit, nas relações Nordeste/resto do país, que sobretudo na década de 60, se amplia consideravelmente: tal déficit que em 1947 representava 5,5% da renda interna, passa para 6,5% em 1960 e 23,2% em 1968. Esse déficit expressivo reflete (...) resultados da competição inter-regional que desloca a produção nordestina do mercado regional e extra-regional. (...)” (GUIMARÃES NETO, 1989:105, grifos do autor)

Após o ciclo de expansão, de 1956 a 1961 - quando o aumento da taxa de acumulação da grande empresa seria proporcionalmente maior que o aumento da demanda e da acumulação geral do setor industrial (CARDOSO DE MELLO, 1986) – sucedeu-se um período de desaceleração da economia brasileira (1962-1967), no qual foram gestadas algumas transformações fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste, solidarizando sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional¹⁷. Foram intensificadas fusões e concentrações de capitais e de mercados, com a consequente estratégia de diferenciação de produtos por parte dos oligopólios. Além do mais, o Estado nacional desencadeou uma política de incentivos e créditos fiscais, no bojo de uma reforma fiscal ampla¹⁸, além de atuar em associação com o capital privado, para garantir a transferência (ou permanência) de capitais para (n)o Nordeste e lucratividade mínima.

Estímulos fiscais e financeiros davam a empresas e a pessoas físicas a chance de deixar de recolher até 50% do imposto de renda devido, se o montante correspondente fosse investido em projetos e áreas considerados prioritários pela SUDENE. Mas a grande correia transportadora de recursos para a expansão do capital no Nordeste seria a implantação do sistema 34/18, mais tarde

¹⁷ - “(...) na perspectiva do Nordeste, fecha-se o ciclo de constituição do mercado interno brasileiro à base, **unicamente**, da intensificação das relações comerciais. (...) passa-se da etapa de **articulação comercial** para a de **integração produtiva** (...)” (GUIMARÃES NETO, 1989:108, grifos do autor)

¹⁸ - Vide nota 35, Capítulo I.

aperfeiçoado no sistema FINOR. Para complementar o atrativo fiscal e financeiro, foram concedidas isenções parciais ou totais de imposto de renda para novas empresas, aval para obtenção de empréstimos, isenção de impostos estaduais, infra-estrutura de distritos industriais.

A somatória de tais estímulos chegou a significar a possibilidade de implantação industrial com apenas 6,25% de capital próprio e a possibilidade (segundo estudos realizados pelo Banco Inter-Americano em 1973¹⁹) de lucros líquidos da ordem de 46,8% contra a média de 14% de uma empresa semelhante no Sudeste brasileiro. Quatro fatores foram fundamentais para que isto acontecesse: a) os novos investimentos nordestinos gozavam de isenção de 60% sobre o valor agregado, quando a taxa do ICM era de 17% – no Centro-Sul, a alíquota média era de 15% sem isenção ou crédito; b) além dos créditos do sistema 34/18, e de outras vantagens, os bancos estaduais ofereciam um esquema de antecipação do ICM sob a forma de empréstimos para cobertura do capital variável das novas empresas; c) as taxas de juros, oferecidas pelo Banco do Nordeste e pelo BNDE nordestinas eram de 8% a. a. – nas demais regiões a taxa era de 10%; e d) as firmas nordestinas tinham o benefício da redução do imposto de renda sobre lucros líquidos da ordem de 50%²⁰.

Neste período, com a dominação do processo de acumulação ocorrendo em escala nacional, quando a taxa de lucro e expansão das grandes empresas só poderia ser mantida à custa das pequenas empresas, acelerava-se a concorrência intercapitalista. Ao mesmo tempo,

“(...) o grau de complementaridade inter-regional teria de ser ainda maior entre pólo e periferia; os efeitos de estímulo, maiores. Dado que a maior parte da indústria pesada e de bens de consumo durável foi instalada no pólo, ela dificilmente desbordaria em direção à periferia, salvo em casos específicos. Desta forma, os efeitos de bloqueio seriam ainda fortes. Os efeitos de destruição, como anteriormente se viu, em parte já se manifestavam antes do advento da indústria pesada e, na verdade, relacionavam-se à modernização de parte do setor produtor de bens de consumo não durável do pólo. Com a política de incentivos fiscais, acelera-se ainda mais esse

¹⁹ - Citado por MOREIRA (1979:126), *apud* GUIMARÃES NETO (1989:134 e 164)

²⁰ - Sobre a sistemática de créditos e subsídios daquele momento, ver GUIMARÃES NETO (1984) e MOREIRA (1979).

processo, via realização de modernas inversões de propriedade do capital do pólo na periferia, destruindo velhos empreendimentos similares locais.” [CANO (1985:254), grifos meus]

Como resultado do *boom* de investimentos associados ao Plano de Metas, o PIB nacional cresceria quase 81% na década de 60, principalmente em virtude do desempenho da nova indústria concentrada principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que teria sua participação no VTI acrescida, de 32% em 1949 para 41% em 1959 e quase 44% em 1970 (ver Tabela 2.01). Entretanto, como disse anteriormente, o crescimento da indústria paulista não impediria o crescimento da periferia. Na verdade toda a economia brasileira observava um período de crescimento, São Paulo à frente. A própria região Nordeste, mesmo a uma taxa menor, cresceu pouco mais que 41% na década de 60. Este desempenho haveria de manter-se até o final da década de 70. Entre 1960 e 1980, o PIB total do Brasil e do Nordeste cresceriam, respectivamente 313% e 227%. Nos anos 70 o Nordeste passa a ter taxas médias de crescimento superiores às do país. Entre 1975 e 1980, sua taxa média de crescimento anual era de 8,8%, contra 7,2% do país, no momento em que São Paulo já reduzia seu ritmo, com uma taxa anual média de 5,9% (PACHECO, 1996:74).

O aprofundamento do processo de **concentração industrial** seria responsável pelo crescimento da participação paulista no PIB total (de 36,4% para 37,9%) e industrial (de 47,9% para 54,5%) do país, entre 1949 e 1959. Ou seja, mais da metade do PIB industrial já se concentrava em São Paulo, ainda na primeira fase da **industrialização pesada**. O Nordeste veria sua indústria têxtil tradicional tornar-se obsoleta, quando comparada às modernas indústrias instaladas principalmente em São Paulo. Sua indústria, que já vinha perdendo participação no PIB nacional, continuaria na mesma trajetória: de 9,7% em 1949, passaria à 7,5% em 1959.

Caiu a participação nordestina no PIB industrial brasileiro. Todavia, isto não foi suficiente para reduzir o peso da economia regional no conjunto do país, graças ao crescimento da atividade agropecuária, que aumentaria sua participação naquele momento (vide Tabela 2.04). Boa parte do desempenho agrícola do Nordeste estaria relacionado a ocupação produtiva da fronteira agrícola regional, principalmente da maranhense, que possibilitou crescimento significativo na produção de arroz, feijão, milho e mandioca. Por outro lado, o aumento da

participação deve-se aos efeitos da crise cafeeira e algodoeira que reduziu a participação de São Paulo e o agravamento da crise açucareira no Rio de Janeiro.

Tabela 2.04

Nordeste: Participação Regional no PIB Nacional

(1939-1970) - (Brasil = 100)

Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Terciário
1939	16,7	23,0	12,1	14,9
1949	13,9	19,3	9,7	13,0
1959	14,4	27,9	7,5	12,7
1970	12,0	20,9	7,0	12,2

Fonte: FGV e IBGE, *Apud* CANO (1997a).

Observação: Inclui imputação de serviços de intermediação financeira.

Nos anos 60, principalmente com o crescimento da fronteira paranaense e diversificação da agropecuária paulista, a participação regional voltaria aos patamares aproximadamente vigentes em fins dos anos 40. Mas esta situação de relativo crescimento econômico em todas as regiões do país não revertia-se em benefício social proporcional. A região Nordeste continuaria a ter o pior perfil de concentração de renda e a divisão do Produto continuaria a mais desigual do país. Comparado ao PIB *per capita* de São Paulo, o brasileiro correspondia a 49% em 1950 e 54% em 1960, mostrando a preponderância do processo de acumulação daquela região central. O PIB *per capita* do Nordeste, bem menor do que o paulista, representava 19% e 27%, respectivamente nos anos de 1950 e 1960 (ver PIMES, 1984:25, Vol. 1).

As políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de meados da década de 60 (incentivando investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos) lograram acelerar o processo de **desconcentração industrial** regional. O movimento de **desconcentração econômica** foi intensificado a partir da década de 70, quando foram implementados grandes projetos de complementação da matriz industrial brasileira, dentro do padrão de acumulação da 2ª Revolução Industrial, articulando intensamente a economia do estado e da região mais desenvolvidos com a periferia nacional. Esta teve sua inserção acelerada pela exploração de seus recursos naturais: foram projetos de grande impacto, como os da petroquímica, de usinas hidroelétricas, entre outros.

A **integração** econômica nacional reforçava o crescimento nordestino, ancorado não só na produção local ou regional de bens e serviços voltados para a própria região, concorrendo neste espaço com a produção nacional, mas principalmente na especialização de manufaturas ou produtos agrícolas voltados igualmente para o mercado nacional. Assim, sua estrutura produtiva desenvolveu-se “em sintonia” com os requisitos da industrialização nacional, no sentido da produção de bens intermediários, num esforço de “solidarização” e de inter-regionalização do espaço produtivo. Este esforço aumentaria a heterogeneidade entre as (e dentro das) regiões, em decorrência do baixo encadeamento dos poucos projetos que se mostraram dinâmicos no período, boa parte deles voltados para a demanda externa (PACHECO, 1996; GUIMARÃES NETO, 1995; e CANO, 1985).

Vale ressaltar que o capital estatal vinha assumindo atividades tanto na esfera da produção de diversos setores estratégicos, como energia elétrica, telecomunicações, combustíveis, metalurgia, química e petroquímica, assim como na de circulação, seja com investimentos em transportes ferroviários, marítimos e fluviais, seja na infra-estrutura de rodovias, ferrovias, portos ou aeroportos. Em diversos momentos da cadeia produtiva, o Estado participava como fornecedor, consumidor, intermediário financeiro ou exportador. Esta “capilaridade” estatal, permitia importante controle das decisões empresariais e servia como moeda de troca para decisões locacionais de grandes investidores. Com isto, as iniciativas de **desconcentração** da atividade produtiva seriam potencializadas pelo Estado a partir de 1974, com o II PND.

A participação das empresas de propriedade (ou com participação) estatal foi fundamental na mudança da composição da base industrial do Nordeste, seja na provisão de: a) infra-estrutura urbana, que se tornava necessária para atender à nova dinâmica industrial e aos processos específicos de urbanização; ou b) de meios de produção ou de consumo generalizado, para viabilizar a concentração de capital nos setores de bens intermediários, via Petrobras, Eletrobras, Siderbras, Telebras, Vale do Rio Doce e outras²¹.

²¹ - “A presença das empresas estatais significa quase a metade (44%) do patrimônio líquido total das 1300 maiores empresas do Nordeste, através de duas formas de empresas: a) empresas na área de serviços industriais de utilidade pública e em ramos mais modernos: os primeiros se referem a energia elétrica, água, esgotos, distritos industriais, e os segundos a habitação e, sobretudo, telecomunicações. São todas empresas de controle

Muito do processo de desconcentração dos investimentos da década de 70 resultou da estratégia do II PND, que previa implantar projetos como: ferro e bauxita no Pará; cobre na Bahia; fosfato em MG; potássio em Sergipe; petróleo e gás natural nas plataformas nordestinas e fluminense; carvão e pirita em SC e RS; sal e alumínio no Maranhão; siderurgia no MA, ES e MG; cloroquímica em AL e SE; papel e celulose e cimento no Nordeste e no ES; e diversas hidroelétricas como Itaipú, Paulo Afonso IV Xingó e Tucuruí. A periferia nacional seria contemplada com novos investimentos, voltados principalmente para a exploração de recursos naturais. Depois, a resolução 14 do CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico) em 1977, colocaria explicitamente a estratégia de desconcentração, como forma de buscar o equilíbrio e diminuir as desigualdades entre SP, RJ e MG e o restante do país, através da multiplicação de pólos industriais (PACHECO, 1996).

Os novos investimentos fizeram com que a agroindústria nordestina perdesse participação no PIB regional durante os anos 70. Fenômeno semelhante aconteceria com a indústria voltada para a produção de bebidas, couros e peles, têxtil, confecções e de produtos alimentares. Com efeito, a participação da produção de bens de consumo não-duráveis na geração do VTI nordestino cairia de 57% para 39% ao longo da década. Observava-se, em compensação, a expansão industrial, com a produção da química, petroquímica, mecânica, metalúrgica, material elétrico e de comunicação e minerais não-metálicos. Aumentou a participação dos bens de consumo intermediários na produção industrial da região: de quase 34% para 47% do VTI nordestino. Por outro lado, aumentava a produção da indústria extrativa mineral e da indústria voltada para a produção de bens de consumo duráveis e de capital (ver Tabela 2.05).

exclusivamente estatal, tanto da União como dos estados: b) *holdings* federais, principalmente no gênero petroquímico, mas também na mineração e na siderurgia. Estas *holdings* federais, constituem a solda de articulação com capitais privados nacionais, inclusive aqueles de origem estritamente regional, e empresas internacionais. O conjunto dos investimentos estatais produtivos - excluídos, pois os capitais empatados em empresas de água, esgoto, habitação, etc - contribuiu com 10% da FBCF em 1983 no Nordeste, ou 3% do PIB regional no mesmo ano. Exclui-se dessa porcentagem a participação da Petrobras, a maior e mais expressiva delas, cujos investimentos não são regionalizados.” [(OLIVEIRA, 1990:74-5); maiores detalhes sobre a presença do setor produtivo estatal na economia nordestina podem ser vistos em SUDENE (1988)]

Tabela 2.05

Nordeste Brasileiro: Distribuição (%) do VTI e do Pessoal Ocupado, Segundo Grupos de Produtos (1970-1980)

Grupos de Produtos	VTI		Pessoal Ocupado	
	1970	1980	1970	1980
Bens de consumo não duráveis	57,12	39,30	60,58	53,89
Bens intermediários	33,76	46,97	29,28	35,08
Bens de consumo duráveis e de capital	5,72	8,04	5,34	8,24
Extração mineral	3,40	5,69	4,81	2,79
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos Industriais

A agricultura brasileira havia passado por grandes transformações, com a internalização dos ramos responsáveis pela produção de equipamentos e implementos agrícolas, no bojo da **industrialização pesada**. Desde 1964, a diversificação das exportações industriais e agroindustriais e a substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas, vinha produzindo efeitos tanto do lado da expansão das agroindústrias processadoras, quanto pela internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos. Por outro lado, a estratégia de enfrentamento da crise energética via Pro-Álcool causaria impacto considerável na agroindústria do açúcar e do álcool e na agricultura em geral (SILVA, 1996:24).

A consolidação dos “Complexos Agro-Industriais”, a partir dos anos 60, torna-se um passo importante para a modernização da agricultura, submetendo sua dinâmica ao padrão de acumulação industrial e transformando os espaços regionais. Novos e grandes projetos modificariam a base da agricultura, seja no interior de São Paulo, no Paraná, na região Centro-Oeste ou no Nordeste, promovendo culturas destinadas ao beneficiamento fora da região ou mesmo do país. A região Nordeste, cuja estrutura produtiva se caracterizara pela produção majoritária de bens de consumo não-duráveis, especializou-se na produção industrial e agrícola de bens intermediários – isto, todavia, não impediu a subsistência da agricultura extensiva e ou da indústria voltada para o mercado doméstico.

Aliás, esta especialização industrial implicaria aumento do contingente de desempregados, já que os projetos de grande porte, intensivos em capital, tecnologicamente avançados, orientados

para o mercado nacional, extra-regional, e internacional, exerceria pequeno impacto sobre o emprego, muito aquém do esperado ou necessário (ver Tabela 2.05), fazendo com que parcela da mão-de-obra urbana retornasse ao campo e se dedicasse ao plantio de culturas de subsistência, em regime de parceria ou outras formas de trabalho temporário²².

Aliás, o caráter complementar da economia nordestina, interferiria em sua dinâmica de mercado e impediria o desenvolvimento de uma dinâmica integradora intra-regional, baseada em processos de reprodução agropecuária e industrial, salvo em alguns complexos agroindustriais. Desta forma, essa característica apoiava-se numa relação campo-cidade que desestimulava o desenvolvimento de uma malha urbana interiorizada, reduzindo as possibilidades de dinamização das pequenas cidades, que continuariam a manter suas funções históricas de intermediação mercantil, ao mesmo tempo em que gerava toda uma problemática social no campo e na cidade. Por isso mesmo, não prevaleceria uma relação indústria/campo no Nordeste, mas relações tais como indústria nordestina/indústria nacional e agricultura nordestina/indústria nacional. (CLEMENTINO, 1990:26)

O processo de **desconcentração econômica** deveu-se não só as políticas setoriais e aos incentivos fiscais e financeiros das políticas de desenvolvimento industrial e regional implementadas nos anos 70. A desaceleração da economia após o ciclo expansivo da primeira metade dos anos 70, cujos efeitos negativos se concentraram na região e no estado mais industrializado do país, contribuiu sobremaneira para que houvesse redução do ritmo ou mesmo queda no nível de produção de São Paulo. Por outro lado, o Estado nacional se encarregaria de prover a infra-estrutura de transporte e comunicações em novas áreas, proporcionando vantagens locais e possibilidades de exploração de recursos naturais, até então não incorporados ao sistema produtivo. Além do mais, cresciam as deseconomias de aglomeração na RMSP e no Rio de Janeiro, fator importante na decisão microeconômica de localização dos novos investimentos.

Durante a década de 70 ocorreu, efetivamente, um processo simultâneo de **desconcentração industrial**, com deslocamentos tanto inter-regionais quanto intra-regionais ou

²² - A este respeito, ver GALVÃO (1984) e SOUZA (1988 e 1995).

mesmo intra-estadual, tendo como origens a região Sudeste, o estado e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Os censos industriais registram a queda relativa destes espaços econômicos, tanto no volume da produção quanto no emprego. Isto não significou que estes Estados/Regiões, tivessem passado por processos de desindustrialização. Pelo contrário, houve crescimento generalizado de todas as regiões do país. Isto ocorria no período do “milagre econômico” brasileiro, que teve taxas médias de crescimento de 9% para o Produto Industrial e de 8,7% para o PIB, durante os anos 70 (DINIZ, 1991:44). Assim, este processo se situa no contexto de um movimento cíclico compreendido por um auge - o “milagre econômico” - seguido de desaceleração da atividade produtiva, na segunda metade dos anos 70, que se estenderia pelos anos 80 e 90, como uma longa fase de crise, instabilidade e aceleração do processo inflacionário.

Os grandes grupos econômicos, apesar de investirem em novos espaços regionais, mantiveram suas sedes nos locais de origem, principalmente na região Sudeste (basicamente, São Paulo). Grandes investimentos foram realizados nas regiões periféricas do país, com impactos significativos sobre emprego e renda nos locais em que se instalaram sem, contudo, alterar significativamente o padrão nacional de divisão do trabalho e de concentração espacial das atividades econômicas.

“No processo de desconcentração da grande empresa e, seguramente, no processo de **integração produtiva** (...) as grandes decisões relativas às estratégias de crescimento, diversificação e localização continuaram extremamente concentradas” (na região Sudeste e em São Paulo. Em outras palavras,) “permaneceu concentrado o centro de decisão, **desconcentrando-se a base de operação do grande capital**” (GUIMARÃES NETO, 1995:18-9; parêntesis e grifos meus).

O crescimento e a integração produtiva do Nordeste dependeriam, principalmente, dos interesses estratégicos dos grandes grupos econômicos. O fator mão-de-obra, apesar de importante, foi o que menos influenciou as decisões locais: **para além da oferta abundante de força de trabalho e da existência de recursos naturais, o que mais atraiu investimentos foram os esquemas de favorecimento aos grandes capitais, patrocinados pelos gastos governamentais e pelos incentivos fiscais e creditícios, que funcionavam como garantias prévias de acumulação.** A propósito, OLIVEIRA (1990:86), mostra que a dependência

do Estado com a arrecadação tributária das maiores empresas privadas da região, tornava-o refém das estratégias traçadas pelos grandes grupos ali instalados:

“Tomando-se o ICM realmente arrecadado e calculando-se o ICM que cada empresa pagaria, chega-se à conclusão de que as referidas dez maiores empresas de cada Estado seriam responsáveis por 40% da arrecadação de ICM na Bahia, até o máximo de 86% no Piauí, sendo que, na média regional, as dez maiores empresas seriam responsáveis por 46% do ICM regional. (...) a extremada concentração fiscal (...) revela que, de fato, os mesmos estados são fortemente dependentes de um número muito pequeno de fortíssimos contribuintes, o que, em suma desmistifica o caráter pretensamente “sufocante” do Estado sobre a iniciativa privada: de fato trata-se de estados (e de Estado) prisioneiros.”

A **desconcentração industrial**, em geral, não ultrapassou os espaços das principais regiões metropolitanas do país relegando papel secundário aos espaços micro-regionais das cidades de médio porte, próximas ou não às regiões metropolitanas. Exceção à regra aconteceu com São Paulo, onde o processo de interiorização da indústria levou a RMSP a reduzir sua participação relativa no VTI industrial, enquanto o interior do estado crescia²³. Tais espaços passaram a receber investimentos, na medida em que facilitavam a **articulação** das atividades implementadas nas regiões metropolitanas. Por outro lado, quanto ao aspecto da descentralização empresarial, a alocação dos capitais de ponta e de grande porte permaneceria, salvo raras exceções, na região Sudeste.

A nova matriz setorial, tanto no contexto do II PND, quanto no ajuste exportador da década de 80, resultou em investimentos, prioritariamente destinados à produção de insumos básicos e bens intermediário, intensivos em recursos naturais, e à produção agropecuária - fatores não disponíveis na RMSP. Houve, no período 1974-1979, um deslocamento da acumulação em direção aos setores pesados e à agricultura, em detrimento da indústria de bens de

²³ - Em 1970, quando o estado de São Paulo alcançava o auge da **concentração industrial**, produzindo 58% do VTI nacional, a Região Metropolitana participava com 43% e o interior com 15%, abaixo apenas da RMSP e do Rio de Janeiro. Mesmo com a queda de participação do estado, o interior continuaria crescendo, tornando-se a segundo maior VTI do país, superando o estado do Rio de Janeiro e se aproximando do percentual de participação da RMSP (vide Tabela 2.01). Para uma análise aprofundada desse processo, ver NEGRI (1994).

consumo duráveis²⁴. A razão para sustentar este crescimento foi a substituição progressiva do investimento privado pelo gasto público, em especial aquele aplicado na produção de bens intermediários, como componente autônomo da demanda agregada. (PACHECO, 1996:66)

A implementação das metas do II PND, apesar dos cortes nos orçamentos e das limitações impostas pela crise econômica internacional da segunda metade dos anos 70, resultou no crescimento extraordinário da indústria nas regiões periféricas do país. Isto implicou redução gradativa do peso da indústria paulista na indústria brasileira, numa tendência que se estenderia, seguramente, até meados da década seguinte. Todavia, o processo de redução da participação da RMSP na indústria foi mais intenso em direção ao interior do estado, do que às demais regiões brasileiras. Como exemplo disto, tem-se a expansão do parque automobilístico, a implantação de duas das três novas refinarias de petróleo implantadas no País, o bom desempenho da agricultura voltada para exportação e os investimentos vinculados ao Pro-Álcool (NEGRI, 1994).

A atividade agropecuária seria modernizada nos anos 70, baseada num sistema de crédito subsidiado e numa política de preços mínimos, que garantiam rentabilidade aos empreendimentos alçando-os aos níveis de cotação internacionais. Tal política lograria incentivar a ocupação das novas áreas de fronteira, dentro de um padrão de crescimento da agropecuária mais extensivo do que calcado no aumento da produtividade. Com o aumento da produção, geravam-se excedentes exportáveis, que aliviavam a situação da balança comercial. Todavia,

²⁴ - Na região Nordeste, o gradativo deslocamento da acumulação industrial, da fase de **articulação** a de **integração**, romperia com o 'círculo inercial' da reprodução dos antigos setores têxteis e do açúcar e do álcool, que se esgotavam no âmbito da região e impediam o desenvolvimento das forças produtivas locais. A propósito, vale citar OLIVEIRA (1990:80-1): "... o deslocamento do eixo para a produção de insumos intermediários é quase uma condição para romper-se a inércia ou círculo vicioso da acumulação. De fato, é pelo aumento da produtividade do trabalho na produção de bens intermediários e de capital que, pela cadeia interindustrial, o aumento da produtividade atinge a produção de mercadorias ligadas ao custo direto e imediato da reprodução da força de trabalho. Do ponto de vista da estrutura de poder intraburguesa na região, esses deslocamentos constituem uma espécie de terremoto, abalando velhos e indisputados domínios. (...) a expansão econômica revela-se, nitidamente, como um avanço do poder econômico burguês." Na Bahia, grupos financeiros antigos e poderosos grupos buscaram se adequar aos "novos tempos", transformando-se em grandes empresas, como no caso do antigo Banco da Bahia (Mariani Bittencourt) e do grupo Banco Econômico (Calmon de Sá), enquanto formavam-se outras empresas com estratégias de dominação para a além da simples extração de excedente local, como o grupo Odebrecht, na construção civil, ou Paes Mendonça, no ramo de supermercados.

“a geração de excedentes implicava priorizar os cultivos exportáveis frente à produção de alimentos, sobretudo nas áreas mais capitalizadas ou nas novas fronteiras, em que moldava-se uma agricultura voltada para o comércio exterior ou interligada às cadeias protéicas dos produtos para exportação” (PACHECO, 1996:61-2).

Esta estratégia, em que pese o efetivo impacto na geração de divisas e na transformação das relações de produção no campo, não modificaria fundamentalmente a estrutura rural do Nordeste. Os recursos para a pesquisa agropecuária ficariam concentrados nas regiões de maior incidência de grandes projetos. O sistema de crédito que havia se descentralizado, todavia, se manifestava concentrado nas regiões mais atrasadas, somente atingindo as grandes organizações agrícolas ou pecuárias. A política de preços mínimos terminaria por viabilizar os financiamentos dos grandes projetos e reforçar a desigualdade inter-regional da agricultura²⁵.

Mesmo assim, foram realizados investimentos estatais na construção de infra-estrutura para viabilizar grandes projetos agroindustriais. Foram construídos canais, pavimentadas estradas, ampliada e estendida a rede de energia elétrica para as zonas rurais, construíram-se agrovilas e infra-estrutura nos distritos industriais de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), visando atrair o interesse de capitais extra-regionais, radicados no Sudeste e Sul do país, que haviam esgotado as fronteiras de seus estados. No Cerrado baiano, implantou-se o complexo da soja, com base em incentivos creditícios e fiscais do sistema PIN/PROTERRA/PRODECER. Os resultados econômicos trouxeram dinamismo às economias locais, porém explicitados a partir do último quartil dos anos 80, inserindo seus produtos nos mercados nacionais e internacionais.

Do ponto de vista do emprego, a penetração da empresa agrícola ou pecuária no Nordeste, impulsionada pela agroindústria, reduziria o contingente ocupado diretamente na produção, levando uma parcela cada vez maior da população rural – pequenos proprietários e trabalhadoras sem terra – a depender de empregos fora de sua propriedade, no campo e nas cidades da região. Os recursos do PROTERRA, que se destinariam a apoiar a pequena propriedade para formar uma classe média rural através da Reforma Agrária, não passariam da retórica: converter-se-ia num programa de crédito subsidiado, fomentador da atividade pecuária das grandes propriedades. Por

²⁵ - Ver AGUIAR et alli (1984:214-7).

outro lado, os projetos de irrigação nas áreas semi-áridas, eficientes em produtividade e resultados econômicos, voltados para a produção em escala de alguns poucos produtos, se mostraram socialmente excludentes na medida em que selecionaram um reduzido número de produtores que se adequavam ao tamanho mínimo viável para o projeto, e sujeitavam o trabalhador rural a condições de emprego adversas e aumentavam a dependência dos pequenos produtores ao trabalho.

Ampliar-se-ia a fronteira agrícola nordestina, destarte, baseada na grande propriedade. A reforma agrária continuaria a ser adiada, reforçando o processo concentrador de propriedades rurais, associado ao processo de diferenciação de pequenos produtores que, crescentemente, se tornariam trabalhadores assalariados, ou subempregados, submetidos a relações de trabalho não capitalistas no campo e nas cidades.²⁶

As ações cada vez mais tímidas no âmbito das políticas sociais, o “desmonte” da estrutura executiva do Estado e a ausência de políticas industriais e regionais, além da amplitude, no tempo e no espaço, da crise econômica dos anos 80, foram fatores importantes para a redução do ritmo de **desconcentração econômica** a partir de meados da década. A crise econômica e fiscal provocaria redução dos investimentos diretos do setor público em infra-estrutura. A sucessiva eliminação dos incentivos fiscais regionais e setoriais, existentes na década de 70, deixaria de atrair investimentos para a periferia nacional. Além do mais, o governo de São Paulo passaria a conferir maior incentivo ao crescimento industrial no interior, retendo o movimento desconcentrador nos seus limites.

A crise dos anos 80 provocou mudanças nas políticas exercidas até então pelo Estado nacional, que refletiram no processo de **desconcentração econômica**. É bom que se frise que o país havia passado por um período de excepcionais taxas de crescimento (salvo alguns períodos curtos de crise, mais do que compensados pela retomada posterior do crescimento), superiores à maioria dos países capitalistas, tendo alcançado a posição de “oitava economia do planeta”. Este

²⁶ - O fenômeno do crescimento de minifúndios, detectado pelos Censos Agropecuários, deveu-se mais à parcelização de pequenas propriedades familiares, já exploradas, do que à conquista (ou distribuição) de novas áreas.

crescimento era viabilizado pelo dinamismo da economia paulista, que comandava o processo de **desconcentração econômica** do país.

As trajetórias específicas regionais estariam atreladas ao desempenho do centro dinâmico do capitalismo no país. Seriam necessários pesados investimentos para completar uma estrutura produtiva diversificada, com inserção interna de setores que reforçassem as dinâmicas de crescimento, para que as regiões tivessem desempenhos independentes da economia paulista. Desta forma, em que pese haver crescimento em toda periferia nos anos 80, este crescimento estava comprometido, limitado, pelos efeitos da crise econômica que se fizeram sentir mais intensamente na economia mais dinâmica.

A crise que inaugura os anos 80 e prossegue até 1983 contribui para o debilitamento do Estado tanto na sua esfera nacional como nas estaduais e municipais. A variável-chave dos anos anteriores, isto é o investimento público sofreria considerável retração. A generalização da crise da dívida externa no *front* externo e o arrefecimento do processo inflacionário potencializaria a incerteza quanto ao futuro de longo e curto prazos, com riscos crescentes, altos juros, redução e corte do financiamento externo e retração do crédito interno, que se tornou caro e escasso. Com essa conjuntura adversa, cairia o investimento privado, principalmente aquele que poderia ser destinado à periferia nacional, exceto em alguns setores com possibilidades de inserção internacional competitiva, como foi o caso da celulose na Bahia.

Na próxima seção analisarei o desempenho da economia nordestina, nesse contexto de crise e retração da atividade econômica nacional, examinando os comportamentos de cada setor e as implicações no processo de desconcentração. Tentarei buscar explicações para a continuidade do processo de desconcentração que, seguramente, continua até meados da década e possivelmente sofre inflexão no seu ritmo nos anos 90.

2. O Nordeste e a Crise e Estagnação Brasileiras nos Anos pós-1980²⁷

O Brasil dos anos 80 ficou marcado pela desarticulação do padrão de crescimento vigente desde os anos 50, sem que houvessem fortes articulações em direção a construção imediata de novas fontes de dinamismo. O elevado grau de instabilidade macroeconômica ficou expresso em ciclos de crescimento ou retração de curta duração e arrefecimento do processo inflacionário. Fragilizaram-se as relações intersetoriais e multiplicaram-se os impasses decorrentes da rápida obsolescência da indústria de bens de capital, em geral implantada sob o paradigma da 2ª Revolução Industrial, num momento em que já começavam a se tornar necessárias as novas tecnologias disponíveis nos países centrais.

Num ambiente de constante incerteza, reduzia-se o crédito de longo prazo e aperfeiçoavam-se os mecanismos de indexação e liquidez dos patrimônios privados, como forma de defesa ante o processo inflacionário, em detrimento do investimento. Mesmo assim, em diversos setores viu-se notável crescimento da produtividade com investimento em inovações produtivas e organizacionais. As políticas de exportações e o Pro-Álcool, por exemplo, proporcionaram modernização, diversificação produtiva e crescimento agroindustrial, principalmente no interior do estado de São Paulo. Alguns investimentos federais na área de telecomunicações, informática e pesquisa agrícola, tiveram efeitos multiplicadores, atraindo e incentivando o surgimento de empresas inovadoras. O desempenho exportador, ancorado em modernização e competitividade externa, atenuaria os efeitos depressivos da crise.

É sintomático que, paralelamente ao retraimento do mercado interno e das sucessivas crises conjunturais, as empresas tenham fugido da crescente ociosidade imposta pelo baixo crescimento do mercado doméstico, adaptando suas estratégias de crescimento com vistas à competição no mercado externo. Ainda mais quando as exportações brasileiras eram incentivadas pelo Estado nacional, não só como forma de obtenção de divisas para enfrentar o

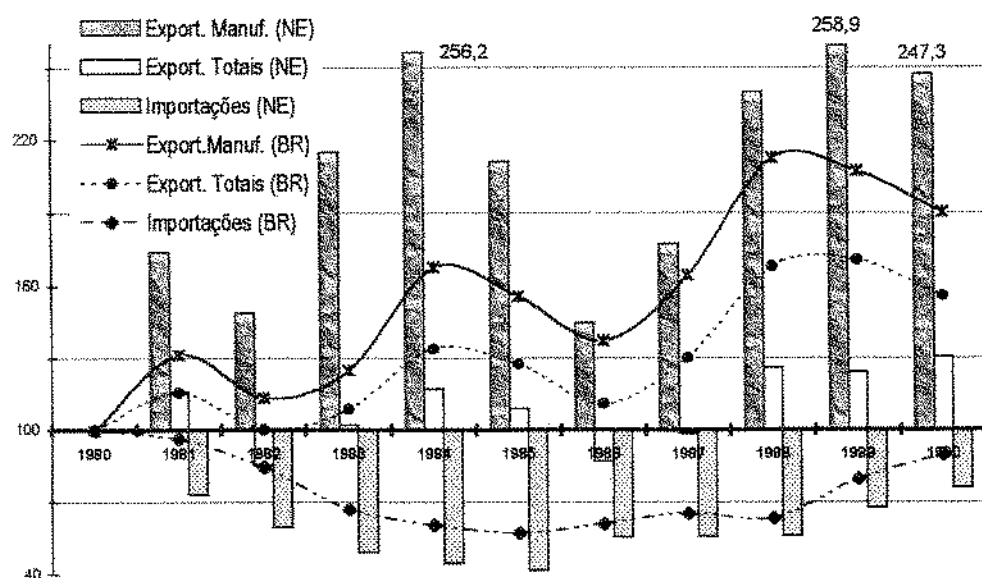
²⁷ - Já foram publicadas diversas análises sobre a problemática da economia brasileira nos anos 80. Como o objeto imediato desta tese é o exame da inserção nordestina nesse processo, examinarei no momento oportuno os aspectos que mais se relacionaram com a transformação daquele espaço regional no referido período. Apresentarei apenas as linhas gerais que foram objeto de análises aprofundadas, por exemplo, em CARNEIRO (1991 e 1993); TEIXEIRA (1993); PACHECO (1996); e SUZIGAN e VILLELA (1997).

crescente custo dos serviços da dívida externa, mas também como mecanismo de defesa da acumulação privada do capital industrial e agropecuário.

Assim, depois de saldos inexpressivos (US\$780 milhões em 1982, p.ex.) ou negativo (de US\$2,8 bilhões em 1980), a balança comercial brasileira voltaria a ter *superávits* importantes (como o de US\$19 bilhões, registrado em 1988). Inclusive, também, porque os preços do petróleo desabaram nos anos 80. A trajetória das exportações foi de crescimento ao longo do período 1980-1990, excetuando-se o biênio 1985-86 e o ano de 1990. Os esforços para a geração de excedentes externos resultaram crescentes saldos comerciais, com coeficientes de importação decrescentes e índices de exportação superiores ao nível de 1980. As importações, que no início da década ainda sofriam pressões altistas devido à crise do petróleo (cujos gastos correspondiam a mais de 40% do total, entre 1980 e 1985), foram controladas de tal forma que ao final da década estavam num patamar inferior ao inicial. Isto se deveu não só à necessidade de se obter saldos positivos na balança comercial, mas também como efeito do Pro-Álcool, do crescimento da produção doméstica de petróleo e da estabilização dos preços internacionais do combustível (que, juntos contribuíram para a redução sistemática das importações de petróleo, cujos gastos já correspondiam a 18,5% do total, ao final da década, além da própria crise que inibia as empresas de importarem novos equipamentos e máquinas.

Apesar da grande contribuição para o esforço exportador da década, os índices das exportações totais nordestinas foram bastante limitados: em 1990, a região exportara quase 31% mais do que havia exportado em 1980, tendo reduções consideráveis nos anos de 1982, 1986 e 1987 (enquanto o país havia apenas reduzido o ritmo de crescimento nestes anos). Efetivamente, o melhor desempenho exportador do Nordeste esteve ligado aos produtos manufaturados, cujo índice alcançava, em 1990, era 2,6 vezes maior do que o de 1980 (enquanto o do Brasil era 2,07 vezes maior, conforme se vê no Gráfico 2.01).

Gráfico 2.01
Nordeste e Brasil: Evolução dos Índices de Exportações e Importações, (1980-1990)



Fontes: Exportações, MICT/SECEX/DECEX; e Importações, FERNANDES (1995);

A participação do Nordeste nas exportações brasileiras reduzir-se-ia de 11,5%, em 1980, para 10% em 1984 e 8,4% em 1989. Uma primeira explicação deve-se ao comportamento dos preços internacionais das *commodities* primárias que inibiam exportações tradicionais da região na primeira metade da década. Outra razão estaria ligada à crise nacional, combinada com o novo perfil produtivo da região: parte considerável da produção de insumos industriais era absorvida pelo mercado interno, que se deparava com uma política de restrições sobre importações como parte da administração da crise da dívida. Por outro lado, o esforço exportador da região Sudeste resultou em aumento significativo do montante exportado por aquela região, principalmente do estado de São Paulo.

Na primeira metade dos anos 80, a expansão das exportações foi comandada por produtos manufaturados. No Nordeste esta produção estava concentrada na Bahia. Na segunda metade da década, outros estados aumentaram suas participações nas exportações totais da região, seja porque houve melhoria dos preços de *commodities* primárias (beneficiando estados como Pernambuco), seja por causa de investimentos na produção de semi-manufaturados para exportação (como no caso do Maranhão). Desta forma, a performance exportadora, principalmente do Maranhão (que teria o melhor desempenho exportador da região) indicaria

alguma desconcentração dentro da região, muito embora o estado da Bahia tenha sido responsável por mais da metade das exportações nordestinas no período.²⁸

A expansão das exportações da região Sudeste e de seu principal estado foi impulsionada pela demanda de insumos industriais produzidos nas economias periféricas do país, particularmente de bens intermediários do Nordeste. Neste caso, a intensificação deste comércio inter-regional poderia ter compensado perdas com o relativamente fraco desempenho exportador nordestino e contribuído para o crescimento do PIB regional.

Tabela 2.06

Nordeste e Brasil: Evolução das Exportações e Importações, como Parcelas dos Respectivos PIB's. - (1980-1990)

Ano	Nordeste		Brasil	
	Exp/PIB (%)	Imp/PIB (%)	Exp/PIB (%)	Imp/PIB (%)
1980	7,91	4,71	8,96	11,19
1981	8,18	3,40	9,62	10,01
1982	5,34	2,61	7,90	8,59
1983	8,71	3,02	12,24	9,66
1984	8,10	2,60	15,04	8,79
1985	7,96	2,39	12,95	7,50
1986	5,31	2,68	9,22	6,64
1987	5,54	2,58	9,83	6,43
1988	5,86	2,23	11,67	6,10
1989	4,30	2,10	8,93	5,46
1990	3,92	2,17	7,82	6,05

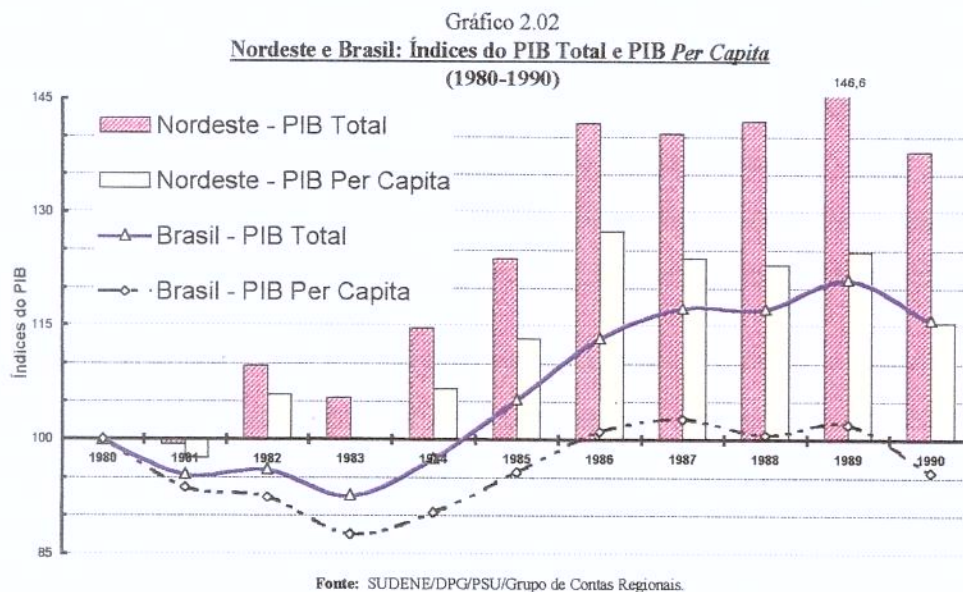
Fontes: MICT/SECEX/DECEX; SUDENE (1994); e FERNANDES (1995).

Do lado das importações, o Nordeste seguiu a performance nacional em resposta a política de ajustamento externo imposta nos anos iniciais. Brasil e Nordeste conseguiriam reduzir seus coeficientes de importação (medidos como parcelas dos seus respectivos PIB's). No Nordeste, todavia, a redução de tais coeficientes foi bem mais drástica do que no conjunto do país (vide Tabela 2.06). Na medida em que o processo de abertura comercial se aprofundava, ao final da década, voltavam a crescer os níveis de importação, porém com números mais modestos relativamente ao início dos anos 80.

²⁸ - Voltarei à comparação intra-regional nordestina no Capítulo III, quando estabelecerei comparações com o desempenho exportador da Bahia.

Os coeficientes de exportações do Nordeste (medidos, também, como parcelas do PIB) reduziram-se ao longo da década, principalmente a partir de 1985, numa trajetória contrária à da média nacional. Entretanto, apesar de exportar relativamente menos durante toda a década o esforço de contenção das importações seria suficiente para proporcionar uma balança comercial positiva, com *superavits* anuais acima de uma bilhão de dólares, exceto em 1980.

A economia nordestina vinha apresentando até 1975 um padrão de crescimento econômico que coincidia com as oscilações cíclicas da economia brasileira. Até então, esta coincidência de movimentos de declínio e expansão era diferenciada por nuances decorrentes do próprio processo de inserção da economia regional: nos momentos de crescimento o Nordeste crescia menos e nos momentos de declínio a economia nacional tinha melhor sorte²⁹. A partir dos anos 80, a persistência da crise impôs alternância de curtos períodos de recuperação, favorecidos por planos de estabilização (congelamento do câmbio e de preços públicos e privados) e/ou por condições externas momentaneamente favoráveis, que foram incapazes de impulsionar o investimento.



Ao examinar o comportamento das curvas de crescimento dos PIB's nordestino e nacional, verificamos que continua havendo coincidência nos movimentos de crescimento e

²⁹ - Ver PACHECO (1996), GUIMARÃES NETO (1989 e 1996) e CARNEIRO (1993).

redução da atividade econômica durante os anos 80 e seguintes. Todavia, quando houve crescimento, os índices aumentavam com maior intensidade no Nordeste, enquanto nos períodos de declínio, o impacto era maior na economia nacional (vide Gráfico 2.02). Na verdade, desde a fase de descenso do período do milagre, o Nordeste já registrava taxas de crescimento maiores que as do restante do país - 7,5% entre 1974 e 1980, contra 6,8% do país (GUIMARÃES NETO, 1996:490). Nos anos 80, os investimentos decorrentes do II PND entram em fase de operação. O crescimento da economia nordestina aconteceria a uma taxa média de 3,3% ao ano, porém decrescente ao final do período. De acordo com dados da SUDENE, entre 1980 e 1985, o Nordeste havia crescido a uma taxa anual de 4,4%, enquanto no lustro seguinte, 1985-90, este ritmo seria reduzido para 2,2%. E isto acontecia no momento em que a economia brasileira crescia a uma taxa anual de apenas 1,6% durante toda a década.

A distribuição do produto, medida pela relação PIB/População, também teve comportamento mais favorável no Nordeste do que no conjunto do país, acenando para uma possível convergência nacional das rendas regionais. O crescimento relativo do PIB *per capita*, contudo, esconde e distorce o fenômeno da concentração de renda na região. Dito de outra forma, se no Brasil, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres, no Nordeste esse distanciamento foi ainda maior. Afinal, em que pese todo o desempenho positivo durante a década, o PIB *per capita* nordestino sequer chegou à metade do valor nacional. Permanecem alarmantes os números relativos ao contingente populacional que sobrevive abaixo da linha de pobreza, com a transformação da pobreza rural em pobreza urbana e metropolitana³⁰.

A crise da dívida, a incerteza política, o acirramento do processo inflacionário, entre outros fatores contribuíram para que os investimentos em serviços sociais fossem reduzidos ou cancelados. Aliado a isto, o imposto inflacionário corroía os rendimentos da maioria dos trabalhadores, enquanto proporcionava ganhos financeiros, absorvidos pelos mais ricos e por estratos mais altos da classe média. Tudo isto reforçava o empobrecimento da população brasileira e, mais fortemente da nordestina, como mostram as estatísticas. A proporção daqueles

³⁰- Ver ROCHA (1996). Para o leitor interessado no assunto, recomendo a leitura dos artigos publicados em VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs) **Pobreza e Mobilidade Social**. (Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno). São Paulo, Nobel.

que sobrevivem abaixo da linha de pobreza cresceu no Nordeste de 38,5% para 59,3% durante a década, depois de haver declinado de 60,8% em 1970. O Nordeste continuou sendo a região com maior contingente de pobres do país: de 20,1 milhões em 1980, passou a ter 18,9 milhões de habitantes nesta condição, ao final da década (ROCHA, 1996:147).

A especialização produtiva do Nordeste não trouxe proporcionais benefícios diretos para sua população e isto está refletido tanto no desempenho exportador da região *vis a vis* o país, quanto nos indicadores comparativos de evolução dos índices do PIB (total e *per capita*). Um balanço da década resulta na conclusão de que Nordeste e Brasil tiveram comportamentos assimétricos no desempenho econômico e na distribuição de seus resultados. Vale dizer, se a dívida social do país se agravou na década de 80, no Nordeste a situação foi ainda mais dramática. Se considerarmos que o PIB brasileiro cresceu apenas 15,8% (BRASIL, 1994:150) ao longo da "década perdida", constataremos a preponderância do mercado externo em detrimento da distribuição interna do produto. Na verdade, parte considerável do "bolo" nordestino foi "degustada" pela demanda externa (como atestam os índices de exportação do Gráfico 2.01) ou extra-regional.

Todavia, pode-se dizer que as políticas regionais de desenvolvimento, implantadas nas décadas anteriores contribuíram para tornar menos graves os efeitos deletérios da crise sobre a população desassistida da região.

A análise do processo de **desconcentração econômica** e de seus efeitos sobre a trajetória de crescimento econômico do Nordeste requer, todavia, um exame mais aprofundado do comportamento dos diversos setores que compõem a economia nordestina, bem como do desempenho de suas economias Estaduais (na medida em que a localização dos investimentos foi espacialmente concentrada)³¹.

De forma geral, pode-se afirmar que tanto na agropecuária, quanto nas atividades terciárias ou na indústria, houve um saldo de crescimento da participação regional nos

³¹ - Deixarei a análise do comportamento dos estados que compõem a região para o capítulo seguinte, onde será estudada a trajetória da Bahia.

respectivos produtos nacionais. Ou seja, salvo em alguns momentos de exacerbação da crise, na média, o Nordeste permaneceu crescendo não só em termos absolutos, mas também relativos. Esta trajetória, porém, seria mantida com taxas cada vez menores e condicionamentos políticos, econômicos e tecnológicos cada vez mais graves para a redução das desigualdades inter-regionais, no período pós-1989.

Com exceção dos anos de 1983/84 e 1986, a agropecuária teve desempenho positivo durante toda a década de 1980, com taxas anuais de crescimento do PIB setorial superiores às da indústria e, ao final da década, um índice de produção 33% superior ao de 1980. A adequação da agricultura às necessidades de produzir excedentes na balança comercial fica patente quando se observa que o rendimento por área em 1989 correspondia a mais 36% com relação ao início da década, mostrando que houve também um processo de inovação tecnológica em determinadas culturas, em resposta ao processo de ajustamento e busca de competitividade internacional a que foi submetida toda a economia. (SILVA, 1996:128).

O quadro da agropecuária nacional mostra no período 1980-1990 a redução contínua da participação do Rio de Janeiro na geração do PIB setorial do país, ainda como resultado

“(...) de um longo processo de perda do seu ‘potencial econômico’ que tem suas origens em fins do século XIX e que se agrava, com novos reveses, a partir de 1930. Sua perda relativa (e não absoluta) se traduz no mais fraco desempenho médio de sua economia (...)” (CANO, 1997a:118)

O Paraná e o Rio Grande do Sul reduziram suas participações graças, entre outras coisas, ao esgotamento de suas fronteiras agrícolas, combinado com o avanço dessa atividade na região Centro-Oeste e modernização em São Paulo. Aliás, este estado aumentou sua participação setorial de 14,2% em 1980, para 16,7% em 1985 e 24% em 1990, voltando a ser o principal produtor agropecuario brasileiro desde então (CANO, 1997a).

Apesar dos maiores impactos da inserção internacional da agropecuária nacional se localizarem nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, houve reflexos sobre a atividade no Nordeste brasileiro, ainda que em espaços estritos da região, mormente nos grandes projetos de irrigação (como o do Vale do Açu e do complexo Juazeiro/Petrolina) ou na inserção do Oeste

baiano ao complexo da soja ou, ainda, na importância da atividade canavieira para a produção do álcool e açúcar. O saldo do período 1980-1990 para a agropecuária nordestina foi de aumento na participação do PIB setorial. De uma participação de 19,5% em 1980, a região chegou a 28% em 1989, ainda que nos anos 90 tenha reduzido esta participação por força do crescimento da produtividade em outras regiões e da própria crise que atingiu a economia do país.

Vista numa perspectiva de maior prazo, a agricultura de grãos na região Nordeste, apesar de ter aumentada sua produção física, jamais voltaria a ter a participação que tinha nos anos 50 e 60. O notável crescimento da produção nos estados do Paraná, São Paulo e da região Centro-Oeste do país fez com que - apesar do crescimento da produção física nordestina ter alcançado mais de 62% no período 1979-1994 - houvesse um pequeno acréscimo na participação nacional. Neste período a participação regional na produção nacional de grãos cresceu de 5,8% na média trienal 1979/81 para alcançar, uma participação de 6,2% no triênio 1992/94 - desempenho este alavancado pelo crescimento acima da média regional da produção nos estados do Ceará e da Bahia (este pelo crescimento, ainda que com produtividade inferior a média nacional, da cultura de soja no cerrado de sua região Oeste)³².

Merece destaque, também, o crescimento da produção do açúcar e do álcool na região. Como resultado do Pro-Álcool, a produção nacional de álcool aumentou em oito vezes entre os biênios 1976-78 e 1990-91, enquanto a de açúcar permaneceu no mesmo patamar. Entre estes biênios, ocorreria uma relativa desconcentração da atividade: São Paulo, maior centro produtor e consumidor do país, reduziria sua participação porém mantendo parcela considerável da produção nacional (66% da produção de álcool e 45% de açúcar no biênio 1990-1991); o estado do Rio de Janeiro reduziria drasticamente sua participação na produção de álcool, de 6% para 1,4%; e os demais estados ou regiões teriam suas participações mantidas ou aumentadas com pequenas variações. Apesar do baixo dinamismo e dos escândalos políticos (e criminosos) envolvendo alguns importantes usineiros pelo inadequado uso dos recursos destinados à atividade no Nordeste, houve crescimento relativo do setor, que conseguiu aumentar sua participação na

³² - Ver, a respeito, DINIZ(1995:18-9) e PACHECO (1996:119)

produção nacional durante os anos 80: na produção do álcool, de 12% para 16%; e na de açúcar, de 36% para 41%³³.

A agricultura de produtos considerados tradicionais, como cana-de-açúcar, algodão, feijão, fumo, mandioca, mamona, milho, sisal, sorgo e mesmo cacau apresentou flutuações durante a década que, contudo, denotava um processo de estagnação da produção física e queda sistemática de produtividade. Este comportamento só foi compensado pelo crescimento da produção e da produtividade nas culturas de castanha-de-cajú, batata, soja, tomate, laranja, uva, manga e melão, em geral voltadas para a exportação ou integradas a atividade industrial.

A pecuária revelou seu caráter anticíclico nos períodos recessivos:

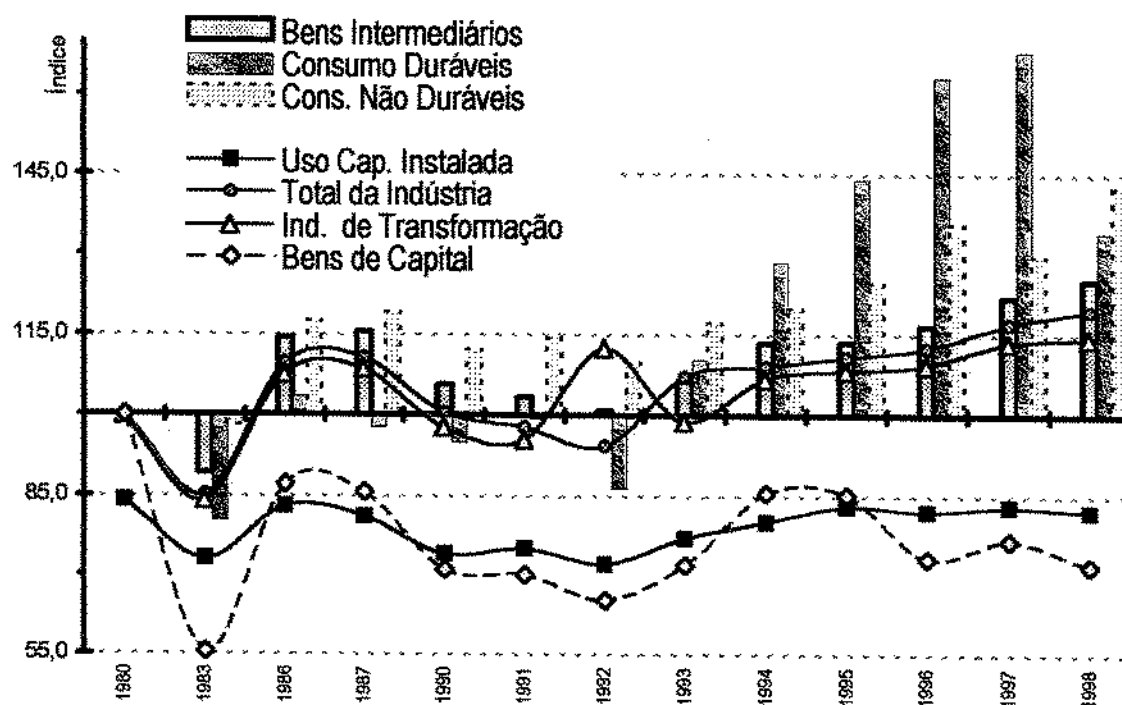
“... combinam-se a queda da demanda, que deprime os preços, e a elevação da taxa de juros que encarece o custo de carregamento do rebanho, promovendo um aumento dos abates. No período de recuperação (1984/86) ocorre o oposto, ou seja: apesar do crescimento da demanda e dos preços, a redução dos juros aumenta a retenção de estoque e faz cair a produção. Já no período 1987/89, a estagnação da produção explica-se, apesar do aumento na taxa de juros, pela preferência por ativos reais desencadeada pela ameaça de hiperinflação.” (CARNEIRO, 1991: 52-3)

A produção industrial brasileira ficou praticamente estagnada durante toda a década de 80. A alternância de fortes ciclos de retração da atividade industrial, com rápidos períodos de recuperação, afetou diferenciadamente os setores produtivos. Maiores impactos negativos foram observados na indústria de bens duráveis e principalmente de bens de capital, que chegou a reduzir pela metade sua produção em 1983. As indústrias deste grupo nunca mais alcançariam os níveis observados em 1980, mesmo depois dos mini ciclos de recuperação entre 1986-87 e 1992-95. Em dezoito anos (vide Gráfico 2.03), o conjunto da indústria de transformação não conseguiu alcançar 15% de crescimento: enquanto no período 1980-93 observavam-se ciclos de queda e recuperação, próximos ao índice inicial, a partir de 1994 observa-se um comportamento de crescimento bastante lento que, devido ao desempenho da indústria de bens de capital, prenuncia mais uma década (quase) perdida.

³³ - Ver PACHECO (1996:122-3).

Gráfico 2.03

Brasil: Evolução dos Índices da Produção Industrial e Uso da Capacidade Instalada, 1980-1998 * (1980 = 100)



Fontes: IBGE e IBRE/CET; Conjuntura Econômica, jan. 1999.

Observação: * Dados de 1998 referem-se ao mês de outubro.

O desempenho da indústria de bens intermediários contribuiu para reduzir os efeitos da crise, seja gerando divisas via demanda externa, seja reduzindo insumos estrangeiros através da substituição de importações. A produção de bens de consumo duráveis só consegue recuperar-se da longa crise, a partir de 1993, mesmo assim por um curto período até 1997, quando atinge um índice 69% superior à 1980, embalada pelas facilidades do crédito e pela manutenção da política cambial que reduzia preços de componentes e peças importados. A redução do uso da capacidade instalada até 1992, com algum crescimento nos períodos 85-86, também demonstra que o ajuste privado esteve atento ou ao uso de novas técnicas, ou aos processos de reestruturação organizacional nos anos 80. O fato é que mesmo nos curtos períodos de recuperação e após a estabilização dos preços no período 1994-1998, quando cresceu a produção de bens de consumo duráveis e não duráveis, a indústria não ultrapassou os 85% da sua capacidade instalada.

Apesar da crise, houve crescimento em alguns subsetores da indústria como, por exemplo, na química, em função da maturação dos projetos da petroquímica e dos projetos de fertilizantes, beneficiando a Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; observou-se crescimento na indústria de vestuário e calçados, localizada em diversas regiões do país, porém mais concentrada no Rio Grande do Sul, beneficiada pelas exportações; e ampliou-se a indústria de material elétrico e comunicações, expandindo-se significativamente o segmento da microeletrônica em função da política governamental que privilegiou o estado do Amazonas.

No contexto de crise da indústria nacional, o Nordeste continuaria aumentando sua participação na produção nacional, enquanto nos estados mais industrializados (Rio e São Paulo) a trajetória era de baixo crescimento ou mesmo declínio da produção. O Rio de Janeiro continuaria sofrendo fortes perdas relativas durante todo o período, passando de 11.9% em 1980 para 9.4% em 1995. São Paulo, responsável por 47% da produção industrial brasileira em 1980, teria sua participação reduzida para 44% em 1985 e 41% em 1995³⁴. Nos anos 80 o Nordeste aumentou sua participação no PIB industrial brasileiro, de 9,5% em 1980, para 12,% em 1985, mantendo-se com pequenas oscilações em torno deste percentual até 1995 (Tabela 2.07).

³⁴- A propósito, CANO (1997a) adverte que “(...) estes números se referem ao total do setor industrial e, assim, a considerável expansão da extração de petróleo e de minérios diversos – possibilitando alguma transformação local e de hidroeletricidade (caso mais específico do PR, com Itaipú) –, explica o aumento (ou menor queda, no caso do RJ) da participação de alguns estados e regiões. No caso de SP, essas atividades não têm importância relevante (ao contrário da indústria de transformação), daí que boa parte da redução paulista pós 1985 se deve não a perdas deste estado mas sim à expansão mineral de outras regiões”.

Tabela 2.07

Nordeste: Participação Regional no PIB Nacional - (1980-1995)

(Brasil = 100)

Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Terciário
1980	12,20	19,50	9,50	12,40
1985	13,72	20,61	12,04	13,57
1986	13,84	21,79	12,39	13,27
1987	13,48	21,28	12,52	12,81
1988	13,26	24,16	11,89	12,25
1989	12,95	27,98	11,97	11,47
1990	13,58	20,70	12,37	13,03
1991	13,73	22,37	12,58	12,86
1992	13,45	21,82	12,43	12,43
1993	13,13	22,10	12,02	12,07
1994	13,51	21,98	11,55	12,70
1995	13,42	22,04	11,46	12,79

Fontes: FGV e IBGE (1980), Apud CANO (1997a), e IPEA(1985-1995).

Observação: Inclui imputação de serviços de intermediação financeira.

Tabela 2.08

Indústria de Transformação: Participação Regional no Valor da TransformaçãoIndustrial - 1980-1995 (Brasil = 100%)

Região \ Ano	1980	1985	1989	1995
Norte	2,4	2,5	x	x
Nordeste	8,1	8,6	8,1	8,1
Sudeste (*)	72,6	70,8	68,7	67,2
Estado de São Paulo	53,4	51,9	30,2	49,8
Região Metropolitana S. Paulo	33,6	29,4	28,8	25,4
Interior de São Paulo	19,8	22,5	21,4	24,4
Sul	15,8	16,1	17,1	18,1
Centro-Oeste	1,1	1,4	(*)	(*)
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Industriais (para os dados de 1980 e 1985); e CANO (1997a), para os dados de 1989 e 1995.

Obs.: - (*) Em 1989 e 1995, a participação do Sudeste exclui ES; Por resíduo, o somatório das regiões Centro-Oeste, Norte e Estado do Espírito Santo teriam 6,1% em 1989 e 6,6% em 1995.

Examinando mais de perto a produção industrial, agora pela ótica do Valor da Transformação Industrial (ver Tabela 2.08), notamos que 1985 a desconcentração regional da indústria continua a processar-se, ainda que num ritmo mais lento. Da perspectiva do Nordeste, a participação no VTI nacional encontra seu momento de pico no ano de 1985, quando se observa uma possível inflexão – significando que **a região passa a encontrar limites para dar continuidade àquelas taxas de crescimento observadas na década anterior.**

A crise que atingiu o setor industrial (e de resto toda a economia nacional), aliada à difusão do padrão microeletrônico e das novas tecnologias de informação, além das estratégias defensivas das empresas, imprimiu modificações nos processos produtivos e nas estruturas organizacionais, proporcionando o surgimento de novas atividades no setor terciário. O estado do Rio de Janeiro continuaria sua trajetória de relativa perda de importância no cenário nacional desde a transferência da capital da república para Brasília (de 18,2% em 1980, passa para 12,6% em 1995). Entre 1980 e 1995, permaneceram concentradas as atividades do terciário brasileiro no estado de São Paulo. A partir de 1985, o terciário paulista voltou a crescer relativamente ao resto do país (de 32,9% em 1985, alcançando 36,7% do PIB setorial nacional): a cidade de São Paulo consolidou-se como principal praça financeira do país, enquanto a generalização do uso de novas tecnologias propiciou a modernização do comércio e a implantação e diversificação de serviços.

Enquanto isto ocorria, o Nordeste era afetado pelo agravamento da crise do Estado e pelas “naturais” dificuldades de implantação de novas (e modernas) atividades terciárias – o que deve ter contribuído para a quase estabilidade na participação setorial da região no PIB nacional. Por outro lado, os investimentos vinculados à atividade turística, baseados no aproveitamento das belezas naturais do vasto litoral nordestino e de algumas chapadas e desertos, começavam a trazer resultados com o aumento do fluxo de pessoas e da receita, principalmente naqueles voltados para o turista estrangeiro. Após ter passado por um período de relativo crescimento setorial (de 12,4% em 1980 para 13,6% em 1985) a região vê sua participação retornar aos níveis iniciais do período, passando de 13% em 1990 (ver, novamente, Tabela 2.07).

3. O Nordeste e a "Questão Regional" nos Anos 90: Inflexão ou Reconcentração?

A década de 90 inaugura-se sob o signo da hiperinflação e recessão em meio a novas tentativas de estabilização. Uma forte retração do produto nacional, aliada a política de abertura comercial e aceleração dos processos de desregulamentação, desregulação e privatização, provocariam mudanças na configuração espacial dos investimentos privados e estatais, com ajustes produtivos e organizacionais ainda insuficientemente detectados pelas estatísticas. No período recessivo de 1990-1992, o impacto da crise é sentido na região Nordeste, ainda que com menor intensidade do que no centro dinâmico da economia brasileira. O produto regional, de acordo com dados da SUDENE, não cresceu neste período (taxa de crescimento zero) enquanto a taxa brasileira era de $-0,02\%$ ao ano. E, ainda de acordo com a SUDENE, esta situação agravava-se, quando o período considerado é 1990-1993, quando se observa desempenho anual negativo de $0,5\%$ no conjunto da economia nordestina, causado pela continuidade dos péssimos resultados da agropecuária, que eram agravados pela seca do biênio 1992-93.

Ao final de quatro anos, em que pese toda a crise provocada pela instabilidade macroeconômica e pelas intempéries climáticas, o PIB nordestino havia crescido quase 5% (ainda de acordo com a SUDENE). Porém, de acordo com os dados do IPEA, o PIB regional teria crescido apenas $2,6\%$ entre até 1995, enquanto o conjunto do país crescia $2,7\%$ entre 1990 e 1995. Ou seja, o crescimento marginal da atividade econômica nordestina voltava a ser menor que o nacional.

Depois das incertezas políticas e macroeconômicas do primeiro triênio, a economia brasileira voltava a apresentar desempenho positivo, depois da adoção de mais um plano de estabilização - o Real. De acordo com dados elaborados pela SUDENE, naquele ano, 1994, a agropecuária nordestina voltava a apresentar sinais de recuperação, impulsionada não só pela demanda derivada do processo estabilizador mas, principalmente, por condições climáticas favoráveis no momento, após a seca de 1992/93. O setor terciário, por seu turno, passava por uma pequena variação positiva, enquanto a indústria mantinha-se retraída (ver Tabela 2.09).

Tabela 2.09
Nordeste: Índices e Variações do PIB - 1985-1994

Ano	Agropecuária			Indústria			Setor Terciário			Total da Economia Regional		
	Base 1980	Base 1985	Base 1990	Base 1980	Base 1985	Base 1990	Base 1980	Base 1985	Base 1990	Base 1980	Base 1985	Base 1990
1980	100	-	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-
1985	130	100	-	104	100	-	133	100	-	124	100	-
1990	113	90	100	111	106	100	157	118	100	138	112	100
1991	136	105	116	117	112	105	155	117	99	141	114	102
1992	122	94	104	114	109	102	155	116	99	138	112	100
1993	88	68	75	114	109	102	161	121	103	136	110	99
1994	129	100	110	113	109	102	167	126	107	146	118	106

Fonte: Sudene/Contas Regionais.

Mesmo assim, é importante notar, como afirma CANO (1997a) que a recessão que afetou duramente a indústria do Sudeste entre 1990 e 1992, provavelmente fez a participação nordestina manter-se nos níveis anteriores por efeitos puramente “estatísticos”. Com o início da recuperação da indústria instalada no Sudeste e em São Paulo, a partir de 1994, estes efeitos “estatísticos” desapareceriam e delinear-se-ia uma possível inflexão dos efeitos desconcentradores que vinham ocorrendo na atividade industrial, seguramente, até 1987. Além do mais, a inconsistência ou ausência de políticas industriais, agrícolas e regionais, aliada ao “desmonte” da máquina executiva Estatal estaria inibindo o ingresso de novos empreendimentos na periferia nacional e fazendo refluir os planos de expansão industrial localizados na região.

Diversos fatores viriam contribuir para uma redução no ritmo de crescimento da produção periférica a partir de então. De um modo geral, a política comercial do país, com valorização cambial e extremada abertura terminaram impondo pesados ajustes nas atividades industriais, implicando crescimento da produtividade porém com acréscimo de desemprego e crise em regiões/cidades onde a base industrial era pouco competitiva (p.ex., na indústria de calçados, em Franca ou no Vale dos Sinos; ou na atividade têxtil, na região de Americana). A reestruturação produtiva e organizacional não aconteceria mais na base de estratégias defensivas, como na década anterior. As intenções de privatizar, as propostas de reformas administrativa e

previdenciária, de flexibilização do mercado de trabalho, entre outras, aliadas a estabilidade mundial dos preços, funcionavam como garantias governamentais para aumentar as intenções privadas de investimentos.

À falta de iniciativa do Estado nacional, no que concerne a indução do investimento em áreas menos desenvolvidas ou carentes do país, a iniciativa privada respondeu com movimentos de desconcentração de atividades menos exigentes em tecnologia. Observou-se a realocização de empreendimentos da indústria têxtil, do vestuário, de calçados, alimentos e bebidas, que passaram a instalar-se na região Nordeste. Por se tratar de atividades de características trabalho-intensivas, encontraram na região um "porto seguro" para viabilizar seus lucros, perante um mercado globalizado que exige maior competitividade. E esta competitividade seria "conseguida" na medida em que se reduziam custos privados de produção, seja pela "guerra fiscal", pela inexistência ou incipiência de sindicatos locais combativos ou pelos baixíssimos salários que poderiam impor – fatores essenciais de uma competitividade espúria, na ausência de investimentos privados e estatais em tecnologia ou de outras políticas públicas (re)estruturantes. Por outro lado, os novos investimentos em atividades mais intensivas em conteúdo tecnológico passaram a procurar o estado de São Paulo e, em menor escala, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Neste contexto, as plantas industriais instaladas previamente na periferia nordestina tiveram que passar por processos de reestruturação, adaptando-se aos novos parâmetros de competitividade internacional, competindo com produtos importados na disputa pelo mercado interno localizado no centro dinâmico do país. Política industrial passou a ser tratada como coisa de um passado intervencionista e o Estado delegava à iniciativa privada o poder da iniciativa do desenvolvimento regional, saindo à reboque das decisões privadas de investimento. A intensificação da "guerra fiscal" ficou patente a partir de 1995, quando unidades da federação e municípios passaram a oferecer vantagens as mais diversas, para além daquelas oferecidas pela União (p.ex. reduções, créditos e/ou isenções fiscais, empréstimos a juros baixos, doações, etc) visando atrair investimentos de montadoras de veículos.

É claro que este tipo de atitude autofágica dos estados e municípios só poderia redundar em aumento da fragilidade daquelas economias mais débeis ou ainda carentes de políticas regionais ativas. Neste contexto, a região Nordeste passa a ter seu ritmo de crescimento, principalmente industrial, reduzido, quando comparado àquele registrado em décadas anteriores. E isto já se podia verificar nas estatísticas produzidas pelo IPEA para o primeiro quinquênio da década. Comparando-se aos anos de 1985 e 1990, vê-se que houve perda de participação da economia nordestina em relação ao conjunto do país. Com exceção da agropecuária e de algumas atividades do setor terciário, como comércio e outros serviços, que observaram baixo acréscimo de participação, as demais atividades perderam participação nos respectivos PIB's do país (ver Tabela 2.10). O destaque negativo ficou por conta do desempenho da Construção Civil, que reduziu sua participação no PIB setorial brasileiro, de 31%, em 1990, para menos de 24% em 1995.

Tabela 2.10

Nordeste: Participação Regional no PIB Setorial e no PIB Total do Brasil (%)
(1984-1995)

PIB Setorial	1985	1990	1995
Agropecuária	20,59	20,70	22,04
Indústria	12,04	12,38	11,47
Construção Civil	33,84	31,20	23,95
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13,58	13,39	13,05
Terciário	13,57	13,03	12,79
Comércio	16,78	16,46	17,18
Transportes	9,04	9,27	8,43
Comunicações	12,35	11,91	12,55
Instituições Financeiras	12,09	10,23	10,12
Administrações Públicas	16,82	15,82	14,88
Aluguéis	12,73	12,09	10,63
Outros Serviços	12,59	12,73	13,03
Total	13,70	13,57	13,42

Fonte: IPEA/NEBUL.

Observação: Percentuais obtidos com a inclusão de imputação financeira.

Ainda que não possamos dispor de estatísticas mais refinadas, já podemos ver os efeitos sobre a estrutura econômica regional. A Tabela 2.11 mostra-nos que, apesar do crescimento industrial, este setor vem perdendo participação na geração do PIB regional, enquanto as

atividades agropecuárias passam de quase 17%, em 1985, para quase 19% do PIB nordestino, em 1995. Com isto, o conjunto das atividades do setor terciário aumentou sua participação no PIB, passando de quase 51% para 54,5% entre 1990 e 1995.

Tabela 2.11

Nordeste: Distribuição Setorial do PIB (1985-1995)

Atividade Econômica	Distribuição do PIB (%)		
	1985	1990	1995
Agropecuária	16,71	15,54	18,65
Indústria	37,14	33,50	26,87
Construção Civil	13,44	16,23	13,39
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,15	2,36	2,30
Terciário	46,17	50,96	54,48
Comércio	10,43	8,63	8,10
Transportes	2,63	2,49	2,35
Comunicações	0,91	1,12	1,28
Instituições Financeiras	10,28	8,83	5,37
Administrações Públicas	8,77	13,51	12,94
Aluguéis	3,08	5,28	7,62
Outros Serviços	10,09	11,10	16,84
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPEA/NESUR.

Observação: Porcentuais obtidos com a inclusão de imputação financeira.

Em 1995, a economia nordestina mostrava sinais de recuperação da crise do início da década. Espelho que tal comportamento pode estar relacionado não somente ao melhor desempenho da economia paulista, que voltou a comandar a demanda de parcela considerável dos produtos gerados na região. Como disse anteriormente, observa-se no período pós-1995, um movimento de instalação de plantas industriais mais intensivas em utilização de mão-de-obra, em busca de competitividade (espúria), que pode estar mantendo o processo de desconcentração, ainda que de forma mais lenta e qualitativamente diferente. Por outro lado, com o afastamento do Estado da condução do processo de desenvolvimento regional, as estratégias empresariais das grandes corporações com plantas instaladas na região tem estreitado os laços com o mercado internacional de produtos industrializados de consumo intermediário – o que dá alguma sobrevida aos grandes projetos ali instalados.

A adoção de estratégias competitivas empresariais, estimuladas pela (falta de) política industrial ou regional pós-Real, possivelmente terá contribuído para reforçar processos de reconcentração em setores intensivos em tecnologia. Enquanto grandes projetos, como o da petroquímica baiana, enfrentam momentos de redefinição tecnológica, para adequação aos novos requisitos da demanda internacional (e mesmo nacional) por novos insumos.

Um fenômeno que se observa nos anos 90, é a desconcentração intra-regional em pequenas proporções. Na divisão intra-regional do PIB, a Bahia passou a contribuir relativamente menos, enquanto cresceram as participações dos estados de Pernambuco e Ceará e Rio Grande do Norte. A descoberta de novas bacias petrolíferas neste estado fez crescer sua participação na produção industrial nordestina. Perversamente, o estado mais pobre da região, o Piauí, reduz ainda mais sua participação no produto regional. Entregue à sua própria sorte, precisa “revelar competitividade” sistêmica que não possui. Sem forças para vencer qualquer “guerra fiscal”, não consegue atrair novos investimentos ou mesmo manter aqueles relativamente mais dinâmicos, podendo passar por um novo período de estagnação.³⁵

³⁵ - Novamente, remeto o leitor ao Capítulo III, onde estabeleço comparações intra-regionais, a propósito da análise específica sobre o estado da Bahia.

Capítulo III – **BAHIA: EXEMPLO DE “DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA CONCENTRADA”**

*“(…) ... A esperança que vem do mar
Vem das antenas de TV
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em que ... (…)”*

[Paralamas do Sucesso, “Alagados”.]

O estado da Bahia está localizado na região Nordeste brasileira, possuindo uma área de 567.295,3 Km². Com uma extensão territorial correspondente a 36,34% da região Nordeste (e 6,5% do país), a Bahia possui uma rede rodoviária pavimentada de 11.551 Km, correspondente a 28% do total regional e a 7,8% da rede nacional¹. Este é um dos aspectos da insuficiente infraestrutura que reduz o ritmo e a possibilidade de interiorização do desenvolvimento estadual. Outro aspecto é o baixíssimo aproveitamento dos seus grandes rios e reservas hídricas subterrâneas, que pouco são utilizados produtivamente ou como meio de transporte de passageiros ou de carga, sendo bastante restrita a prática da irrigação e do uso de poços artesianos. Sua zona rural carece não só de condições infra-estruturais adequadas mas, principalmente de modificações nas relações de produção.

A população total do estado é de 12.541.675 habitantes, de acordo com a última contagem populacional de 1996. Sua população rural, 4,7 milhões de pessoas, representa 37,6% da total, sendo a maior população rural do país². Na capital, Salvador, residem 2,2 milhões de pessoas (17,6% do total estadual e 3,1 mil habitantes por Km²) e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) totaliza 2,7 milhões de habitantes (21,6% do estado)³. Salvador nucleia a RMS, que é o principal centro econômico da Bahia, concentrando a principal praça financeira,

¹ - Dados de 1994, obtidos via <http://www.sudene.gov.br/indicadores/nemin/rodovia.html/>.

² - Minas Gerais, o segundo estado em população rural, possuía no mesmo ano 3,6 milhões, enquanto o Maranhão, maior população rural proporcionalmente ao total do estado, possuía 2,5 milhões de habitantes na zona rural – 48,1% de sua população total.

³ - Em 1960, a população da RMS correspondia a 12,3% da população total do estado da Bahia.

comercial e de serviços, além de mais de 80% do parque industrial instalado no estado. Mas além de sua capital e região metropolitana, a Bahia possui outras áreas de **concentração industrial**, populacional, ou de atividades agroindustriais, em proporções bastante menores, como as dos municípios de Feira de Santana, do eixo Ilhéus-Itabuna, Juazeiro, Barreiras, Irecê e Vitória da Conquista, entre outras.

O crescimento econômico do estado a partir do pós-guerra, modificou a demografia estadual, proporcionando migrações no sentido campo-cidade ou intermunicipais, que resultaram na formação de contingentes populacionais significativos. Além do desmesurado crescimento populacional de sua capital, que se tornou a terceira do Brasil desde 1991, cidades como Feira de Santana (393.943 habitantes), o aglomerado urbano de Ilhéus (173 mil) e Itabuna (178 mil), e Vitória da Conquista (204.295), por exemplo, passaram a sofrer as mesmas carências sociais e problemas das grandes e médias cidades brasileiras. A concentração da terra e da renda tem sido colocada em diversos estudos como principais causas da precariedade não só rural, mas também urbana no estado.

As mudanças decorrentes tanto do processo de desconcentração regional da indústria brasileira, quanto dos condicionantes das transformações financeiras, tecnológicas e organizacionais do atual processo de globalização, vem provocando alterações no espaço urbano da Bahia, desenvolvendo novos setores e atividades, mesmo com a resistência e adaptação de economias “tradicionais”. A grande maioria dos fluxos de produção e circulação financeira e de mercadorias no estado ainda permanece concentrada ao longo do litoral, mormente na RMS, com a incursão de iniciativas no interior, principalmente nos vetores de Juazeiro e Barreiras e a manutenção em destaque das cidades de Feira de Santana e Vitória da Conquista. De acordo com estudo sobre a rede de cidades da Bahia⁴, quase 60% do PIB baiano é gerado pelo conjunto dos municípios da RMS, onde a sede e Camaçari (respectivamente, 37% e 10% do PIB estadual) produzem mais de 78% do total metropolitano. Quase três quartos da produção baiana estão concentrados em dez municípios: além de Salvador e Camaçari, os municípios de Ilhéus, São

⁴ - Ver BAHIA, SEI (1997:24-6).

Francisco do Conde (RMS), Feira de Santana, Itabuna, Simões Filho (RMS), Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras que, juntos, contribuíam com mais de 73% da produção baiana em 1994.

A concentração de atividades produtivas na Bahia vem configurando-se em redes urbanas densas, porém afastadas entre si por espaços descontínuos ao longo de todo seu território. Salvador e sua região metropolitana possuem o maior parque industrial do estado, com infraestrutura portuária e aeroportuária, com serviços financeiros, produtivos e pessoais, que representam economias de aglomeração para os investidores.

As demais concentrações urbanas, localizam-se: a) no Aglomerado Urbano de Feira de Santana (AUFS⁵) que, devido a sua malha industrial, o porte do seu comércio, sua proximidade com a capital e sua característica de entroncamento rodoviário mantém-se como principal eixo econômico do interior; b) no Extremo Sul do estado, numa região que compreende as cidades de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro, que sobressaem pelo recente crescimento da produção de celulose e pelo potencial turístico de seu litoral; c) no sistema urbano compreendido entre Ilhéus e Itabuna, cujos municípios consolidaram-se como produtores e exportadores de cacau e derivados, com um pequeno parque industrial e um processo de urbanização avançado, onde se concentram atividades comerciais e de serviços, além da atração turística, oferecendo infraestrutura de estradas, porto e aeroporto; d) na confluência dos municípios de Vitória da Conquista e Jequié, importantes pela produção de café e por serem pólos comerciais subregionais, localizados ao longo da BR-116, com forte penetração em direção ao interior e ligações com o litoral; e e) em pólos relativamente mais recentes, como Barreiras, onde desponta o complexo agroindustrial da produção de soja; ou Juazeiro, onde a agroindústria frutícola tem se voltado cada vez mais para a exportação; em Irecê, tradicional pólo produtor de feijão; ou em Guanambi, que cresceu com base em sua pecuária ou pela produção do algodão; além de outros, como Itapetinga, Paulo Afonso, Santo Antonio de Jesus, Serrinha e Alagoinhas, de menor expressão mas com fortes ligações ao conjunto das mais dinâmicas.

⁵ - Constituído pelas cidades de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos. No capítulo V, discutirei a formação deste aglomerado de cidades.

Abstraindo-se a presença das cidades ou municípios citados, restam vastíssimas áreas do interior – quase 70% do território baiano – com cidades de baixa densidade populacional (média de 12,4 habitantes/ Km², contra os 84,2 habitantes/ Km² da média observada nas cidades do litoral). Trata-se de um conjunto com economias de pouca ou nenhuma dinamicidade, sem *densidade econômica*⁶ e fortemente dependentes das esferas municipal, estadual e federal do poder público.

O esgotamento de ciclos econômicos históricos, como o do ouro ou da cana-de-açúcar, implicaram dificuldades para sustentação de infra-estruturas urbanas e produtivas, que determinaram a decadência de cidades outrora importantes nas regiões da Chapada Diamantina ou do Recôncavo – hoje sobreviventes em virtude de fortes ligações com centros urbanos mais dinâmicos ou de seus caracteres históricos e culturais, que atraem fluxos turísticos de pouca densidade.

Efetivamente, em que pese todo o crescimento industrial e o surgimento de projetos agroindustriais, que trouxeram algum dinamismo ao interior do estado, os frutos deste “progresso” continuaram mal distribuídos, refletindo seu caráter espacialmente concentrado.

Neste capítulo, analisarei o crescimento econômico do estado da Bahia em suas diversas fases, enfatizando o processo de industrialização recente, desde o imediato pós-Guerra. Iniciando com rápida incursão sobre o primeiro surto industrial, ainda no século XIX, quando sua indústria era relativamente desenvolvida, comparada ao restante do país. Depois percorrendo sobre o longo processo de decadência econômica da Bahia, que se estende até o início dos anos 40, já no século XX. A seguir, tentando aprofundar a análise acerca do novo processo de industrialização da Bahia, que antecipa os movimentos de integração produtiva do capital nacional, até a consolidação desse movimento, e, finalmente, discutindo a problemática atual da questão regional, analisando os desdobramentos da crise nacional, assim como as perspectivas de inserção da Bahia.

⁶ – Tal *densidade* poderia ser medida pela fragilidade de seus fluxos de mercadorias, por sua participação no consumo residencial e produtivo de energia elétrica, pela baixa utilização ou inexistência de infra-estrutura produtiva, de telecomunicações, pela baixa contribuição para arrecadação do ICMS no estado, etc.

Destarte, examinarei o surgimento da grande indústria do pós-guerra, depois os efeitos da institucionalização da SUDENE e do sistema de planejamento da Bahia. A escolha dessa periodização prende-se ao fato de que, inicialmente, as principais transformações produtivas no estado aconteceram após a implantação da PETROBRAS nos anos 50.

A incursão rápida e um tanto generalizada no período que antecede o pós-guerra justifica-se porque: a) um estudo mais detalhado fugiria ao escopo deste capítulo; b) poderia se sobrepor a análise do capítulo II; e c) a análise dos principais determinantes nacionais da longa crise por que passaram as economias nordestina e baiana já foi realizada por diversos autores⁷, que a fizeram com bastante propriedade.

O objetivo principal deste capítulo é analisar e discutir os principais determinantes da economia baiana, no seu processo de integração produtiva e a forma como beneficiou-se de um processo de **desconcentração concentrada** dos investimentos destinados ao Nordeste, seja pela via estatal, seja pelos mecanismos fiscais e creditícios, tipo 34/18-FINOR, comandados pela SUDENE. Assim, o período que vai do pós-guerra até meados dos anos 80 merece uma atenção maior na segunda seção deste capítulo, em virtude da riqueza dos nexos que causaram as transformações industriais e que modificaram o estado da Bahia, fazendo-o possuidor da principal economia nordestina.

Com o atingimento do ápice da desconcentração, em meados dos anos 80, e com a “ação combinada” da crise econômica nacional com as transformações econômicas, políticas e

⁷ Correndo o risco de omitir trabalhos importantes sobre a análise regional, aponto entre muitos: a) SIMONSEN, Roberto C. (1944). *História Econômica do Brasil. 1500-1820*. São Paulo, Nacional, 2v.; b) FURTADO, Celso. (1961) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura; c) CANO, W. (1977) *Raízes da Concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 3ª ed, 1990; d) ANDRADE, Manuel C. (1073) *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed.

Quanto ao desenvolvimento econômico baiano, recomendo a leitura de: a) ALMEIDA, Rômulo (1977). “Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio.” Salvador, *Planejamento*, 5(4), out/dez.; b) AGUIAR, Manoel Pinto de (1957). *Aspectos da Economia Colonial*. Salvador, Progresso; c) AGUIAR, M. P. de (1960). *Ensaio de História e Economia*. Salvador, Progresso, 2v.; d) CALMON, Francisco M. Góes (1978). *Vida Econômico-Financeira da Bahia: Elementos para a História de 1808 a 1899*. Salvador, CPE; e) TAVARES, Luis H. Dias (1966). *O Problema da Involução Industrial na Bahia*. Salvador, UFBA, mimeo. Diversos documentos sobre a economia baiana foram produzidos no âmbito da CPE, das Secretarias de Estado de Planejamento e Fazenda e pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia.

institucionais, o processo de **integração produtiva** e de desconcentração passou por graves restrições, ameaçando a continuidade do crescimento da periferia capitalista brasileira. Na seção 3, tentarei estabelecer um diagnóstico preliminar das causas gerais e específicas da redução do ritmo de crescimento da indústria e da economia baiana, bem como as “saídas” setoriais encontradas para a manutenção do crescimento. Para complementar, discuto as possibilidades de inserção da economia estadual na economia nacional dos anos 90, face às imensas dificuldades de superação das “dívidas sociais”, proteladas durante tão longo tempo.

1. A Economia Baiana do Brasil-Colônia ao Pós-Guerra: Antecedentes da Industrialização Recente

No Capítulo II, vimos que as economias regionais passaram de uma fase de **isolamento relativo**, para outra de **articulação comercial** e, finalmente chegaram ao atual estágio de **integração produtiva**. Em todas as regiões brasileiras, particularmente no Nordeste, a passagem dessas fases implicou criação, destruição e recriação de atividades e de relações técnicas e sociais de produção, assim como concentração, fusão e incorporação de capitais locais e extra-regionais.

Na fase do **isolamento relativo**, a configuração de “arquipélago” também se observava internamente à região Nordeste. E as transformações que se processaram construíram também o fortalecimento dos vínculos inter e intra-regionais, através do comércio e depois da solidarização dos investimentos produtivos. Desde cedo, os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia polarizaram parcelas importantes da produção e do comércio regional. Salvador, Olinda, Recife e São Luiz surgiam como centros urbanos que ligavam a economia colonial exportadora à economia mundial.⁸

⁸ - Estes diversos Nordeste “(...) apresentam formações sociais distintas, dominados que foram por economias diversas. Em torno de Recife, a pujança da economia açucareira e pecuária consolidou-se com a emergência de diversas unidades federativas autônomas que acomodaram uma oligarquia agrária relativamente ampla. Em torno de Fortaleza, uma oligarquia menor e mais sertaneja, baseada tanto na pecuária quanto na cultura do algodão,

Até meados do Século XVII, a Bahia dividia com Pernambuco uma certa hegemonia econômica em relação ao Nordeste e mantinha a sede do governo colonial. Mas essa posição foi se modificando, na medida em que a economia do açúcar começava a declinar (o produto das Antilhas fazia forte concorrência nos mercados internacionais, aviltando preços e reduzindo lucros no Nordeste brasileiro), e observava-se o *boom* da mineração. Com isso, não somente a cidade de Salvador como também a província da Bahia perdiam hegemonia política, em favor da cidade do Rio de Janeiro, como também para lá emigrariam importantes capitais, antes vinculados ao comércio, ao financiamento das exportações ou a pecuária, além de parcela importante da aristocracia e servidores do poder (que alimentavam, via demanda, parte considerável do comércio interno da província), que se transferiam para a nova capital.

Desde então, os preços do açúcar continuaram em sua trajetória de redução. Wilson Cano (1977:93)⁹, aponta que de 120 libras por tonelada, no início do século XVII, os preços despencaram continuamente até alcançar, no início do século XX, 9 libras (apenas 7,5% do valor inicial). Como o mercado internacional ficaria “abarroado” de açúcar, inclusive de beterraba, só restaria à economia açucareira nordestina voltar-se para o mercado nacional – o que se tornaria cada vez mais problemático, em virtude da expansão do produto nas economias do Sul e, mais tarde, Sudeste do país. Segue-se, então, um período de estagnação relativa da economia colonial, durante todo o período que vai do Século XVIII até as primeiras décadas do século XX, quando o centro dinâmico da economia exportadora consolidou-se na região Sudeste do país, com a hegemonia do complexo cafeeiro paulista. A economia baiana sobreviveria à base de recuperações ocasionais da economia canavieira, da diversificação das culturas de exportação – produzindo algum café ou algodão, fumo e, principalmente o cacau – que lograram dar certo dinamismo à economia baiana e alimentaram o crescimento de Salvador. Aliás, esta cidade continuaria a manter suas funções de centro de prestação de serviços, em especial de caráter

nunca ultrapassou de fato, pelo menos até os anos 60, os limites estreitamente regionais, excetuando-se, é claro, sua centralidade na “indústria da seca”. Salvador, ao contrário, cidade portuária e mercantil, conheceu desde sempre o mando político e o domínio econômico de uma importante burguesia banqueira e exportadora, aninhada no centro do poder nacional.” (OLIVEIRA, 1990:163)

⁹ - *Apud* SIMONSEN, Roberto C. (1944:172, vol. I) **História Econômica do Brasil, 1500-1872**. São Paulo, Editora Nacional, 2 volumes.

comercial, suprimindo a Colônia de bens de luxo a gêneros alimentícios, importados da Metrópole, mas com participação cada vez menor na medida em que os excedentes da economia agrário-mercantil se reduziam.

O eixo dos interesses políticos e econômicos nacionais voltara-se para o Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, com o dinamismo da economia do café. O caráter agrário-mercantil da economia baiana, que a fazia voltar-se preferencialmente para o mercado externo (como, de resto, acontecia em toda a economia nordestina), aliado à decadência secular das principais culturas comerciais da província (principalmente a cana e o fumo), dificultavam a emergência de processos de diversificação das atividades produtivas e reduziam as possibilidades de expansão do capitalismo nessas atividades. Os cada vez menores excedentes da produção, agora transformados em “fundos de subsistência” (OLIVEIRA, 1987), tinham poucas oportunidades de diversificação.

As primeiras tentativas de industrialização na Bahia aconteceriam a partir da metade do século XIX¹⁰, resultado da acumulação concentrada de capitais (mesmo com os cada vez menores excedentes das economias do açúcar, fumo e algodão) e da existência de mercados locais modestos, isolados, protegidos da competição estrangeira e extra-regional, pela distância e pelas dificuldades de acesso e comunicações. Ao final do século, o estado da Bahia já possuía 142 fábricas em operação, ligadas principalmente ao beneficiamento de produtos agrícolas e à metalurgia básica.

Em 1875, a Bahia possuía tantos estabelecimentos têxteis (11) quanto os existentes na cidade do Rio de Janeiro (5) e na província de São Paulo (6), juntas. E, em 1885 (12), tantos quantos existiam no conjunto das províncias de São Paulo (9), Pernambuco (1), Maranhão (1) e Alagoas (1) (ver CASTRO, 1971:106). Sua trajetória de estagnação, contudo, pode ser notada ao examinar-se a situação das fábricas de tecidos de algodão estabelecidas no Brasil em 1905 (128), quando a Bahia possuía ainda 11 estabelecimentos (ou seja, 8.6% do total do país), empregando

¹⁰- Em 1841, foi criada a Companhia para Introdução de Fábricas Úteis na Província da Bahia, destinada a fomentar a instalação de manufaturas. Neste mesmo ano, foi instalada uma fábrica de papel, seguida de outras unidades, em diversos setores.

1.700 operários, enquanto no restante da região Nordeste, que enfrentava dificuldades semelhantes com o açúcar e o algodão, os estados do Maranhão, Pernambuco e Ceará possuíam, respectivamente 10, 8 e 4 estabelecimentos (ver SUZIGAN, 1986:384-91): Por outro lado, o setor têxtil de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (31, 28 e 25 estabelecimentos, respectivamente) já atendia grande parte do consumo do Sudeste e Sul (e possuíam o dobro do número de estabelecimentos do Nordeste, em condições de mercado e economias externas mais propícias), afastando a penetração da produção nordestina, que cada vez mais ficaria limitada ao mercado intra-regional.

A Bahia, todavia, padecia do mesmo *mal* comum a todo o Nordeste: uma economia colonial, estruturada na base agrário-mercantil, voltada para o mercado internacional. A produção agroindustrial do açúcar e do fumo (mais tarde também do cacau) integrava a província nas correntes comerciais do capitalismo europeu, mas tornava-a prisioneira dos ditames do mercado comprador e da fragilidade de uma economia (quase) monocultora. A própria ascensão do cacau no mercado internacional recolocaria a atividade primário-exportadora em primeiro plano, em prejuízo da diversificação da atividade industrial. Por outro lado, somada à insuficiente acumulação interna, a estrutura extremamente concentrada da renda e a consequente estreiteza do mercado interno agravavam ainda mais a situação econômica provincial e as condições sociais de sua população urbana e rural. A precária e quase inexistente infra-estrutura para escoamento da produção e a própria atuação do Estado, refém e protetor dos interesses do setor agro-exportador, constituíam obstáculos às transformações produtivas que alavancassem a economia baiana.

As consequências dessas e das demais características de uma economia de base agrário-mercantil se refletiam sobre os núcleos urbanos e principalmente sobre o mais importante deles, Salvador. As atividades que constituíam o suporte de sua estrutura produtiva, de caráter terciário e dependentes do setor exportador, foram afetadas negativamente. E a incipiente industrialização aí registrada, entre fins do século XIX e princípios deste século, não teve maiores condições de continuidade. As atividades de transformação permaneceram embrionárias, com um crescimento lento e reduzido. Na realidade, as indústrias baianas surgidas neste período se caracterizavam por processos quase artesanais de produção, com estreito vínculo com a agricultura. Algumas se voltavam para o consumo das camadas urbanas de baixa renda, porém as mais importantes

dependiam muito diretamente do setor agro-exportador – como as fábricas de charuto, as usinas de açúcar e as indústrias têxteis -, cuja produção se destinava, em boa parte, à confecção de sacos de embalagem para açúcar e outros artigos primários de exportação. À medida que se fecharam as perspectivas do mercado internacional, tais indústrias se voltaram para o mercado interno, muito pouco dinâmico, e tenderam à estagnação ou ao desaparecimento. (CARVALHO e SOUZA, 1980:73)

A indústria baiana (e a nordestina) tornar-se-ia incapaz de competir com o sistema industrial mais dinâmico, que se desenvolvia principalmente em São Paulo. A agricultura permanecia estagnada, no que se refere à produção voltada para exportação (exceto a cacauicultura), enquanto sua pecuária mantinha-se complementar às atividades agrícolas, voltada basicamente para o consumo de subsistência, com alguma transformação em cortumes ou em pequenos frigoríficos para abastecimento das áreas urbanas.

Nas atividades comercial e de serviços, a posição geográfica de Salvador favoreceria sua especialização funcional como centro prestador de serviços comerciais e administrativos. Todavia, o terciário cresceria à base de intensificação do trabalho e baixos níveis de produtividade, dado que poderia dispor de abundante oferta de mão-de-obra, relativamente à escassez de capitais. Com o secular agravamento da crise, o capital bancário¹¹ passaria a ser aplicado em funções não produtivas e/ou em financiamentos imobiliários. Ao final do Século XIX e início do Século XX abria-se a fronteira agrícola para a produção do cacau, no Sul do estado e expandiam-se os financiamentos para aquela atividade.

A economia baiana vinha sendo duramente afetada pela decadência secular das culturas do fumo e cana, que sustentavam seu caráter agro-exportador. A estagnação impedia que

¹¹ - “Salvador terá as primeiras *formas* institucionais capitalistas no Brasil, e quem diz forma diz *função*. O Banco da Bahia, primeiramente uma filial do Banco do Brasil e depois de sucessivas criações de “caixas”, finalmente emergindo em 1858 com personalidade própria, fusionando as experiências anteriores. A Cia de Seguros Aliança da Bahia, sua irmã gêmea, também mais que centenária. Para que? Para segurar os produtos da exportação, tabaco e açúcar, e mais, para segurar os escravos. Dois sinais de um processo de acumulação que começa a se reproduzir por via da moeda, e, pois, do capital bancário. Um escravo contra um título fiduciário. (...) Nos meados do século XIX, Salvador e o Recôncavo (...) um mercado de produção, de exportação e de importação, disputando com o Rio de Janeiro o primeiro lugar como porto, mercado de escravos e praça de comércio. (OLIVEIRA, 1987:26-7; *itálicos no original*)

emergissem novas atividades produtivas, complementares ou substitutas, capazes de dinamizar a economia regional. Sua estrutura produtiva e econômica ficaria praticamente inalterada (exceção do crescimento da economia cacaueteira, no Sul do estado) até a década de 1940.

Tabela 3.01

Bahia e Outros Estados do Nordeste, São Paulo e Brasil: Índices da Transformação Industrial. (1919-1949)

Grupos de Indústrias	(1939 = 100)						
	BA	PE	MA + PI	Demais do NE	NE	SP	Brasil
Grupo I **							
1919	97	37	93	47	49	31	38
1949	187	164	173	168	167	226	190
Grupo II **							
1919	23	54	20	32	38	23	26
1949	242	255	269	244	249	329	259
Grupo III **							
1919	20	223	nd	39	69	07	09
1949	94	223	105	315	204	234	243
Total da Indústria							
1919	85	39	79	45	48	26	33
1949	195	172	1851	177	177	254	212

Fonte: IBGE, Censos Industriais (Apud: CANO, 1985, Tab. 30).

Observações: * Demais Estados do Nordeste = CE+RN+PB+AL+SE.

** Participam do Grupo I os Gêneros cujas indústrias, majoritariamente, produzem bens de consumo não-duráveis; do Grupo II os Gêneros cujas indústrias, majoritariamente, produzem bens de consumo intermediários; e do Grupo III os que, majoritariamente, produzem bens de capital e de consumo duráveis.

As indústrias instaladas na Bahia seriam afetadas pelo dinamismo da indústria paulista, a partir da década de 1920, sobretudo quando esta passou a buscar, **por necessidade**, outros mercados regionais, para viabilizar seu crescimento. Enquanto a indústria instalada em São Paulo crescia, servindo como pólo de atração para a formação do capital industrial brasileiro, aumentando sua participação na produção nacional e conquistando o mercado nordestino e baiano, com preços menores e qualidade superior, a indústria baiana crescia muito pouco. A leitura da Tabela 3.01, mostra que os índices de crescimento da transformação industrial baiana, entre 1919 e 1949 estiveram abaixo dos da indústria nordestina, e muitíssimo mais baixos do que aqueles observados no estado de São Paulo ou no conjunto do país. E isto ocorreu, em que pese

as indústrias produtoras de bens intermediários (Grupo II)¹² e de bens de capital (Grupo III) da Bahia terem observado desempenhos ligeiramente superiores aos das pernambucanas. Aliás, o crescimento nestes Grupos ocorreu em razão dos investimentos que seriam realizados no final dos anos 40.

A participação da Bahia na produção industrial do país também se reduzia, entre 1907 e 1949 (ver Tabela 3.02). Os problemas que se abatiam sobre as economias do Nordeste parecem ter sido mais sentidos pelo conjunto da indústria instalada na Bahia. Além de ter taxas de crescimento relativamente menores, sua participação no Valor da Transformação Industrial do país, reduzir-se-ia de 3,4% para 1,5%, entre 1907 e 1949 (isto é, uma redução de 44% em relação à participação observada em 1907)¹³. Comparada esta trajetória com a das demais economias nordestinas, reforça-se a hipótese de que os efeitos da crise foram mais intensos na Bahia do que nos demais estados do Nordeste, a exemplo de Pernambuco. Este é o momento em que o capital instalado em São Paulo busca articular-se aos espaços regionais sob a lógica do capital comercial, penetrando os mercados do Nordeste e concorrendo diretamente com a indústria ali instalada.

¹² - Os grupos de gêneros industriais a que me refiro são os seguintes: **Grupo I** – composto por gêneros de indústrias que, majoritariamente, produzem bens de consumo não-duráveis; isto é, Mobiliário; Produtos Farmacêuticos e Veterinários; Perfumaria, Sabões e Velas; Têxtil; Vestuário, Calçados, etc; Produtos Alimentares; Bebidas; Fumo; Editorial e Gráfica; **Grupo II** - composto por gêneros de indústrias que, majoritariamente, produzem bens de consumo intermediários; isto é, Extrativa Mineral; Minerais não Metálicos; Metalúrgica; Madeira; Papel e Papelão; Borracha; Couros e Peles; Química e Produtos de Matéria Plástica; e **Grupo III** – composto por gêneros de indústrias que, majoritariamente produzem bens de consumo duráveis e de capital; isto é Mecânica, Material Elétrico; e Material de Transporte e Diversas.

¹³ - Aí residia o que os analistas da época denominavam de “o enigma baiano”: por que a economia baiana havia perdido, quase estancado seu crescimento industrial, no período 1920-1940, quando os indicadores do final do século XIX levavam à crer que a Bahia alcançaria posição de liderança industrial no país. O Economista Rômulo Almeida (*passim* ALMEIDA, 1977) afirmava que, naquele momento, a discrepância entre o desenvolvimento industrial paulista e baiano decorria do “(...) ritmo fraco de capitalização (aliado) à decadência política da Bahia na República (...). (Além do mais, grande parte da classe dominante baiana era desprovida de interesse, de) tirocínio industrial e, com isso, o espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se (...) enquanto a indústria evoluía noutras partes.”

Tabela 3.02

**Nordeste, Bahia, Pernambuco e Outros Estados Seleccionados: Participação
(%) no Valor da Produção Industrial Brasileiro (1907-1949)**

(Brasil = 100)

Nordeste e Estados Seleccionados	1907	1919	1939	1949
Bahia	3,40	2,80	1,40	1,50
BA/PE	45,95	41,18	29,17	37,50
BA/NE	20,36	17,39	13,46	16,13
BA/SP	21,38	8,89	3,08	3,22
Pernambuco	7,40	6,80	4,80	4,00
PE/NE	44,31	42,24	46,15	43,01
PE/SP	46,54	21,59	10,57	8,58
Demais s do Nordeste *	5,90	6,50	4,20	3,80
Total Região Nordeste	16,70	16,10	10,40	9,30
NE/SP	105,03	51,11	22,91	19,96
São Paulo	15,90	31,50	45,40	46,60
Rio de Janeiro	37,80	28,20	22,00	21,10
Minas Gerais	4,40	5,60	6,50	7,10

Fonte: IBGE, Censos Industriais do Brasil, [1907 a 1939, Apud CANO (1977:296)].

Observação: * Demais Estados = (MA + PI + CE + RN + PB + AL + SE).

Todavia há um ponto de inflexão dessa crise que ocorre ao final dos anos 40, quando alguns investimentos estatais do pós-guerra em infra-estrutura (estradas, energia, etc) promoveriam um início de recuperação que transformaria o perfil industrial do estado nas décadas seguintes, de produtor de bens de consumo final para de bens de consumo intermediário. Assim, enquanto as economias dos demais estados nordestinos continuavam a perder participação no produto nacional, e só voltariam a recuperá-la em meados dos anos 70, a economia baiana já ensaiava passos em níveis superiores àqueles observados no início da década. Neste aspecto, a comparação com os demais estados mostra maior crescimento na década de 40 do que os índices dos demais estados nordestinos (Tabela 3.01) e um relativo aumento da participação no VTI regional e nacional, acima da regional (ver última coluna da Tabela 3.02).

Tabela 3.03

**Bahia: Estrutura da Indústria de Transformação, de Acordo com o
Valor da Transformação Industrial. (1939 – 1949)**

Gênero Industrial	VTI (%)	
	1939 *	1949
Indústria Extrativa Mineral	3,28	3,86
Indústria de Transformação	96,72	96,14
Minerais não Metálicos	2,53	8,37
Metalmúrgica	2,62	1,89
Mecânica	-	0,14
Material Eléctrico	-	0,00
Material de Transporte	-	0,08
Madeira	2,54	1,87
Mobiliário	-	0,99
Papel e Papelão	x	0,38
Borracha	-	0,25
Couro e Peles	7,30	4,63
Química *	1,50	1,35
Prod. Farmacéuticos e Veter.	-	0,81
Perfumaria, Sabões e Velas	-	1,57
Produtos de Mat. Plástica	-	-
Têxtil	18,51	15,81
Vestuário, Calçados, etc	2,90	2,60
Produtos Alimentares	36,30	38,73
Bebidas	19,07	5,11
Fumo	-	6,65
Editorial e Gráficas	3,96	4,80
Diversas	0,09	0,12
Grupo I **	80,73	77,07
Grupo II **	19,17	22,59
Grupo III **	0,09	0,34
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos Industriais.

Observações: - As somas das colunas de VTI podem não resultar 100, devido ao sigilo industrial, quando há menos de 3 estabelecimentos ou risco de identificação dos informantes.

* A classificação dos gêneros industriais no ano de 1939 não corresponde à dos anos seguintes. O gênero Química, p.ex., na publicação do Censo está agregado ao de Farmacêutica. Isto implica sub ou superdimensionamento dos Grupos I, II ou III.

** Ver observação à Tabela 3.01 e nota de rodapé na mesma página.

Até o final dos anos 40 a indústria baiana era composta majoritariamente por segmentos produtores de bens de consumo final, ditos “tradicionais”. A indústria de produtos alimentares era a mais importante, tanto em número de estabelecimentos quanto em termos do VTI. As indústrias do Grupo I (Vide Tabela 3.03) eram responsáveis por mais de dois terços do VTI,

enquanto o Grupo das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis era inexpressivo. As indústrias voltadas para a produção de bens intermediários (Grupo II) totalizavam apenas 19% e 22,6% do VTI, respectivamente em 1939 e 1949. Neste grupo, a indústria química, que viria se tornar o “carro chefe” da economia nos anos 80, era ainda inexpressiva, enquanto a transformação de minerais não-metálicos já se constituía, em 1949, no terceiro segmento industrial do estado.

As decisões políticas do imediato pós-Guerra, tomadas nos âmbitos estadual e federal, repercutiriam a partir de meados dos anos 50, quando a indústria química passaria a ter participação expressiva e o complexo metal-mecânico, cresceria sob uma definição tecnológica diferente, respondendo principalmente aos requisitos técnicos da atividade petrolífera.

O novo padrão de **articulação comercial**, comandado pelo capital de São Paulo e região Sudeste, imprimia modificações na divisão inter-regional do trabalho. Como resultado da prolongada crise, desde os anos 20 aumentavam os contingentes de emigrantes que se dirigiam à São Paulo. Aumentavam, também, os fluxos emigratórios do interior do estado, em direção a Salvador, concentrando pobreza e exclusão social em espaço delimitado, já marcado pelo domínio de antigos senhores de engenho, coronéis e oligarcas. Por isso mesmo e por estar perdendo sua hegemonia econômica e ver reduzido seu poder político em nível nacional, esta classe dominante ia de encontro ao “capital sanguessuga”¹⁴ do Centro-Sul ou denunciava a incapacidade do governo central, aumentando suas lamúrias “em defesa dos pobres e oprimidos” nordestinos e baianos, como que para encobrir quaisquer referências aos antagonismos regionais de classe, num local onde o capitalismo mostrava seu caráter acentuadamente tardio.

¹⁴ - A classe dominante nordestina difundia (e até hoje alguns de seus representantes sustentam) a idéia de que o desenvolvimento paulista acontecia à custa do resto do país. CANO (1985:32-44) encarregou-se de desmistificar os argumentos que sustentavam a existência de um suposto “imperialismo paulista” que explorava a periferia brasileira. Não cabe aqui repetir toda contra-argumentação, apenas chamar a atenção para a seguinte passagem: “(...) o verdadeiro problema do chamado “imperialismo interno” é o da concentração automática de capital, através da concorrência capitalista que se processa *em forma livre*, num espaço econômico nacional internalizado, onde os interesses privados de maior porte não são efetivamente regionais. Há, em síntese, a concentração em um Centro Dominante, que imprime os rumos decisivos do processo de acumulação de capital à escala nacional.” (CANO, 1985:33, *itálicos* no original, grifos meus)

O processo de **articulação comercial** significava não só a penetração do capital “paulista” nas demais regiões do país mas, também, intensificação das relações intra-regionais. Pelo menos é o que se observava durante a década de 40 no Nordeste brasileiro, quando o comércio intra-regional chegou a alcançar mais de 96% das exportações interestaduais. Naquele momento, a Bahia era o estado nordestino de ligação comercial relativamente mais forte com os mercados extra-regionais, particularmente com o do Sudeste do país.

A Bahia destinava, em 1943, apenas 69% de sua produção ao mercado regional, exportando para o Sudeste 29%. Nos anos 60, após o *boom* de investimentos da industrialização pesada, ampliou-se o processo de integração inter-regional e aumentaram os fluxos entre o Nordeste e o Sudeste. Neste contexto, a Bahia novamente se destacava porque sua produção passava a ter parcela considerável destinada à região Sudeste, também em percentuais superiores aos dos demais estados nordestinos. Aumentavam os laços de solidariedade com o Sudeste e reduzia-se a participação estadual no comércio intra-regional (ver Tabela 3.04).

Tabela 3.04

**Nordeste, Bahia e Pernambuco: Participações no Comércio Interestadual
por Vias Internas. (1943, 1947, 1961 e 1969)**

- Em %						
Ano e Procedência	Regiões de Destino					
	N	NE	SE	S	CO	Total
1943						
Nordeste	0,53	95,27	4,03	0,08	0,09	100,00
Bahia	0,79	69,25	29,01	0,32	0,63	100,00
Pernambuco	0,03	98,25	1,68	0,00	0,05	100,00
1947						
Nordeste	0,33	96,41	2,70	0,45	0,11	100,00
Bahia	0,20	85,90	12,43	0,00	1,48	100,00
Pernambuco	0,00	99,39	0,54	0,03	0,04	100,00
1961						
Nordeste	1,51	66,27	29,24	2,65	0,33	100,00
Bahia	0,37	38,09	52,92	8,33	0,30	100,00
Pernambuco	1,53	77,94	18,33	1,82	0,38	100,00
1969						
Nordeste	4,90	63,59	28,00	2,87	0,65	100,00
Bahia	2,05	53,14	39,86	4,67	0,27	100,00
Pernambuco	5,47	79,15	13,63	1,24	0,51	100,00

Fonte: IBGE (*Apud* GALVÃO, 1984, Tabelas 5.1 e 5.4).

A economia baiana, enfim, experimentaria um período de lenta e gradativa recuperação, entre fins dos anos 40 e 60, proporcionada pelas transformações estruturais implementadas, principalmente no seu setor industrial e particularmente no segmento de bens intermediários. O marco inicial dessas mudanças foi a descoberta de reservas petrolíferas em algumas áreas do Recôncavo e a decisão governamental de iniciar as atividades de prospecção e refino já na década de 50, como será visto na seção seguinte.

2. A Integração da Bahia ao Circuito do Capital Produtivo Nacional

Existem alguns marcos que a análise da industrialização baiana convencionou apresentar como fundamentais para a recuperação e reestruturação industrial do pós-guerra. O ponto de partida da industrialização recente é o processo que culminou com a instalação da refinaria Landulpho Alves. A instalação das unidades de extração e refinaria da PETROBRAS, direta e indiretamente, trouxe impactos na produção industrial do estado, não só porque a Bahia passou a ser responsável pelo atendimento de quase 25% das necessidades nacionais de petróleo, mas também pelo volume dos investimentos, pela produção industrial a montante e a jusante desta atividade, pelos *royalties* e impostos gerados, que alavancaram as finanças do estado, pelos gastos em P&D e modificações suscitadas no sistema de ensino técnico e geral, além dos salários pagos aos seus trabalhadores¹⁵. A presença da PETROBRAS induziria uma série de atividades tanto nos segmentos industriais da química, da metal-mecânica, e, mais tarde, na moderna petroquímica, quanto nas atividades do comércio e de serviços.

¹⁵ - Os salários pagos pela PETROBRAS proporcionaram desde então a formação de um segmento da classe trabalhadora que pode, de um lado, ter condições de se organizar e influenciar na organização das demais classes de trabalhadores. Foram vários os exemplos de sindicalistas e políticos comprometidos com as causas populares que surgiram da organização dos petroleiros. Por outro, criou uma espécie de “aristocracia operária” – isto é trabalhadores que assumem uma ideologia conservadora – talvez por causa dos benefícios especiais de previdência, assistência médica, caixa de financiamentos, etc, que a diferenciava dos demais trabalhadores. Em alguns casos, a diferenciação de salários possibilitaria processos de acumulação primária que levaram alguns dos seus membros a ascender socialmente ou politicamente, assumindo o discurso das classes dominantes.

Um segundo marco foi a conclusão da rodovia Rio-Bahia (BR-116) em 1949. Ainda que tenha sido asfaltada somente em 1962/63, intensificaria os fluxos comerciais entre o Sudeste e o Nordeste, principalmente com a Bahia. Sua abertura inicialmente facilitaria o ingresso de mercadorias produzidas no Sudeste nos mercados baiano e nordestino. Entre as regiões Sudeste e Nordeste, interligadas por essa rodovia, as cidades de Feira de Santana e Salvador viam acentuados seus papéis de centros distributivos¹⁶. Outro marco contribuinte, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (1952) impulsionaria o crédito para as atividades industriais mas, também, para os novos investimentos agropecuários. A inauguração da primeira etapa (em 1955, com capacidade de 180 mil KW) e da segunda (em 1961, com capacidade de 480 mil KW) da usina de Paulo Afonso, aumentaria a oferta de energia elétrica, reduzindo custos industriais para novos projetos intensivos no uso deste insumo. Mais tarde, com a institucionalização da SUDENE, e o conjunto de incentivos fiscais e creditícios, aliados a políticas estaduais e federais específicas, estariam preparadas as bases para o crescimento industrial. Alterar-se-iam, portanto, os parâmetros de acumulação da economia baiana.

Paralelamente ao sucateamento gradual da indústria de produtos alimentícios, fumageiro e têxtil, e ao fechamento ou incorporação de bancos e casas comerciais importantes, observava-se outro movimento de expansão dos segmentos de bens intermediários (extração mineral, química, metalurgia, siderurgia) e material de transportes, induzidos por uma arrojada política de inversão na prospecção, extração e refino de petróleo.

A diversificação industrial que ocorreu a partir dos anos 50 respondia não só ao processo de **articulação comercial** mas principalmente ao processo de **integração produtiva** com o centro dinâmico da economia brasileira: precocemente (relativamente ao restante do Nordeste), a Bahia seria encarregada de suprir a demanda de empresas situadas na região Sudeste com matérias-primas e bens intermediários. Ao mesmo tempo, os segmentos de beneficiamento de produtos agrícolas, como o algodão, o fumo e o próprio açúcar, tradicionalmente voltados para o

¹⁶ Para o município de Feira de Santana, que ficaria como entroncamento destas e outras rotas, tanto com destino ao Nordeste quanto à Salvador, este também seria um marco fundamental, transformando-a em entroncamento nacional (e não mais regional), um importante centro de serviços de apoio aos transportes de carga e de passageiros. Voltarei à análise específica dos impactos sobre esse município nos capítulos IV e V.

mercado externo, continuavam sofrendo os efeitos do acirramento da concorrência, com relativamente baixos índices de produtividade e relações de produção pré-capitalistas, “arcaicas”. A produção do cacau era a principal exceção à regra, já que os países concorrentes não conseguiam obter maior produtividade e melhor qualidade do que a da Bahia.

Já as atividades têxtil, de vestuário, calçados, papel e papelão sofreriam os impactos negativos da concorrência de produtos oriundos do Sudeste que, além de suprirem seus próprios mercados, chegariam à Bahia e ao Nordeste com preços mais baixos e qualidade superior.

2.1. A Burguesia, Os Tecnocratas e o Planejamento na Bahia

Apesar do volume considerável de capitais estatal e privado extra-regional que ingressaram na economia baiana, seja como resultado de estratégias privadas ou de políticas compensatórias do Estado nacional, visando reduzir os efeitos da **concentração industrial** em São Paulo, não se pode dizer, contudo, que o novo processo de industrialização tenha ocorrido exclusivamente “de fora para dentro”. Havia uma classe dominante e burguesa formada desde o tempo colonial, sob a liderança da sua facção financeira. Desde o imediato pós-guerra, o capital financeiro baiano já articulava a instalação das atividades de exploração e refino de petróleo, as indústrias de transformação e a petroquímica, que formariam a base do processo de industrialização recente, defendendo a implementação de um projeto de desenvolvimento regional.

Mas a burguesia baiana não estava isolada na defesa de seus projetos. Havia um número significativo de homens públicos e tecnocratas, de convicções teóricas e políticas relacionadas ao planejamento e a intervenção estatal, com projetos e programas que visaram institucionalizar o sistema de planejamento estadual. Na metade dos anos 50, formava-se a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), pelo governo do estado da Bahia, alinhando os interesses da burguesia local aos da burguesia centrada na região Sudeste, sob a “euforia” do projeto nacional-

desenvolvimentista.¹⁷ Sob a coordenação do economista Rômulo Almeida¹⁸, criador da CPE e secretário da Fazenda do Estado, estabelecia-se no segundo lustro dos anos 50 o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) que, ao contrário do GTDN (que propunha um modelo de desenvolvimento autônomo para o Nordeste, baseado na pequena e média empresa voltada para o mercado local) defendia um modelo de desenvolvimento integrado às correntes de desenvolvimento do Centro-Sul, baseado em grandes investimentos (privados ou públicos), com o aproveitamento das potencialidades estaduais para a transformação de bens intermediários.

A visão integradora do PLANDEB e os estudos e projetos elaborados no âmbito da CPE resultaram, direta ou indiretamente, no surgimento de diversas instituições e planos que lograram transformar e acelerar a industrialização baiana nas décadas seguintes. A transferência para o âmbito estadual, da proposta desenvolvimentista do BNDE, mediante a modernização da burocracia estadual e a criação de um sistema estadual de planejamento, desde 1955, foi fundamental para que diversos programas e projetos obtivessem o apoio da iniciativa privada local e extra-regional e instituições do poder executivo no âmbito federal¹⁹.

¹⁷ - “(...) o discurso desenvolvimentista teve impactos muito fortes na condução da política industrial na Bahia – assim como no resto do Brasil. Em (...) nível do governo estadual foram criados diversos mecanismos de fomento à industrialização local, geridos por agências governamentais tais como a CPE e o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia, criados na década de 50. Em 1961 criou-se o Conselho de Desenvolvimento Industrial, reunindo representantes de várias secretarias de estado e meio empresarial, para gerenciar a política de incentivos e apoio à indústria. As estratégias de ação destes órgãos foram fortemente condicionadas, num primeiro momento, pela presença da PETROBRAS como fonte de geração de oportunidades de industrialização complementar.” (SILVEIRA, 1992:6)

¹⁸ - A história de Rômulo Almeida se confunde com a do processo de industrialização recente. Sua visão estratégica, contribuiu fortemente para a criação da CAPES, do BNB, PETROBRAS, ELETROBRAS, ISEB, entre outras instituições. Costuma-se dizer que Rômulo Almeida era um laboratório de idéias, que frutificaram além de seu tempo, tanto no período em que participou do Governo Vargas, quanto pela sua passagem como secretário no governo baiano. Marcou com palavras e atos as transformações econômicas que ocorreram na Bahia, a partir dos anos 50. “Rômulo foi um homem acima de seu tempo e além de seu tempo.” [(Prefácio de Victor Gradin, in: ALMEIDA, Aristeu (1997:5)]

¹⁹ - Não foi sem razão, portanto, que o PLANDEB e as “Pastas Cor de Rosa” que o originaram, constituíram-se na fonte inspiradora para a criação do Centro Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico de Camaçari, mas também de uma série de empresas públicas, banco de desenvolvimento e instituições voltadas para a criação e melhoria da infra-estrutura e ao fomento industrial e produtivo na Bahia.

A criação da SUDENE, em 1959, viria coroar os esforços das burguesias nordestinas e dos tecnocratas na implementação desse projeto desenvolvimentista sem, contudo, retirar o poder das oligarquias rurais e dos grandes proprietários da região. Esta “vitória” da burguesia, contudo, não seria obtida com facilidade ou sem resistência da própria classe política “defensora dos nordestinos” – na verdade defensora dos interesses arraigados na concentração fundiária e da renda, como analisa CARVALHO (1986), em sua tese sobre o discurso e a prática do planejamento regional na região. A política de incentivos fiscais e creditícios posta em prática a partir da ação da SUDENE resultaria em nova onda de empreendimentos industriais.

Aliás, o incentivo à expansão industrial fez surgir diversas formas de articulação de grupos econômicos

“(…) e de suporte para o desenvolvimento de estratégias de expansão de empreendimentos, que variavam desde a consolidação de conglomerados já existentes, nacionalmente, à formação de novos e a consolidação, também, da especialização de grupos voltados para uma única atividade. Além disso, foram igualmente criadas condições para que frações de capitais, anteriormente voltadas para atividades comerciais, financeiras, construção civil ou outras, voltassem seus interesses para a produção industrial, iniciando a criação de grupos econômicos com diversificadas atividades. Seguramente os incentivos e as condições favoráveis criadas sobretudo nas duas primeiras décadas de vigência dessa experiência estimularam os investidores a correr o risco que em outras situações não teriam ousado fazer-lo.” (GUIMARÃES NETO e GALINDO, 1992:97-8)

O momento político e econômico (e porque não dizer, o ambiente acadêmico também) era propício ao planejamento estratégico e ao investimento produtivo do Estado. A **industrialização pesada** exigia do Estado grandes investimentos em infra-estrutura, já que a iniciativa privada ou detinha poucos recursos ou não estava interessada em projetos de longa maturação. A noção de pólos de crescimento de Perroux orientava a tecnocracia baiana, que propunha criação de empresas de capital misto e formulava programas de desenvolvimento para regiões específicas no estado da Bahia, na esperança de que “indústrias motrizes”, proporcionassem reações em “indústrias movidas” trazendo, consequentemente, desenvolvimento às sub-regiões de influência imediata dos distritos industriais. A política industrial do governo baiano a partir da primeira metade dos anos 60 e, depois, sob a influência decisiva da SUDENE, passou a apregoar os benefícios da formação de distritos industriais (aliás, “pólos de

crescimento”). Na impossibilidade de serem criadas economias de aglomeração somente a partir dos investimentos privados, o governo passou a oferecer infra-estrutura para estimular a aglomeração industrial em determinados espaços do estado.

A indústria metal-mecânica surgiria para dar suporte à produção petrolífera, a partir da Região Metropolitana de Salvador (RMS), introduzindo gradativamente componentes tecnológicos complexos e relativamente avançados. Sob a orientação da SUDENE e de outros órgãos federais, seriam criados vários distritos industriais pelo interior do estado²⁰, alguns dos quais permaneceriam desprovidos de infra-estrutura adequada e desarticulados com as atividades locais, condenados à estagnação. Em 1966/67, entraria em funcionamento o Centro Industrial de Aratu (CIA), no município de Simões Filho, na RMS, com um importante complexo siderúrgico. Na segunda metade dos anos 70, seria criado o complexo industrial petroquímico (COPEC) no município de Camaçari, também na RMS.

A conjugação das ações dos governos estadual e nacional, através de suas respectivas agências de planejamento e desenvolvimento, atraiu novas empresas para a Bahia, com o Estado, local e nacional, assumindo custos de infra-estrutura, além de apoio financeiro e creditício, redução de impostos ou renúncia fiscal temporária, sem contar com o ônus da realização de estudos prévios e realização de pesquisas. O governo federal oferecia financiamentos e incentivos fiscais. O governo estadual contribuía não só com redução ou isenção de ICM, mas também com a implantação da infra estrutura de energia elétrica, tratamento de resíduos, vias de transporte e a construção do Porto de Aratu.

A política industrial dos anos 60 e 70, ao tentar reduzir os desequilíbrios regionais do país, resultava por concentrar investimentos industriais na periferia imediata de Salvador, em duas importantes áreas: Aratu e Camaçari. Um outro espaço, próximo à capital, que viria

²⁰ - O Centro Industrial do Subaé (CIS), que fora criado por iniciativa do governo municipal de Feira de Santana e seria mais tarde administrado pelo governo estadual, cresceria sem especialização definida, porém com grande número de indústrias voltadas para a produção de bens de consumo final e importantes unidades do setor metal-mecânico. Constituiu-se na principal área industrial fora do eixo da RMS. Os demais distritos foram: o Centro Industrial de Itabuna; o Distrito Industrial de Ilhéus; o Distrito Industrial de São Francisco; o Distrito Industrial de Imborés; o Distrito Industrial de Itabela; o Distrito Industrial de Jequié; e o Distrito Industrial de Sauípe.

receber aportes significativos de capitais seria o município de Feira de Santana, onde foi instalado um centro industrial. Estas mudanças colocariam Salvador e, mesmo de forma mais modesta, Feira de Santana nas rotas do circuito de capitais de origem nacional e multinacional.

A localização dos novos investimentos industriais do Nordeste encontrava-se focalizada nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza. Era desigual o peso relativo de cada uma dessas localizações, seja em termos do volume de investimentos, seja em termos dos tipos de atividades que se deslocaram preferencialmente para cada estado. As empresas de grande porte viabilizaram a **integração produtiva** dessa periferia capitalista brasileira, revelando um processo de “**desconcentração concentrada**”, seletivo espacial e setorialmente, na medida em que seriam poucos os espaços “beneficiados” pelos novos investimentos e foram poucas as atividades em que se concentraram (GUIMARÃES NETO, 1993:352).

2.2. Desconcentração Concentrada: Seletividade Setorial e Concentração Espacial

Juntos, os estados do Ceará (12%), Pernambuco (21.1%) e Bahia (30.7%), receberam cerca de 63,8% dos recursos liberados para a indústria pelo sistema 34/18 e FINOR durante o período 1963-1985 (SUDENE/BNB, 1986:27)²¹. Já os recursos oriundos do sistema BNDE e os investimentos aprovados pelo CDI, apesar de se referirem majoritariamente à região Sudeste, teriam na Bahia um ponto privilegiado no Nordeste. Como demonstraram JATOBÁ e REDWOOD III (1984:74 e seguintes), a Bahia seria a maior beneficiária dos recursos destinados ao Nordeste (chegando a receber 100% em alguns anos), aprovados em moedas nacional e estrangeira liberados pelo BNDE e dos investimentos fixos aprovados pelo CDI, durante os anos 70. Neste contexto, tanto a Concentração espacial quanto a especialização setorial fizeram do Estado da Bahia o **espaço privilegiado dessa integração produtiva**, o mais importante eixo desse crescimento.

²¹ - Já para a agropecuária, o sistema 34/18 e FINOR liberaria relativamente menos recursos para o conjunto dos três estados. A Bahia ficaria com a maior parte dos recursos liberados entre 1963 e 1985 – 20,5%. Pernambuco (que receberia 9,9%) seria superado pelos estados do Maranhão (17%), Ceará (14,1%) e Piauí (11,7%). Para maiores detalhes, ver SUDENE/BNB (1986:127-130)

“Do surto verificado na segunda metade dos anos 60, momento mais significativo dos efeitos do 34/18, a Bahia reteve “quase a metade” das inversões (mais exatamente 41%), seguida muito longe por Pernambuco, que absorveu apenas 22% dos investimentos. De igual modo, a Bahia atraiu majoritariamente os capitais dirigidos a três dos quatro segmentos industriais mais significativos - químico, metalúrgico e mecânico -, enquanto Pernambuco atraiu predominantemente apenas as inversões no ramo têxtil.” (GUIMARÃES e CASTRO, 1990:151-2)

Com tantas facilidades, os capitais extra-regionais ingressavam sozinhos, em associação com capitais estatais ou capitais locais, incorporando ou implementando novas unidades produtivas, todavia, mantendo o centro de decisão empresarial localizado na região e estado mais desenvolvido do país. Muitas das obras de infra-estrutura obedeciam, contudo à lógica nacional de investimentos públicos.

Do ponto de vista microeconômico, a decisão locacional pela RMS foi influenciada tanto pela existência do sistema 34/18-FINOR, que funcionava como um reforço para a acumulação, quanto pela existência de matérias-primas (nos anos 60, a Bahia era o maior produtor de petróleo do país), pela proximidade do mercado consumidor de derivados de petróleo (o Sudeste) e pela pré-existência de distritos industriais, instalados por iniciativa do Estado local. Importante, também, foram as articulações das forças políticas locais, para atração de investimentos estatais, que funcionavam como sustentáculo às iniciativas empresariais.

Já nos anos 70, a elaboração do II PND consolidaria as bases para a fundação do Complexo Petroquímico de Camaçari. O planejamento do COPEC surgia como resultado da convergência de interesses entre o Estado e o setor privado (empresas transnacionais e nacionais), cujo objetivo final seria eliminar os entraves no fornecimento de produtos petroquímicos básicos e intermediários para as indústrias de transformação do país. Construiu-se a **fórmula tripartite**, tendo o Estado nacional como principal investidor direto. Os grupos estrangeiros teriam participação fundamental no aporte de 1/3 do capital das novas empresas, assim como na difusão tecnológica, enquanto ao Estado caberia o controle direto do processo, através da PETROQUISA e de subsidiárias. Ao mesmo tempo, o Estado oferecia uma gama de instrumentos para viabilizar o investimento privado nacional e estrangeiro, através de redução de impostos de importação de equipamentos e de IPI, isenção de Imposto de Renda, redução de ICM, empréstimos sob

condições privilegiadas no BNDE, além dos já conhecidos incentivos do sistema 34/18 e do FINOR, administrados pela SUDENE²².

Surgido num momento de graves limitações energéticas no âmbito mundial e nacional, o COPEC contribuiria para modificar as características do modelo industrial baiano no que se refere a energia. Formar-se-ia um núcleo de indústrias de alta tecnologia em torno da disponibilidade de gás e nafta. Com este aporte energético e com o crescimento da oferta de energia hidroelétrica, produzida pela usina de Paulo Afonso, aumentariam as possibilidades de crescimento da atividade industrial em todo o estado – o que, todavia, não seria aproveitado na intensidade e qualidade necessárias ao desenvolvimento interiorizado, restringindo-se o processo ao espaço da RMS e, em menor escala, ao município de Feira de Santana.

Apesar da importância estratégica, do aporte de capitais e dos impactos positivos por ela criados, a petroquímica traria efeitos diretos desproporcionalmente menores à cadeia produtiva baiana, por tratar-se de atividade com fortes ligações extra-regionais, não só do ponto de vista da propriedade do capital, como também da elevada relação capital/trabalho, **do limitado espectro de seus insumos e destinação de seus produtos**. As principais estratégias de expansão e diversificação dos grupos empresariais instalados no COPEC são formuladas fora da Bahia ou mesmo do Brasil – o que denota um certo descompromisso com a internalização dos resultados econômicos no âmbito local em momentos de crise e fraca regulamentação. Os principais desdobramentos da indústria petroquímica baiana foram mais indiretos. Houve um efetivo incremento na arrecadação de impostos indiretos²³, que possibilitou ao estado ampliar ou colocar em prática outros projetos voltados para os setores produtivos. Por outro lado, via demanda, os salários e o novo perfil profissional dos trabalhadores do Pólo induziriam mudanças nos serviços pessoais e no comércio de Salvador; aumentaria a demanda por serviços de transporte para

²² - Sobre o processo de constituição da petroquímica brasileira, e do COPEC em particular, ver SUAREZ (1986) e GUERRA (1991). Ver, também, DAIN, Sulamis (1986). *Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo*. Campinas, IE/UNICAMP. Tese de Doutorado.

²³ - Entre 1975 e 1985 a participação do ICM industrial no total arrecadado cresceu de pouco mais de 30% para quase 56%. A petroquímica teve uma participação média de 64% da arrecadação industrial (GUERRA e GONZALEZ, 1990:41).

deslocamentos entre Salvador e Camaçari; e, finalmente, haveria impacto sobre a construção civil.

No período 1959-1970, a produção industrial baiana quase duplicou, mantendo desempenho geral superior aos demais estados nordestinos. Contudo, a indústria paulista crescia em ritmo mais acelerado: ao final do período havia mais do que duplicado seu VTI (vide Tabela 3.05, adiante). Naquele momento, os altos índices de crescimento da indústria nordestina, principalmente no que se refere às indústrias dos Grupos II e III, seriam insuficientes para aumentar a participação da região no produto total do país, isto porque, para além do processo de **concentração industrial** no Sudeste, a região partia de uma base de produção industrial bastante restrita.

Tabela 3.05

**Bahia, Outros Estados do Nordeste, São Paulo e Brasil: Índices do Valor da
Transformação Industrial. 1959-1970**

(1939 = 100)

Grupos de Indústrias Anos	BA	PE	MA + PI	Demais do NE	NE	SP	Brasil
Grupo I **							
1959	328	203	444	266	246	448	346
1970	571	296	389	458	391	951	673
Grupo II **							
1959	2.178	689	810	746	1.012	966	759
1970	4.252	1.665	1.810	1.284	2.052	2.099	1.611
Grupo III **							
1959	2.509	1.237	247	579	1.044	1.489	1.315
1970	12.832	17.095	382	2.607	7.504	4.017	3.847
Total da Indústria							
1959	633	244	492	319	329	705	517
1970	1.239	439	768	557	592	1.608	1.125

Fonte: IBGE, Censos Industriais (*Apud* CANO, 1983, Tab. 30).

Observações: * Demais Estados do Nordeste = CE+RN+PB+AL+SE;

** Vide observação à Tabela 3.01 e nota de rodapé na mesma página.

A **integração produtiva** dos estados e regiões periféricas não alterou significativamente o padrão de concentração regional no país. Ao mesmo tempo, manteve-se a divisão regional do trabalho. A região Sudeste continuou mantendo sua característica de fornecedora de capital e a Nordeste, de mão-de-obra, de matéria-prima e, agora, de insumos industrializados. Assim, a

recente industrialização nordestina caracterizar-se-ia pela produção especializada e segmentada, principalmente de insumos intermediários, comandada pela indústria instalada no sudeste brasileiro, com os segmentos mais dinâmicos e as sedes das grandes empresas instalados em São Paulo.

O processo de **desconcentração econômica** seria inicialmente induzido pelo sistema de incentivos denominado 34/18²⁴ que, através da SUDENE, suscitaria muitos projetos de desenvolvimento industrial para a região Nordeste. Os aperfeiçoamentos posteriores visavam ampliar o leque de atividades incentivadas, dentro de uma política explícita de redução das desigualdades regionais, seja via PIN/PROTERRA, seja pelo sistema FINOR ou fundos setoriais (FISSET)²⁵. O contínuo aperfeiçoamento de tais instrumentos e a política deliberada do Estado nacional, principalmente através de suas empresas estatais, contribuíram para a instalação de grandes projetos de infra-estrutura industrial e de grandes plantas produtivas, que se concentraram em poucos espaços metropolitanos do Nordeste.

Ao longo do período 1963-1984, o sistema 34/18 e FINOR priorizaria o incentivo à indústria de transformação. Em média, a indústria recebeu 75% dos recursos, ficando a agropecuária com 19% e as demais atividades (turismo, serviços de telecomunicações, pesca e indústria extrativa mineral) com os restantes 6%. E esta prioridade é notada principalmente nos períodos 1964-68 e 1973-80, momentos em que o Estado nacional resolveu descentralizar seus investimentos ou exercer sua política de desenvolvimento regional, dentro do modelo de substituição de importações e complementação da matriz energética brasileira.

A indústria paulista continuava a crescer mais do que o restante da economia nacional. Desta forma, mesmo crescendo, tanto a indústria nordestina quanto a baiana não veriam

²⁴ - Combinação dos Artigos 34 e 18, respectivamente das Leis 3.995 (14/12/61) e 4.239 (17/07/63).

²⁵ - Em 1970, foi instituído o Programa de Integração Nacional (PIN) e em 1971 o Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), visando atrair investimentos para outras atividades. Em 1974 foram criados os Fundo FINOR e FISSET, visando dar mais liberdade à SUDENE, que passaria a determinar a alocação dos recursos de cada projeto. O FINOR passaria por uma reformulação em 1991 (Lei 8.167, de 16 de janeiro), porém numa conjuntura pouco favorável aos investimentos de longo prazo.

aumentadas suas respectivas participações no VTI nacional. E a **concentração industrial** em São Paulo alcançaria seu ponto máximo no início dos anos 70, quando os investimentos dos anos 60 começavam a amadurecer e, principalmente, o Estado nacional passava a reconhecer a necessidade de resolver os problemas das desigualdades regionais, via II PND.

O início dos anos 70 marcaria o esvaziamento do sistema 34/18 enquanto atração de um largo espectro industrial. A política industrial nacional reforçava a necessidade de se focalizar setores e viabilizar grandes empresas, de capital monopolista, com financiamentos voltados para a produção de insumos básicos vinculados à oferta regional de recursos.

“Delineava-se, no âmbito da política governamental de planejamento e indução de investimentos, aquela que foi a terceira onda de crescimento industrial da região: a constituição de uma forte indústria básica, cuja espinha dorsal centrou-se na implantação do chamado “eixo químico” do Nordeste. (...) Mais uma vez a Bahia destacou-se pela centralidade do papel desempenhado nesse processo; nele se constituiu o parque petroquímico local, organizado num complexo industrial de grande porte e baseado num modelo tripartite de aliança entre capital privado, capital multinacional e Estado.” (GUIMARÃES e CASTRO, 1990:157-8, grifos meus)

Vale ressaltar, no entanto, que a trajetória da indústria baiana diferenciava-se da dos demais estados nordestinos e, particularmente da pernambucana (vide Tabela 3.06). A participação da Bahia no VTI nacional havia crescido nos anos 50, no primeiro surto de industrialização do pós-guerra, ao tempo em que, devido ao baixo dinamismo da indústria nordestina e ao crescimento da indústria paulista, os demais estados da região reduziram suas participações. Comparativamente aos demais estados do Nordeste, a participação baiana no VTI regional e nacional aumentava, enquanto a pernambucana permanecia decrescente. Até 1980, a Bahia superaria a produção industrial de Pernambuco, antes hegemônica na região, passando a ter a maior participação nordestina na indústria nacional, 1,75 vezes maior do que a pernambucana e 1,35 vezes maior do que a dos demais estados, com 43% da produção regional e 3,5% da nacional. Vale dizer que, enquanto os investimentos alocados à indústria baiana e cearense conseguiram, cada qual à sua época, aumentar a participação destes estados, o mesmo não ocorreu com Pernambuco. A liberação concentrada dos incentivos do sistema 34/18 e FINOR, para estes três estados nordestinos não logrou alavancar o dinamismo da indústria pernambucana

que viu sua participação sendo reduzida continuamente. Esta participação, aliás, reflete não só o resultado de diferentes estruturas industriais, mas também o caráter seletivo com que foram distribuídos setorialmente os recursos.

Tabela 3.06

Nordeste, Bahia, Pernambuco, e Outros Estados Seleccionados: Participação no Valor da Produção Industrial Brasileiro. (1949-1980)

(Brasil = 100%)

Nordeste e Estados Seleccionados	1949	1959	1970	1975	1980
Bahia	1,5%	2,4%	1,5%	2,1%	3,5%
BA/PE	0,38	0,92	0,68	0,95	1,75
BA/NE	0,16	0,31	0,26	0,32	0,43
BA / (Demais Estados do NE - PE)	0,39	0,89	0,75	0,91	1,35
BA/SP	0,03	0,04	0,03	0,04	0,07
BA/RJ	0,07	0,14	0,10	0,33	0,45
BA/MG	0,21	0,39	0,23	0,16	0,33
Pernambuco	4,0%	2,6%	2,2%	2,2%	2,0%
PE/NE	0,43	0,34	0,39	0,33	0,25
PE / (Demais Estados do NE - BA)	1,05	0,96	1,10	0,96	0,77
PE/SP	0,09	0,05	0,00	0,00	0,00
Demais Estados do NE *	3,8%	2,7%	2,0%	2,3%	2,6%
Total Região Nordeste	9,3%	7,7%	5,7%	6,6%	8,1%
NE/SP	0,20	0,14	0,10	0,12	0,15
São Paulo	46,6%	54,5%	58,1%	55,9%	53,4%
Rio de Janeiro	21,1%	17,3%	15,7%	6,3%	7,7%
Minas Gerais	7,1%	6,1%	6,5%	13,5%	10,6%

Fonte: IBGE, Censos Industriais do Brasil (Apud DINIZ, 1991, Tabelas 2.1 e 2.2).
Observação: * Demais Estados = (MA + PI + CE + RN + PB + AL + SE).

A Região Metropolitana de Recife, que dispunha de uma matriz industrial mais diversificada do que as de Salvador e Fortaleza, estava fortemente baseada em setores considerados “tradicionais”²⁶. Ao longo dos anos 70, os novos investimentos da indústria

²⁶ - Em geral, a literatura (ver, por exemplo, SUDENE/BNB, 1986) tem considerado como “tradicionais”, os seguintes gêneros de indústrias: Produtos Alimentares: Bebidas; Fumo; Couros e Peles e Produtos Similares: Têxtil; Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos; Madeira; Mobiliário; Editorial e Gráfica; e Diversas. Os considerados “dinâmicos” são os seguintes: Minerais não-metálicos; Metalúrgica; Mecânica; Material Elétrico e de Comunicações; Material de Transporte; Papel e Papelão; Borracha; Química; Produtos Farmacêuticos e Veterinários; Perfumaria, Sabões e Velas; e Produtos de Matéria Plástica. Esta classificação baseia-se em supostos diferenciais de tecnologia e de taxas de crescimento. Obviamente, tanto esta quanto a classificação que utilizo, de Grupos I, II e III, são limitadas para explicitar os determinantes tecnológicos e econômicos mais ou

incentivada ocorreriam majoritariamente nos setores “dinâmicos” mas, ao contrário do que ocorreria com estados como a Bahia (petroquímica), Alagoas e Sergipe (cloroquímica), por exemplo, a indústria pernambucana ficaria fora das prioridades do II PND, e continuaria perdendo posições até os anos 90. O fato de não dispor de uma base de recursos naturais avantajada, implicaria a exclusão de Pernambuco das faixas prioritárias do FINOR e isto influenciaria as estratégias empresariais, que passariam a transferir filiais ou limitar seus planos de crescimento (SANTOS, 1997).

No estado do Ceará, apesar de sua inserção tardia nos benefícios do sistema FINOR e 34/18 (os recursos seriam aplicados com maior intensidade a partir de meados da década de 70, na constituição do III Pólo Industrial do Nordeste), observou-se maior dinamismo da indústria.

“(...) ao contrário do percurso apresentado pelas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador, que experimentaram um avanço intenso de capitais extra-regionais, no Ceará, em particular na RM de Fortaleza, parte da burguesia industrial local passa a projetar seus capitais para o âmbito nacional, (...). Neste sentido, irá se destacar de forma significativa, a montagem de um novo parque têxtil e de confecções e calçados, moderno e estrategicamente voltada à concorrência do mercado nacional.” (SILVA, 1997:858)

A Bahia foi beneficiada pela injeção não só de recursos do sistema 34/18-Finor, mas e principalmente por grandes investimentos estatais, que viabilizaram o surgimento da produção metal-mecânica e, mais tarde à indústria petroquímica, setores relativamente mais dinâmicos do que aqueles contemplados nas outras localidades.

Depois de ter crescido acima da média dos índices nacionais e dos estados nordestinos, desde 1939, a Bahia duplicaria sua produção industrial nos anos 60, tendo como alavanca desse crescimento as indústrias dos gêneros Mecânica e Material Elétrico (Grupo III, que cresceria mais de 400% entre 1959 e 1970) e principalmente as indústrias de bens de consumo intermediários (particularmente Química e Metalúrgica, que quase duplicariam a produção do Grupo II). Tal desempenho deveu-se principalmente à implantação do CIA e ao crescimento da

menos dinâmicos. Como dizer, hoje, com o avanço tecnológico das últimas décadas, que a indústria de alimentos seja tradicional? Acredito ser esta classificação inadequada, motivo pelo qual utilizo com restrições estes “adjetivos” neste contexto.

produção da indústria petrolífera. Em 1959, a indústria química já produzia 23% do VTI estadual e continuaria sua trajetória de crescimento, alcançando mais da metade da produção industrial baiana, com o pleno funcionamento do Pólo Petroquímico de Camaçari em 1985 (53%, conforme Tabela 3.07, adiante).

Essa “radical” transformação da estrutura industrial seria, também, secundada pelo crescimento do setor metal-mecânico que, em 1959 produzia pouco mais de 1% do VTI estadual, passando para 8,4% em 1970 e daí em diante passaria a concorrer com quase 15% do VTI. As transformações nestes setores fizeram com que o conjunto das indústrias do Grupo II passasse de pouco mais de 22% do VTI em 1949, para 68% em 1960 até chegar a quase 73% em 1985.

O reverso dessa moeda foi o comportamento dos setores voltados para a produção de bens de consumo. Em que pese haver crescimento na produção setorial, este foi bastante modesto em relação ao das indústrias dos Grupos II e III. Assim, os gêneros industriais de Vestuário e Calçados, Bebidas, Perfumaria, Sabões e Velas, por exemplo viram suas participações diminuir. Ao mesmo tempo, a indústria de Produtos Alimentares, depois de ver sua participação reduzir-se de 39% para 12%, entre 1949 e 1959, praticamente estabilizou sua participação no VTI estadual em torno de 11%, a partir de 1975. Esta mudança estrutural da economia baiana mostra o caráter **seletivo e concentrado** do processo de **desconcentração industrial** que ocorreu nas décadas de 70 e 80. Transformou-se a estrutura produtiva do estado, objetivando-se o atendimento dos requisitos da indústria nacional, comandada pelo capital instalado no Sudeste brasileiro, particularmente em São Paulo.

Até o início dos anos 80, estariam condicionadas as possibilidades de crescimento industrial da economia baiana, num contexto de integração das cadeias produtivas da indústria nacional. Estes condicionantes ficaram cada vez mais definidos com a instalação da indústria petroquímica e o incremento da mineração ao longo dos anos 70. A Tabela 3.07 mostra como, ao longo do período 1950-1980 foram perdendo importância os segmentos voltados para a produção de bens finais (particularmente têxtil, alimentares, fumo e bebidas), em favor dos produtores de bens intermediários. Esta tendência, aliás, será acentuada nos anos 80 com o superdimensionamento da indústria química, resultante dos projetos do II PND.

Tabela 3.07

Bahia: Estrutura Industrial, de Acordo com o Valor da Transformação Industrial.

(1959 – 1985)

Gênero	1959	1970	1975	1980	1985
Indústria Extrativa Mineral	31,01	2,72	4,53	2,23	2,91
Minerais não Metálicos	6,79	13,01	7,79	11,18	3,17
Metalúrgica	1,37	5,08	9,13	6,22	10,20
Mecânica	0,03	3,31	6,16	7,40	4,54
Material Elétrico	0,17	2,23	x	2,17	2,19
Material de Transporte	1,51	1,53	1,69	0,40	0,36
Madeira	2,14	2,84	2,79	2,10	0,66
Mobiliário	1,39	1,60	0,76	0,64	0,58
Papel e Papelão	0,33	0,29	1,08	0,77	0,76
Borracha	0,20	0,39	0,44	0,67	0,54
Couros e Peles	3,34	0,50	0,43	0,40	0,52
Química	23,13	31,96	34,56	40,71	52,81
Prod. Farmacêuticos e Veter.	0,11	0,05	x	0,05	0,09
Perfumaria, Sabões e Velas	0,79	0,81	0,97	0,68	0,65
Produtos de Mat. Plástica	-	0,14	x	0,47	1,05
Têxtil	5,56	4,44	3,10	5,75	3,77
Vestuário, Calçados, etc	1,08	1,27	1,14	1,08	0,94
Produtos Alimentares	11,98	18,31	11,25	10,96	11,63
Bebidas	2,66	3,93	3,25	2,30	0,89
Fumo	4,38	4,28	3,29	1,02	0,56
Editorial e Gráfica	1,74	2,12	1,81	1,09	0,83
Diversas	0,29	0,46	0,37	1,71	0,34
Grupo I **	29,68	36,81	25,57	23,58	19,94
Grupo II **	68,30	56,93	60,74	64,75	72,63
Grupo III **	2,00	7,53	8,22	11,68	7,43
Total *	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos Industriais da Bahia.

Observações: * As somas das colunas de VTI podem não resultar 100, devido ao sigilo industrial, quando há menos de 3 estabelecimentos ou risco de identificação dos informantes.

** Vide observação à Tabela 3.01 e nota na mesma página.

A maturação e a contínua injeção de grandes investimentos nos anos 60 e 70 elevaria a participação da indústria no Produto Interno Bruto da Bahia. De acordo com dados do CEI/SEPLANTEC, a presença da indústria de transformação no PIB baiano teria passado de 12%, em 1960, para 13,4% em 1970. De acordo com dados da SUDENE a presença da indústria no PIB baiano passaria de 27%, em 1970, para 35% em 1980, tendo à frente a indústria de

transformação (vide Tabela 3.08). Enquanto a indústria aumentava sua participação no PIB, a atividade agropecuária passava de 24% para 16% no mesmo período. Para além das transformações industriais, que imprimiam um elevado ritmo de crescimento ao conjunto, a economia baiana também ganhava dinamismo na atividade agropecuária, no comércio e nos serviços.

Tabela 3.08

Bahia: Estrutura do Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

(1970 – 1980) (Em %)

Anos	Atividades Econômicas										
	Agropec. 01	Indústria					Setor Terciário				
		Total	02	03	04	05	Total	06	07	08	09
1970	24,24	27,48	3,93	11,97	2,07	9,50	48,28	15,47	3,69	17,05	12,07
1971	26,57	28,79	6,30	12,14	2,25	8,10	44,63	14,17	3,15	16,27	11,05
1972	24,08	29,61	5,56	13,04	2,45	8,56	46,31	15,83	3,01	15,88	11,58
1973	29,92	27,98	4,98	12,09	2,33	8,59	42,10	15,73	2,71	13,29	10,37
1974	26,11	30,86	4,77	14,36	2,15	9,58	43,03	17,25	2,71	13,05	10,02
1975	25,77	30,67	3,89	13,99	2,19	10,60	43,56	17,08	2,63	13,36	10,49
1976	23,81	30,09	4,47	12,23	1,91	11,48	46,10	18,49	3,14	14,56	9,91
1977	23,33	28,49	3,48	13,96	1,91	9,14	48,18	19,85	3,52	15,44	9,37
1978	20,13	28,03	2,78	14,37	1,78	9,10	51,84	22,61	3,59	16,24	9,39
1979	19,40	32,03	3,28	17,53	1,79	9,42	48,57	19,96	3,59	16,22	8,80
1980	15,62	35,47	3,70	23,13	1,68	6,96	48,91	17,08	3,98	18,71	9,14

Fonte: SUDENE/DPG/PSU/Grupo de Contas Regionais.

Classe de Atividade:

01 - Agropecuária, Silvicultura e Pesca

03 - Indústria de Transformação

05 - Construção Civil

07 - Transportes, Armazenagem e Comunic.

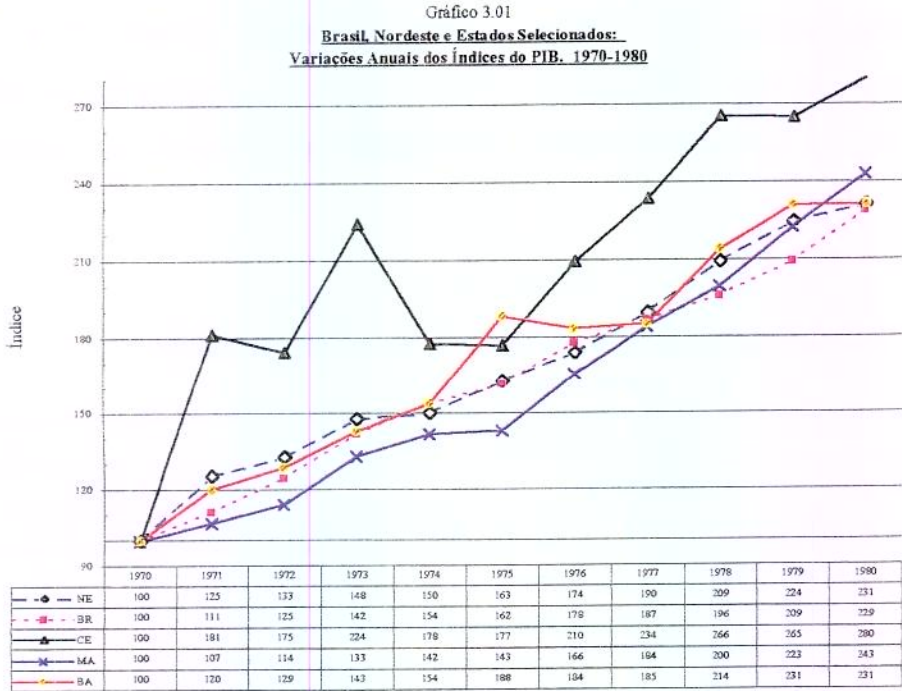
09 - Serviços Comunitários, Sociais e Pessoais

02 - Indústria Extrativa Mineral

04 - Energia Elétrica e Abastecimento de Água

06 - Comércio (Inclusive Rest. E Hospedagem)

08 - Ativ. Financ., Bens Imóveis e Serv. às Empresas



Fonte: SUDENE/Grupo de Contas Regionais

Tabela 3.09

Bahia: Índices e Variações Anuais do PIB, Segundo Setores Econômicos
(1970-1980)

Anos	Setores Econômicos							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação
1970	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-
1971	121,0	21,0	132,2	32,2	105,6	5,6	120,1	20,1
1972	129,3	6,9	138,8	5,0	122,6	16,0	128,9	7,3
1973	128,4	-0,7	153,0	10,2	139,0	13,4	143,1	11,0
1974	130,4	1,5	171,9	12,3	161,3	16,1	153,9	7,6
1975	185,2	42,0	191,8	11,6	184,2	14,2	188,4	22,4
1976	133,7	-27,8	221,0	15,2	208,2	13,0	183,6	-2,6
1977	124,8	-6,7	205,5	-7,0	231,4	11,1	185,4	1,0
1978	140,2	12,4	227,3	10,6	275,1	18,9	214,1	15,5
1979	150,1	7,0	271,9	19,6	282,5	2,7	231,0	7,9
1980	151,3	0,8	273,2	0,5	282,5	0,0	231,5	0,2

Fonte: SUDENE/DPG/PSU/Grupo de Contas Regionais.

Nos anos 70, a economia baiana cresceu relativamente mais do que a economia brasileira. Foi um período marcado pelo “milagre econômico” e pelo lançamento do II PND, mas também pelas crises do petróleo que impuseram limites importantes para o crescimento da economia nacional nos anos seguintes. A economia nordestina, como um todo, apresentava índices moderadamente acima da média do país e nesta região, a economia cearense se distanciava por apresentar as maiores taxas enquanto o estado do Maranhão teria as menores (vide Gráfico 3.01). No período considerado, o PIB baiano cresceria em níveis ligeiramente superiores aos da região e do país, com 131,5% (vide Tabela 3.09), tendo o setor agropecuário o mais baixo desempenho, crescendo apenas 50%. A indústria cresceria 173% e o setor Serviços 182%, puxando o índice geral da economia por ter maior peso (quase 50%) na economia do estado.

Nos anos 70, o interesse econômico agroindustrial começaria a dar seus primeiros passos em direção à fronteira Oeste baiana, conhecida como Além São Francisco. Implantavam-se projetos de colonização e irrigação, sob o comando da CODEVASF e eram criados programas federais de créditos e subsídios visando a ocupação e modernização dos cerrados. A proximidade de Brasília e a melhoria da rede viária aproximavam esta região de cerrados dos grandes centros de consumo do país, atraindo pecuaristas e, mais tarde, já nos anos 80, o complexo agroindustrial da soja²⁷.

²⁷ - Desde o imediato pós-Guerra, havia, paralelamente ao projeto de implantação de distritos industriais com base siderúrgica inicial, um projeto de desenvolvimento agroindustrial que, no entanto, não conseguiria sair, naquele momento, das planilhas dos tecnocratas e alterar a estrutura agropecuária vigente. A relativa modernização agrícola ficaria restrita a espaços limitados, em geral comprometidos pelas monoculturas de exportação, como o cacau. Além do mais, a resistência à modernização provinha da prática generalizada de relações não-capitalistas, “arcaicas”, alimentadas pela concentração de renda e poder político das oligarquias locais.

Mesmo assim, a burguesia baiana conseguia articular-se ao Estado nacional, trazendo a CEPLAC em 1957, para fomentar inovações nos processos produtivos e incentivar a diversificação de culturas e a agroindústria do cacau. Desde 1930, quando havia forte vínculo do capital comercial com o capital internacional, o Estado baiano já criava condições infra-estruturais em transportes, armazenamento e embarque para atender ao aumento da demanda por cacau. Depois da CEPLAC, o Estado proveria a região de infra-estrutura rodoviária e portuária adequada aos fluxos de produção e comercialização do cacau e de outros produtos oriundos do Sudeste e Extremo Sul do estado.

Mas a industrialização da agricultura baiana ficaria adiada para os anos 80. Mesmo assim, repito, limitada a espaços e atividades restritos. Perdeu-se, naquele momento de intensos investimentos no setor industrial e de infra-estrutura, a oportunidade de levar parte do progresso energético para o interior do estado. Aliás, se a grande oferta de energia petroquímica e hidroelétrica contribuía para dar maior substância ao processo industrializador, a modesta participação da Bahia no Proálcool contribuiria para que o estado deixasse de desenvolver uma base agro-industrial que em outros estados, principalmente em São Paulo, criava *linkages* importantes para interiorização do desenvolvimento. A expansão do sistema hidroelétrico e da petroquímica, com oferta espacialmente concentrada na RMS, favoreceria aos grandes compradores industriais de energia, causando baixo impacto sobre a agricultura ou sobre a pequena indústria no interior do estado.

A implantação do CIA, do CIS e do COPEC, resultaria em modificações nas estruturas urbanas da RMS, da região de Feira de Santana e de algumas cidades de porte médio do interior do estado. Nos anos 60 e 70, a atuação do governo estadual ensejava investimentos maciços na reforma urbana de Salvador, construindo viadutos e avenidas de vale, um novo Centro Administrativo, infra-estrutura industrial e equipamentos urbanos, criando condições privilegiadas para a acumulação do capital ligado à construção civil. Aliás, os vultosos recursos públicos utilizados estimulariam

“(...) o desenvolvimento de um setor terciário moderno, que se tornou parte essencial do ambiente econômico da industrialização. Há indicações que a taxa de crescimento da economia baiana nesse período deveu-se, em grande parte, ao fluxo de recursos mobilizados em torno da construção civil, especialmente de recursos federais.” (FIEB, 1995:186-7)

O crescimento industrial na RMS e, mais tarde em Feira de Santana, suscitaria crescimento da atividade terciária, principalmente nos comércios atacadista e varejista. Os serviços e o comércio varejista, que haviam apresentado ritmos não desprezíveis na década em que se introduziu a indústria do petróleo, intensificaram a incorporação de trabalhadores. Sobre novas bases industriais, a constituição do CIA, do CIS e principalmente do COPEC significou criação de opções para novos investimentos, muitos deles ligados às correntes internacionais de capital, fazendo com que os capitais formados na agricultura, na especulação fundiária rural e

urbana, nas empreiteiras e em outros setores, se convertessem em capital articulado no mercado financeiro internacional. Desta forma, poderia o capital local ingressar em outros circuitos de conversão financeira, que por sua vez viabilizariam o acesso a outras esferas de produção e circulação, dentro e fora do país. Por outro lado, essa inserção em outros mercados possibilitaria maior flexibilidade para proteger-se das dificuldades impostas pela longa crise que perpassou os anos 80.

3. A Dinâmica da Economia Baiana pós 1980: Ajustes e Desafios

A continuidade e a possível inflexão do processo de **desconcentração econômica** em direção à periferia capitalista nacional dos anos pós-1980 guarda uma série de especificidades que devem ser consideradas para a análise da economia baiana e regional. As altas taxas de crescimento da economia brasileira e nordestina registradas na década de 70 não mais seriam observadas nos anos seguintes. A crise econômica que se abateu sobre o país fê-lo sair de taxas médias anuais de 8,6% dos anos 70, para 1,6% na década seguinte e 2,7% no primeiro lustro dos anos 90 (vide Tabela 3.10).

Os efeitos regionais diferenciados se manifestaram em taxas médias de crescimento relativamente maiores na periferia do que em São Paulo e no Sudeste. O crescimento relativo das economias estaduais nordestinas pode ser medido pelas taxas médias de crescimento dos PIB's relativamente superiores: a média regional correspondeu ao dobro da média brasileira. Digno de nota, todavia, é o desempenho de Pernambuco, que apresenta taxas de crescimento muito próximas daquelas registradas por São Paulo e pela média do país. Neste desempenho aparentemente fantástico está escondido o que CANO (1997a) denomina “efeito estatístico” da desconcentração – isto é, todas as taxas de crescimento estaduais, regional e brasileira decresceram; entretanto, puxada pela região e estado mais industrializados, de maior peso na estrutura nacional, a média brasileira caiu com maior intensidade.

Tabela 3.10

Estados do Nordeste, Região Nordeste, São Paulo e Brasil: Taxa Média (%)
Anual de Crescimento do PIB Real (1970-1995)

Região/Estado	1980-70	1990-80	1995-70	1995-80	1995-90
Nordeste	8,91	3,05	5,16	2,73	2,1
Maranhão	8,88	4,38	5,55	3,39	1,43
Piauí	4,27	5,48	3,32	1,44	
Ceará	9,08	2,46	5,54	3,24	4,83
Rio G. do Norte	10,38	5,01	6,79	4,47	3,38
Paraíba	7,65	3,38	4,72	2,81	1,66
Pernambuco	7,11	1,68	3,91	1,83	2,15
Alagoas	8,23	4,11	5,04	2,97	0,72
Sergipe	7,47	9,09	6,57	5,98	0,04
Bahia	10,33	2,34	5,33	2,13	1,7
São Paulo	8,21	1,15	4,18	1,57	2,43
Brasil	8,68	1,57	4,59	1,95	2,71

Fonte: AZZONI, Carlos Roberto, (1997)

Os grandes projetos industriais estavam entrando em operação. Idealizados e implementados na esteira do II PND, baseavam-se principalmente na exploração de recursos naturais como a cloroquímica, em Alagoas e Sergipe, a petroquímica, a produção de papel e celulose e a extração e metalurgia do cobre na Bahia, o potássio em Sergipe; o petróleo e o gás natural nas plataformas nordestinas, o sal e o alumínio, além da siderurgia no Maranhão. Consolidar-se-iam os laços de solidariedade produtiva com o restante do país, aumentando a heterogeneidade estrutural das economias estaduais, especializando-se o Nordeste na produção de bens de consumo intermediários. Os diferentes desempenhos estaduais proporcionariam taxas médias anuais de crescimento superiores em até 5 vezes à do país, destacando-se os estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte que, apesar de reduzirem seus ritmos em relação aos anos 70, manteriam altas taxas de crescimento (exceto Pernambuco), aumentando suas respectivas participações no PIB regional e nacional (ver Tabelas 3.10 e 3.11).

Tabela 3.11

Nordeste e Estados Selecionados: Participação no PIB Total Regional e Nacional.
(1985-1995) *

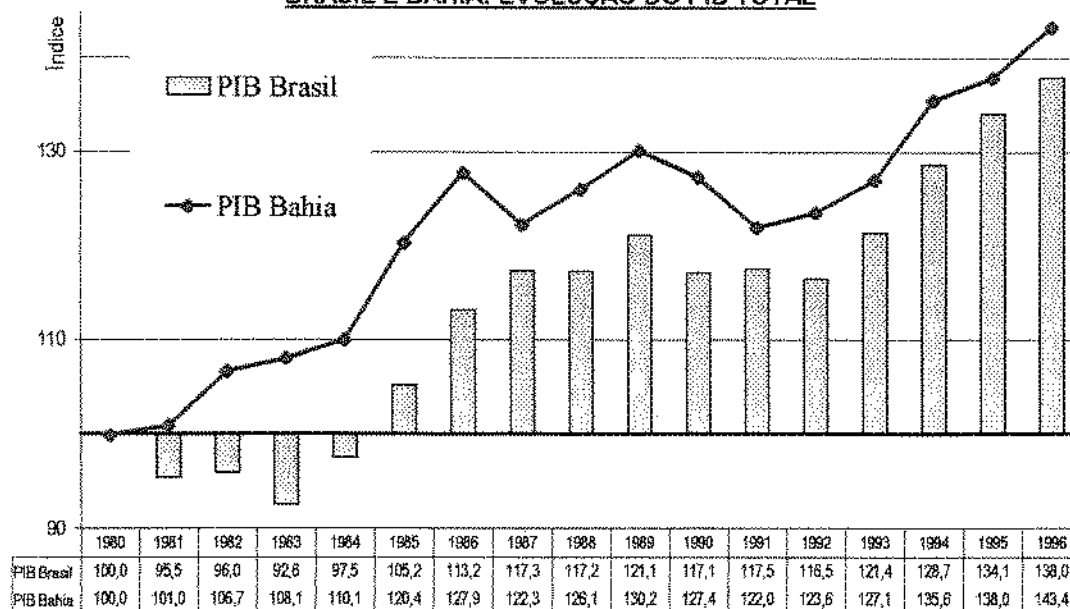
(Em %)

ANO	Maranhão		Ceará		Pernambuco		Bahia		Nordeste
	MA/NE	MA/BR	CE/NE	CE/BR	PE/NE	PE/BR	BA/NE	BA/BR	
1985	7,14	0,98	12,46	1,71	17,86	2,45	37,97	5,21	13,72
1986	8,02	1,11	12,21	1,69	17,70	2,45	37,28	5,16	13,84
1987	7,79	1,05	12,17	1,64	18,62	2,51	35,53	4,79	13,48
1988	8,30	1,10	12,07	1,60	18,40	2,44	35,97	4,77	13,26
1989	8,26	1,07	12,43	1,61	19,31	2,50	34,75	4,50	12,95
1990	8,17	1,11	12,15	1,65	19,15	2,60	34,46	4,68	13,58
1991	7,72	1,06	13,11	1,80	19,81	2,72	33,36	4,58	13,73
1992	7,43	1,00	13,68	1,84	19,33	2,60	34,28	4,61	13,45
1993	7,69	1,01	13,48	1,77	18,96	2,49	34,88	4,58	13,13
1994	7,70	1,04	13,32	1,80	18,50	2,50	34,79	4,70	13,51
1995	7,82	1,05	13,49	1,81	18,93	2,54	33,53	4,50	13,42

Fonte: IPEA.

Observação: * Inclui imputação de serviços de intermediação financeira.

Gráfico 3.02

BRASIL E BAHIA: EVOLUÇÃO DO PIB TOTAL

Fonte: IBGE, IPEA e SEI/SEPLANTEC (Apud BAHIA INVESTIMENTOS, jul/1997).

A Bahia, que já fora “pioneira” no processo de **integração produtiva**, tendo alcançado taxas de crescimento acima da média regional nos anos 50 e 60 e elevado ritmo nos anos 70, partia de uma base produtiva relativamente maior nos anos 80. Daí porque o crescimento da economia baiana só seria superior ao do estado de Pernambuco, mas ainda com desempenho superior à média nacional. Continuaría aumentando sua participação no PIB brasileiro pelo menos até 1985, quando houve um grande distanciamento entre a taxa de crescimento do estado e a taxa quase nula da economia nacional (ver Gráfico 3.02). Enquanto a Bahia estava em trajetória de crescimento, devido à entrada em operação das grandes plantas industriais petroquímicas, a média brasileira era “puxada” para baixo, pela recessão que atingia duramente a economia do sudeste, principalmente a produção de bens de capital e de consumo duráveis, concentrada em São Paulo.

A partir de 1985, todavia, o crescimento da economia baiana seria relativamente menor. De acordo com o IPEA, entre 1985 e 1995 estaria reduzindo sua participação regional de quase 38% para 33,5% e, no PIB nacional, de 5,25% para 4,5% .

3.1. Desempenho Setorial

Ao longo dos anos 80, a economia baiana manteve índices de crescimento econômico acima da média nacional; no mini ciclo recessivo da economia brasileira, entre 1980 e 1983, apresentou uma contratendência de crescimento. Este comportamento específico decorreria não só do complexo competitivo da petroquímica, mas também da siderurgia do cobre, da produção de madeira, papel e celulose, da agroindústria de alimentos (inclusive decorrentes de projetos de irrigação) e, mais recentemente os investimentos em turismo. A maior vinculação produtiva com bens de consumo intermediário e a demanda externa seriam também responsáveis por este desempenho, já que a crise se abatia mais intensamente sobre a indústria produtora de bens de capital e de consumo durável.

As pesadas inversões de capitais privados e estatais, principalmente nos setores petroquímico e de metalurgia do cobre, contribuiriam para manter crescente até 1987 a

participação da indústria de transformação no PIB estadual, em níveis superiores aos da agropecuária. A indústria de transformação cresceu até responder por quase $\frac{1}{4}$ do PIB estadual, com a petroquímica passando a contribuir com mais de 50% do produto industrial, mostrando o caráter setorialmente concentrado do processo de desconcentração.

Tabela 3.12

Bahia: Estrutura do PIB, Segundo Classes de Atividade Econômica. (1975-1995)

(Em %)

Anos	Atividades Econômicas										
	Agropec.	Indústria					Setor Terciário				
		Total	2	3	4	5	Total	6	7	8	9
1975	25,5	28,4	8,8	13,7	2,0	3,9	46,1	18,0	4,0	13,8	10,3
1980	16,5	35,2	4,5	21,6	3,6	5,5	48,5	20,5	4,5	14,0	9,3
1985	16,4	34,1	4,1	22,7	3,8	3,5	49,5	18,7	5,7	14,5	10,6
1986	14,8	34,3	3,9	23,0	3,8	3,6	50,9	20,9	6,0	13,7	10,3
1987	13,7	35,5	4,1	24,0	4,0	3,4	50,8	19,4	6,4	14,1	10,9
1988	15,5	33,6	3,8	23,4	3,9	2,5	50,9	18,9	6,8	14,2	11,0
1989	15,3	32,9	3,6	23,0	3,6	2,7	51,8	19,5	6,9	14,1	11,3
1990	15,2	31,9	3,5	22,3	3,7	2,4	52,9	19,6	7,2	14,4	11,7
1991	15,1	32,0	3,4	22,2	4,1	2,3	52,9	18,2	7,6	14,7	12,4
1992	15,3	33,3	3,5	23,2	4,3	2,3	51,4	16,8	7,6	14,3	12,7
1993	14,5	34,5	3,2	24,6	4,3	2,4	51,0	15,9	7,7	14,5	12,9
1994	13,8	34,1	3,0	24,7	4,0	2,4	52,1	17,4	7,8	14,1	12,8

Fonte: CEI/SEPLAN/IBEC

Classes de Atividades:

- 1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca
- 2 - Extração Mineral
- 3 - Indústria de Transformação
- 4 - Eletricidade, Água e Utilidades

- 5 - Construção Civil

- 6 - Comércio, Restaurantes e Hotéis

- 7 - Transp., Armazenagem e Comunicações

- 8 - Estab. Finance., Seguros e Bens Imóveis

- 9 - Serviços Comunitários e Sociais

Enquanto no “balanço” intra-estadual houve mudança de pesos relativos das atividades ao longo do período 1975-1994, com a participação da indústria de transformação ultrapassando a da agricultura (Tabela 3.12), no âmbito regional e nacional houve redução sistemática da participação dos setores baianos no período 1985-1995 (Tabela 3.13). A taxa média de crescimento da economia baiana (1,2%, segundo a SEI²⁸) continuou relativamente menor do que as dos demais estados nordestinos. O auge do ciclo de expansão da economia baiana, particularmente de sua indústria, foi alcançado entre 1984 e 1986, quando o estado era responsável pela produção industrial de quase 44% do Nordeste e mais de 5% do país. A

²⁸ - Ressalte-se que esta taxa é bastante inferior àquela que se poderia inferir dos cálculos da SUDENE. Aliás, de acordo com a SEI, as taxas anuais de crescimento do PIB baiano para os períodos 1980-1990 e 1990-1995 (a base de cálculo utilizada é 1975) são, respectivamente, 2,5% e 1,3%, abaixo das registradas na Tabela 3.10.

indústria baiana também sofreria os efeitos da desaceleração econômica nacional, porém com certa defasagem temporal e em menor intensidade, por conta dos *linkages* nacionais de seus principais ramos e do crescimento de suas exportações: a) entre 1986 e 1988, não haveria crescimento do produto industrial; e b) entre 1990 e 1992, quando o índice industrial seria reduzido em 8 pontos, para logo voltar a recuperar-se em 1993.

Tabela 3.13

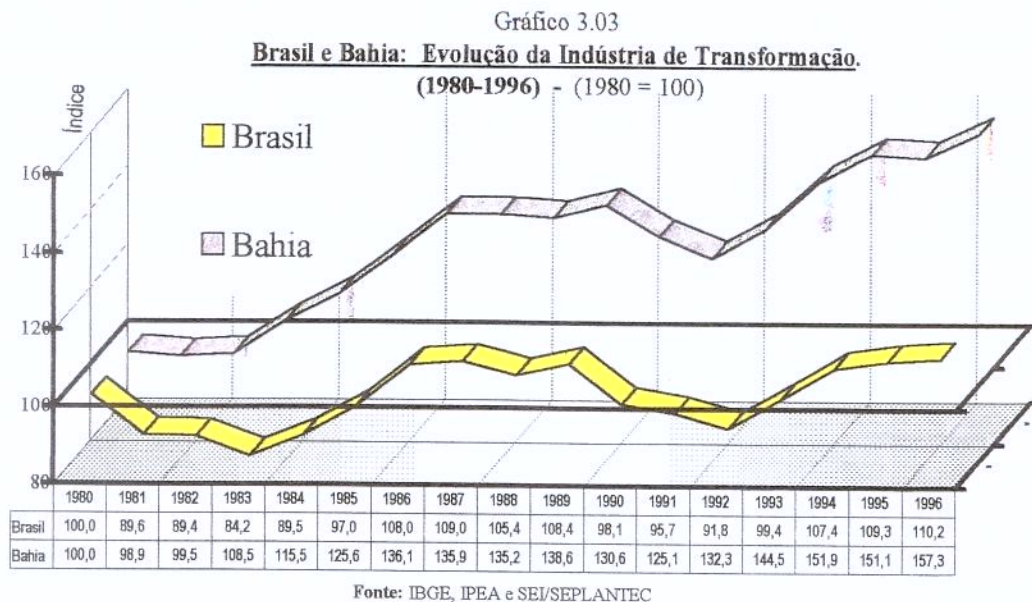
Bahia: Participação nos PIB's Setoriais Agropecuário, Industrial e do Setor Terciário Nordestino e Brasileiro (1985-1995) * (Em %)

Ano	Agropecuária		Indústria		Setor Terciário	
	BA/NE	BA/BR	BA/NE	BA/BR	BA/NE	BA/BR
1985	39,35	8,11	43,36	5,22	33,16	4,50
1986	37,72	8,22	42,70	5,29	32,18	4,27
1987	33,98	7,23	40,42	5,06	32,08	4,11
1988	38,87	9,39	40,45	4,81	31,43	3,85
1989	38,53	10,78	40,10	4,80	29,82	3,42
1990	30,58	6,33	42,12	5,21	30,62	3,99
1991	31,47	7,04	40,94	5,15	29,32	3,77
1992	33,68	7,35	40,95	5,09	30,49	3,79
1993	32,53	7,19	42,68	5,13	31,23	3,77
1994	33,08	7,27	41,82	4,83	31,81	4,04
1995	32,80	7,23	40,75	4,67	30,18	3,86

Fonte: IPRA.

Observação: Inclui imputação de serviços de intermediação financeira.

Os índices de produção da indústria de transformação baiana foram superiores aos da indústria brasileira, que atravessou a década de 80 mantendo quase o mesmo nível de produção de 1980. A lógica dos ciclos de crescimento da indústria nacional, determinada pelo perfil produtivo da economia estadual mais forte (São Paulo), passou a gerar momentos de auge mais acentuados nos estados periféricos, como os do Nordeste, enquanto os efeitos de declínio eram mais acentuados na economia paulista. No caso do Nordeste, quase não se observou redução da atividade industrial no período 1980-1985. Comparativamente ao início da década, a indústria de transformação da Bahia havia crescido mais de 38%, até 1989, alcançando 57% em 1996 (vide Gráfico 3.03).



A crise que reduziria gradativamente a demanda nacional por insumos petroquímicos, seria compensada pelo esforço exportador deste setor, cuja articulação com o mercado externo fez aumentar sua participação no total das exportações do estado, de 1,59% (1978) para 24,14% (1987). Por outro lado, o setor metalúrgico observou taxas médias anuais de crescimento (12,3%) significativas durante os anos 80, particularmente incrementadas pela metalurgia do cobre, cuja empresa (Caraíba Metais), ao entrar em operação em 1982 passaria gradativamente a atender a demanda nacional de cobre eletrolítico (que antes era totalmente importado) até atingir 55% da demanda nacional em 1987 (GUERRA e GONZALEZ, 1996:43).

A conjuntura entre 1988 e 1991 foi bastante adversa para a atividade industrial em geral, com efeitos desaceleradores sobre o setor mais dinâmico da economia baiana que enfrentava um momento de super oferta internacional e queda na demanda nacional de petroquímicos, resultando desempenho setorial negativo em 1990 e 1991. A recuperação da petroquímica e da indústria baiana começaria em 1992, com o aumento da capacidade daquele segmento, resultado de grandes investimentos realizados desde 1988 visando duplicar a produção do COPEC²⁹. A partir de então, com o crescimento do consumo nos países importadores e a estabilização

²⁹ - Como resultado dessa estratégia, a COPENE (Cia Petroquímica do Nordeste) tornar-se-ia a maior fornecedora de petroquímicos básicos da América Latina, em 1992.

monetária do país, haveria maior incentivo à produção e retomada dos preços no setor. Desta forma a petroquímica que havia passado por um momento de recuperação nos anos de 1992 (crescimento de 5,8%) e 1993 (9,2%), manteria a perspectiva de acumulação e crescimento, ainda que em patamares mais modestos do que aqueles verificados no seu período de auge.

A indústria metalúrgica também foi responsável pelo desempenho positivo dos índices da indústria de transformação no período analisado. Em que pese todo um movimento de reestruturação produtiva e adequação à crise, com fechamento de unidades de produção e redução dos postos de emprego³⁰, este segmento contou com a entrada em operação da Caraíba Metais, dentro do programa nacional de substituição de importações. Outro segmento da indústria, o de papel e celulose, seria responsável pela manutenção dos índices da indústria de transformação, apesar de sua baixa participação no conjunto (apenas 2% do Valor Agregado Industrial). Trata-se da atividade que mais tem crescido na economia baiana durante os anos 90, desde o início das operações da Bahia Sul Celulose e com a implantação da Veracruz Florestal (do Grupo Odebrecht), ambas no Extremo Sul baiano.

A crise econômica dos anos 80 revelou-se no aparelho de Estado, nas suas diversas esferas territoriais, através da crise fiscal que limitou a capacidade arrecadadora e inibiu despesas de custeio e principalmente as relacionadas aos investimentos infra-estruturais. O poder discricionário exercido pelo Estado nacional para fazer política industrial e regional foi reduzido ainda mais pela orientação política neoliberal assumida principalmente a partir do último quartil da década. Isto fez inflexionar negativamente o desempenho da indústria da construção civil na Bahia, cujas grandes empresas haviam crescido nos anos 60 e 70 por conta da construção de estradas, hidrelétricas, portos e aeroportos e agora teriam que buscar os mercados externos ou reorientar o perfil de sua atividade³¹. A participação desta atividade no PIB baiano havia

³⁰ - “Na metade dos anos 80, esse setor e o mecânico empregavam 20 mil pessoas, número este que em meados de 1995 tinha caído para algo em torno de 8 mil. Os anos de recessão e a drástica redução dos investimentos da Petrobrás justificam esta queda; afinal, muitas empresas se instalaram na Bahia para atender às necessidades de equipamentos da estatal.” (GONZALEZ e GUERRA, 1996:42)

³¹ - As grandes obras dos anos 60 e 70 deram lugar a empreendimentos de menor porte. Inicialmente os apartamentos voltados para a nova classe média, cuja demanda era sustentada pelo uso do FGTS, com financiamentos subsidiados. “As novas inversões e financiamentos darão prioridade aos edifícios para escritórios

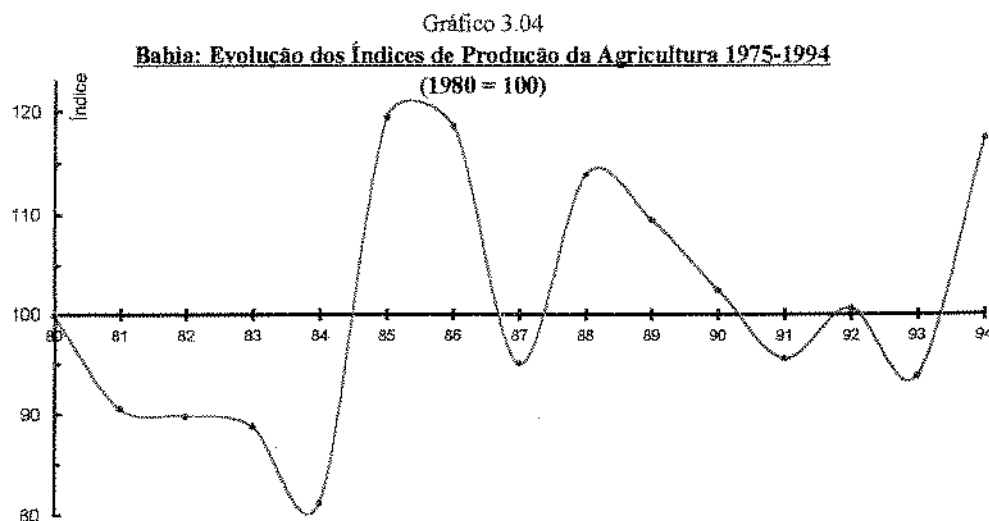
crescido até 1979 quando atingiu mais de 6% (vide Tabela 3.12) e, a partir de então, foi reduzindo até atingir 2,3% em 1992. Apesar de um esboço de recuperação nos anos seguintes, quando num contexto de crescimento da indústria de transformação participa com 2,4%, o setor continua passando por concordatas e falências que atingem principalmente pequenas e médias empresas, além de um processo de reestruturação organizacional e tecnológica que atinge toda a indústria da construção civil brasileira.

A agropecuária que vinha sistematicamente perdendo importância desde os anos 50, manteve-se entre 14% e 16% do PIB total do estado. Em termos regionais ou nacionais, continuaria mantendo sua trajetória de perda de importância ao longo do período 1985-1995. Voltando aos números da Tabela 3.12, notamos que a participação do setor, pelo menos no que se refere ao estado da Bahia, passou por uma ligeira recuperação, a partir de 1988, talvez como reflexo do amadurecimento dos projetos de irrigação no complexo de Juazeiro-Petrolina e da produção de soja no Oeste baiano e da produção de carne e leite dos municípios e regiões de Itapetinga, Vitória da Conquista e Feira de Santana.

A Agricultura, cuja atividade correspondeu a mais de 55% do Valor Agregado da Agropecuária no período 1980-1994, teve um comportamento bastante oscilante a partir dos anos 80. O setor sofreu uma profunda depressão nos quatro primeiros anos da década, fruto da seca do período 1979-1983, que afetou as principais culturas do estado, causando quebra de safras. A evolução dos índices de produção da agricultura (Gráfico 3.04), mostra a fragilidade setorial perante as intempéries do clima, e também pela ausência de uma estrutura produtiva mais eficiente. O baixo uso do potencial de irrigação dos rios e a alta concentração da terra, que permanece improdutiva nas mãos de grandes proprietários, constituem fatores impeditivos para o desenvolvimento da agricultura na Bahia. A ausência quase generalizada da empresa capitalista, que utilize sementes, defensivos, máquinas e implementos adequados, e implemente relações de

de empresas (centros empresariais), unidades comerciais (*shopping centers*, supermercados e lojas de departamentos), apartamentos de luxo, *villages* e sedes de bancos (...). Apesar da redução no volume de produção e operações, o segmento tem conseguido manter-se em atividade, graças aos investimentos privados nessas novas prioridades. Nessa estrutura, não existe espaço para muitos (...) o que reflete o alto grau de concentração nessa atividade.” (GUERRA e GONZALEZ, 1996:43)

trabalho e de produção adequadas, pode ser apontada como um fator decisivo para o baixo desenvolvimento das forças produtivas no campo e pela baixa produtividade.



Fonte: SEI.

O caso da lavoura do cacau é emblemático desta situação. Após a difusão da praga conhecida como “vassoura de bruxa”, em meados dos anos 80, a lavoura não resistiu e vem perdendo produtividade e mercado ao longo do período. Considerando-se que ainda é a cultura de maior peso no Valor Bruto da Produção Agrícola do estado, pode-se ter uma explicação para a formação de tão baixos índices e da perda de participação do setor no PIB estadual. Nos anos 90, a cultura do cacau estaria produzindo, em média, o equivalente a 93% (em 1994, 85,8%) do que produzia em 1980, causando impactos avassaladores sobre a economia do Sul do estado, principalmente sobre os municípios de Ilhéus e Itabuna, altamente dependentes dessa cultura.

Nos poucos espaços em que foi possível implantar alguma “modernidade” nas relações de produção, com irrigação ou integração agroindustrial, houve resposta do ponto de vista econômico (não necessariamente houve melhoria social acentuada, compatível com aquele crescimento).

Vejamos o exemplo do complexo da soja. A cultura deste produto teve desempenho totalmente distinto, se comparada com o desempenho da cultura do cacau: talvez por se tratar de uma cultura nova (e, portanto, partir de uma base mais restrita), seus índices de produção

praticamente “explodiram” nos anos 90. Isto significou um aumento de 2,1 mil toneladas na safra 1979/80, para 651,3 mil toneladas na safra 1992/1994 (isto é, de quase 0% para 2,9% da produção nacional). Mesmo assim, a produtividade baiana vem sendo das mais baixas do país – denotando utilização de grandes extensões de terra, com impactos sociais negativos sobre a região Oeste do estado.

A modesta recuperação da agropecuária baiana, como disse anteriormente, muito resultou do dinamismo recente da agroindústria, implantada principalmente pelo interesse do capital oriundo do Sudeste e Sul do país que, uma vez tendo conquistado e esgotado as fronteiras agrícolas em seus estados, divisaram possibilidades de lucro numa região de clima propício à agricultura, desde que irrigada e acompanhada de incentivos fiscais. Os investimentos estatais que vinham sendo realizados nos anos 70, sob a forma de canais, pavimentação de estradas, energia elétrica, construção de agrovilas e escolas, associados à infra-estrutura dos distritos industriais de Juazeiro e Petrolina, possibilitariam, a partir de meados dos anos 80, a instalação de grandes unidades agroindustriais, processadoras de tomate e produtoras de frutas *in natura*, inserindo a região nos mercados nacionais e internacionais (GUERRA e GONZALEZ, 1996).

Tabela 3.14

**Bahia e Nordeste: Participação Estadual e Regional no Efetivo Nacional
de Rebanhos Bovino, Caprino, Ovino e Suíno. (1980-1996)**

(Em %)			
Rebanho/ Ano	BA/NE	BA/BR	NE/BR
<u>Bovino</u>			
1980	41,55	7,64	18,39
1993	44,49	6,46	14,52
1996	36,25	5,41	14,92
<u>Caprino</u>			
1980	37,34	34,34	91,95
1993	43,50	38,31	88,06
1996	31,12	30,08	93,72
<u>Ovino</u>			
1980	38,64	12,98	33,59
1993	40,75	14,93	36,63
1996	29,88	14,38	48,14
<u>Suíno</u>			
1980	24,48	5,70	23,28
1993	25,84	6,64	25,71
1996	19,05	4,35	22,86

Fonte: IBGE; Apud SUDENE, via <http://www.sudene.gov.br/indicadores/>. E Censo Agropecuário de 1996.

Em que pese possuir os principais rebanhos da região Nordeste (ver Tabela 3.14), a produção pecuária baiana ainda padece de limitações similares às da agricultura: vulnerabilidade às secas, utilização de raças menos produtivas e frágeis, baixo uso de vacinação e ração, exploração extensiva e sistema de manejo inadequado – o que resulta baixa produtividade – além de condições infra-estruturais inadequadas, como ausência ou má conservação de estradas vicinais ou baixo nível de eletrificação rural. Na Bahia, apenas 74.742 estabelecimentos rurais (aproximadamente 10% do total) estão ligados à rede de eletrificação. Como resultado, a produção de carnes e leite é insuficiente para o mercado estadual, que absorve produtos de outros estados, principalmente da região Sudeste.

A articulação da atividade com a indústria de carnes e laticínios, limita-se às regiões de Feira de Santana, Itapetinga e Vitória da Conquista, mesmo assim em níveis considerados inadequados aos padrões presentes em outros estados do país. A produção do leite, por exemplo, ainda é considerada uma atividade secundária para o pecuarista, que complementa a receita da maioria dos estabelecimentos, sendo precárias as formas de comercialização, condicionamento e transporte. Situação ainda mais grave é a da pecuária de gados caprino, ovino e suíno, geralmente relacionada à mercados locais e restritos (grande parte da produção consumida na própria unidade produtiva), com baixíssima produtividade e fraca articulação com a indústria.

Com estas características, repercutiram no setor (que foi responsável por 19% do PIB agropecuário entre 1980 e 1991) não só os fatores climáticos do início da década como também as políticas econômicas contracionistas do período, resultando mini ciclos de crescimento e declínio da produção. Em consequência disto, a produção baiana de leite (que corresponde a 38% da nordestina), por exemplo, cresceu apenas 11,5% no período 1980-1993.

As mudanças tecnológicas, organizacionais e financeiras dos anos 80 provocaram o crescimento do setor terciário em todas economias capitalistas do mundo. As fronteiras entre as atividades primárias, secundárias e terciárias ficaram cada vez mais difíceis de serem delimitadas em virtude do surgimento de novas atividades produtivas, com tecnologias baseadas em teleinformática, do processo de terceirização industrial e das inovações organizacionais, institucionais e financeiras. Isto tem levado diversos órgãos internacionais a promoverem

Ainda que a distribuição do produto tenha obedecido aos parâmetros da modernização conservadora, houve melhoria dos níveis salariais e crescimento do poder de compra da população. Neste contexto, a partir dos anos 70 e até os anos 80 a região Nordeste foi beneficiária de maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* no país, destacando-se o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Sergipe. Porém o prolongamento da crise dos anos 80 e seus reflexos nos 90 fizeram a renda *per capita* do Nordeste cair, por força dos desempenhos negativos dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Maranhão. Até os anos 70, a Bahia havia observado taxas de crescimento bastante significativas no contexto nordestino e brasileiro. Todavia, no período 1980-1995 foi o estado nordestino de menor crescimento *per capita* (ver Tabela 3.19), malgrado todo o crescimento econômico observado.

Tabela 3.19

Estados do Nordeste, Região Nordeste, São Paulo e Brasil: Taxa Média**Anual de Crescimento do PIB Per Capita Real (1970-1995)**

Região/Estado	1980-70	1990-80	1995-70	1995-80	1995-90
Nordeste	6,42	1,36	3,16	1,05	0,42
Maranhão	5,51	2,64	3,19	1,66	- 0,26
Piauí	5,96	2,72	3,43	1,78	0,00
Ceará	6,82	0,91	3,71	1,68	3,24
Rio G. do Norte	7,97	2,91	4,58	2,38	1,32
Paraíba	5,89	2,17	3,29	1,60	0,47
Pernambuco	5,09	0,47	2,39	0,62	0,93
Alagoas	5,70	2,03	2,80	0,91	- 1,29
Sergipe	4,81	6,60	4,06	3,56	- 2,25
Bahia	7,64	0,40	3,10	0,19	-0,23
São Paulo	2,62	0,90	1,49	0,74	0,42
Brasil	5,86	- 0,19	2,41	0,16	0,87

Fonte: AZZONI (1997)

Este desempenho relativamente menor não significa, necessariamente, que o PIB *per capita* baiano tenha sido menor: é que os demais estados do Nordeste partiram de bases produtivas mais modestas. Enquanto o PIB da Bahia cresceu 3,32 vezes entre 1970 e 1991 (de acordo com dados da SUDENE), sua população aumentou 1,58 vezes no mesmo período, resultando, *per capita*, melhor distribuição do produto. Com efeito, desde 1970, a renda *per capita* baiana tem sido superior à do Nordeste e à da maioria dos seus estados. Durante o

período 1970-1995, apenas Sergipe e Rio Grande do Norte, obtiveram PIB *per capita* relativamente maior, principalmente a partir de meados dos anos 80.

A renda média baiana em que pese o desempenho de sua economia, cresceu durante o período considerado até alcançar quase 74% da média nacional e 141% da regional. Entretanto, a redução do ritmo de crescimento do PIB nos anos 90 (ainda que mantendo pequena diferença nas taxas nacionais e nordestina), aliada a uma taxa média de crescimento demográfico maior no período 1980-1996, levou à uma redução do PIB *per capita* baiano, que retornou à algo próximo aos 60% do mesmo agregado nacional e a 123% do nordestino. Ou seja, no momento de recessão brasileira, cresceu "estatisticamente" a distribuição de renda nos estados periféricos brasileiros (inclusive Bahia). Todavia, à medida que o centro dinâmico da economia brasileira se recuperava, esses "efeitos redistributivos" perderam força.

Tabela 3.20

**Bahia: Indicadores da População em Idade Ativa,
Economicamente Ativa e Ocupada. (1981-1995)**

Especificação	1981	1985	1991	1995
População acima de 10 anos (mil Hab.)				
População em Idade Ativa (PIA)	6.815,9	7.559,9	8.681,4	9.822,2
População Economicamente Ativa (PEA)	3.536,2	4.184,1	4.921,7	6.044,3
População Ocupada (POC)	3.398,4	4.082,5	4.710,2	5.642,2
Distribuição da PEA (%)				
Masculina	70,4	66,4	66,3	60,2
Feminina	29,6	33,6	34,7	39,8
Urbana	49,8		54,6	
Rural	50,2		45,4	
Taxa de Atividade	51,9	55,3	56,7	61,5
Distribuição da POC (%)				
Agrícola	51,1	49,6	42,0	45,1
Não-Agrícola	48,9	50,4	58,0	54,9

Fonte: PNAD's IBGE

O crescimento econômico e o indicador do PIB *per capita* ainda são insuficientes (mesmo porque se sabe que a dispersão em torno dessa média é muito grande, dado à concentração de renda no estado) para caracterizar a situação social da população. Vejamos mais de perto o que aconteceu com as condições de emprego. A oferta de mão de obra vem crescendo a taxas superiores à da população total, constituída em sua maioria por pessoas com baixo nível de escolaridade – o que dificulta sua alocação em setores cada vez mais exigentes de trabalhadores especializados. A taxa de atividade da PEA – população economicamente

financeiros depois de ter crescido até 1982, oscilou entre 110 e 129, à medida em que a reestruturação se aprofundava, resultando num crescimento de apenas 7% no período de 1980 a 1991 (vide Gráfico 3.05).

3.2. O Setor Externo

Nos anos 70, as exportações do Nordeste brasileiro correspondiam a mais de 17% das exportações brasileiras. A partir de meados daquela década, a economia brasileira passaria por um processo de diversificação da pauta de exportações. A performance exportadora da região estava fortemente relacionada ao processo de integração produtiva, na base da hierarquia regional determinada pela expansão do capital a partir de São Paulo. Mas, como na década seguinte a recessão afetaria principalmente esta economia, os mercados regionais buscaram alternativas nos mercados externos, inclusive dentro do esforço exportador para a geração de divisas. Desta forma, cresceram as participações regionais do Norte e Centro-Oeste, bem como da principal região, que passou a ser responsável por 60% das exportações brasileiras (em 1975, correspondia a 44,1%). O crescimento das exportações do país, mais intenso nestas regiões, fez reduzir a participação nordestina no total brasileiro.

A região Nordeste que, no início dos anos 80, exportava 11,5% do total brasileiro, teve reduzida sua participação para pouco mais de 7% ao longo dos anos 90 (ver Tabela 3.15), mesmo tendo aumentado seu volume (US\$) em até 66%, durante o período. Estados como Ceará e Maranhão tiveram melhor desempenho exportador, apesar de baixos pesos relativos na região. Destaque-se a performance deste último que entre 1980 e 1998 teria sua participação aumentada no total das exportações brasileiras de 0,06% para 1,2%. Pernambuco, com baixo crescimento de suas exportações de industrializados (14%), reduziu gradativamente sua participação ao longo de todo o período: de 2,4% para 0,7% das exportações totais brasileiras. Em 1998 suas exportações representavam apenas $\frac{3}{4}$ do volume observado em 1980.

Tabela 3.15

**Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Nordeste e Sudeste: Participação
nas Exportações Brasileiras. (1980-1998)**

Ano	BA	PE	CE	MA	Nordeste	Sudeste
1980	5,53	2,38	0,78	0,06	11,52	60,44
1985	6,38	1,02	0,84	0,32	9,85	55,65
1990	4,63	1,27	0,73	1,41	9,65	59,93
1991	4,11	1,06	0,86	1,51	9,04	61,50
1992	4,17	0,98	0,85	1,19	8,54	60,40
1993	3,76	0,90	0,71	1,20	7,81	57,72
1994	3,95	0,86	0,77	1,33	8,04	57,49
1995	4,13	1,23	0,76	1,44	9,12	57,28
1996	3,87	0,71	0,80	1,43	8,07	55,93
1997	3,52	0,70	0,67	1,41	7,47	55,86
1998	3,56	0,72	0,69	1,20	7,18	58,70

Fonte: MDIC (ex-MCT) - SECEX/DECEX.

Tabela 3.16

**Bahia: Participação nas Exportações Nordestinas e Brasileiras, Segundo Classes de Produtos
(1980-1998)**

Anos	Básicos		Industrializados		Semi Manufatur.		Manufaturados		Total	
	BA/NE	BA/BR	BA/NE	BA/BR	BA/NE	BA/BR	BA/NE	BA/BR	BA/NE	BA/BR
1980	31,39	4,68	67,03	6,16	86,93	18,36	49,08	2,99	48,00	5,53
1985	52,02	5,03	70,79	7,06	79,29	14,83	67,01	5,53	64,79	6,38
1990	34,52	2,95	52,39	5,34	44,85	8,02	57,45	4,55	47,94	4,63
1991	30,74	2,22	49,62	4,89	43,22	7,58	54,32	4,05	45,49	4,11
1992	30,69	2,16	53,49	4,87	50,03	9,07	55,67	3,86	48,81	4,17
1993	32,01	2,24	52,56	4,27	46,13	8,48	57,36	3,29	48,14	3,76
1994	36,42	2,35	53,09	4,52	44,34	7,57	59,72	3,69	49,12	3,95
1995	20,05	1,63	51,86	4,94	42,88	7,03	59,25	4,20	45,26	4,13
1996	34,54	1,58	50,02	4,68	37,49	6,83	62,08	3,18	47,89	3,87
1997	38,53	1,53	48,47	4,31	34,39	6,86	62,47	3,57	47,15	3,52
1998	44,11	nd	50,02	nd	33,10	nd	65,56	nd	49,10	3,88

Fonte: MDIC (ex-MCT) - SECEX/DECEX.

A Bahia teve participação crescente nas exportações regionais e nacionais até 1984/85. A partir de então, houve redução de sua participação. Este desempenho porém guarda determinadas características que diferenciaram seu comportamento das demais economias da região. A Bahia vem sendo a principal economia exportadora da região, tendo participação mínima de 45% e máxima de quase 65% dos totais exportados pelo Nordeste ao longo do período

Aliás, alguns indicadores mostram que há muito por fazer no que se refere à "dívida social" do Estado na Bahia. Decerto que em alguns setores houve progresso como, por exemplo, na questão da mortalidade infantil, na redução do analfabetismo, etc. Todavia, foram desproporcionalmente menores os benefícios sociais, comparados aos benefícios econômicos.

Os indicadores de mortalidade infantil e de esperança de vida ao nascer são relativamente melhores na Bahia do que na média da região Nordeste. Todavia, neste mister, o Nordeste é a região de pior desempenho no país. Uma economia como a baiana, deveria ter indicadores sociais mais favoráveis. Ainda há mais mortalidade infantil aqui (50,2 óbitos por 1000 nascimentos) do que, por exemplo, no Paraguai (39), cujo PIB é bem menor que o baiano. Houve crescimento do número de estabelecimentos de saúde, de hospitais e de leitos. Mas comparativamente ao Nordeste e ao país, esta melhoria foi menos intensa (ver Quadro 3.01, adiante).

Houve melhora nos indicadores de educação com redução dos percentuais de analfabetismo. Entretanto, quando comparados aos mesmos indicadores regionais e nacionais, os números mostram que o combate ao analfabetismo teve resultados mais modestos na Bahia: na verdade, aumentou relativamente à taxa de analfabetos com mais de 15 anos em relação ao conjunto do Nordeste e do Brasil, no período 1985-1995. Novamente, vê-se que o resultado econômico da **desconcentração concentrada**, não correspondeu à melhoria proporcional nos indicadores de analfabetismo. Observou-se, proporcionalmente ao Brasil, um aumento na taxa de analfabetismo: sua taxa que era 1,72 vezes maior que a brasileira em 1980, passou para 1,82 vezes em 1995, para a população de faixa etária acima dos 15 anos. Da mesma forma, correspondia a 90% da nordestina em 1980, “evoluindo” para 93% na mesma faixa etária.

Para reforçar a afirmação de que houve assimetria entre resultados sociais e econômicos, basta comparar os indicadores da Bahia com os de alguns países com economias muitíssimo menores. Tomemos como exemplo a taxa baiana de analfabetismo (28,3%), que

corresponde a 1,8 vezes a brasileira; ela é, também, maior do que a de países como Bolívia (17%) e Paraguai (8%) ou Cuba (apenas 2%) e equivale à do Zaire (28%)³³.

Quadro 3.01				
Bahia, Nordeste e Brasil: Indicadores Sócio-Econômicos				
Indicador	Ano de Referência	BAHIA		
		Absoluto	BA/NE	BA/BR
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos)	1980	95,97	0,79	1,46
	1995	50,20	0,80	1,20
Esperança de Vida ao Nascer	1980	57,99	0,99	nd
	1995	63,60	1,03	nd
Número de Hospitais	1985	409	0,27	0,07
	1992	417	0,24	0,06
Estabelecimentos de Saúde	1985	2.542	0,28	0,09
	1992	3.080	0,24	0,06
Número de Consultas no Ano (mil)	1985	23.345	0,24	0,09
	1992	43.974	0,21	0,14
Leitos por Estabelecimento (%)	1985	43,26	0,82	0,54
	1992	52,43	0,89	0,72
Taxa de Analfabetismo (Pessoas de 7 a 14 anos)	1985	47,95	0,90	1,70
	1995	31,26	0,88	1,80
Taxa de Analfabetismo (Pessoas de 15 anos e mais)	1985	35,63	0,90	1,72
	1995	28,31	0,93	1,82
Matrícula Inicial Ensino Pré-Escolar (mil Alunos)	1984	184	0,21	0,07
	1995	708	0,27	0,12
Matrícula Inicial Ensino do 1º Grau (mil Alunos)	1984	2.095	0,28	0,08
	1995	2.466	0,26	0,08
Matrícula Inicial Ensino do 2º Grau (mil Alunos)	1984	182	0,26	0,06
	1995	230	0,23	0,05
Matrícula Inicial Ensino Superior (mil Alunos)	1984	41	0,18	0,03
	1995	54	0,20	0,03
População Ocupada com Rendimentos até 1 S. Mínimo (%)	1985	42,64	0,89	1,32
	1995	34,62	0,96	1,57
População Ocupada com Rendimentos de 1 a 3 SM (%)	1985	27,95	1,09	0,85
	1995	27,11	1,04	0,83
População Ocupada com Rendimentos de 3 a 5 SM (%)	1985	6,78	1,20	0,60
	1995	5,69	1,00	0,47
Razão de Dependência em Relação a PEA (*)	1985	1,55	0,97	1,12
	1995	1,10	0,96	0,87

Fontes: SUDENE, via <http://www.sudene.gov.br/Indicadores/>; IBGE, Anuários Estatísticos e Censos Demográficos.
Observação: (*) Razão de Dependência em relação a PEA = (População não Economicamente Ativa mais População com menos de 10 anos) / PEA.

No que se refere à oferta de matrículas nos diversos níveis de ensino, verifica-se que houve espetacular incremento de matrículas no pré-escolar, superando o crescimento da oferta do Nordeste e do restante do país. Mas nos outros níveis, em que pese haver incremento de

³³- Com uma renda per capita correspondendo a 55% da brasileira e superior 18% ao conjunto do Nordeste, a Bahia (US\$1.474 em 1991) possuía indicadores em educação e saúde inferiores ou equivalentes aos de países

vagas, a participação do estado não foi modificada, acompanhando a tendência regional e nacional. Possuindo 28,8% da população nordestina, a Bahia tem 20%, 26% e 23%, respectivamente das matrículas do ensino superior, do primeiro e do segundo graus da região. Isto mostra desvantagem sistêmica do estado numa questão crucial para a manutenção ou atração de investimentos que utilizem novas tecnologias. Apesar do crescimento populacional e do processo de urbanização que vem se acelerando nos últimos anos, a Bahia não conseguiu implementar melhorias significativas no ensino formal e técnico visando à preparação de mão-de-obra qualificada para um mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de nível de educação formal. Como as oportunidades de trabalho no setor formal da economia tornam-se cada vez mais disputadas, grande parte da população ocupada (POC) é alocada em atividades informais, autônomas ou em formas de subemprego, auferindo rendimentos relativamente mais baixos e submetendo-se a condições de trabalho precárias.

Ainda coexistem com a parte moderna da economia baiana, formas de organização de caráter pré-capitalistas. Por outro lado, a ocupação de parte da população nessas atividades estimula um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação. No caso de serviços de reparação e manutenção (mecânica, estofados, móveis, relógios, eletrodomésticos, construção civil, etc), da camelotagem, do artesanato menos articulado à indústria ou de alguns serviços especializados, as atividades informais terminam preenchendo espaços econômicos criados pela demanda das camadas de renda média e alta e de empresas estabelecidas formalmente. Todavia, a convivência com formas "arcaicas" de produção, seja no campo seja na cidade, comprimindo rendimentos e concentrando renda, representa um limite ao capital, na medida em que restringe a capacidade de expansão do mercado consumidor.

O crescimento das atividades terciárias, ao incorporar novas funções e tecnologias, vem também "camuflando" o crescimento do subemprego e das ocupações instáveis e mal remuneradas da informalidade. A prestação de serviços de diversas naturezas, ao mesmo tempo em que tem absorvido grande quantidade de mão-de-obra também tem concentrado grande contingente de pessoas situadas nos estratos inferiores de renda.

como Bolívia (renda per capita de US\$630, em 1990) , Haiti (US\$370), Paraguai (US\$1.100) e Zaire (US\$220)!!!

Houve relativo incremento da taxa de atividade (isto é, da relação entre a PEA - população economicamente ativa - e a PIA - população em idade ativa) e de participação da POC na PIA, entre 1981 e 1995 (vide, novamente, Tabela 3.20), ao tempo em que se reduziu a razão de dependência em relação a PEA (ver Quadro 3.01). Este desempenho foi acompanhado de uma pequena melhoria no perfil de rendimentos da população ocupada: em 1985, 77% recebia rendimentos inferiores a cinco salários mínimos, enquanto em 1995 este percentual reduzia-se para 67,42%. Houve melhoria destes indicadores relativamente à situação nordestina, porém distanciamento em relação ao restante do país: a parcela da população ocupada com rendimentos de até um salário mínimo passou a ser 1,57 vezes maior que no Brasil; enquanto a que recebe entre 3 e 5 passou de 60% para 47% da parcela nacional. Em outras palavras, a pirâmide da renda da Bahia ficou mais achatada na base quando comparada com a média nacional.

4. Desconcentração, Inflexão e Perspectivas

É evidente que o “velho” comércio persiste e que as “velhas” indústrias domésticas, de “fundo de quintal”, ainda existem. Entretanto, malgrado a persistência dessas formas “arcaicas”, surge um elenco de atividades comerciais e industriais novas, estimuladas pela diferenciação e ampliação da indústria e por novas atividades agropecuárias e agroindustriais, que tendem a acelerar o processo de liquidação e sucateamento de muitas dessas unidades “arcaicas” de comercialização ou produção.

Por outro lado, ficam cada vez mais difíceis as condições de sobrevivência de iniciativas voltadas exclusivamente para mercados locais, demasiadamente restritos para a atual ordem industrial – que requer aglomeração industrial, para o estabelecimento de relações orgânicas entre firmas, umas criando mercados para as outras. A redução dos custos de produção e de circulação em larga escala vem contribuindo para que mercadorias padronizadas, produzidas além-mar ou em outras regiões do país alcancem mercados locais, em condições de competitividade com similares produzidos no interior do estado. Assim, a malha urbana, tanto na sua versão metropolitana quanto na interiorizada, vem se tornando carente de novos elementos infra-estruturais que alterem características físicas, sociais e econômicas da rede de cidades.

3.3. Distribuição, Emprego e Dívida Social

O processo de **desconcentração econômica**, ao levar grandes investimentos à periferia brasileira, fez crescer os níveis médios de renda de suas respectivas populações. Ainda que a distribuição do produto tenha obedecido aos parâmetros da modernização conservadora, houve melhoria dos níveis salariais e crescimento do poder de compra da população. Neste contexto, a partir dos anos 70 e até os anos 80 a região Nordeste foi beneficiária de maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* no país, destacando-se o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Sergipe. Porém o prolongamento da crise dos anos 80 e seus reflexos nos 90 fizeram a renda *per capita* do Nordeste cair, por força dos desempenhos negativos dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Maranhão. Até os anos 70, a Bahia havia observado taxas de crescimento bastante significativas no contexto nordestino e brasileiro. Todavia, no período 1980-1995 foi o estado nordestino de menor crescimento *per capita* (ver Tabela 3.19), malgrado todo o crescimento econômico observado.

Tabela 3.19

Estados do Nordeste, Região Nordeste, São Paulo e Brasil: Taxa Média

Anual de Crescimento do PIB Per Capita Real (1970-1995)

Região/Estado	1980-70	1990-80	1995-70	1995-80	1995-90
Nordeste	6,42	1,36	3,16	1,05	0,42
Maranhão	5,51	2,64	3,19	1,66	- 0,26
Piauí	5,96	2,72	3,43	1,78	0,00
Ceará	6,82	0,91	3,71	1,68	3,24
Rio G. do Norte	7,97	2,91	4,58	2,38	1,32
Paraíba	5,89	2,17	3,29	1,60	0,47
Pernambuco	5,09	0,47	2,39	0,62	0,93
Alagoas	5,70	2,03	2,80	0,91	- 1,29
Sergipe	4,81	6,60	4,06	3,56	- 2,25
Bahia	7,64	0,40	3,10	0,19	-0,23
São Paulo	2,62	0,90	1,49	0,74	0,42
Brasil	5,86	- 0,19	2,41	0,16	0,87

Fonte: AZZONI (1997)

Este desempenho relativamente menor não significa, necessariamente, que o PIB *per capita* baiano tenha sido menor: é que os demais estados do Nordeste partiram de bases produtivas mais modestas. Enquanto o PIB da Bahia cresceu 3,32 vezes entre 1970 e 1991 (de acordo com dados da SUDENE), sua população aumentou 1,58 vezes no mesmo período, resultando, *per capita*, melhor distribuição do produto. Com efeito, desde 1970, a renda *per capita* baiana tem sido superior à do Nordeste e à da maioria dos seus estados. Durante o período 1970-1995, apenas Sergipe e Rio Grande do Norte, obtiveram PIB *per capita* relativamente maior, principalmente a partir de meados dos anos 80.

A renda média baiana em que pese o desempenho de sua economia, cresceu durante o período considerado até alcançar quase 74% da média nacional e 141% da regional. Entretanto, a redução do ritmo de crescimento do PIB nos anos 90 (ainda que mantendo pequena diferença nas taxas nacionais e nordestina), aliada a uma taxa média de crescimento demográfico maior no período 1980-1996, levou à uma redução do PIB *per capita* baiano, que retornou à algo próximo aos 60% do mesmo agregado nacional e a 123% do nordestino. Ou seja, no momento de recessão brasileira, cresceu "estatisticamente" a distribuição de renda nos estados periféricos brasileiros (inclusive Bahia). Todavia, na medida em que o centro dinâmico da economia brasileira se recuperava, esses "efeitos redistributivos" perderam força.

O crescimento econômico e o indicador do PIB *per capita* ainda são insuficientes (mesmo porque sabe-se que a dispersão em torno dessa média é muito grande, dado a concentração de renda no estado) para caracterizar a situação social da população. Vejamos mais de perto o que aconteceu com as condições de emprego. A oferta de mão de obra vem crescendo a taxas superiores à da população total, constituída em sua maioria por pessoas com baixo nível de escolaridade – o que dificulta sua alocação em setores cada vez mais exigentes de trabalhadores especializados. A taxa de atividade da PEA – população economicamente ativa (proporção da PIA - população em idade ativa - que é economicamente ativa) – cresceu quase dez pontos percentuais entre 1981 e 1995 (ver Tabela 3.20).

Tabela 3.20

**Bahia: Indicadores da População em Idade Ativa,
Economicamente Ativa e Ocupada. (1981-1995)**

Especificação	1981	1985	1991	1995
População acima de 10 anos (mil Hab.)				
População em Idade Ativa (PIA)	6.815,9	7.559,9	8.681,4	9.822,2
População Economicamente Ativa (PEA)	3.536,2	4.184,1	4.921,7	6.044,3
População Ocupada (POC)	3.398,4	4.082,5	4.710,2	5.642,2
Distribuição da PEA (%)				
Masculina	70,4	66,4	66,3	60,2
Feminina	29,6	33,6	34,7	39,8
Urbana	49,8		54,6	
Rural	50,2		45,4	
Taxa de Atividade	51,9	55,3	56,7	61,3
Distribuição da POC (%)				
Agrícola	51,1	49,6	42,0	45,1
Não-Agrícola	48,9	50,4	58,0	54,9

Fonte: PNAD's IBGE

O peso da mão-de-obra ocupada no setor agrícola ainda é significativo, embora tenha decrescido no período. Para além do atraso produtivo no campo, há uma incapacidade estrutural da economia baiana de gerar oportunidades de emprego nas atividades terciárias e industriais, que atendam as necessidades básicas de sua população. A incipiente penetração de relações capitalistas de produção nas atividades agropecuárias, juntamente com a alta concentração da propriedade fundiária, mantém forte presença de atividades pouco dinâmicas, não-capitalistas. É, também, responsável pela manutenção de grande contingente de trabalhadores no campo (a maior população rural do país), em condições precárias de trabalho, habitação e saúde, auferindo baixos rendimentos e, conseqüentemente, pela manutenção de antigas estruturas de poder político e econômico locais.

A ênfase na produção de bens intermediários e de exportação, geralmente capital-intensivos, tem resultado em baixa capacidade de germinar novas atividades absorvedoras de mão-de-obra. Aliás, a reestruturação produtiva decorrente das transformações técnicas e organizacionais do pós-1980 têm reduzido os postos de emprego em todo o mundo capitalista. Porém seus efeitos são ainda mais dramáticos nas economias de capitalismo periférico e de industrialização tardia, como a baiana: após mini-ciclos recessivos que trouxeram desemprego,

não houve recuperação econômica seguida de crescimento do emprego na mesma proporção – isto deixou de ser consequência necessária e direta.

Para ilustrar este raciocínio, tomemos a crise que atingiu a Bahia entre 1990 a 1992, que significou uma perda total acumulada de 53,9 mil empregos nas atividades formalmente estabelecidas (vide Tabela 3.21). No período seguinte, 1993-1998, a economia baiana, apesar de ter superado o índice de produção de 1990, não conseguiria repor os empregos perdidos no início da década: apenas 25,7 mil novos empregos. No período 1991-1998, 28 mil postos de trabalho foram fechados, enquanto 34,7 mil pessoas, na faixa etária de 15 a 19 anos, buscavam anualmente oportunidade de emprego. No caso da indústria o saldo negativo dos primeiros quatro anos da década de 90, apesar de reduzido, ainda permanece cinco anos depois – ou seja, foram irremediavelmente perdidos postos de trabalho na indústria de transformação e da construção civil – enquanto a busca por “maior produtividade” também atingiu os trabalhadores dos setores de serviços, do comércio e até do próprio aparelho de Estado.

Tabela 3.21

Bahia: Saldos Anuais do Emprego por Atividades Econômicas (1985-1996)

Anos	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administ. Pública	Outras	Total
1985	2.602	-224	6.563	11.782	722	2.049	23.494
1986	8.017	358	7.010	10.004	752	126	26.267
1987	-778	-3.306	2.156	6.979	-284	-256	4.511
1988	805	5.716	3.378	10.690	39	253	20.881
1989	4.608	1.205	3.938	5.606	-618	1.814	16.553
1990	-9.334	6.021	-1.214	-2.967	-529	-2.964	-10.987
1991	-5.362	-2.291	-6.543	-2.674	84	-1.353	-18.139
1992	-5.102	-3.163	-2.771	-10.959	-86	-2.676	-24.757
1993	-225	782	2.238	7.534	-738	-1.156	8.435
1994	1.711	-1.386	5.773	4.320	-414	-560	9.444
1995	-859	-279	427	387	-414	400	-338
1996 *	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-6.458
1997 *	nd	nd	nd	nd	nd	nd	10.641
1998 *	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.993

Fonte: MTb, CAGED

Observação: * - Dados obtidos via <http://www.mtb.gov.br>. Para 1998, saldo acumulado até o mês de outubro.

O crescimento do desemprego formal termina por acirrar as desigualdades sociais, levando grande contingente da população economicamente ativa à informalidade e ao

subemprego, quando não acontecem fenômenos mais graves como o aumento da prostituição e da criminalidade, no ambiente urbano.

Possuidora de um dos mais baixos coeficientes de urbanização do país, a Bahia ainda tem muito a crescer na atividade agropecuária, extensiva e intensivamente. Com isto, ainda há possibilidade de liberação/expulsão de grandes contingentes de mão-de-obra e população do campo, deixando antever a potencialização de problemas urbanos em futuro não muito distante. À medida em que o capital avança em direção ao campo, aumenta a produtividade nas atividades agropecuárias, com reflexos positivos nos custos de reprodução da força de trabalho rural e urbana, mas com crescimento do desemprego e expulsão de população para as cidades. Esta urbanização, precisa ser acompanhada pelo surgimento de novas atividades trabalho-intensivas ou pelo incentivo às pequenas e micro empresas, exigindo maiores investimentos públicos em infra-estrutura de energia, saneamento, habitação, educação e saúde pública.

Aliás, alguns indicadores mostram que há muito por fazer no que se refere à "dívida social" do Estado na Bahia. Decerto que em alguns setores houve progresso como, por exemplo, na questão da mortalidade infantil, na redução do analfabetismo, etc. Todavia, foram desproporcionalmente menores os benefícios sociais, comparados aos benefícios econômicos.

Os indicadores de mortalidade infantil e de esperança de vida ao nascer são relativamente melhores na Bahia do que na média da região Nordeste. Todavia, neste mister, o Nordeste é a região de pior desempenho no país. Uma economia como a baiana, deveria ter indicadores sociais mais favoráveis. Ainda há mais mortalidade infantil aqui (50,2 óbitos por 1000 nascimentos) do que, por exemplo, no Paraguai (39), cujo PIB é bem menor que o baiano. Houve crescimento do número de estabelecimentos de saúde, de hospitais e de leitos. Mas comparativamente ao Nordeste e ao país, esta melhoria foi menos intensa (ver Quadro 3.01, adiante).

Quadro 3.01

Bahia, Nordeste e Brasil: Indicadores Sócio-Econômicos

Indicador	Ano de Referência	BAHIA		
		Absoluto	BA/NE	BA/BR
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos)	1980	95,97	0,79	1,46
	1995	50,20	0,80	1,20
Esperança de Vida ao Nascer	1980	57,99	0,99	nd
	1995	63,60	1,03	nd
Número de Hospitais	1985	409	0,27	0,07
	1992	417	0,24	0,06
Estabelecimentos de Saúde	1985	2.542	0,28	0,09
	1992	3.080	0,24	0,06
Número de Consultas no Ano (mil)	1985	23.345	0,24	0,09
	1992	43.974	0,21	0,14
Leitos por Estabelecimento (%)	1985	43,26	0,82	0,54
	1992	52,43	0,89	0,72
Taxa de Analfabetismo (Pessoas de 7 a 14 anos)	1985	47,95	0,90	1,70
	1995	31,26	0,88	1,80
Taxa de Analfabetismo (Pessoas de 15 anos e mais)	1985	35,63	0,90	1,72
	1995	28,31	0,93	1,82
Matrícula Inicial Ensino Pré-Escolar (mil Alunos)	1984	184	0,21	0,07
	1995	708	0,27	0,12
Matrícula Inicial Ensino do 1º Grau (mil Alunos)	1984	2.095	0,28	0,08
	1995	2.466	0,26	0,08
Matrícula Inicial Ensino do 2º Grau (mil Alunos)	1984	182	0,26	0,06
	1995	230	0,23	0,05
Matrícula Inicial Ensino Superior (mil Alunos)	1984	41	0,18	0,03
	1995	54	0,20	0,03
População Ocupada com Rendimentos até 1 S. Mínimo (%)	1985	42,64	0,89	1,32
	1995	34,62	0,96	1,57
População Ocupada com Rendimentos de 1 a 3 SM (%)	1985	27,95	1,09	0,85
	1995	27,11	1,04	0,83
População Ocupada com Rendimentos de 3 a 5 SM (%)	1985	6,78	1,20	0,60
	1995	5,69	1,00	0,47
Razão de Dependência em Relação à PEA (*)	1985	1,53	0,97	1,12
	1995	1,10	0,96	0,87

Fontes: SUDENE, via <http://www.sudene.gov.br/indicadores/>; IBGE, Anuários Estatísticos e Censos Demográficos

Observação: (*) Razão de Dependência em relação à PEA = (População não Economicamente Ativa mais População com menos de 10 anos) / PEA.

Houve melhora nos indicadores de educação com redução dos percentuais de analfabetismo. Entretanto, quando comparados aos mesmos indicadores regionais e nacionais, os números mostram que o combate ao analfabetismo teve resultados mais modestos na Bahia: na verdade, aumentou relativamente a taxa de analfabetos com mais de 15 anos em relação ao conjunto do Nordeste e do Brasil, no período 1985-1995. Novamente, vê-se que o resultado

econômico da **desconcentração concentrada**, não correspondeu à melhoria proporcional nos indicadores de analfabetismo. Observou-se, proporcionalmente ao Brasil, um aumento na taxa de analfabetismo: sua taxa que era 1,72 vezes maior que a brasileira em 1980, passou para 1,82 vezes em 1995, para a população de faixa etária acima dos 15 anos. Da mesma forma, correspondia a 90% da nordestina em 1980, “evoluindo” para 93% na mesma faixa etária.

Para reforçar a afirmação de que houve assimetria entre resultados sociais e econômicos, basta comparar os indicadores da Bahia com os de alguns países com economias muitíssimo menores. Tomemos como exemplo a taxa baiana de analfabetismo (28,3%), que corresponde a 1,8 vezes a brasileira; ela é, também, maior do que a de países como Bolívia (17%) e Paraguai (8%) ou Cuba (apenas 2%) e equivale à do Zaire (28%)³³.

No que se refere a oferta de matrículas nos diversos níveis de ensino, verifica-se que houve espetacular incremento de matrículas no pré-escolar, superando o crescimento da oferta do Nordeste e do restante do país. Mas nos outros níveis, em que pese haver incremento de vagas, a participação do estado não foi modificada, acompanhando a tendência regional e nacional. Possuindo 28,8% da população nordestina, a Bahia tem 20%, 26% e 23%, respectivamente das matrículas do ensino superior, do primeiro e do segundo graus da região. Isto mostra desvantagem sistêmica do estado numa questão crucial para a manutenção ou atração de investimentos que utilizem novas tecnologias. Apesar do crescimento populacional e do processo de urbanização que vem se acelerando nos últimos anos, a Bahia não conseguiu implementar melhorias significativas no ensino formal e técnico visando a preparação de mão-de-obra qualificada para um mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de nível de educação formal. Como as oportunidades de trabalho no setor formal da economia tornam-se cada vez mais disputadas, grande parte da população ocupada (POC) é alocada em atividades informais,

³³ - Com uma renda per capita correspondendo a 55% da brasileira e superior 18% ao conjunto do Nordeste, a Bahia (US\$1.474 em 1991) possuía indicadores em educação e saúde inferiores ou equivalentes aos de países como Bolívia (renda per capita de US\$630, em 1990), Haiti (US\$370), Paraguai (US\$1.100) e Zaire (US\$220)!!!

autônomas ou em formas de subemprego, auferindo rendimentos relativamente mais baixos e submetendo-se a condições de trabalho precárias.

Ainda coexistem com a parte moderna da economia baiana, formas de organização de caráter pré-capitalistas. Por outro lado, a ocupação de parte da população nessas atividades estimula um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação. No caso de serviços de reparação e manutenção (mecânica, estofados, móveis, relógios, eletrodomésticos, construção civil, etc), da camelotagem, do artesanato menos articulado à indústria ou de alguns serviços especializados, as atividades informais terminam preenchendo espaços econômicos criados pela demanda das camadas de renda média e alta e de empresas estabelecidas formalmente. Todavia, a convivência com formas “arcaicas” de produção, seja no campo seja na cidade, comprimindo rendimentos e concentrando renda, representa um limite ao capital, na medida em que restringe a capacidade de expansão do mercado consumidor.

O crescimento das atividades terciárias, ao incorporar novas funções e tecnologias, vem também “camuflando” o crescimento do subemprego e das ocupações instáveis e mal remuneradas da informalidade. A prestação de serviços de diversas naturezas, ao mesmo tempo em que tem absorvido grande quantidade de mão-de-obra também tem concentrado grande contingente de pessoas situadas nos estratos inferiores de renda.

Houve relativo incremento da taxa de atividade (isto é, da relação entre a PEA - população economicamente ativa - e a PIA - população em idade ativa) e de participação da POC na PIA, entre 1981 e 1995 (vide, novamente, Tabela 3.20), ao tempo em que reduziu-se a razão de dependência em relação a PEA (ver Quadro 3.01). Este desempenho foi acompanhado de uma pequena melhoria no perfil de rendimentos da população ocupada: em 1985, 77% recebia rendimentos inferiores a 5 salários mínimos, enquanto em 1995 este percentual reduzia-se para 67,42%. Houve melhoria destes indicadores relativamente à situação nordestina porém distanciamento em relação ao restante do país: a parcela da população ocupada com rendimentos de até um salário mínimo passou a ser 1,57 vezes maior que no Brasil; enquanto a que recebe

entre 3 e 5 passou de 60% para 47% da parcela nacional. Em outras palavras, a pirâmide da renda da Bahia ficou mais achatada na base quando comparada com a média nacional.

4. Desconcentração, Inflexão e Perspectivas

É evidente que o “velho” comércio persiste e que as “velhas” indústrias domésticas, de “fundo de quintal”, ainda existem. Entretanto, malgrado a persistência dessas formas “arcaicas”, surge um elenco de atividades comerciais e industriais novas, estimuladas pela diferenciação e ampliação da indústria e por novas atividades agropecuárias e agroindustriais, que tendem a acelerar o processo de liquidação e sucateamento de muitas dessas unidades “arcaicas” de comercialização ou produção.

Por outro lado, ficam cada vez mais difíceis as condições de sobrevivência de iniciativas voltadas exclusivamente para mercados locais, demasiadamente restritos para a atual ordem industrial – que requer aglomeração industrial, para o estabelecimento de relações orgânicas entre firmas, umas criando mercados para as outras. A redução dos custos de produção e de circulação em larga escala vem contribuindo para que mercadorias padronizadas, produzidas além-mar ou em outras regiões do país alcancem mercados locais, em condições de competitividade com similares produzidos no interior do estado. Assim, a malha urbana, tanto na sua versão metropolitana quanto na interiorizada, vem se tornando carente de novos elementos infra-estruturais que alterem características físicas, sociais e econômicas da rede de cidades.

As especificidades e os movimentos dos capitais instalados na Bahia não corroboram a perspectiva de DINIZ (1995 e 1994), segundo a qual, há uma tendência à reconcentração da produção industrial no polígono compreendido entre o sul de Minas Gerais e o norte do Rio Grande do Sul (região que sedia as principais instituições de pesquisa e ensino). Afinal, na maioria dos setores onde o Brasil tem se mostrado competitivo no cenário internacional, pode-se observar que a Bahia encontra-se presente: seja nos complexos agro-industriais (soja, café e

laranja), na química (petróleo e petroquímica) ou no de celulose e papel (BAHIA, 1995a:21). Além do mais, como explicar a performance das economias cearense e potiguar, que continuam crescendo, atraindo indústrias de diversos setores? A proliferação de plantas agroindustriais e dos gêneros de alimentos e bebidas em todo o Nordeste é apenas ampliação da indústria “tradicional” nordestina? E a produção petrolífera do Rio Grande do Norte, que já justifica a implantação de mais uma refinaria no Nordeste, constituiria investimento (público ou privado) num setor “arcaico”? Obviamente, as respostas são negativas. Certamente, contudo, o mando do capital continuará centralizado, mas ainda é prematuro afirmar-se a existência de um processo de reconcentração, mesmo que enquadrado na figura de um “polígono”.

Mesmo num cenário geral de retração, de perda de competitividade em alguns setores, a Bahia pode ter desempenho crescente na indústria de celulose, voltada para o mercado externo (por exemplo, a Bahia Sul Celulose, sediada no município de Mucuri, a 900 Km de Salvador, vem exportando para quase 50 países, com preços e produtos competitivos internacionalmente). Como explicar o recente interesse e a ampliação da indústria de bebidas e de alguns segmentos da cadeia alimentar em aproveitar o mercado estadual de bens finais? A agricultura irrigada do Submédio São Francisco continua destinando grande parte de sua produção de uva e manga para o mercado externo. Aliás, o desempenho da agricultura irrigada, localizada tanto no oeste do Estado quanto no Sub-Médio São Francisco, tem respondido por 80% das exportações brasileiras de uvas e mangas, com possibilidades de ampliação, a partir de acordos comerciais entre os países do Mercosul e com a Comunidade Econômica Européia, suscitando investimentos em P&D, particularmente no que se refere à busca de avanços na engenharia genética, nas empresas, instituições de pesquisa e universidades regionais.

É verdade que o processo de desconcentração tem dado mostras de inflexão. Todavia alguns projetos resultantes do II PND ainda dispõem de capacidade de crescimento, seja pela demanda interna, seja porque ainda persistem indústrias baseadas no paradigma *fordista* de produção. Por outro lado, observa-se ainda um movimento de indústrias trabalho-intensivas que recentemente passaram a instalar unidades em estados nordestinos, em busca de salários baixos e força de trabalho desorganizada, todavia com plantas mais modernas que as fechadas no Sudeste e Sul e, portanto, com maior produtividade.

Esta constatação, contudo, não implica dizer que não haja limites à expansão da nova indústria na Bahia. No que diz respeito ao complexo petroquímico, por exemplo, sabe-se que o tamanho do mercado interno brasileiro, em termos de renda, tem colocado grandes obstáculos ao desenvolvimento desta atividade econômica. O Brasil consome, por habitante, 7 vezes menos produtos petroquímicos que a Alemanha e 4,7 vezes menos que a França (COUTINHO e FERRAZ, 1994). A possibilidade de expansão deste complexo é cada vez mais limitada pela existência de uma grande oferta estrutural internacional de produtos petroquímicos, de forma que a manutenção de superávits comerciais fica problematizada. Por outro lado, a nova geração de petroquímicos faz com que aumentem as necessidades de reestruturação tecnológica do COPEC – o que demandaria grandes investimentos privados e/ou estatais. Uma possível retomada do crescimento econômico no país poderia aumentar a demanda doméstica e promover melhor desempenho da petroquímica baiana, podendo gerar projetos de expansão à base da química fina.

De acordo com dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, no período 1992/1994, mais de 67% dos investimentos industriais concentraram-se apenas nos municípios de Mucuri e Camaçari. Neste período, apenas 9 municípios (acrescente-se Salvador, Simões Filho, Madre de Deus, Feira de Santana, Barreiras, Irecê e Ituaçu) do estado eram responsáveis pela quase totalidade dos investimentos na indústria do estado. Tratava-se de investimentos voltados para a indústria química, petroquímica e metalúrgica, instaladas majoritariamente na RMS. Mas parte considerável era também destinada à de papel e celulose, no Extremo Sul (Mucuri, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Belmonte e Ibiapoã) - grande parte para Vera Cruz Florestal, cujo início de operação está previsto para o ano 2.000 - indústrias capital intensivas. A indústria da celulose é, talvez, o setor que se apresenta mais promissor em termos de perspectivas de crescimento na Bahia. As favoráveis características de clima e de cultivo, imprimem alta produtividade e competitividade a esta atividade, localizada no Extremo Sul do estado. A instalação de mais uma grande planta industrial mais do que duplicará a capacidade produtiva do setor, provocando não só impactos ambientais mas também crescimento econômico para a região.

Os investimentos em turismo e indústria tem se concentrado na faixa litorânea do estado, deixando para o espaço interiorizado a agricultura extensiva e a mais competitiva, que se desenvolvem tanto no Oeste quanto no Submédio São Francisco. Na grande área central do

semi-árido, permanecem atividades em franca crise, mais vulneráveis aos rigores das secas, somente compensadas por alguns pólos de desenvolvimento no Vale do Paraguaçu ou na mineração, em pontos isolados. A observação desse comportamento aponta para três vetores de expansão urbana: um na direção Oeste, tendo Barreiras como seu epicentro; outro no pólo Juazeiro/Petrolina; e, finalmente, toda a faixa limitada entre o traçado das rodovias BR-101, BR-116 e o litoral do estado. Com isso, pode-se antever processos de estagnação das estruturas urbanas nas regiões centrais do estado, mormente naqueles municípios do semi-árido, caso permaneçam as atuais tendências de inversões privadas e a redução ou ausência de gastos públicos em infra-estrutura, que outrora foram responsáveis pela atração de investimentos em regiões de fronteira.

Capítulo IV – FEIRA DE SANTANA: INSERÇÃO NOS PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO COMERCIAL E DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

*(...) O trabalhador não cansa
De plantar os seus ideais
Nesta lavoura de sonhos
Que a gente não colhe jamais. (...)”*
[Joel Marques, “Lavoura e Sonhos”]

Neste capítulo, pretendo analisar o processo de inserção de Feira de Santana nos movimentos de **articulação comercial** e de **integração produtiva** que construíram a economia nacional, através das suas transformações estruturais – vale dizer, verificar como ocorreu sua inserção nas principais tendências de desenvolvimento das economias baiana, nordestina e brasileira, mormente a partir da implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), nos anos 70.

Tentarei mostrar que os movimentos específicos que ocorreram no espaço local articulavam-se plenamente às estratégias empresariais e aos planos estabelecidos pelo Estado, em todos seus níveis, como parte do processo de **desconcentração econômica**, que integrou espaços periféricos na conformação de um mercado nacional. A **desconcentração concentrada** (espacial e setorialmente) também teve seus efeitos nos investimentos realizados no CIS. A manifestação do caráter desigual e combinado dessa desconcentração apareceu nos volumes de investimentos e nas complementaridades intersetoriais dos mesmos, principalmente entre os gêneros instalados no CIS e a indústria da RMS.

A análise histórica do período compreendido desde a origem de Feira de Santana até fins dos anos 50, já neste século XX, está registrada, com riqueza de detalhes, em POPPINO (1968). Outros trabalhos sobre o município – não necessariamente vinculados a uma análise econômica de seu desenvolvimento – se debruçaram sobre períodos mais recentes, como é o caso de MELLO E SILVA (1985), BAHIA, FUNDAÇÃO CPE (1990), GOTTSCHALL e SANTANA (1990), CEPES (1993), PORTO e CARVALHO (1995) e FREITAS (1998). Não me deterei, portanto, nas minúcias que levaram o município a desenvolver desde cedo uma economia

comercial vinculada ao crescimento agropecuário da região e ao processo de industrialização, baseado na transformação de matérias-primas produzidas localmente.

Na primeira seção, farei uma rápida revisita à história econômica da cidade, para enfatizar seu papel comercial, sua dependência dos fluxos comerciais com destino ao Recôncavo e a formação de um primeiro surto industrial. O objetivo central, no entanto, será vincular seu crescimento ao movimento mais amplo de inserção no processo de **articulação comercial**.

Na seção 2, discorro sobre a industrialização do município e sua **integração produtiva** no contexto nacional. Tento mostrar a inserção solidária da economia *feirense* no processo de **desconcentração econômica** e como foi transformada sua estrutura no período 1970-1985. Veremos que o processo de pecuarização do campo não significou o avanço da empresa capitalista rural e que o ingresso da nova indústria trouxe novas relações de produção capitalistas que, contudo, prescindiram de modificações radicais no campo. Ao mesmo tempo sua indústria assumia um perfil nitidamente produtor de bens intermediários.

Na terceira seção, examino as transformações estruturais da economia *feirense* no período pós-1985, com ênfase na indústria e nos movimentos que o capital industrial vem fazendo, no sentido do aproveitamento das vantagens competitivas do município.

Antes de prosseguir, porém, gostaria de fazer uma advertência ao leitor. Neste e no capítulo seguinte, em diversos momentos, estarei estabelecendo comparações entre o município de Feira de Santana e sua região de influência, que em alguns momentos refere-se à Microrregião Homogênea (MRH), regionalização adotada pelo IBGE, que abrange 19 de municípios¹ e é nucleada por Feira de Santana. Em outros, esta regionalização ultrapassará os limites da MRH e ampliar-se-á no sentido da inclusão de municípios como Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Santo Estevão e até mesmo Serrinha. Esta espacialização mais se aproxima do conceito de “Região

¹ - Fazem parte dessa microrregião, os municípios de Água Fria, Anguera, Antonio Cardoso, Castro Alves, Coração de Maria, Elisio Medrado, Feira de Santana, Iaçú, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Ouriçangas, Pedrão, Santa Bárbara, Santanópolis, Santa Terezinha, Santo Estevão, Serra Preta e Tanquinho.

Econômica do Paraguaçu”² utilizado pelo governo estadual da Bahia. Embora os diversos conceitos de região sejam passíveis de críticas, quaisquer que sejam os critérios para sua determinação³, não tentarei entrar no mérito da questão. Apenas utilizarei as estatísticas disponíveis para reforçar argumentos sobre o desenvolvimento econômico do município e de sua região de influência, que ora pode ser a MRH de Feira de Santana, ora a RE Paraguaçu ou uma região intermediária entre esta e a utilizada por MELLO E SILVA (1985).

1. Da Articulação Comercial Sub-Regional à Articulação do Mercado Nacional

Desde sempre, a atividade comercial constituiu-se na principal característica econômica e cultural da cidade de Feira de Santana. E isto acontecia em decorrência de sua proximidade com o Recôncavo e a capital do estado. A raiz do seu próprio nome – “Feira” – demonstra o quão tem sido (e foi) importante a atividade mercantil para sua formação histórica.

² - Dos 19 municípios que integram a microrregião homogênea (MRH) de Feira de Santana, seis estão fora da região econômica (RE) do Paraguaçu: Água Fria (que integra a RE Nordeste), Castro Alves, Elisio Medrado e Santa Terezinha (que fazem parte da RE Recôncavo Sul), Ouriçangas e Pedrão (que integram a RE Litoral Norte). Além dos 13 municípios restantes da MRH, a RE Paraguaçu compreende mais outros 29: Amélia Rodrigues, Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Candeal, Capela do Alto Alegre, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Gavião, Ichú, Ibiquera, Itaberaba, Itaetê, Lajedinho, Macajuba, Mairi, Marcionílio Souza, Mundo Novo, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Piritiba, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Ruy Barbosa, São Gonçalo dos Campos, Tapiramutá, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Várzea da Roça.

³ - MELLO E SILVA (1985) faz uma discussão apropriada acerca dos limites da análise que contempla estas formas de regionalização. Ao mesmo tempo, com base no modelo de Christaller, estabelece uma outra “Região de Feira de Santana”, para conduzir sua própria análise. Sua “regionalização” compõe-se de 75 municípios, num espaço contínuo que extrapola os da MRH ou RE acima. Curiosamente, quatro municípios da MRH de Feira de Santana (que não participam da RE Paraguaçu) e outros nove da RE (que não participam da MRH) não constaram dessa relação, porque não atenderam os principais requisitos do modelo utilizado. Voltarei a análise desta regionalização no momento oportuno.

“A feira, que teve início no primeiro quartel do século XVIII, deu o seu nome à atual Feira de Santana. Conhecida a princípio como a feira de Santana dos Olhos d’Água, depois se chamou simplesmente Feira de Santana.” (POPPINO, 1968:20)⁴

Até o início do século XX, numa época em que os fluxos comerciais do país eram prioritariamente voltados para o exterior, comercializavam-se na feira quase todas as mercadorias de origem agrícola e pastoril produzidas na região com destino ao Recôncavo, principalmente para Salvador, que era o grande centro consumidor. Aliás, naquele momento, a Bahia era uma das “ilhas” do “arquipélago econômico” brasileiro. E Salvador, sede administrativa de uma extensa faixa territorial, subordinava econômica, política e culturalmente pequenas cidades localizadas no Recôncavo, além de algumas localidades incrustadas no interior do estado – decorrência imediata dos ciclos do ouro, dos diamantes, do gado e, mesmo das extensas áreas de produção de fumo, açúcar e algodão que se estendiam além, na direção do rio São Francisco.

A relação subordinada que Feira de Santana mantinha com a sede da província da Bahia era reproduzida em sua relação com os demais municípios de sua proximidade. Os principais fluxos de mercadoria e dinheiro que se deslocavam no sentido interior-Salvador-interior tinham em Feira de Santana um ponto de intermediação. Ao longo do século XIX, esta cidade passaria a ocupar crescente importância nos negócios com Salvador, tornando-se *locus* privilegiado para a realização de periódicas feiras de gado. E isto era facilitado seja porque a localização da cidade possibilitava melhor acesso aos fluxos pastoris oriundos de Mundo Novo, Jacobina ou de localidades próximas ao médio São Francisco, seja por força de suas excelentes pastagens naturais, seja, principalmente, porque sofria menores impactos decorrentes das secas periódicas que atingiam comarcas mais distantes, já que possuía inúmeros riachos, lagoas, nascentes (denominadas popularmente por “olhos d’água”) e grandes rios.

⁴ - “(...) A área agora ocupada pelo município de Feira de Santana achava-se sob a supervisão das autoridades temporais e espirituais da Cidade do Salvador. (...), foi elevada a categoria de paróquia em 1696, (...) (que) chamou-se de São José das Itapororocas.” (...) “a 13 de novembro de 1832, o povoado de Feira de Santana foi elevado à categoria de vila. Passou a ser, então, a sede do recém criado município de Feira de Santana, vasta zona de mais de 12.000 Km² desmembrados do município de Cachoeira.” (POPPINO, 1968:19-24) Em 16 de junho de 1873, a vila seria elevada à categoria de cidade com a denominação de *Cidade Comercial de Feira de Santana*. O município de Feira de Santana só seria criado, como unidade política, em 1933.

A predominância de relações mercantis, imprimindo característica marcante desde sua origem, não significou acumulação de capitais em escala suficiente para determinar grandes avanços econômicos, pelo menos até que a ação deliberada do Estado tornasse o município uma opção favorável para investimentos de maior envergadura. A estrutura fundiária, herdada do período colonial, insistia em se reproduzir e aquela pequena burguesia mercantil pouco decidia – na verdade, o poder político mantinha-se nas mãos dos grandes fazendeiros da região.

Até 1860, os caminhos e as estradas que interligavam o interior do estado com Salvador eram precários e demandavam vários dias de viagem em carros de bois, carroças ou no lombo de animais. Com o crescimento da feira e o adensamento destes fluxos, o governo da Bahia traçaria, já em 1917, um primeiro plano de construção de estradas, elegendo o trecho Salvador-Feira como o tronco principal e, efetivamente, a partir de 1938, o município já experimentava o fortalecimento de sua posição como foco de irradiação e convergência de um sistema de rodovias, com recursos públicos da Bahia e da União⁵. Na verdade, a aplicação de tais recursos respondia a uma **necessidade** de agilização e redução de custos privados, para produção e circulação de matérias-primas e mercadorias provenientes de diversos municípios do interior, que se realizavam na capital. Mas havia, também, a **necessidade** do capital paulista e do Centro-Sul de incorporar parcelas adicionais do mercado nordestino, via **articulação comercial**. E estes fluxos, necessariamente, teriam como ponto de passagem o município de Feira de Santana – uma vez definido o traçado da rodovia BR-116.

O município seria beneficiário, assim, da confluência de interesses que reforçavam sua posição estratégica, perante os fluxos de capitais com destino ao Nordeste e a Salvador. fortalecendo o comércio local e gerando investimentos em atividades diversificadas. Desde cedo, os excedentes obtidos com a atividade comercial haviam proporcionado o surgimento de uma

⁵ - “O plano estadual, publicado em 1938, incluía a construção de sete estradas reais para ligar a Cidade do Salvador aos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Todas, menos as duas últimas, passavam pelo município de Feira de Santana. (...) Conquanto somente dois dos sete caminhos interestaduais estivessem concluídos, em 1950, Feira de Santana ligava-se por estrada para automóveis com qualquer cidade importante da Bahia, a leste do Rio São Francisco. A rodovia BA-ES, que passava por Humildes, ligava o município de Feira de Santana com a rica região produtora de cacau do sudeste da Bahia (...)” POPPINO (1968:212)

incipiente indústria beneficiadora do fumo e do preparo de carnes, couros e peles, cujo valor da produção era sobrepujado pela pecuária ou mesmo pela agricultura. Desde 1860, aliás, registrava-se a presença de unidades de pequeno porte, baseadas em trabalhos manuais, com pouca utilização de vapor ou de máquinas. Em 1940, Feira de Santana já possuía 29 estabelecimentos, entre usinas de beneficiamento e fábricas de pequeno porte.

Nos anos 40 deste século, sua produção industrial encontrava-se limitada por dois aspectos fundamentais: a) o pequeno tamanho do mercado local e sub-regional, principalmente no aspecto da baixa renda de sua população; e b) a concorrência, ainda que pequena, de produtos mais elaborados ou sofisticados, em parte importados através de Salvador, mas crescentemente oriundos de São Paulo. Estes passavam a circular com mais frequência, na medida em que formava-se o mercado nacional, desestimulando a instalação de plantas modernas, mais mecanizadas. Os produtos melhor elaborados chegavam do Sudeste brasileiro a preços mais baixos e tornava-se impossível conquistar fatias de mercado naquelas faixas de produtos. Naquele momento, a indústria local só poderia sobreviver, no curto prazo, produzindo para o mercado local mercadorias mais rudimentares – apenas alguns artigos semi-acabados, como fumo, algodão e peles e produtos da mineração, voltadas para o mercado de Salvador e de cidades vizinhas, recebiam investimentos em melhoria tecnológica.

Mesmo assim, Feira de Santana experimentaria um “surto” de crescimento industrial durante os anos 40 a 60 que a colocaria como segundo centro industrial do interior do estado, em quantidade de estabelecimentos, ao final deste período⁶. A indústria *feirense* do início dos anos 60 possuía 293 estabelecimentos, 41,6% dos quais dedicados à transformação de minerais não-metálicos e 18% à produção de gêneros alimentícios. Apenas 2,7% dos estabelecimentos

⁶ - O censo de 1940 registrava a presença de 29 estabelecimentos industriais em Feira de Santana (correspondentes a 1,6% dos estabelecimentos da Bahia), que empregavam 214 pessoas (0,7% da mão-de-obra ocupada na indústria baiana). Em 1939, a contribuição das indústrias do município para o produto industrial baiano era insignificante: apenas 0,5%. Dez anos depois, o valor da produção industrial *feirense* já representava 3,5% da produção baiana (a terceira maior produção industrial do estado). Em 1950, “(...) o valor da produção industrial (de Feira de Santana ficava), abaixo apenas do valor do comércio do gado, (e era) quase o dobro do que representava a colheita agrícola desse ano.” POPPINO (1968:235, parêntesis meus) Por outro lado, o Censo de 1950 mostrava que Feira de Santana aumentara em mais de 6 vezes o número de estabelecimentos industriais, passando para 180 (4,2% do estado). Com unidades de pequeno porte, o pessoal ocupado não aumentaria na mesma proporção: apenas 949 pessoas (isto é, 2,2% da mão-de-obra empregada na indústria baiana).

produziam bens de consumo duráveis ou de capital (Tabela 4.01). Em 1960, Feira de Santana era o segundo município baiano em número de estabelecimentos industriais. Sua indústria de menor porte, entretanto, tinha o quarto maior número de pessoal ocupado da Bahia e o valor da transformação industrial (VTI) dos seus estabelecimentos era, em 1959, o sexto maior do estado, muito abaixo da transformação industrial dos municípios de Salvador e São Francisco do Conde, mas também de Ilhéus, Alagoinhas e Santo Amaro.

Tabela 4.01

Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial e Participação da Indústria Municipal na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia - (1960)

Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e VTI	Total	Grupo de Gêneros Industriais ^{*1}		
		Grupo I	Grupo II	Grupo III
<u>Estabelecimentos</u>	293	145	140	8
Estrutura (%)	100,0	49,5	47,8	2,7
Participação FS/MRH (%)	52,4	54,1	49,8	80,0
Participação FS/BA (%)	4,9	4,4	5,5	8,6
<u>Pessoal Ocupado</u> ^{*2}	2.051	nd	nd	nd
Participação FS/MRH (%)	72,9	nd	nd	nd
Participação FS/BA (%)	4,1	nd	nd	nd
<u>Valor da Transformação Industrial</u> ^{*2}				
Participação FS/MRH (%)	74,7	nd	nd	nd
Participação FS/BA (%)	1,7	nd	nd	nd

Fonte: IBGE, Censo Industrial, 1960.

Observações: *1 – Os estabelecimentos industriais estão aqui agrupados de acordo com as características majoritárias de uso final de seus produtos.

Grupo I – indústrias que, majoritariamente, produzem bens de consumo final, não duráveis (Mobiliário; Perfumaria, Sabões e Velas; Têxtil; Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos; Alimentos; Bebidas; Fumo; e Editorial e Gráfica);

Grupo II – indústrias produzem prioritariamente bens de consumo intermediário (Extrativa Mineral; Minerais Não-Metálicos; Metalúrgica; Madeira; Papel e Papelão; Borracha; Couros e Peles; Química; e Matérias Plásticas); e

Grupo III – indústrias que produzem bens de consumo duráveis e de capital (Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações; Material de Transporte; e Diversas).

*2 – O censo econômico de 1960 não discriminava pessoal ocupado e VTI por gêneros, para o município de Feira de Santana.

nd = informação não disponível.

Comparativamente ao início dos anos 50, a indústria *feirense* dos anos 60 possuía 1,6 vezes mais estabelecimentos e empregava 2,2 vezes mais. Sua contribuição para o produto industrial baiano, contudo, decrescera de 3,5% para 1,7%. Isto ocorria, não porque a produção da indústria local não houvesse crescido. É que o conjunto da indústria estadual, (notadamente a instalada em Salvador e área metropolitana) passava por um processo de crescimento intenso,

provocado pela atividade do refino e extração do petróleo, entre outras⁷. A estrutura e natureza da grande indústria que se instalava em Salvador e na região metropolitana era bastante diferente e concentrada: desde o tamanho das plantas, que exigia maior volume de capitais, até a tecnologia utilizada, mais moderna do que a utilizada nas demais cidades do estado. E isto não acontecia com a indústria *feirense*, cujo processo crescia subordinado às demandas locais ou subsidiariamente ao crescimento da demanda metropolitana.

Além da indústria, progrediam as atividades terciárias, que aumentaram em número de estabelecimentos e pessoal ocupado. As atividades comerciais e os serviços incrementavam-se com a feira semanal. O varejo e o atacado cresciam, assim como os serviços de hospedagem, transportes, alimentação, etc. O setor terciário era responsável pela ocupação de grande contingente populacional do município e da região⁸.

A feira do gado continuava a ser o fator mais importante na economia *feirense*, apesar do crescimento da atividade industrial. A feira, que anteriormente funcionava apenas uma vez por semana, às segundas-feiras, já se estendia até sexta ou sábado. Negociavam-se, além do gado bovino, mulas, jumentos, carneiros, cabras, porcos, galináceos e ovos, frutas, verduras e artigos de manufatura doméstica. O grande volume comercializado (em média, mais de quatro mil bovinos por feira), garantia seu funcionamento por toda a semana. A movimentação de gado para corte, engorda e venda tornava a feira um evento digno de destaque no cenário nacional. Poucos eventos deste tipo podiam rivalizar em volume de negócios ou em aspectos culturais: talvez as feiras de Quixadá e Baturité, no Ceará ou a de Campina Grande, na Paraíba, ou ainda a de

⁷ - Para que possamos ter uma noção dessa disparidade, façamos uma comparação entre o VTI da indústria química baiana – altamente concentrada no Recôncavo – cuja produção respondia por mais de 23% do VTI baiano e a totalidade da indústria de Feira de Santana (inclusive a produção química): só a produção estadual desse gênero industrial era superior quase 14 vezes o VTI de toda indústria local.

⁸ - O Censo de 1950 registra a existência de 631 estabelecimentos no comércio varejista do município (correspondentes a 3% do estado), que empregavam 1086 pessoas (pouco mais de 3% do pessoal ocupado no comércio varejista de todo o estado). Já o comércio atacadista, com 45 estabelecimentos (2,7% da Bahia), empregava 120 pessoas (1,4% do estado no ramo). De acordo com POPPINO (1968:244): “Em 1950, estavam empregadas, em 698 casas de negócios, quase duas mil pessoas. (...) as atividades comerciais representavam aproximadamente um quarto da riqueza econômica de Feira de Santana. (...) As condições que favoreceram ao desenvolvimento industrial, também trabalharam em favor de uma expansão comercial ulterior.”

Caruaru, em Pernambuco. A grande feira da cidade, todavia, já ultrapassara bastante esses mercados, nos anos 50⁹.

Tabela 4.02

Feira de Santana: Estabelecimentos e Pessoal Ocupado nas Atividades Terciárias e Participação Setorial na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia - (1960)

Atividade	Estabelecimentos			Pessoal Ocupado		
	F. de Santana	FS/MRH	FS/BA	F. de Santana	FS/MRH	FS/BA
<u>Comércio</u>						
Atacadista	84	44,0%	4,6%	2.386	51,3%	4,5%
Varejista	1.327	47,9%	4,4%	320	64,4%	3,8%
<u>Serviços</u>	560	56,7%	4,0%	1.420	62,9%	4,7%

Fonte: IBGE, Censo do Comércio e Serviços, 1960.

No início dos anos 60, havia duas vezes mais estabelecimentos comerciais e de serviços do que em 1950, sendo que o segmento varejista aumentava o pessoal ocupado de 1.086 pessoas para 2.386 e o atacadista alocava 320 pessoas – 2,7 vezes mais do que em 1950. Os serviços empregavam 1.420 pessoas em 560 estabelecimentos espalhados pela cidade. Estes números, expressivos no contexto da microrregião de Feira de Santana (vide Tabela 4.02), representavam ainda pouco no conjunto do estado. As atividades terciárias localizadas na metrópole cresciam em maior proporção do que no restante do estado, sob o impacto dos investimentos industriais concentrados naquela região. Assim, mesmo havendo crescimento do terciário *feirense*, sua participação no conjunto estadual seria reduzida, por conta do maior crescimento em Salvador. Com efeito, os dados do IBGE mostram que o comércio varejista, que possuía 3% dos estabelecimentos baianos em 1950, passaria a ter 4,4% em 1960, gerando 6,4% da receita total da atividade varejista no estado. Por outro lado, o setor atacadista passaria de 2,7% em 1950, para 4,6% dos estabelecimentos atacadistas do estado em 1960, gerando 3,6% da receita total setorial

⁹ - “Em todo o Brasil, somente a feira de gado de Três Corações, em MG, era superior à de Feira de Santana (...)” (POPPINO, 1968:170)

baiana. Os 560 estabelecimentos de serviços (4% do estado, conforme Tabela 4.02) conseguiam obter receita total correspondente a quase 5% da receita setorial na Bahia.

Alguns fatores foram essenciais para o crescimento terciário e industrial *feirense* dos anos 50 e seguintes. A construção e inauguração da BR-116, cujo traçado contempla o município e a cidade, facilitaria ainda mais os fluxos de passageiros (consumidores, mão-de-obra e investidores) e de mercadorias. A partir de então, graças a ação do Estado nacional e baiano, seriam implementadas as conexões rodoviárias com as principais cidades do estado e do país.

“A rodovia BA-ES integrou o município à região do cacau, enquanto a estrada para Goiás foi aberta até Seabra. A estrada BA-PI foi concluída até Jacobina, com ramais que se estendiam até Xique-Xique, Sento Sé e Juazeiro. Através de São Sebastião do Passé, Feira de Santana se integrou ao nordeste do Estado e a Sergipe e Alagoas. Em 1949, a BR-116 (em cascalho) foi concluída e Salvador, através de Feira de Santana, ligou-se ao sudoeste do Estado e aos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Paralelamente, construiu-se grande parte da estrada transnordestina, ligando a Bahia a Pernambuco, via Feira de Santana. Com esta rodovia, todos os municípios das microrregiões de Serrinha e do Sertão de Canudos aproximaram-se de Feira de Santana. (...) Pelos fins da década de 50, o Estado iniciou a fase de rodovias asfaltadas, com a conclusão da BR-324. Entre 1960 e 1980, Feira de Santana tornou-se um centro de irradiação de vias asfaltadas para todos os maiores centros urbanos do Estado e do País.” (MELLO E SILVA, 1985:256)

Outro aspecto a ser evidenciado é que a extensão da rede de distribuição de energia elétrica, partindo de Paulo Afonso em direção a Salvador e passando pelo município, criaria condições para instalação de fábricas de maior porte (até então, justificava-se o tamanho pequeno das plantas industriais pela insuficiente e inadequada oferta de energia elétrica).

O próprio crescimento urbano e industrial de Salvador, poderia ser apontado como fator contribuinte, na medida em que as demandas ali localizadas impulsionavam as atividades produtivas e terciárias *feirenses*. Mas, para além destes fatores, muito contribuíam (ainda que em escala muitíssimo menor que a observada em Salvador) seu próprio crescimento populacional e o progresso nos transportes.

Feira de Santana reforçava seu papel de entroncamento nacional (e não mais regional) – um importante centro de serviços de apoio a transportes de carga e de passageiros. Crescia sua **articulação comercial** com Salvador e rumo ao interior do país. Num momento em que a Bahia, isto é, Salvador e sua região metropolitana integravam-se produtivamente a lógica do capital industrial nacional. Com isto, a lógica de reprodução do capital mercantil e industrial instalados em Feira estaria crescentemente atrelada ao ritmo e interesses dos capitais de fora da região, que se dirigiam à Bahia.

Os grandes projetos de infra-estrutura industrial e de instalação da Petrobrás, que provocaram o grande surto industrializante da Região Metropolitana de Salvador (RMS), passariam a exercer influência decisiva no desempenho econômico do município de Feira de Santana, modificando o perfil de suas atividades e de sua organização urbana – num processo de modernização que, contudo, não prescindia dos antigos estabelecimentos comerciais ou industriais, nem tampouco das relações de produção no campo. Enfim, nos anos 60, quando a grande indústria baiana, concentrada na RMS, se integrava à lógica de acumulação da indústria nacional, Feira de Santana não só exercia papel fundamental na **articulação comercial** do mercado nacional, como também aproveitava suas vantagens locacionais para imprimir um ritmo crescente ao seu próprio processo de industrialização.

Em meados dos anos 60, todavia, a indústria local ainda era constituída por unidades de pequeno porte, de administração familiar, concentrada em atividades de serralherias, autopeças, oficinas, na produção de artefatos de cimento, de alimentos e bebidas e um grande número de pequenas fábricas de colchões de mola. Apesar de atividades pouco intensivas em tecnologia e investimento, o porte dos estabelecimentos industriais impedia que o setor utilizasse grandes contingentes de mão-de-obra¹⁰.

¹⁰ - Dados da COPLAN S/A Construções e Planejamento, em 1967, dão conta de que 82% dos empreendimentos industriais de Feira de Santana alocavam, cada um, menos de 15 empregados. O cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia/FUNDAGRO registrava 109 estabelecimentos. Sabe-se, porém, da existência de mais unidades industriais de pequenas e micro empresas, a maioria das quais não cadastradas nos registros da prefeitura ou do Estado ou funcionando clandestinamente. De acordo com BRITTO (1977:27), em 1965, haviam 531 indústrias, "(...) quando seria de esperar que continuasse aumentando a relação mão-de-obra/unidade industrial (...)" apesar de isto só vir a concretizar-se na década seguinte..

Apesar da pujança de sua atividade comercial, não havia capital local suficientemente acumulado para proporcionar a Feira de Santana um crescimento industrial baseado em unidades modernas e de maior porte. Isto só se tornaria possível com a ação do Estado em todos seus níveis, nacional, estadual e local. Efetivamente, nos anos 60, o ambiente político e econômico era favorável à implantação de novos distritos industriais que, com infra-estrutura e um sistema de financiamento adequado, pudessem atrair investimentos de porte, indutores e multiplicadores de emprego, renda, impostos e atividades terciárias. A teoria dos pólos de crescimento de Perroux permeava os principais estudos, projetos e programas, difundidos pelos meios acadêmicos e pela burocracia estatal. Por traz dos planos de interiorização do processo de industrialização, encontrava-se a idéia de que uma **indústria motriz**, poderia transformar **indústrias movidas** e, numa reação em cadeia, promover o desenvolvimento do interior do estado.

O Centro Industrial de Aratu (CIA) encontrava-se em funcionamento desde 1966/67, localizado no município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador, e o governo estadual planejava instalar mais outros distritos industriais pelo interior do estado¹¹. E era neste contexto que a municipalidade *feirense* – isto é, os interesses dos comerciantes e industriais, aliados ao da elite política local e regional – começava a precipitar a criação de um distrito industrial. Com efeito, em 1967, antecipando-se ao governo estadual, a administração municipal iniciava os trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI),

¹¹ - A Secretaria da Indústria e Comércio do governo estadual (SIC) institucionalizara, em 1967, o Programa de Industrialização do Interior (PROINTER), iniciado desde 1965 e lançado publicamente por ocasião do encerramento da I Semana de Desenvolvimento da Região de Feira de Santana. A partir de 1968, a SIC estabeleceria gestões com a UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – para a criação do Centro de Assistência a Pequenas e Médias Indústrias, objetivando dar orientação técnica, financeira e administrativa aos pequenos empresários, no tocante às oportunidades de investimento no estado. Para tanto, este Centro disporia de quadro profissional capacitado para a realização de estudos e pesquisas sobre a economia baiana, particularmente sobre a atividade industrial, e responsável pela divulgação de novos processos e tecnologias e treinamento de pessoal das empresas. A localização deste Centro em Feira de Santana contribuiria para transferir atenções para aquela localidade. A simples presença dos técnicos da UNIDO e do seu quadro permanente de funcionários no município estimulava iniciativas de ampliação, melhoria de processos e abertura de novas firmas industriais. A indústria local passaria a contar com orientação adequada para a resolução de problemas tecnológicos e informações acerca da existência de novos processos produtivos, de oportunidades de financiamento, de estudos de mercado, etc. Mais tarde (24/01/1970), o governo estadual transformaria este Centro numa agência de desenvolvimento industrial, de atuação em todo o estado da Bahia – a Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN) – que seria instalada na sede do Centro Industrial do Subaé.

reconhecendo a necessidade de criação de um distrito industrial. Após o lançamento do PDLI, entre julho de 1969 e dezembro de 1970, o governo municipal assinaria os decretos de desapropriação de áreas e a lei de institucionalização da autarquia denominada “Centro Industrial do Subaé”¹².

O novo distrito industrial nascia com vários estabelecimentos em funcionamento que já se encontravam instalados nas áreas delimitadas pela Lei que instituiu o CIS. No momento de sua fundação, o CIS contava com cartas de opção firmadas por 30 empresas para instalação naquela localidade, inclusive com 11 projetos em fase de análise ou aprovados pela SUDENE. Vale frisar que tais projetos destinavam-se a indústrias de maior porte do que as até então predominantes do município, causando expectativas favoráveis ao ambiente econômico local.

2. A Nova Indústria e a Integração Produtiva: 1970-1985

De “grande empório do sertão”, a cidade “Princesa do Sertão”¹³ passaria a adquirir características industriais sem, contudo, perder seu papel de articuladora do comércio regional e nacional, principalmente nos fluxos Sudeste-Nordeste. Inicialmente, estabelecimentos de pequeno porte e de capital “familiar” e depois unidades de porte médio, ligadas a grandes grupos nacionais e internacionais¹⁴, chegariam ao CIS, atraídos pelas linhas de crédito, subsídios e

¹² - A vontade política, explicitada no PDLI e nos atos do poder municipal, estava em consonância com a estratégia industrializante da administração do governo estadual: em novembro de 1969, a SIC e o Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), em convênio com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, publicavam o Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé. Neste Plano Diretor, concebia-se o novo distrito como uma área industrial de apoio e complementação do parque industrial do CIA, sem que isso implicasse qualquer especialização setorial.

¹³ - Expressão utilizada originalmente por Ruy Barbosa em 1919.

¹⁴ - A exemplo da Condngel S/A (1970), da Peterco (pertencente ao grupo Philips, instalada em 1972), da Phebo (1973), Pneus Tropical (instalada em 1975, mais tarde adquirida pela Pirelli), Jossan (do grupo Belgo-Mineiro, 1975), Primor (1978) e Química Geral do Nordeste (ligada ao Grupo Ipiranga, 1979).

facilidades oferecidos pelos organismos estaduais e municipais. As unidades menores, em geral, produziam bens finais ou intermediários voltados para mercado local e microrregional. As de maior porte produziam prioritariamente bens intermediários, destinados as indústrias do CIA ou mesmo ao mercado nacional e à exportação. Não obstante haver uma nítida atração da indústria produtora de bens intermediários, a diversificação setorial e a complementaridade com o CIA eram as principais marcas da nova indústria em Feira de Santana.

Apesar de toda a infra-estrutura oferecida pelo CIS e do atrativo dos incentivos fiscais e creditícios, a maioria dos estabelecimentos industriais de Feira de Santana continuaria dispersa por todo o tecido urbano¹⁵. O tamanho mínimo, adequado aos custos de localização no CIS, era um empecilho e isto contribuía para a relativa dispersão territorial dos pequenos estabelecimentos industriais, que preferiam a proximidade da rede de distribuição e do mercado consumidor. Efetivamente, a dispersão setorial da indústria *feirense* resultava em baixo aproveitamento das vantagens proporcionadas pela infra-estrutura e pelos incentivos fiscais daquele distrito.

As unidades de porte médio, todavia, continuariam preferindo as áreas abrangidas pelo CIS. A lógica da industrialização *feirense* era determinada em parte e principalmente pelo desempenho industrial da RMS, mas também pela demanda do interior do estado, que alimentava o crescimento das pequenas unidades, espalhadas pelo município. A proximidade com o parque industrial metropolitano de Salvador era uma forte razão para que as maiores unidades buscassem manter a produção voltada para as demandas do CIA. Mas também a melhoria no sistema de transportes rodoviários e a proximidade do porto de Salvador e Aratu alimentavam a produção destinada aos mercados extra regionais e internacional – ainda que, neste caso, em escala diminuta, no conjunto das indústrias locais.

¹⁵ - Entre 1978 e 1979, o cadastro da Associação Comercial de Feira registrava, entre 214 estabelecimentos, apenas 69 localizados em áreas do CIS. Em 1984, levantamento realizado pela empresa GEOTÉCNICA, para a revisão do Plano Diretor do CIS, constatava que das 229 indústrias do município, apenas 56 estavam instaladas nas áreas do CIS. Em 1993, pesquisa realizada pelo CEPES/UEFS, identificava 91 estavam situadas nas áreas de abrangência do CIS. Isto mostra que, apesar dos efeitos de atração das obras de infra-estrutura e dos incentivos fiscais, houve uma industrialização que aproveitou as vantagens do crescimento urbano local e da expansão dos investimentos em municípios vizinhos.

Evidentemente, os *backward* e *forward linkages* da nova indústria *feirense* sobre os demais setores da economia local estariam sobredeterminados pelo avanço do capital metropolitano em direção ao interior. Feira de Santana passava a ser mais um *sítio* do capital industrial nacional e internacional que, inicialmente concentrado na RMS, buscava novos espaços para sua realização.

O crescimento da indústria local na década de 70 e parte dos anos 80, vem acompanhado da expansão de atividades terciárias, com fortes ligações aos movimentos de valorização de terras rurais e urbanas. A construção civil e a urbanização comercial, empreendidas na esteira dos investimentos governamentais, que facilitavam o acesso às cidades do interior, trouxeram nova fisionomia urbana. Com recursos públicos, foram construídas novas avenidas, um anel rodoviário e diversos conjuntos habitacionais populares que atendiam aos interesses especulativos do capital imobiliário, no comércio de terrenos urbanos e rurais. Novamente, o Estado teve papel importante na transformação do espaço urbano de Feira de Santana.

A organização tradicional do espaço rural vigente até meados dos anos 70 passava também a ser comandada pela lógica de expansão dos capitais concentrados na RMS e dos novos investimentos ingressantes nas atividades urbanas em Feira de Santana.

“(...) Enquanto a economia rural recebe um impulso de capitalização da pecuária, o comércio se beneficia da organização regional da economia e a expansão industrial prossegue no mesmo padrão de simples proliferação e substituição de empresas, sem qualquer concentração por classe de indústria e, portanto, sem maiores efeitos de aglomeração.” (BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, 1985:46).

O processo de industrialização recente, promovido com a implantação do CIS e a política de incentivos fiscais e creditícios, provocou transformações importantes nas atividades agropecuárias e terciárias. O tamanho da economia *feirense* ultrapassava ainda mais os limites municipais e ganhava contornos para além da sua microrregião, atraindo fluxos de mercadorias e pessoas não só de Salvador e cidades vizinhas, mas também de outras regiões do estado e mesmo de outros estados da União.

O comércio local continuaria sendo a principal atividade, tanto no que concerne ao volume de empregos gerados, quanto a geração de impostos para o município e o estado. Apesar do notável crescimento industrial observado nos anos 70, o terciário continuaria sendo o setor mais importante para a economia *feirense*, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos e pessoal ocupado, quanto por sua contribuição no PIB municipal e regional¹⁶. Em 1970, Feira respondia por quase 8,5% do PIB total baiano, sendo que sua participação mais expressiva acontecia no setor terciário (9,7% do PIB terciário baiano), seguido da agropecuária (7,8% do PIB agropecuário do estado) e, finalmente com a indústria participando somente com 5,2% do PIB setorial. A participação *feirense* no PIB estadual ficava abaixo da contribuição do eixo Ilhéus/Itabuna, que produzia 17,6% do PIB total (ARAÚJO e CUNHA, 1983:25). A estrutura econômica de Feira de Santana, sofria grandes transformações tanto dentro de cada setor (como veremos, especificamente no caso da indústria), quando no seu conjunto. Mesmo assim a pujança do terciário local se fazia sentir e a estrutura setorial do PIB sofreria oscilações setoriais muito pequenas (conforme mostrado no Gráfico 4.01)¹⁷.

¹⁶ - ARAÚJO e CUNHA (1983:21-35) fizeram três cálculos alternativos do PIB *feirense*, com base nas hipóteses de: a) crescimento do PIB total, mantendo-se constante a participação setorial ao longo da década; b) evolução da estrutura do PIB, de acordo com a evolução do PIB baiano; e c) evolução estrutural, de acordo com a estrutura Nordestina no mesmo período. Tomaram como base as projeções da CEPLAB e da SUDENE, respectivamente, para o crescimento do PIB baiano e nordestino e mantiveram constante a participação da produção *feirense* no PIB baiano, uma vez dada sua participação em 1970. Com isto, incorreram num erro fundamental: desconsideraram a dinâmica própria da indústria *feirense* que, apesar de atrelada ao crescimento do CIA, possuía determinantes regionais importantes. Além do que, o CIS e a indústria *feirense* possuíam uma estrutura bem mais diversificada que a do CIA e do COPEC. Parece-me, que um cálculo aproximado, baseado na contribuição setorial para o valor adicionado fiscal, seria mais apropriado. De qualquer forma, o sistema de isenções e de renúncias fiscais distorceria os resultados, que poderiam ser tanto mais aproximados na medida em que se tivesse noção do *quantum* representado por esta renúncia/incentivo.

¹⁷ - Desafortunadamente, não foi possível conseguir estatísticas desagregadas, segundo atividades econômicas, relativas à arrecadação do ICMS (antigo ICM) para o período 1970-1985 e para o município e/ou região de Feira de Santana (isto só foi possível para os anos posteriores a 1986, conforme veremos na seção 3 deste capítulo), o que nos faz adotar os números apresentados por ARAÚJO e CUNHA (1983), na falta de outros mais adequados. Quase todos os documentos elaborados após a publicação de ARAÚJO e COSTA (1983), inclusive aqueles elaborados por organismos das diversas secretarias de Estado e Municipais, citam ou tomam como base este trabalho, sem estabelecer quaisquer restrições teóricas ou metodológicas.

insumos, tanto para os associados e compradores e vendedores não cooperados. Tendo adquirido um frigorífico anteriormente mantido pelo Estado (o MAFRISA), a cooperativa passou a assumir quase a totalidade do abate de bovinos da cidade – isto é, do gado registrado e inspecionado, mesmo porque grande parte do abastecimento de carnes da cidade e região continuava sob a responsabilidade de abatedouros clandestinos, à margem dos controles sanitários e do fisco.

A procedência do gado comercializado e abatido nessas instituições concentrava-se na microrregião de Feira (Feira de Santana, Ipirá e Serra Preta eram os principais fornecedores), de onde chegavam mais de 40% dos animais. O mercado de Salvador continuava sendo responsável pelo escoamento de 2/3 da produção de carnes. Os subprodutos do abate destinavam-se aos mercados regional e nacional.

A análise do desempenho desta atividade não pode estar descolada dos determinantes macroeconômicos e dos aspectos sóciopolíticos estruturais e conjunturais, que definiam o comportamento dos pecuaristas em todo o país. As aplicações financeiras, baseadas no *mix* câmbio-juros, o tabelamento de preços, a estabilidade ou instabilidade macroeconômica, etc, foram parâmetros norteadores das decisões de abater ou engordar o gado bovino. O pecuarista, em geral, utilizava o gado como fonte de valorização real de seu patrimônio em momentos de crise monetária ou promovia o abate, quando o sistema financeiro tornava suas aplicações relativamente mais vantajosas²².

A maioria dos estabelecimentos da pecuária regional ainda carecia (e carece ainda hoje) de comportamento empresarial. Poucos estabelecimentos podiam ser enquadrados, efetivamente, como empresas rurais, com relações de produção capitalistas. Mas o comportamento válido para aqueles pecuaristas mais capitalizados valia como parâmetro para aqueles de menores propriedades.

Parcelas do excedente do capital financeiro e industrial instalados na RMS, se deslocaram para a região de Feira de Santana, adquirindo propriedades rurais, na maioria das vezes com objetivos especulativos, num movimento muitas vezes facilitado pela ação do

²² - Na região de Feira de Santana, havia (como ainda há) mais um fator determinante do comportamento do pecuarista: a seca. O produtor costuma abater o máximo possível de reses, quando a seca ameaça se estender, adotando comportamento inverso, isto é, engordando o boi nos pastos, quando passa a estiagem.

Estado, quando este abria e pavimentava estradas por toda a região ou através de programas como o PROTERRA. Algumas destas novas propriedades foram transformadas em empresas rurais, mas o avanço da atividade pecuária na zona rural de Feira e região não significaria a generalização da empresa pecuarista.

Em alguns casos, o ingresso destes capitais introduziu novas atividades, diversificando a pecuária local. As recorrentes secas, que atingiam as áreas de pastagens e afetavam os efetivos bovinos, asininos e muares, criados extensivamente e com manejo inadequado, levaram à adoção de outros rebanhos, como opção econômica (ou de sobrevivência familiar), basicamente a criação de suínos, caprinos e ovinos (ver Tabela 4.05), que passaram a ser produzidos em quantidades crescentes para o abate e/ou para a comercialização do leite.

A introdução da avicultura foi também um fator importante para sustentação da agropecuária e mesmo para a indústria de rações e transformação de produtos de origem animal. Enfim, com a introdução destas atividades e com o processo de urbanização que trouxe novos hábitos alimentares e de consumo, a bovinocultura foi perdendo espaço na pecuária regional.

Esta perda relativa de importância pode ser observada a partir das estatísticas censitárias e de pesquisas agropecuárias (Produção Pecuária Municipal – PPM – e Produção Agrícola Municipal – PAM) realizadas pelo IBGE. O balanço da participação municipal nos efetivos da pecuária microrregional e estadual, para o período 1970-1985 (Tabela 4.05), demonstra que, apesar de uma discreta oscilação positiva dos efetivos bovino e equino, Feira reduziu sua participação nos respectivos efetivos, tanto no contexto microrregional, quanto no estadual. O rebanho bovino era, em sua maior parte, composto por gado de corte – em 1985, 84% do efetivo destinava-se à finalidade de corte, 10% à produção leiteira e os restantes 6% para a reprodução, transporte e outras finalidades. Os rebanhos asinino e muar, em geral utilizados para transporte e tração nos trabalhos do campo foram reduzidos quase pela metade, o que provocou perda de participação nos respectivos efetivos estaduais e microrregionais. A redução destes efetivos acompanhou a tendência estadual.

Tabela 4.03

**Feira de Santana: Estrutura do Valor da Transformação Industrial e Participação na Indústria Baiana
(1970-1985)**

Gênero Industrial	Estrutura (%)				Participação FS / BA (%)			
	1970	1975	1980	1985 ¹	1970	1975	1980	1985 ¹
Total de Feira de Santana	100,0	100,0	100,0	100,0	3,85	2,94	2,70	2,56
Participação FS / MRH (%)	-	-	-	-	93,85	94,34	95,11	¹
Extrativa Mineral	3,4	0,1	0,0	nd	5,01	0,09	0,00	
Indústria de Transformação	96,6	99,9	100,0	nd	3,82	2,81	2,73	¹
Minerais Não-Metálicos	12,5	10,0	4,9		3,58	3,51	2,76	
Metalúrgica	1,3	7,9	11,0	17,6	1,06	2,57	5,20	4,44
Mecânica	2,2	4,6	9,2		2,61	2,23	3,75	
Mat. Elétrico e de Comunicações	0,4	5,4	7,6		0,81	5,68	11,98	
Material de Transporte	3,2	4,4	3,3		8,19	7,67	26,62	
Madeira	8,2	4,6	7,1		10,77	4,67	9,98	
Mobiliário	7,9	3,0	1,7		15,41	9,54	7,65	
Papel e Papelão	x	x	11,1		x	x	40,59	
Borracha	1,6	2,0	8,9	12,9	16,76	13,54	41,40	61,32
Couro e Peles	0,1	x	x		0,56	x	x	
Química	4,2	0,9	7,0	9,6	0,52	0,08	0,40	0,46
Perfumaria, Sabões e Velas	1,0	16,9	7,9	10,1	4,86	51,33	45,32	40,11
Matérias Plásticas	x	x	x		x	x	x	
Têxtil	1,3	0,7	0,6		1,21	0,66	0,33	
Vest., Calçados, Artef. de Tecidos	1,5	1,4	2,0		4,36	3,57	5,71	
Alimentares	45,3	25,7	11,5	11,6	9,02	6,52	3,76	2,55
Bebidas	0,6	0,8	0,4		0,63	0,73	0,95	
Fumo	x	x	2,6		x	x	9,73	
Editorial e Gráfica	1,3	2,4	1,5		2,50	3,89	4,10	
Diversas	1,0	0,7	0,1		7,19	5,46	2,35	
Grupo I ²	58,9	51,1	28,3	¹	6,78	6,60	4,20	¹
Grupo II ²	31,4	25,6	50,0	¹	2,16	1,23	2,10	¹
Grupo III ²	6,8	15,0	20,3	¹	3,55	4,06	6,19	¹

Fonte: IBGE, Censos Industriais 1970-1985.

Observações: ¹ e ² - Vide observações correspondentes na Tabela anterior.

A indicação "x" é utilizada pelo IBGE, quando há risco de identificação do informante.

Tabela 4.04

Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado
Segundo Atividades Industriais Selecionadas (1970-1985)

Atividades Industriais	Estabelecimentos				Pessoal Ocupado Total			
	1970	1975	1980	1985 ^{*1}	1970	1975	1980	1985 ^{*1}
Total Feira de Santana	541	471	525	583	3.150	5.580	8.340	8.183
Participação FS/MRH (%)	69,5	68,5	66,5	^{*1}	82,1	85,2	82,9	^{*1}
Participação FS/BA (%)	6,7	5,6	4,1	5,0	5,3	6,0	6,3	5,5
Extrativa Mineral	17	4	1		51	11	0	
Indústria de Transformação	524	467	524		3.098	5.569	8.340	
Minerais Não Metálicos	188	211	215		877	1.183	1.165	
Metalúrgica	13	17	36	63	60	405	1.008	740
Mecânica	19	9	11		81	267	1.082	
Material Elétrico e de Comunicação.	10	5	3		30	133	321	
Material de Transporte	29	8	8		159	223	262	
Madeira	17	16	20		237	275	539	
Mobiliário	71	39	47		401	259	292	
Borracha	5	7	11	11	55	467	484	536
Química	3	3	4	9	105	44	373	339
Perfumaria, Sabões e Velas	7	6	8	14	34	246	242	514
Vestuario, Calçados e Artef. Tecidos	18	22	22		75	167	376	
Alimentares	95	76	66	129	718	860	1.046	1.271
Bebidas	12	11	8		68	108	61	
Editorial e Gráfica	11	18	17		64	169	275	
Indústrias do Grupo I ^{*2}	222	177	176	^{*1}	1.419	1.854	2.544	^{*1}
Indústrias do Grupo II ^{*2}	249	263	299	^{*1}	1.393	2.385	3.981	^{*1}
Indústrias do Grupo III ^{*2}	70	29	26	^{*1}	305	667	1.695	^{*1}

Fonte: IBGE, Censos Industriais 1970 a 1985.

Observações: ^{*1} – Em 1985, o IBGE divulgou apenas os números relativos as cinco principais atividades, segundo o critério de maior VT. Neste sentido, a agregação nos Grupos I, II e III e a comparação com o MRH ficou prejudicada.

^{*2} – Vide Nota da Tabela 4.01.

A partir do CIS, Feira de Santana, que já era um pólo industrial microrregional, viu aumentada esta característica. Ao longo desses quinze anos, permaneceu comandando o crescimento econômico microrregional, com mais de 66% dos estabelecimentos e mais de 82% do pessoal ocupado. Os 541 estabelecimentos que ocupavam 3.150 pessoas, no início dos anos 70, empregavam menos do que os 471 estabelecimentos existentes no ano de 1975, que ocupavam 5.580 pessoas (vide Tabela 4.04¹⁹). No espaço microrregional, a indústria produtora

¹⁹ - À cada 5 anos, os censos industriais aperfeiçoavam seus cadastros de classificação de atividades e produtos. E isto implicava alteração dos números de estabelecimentos em cada atividade e, consequentemente de pessoal ocupado, dos censos anteriores. Como não há publicação que revise os dados censitários municipais para uma

de bens finais de consumo não-duráveis conseguia realizar sua produção com mais intensidade, principalmente pela oferta de móveis, confecções, alimentos e bebidas. Ao mesmo tempo, esta indústria encontrava nesta vizinhança, um mercado de matérias-primas adequado aos custos de suas plantas produtivas.

Os fluxos de mercadorias e de dinheiro, estabelecidos amiúde entre as indústrias *feirenses* do Grupo I e consumidores (comerciantes do ramo atacadista ou varejista) dos municípios vizinhos, intensificaram-se ao longo do período. Entretanto, dado que ocorriam em volumes relativamente menores, eram insuficientes para manter o mesmo patamar de participação que, por exemplo, a indústria alimentar, possuía em 1970. Efetivamente, os grandes volumes de *inputs* e *outputs* da indústria local, passariam a ter origem e destino externos à microrregião (CIA, COPEC, até mesmo outros estados da federação e mercados estrangeiros).

Transformava-se o perfil industrial *feirense*: de majoritariamente produtor de bens de consumo não-duráveis, num espaço curto de tempo a indústria de Feira passaria a transformar mais produtos destinados ao consumo intermediário, insumos para outras atividades produtivas. Até 1980, a produção de bens de consumo não duráveis, que contribuía com 59% do VTI local, no início dos anos 70, perderia participação até alcançar apenas 28%. Inversamente, a produção das indústrias do Grupo II, que respondia por 31% do VTI, em 1970, aumentaria sua participação para 50%, até 1980, enquanto a produção de bens de capital e de consumo duráveis quase triplicaria nesses quinze anos.

A nova indústria local - como acontecia em todas as economias regionais periféricas do país - especializava-se na produção de bens intermediários. Em 1980, o número de estabelecimentos produtores de bens de consumo não-duráveis havia aumentado em quase 80%, relativamente a 1970. O grupo de estabelecimentos produtores de bens de consumo intermediário, todavia, crescia muito mais: 190% no mesmo período. Cresceu significativamente o pessoal ocupado, mormente na metalurgia (cujo emprego aumentou quase

única base, a comparação intertemporal pode implicar erros para mais ou para menos. Para a elaboração da Tabela 4.03, foram utilizados os dados desagregados por municípios e gêneros dos censos industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985.

17 vezes, entre 1970 e 1980). A produção industrial de bens intermediários (comandada pela transformação de minerais não-metálicos e metalurgia) não só passava a ter o maior número de estabelecimentos como também de pessoal ocupado.

A indústria de alimentos, responsável por quase metade do VTI *feirense* em 1970, perderia participação na estrutura industrial, chegando a aproximadamente 12%, em 1985. Houve, também, perda de participação de Feira de Santana, na produção setorial baiana, se bem que em proporções menores – de 19% para 12%.

Uma das exceções ao desempenho dos gêneros do Grupo I, foi a produção de perfumaria, sabões e velas: de 1%, em 1970, esta indústria chegava a produzir 10% do VTI local. Sua produção, que significava em 1970 apenas 5% da produção setorial baiana, deu um salto quantitativo, após a instalação da Phebo do Nordeste no CIS, passando a contribuir com mais de 40% do VTI setorial, entre 1975 e 1985.

Além da radical mudança estrutural na indústria local; com a perda de importância do gênero “alimentos”, observa-se a perda de importância do gênero “mobiliário” e “têxtil”, que completam o conjunto daquilo que alguns autores consideram de “indústria tradicional” nordestina, a qual perdia espaço com o processo de integração e solidarização produtiva.

No intervalo desses três lustros, observou-se o crescimento das indústrias metalúrgica, de material elétrico e de comunicações e de borracha. A maior importância destes gêneros na estrutura industrial *feirense* reflete o impacto do ingresso de empresas “modernas”, vinculadas a grandes grupos nacionais e estrangeiros (p.ex. Jossan, Pirelli, Peterco e outras) e, conseqüentemente, a mudança na natureza do processo de acumulação, agora comandado pelo capital de origem extra-regional, inserido no movimento de **desconcentração industrial**.

Cresceu a produção de bens intermediários, destacando-se os segmentos da metalurgia (17,6% do VTI, em 1985), da borracha (12,9%) e da química (9,6%). Agora é a produção de bens de consumo intermediário que é responsável por mais de 50% da produção industrial de Feira. A indústria química de Feira de Santana manteve sua participação na produção química baiana – que, por seu turno, representava quase 53% do VTI total do estado, em 1985. Os

grandes investimentos do pólo petroquímico, muitíssimo superiores aos realizados em Feira, começaram a produzir plenamente até meados dos anos 80 – e estes resultados só poderiam ser traduzidos numa queda de participação da química *feiraense* na química baiana, mesmo que na estrutura municipal, este gênero tenha duplicado sua participação em quinze anos.

Neste processo, outro aspecto digno de nota foi o crescimento do emprego na produção de bens de capital e de consumo durável. As indústrias deste grupo nasciam fortemente articuladas com as indústrias do Centro Industrial de Aratu, do Complexo Petroquímico de Camaçari e com as demandas da Refinaria de Mataripe e da extração de petróleo, cumprindo papel importante na oferta suplementar de máquinas, equipamentos e material de transporte. Aliás, por conta dessa integração, a indústria mecânica aumentaria em cerca de 1240% seu contingente de pessoal ocupado, entre 1970 e 1980. Por outro lado, no mesmo período, a produção de material elétrico e de comunicação mais do que decuplicaria seu contingente de mão-de-obra, enquanto a indústria de material de transporte provocaria impacto menor, porém positivo, no emprego.

Alguns gêneros industriais de pouca significância, dentro da estrutura produtiva baiana, lograram crescimento acelerado no âmbito do município. Refiro-me ao desempenho da metalurgia e da borracha. A primeira passa por um crescimento espetacular de sua participação no VTI local (de 1,3% para mais de 17%, em quinze anos). Este crescimento também era traduzido no crescimento (de 1% para 4%) de sua participação na produção metalúrgica estadual. A indústria da borracha vê instalada, ao final dos anos 70, uma unidade da Companhia Pneus Tropical (mais tarde comprada pela Pirelli), que alavancaria a participação setorial no VTI local (de 1,6% para 12,9%) e na produção setorial da Bahia (de quase 17% para mais de 61%, entre 1970 e 1985). A produção desses gêneros industriais significou quase 2% da produção industrial total baiana.

Finalmente, a produção de bens de capital e de consumo durável, que quase triplicara no decênio 1970-80, teve um acréscimo de participação na produção estadual de 75%. Do ponto de vista do impacto na estrutura industrial *feiraense*, o gênero de maior destaque neste grupo foi o de material elétrico e de comunicações, que aumentou em 19 vezes sua participação no VTI

municipal. Sua contribuição setorial para a produção estadual no gênero foi também crescente: de 0,8%, passou para quase 12%, em 1980.

Em termos de contribuição para a produção setorial estadual, a indústria de material de transporte também destacou-se, pelo fato de ter aumentado essa participação em mais de 3 vezes, em que pese quase não ter modificado sua participação na estrutura industrial do município. Este incremento de participação na produção estadual deve-se mais a um “efeito estatístico”, em virtude do fechamento de algumas unidades instaladas no CIA, entre fins dos anos 70 e início dos 80.

Esta dinâmica da estrutura industrial do município, refletia o fato de que estava se processando uma modificação essencial: **a produção local deixava de ser comandada pelo capital mercantil, local e regional, em benefício do capital industrial, de dominação nacional e estrangeira.** Todavia, a inserção subordinada (e periférica) às cadeias de reprodução do capital industrial nacional, ainda que contraditória e combinadamente, não destruiria por completo os resquícios de formas antigas de reprodução, principalmente no que concerne à sua relação com a agropecuária e o comércio da região. Pelo contrário, quando necessário, aproveitou-se da existência dessas formas não-capitalistas de produção.

Mas, como nas demais regiões da periferia brasileira, a modernização (conservadora) trazida pelos novos investimentos industriais, agropecuários e infra-estruturais, muitos deles comandados pelo próprio Estado, não pretendia (nem poderia) modificar radicalmente as antigas estruturas de poder econômico e político, arraigadas no campo e nas pequenas cidades do interior do país.

Evidentemente, a nova indústria precisaria transformar (e encontrar transformado) o ambiente sistêmico local, com instituições adequadas e infra-estrutura que possibilitasse economias de aglomeração. Em suma, a nova indústria aproveitar-se-ia de um processo “desigual e combinado” em que o “moderno” e o “arcaico” conviveriam “temporariamente”, ensejando transformações no espaço urbano e rural e inserindo mais intensamente as relações capitalistas de produção no ambiente urbano e rural. A “modernização conservadora” das

atividades produtivas, em Feira, não poderia fugir à regra geral²⁰. As estruturas do cotidiano local e regional teriam que ser adequadas (mais do que adequar) ao novo ritmo da produção e dos negócios, decorrentes do novo surto de industrialização, sem que houvessem avanços significativos na distribuição da renda, no acesso à terra e na generalização das relações capitalistas de produção.

Enfim, terminado o período em análise, a indústria *feirense* havia acompanhado os passos decisivos da grande indústria instalada e concentrada na RMS. Apesar de ter a mesma matriz de benefícios fiscais estaduais e federais do CIA ou do COPEC, o diferencial que atraía inversões para o município era sua localização no centro nodal de transportes para o Nordeste. Deseconomias de aglomeração naqueles pólos industriais, (a distância entre o CIS e o COPEC é de apenas 80 Km e entre o CIS e o CIA um pouco menos), tornavam o CIS relativamente mais atrativo para investimentos complementares àquelas indústrias.

A ação do Estado induzia o COPEC e o CIA à atrair investimentos de maior porte, reservando ao CIS atividades complementares de porte relativamente menor. O que reduzia a concorrência entre estes distritos industriais. Ao final do período, o Estado adotaria outras medidas para tornar a área do CIS relativamente mais atrativa, como veremos na seção 3.

2.2. As Atividades Rurais e o Processo de Pecuarização do Campo

As atividades primárias, em que pese o estímulo que representava o crescimento dos negócios da feira semanal, perderam participação na estrutura produtiva do município, principalmente a partir dos anos 70, (que coincidia com o período de intensificação do processo industrializante comandado pela implantação do CIS). Os volumes negociados no comércio local

²⁰ - A famosa feira do gado, por exemplo, precisava funcionar em bases empresariais, com o estabelecimento de cotações, pregões, e realizadas em locais apropriados. Modernizaram-se as formas de comercialização do gado, mas a produção continuaria extensiva. A feira “geral”, não poderia mais dividir o espaço urbano com o automóvel, as residências e, principalmente as galerias comerciais, escritórios e agências bancárias. Seria criada uma Central de Abastecimento, mas a produção agrícola não seria alterada substancialmente, permanecendo a cultura da subsistência, familiar e de baixos níveis de empresariamento.

cresceram muito, com as demandas aumentando mais rapidamente do que a capacidade de oferta dos estabelecimentos rurais. Aqueles mais capitalizados, promoviam ajustes organizacionais e produtivos periódicos, para permanecerem no mercado. Mas a grande maioria dos estabelecimentos, baseada em pequenas propriedades, baixa utilização de tecnologia e utilização de métodos inadequados de plantio, colheita e manejo, além de formas pré-capitalistas de relações de produção, sobrevivia à margem do crescimento comercial e industrial²¹. No âmbito de sua microrregião, aumentava, ainda que em pequena escala, a importância relativa da produção rural, onde sobressaía a pecuária da bovinocultura que, historicamente, muito contribuiu para o crescimento inicial do comércio.

Desde cedo, a importância econômica, política e cultural da atividade pecuária havia dado contornos explícitos ao comércio do gado bovino, que ganhara proporções superiores a produção local e microrregional, atraindo vendedores, e compradores, comerciantes, pecuaristas ou representantes da indústria de carnes e laticínios, enfim de todos aqueles cujos interesses estava ligados ao comércio, abate e transformação industrial de carnes, leite e outros derivados. A partir dos anos 60, surgiam instituições centralizadoras que ingressam no mercado urbano para agilizar a realização desses interesses: a “Feira do Gado e Centro de Abate”, de caráter público, e a Cooperfeira, resultante da iniciativa dos próprios pecuaristas da região.

A Feira do Gado, sob a jurisdição da Central de Abastecimento (entidade que substituíra a tradicional feira semanal da cidade), com um pátio para entrada de animais, currais adequados e um centro de abate, passava a ser o centro de referência para a cria, recria, engorda e abate de animais. Neste sentido, mantinha a tradição dos negócios com gado bovino da feira, atraindo

²¹ - No Nordeste brasileiro, particularmente na Bahia e em Feira de Santana, a débil organização capitalista do campo, traduz-se na informalidade da produção rural, na falta de registros contábeis adequados e até mesmo (em algumas localidades principalmente) em sonegação de informações. Grandes propriedades, organizadas em bases não-capitalistas (pré-capitalistas), vinculadas a oligarquias rurais tradicionais, com interesses econômicos e políticos específicos, tendem a trancar ou sonegar informações. Mas isto também acontece nos pequenos estabelecimentos, neste caso pela falta de esclarecimento, pelo analfabetismo funcional ou real, pela desorganização ou desamparo do pequeno produtor. Desta forma, a análise de tendências baseada nos dados fornecidos por tais informantes, resultam muitas vezes inconsistentes, podendo detectar, no limite, movimentos erráticos ou contraditórios. Mesmo assim, é necessário buscar o entendimento dos movimentos de transformação estrutural e de mudanças no contexto do espaço econômico municipal e suas relações com o espaço mais amplo dos municípios que compõem a região de influência de Feira de Santana, além do conjunto da economia estadual.

produtores e compradores de diversas regiões do estado. O gado não comercializado era destinado ao abate e os produtos desse abate distribuído para os comerciantes da Central de Abastecimento e para açougues e supermercados do município, da região de Feira e de Salvador.

A Cooperfeira, cujas operações foram iniciadas em 1961, substituiria parte das funções tradicionais da antiga feira do gado, no que se refere ao abate de gado e venda de insumos, tanto para os associados e compradores e vendedores não cooperados. Tendo adquirido um frigorífico anteriormente mantido pelo Estado (o MAFRISA), a cooperativa passou a assumir quase a totalidade do abate de bovinos da cidade – isto é, do gado registrado e inspecionado, mesmo porque grande parte do abastecimento de carnes da cidade e região continuava sob a responsabilidade de abatedouros clandestinos, à margem dos controles sanitários e do fisco.

A procedência do gado comercializado e abatido nessas instituições concentrava-se na microrregião de Feira (Feira de Santana, Ipirá e Serra Preta eram os principais fornecedores), de onde chegavam mais de 40% dos animais. O mercado de Salvador continuava sendo responsável pelo escoamento de 2/3 da produção de carnes. Os subprodutos do abate destinavam-se aos mercados regional e nacional.

A análise do desempenho desta atividade não pode estar descolada dos determinantes macroeconômicos e dos aspectos sócio-políticos estruturais e conjunturais, que definiam o comportamento dos pecuaristas em todo o país. As aplicações financeiras, baseadas no *mix* câmbio-juros, o tabelamento de preços, a estabilidade ou instabilidade macroeconômica, etc, foram parâmetros norteadores das decisões de abater ou engordar o gado bovino. O pecuarista, em geral, utilizava o gado como fonte de valorização real de seu patrimônio em momentos de crise monetária ou promovia o abate, quando o sistema financeiro tornava suas aplicações relativamente mais vantajosas²².

²² - Na região de Feira de Santana, havia (como ainda há) mais um fator determinante do comportamento do pecuarista: a seca. O produtor costuma abater o máximo possível de reses, quando a seca ameaça se estender, adotando comportamento inverso, isto é, engordando o boi nos pastos, quando passa a estiagem.

A maioria dos estabelecimentos da pecuária regional ainda carecia (e carece ainda hoje) de comportamento empresarial. Poucos estabelecimentos podiam ser enquadrados, efetivamente, como empresas rurais, com relações de produção capitalistas. Mas o comportamento válido para aqueles pecuaristas mais capitalizados valia como parâmetro para aqueles de menores propriedades.

Parcelas do excedente do capital financeiro e industrial instalados na RMS, se deslocaram para a região de Feira de Santana, adquirindo propriedades rurais, na maioria das vezes com objetivos especulativos, num movimento muitas vezes facilitado pela ação do Estado, quando este abria e pavimentava estradas por toda a região ou através de programas como o PROTERRA. Algumas destas novas propriedades foram transformadas em empresas rurais, mas o avanço da atividade pecuária na zona rural de Feira e região não significaria a generalização da empresa pecuarista.

Em alguns casos, o ingresso destes capitais introduziu novas atividades, diversificando a pecuária local. As recorrentes secas, que atingiam as áreas de pastagens e afetavam os efetivos bovino, asinino e muar, criados extensivamente e com manejo inadequado, levaram à adoção de outros rebanhos, como opção econômica (ou de sobrevivência familiar), basicamente a criação de suínos, caprinos e ovinos (ver Tabela 4.05), que passaram a ser produzidos em quantidades crescentes para o abate e/ou para a comercialização do leite.

A introdução da avicultura foi também um fator importante para sustentação da agropecuária e mesmo para a indústria de rações e transformação de produtos de origem animal. Enfim, com a introdução destas atividades e com o processo de urbanização que trouxe novos hábitos alimentares e de consumo, a bovinocultura foi perdendo espaço na pecuária regional.

Esta perda relativa de importância pode ser observada a partir das estatísticas censitárias e de pesquisas agropecuárias (Produção Pecuária Municipal – PPM – e Produção Agrícola Municipal – PAM) realizadas pelo IBGE. O balanço da participação municipal nos efetivos da pecuária microrregional e estadual, para o período 1970-1985 (Tabela 4.05), demonstra que, apesar de uma discreta oscilação positiva dos efetivos bovino e equino, Feira reduziu sua participação nos respectivos efetivos, tanto no contexto microrregional, quanto no estadual. O

estabelecimentos comerciais e bancários³³. Em 1977, inaugurar-se-ia a “Central de Abastecimento de Feira de Santana”, estrutura ligada à Prefeitura Municipal, construída em área próxima ao centro da cidade, com instalações adequadas (com estacionamento, para visitantes, caminhões de carga e utilitários em geral, sanitários públicos, galpões e boxes, etc), áreas organizadas por gêneros de produtos e alguns serviços, como banco, barbearia e lanchonetes, etc.

Tabela 4.07

**Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Receita Total nas Atividades Participação
Municipal na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia
(1970-1985)**

Atividade	Estabelecimentos			Pessoal Ocupado			Receita Total *		
	FS	FS/MRH (%)	FS/BA (%)	FS	FS/MRH (%)	FS/BA (%)	FS	FS/MRH (%)	FS/BA (%)
Comércio									
Total									
1970	2.568	53,0	5,0	5.897	64,7	5,6	305	88,8	6,1
1975	2.425	48,5	3,9	6.706	61,1	5,0	1.600	89,2	5,4
1980	4.436	49,7	4,6	12.617	64,7	5,7	20.390	84,4	4,9
1985	2.198	nd	5,2	13.825	nd	7,5	2.057.363.	nd	6,7
Atacado									
1970	117	nd	5,8	1.109	nd	8,4	114	nd	5,5
1975	106	nd	3,9	807	nd	6,9	524	nd	3,6
1980	136	nd	5,9	1.114	nd	7,5	5.405	nd	2,6
1985	151	nd	7,8	1.970	nd	11,0	636.973	nd	5,4
Varejo									
1970	2.451	nd	5,0	4.788	nd	5,2	190	nd	6,7
1975	2.319	nd	3,9	5.899	nd	4,8	1.076	nd	7,3
1980	4.300	nd	4,6	11.503	nd	5,6	14.984	nd	7,0
1985	2.047	nd	5,0	11.855	nd	7,1	1.420.390	nd	7,5
Serviços									
1970	1.101	71,1	5,7	2.261	67,6	5,3	23	89,7	6,7
1975	1.342	67,8	4,6	3.476	76,5	4,8	109	82,2	4,2
1980	2.222	62,6	3,7	6.026	73,5	4,2	1.698	79,3	3,4
1985	1.606	nd	5,6	5.694	nd	4,3	142.830	nd	3,2

Fonte: IBGE, Censos Comerciais e de Serviços, 1970-1985.

Observação: * Valores Correntes em 1.000 unidades monetárias.
nd = não disponível.

Em que pese todo o aparato físico disponível, a administração da Central exercia controle flexível sobre volumes e valores comercializados. Apenas administrava-se o espaço

además, indicam que o gênero atacadista na grande maioria das cidades do interior do estado tinha baixíssima produtividade.

³³ - No caso dos estabelecimentos comerciais, era necessário eliminar também o “transtorno” da concorrência, representado por mercadorias expostas na proximidade à preços competitivos, pelos feirantes.

ocupado pelo feirante, que pagava uma taxa pelo uso das instalações. Esta nova organização da feira permitia a manutenção de laços culturais, comerciais e mesmo produtivos, que se renovavam semanalmente e que se viam ameaçados pelas novas práticas comerciais e industriais dos anos 70. Ou seja, a nova Central era a própria feira semanal redimensionada, reestruturada e realocada em espaço adequado, mantendo os antigos e permitindo o acesso de novos feirantes, criando outras oportunidades de emprego e pequenos investimentos no comércio e nos serviços.

Dentre as atividades econômicas tipicamente urbanas, o ramo de serviços exibe menor participação na composição do emprego global no município. Uma comparação dos censos econômicos de 1985, dá conta de que naquele ano foram ocupadas 5.694 pessoas nos estabelecimentos vinculados à prestação de serviços, enquanto a indústria absorvia 8.183 trabalhadores e o comércio 13.825. Estes números refletiam, naquele momento, o “tamanho” daquela atividade na estrutura econômica local.

O município era responsável por apenas 4,3% do pessoal ocupado nas atividades de serviços, em todo o estado. Seus 1.606 estabelecimentos (5,6%) tinham uma participação de apenas 3,2% na receita setorial do estado. Note-se que a atividade municipal, apesar de hegemônica na microrregião, e de apresentar saldos positivos de crescimento no número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, no período 1970-1985, não conseguia aumentar sua participação no contexto estadual (ver Tabela 4.07).

Examinando mais de perto o perfil dos serviços, ainda de acordo com os dados censitários dos anos 1980 e 1985, constata-se uma mudança estrutural, qualitativa e fundamental para os desdobramentos recentes da economia local: a crescente preponderância do gênero de alimentação sobre o de reparação, manutenção e instalação, que até 1980 ocupava a principal posição, em termos de oferta de emprego e em número de estabelecimentos. O gênero de alimentação passava a ser, também, o de maiores taxas de crescimento na receita total e no item salários, retiradas e outras remunerações. A partir de então, as transformações tecnológicas e organizacionais, começam a implicar uma série de outros novos serviços, até então inexistentes nos cadastros censitários, e por isso mesmo não captados pelas estatísticas daquele momento. Assim, serviços autônomos, prestados por profissionais liberais e técnicos especializados, bem como novos escritórios de prestação de serviços pessoais, financeiros, de apoio à produção, etc, proliferam em velocidade e

investimentos articulados às cadeias de consumo localizadas nas cidades de Salvador e Feira, ainda havia muita criação extensiva com baixa produtividade, resultante do aproveitamento dos minifúndios, sem base empresarial e destinada à sobrevivência do produtor.

O efetivo local de galinhas e frangos, que correspondia a 24% da microrregião e 2,2% do estado, em 1970, cresceu apenas 16% entre 1970 e 1985, resultando em perda de participação para, respectivamente, 17% e 1,6%. A produção de ovos de galinha era de 130 mil dúzias, em 1970, correspondendo a 20% da microrregional e 1,3% da estadual. Esta participação seria reduzida para, respectivamente, 9,2% e 0,6%, em 1975 e 1980. Em 1985, com 627 mil dúzias (4,6 vezes mais do que em 1980), Feira produziria 23% do total microrregional e 2,3% do estadual, num salto que seria mais tarde reduzido a 1/3 daquele total, em 1989, com mais oscilações até 1996²⁵. No que se refere ao efetivo e a quantidade de ovos produzidos de outras aves, a participação *feirense* foi irrelevante.

O conjunto das atividades da pecuária vinha utilizando mais de 3/4 do total da área produtiva do município, distribuindo-se o restante entre a agricultura, silvicultura e demais atividades rurais. A agricultura, cuja área total correspondia a 19% da área produtiva local, destacava-se entre as atividades rurais de maior número de estabelecimentos – na verdade, englobava mais de 64% dos estabelecimentos rurais, durante o período 1975-1985. O grande impacto da redução das áreas destinadas à agricultura seria sentido, não só pelos agricultores, já que grande parte da produção refere-se ao abastecimento familiar, mas também pelo abastecimento da cidade.

Efetivamente, o crescimento da cidade e a complexidade que a Central de Abastecimento imprimia ao comércio de produtos agropecuários, exigiam um padrão de produtividade que não era verificado na zona rural do município. Aqui, comercializavam-se produtos, não só para o varejo da cidade, mas também para o varejo e o atacado de outras praças. O abastecimento passou a ganhar características mais complexas, com o ingresso cada vez maior

²⁵ - O estímulo a esta atividade aparecerá, mais recentemente, com a decisão da AVIPAL de instalar uma unidade industrial no CIS, com impactos ainda não mensurados, porque sua unidade industrial começou suas operações em 1999.

de vários produtos agrícolas, chegados de outras áreas do estado. A agricultura municipal tornara-se incapaz de atender a demanda urbana, que passou a adquirir verduras, grãos, cereais e frutas de outros municípios e até de outros estados da federação.

A pauta agrícola municipal apresentava poucos itens importantes tanto na lavoura temporária quanto na permanente, com mudanças pouco significativas tanto nas áreas cultivadas, quanto nos números de estabelecimentos ou nas próprias quantidades produzidas de cada cultura. De grande importância social – dado que em grande parte refere-se a produtos desenvolvidos em caráter de subsistência e manutenção de pequenos agricultores – historicamente, a atividade tem-se mostrado vulnerável ao fenômeno das secas que atingem periodicamente o município e a região. E isto, como é do conhecimento comum, não só em decorrência do fenômeno climático, *per se*, mas principalmente por causa da permanência de estruturas produtivas arcaicas, concentração da propriedade, reduzida força das organizações dos pequenos produtores rurais, dificuldades de crédito, ausência ou insuficiência de projetos sociais de irrigação, florestamento, armazenagem, baixo cooperativismo, etc, etc...

As lavouras temporárias do município caracterizam-se pelo uso de tecnologias pouco intensivas em insumos de origem industrial, centradas na adoção de práticas de cultivo tradicionais – por isso mesmo de participação diminuta, quando comparada a produção microrregional ou a estadual. Entre elas sobressaem os tradicionais produtos de subsistência, como o milho, o feijão e mandioca, tanto no que se refere à área ocupada como à quantidade produzida. Talvez a participação mais importante seja a da produção de mandioca (que respondia, respectivamente, por 17% e 1,7% da produção municipal e estadual)²⁶. Num patamar inferior, merecem destaque as culturas de abóbora, mamona e fumo.

A produção da lavoura permanente refere-se mais à produção de frutos como o abacate, o caju, a laranja, o coco-da-baia, manga e maracujá. Em média, as terras utilizadas para esta

²⁶ - Esta participação era traduzida na venda de farinha (em geral, transformada nas próprias unidades agrícolas) na Central de Abastecimento. Pesquisa realizada em 1983 (ver MELLO E SILVA, 1985:277-8) revela que 92% do produto vendido tinha como origem o próprio município. Este, aliás, era o produto mais vendido naquela Central.

desbalanceadas sucessivamente. Ou seja, a adoção de quaisquer que sejam os índices (IGP, ICV, IPA, IPC, etc) para deflação de preços implica potencialização daquelas distorções.

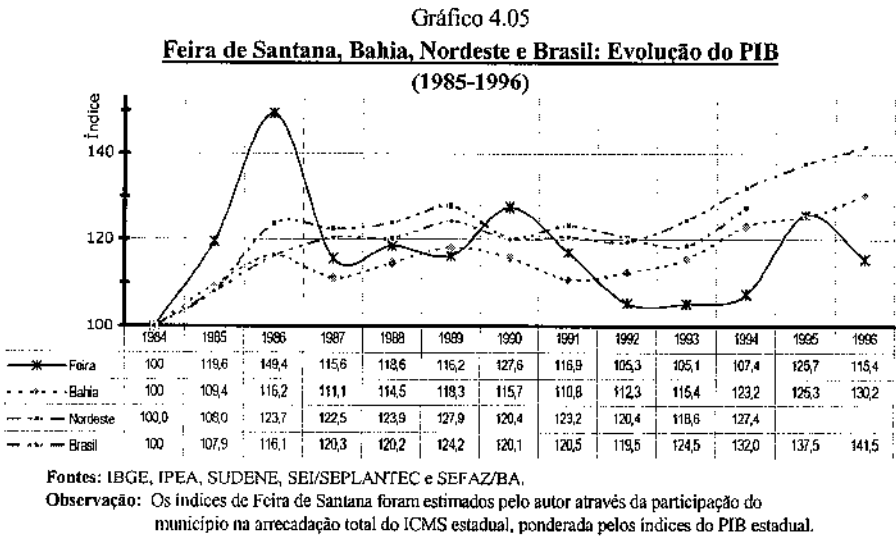
No entanto, é esta a base de informações que o pesquisador atualmente dispõe e as distorções e insuficiências estatísticas precisam ser superadas, a partir do instrumental disponível.

Nesta seção, tomarei os dados relativos a arrecadação do ICMS como uma *proxi* do desempenho econômico local. Evidentemente, trata-se de uma opção que implica risco de sobrevalorização da produção industrial e de subdimensionamento da produção primária. Embora os números da arrecadação tributária forneçam um quadro estatístico mais realista, seus registros abrangem apenas a economia formal, deixando de lado uma parcela significativa de negócios não inscritos no cadastro de contribuintes do estado, principalmente aqueles relacionados aos serviços e a agropecuária. A diferença nas bases estatísticas utilizadas para a análise econômica do período pós-1985 torna comparações quantitativas incompatíveis. Por isso mesmo, a análise se preocupará menos com valores e mais com os números relativos de participação e estrutura, que diluem os possíveis erros de valoração. Ao tratar da análise setorial, utilizarei outras informações que qualifiquem e contextualizem os perfis dessas atividades.

O crescimento da economia *feirense* no decorrer do período 1970-1985, consolidou-a como quinta economia municipal do estado da Bahia. Todavia, a desproporcionalidade entre as economias *soteropolitana* e metropolitana em relação as demais economias municipais do estado permanecia grande: desde o início dos anos 80, Salvador tem sido responsável pela produção de mais de 30% do PIB estadual, seguido por Camaçari e São Francisco do Conde. Juntos, estes três municípios da RMS produziram mais de 50% do PIB estadual, em todo o período pós-1980. Os municípios de Ilhéus e Simões Filho (este, também, da RMS) quase sempre revezam-se entre o quarto e sexto lugares, enquanto Feira de Santana ocupa a quinta posição entre os maiores PIB's municipais³⁶.

³⁶ - Esta constatação decorre da observação dos dados da arrecadação do ICMS municipal. A SEI fez uma estimativa do PIB dos principais municípios baianos, baseado, também, na arrecadação do ICMS, ponderada com os números da produção agropecuária municipal e dados da RAIS, do MTb, que mostravam esta posição

No período 1980-1985, a economia local havia crescido mais do que a economia nacional (cuja taxa de crescimento ficou em apenas 5% no primeiro lustro da década) e em conformidade com a trajetória de crescimento nordestina (24%) e baiana (20%)³⁷. Até 1986, Feira teria taxas de crescimento do PIB maiores do que as estadual, nordestina e brasileira. Uma análise mais apurada do período 1980-1986 mostrará que tais índices foram alcançados porque os maiores investimentos industriais do CIS foram implementados até 1986/88, ampliando sobremaneira o produto industrial *feirense*. As taxas de crescimento verificadas até 1986, não mais ocorreriam e a partir de então, seu crescimento seria inferior ao do Brasil, do Nordeste e da Bahia. Com efeito, enquanto o país cresceu 31% e a Bahia 19%, entre 1985 e 1995, a economia *feirense* praticamente permanecia no mesmo patamar, com fortes oscilações negativas nos anos de 1987, 1992 e 1993/94 (conforme Gráfico 4.05).



É bastante provável que o PIB *feirense* tenha alcançado patamares superiores aos verificados no período 1987-1996, mostrados no Gráfico 4.05. Os números acima merecem, portanto, explicações adicionais. Inicialmente, cabe alertar o leitor para o fato de que todos os grandes investimentos industriais tiveram prazos de isenção ou redução fiscal, que se

relativa de Feira em 1994 (BAHIA. SEI, 1997:22-6). Apenas 10 municípios, incluindo Salvador (37%), Camaçari (10%), Ilhéus (quase 7%), São Francisco do Conde (quase 6%) e Feira de Santana (quase 4%), concentravam a produção de 73,8% do PIB estadual (os outros eram Itabuna, Simões Filho, Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras). Esta situação de alta concentração da produção, em torno destes dez municípios, ainda permanece.

³⁷ - Esta hipótese é reforçada pela observação da variação anual entre 1984 e 1985, quando o Brasil crescera apenas 8%, o Nordeste 8%, a Bahia 9,4% e Feira de Santana 19,6%.

ha e de 500 a 5.000 ha foram os que tiveram redução de área média. Houve crescimento médio das áreas dos estabelecimentos de menor porte.

A parcelização de pequenas propriedades e a manutenção de grandes propriedades foi a característica marcante do período 1970-1985, tanto no município, quanto na microrregião de Feira de Santana e em todo o estado da Bahia. Em 1980, por exemplo, os estabelecimentos da microrregião com área inferior a 5 ha, embora representando mais de 55% do total, ocupavam uma área correspondente a 4,7%. Em contrapartida, as propriedades com extensão superior a 50 ha - apenas 7,7% do total de estabelecimentos - abarcavam aproximadamente 70% da área global dos estabelecimentos agropecuários. Em todo o estado da Bahia, no mesmo ano, quase 40% dos estabelecimentos com áreas inferiores a 5 hectares ocupavam área correspondente a 1,9% da área total agropecuária do estado. Nos segmentos acima de 50 hectares, apenas 14,8% dos estabelecimentos ocupavam mais de 81% da área total agropecuária da Bahia.

Em Feira de Santana, o fenômeno da concentração de terras também ocorria. Entretanto, os níveis de concentração eram relativamente menores dos que os observados tanto na sua microrregião quanto no estado da Bahia. Havia relativamente maior participação dos estabelecimentos nos estratos mais baixos de área, mas a porcentagem de terra utilizada era maior. De maneira análoga, os estabelecimentos com estratos mais altos de área ocupavam menor proporção do que aquelas verificadas na Bahia e na microrregião.

Os estabelecimentos agropecuários *feirenses* com até 1 ha (15,7% do total municipal em 1970), aumentaram sua participação para 25,3% em 1985, ocupando parcela ínfima das terras produtivas (Tabela 4.06). Mesmo assim, o crescimento da área total deste grupo foi de 82% no período (contra 75% no de estabelecimentos), resultando no crescimento da área média por estabelecimento (de 0,6 para 0,7 hectares).

Tabela 4.06

**Feira de Santana: Distribuição (%) da Área Total Agropecuária,
Segundo Grupos de Área (1970-1985)**

Grupos de Área	1970	1975	1980	1985
Menos de 1 ha	0,7	0,9	0,9	1,3
De 1 a menos de 2 ha	2,0	2,0	2,0	2,5
De 2 a menos de 5 ha	6,3	6,0	6,0	6,5
De 5 a menos de 10 ha	7,8	6,7	7,0	6,1
De 10 a menos de 20 ha	8,9	8,2	7,9	7,3
De 20 a menos de 50 ha	13,3	11,2	11,3	10,6
De 50 a menos de 100 ha	11,3	9,0	9,2	9,5
De 100 a menos de 200 ha	13,7	13,2	12,9	14,1
De 200 a menos de 500 ha	17,9	20,3	20,2	18,4
Acima de 500 ha	18,2	22,5	22,5	23,8

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970-1985.

Não obstante ter havido crescimento da área média das propriedades de menor porte, a estrutura de propriedade do município permaneceu ainda bastante concentrada. Em 1985, apenas 0,27% dos estabelecimentos possuíam quase 24% das terras ocupadas com a agropecuária (propriedades com mais de 500 ha). Cerca de 5% dos estabelecimentos rurais possuíam quase 66% das terras produtivas do município (áreas acima de 50 ha).

No outro extremo, encontravam-se outros 73% dos estabelecimentos, que utilizavam pouco mais do que 10% das terras (áreas de até 5 ha) que, em geral eram exploradas pelos seus proprietários, com o recurso do trabalho familiar. Nos estabelecimentos maiores ocorria assalariamento em algumas propriedades, enquanto a prática de arrendamento e as relações de parceria revelavam-se quantitativamente pouco expressivas no município. A ocorrência de ocupação irregular de terras, por parte de trabalhadores sem-terra, apesar de usual, não chega a ser relevante, na medida em que ocorriam poucos conflitos pela posse da terra.

2.3. O Setor Terciário

Feira de Santana é, desde sua origem, uma cidade marcada principalmente pela pujança de sua atividade comercial. Os volumes negociados, a quantidade de estabelecimentos, o pessoal ocupado formal e informalmente com as atividades terciárias, sempre foram expressivos – mesmo antes de tornar-se a “Cidade Comercial de Feira de Santana” (1873). Tanto no âmbito microrregional quanto no contexto do próprio estado da Bahia, suas atividades terciárias tiveram destaque, apenas superadas pelos negócios realizados na Região Metropolitana de Salvador e Ilhéus²⁹. Mesmo assim, Feira de Santana supera os demais municípios do interior do estado (inclusive Ilhéus), quando se trata da quantidade de estabelecimentos e de pessoal ocupado.

A posição destacada do município, como articulador comercial dos fluxos Sudeste-Nordeste foi acentuada com a melhoria do sistema de transportes rodoviários. Os movimentos de capital e mercadorias, que transformaram os setores produtivos, na indústria e na agropecuária local e microrregional e na indústria metropolitana, tiveram como ponto de passagem obrigatória a praça comercial de Feira de Santana. Entroncamento de diversas rodovias estaduais e federais, o município interliga os principais fluxos rodoviários de mercadorias e passageiros, que passam pela Bahia.

Obviamente, a simples característica de “entroncamento” não poderia por si só explicar a importância do setor terciário local. Todavia, esta situação favorece a concentração e a diversificação de capitais, principalmente quando o Estado age deliberadamente no sentido de reforça-la. Foram os movimentos de **articulação comercial** e de **integração produtiva** do capital nacional que utilizaram e criaram – e por isto mesmo tornaram – este espaço privilegiado para facilitar a circulação do capital. A proximidade da RMS fazia com que houvesse uma

²⁹ - O crescimento da atividade comercial de Ilhéus esteve relacionado, desde sua origem, aos negócios com a cultura, transformação e exportação do cacau – que, durante muito tempo possibilitaram a principal fonte de receita fiscal do estado da Bahia. Recentemente, a inclusão de atividades turísticas trouxe novos investimentos em hotéis, restaurantes e demais atividades terciárias àquele município. Quanto a primazia da Região Metropolitana, creio não ser necessário alongar-me em explicações: apenas lembrar que a RMS abriga o principal parque industrial do Nordeste, desde o final dos anos 50; que tem sido o principal foco de atração turística do Nordeste; que a cidade de Salvador sempre foi a sede política, administrativa e financeira da Bahia, tendo ocupado a posição de capital do Brasil Colonial até o século XVIII.

espécie de “ação gravitacional” (não “natural”, ou “vocacional”, mas movida pelos interesses do capital), que aproveitava e induzia a ação do Estado, no sentido de desenvolver ou criar atividades complementares àquelas existentes em Salvador.

As vantagens competitivas deste município, para além da “naturalidade” locacional e de sua proximidade da capital, foram **criadas** pela ação deliberada do Estado que efetuou gastos em infra-estrutura industrial, urbana, rural e rodoviária e implementou políticas ativas (fiscais e creditícias) com o intuito deliberado de atrair capitais produtivos mais dinâmicos. Novos capitais eram alocados às atividades terciárias, atraídos pela demanda da nova indústria e pelo intenso crescimento demográfico, com altas taxas de urbanização, no município e nas cidades da região³⁰. Só assim, Feira poderia “revelar” suas vantagens para o mercado e inserir-se ativamente nos processos de **articulação comercial e de integração produtiva nacional**.

Em todo o período 1970-1985, Feira de Santana foi responsável por mais de 80% das receitas totais do setor terciário microrregional (Tabela 4.07)³¹. No âmbito microrregional, o

³⁰ - Ademais, é importante frisar que a superpopulação relativa criada pelo avanço das relações capitalistas de produção, trazidas pelo processo tardio de industrialização, provocou a expansão mais recente do comércio e dos serviços informais. A influência da crise e o crescimento do desemprego, que permearam os últimos 15 anos, só fizeram acirrar este processo de informalização.

³¹ - Antes de analisar o comportamento das atividades terciárias, devo alertar o leitor para os limites analíticos que se apresentam para o estudo deste setor na perspectiva municipal ou microrregional. A análise do setor terciário é sempre mais difícil de ser empreendida, dado que sua “produção” não é material e se compõe de atividades tão heterogêneas como as de serviços domésticos, financeiros, de transporte ou de comércio, por exemplo. Além do mais, há o complexo aspecto da informalidade que, juntamente com esta heterogeneidade, impõe dificuldades ao tratamento estatístico e reflete profundas diferenças de “produtividade” nos diferentes tipos de trabalho aplicados ao comércio e serviços. A precariedade dos aparelhos informativos e de acompanhamento de tais atividades implica diversidade nos tratamentos, seja quanto a abrangência ou quanto a desagregação de cada setor. Por isso, a análise das atividades terciárias deve ser vista com maior cuidado, porque baseada em indicadores de difícil compatibilização.

As citadas informalidade e heterogeneidade, aliadas a relativa facilidade para a prática da evasão e da sonegação fiscal nesse setor, diminui artificialmente o “resultado produtivo” e distorce as estatísticas sobre emprego, salários e renda. Uma característica marcante em todo o processo de crescimento do terciário é a quantidade crescente de estabelecimentos comerciais e escritórios de prestação de serviços e trabalhos realizados por profissionais autônomos, que sobrevivem na informalidade e, por isso mesmo, não arrecadam impostos (ICMS ou ISS) nem registram qualquer produção (valor adicionado) e não participam de estatísticas de emprego formal. Todavia, os limites teóricos e práticos para a aproximação da “realidade” e a necessidade de compreender – até mesmo para poder transformar – levam-nos a utilizar tais estatísticas. Assim, o mais relevante do

comércio *feirense* empregava mais trabalhadores por unidade de estabelecimento (2,8 empregados contra 2,2) e auferia maior receita por estabelecimento (70% superior àquela observada no espaço microrregional).

A contribuição local para o comércio estadual oscilou de 6%, no início dos anos 70, para 6,7%, em 1985, depois de ter ocorrido uma redução de quase um ponto percentual entre 1975 e 1980. Sua participação era maior no comércio varejista do que no atacadista. No ano de 1985, a relação Receita Total / Pessoal Ocupado foi maior no conjunto do estado (12% mais alta), mostrando que a “produtividade” do trabalho no comércio local era menor que na média do estado. Há indicações de que, todavia, a racionalização do “processo produtivo” comercial era maior no município: 3,5 empregados por estabelecimento, enquanto a média do estado era de 4,3. Aliás, esta hipótese é reforçada pela observação de que a receita total por estabelecimento estava 30% acima da média estadual.

Durante o período 1970-1985, a participação do ramo atacadista *feirense* jamais ultrapassara os 5,5% das receitas totais do atacado baiano. Já o ramo varejista tinha maior participação nas receitas totais do setor no estado (Tabela 4.07). A participação *feirense* no emprego atacadista do estado era maior do que nas receitas. Isto denota que no manejo, transporte e armazenamento de mercadorias comercializadas, o atacado local era mais trabalho-intensivo³².

desenvolvimento do terciário *feirense*, passa a ser analisado com o recurso de alguns indicadores qualitativos de mudança estrutural e de geração de emprego nessa “produção”.

³² - Uma comparação com o comércio atacadista de Salvador, mostra as grandes disparidades entre os dois municípios no ano de 1985. A capital baiana possuía 359 estabelecimentos (19% do total do estado, contra 5% em Feira), que empregavam 6.689 pessoas (37%, contra 11%), com uma receita total correspondente a 66% da estadual (contra 5,4%). Ou seja, com 2,4 vezes mais estabelecimentos e utilizando 4.2 vezes mais empregados,

Tabela 4.07

**Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Receita Total nas Atividades Participação Municipal
na Microrregião Homogênea e no Estado da Bahia**

(1970-1985)

Atividade	Estabelecimentos			Pessoal Ocupado			Receita Total *		
	FS	FS/MRH (%)	FS/BA (%)	FS	FS/MRH (%)	FS/BA (%)	FS	FS/MRH (%)	FS/BA (%)
Comércio									
Total									
1970	2.568	53,0	5,0	5.897	64,7	5,6	305	88,8	6,1
1975	2.425	48,5	3,9	6.706	61,1	5,0	1.600	89,2	5,4
1980	4.436	49,7	4,6	12.617	64,7	5,7	20.390	84,4	4,9
1985	2.198	nd	5,2	13.825	nd	7,5	2.057.363	nd	6,7
Atacado									
1970	117	nd	5,8	1.109	nd	8,4	114	nd	5,5
1975	106	nd	3,9	807	nd	6,9	524	nd	3,6
1980	136	nd	5,9	1.114	nd	7,5	5.405	nd	2,6
1985	151	nd	7,8	1.970	nd	11,0	636.973	nd	5,4
Varejo									
1970	2.451	nd	5,0	4.788	nd	5,2	190	nd	6,7
1975	2.319	nd	3,9	5.899	nd	4,8	1.076	nd	7,3
1980	4.300	nd	4,6	11.503	nd	5,6	14.984	nd	7,0
1985	2.047	nd	5,0	11.855	nd	7,1	1.420.390	nd	7,5
Serviços									
1970	1.101	71,1	5,7	2.261	67,6	5,3	23	89,7	6,7
1975	1.342	67,8	4,6	3.476	76,5	4,8	109	82,2	4,2
1980	2.222	62,6	3,7	6.026	73,5	4,2	1.698	79,3	3,4
1985	1.606	nd	5,6	5.694	nd	4,3	142.830	nd	3,2

Fonte: IBGE, Censos Comerciais e de Serviços, 1970-1985.

Observação: * Valores Correntes em 1.000 unidades monetárias.

nd = não disponível.

O abastecimento de gêneros alimentícios de origem agropecuária, que durante muito tempo foi suprido pelos produtos comercializados na feira livre semanal (que já se tornara quase diária e permanente), se transformava. O surgimento de novas mercearias e supermercados, ligados a grandes redes de varejo e distribuição, traria novos hábitos de compra e fariam concorrência com a feira, principalmente no que concerne a comercialização de itens industrializados. Todavia, a afluência de vendedores, compradores, veículos e mercadorias à feira ainda era significativa e gerava problemas para o trânsito, higiene, limpeza e segurança nas artérias centrais da cidade, bem como causava transtornos aos estabelecimentos comerciais e

Salvador conseguia uma receita 18.4 vezes maior que a de Feira de Santana. Estes números, ademais, indicam que o gênero atacadista na grande maioria das cidades do interior do estado tinha baixíssima produtividade.

bancários³³. Em 1977, inaugurar-se-ia a “Central de Abastecimento de Feira de Santana”, estrutura ligada à Prefeitura Municipal, construída em área próxima ao centro da cidade, com instalações adequadas (com estacionamento, para visitantes, caminhões de carga e utilitários em geral, sanitários públicos, galpões e boxes, etc), áreas organizadas por gêneros de produtos e alguns serviços, como banco, barbearia e lanchonetes, etc.

Em que pese todo o aparato físico disponível, a administração da Central exercia controle flexível sobre volumes e valores comercializados. Apenas administrava-se o espaço ocupado pelos feirantes, que pagava uma taxa pelo uso das instalações. Esta nova organização da feira permitia a manutenção de laços culturais, comerciais e mesmo produtivos, que se renovavam semanalmente e que se viam ameaçados pelas novas práticas comerciais e industriais dos anos 70. Ou seja, a nova Central era a própria feira semanal redimensionada, reestruturada e realocada em espaço adequado, mantendo os antigos e permitindo o acesso de novos feirantes, criando outras oportunidades de emprego e pequenos investimentos no comércio e nos serviços.

Dentre as atividades econômicas tipicamente urbanas, o ramo de serviços exibe menor participação na composição do emprego global no município. Uma comparação dos censos econômicos de 1985, nos dá conta de que naquele ano foram ocupadas 5.694 pessoas nos estabelecimentos vinculados à prestação de serviços, enquanto a indústria absorvia 8.183 trabalhadores e o comércio 13.825. Estes números refletiam, naquele momento, o “tamanho” daquela atividade na estrutura econômica local.

O município era responsável por apenas 4,3% do pessoal ocupado nas atividades de serviços, em todo o estado. Seus 1.606 estabelecimentos (5,6%) tinham uma participação de apenas 3,2% na receita setorial do estado. Note-se que a atividade municipal, apesar de hegemônica na microrregião, e de apresentar saldos positivos de crescimento no número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, no período 1970-1985, não conseguia aumentar sua participação no contexto estadual (ver Tabela 4.07).

³³ - No caso dos estabelecimentos comerciais, era necessário eliminar também o “transtorno” da concorrência, representado por mercadorias expostas na proximidade à preços competitivos, pelos feirantes.

Examinando mais de perto o perfil dos serviços, ainda de acordo com os dados censitários dos anos 1980 e 1985, constata-se uma mudança estrutural, qualitativa e fundamental para os desdobramentos recentes da economia local: a crescente preponderância do gênero de alimentação sobre o de reparação, manutenção e instalação, que até 1980 ocupava a principal posição, em termos de oferta de emprego e em número de estabelecimentos. O gênero de alimentação passava a ser, também, o de maiores taxas de crescimento na receita total e no item salários, retiradas e outras remunerações. A partir de então, as transformações tecnológicas e organizacionais, começam a implicar uma série de outros novos serviços, até então inexistentes nos cadastros censitários, e por isso mesmo não captados pelas estatísticas daquele momento. Assim, serviços autônomos, prestados por profissionais liberais e técnicos especializados, bem como novos escritórios de prestação de serviços pessoais, financeiros, de apoio à produção, etc, proliferaram em velocidade e informalidade não percebida pelas estatísticas e pelos registros oficiais da Prefeitura, Previdência Social, Receita Federal e outros órgãos.

A inserção da nova indústria instalada no CIS a partir dos anos 70 provocou novas relações intersetoriais, promovendo alterações significativas no perfil produtivo local e regional. Vimos que as novas empresas lograram alterar a lógica de reprodução da economia *feirense*: **de comandada pelo capital agromercantil local e regional, sua reprodução passou a ser comandada pelo capital industrial, cujo poder de decisão localizava-se fora do município e do estado.**

Vimos que, apesar do crescimento industrial e dos impactos por ele provocados, a atividade terciária continuava a ter primazia no conjunto da economia local, em que pese o setor secundário contribuir com parcelas crescentes para o produto total. Em quinze anos, a nova indústria modificara o perfil produtivo: **de produtora de bens de consumo não duráveis, a indústria *feirense* passava a produzir mais bens de capital e principalmente de consumo intermediário, acompanhando o modelo de crescimento adotado por quase toda a periferia nordestina.**

Passado o primeiro lustro dos anos 80, enquanto o centro capitalista brasileiro encontrava-se em crise e o país atingia o auge da **desconcentração econômica** e da **integração produtiva**, com a periferia nacional alcançando altas taxas de crescimento e de participação no PIB nacional³⁴, Feira de Santana continuava mantendo sua característica marcante de economia industrial complementar à da RMS, ainda solidária aos rumos da desconcentração. Entretanto, no período pós-1985, novas modificações substanciais no seu perfil produtivo aconteceriam, tanto em decorrência da crise geral, que reclamava estratégias empresariais mais objetivas, quanto do novo papel do Estado, mas também do aproveitamento das potencialidades locais e regionais. É o que veremos na próxima seção.

3. Desdobramentos do Processo de Integração Produtiva: A Estrutura Econômica Feirense no Período 1985-1997

O dismantelamento das estruturas do serviço público, mormente no aparelho responsável pela coleta, tratamento e divulgação das informações econômicas, tem dificultado a formulação de diagnósticos corretos sobre as distintas realidades sócio-econômicas regionais do país. É sempre um desafio buscar por informações localizadas e, quanto mais periférica a região a ser pesquisada, maiores as dificuldades de acesso a informações quantitativas qualificadas. A dinâmica do período pós-1985 depara-se com o revolucionamento dos paradigmas tecnológicos e organizacionais, que proporcionou o surgimento de novas atividades, produtos e serviços, tornando a comparação intertemporal mais difícil – afinal, o *e-mail*, as compras e transações bancárias via Internet, a telefonia celular, a administração em redes *on line*, os caixas eletrônicos, etc, praticamente inexistiam até 1985. A automação flexível, a flexibilização dos mercados de produtos e de trabalho, a desregulamentação generalizada, a abertura comercial, as transações

³⁴ - Mesmo que isto tenha, em alguns casos, ocorrido simplesmente por um “efeito estatístico”, como vimos nos capítulos II e III. Ver CANO (1997a).

comerciais e financeiras *off ballance* e o progresso das telecomunicações e da informática, inviabilizaram as formas tradicionais de registro e tratamento estatístico das informações.

O abandono do censos econômicos desde 1985³⁵, por outro lado, trouxe limitações para o estudo das trajetórias setoriais, no tocante ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, receitas, salários, valor da produção, etc. As estatísticas disponíveis deste período, produzidas segundo metodologias e amostras distintas, tornam bastante precários os diagnósticos e análises prospectivas. Ademais, o efeito combinado das transformações tecnológicas (que implicaram mudanças nos coeficientes tecnológicos de *input-output*) com a persistência da instabilidade macroeconômica, resultou em distorções ainda mais amplas no sistema de preços relativos, tornando o cálculo dos índices de preços uma tarefa inglória, já que as proporções que integravam os diversos *mixes* de produtos e serviços eram desbalanceadas sucessivamente. Ou seja, a adoção de quaisquer que sejam os índices (IGP, ICV, IPA, IPC, etc) para deflação de preços implica potencialização daquelas distorções.

No entanto, é esta a base de informações que o pesquisador atualmente dispõe e as distorções e insuficiências estatísticas precisam ser superadas, a partir do instrumental disponível.

Nesta seção, tomarei os dados relativos a arrecadação do ICMS como uma *proxi* do desempenho econômico local. Evidentemente, trata-se de uma opção que implica risco de sobrevalorização da produção industrial e de subdimensionamento da produção primária. Embora os números da arrecadação tributária forneçam um quadro estatístico mais realista, seus registros abrangem apenas a economia formal, deixando de lado uma parcela significativa de negócios não inscritos no cadastro de contribuintes do estado, principalmente aqueles relacionados aos serviços e a agropecuária. A diferença nas bases estatísticas utilizadas para a análise econômica do período pós-1985 torna comparações quantitativas incompatíveis. Por isso mesmo, a análise se preocupará menos com valores e mais com os números relativos de

³⁵ - Depois de 1985, realizou-se apenas o Censo Agropecuário 1995-96 e o Censo Cadastro 1995, com resultados e variáveis nem sempre passíveis de comparação com os censos de 1985, dadas as diferentes metodologias ou questionários utilizados.

Tabela 4.11
Feira de Santana: Participação (%) do Município nas Atividades Industriais do Estado da Bahia
(1986-1996) *

Gênero	1987	1988	1989	1990	1991*	1992*	1994	1995	1996
<u>Extrativa Mineral</u>	nd	nd	nd	3,48	5,46	8,62	0,33	0,19	0,63
<u>Construção Civil</u>	nd	nd	2,73	0,16	1,05	6,82	2,77	0,63	0,76
<u>Indústria de Transformação</u>	3,01	3,07	2,71	2,82	2,03	1,62	1,43	2,89	2,70
Minerais Não Metálicos	5,02	5,73	3,85	3,79	0,00	0,00	3,68	3,55	4,64
Metalúrgica	2,62	2,26	2,20	3,59	6,77	5,74	1,99	1,79	1,95
Mecânica	3,46	7,04	6,13	2,84	-	-	3,92	3,62	1,84
Mat. Elétr. e Comunicações	9,31	5,54	5,07	4,52	0,00	0,00	1,05	0,00	0,00
Material de Transporte	3,35	0,96	1,33	0,84	0,00	0,00	0,80	0,84	0,62
Madeira	2,49	2,05	2,12	1,86	-	-	8,12	5,05	2,55
Mobiliário	10,21	17,55	5,18	7,48	-	-	10,25	12,77	5,39
Papel e Papelão	27,76	27,42	33,98	13,53	0,00	0,00	1,82	3,78	3,34
Borracha	42,85	32,53	41,47	85,13	63,54	56,56	80,51	62,02	63,53
Couro e Peles	0,88	0,47	0,44	2,03	-	-	2,04	1,51	1,02
Química	0,53	0,58	0,43	0,35	0,44	0,40	0,15	0,69	0,40
Farmacêuticos e Veterinários	0,43	0,12	0,26	0,63	-	-	31,56	0,62	1,51
Perfumaria, Sabões e Velas	60,39	55,92	53,01	30,07	-	-	22,91	14,95	22,08
Matérias Plásticas	0,98	1,12	0,94	1,64	0,00	0,00	1,12	0,24	0,31
Têxtil	3,74	7,59	5,07	0,05	8,20	9,37	0,00	0,00	0,01
Vestuário, Calç. E Artef. Tecido	6,09	6,84	5,18	7,04	0,00	0,00	14,01	14,93	19,82
Alimentos	3,35	4,85	4,91	5,71	5,91	3,93	4,17	4,29	3,72
Bebidas	9,44	6,12	8,45	3,41	5,22	4,02	4,97	17,91	19,63
Fumo	0,55	1,04	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1,43	1,99
Editorial e Gráfica	0,26	0,45	4,69	19,13	-	-	15,31	20,50	33,06
Diversos	38,36	33,2	37,71	55,16	0,00	0,00	51,17	48,32	38,32
Grupo I	4,67	5,80	5,37	4,33	nd	nd	4,82	7,93	9,48
Grupo II	2,33	2,23	2,02	1,79	nd	nd	0,89	1,77	1,34
Grupo III	5,56	6,82	6,94	5,68	nd	nd	3,10	3,13	2,61

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ.
Observação: * - De acordo com a participação da arrecadação de cada gênero industrial, da Delegacia da Receita Fiscal de Feira de Santana na arrecadação do ICMS setorial do estado da Bahia. Para os anos de 1991 e 1992, utilizou-se dados do Boletim Fazendário, de março de 1995, onde constam apenas alguns gêneros discriminados, dificultando a totalização dos Grupos I, II e III;

O contexto de crise reduziu os índices das indústrias produtoras de bens intermediários (Grupo II) e de bens duráveis e de capital (Grupo III), diminuindo drasticamente suas respectivas participações na indústria baiana. No primeiro caso, houve queda na participação de mais de 43%, enquanto no segundo a redução foi ainda maior. Sua participação, que era de 5,6% passou para 2,6%, entre 1987 e 1996. Como na economia central paulista, a produção do Grupo III seria afetada mais fortemente na periferia do que no

centro. Isto porque os *linkages* dessa indústria eram mais fortes em São Paulo do que no restante do país. Ademais, as decisões estratégicas emanavam das sedes das empresas, muitas delas localizadas naquele estado.

Apesar da relativa redução no tamanho da indústria local, no contexto estadual, alguns gêneros passaram a ter maior participação. No grupo de indústrias produtoras de bens de uso intermediário, a transformação da borracha depois de duplicar sua participação entre 1987 e 1990, voltaria, em 1996, para um patamar 48% superior ao inicial. Já no Grupo III, a redução dos percentuais de participação de Feira não foi maior em virtude da ampliação da capacidade produtiva da PLASCALP⁴², que contribuiu intensamente para que o gênero industrial “diversos” tivesse um crescimento de 210% durante o período considerado e, com isto, aumentasse sua participação no gênero baiano correspondente, entre 1990 e 1995.

O conjunto das indústrias do Grupo I conseguiu duplicar sua participação no correspondente grupo baiano. Mas nos casos da indústria de móveis (de 10% para 5%), perfumaria, sabões e velas (de 60% para 22%), e têxtil (de quase 4% para quase zero), houve redução significativa dessa participação, em decorrência principalmente da queda nos índices de produção das unidades locais. Entretanto, o desempenho global positivo deste grupo deveu-se, principalmente aos gêneros de bebidas e alimentos, que tiveram índices de crescimento do produto superiores aos dos equivalentes no estado. A indústria local do vestuário conseguiu triplicar e a de bebidas duplicar sua participação no período em foco.

O desempenho dos gêneros produtores de alimentos, bebidas e borracha, pela importância que têm dentro da estrutura industrial *feirense*, conseguiu fazer com que esta não tivesse perda maior de participação no contexto estadual. O espetacular crescimento, tanto da indústria editorial e gráfica (12.955%, entre 1987 e 1996) quanto da produção de farmacêuticos e veterinários (55% no mesmo período) – que fez suas respectivas participações crescerem 129 e 3,5 vezes no contexto estadual – entretanto, pouco contribuiu

⁴² - Trata-se de empresa fabricante de produtos cirúrgicos e de uso hospitalar, que é classificada, por inadequação do cadastro de atividades do IBGE, como Outras Indústrias, alocada no “gênero” diversas. Neste conjunto, em geral, são catalogadas, majoritariamente, atividades produtoras de bens de consumo duráveis ou de capital. No caso específico desta empresa, trata-se de produção para uso final, de bens não duráveis, que reforçaria a participação do Grupo I (e não do III) na estrutura produtiva local e do estado, caso fosse possível destacar a informação identificada da empresa.

Mesmo assim, pode-se dizer que o ciclo de crescimento da economia *feirense*, baseado na especialização produtiva em bens intermediários, apresentou sinais de esgotamento entre 1991 e 1994, determinado pelos ajustes produtivos da economia estadual e nacional, principalmente por ter atingido o limite da demanda metropolitana por bens industriais e intermediários, nessa trajetória de solidariedade produtiva com o CIA e o COPEC. Este, aliás, deve ter sido um dos motivos fundamentais para o fechamento e paralisação de diversas unidades produtivas no CIS. Mas, para além desse motivo, a proximidade do encerramento do período de incentivos fiscais, aliada à falta de uma política industrial e regional, à incerteza macroeconômica e à escalada inflacionária, seriam fatores importantes para determinar o desaquecimento da economia local.

Esta redução do PIB não necessariamente refletia o desempenho dos setores individualmente, nem tampouco das atividades dentro de cada um desses setores, como veremos adiante. Mas o contexto geral foi de retorno aos níveis de 1984, quase estagnação, com queda de participação dos setores primário, secundário e terciário no contexto estadual.

A participação da indústria local na indústria estadual foi reduzida de 3% para 2,7%, depois de ter passado por um período crítico entre 1991 e 1994, momento em que foram fechadas importantes fábricas, inclusive a Phebo – do gênero de Perfumaria, Sabões e Velas – e a Peterco, ligada ao grupo Philips – de Material Elétrico e de Comunicações, entre outras (vide Tabela 4.08)³⁸. O fechamento dessas importantes unidades, no que se refere à estrutura industrial *feirense*, deu-se principalmente por razões estratégicas dos seus respectivos capitais controladores, mas também pela falta de perspectivas com relação à vantagens sistêmicas “naturais” ou construídas no período da **desconcentração industrial** brasileira. A construção civil e a extração de minérios também foram bastante afetadas, em maior intensidade do que a indústria de transformação. A primeira, pelo esgotamento das obras de infra-estrutura urbana e viária, provocado pela crise financeira do Estado nacional, da unidade federada e do município e pela crise do Sistema Financeiro da Habitação. A segunda, pela impossibilidade de expansão da

³⁸ - É muito provável que em quase todo o período considerado os percentuais de participação da indústria *feirense* na indústria baiana, apresentados na Tabela 4.08, tenham sido subdimensionados. Isto porque: a) o vencimento do prazo de isenção do ICMS e de outros tributos, para as indústrias instaladas entre 1985/89 (que correspondia a quase 50% do parque industrial implantado no CIS), aconteceria a partir de 1992/96; e b) a maioria das empresas instaladas no CIA e COPEC (também beneficiárias de esquemas similares), já havia esgotado este prazo.

fronteira de exploração de minerais não-metálicos e até mesmo pela suspensão de algumas atividades, que causavam impacto negativo no meio ambiente.

Tabela 4.08

Feira de Santana: Participação Municipal nas Atividades Econômicas do Estado da Bahia
(1987-1996) *

Atividade	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1994	1995	1996
Extrativa Mineral	-	-	-	3,48	5,46	8,62	0,33	0,19	0,63
Indústria de Transformação	3,01	3,07	2,71	2,62	2,03	1,62	1,43	2,89	2,70
Construção Civil	-	-	2,73	0,16	1,05	6,82	2,77	0,63	0,76
Agropecuária	8,97	13,31	12,83	3,09	11,54	6,88	2,34	1,56	3,31
Serviços	-	-	-	8,23	7,39	5,26	4,21	2,55	2,58
Comércio	8,10	8,00	8,26	7,79	9,52	9,45	5,77	6,13	5,27
Total Atividades	5,48	5,45	5,17	5,80	5,55	4,93	4,59	5,28	4,66

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Observação: * - Calculadas de acordo com a participação da arrecadação de cada setor em Feira de Santana na arrecadação do ICMS setorial do estado da Bahia.

Mesmo abstraindo a fraca estrutura empresarial do setor primário, além da existência de uma produção e comercialização informal dos produtos agropecuários no município, pode-se notar uma sensível redução na participação setorial em relação ao estado, principalmente nos últimos três anos da série. O fraco desempenho desse triênio justifica-se, pela fragilidade das unidades produtivas perante o recorrente fenômeno da seca, que assolou a região no biênio 1993/94, provocando perdas nos efetivos da bovinocultura, na produção de origem animal, como carne e leite, e principalmente frustrando safras das lavouras temporárias como o feijão e o milho. Aqui também cabe uma ressalva: devido ao baixo nível de empresariamento das atividades primárias no âmbito municipal, é muito provável que a participação setorial esteja subestimada, já que no conjunto do estado houve avanço da empresa agropecuária – o que implica maior arrecadação de ICMS no setor baiano e redução da participação *feirense*.

As atividades terciárias de comércio e serviços, também reduziram suas participações na “produção” dos respectivos setores baianos. No caso dos serviços, a redução foi mais forte do que no comércio. Estes resultados, contudo, devem ser vistos com muito cuidado, tendo em vista o crescente processo de informalização das atividades de serviços. Esta perda de participação não significa necessariamente redução do produto terciário local. Antes disso, representa um

crescimento setorial maior na RMS (principalmente de Salvador) e das atividades turísticas das regiões de Ilhéus e de Porto Seguro.

Mesmo com os limites estatísticos, posso afirmar que a redução dos pesos dos setores primário, secundário e terciário da economia *feirense* na economia baiana, resultou de mudanças significativas em sua estrutura interna, que ocorreram na medida em que se consolidava o CIS e modernizava-se o varejo, o atacado e os serviços instalados no espaço urbano. Assim, na estrutura econômica do município, sua indústria de transformação teria participação crescente, em que pese sua contribuição para a arrecadação do ICMS estadual decrescer, passando de quase 35%, em 1988, para 17,7% em 1992. Depois de fechamentos, fusões e incorporações, de ajustes defensivos e estratégicos das empresas, intensificados entre 1991 e 1993, o setor secundário voltaria a aumentar sua participação na arrecadação do ICMS, principalmente em função: a) do fim do período de incentivos fiscais para a maioria das empresas remanescentes; e b) do ingresso de uma grande cervejaria nacional, cujo início de operações deu-se em 1994 (vide Tabela 4.09).

Tabela 4.09

Feira de Santana: Arrecadação do ICMS, Segundo Atividades Econômicas.

(1987-1997) *

(Em %)

Ano	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Agropecuária	Serviços	Comércio
1987 ^{*1}	nd	29,5	nd	5,3	nd	65,1
1988	0,0	34,6	nd	0,1	2,4	64,1
1992	3,6	17,7	0,6	1,9	10,0	63,7
1994	0,1	21,7	0,4	0,3	4,0	73,5
1995	0,1	29,5	0,1	0,2	3,1	67,1
1996	0,1	33,1	0,1	0,5	3,7	62,5
1997 ^{*2}	0,5	42,1	0,0	2,4	6,9	48,1

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

Observação: * - Participação percentual de cada atividade na arrecadação total do ICMS do município de Feira de Santana. Os números de 1987 e 1988 referem-se ao total arrecadado pela Delegacia da Região Fiscal de Feira de Santana, onde o município de Feira responde por 89%, em média, da arrecadação total.

^{*1} - Os dados sobre a indústria extrativa mineral e da construção civil estão agregados com a de transformação; e os de serviços, ao de comércio.

^{*2} - Dados preliminares;

O terciário (à frente, o comércio) manteve-se como a grande fonte de geração de tributos, abstraindo-se os incentivos fiscais alocados à indústria. O setor mantém-se com uma participação acima dos 60% na arrecadação do ICMS local, no período 1987-1996. A partir de

1995, com o processo de estabilização e o amadurecimento de plantas industriais implantadas no biênio 93/94, reduziu-se a participação do comércio. Especificamente no caso dos serviços, essa participação não reflete sua real importância para a geração do PIB local, dados os crescentes níveis de informalidade de suas atividades. O comportamento incerto da agropecuária e dos serviços reflete o crescimento da informalidade e a inadequada estrutura da máquina arrecadadora do Estado, para tributar as “mercadorias” destas atividades.

Destarte, Feira de Santana continuou sendo uma cidade eminentemente comercial, em que pese todo o processo de industrialização. Ao interceptar fluxos com destino à Salvador e Sudeste/Nordeste, o entroncamento rodoviário de Feira continuou conferindo à cidade uma participação relevante na geração de idas e vindas de cargas para as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, assim como para diversas regiões do próprio estado baiano. Apesar do crescimento da estrutura de armazenagem e de infra-estrutura portuária de Salvador (que concorre diretamente com Feira), a posição de grande centro atacadista do interior foi mantida, aumentando suas vantagens sobre outros centros urbanos também localizados às margens das rodovias BR-101 e BR116, adquirindo e revendendo parcela significativa do que é comercializado da produção primária de todas as regiões do Estado e também de fora da Bahia.

Por outro lado, o comércio varejista respondia aos estímulos da demanda regional, não mais da sede político-administrativa municipal, mas das cidades que, num raio de até 50 Km de distância, foram se aglomerando em volta da *urbe feirense*, e das cidades mais distantes, que intensificaram os fluxos interurbanos em torno de Feira, aproveitando-se do progresso do sistema de transportes e das comunicações.

Nas subseções seguintes, examinarei estes setores mais de perto. A utilização de outras “lentes”, para aproximar o objeto em estudo, revelará nuances importantíssimas nas características estruturais desta economia. Mostrará, também, a lenta agonia do capital agromercantil “arcaico”, que além de não mais comandar o crescimento da economia, agora é obrigado a modernizar-se para enfrentar a concorrência de capitais extra regionais, que passam a instalar-se na cidade, no setor industrial de alimentos e bebidas ou através de filiais de grandes redes do varejo baiano, nordestino e nacional.

3.1. A Indústria e o Ciclo Recessivo: Ajustes e Redefinições Setoriais

No transcorrer dos anos 80, a queda da demanda de bens finais (duráveis e não duráveis) provocou redução na demanda de bens de capital e intermediários, causando estrangulamentos significativos nas diversas cadeias produtivas da indústria brasileira. As médias e pequenas empresas industriais, produtoras de bens de consumo final não duráveis ou de consumo intermediário, cuja produção voltava-se prioritariamente para o mercado doméstico, nacional ou regional (como era o caso da maioria dos estabelecimentos de Feira) foram, nesse contexto, bastante prejudicadas, principalmente porque não eram devidamente competitivas para enfrentar a opção do mercado externo. Daí resultavam concordatas, falências e concentração de capital via aquisição de trabalho morto, incorporado às massas falidas.

No CIS, das 16 empresas instaladas em 1973, apenas 7 continuavam em operação no ano de 1979. Mas o número de empresas em funcionamento havia aumentado para 69. Já em 1986, funcionavam 77 estabelecimentos e apesar do fechamento de diversas unidades, parte das empresas mais expressivas quanto a tamanho e faturamento foram instaladas a partir de então. Até 1989, seria agregada metade das 110 indústrias que estavam em operação naquele ano. Em 1996, 100 empresas estavam em funcionamento, todavia só restavam 9 das 69 que funcionavam em 1979. Esta elevada mortalidade das empresas era compensada pela instalação de novos estabelecimentos, que traziam maior dinamismo tecnológico e maiores escalas de produção.

Uma questão que se coloca é: por que, numa conjuntura de crise o CIS (e a cidade de Feira de Santana) continuaria a receber novas empresas, inclusive de portes maiores do que as existentes até então? Num contexto mais amplo, com a crise do Estado e da dívida externa, esgotavam-se as opções para implantação de grandes projetos, exceto para aqueles que pudessem viabilizar receitas cambiais. Feira de Santana não apresentava grandes opções para exploração de recursos naturais. Não havia possibilidades de execução de grandes projetos, que pudessem inseri-la no esforço agroexportador daquele momento. A agroindústria para produção em grande escala já havia recebido grandes investimentos em outra região da Bahia – Juazeiro. A opção que

se apresentava era a continuidade da industrialização, com aproveitamento, quando possível, das oportunidades de inserção em mercados externos.

Por outro lado, em 1986, visando evitar maior concentração de investimentos na área do CIS e COPEC, a SUDENE estabeleceu “prioridade A” para a concessão de incentivos fiscais na área do CIS, ao tempo em que reduzia a prioridade conferida a projetos para aquelas áreas, tornando esta relativamente mais atraente, mais competitiva. O atrativo dos benefícios fiscais e creditícios, promovidos pela SUDENE, em conjunto com outras políticas adotadas pelos governos estadual e municipal seria responsável pelo ingresso de mais estabelecimentos, com maior volume de investimentos e pela diversificação estrutural da indústria *feirense*³⁹. Em 1979, o CIS possuía unidades distribuídas em 11 gêneros. Em 1986, já se encontravam unidades distribuídas em 18 gêneros da atividade. E em 1993, contabilizavam-se 83 empresas, distribuídas nos 21 gêneros industriais.

Outro fator contribuinte para a continuidade desse processo foi a localização da cidade, que continua favorecendo estrategicamente os empreendimentos voltados para o mercado nordestino, mormente aqueles que utilizam o transporte rodoviário como principal forma para transporte de matérias-primas, insumos e para escoamento da produção. Assim, seja pela falta de opções incentivadas em outras localidades, seja por conta das potenciais economias sistêmicas do

³⁹ - Ainda hoje, as empresas que se instalam no Centro Industrial do Subaé gozam de uma série de incentivos oferecidos pelas três esferas de governo. A União, arca com a isenção de imposto de renda por 10 anos; garante apoio financeiro de 40% em recursos do Finor para sociedades anônimas com emissão de debêntures; financia projetos em até 70% com recursos do FNE, com taxas de juros e carência, de acordo com o projeto; financia até 80% do valor das máquinas e equipamentos, com taxas de juros e carências variáveis, dependendo do projeto, com recursos do FINAME; e, finalmente, financia até 30% do capital de giro. O governo estadual, também, através do PROBAHIA, garante 10 anos de financiamento de 75% do ICMS, com carência de 5 anos e juros de 3% anuais, para a instalação de indústrias sem similar no território baiano (para as que têm similar, o programa reduz o prazo de financiamento do ICMS e a carência). Um outro benefício é a possibilidade de aquisição de lotes industriais com preços subsidiados, entre 50% e 70%, de acordo com o projeto (maior ou menor geração de ICMS e número de empregos diretos criados). O investidor ainda pode dispor de isenção tributária de impostos e taxas municipais por até 10 anos, se seu estabelecimento não tiver similar no município e se o projeto contemplar a criação de mais de 250 empregos diretos. Além dos incentivos, as empresas que optarem por instalar-se no Centro Industrial de Subaé receberão assessoria técnica da SUDIC na elaboração de projetos econômicos, financeiros, técnicos e arquitetônicos [Ver BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. (1998:204-5)].

260 mil cabeças de gado mestiço, das raças nelore e pardo suíço. A seca de 1993/94 havia contribuído para a redução dos efetivos, afetando negativamente o fornecimento de leite para a indústria de laticínios.

A cidade de Feira de Santana é um dos mais importantes pólos de criação, abate, comercialização e distribuição de carne bovina no estado da Bahia. Possui um grande centro abatedouro, um mercado municipal de carne e um grande frigorífico. O abatedouro municipal é responsável pelo abate dos animais com controle sanitário e sua distribuição para os açougues da cidade. O mercado municipal de carnes traduz-se em um mercado varejista do produto que se destina ao consumo das faixas populares. O frigorífico Frifeira, o maior do estado da Bahia, pertencente a Cooperfeira, produz cerca de 1.000 toneladas de carnes por mês, com um faturamento de R\$ 3,7 milhões/mês e gera 300 empregos diretos. Sua produção é vendida para Feira de Santana e microrregião e principalmente para Salvador. A microrregião de Feira de Santana também fornece 60% do gado abatido pelo frigorífico.

Malgrado o consumo de carne bovina na região ainda estar fortemente baseado no produto *in natura* e a estrutura de beneficiamento incipiente, a cidade possui elementos chaves relacionados à logística de transporte, acesso à matéria-prima e mercado bastante promissores, podendo atrair grandes empresas do setor e gerar um efeito dinâmico maior nas transformações produtivas dos elos anteriores da cadeia de processamento de carne bovina na região. Aliás, é o que já se observa no caso da produção de carnes de aves.

No ramo da integração industrial com a avicultura, o CIS conseguiu atrair a empresa AVIPAL, que começará a funcionar no primeiro semestre de 1999, produzindo e comercializando frangos e ovos. O início dos investimentos desta empresa, ainda em fase preparatória, já está produzindo seus efeitos à montante, seja na compra de milho e soja, provenientes da região de Barreiras, seja nas compras de rações adquiridas junto à indústrias de Feira. Os contratos de parceria com fornecedores e criadores de frangos, já estão em andamento, garantindo a produção de matrizes e de frangos para corte, dentro do próprio município e de municípios vizinhos.

Em termos de matéria-prima, a produção de milho ainda tem sido irregular, de baixa produtividade e dispersa em termos espaciais. Esta situação faz com que os maiores avicultores da região ainda tenham fornecedores distantes, até de outros Estados, ao menos

em algumas épocas do ano, encarecendo os custos de transporte. As poucas fábricas de ração, que atendem prioritariamente a pequenos e médios avicultores, todas elas situadas em Feira de Santana, sofrem os mesmos problemas para aquisição da matéria-prima.

Quatro das maiores granjas da Bahia estão localizadas no município de Conceição da Feira. Existem, também muitos abatedouros que na maioria dos casos, são pequenos e semi-artesanais. Assim, em função da infra-estrutura de produção e comercialização, Feira de Santana desponta com vantagens consistentes, podendo vir a se beneficiar da produção de matéria-prima da região de Barreiras.

A indústria de laticínios, reduziu sua importância no conjunto da indústria local, envolvida com os problemas próprios da pecuária leiteira da região que enfrentava queda de produtividade, períodos extensos de estiagem e dificuldades para especialização da maior parte do rebanho. Como se não bastassem estes problemas regionais, este ramo passava por um processo de concentração que se intensificou no país ao longo dos anos 90. O acirramento da concorrência entre grandes grupos internacionais determinou o ingresso da italiana PARMALAT no Brasil, o qual se deu através da aquisição de diversas unidades (tanto de laticínios quanto fabricantes de sucos diversos), localizadas em quase toda parte do território nacional. Numa arrojada estratégia de ocupação de mercados, de distribuição e de *marketing*, a Parmalat fixava sua marca e destruía a concorrência dos pequenos e médios laticínios, estabelecendo novos acordos com produtores ou implementando redes eficientes de distribuição.

Nesse contexto, Feira de Santana, que possuía duas grandes fábricas de laticínios – a ALIMBA e a unidade industrial da Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB) – e mais outra, de pequeno porte – a Laticínios San Rafael (do Grupo Betânia, que havia formalizado uma *joint venture* com o grupo francês SODIMA) – também sofreria os reflexos desse processo. A Parmalat adquiriu a Alimba no início dos anos 90 e mais recentemente todas as unidades do grupo Betânia no Nordeste, inclusive a San Rafael. No primeiro caso, a produção foi gradativamente sendo desativada, até 1995/96. No segundo, em processo recente, ainda a produção tem permanecido nos níveis anteriores.

A outra grande unidade de laticínios, a CCLB, que passava por dificuldades financeiras graves, desde os anos 80, não resistiu à concorrência e está em processo de

a produção do gênero bebidas mais do que triplicar, entre 1994 e 1995. Tomando-se como base o ano de 1987⁴⁰, pode-se notar que na maioria dos gêneros industriais, houve redução da atividade produtiva. Entretanto, em 3 dos 5 maiores (em termos de participação no produto industrial local – minerais não metálicos, alimentos e bebidas)⁴¹, houve crescimento nos índices de produção (vide Tabela 4.10).

Admito que os números da Tabela 4.10 devem ser vistos com cuidados especiais, já que decorrem de estimativas a partir do comportamento industrial baiano, cujo parque concentra-se na RMS, possuindo estruturas tecnológicas e de custos diferentes em muitos casos das observadas na indústria *feirense*.

Os gêneros produtores de bens de consumo intermediários tiveram fraco desempenho durante os dez anos em foco. Houve redução sistemática do conjunto dessas indústrias, sendo o ponto mais baixo dessa trajetória alcançado em 1992. Esta perda real de produto é justificada pela crise econômica nacional, que reduziu a demanda por bens intermediários produzidos na periferia. A redução da demanda do CIA e COPEC, cujas empresas foram obrigadas a ajustar cotas e desativar linhas de produtos, fechar estabelecimentos e, enfim, reduzir custos, provocou o “efeito dominó” sobre a indústria *feirense*, com queda na produção, desemprego e fechamento de muitos estabelecimentos. Dos oito gêneros que participam deste grupo (Grupo II), apenas a produção de borracha conseguiu manter-se, num patamar produtivo acima do observado em 1987, exceto pelo desempenho do ano de 1990. Em 1996, além do de borracha, somente o gênero de transformação de minerais não metálicos havia alcançado índices superiores ao do início do período.

O grupo de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e de capital conseguiu crescer até 1989. Daí em diante, seus índices de produção decresceram, chegando, em 1996, a

⁴⁰ - Chamo a atenção do leitor para o fato de que nos anos de 1986 a 1988 passaram a operar grandes unidades industriais no CIS. Isto implica uma base elevada para o estabelecimento de comparações intertemporais. Considerou-se 1987 como ano-base porque não foi possível obter informações setorialmente desagregadas para os anos anteriores. Reconheço que a situação ideal seria dispor de uma série com início no ano de 1980.

⁴¹ - Não há índice de produção física para o gênero borracha na Bahia. Por outro lado, o de química teve sua produção relativamente reduzida no período.

quase metade do que produziam em 1987. Neste conjunto, os gêneros de material de transporte e de material elétrico tiveram vários estabelecimentos fechados. No primeiro caso, por conta da queda da demanda do Pólo e do CIA. No segundo caso porque, a maior empresa do gênero, no CIS, a Peterco (ligada a Philips do Brasil), responsável por volume expressivo da produção do gênero, encerrou suas atividades no município. O fechamento dessa unidade significou redução da importância do gênero na estrutura industrial de Feira e no contexto estadual, dado o limitado tamanho dos estabelecimentos remanescentes.

A crise também teve seus efeitos negativos sobre alguns gêneros voltados para a produção de bens de consumo final não-duráveis (Grupo I). Em 1990, este grupo de indústrias produzia quase 90% do que era fabricado em 1987. Neste grupo, o mais expressivo impacto negativo ficou por conta do gênero de perfumaria, sabões e velas, cuja principal empresa (a Phebo do Nordeste), em termos de volume de produção, geração de impostos e de empregos, encerrou suas atividades em 1992, depois de ter reduzido sistematicamente sua produção.

A evolução dos índices da indústria de bens de consumo não duráveis, malgrado o fechamento da Phebo e de outras unidades de menor porte, mostraria forte elevação da produção a partir de 1994. Este desempenho é explicado, em parte, pelo processo de estabilização dos preços, que passou a estimular o crescimento da demanda por bens de consumo de salário, particularmente de bebidas, alimentos e vestuário – cujos produtos têm demanda altamente elástica à pequenas variações positivas da renda real. Porém, o grande impacto, que contribuiu para a elevação dos índices a partir de 1994, foi o início das operações da cervejaria Kaiser, com uma planta destinada ao abastecimento do mercado nordestino.

A performance produtiva do Grupo I possibilitou a recuperação dos índices globais da indústria *feiraense*, sem que isto significasse crescimento da participação na indústria baiana: o tamanho da indústria de Feira, que correspondia a 3% da indústria de transformação baiana em 1987, passaria a ser menor, pouco mais de 1,4% em 1994 e 2,7% em 1996 (vide Tabela 4.11).

Tabela 4.11

**Feira de Santana: Participação (%) do Município nas Atividades Industriais do Estado da Bahia
(1986-1996) ***

Gênero	1987	1988	1989	1990	1991*	1992*	1994	1995	1996
<u>Extrativa Mineral</u>	nd	nd	nd	3,48	5,46	8,62	0,33	0,19	0,63
<u>Construção Civil</u>	nd	nd	2,73	0,16	1,05	6,82	2,77	0,63	0,76
<u>Indústria de Transformação</u>	3,01	3,07	2,71	2,82	2,03	1,62	1,43	2,89	2,70
Minerais Não Metálicos	5,02	5,73	3,85	3,79	0,00	0,00	3,68	3,55	4,64
Metalúrgica	2,62	2,26	2,20	3,59	6,77	5,74	1,99	1,79	1,95
Mecânica	3,46	7,04	6,13	2,84	-	-	3,92	3,62	1,84
Mat. Elétr. e Comunicações	9,31	5,54	5,07	4,52	0,00	0,00	1,05	0,00	0,00
Material de Transporte	3,35	0,96	1,33	0,84	0,00	0,00	0,80	0,84	0,62
Madeira	2,49	2,05	2,12	1,86	-	-	8,12	5,05	2,55
Mobiliário	10,21	17,55	5,18	7,48	-	-	10,25	12,77	5,39
Papel e Papelão	27,76	27,42	33,98	13,53	0,00	0,00	1,82	3,78	3,34
Borracha	42,85	32,53	41,47	85,13	63,54	56,56	80,51	62,02	63,53
Couros e Peles	0,88	0,47	0,44	2,03	-	-	2,04	1,51	1,02
Química	0,53	0,58	0,43	0,35	0,44	0,40	0,15	0,69	0,40
Farmacêuticos e Veterinários	0,43	0,12	0,26	0,63	-	-	31,56	0,62	1,51
Perfumaria, Sabões e Velas	60,39	55,92	53,01	30,07	-	-	22,91	14,95	22,08
Matérias Plásticas	0,98	1,12	0,94	1,64	0,00	0,00	1,12	0,24	0,31
Têxtil	3,74	7,59	5,07	0,05	8,20	9,37	0,00	0,00	0,01
Vestuário, Calç. E Artef. Tecido	6,09	6,84	5,18	7,04	0,00	0,00	14,01	14,93	19,82
Alimentos	3,35	4,85	4,91	5,71	5,91	3,93	4,17	4,29	3,72
Bebidas	9,44	6,12	8,45	3,41	5,22	4,02	4,97	17,91	19,63
Fumo	0,55	1,04	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1,43	1,99
Editorial e Gráfica	0,26	0,45	4,69	19,13	-	-	15,31	20,50	33,06
Diversos	38,36	33,2	37,71	55,16	0,00	0,00	51,17	48,32	38,32
Grupo I	4,67	5,80	5,37	4,33	nd	nd	4,82	7,93	9,48
Grupo II	2,33	2,23	2,02	1,79	nd	nd	0,89	1,77	1,34
Grupo III	5,56	6,82	6,94	5,68	nd	nd	3,10	3,13	2,61

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

Observação: * - De acordo com a participação da arrecadação de cada gênero industrial, da Delegacia da Receita Fiscal de Feira de Santana na arrecadação do ICMS setorial do estado da Bahia. Para os anos de 1991 e 1992, utilizou-se dados do Boletim Fazendário, de março de 1995, onde constam apenas alguns gêneros discriminados, dificultando a totalização dos Grupos I, II e III;

O contexto de crise reduziu os índices das indústrias produtoras de bens intermediários (Grupo II) e de bens duráveis e de capital (Grupo III), diminuindo drasticamente suas respectivas participações na indústria baiana. No primeiro caso, houve queda na participação de mais de 43%, enquanto no segundo a redução foi ainda maior. Sua participação, que era de 5,6% passou para 2,6%, entre 1987 e 1996. Como na economia central paulista, a produção do Grupo III seria

afetada mais fortemente na periferia do que no centro. Isto porque os *linkages* dessa indústria eram mais fortes em São Paulo do que no restante do país. Ademais, as decisões estratégicas emanavam das sedes das empresas, muitas delas localizadas naquele estado.

Apesar da relativa redução no tamanho da indústria local, no contexto estadual, alguns gêneros passaram a ter maior participação. No grupo de indústrias produtoras de bens de uso intermediário, a transformação da borracha depois de duplicar sua participação entre 1987 e 1990, voltaria, em 1996, para um patamar 48% superior ao inicial. Já no Grupo III, a redução dos percentuais de participação de Feira não foi maior em virtude da ampliação da capacidade produtiva da PLASCALP⁴², que contribuiu intensamente para que o gênero industrial “diversos” tivesse um crescimento de 210% durante o período considerado e, com isto, aumentasse sua participação no gênero baiano correspondente, entre 1990 e 1995.

O conjunto das indústrias do Grupo I conseguiu duplicar sua participação no correspondente grupo baiano. Mas nos casos da indústria de móveis (de 10% para 5%), perfumaria, sabões e velas (de 60% para 22%), e têxtil (de quase 4% para quase zero), houve redução significativa dessa participação, em decorrência principalmente da queda nos índices de produção das unidades locais. Entretanto, o desempenho global positivo deste grupo deveu-se, principalmente aos gêneros de bebidas e alimentos, que tiveram índices de crescimento do produto superiores aos dos equivalentes no estado. A indústria local do vestuário conseguiu triplicar e a de bebidas duplicar sua participação no período em foco.

O desempenho dos gêneros produtores de alimentos, bebidas e borracha, pela importância que têm dentro da estrutura industrial *feirense*, conseguiu fazer com que esta não tivesse perda maior de participação no contexto estadual. O espetacular crescimento, tanto da indústria editorial e gráfica (12.955%, entre 1987 e 1996) quanto da produção de farmacêuticos e

⁴² - Trata-se de empresa fabricante de produtos cirúrgicos e de uso hospitalar, que é classificada, por inadequação do cadastro de atividades do IBGE, como Outras Indústrias, alocada no “gênero” diversas. Neste conjunto, em geral, são catalogadas, majoritariamente, atividades produtoras de bens de consumo duráveis ou de capital. No caso específico desta empresa, trata-se de produção para uso final, de bens não duráveis, que reforçaria a participação do Grupo I (e não do III) na estrutura produtiva local e do estado, caso fosse possível destacar a informação identificada da empresa.

veterinários (55% no mesmo período) – que fez suas respectivas participações crescerem 129 e 3,5 vezes no contexto estadual – entretanto, pouco contribuiu para o desempenho global, já que suas participações pretéritas na estrutura industrial de Feira eram insignificantes (vide Tabela 4.12).

A grave crise dos anos 80 atingiu mais intensamente as indústrias *feirenses* dos grupos II e III, do que as do estado. Com isto, gêneros relativamente importantes, como os de transformação de minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e papel e papelão, também perderam importância no contexto da indústria local.

Tabela 4.12

Feira de Santana: Evolução da Estrutura da Indústria de Transformação. (1987-1997) *

Gênero	1987	1988	1989	1990	1991*	1992*	1994	1995	1996
Minerais Não Metálicos	5,66	2,49	2,80	3,65	-	-	2,24	1,39	1,94
Metalúrgica	14,46	19,74	16,28	13,46	17,11	12,90	9,06	5,36	5,31
Mecânica	2,63	2,77	1,41	0,53	-	-	0,29	0,27	0,12
Material Elétrico e de Comunicações	1,83	2,53	2,18	3,73	-	-	2,31	-	0,00
Material de Transporte	0,42	0,16	0,20	0,24	-	-	0,06	0,05	0,03
Madeira	0,63	0,44	0,45	0,53	-	-	1,17	0,73	0,23
Mobiliário	0,95	1,58	0,58	0,94	-	-	0,66	0,51	0,33
Papel e Papelão	9,22	8,23	13,93	8,60	-	-	2,76	6,25	3,85
Borracha	17,23	22,90	17,74	11,32	20,23	21,43	24,42	17,65	16,38
Couros e Peles	0,03	0,04	0,04	0,11	-	-	0,21	0,13	0,09
Química	8,44	11,47	8,97	6,50	9,58	11,63	7,06	12,44	8,47
Farmacêuticos e Veterinários	0,02	-	0,00	0,01	-	-	4,08	0,09	0,22
Perfumaria, Sabões e Velas	9,31	11,12	9,42	9,31	-	-	4,02	2,03	1,96
Matérias Plásticas	0,44	0,55	0,54	0,63	-	-	4,04	0,34	0,46
Têxtil	3,10	0,04	0,03	0,04	8,15	8,65	0,00	0,00	0,00
Vestimário, Calçados e Artef. Tecidos	1,10	0,55	0,99	1,28	-	-	2,83	2,40	2,66
Alimentos	13,55	5,38	8,80	23,49	34,15	31,09	20,10	16,40	12,58
Bebidas	8,69	7,63	12,87	11,84	10,79	14,31	8,66	29,49	39,58
Fumo	0,95	0,20	0,06	0,00	-	-	-	0,03	0,07
Editorial e Gráfica	0,02	0,08	0,28	0,56	-	-	1,14	1,01	2,20
Diversos	1,32	2,10	2,43	3,22	-	-	4,89	3,43	3,51
Grupo I	37,68	26,58	33,03	47,46	-	-	41,49	51,97	59,62
Grupo II	56,12	65,86	60,75	44,80	-	-	50,96	44,29	36,72
Grupo III	6,20	7,56	6,22	7,74	-	-	7,54	3,74	3,66

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

Observações: * - Participação percentual de cada atividade na arrecadação do ICMS pela Delegacia da Região Fiscal de Feira de Santana. Para os anos de 1991 e 1992, utilizou-se dados do Boletim Fazendário, de março de 1995, onde constam apenas alguns gêneros discriminados, dificultando a totalização dos Grupos I, II e III;

Entre 1987 e 1996, os efeitos cruzados da crise macroeconômica e do arrefecimento das políticas de **desconcentração industrial**, com o crescimento setorial das indústrias de vestuário, alimentos e bebidas, fizeram com que ocorresse nova mudança radical no perfil industrial do município. A primeira, como vimos, ocorreu no final da década de 70, quando a indústria *feirense* tinha transformado seu parque industrial, especializando-se na produção de bens intermediários, adotando modelo complementar às indústrias instaladas no CIA e COPEC. Mas a persistente queda nos índices de produção das indústrias do grupo II e a concomitante ascensão da produção no grupo I tornariam a indústria *feirense* majoritariamente produtora de bens de consumo não duráveis.

A partir de 1990, destarte, a produção de bens finais não duráveis aumentaria sua participação no contexto municipal, alcançando quase 60% do total da produção industrial em 1996 (enquanto as indústrias do Grupo II produziam quase 37% e as do Grupo III, pouco menos de 4%), invertendo a tendência observada entre fins dos anos 70 e anos 80⁴³.

A perda da hegemonia do Grupo II em Feira de Santana coincide com (e é reflexo, também, do) o processo de abertura comercial, acelerado nos anos 90 pelos governos do Brasil. Na medida em que o mercado nacional deixou de ser prioridade no processo de desenvolvimento regional, as localidades tiveram que, simultaneamente: a) focalizar determinados setores nos quais poderiam manter-se competitivos no mercado, perante a concorrência nacional e internacional, seja em razão de vantagens comparativas naturais ou construídas; e b) reduzir ou mesmo abandonar a produção de mercadorias que passavam a perder mercado com a queda de preços ou melhoria de qualidade dos concorrentes nacionais ou importados.

E Feira de Santana teve que se adequar ao “novo figurino”. Direta ou indiretamente, esta forma de “**regressão estrutural**” teve como pano de fundo todo o processo de desregulamentação e desregulação, que protegiam a produção nacional e o mercado doméstico.

⁴³ - Dados preliminares da arrecadação do ICMS para o ano de 1997, indicavam a continuidade do movimento industrial de “retorno às origens”, com a produção de bens de consumo final não duráveis alcançando mais de 60% e, em especial, a de bebidas sendo responsável por quase a metade do valor da produção da indústria de transformação. Esta situação deve consolidar-se com o início das operações de uma grande empresa, voltada para a industrialização de aves e ovos, a partir de 1999.

A “solução natural” para esta nova realidade tem sido açodar sua “vocação” pela produção de bens de consumo não duráveis, mormente da indústria agroalimentar.

Algumas das unidades do Grupo II, que conseguiram atravessar o período de crise tiveram que optar pelo mercado externo, cada vez menos protegido, mas aberto a nichos competitivos como, por exemplo, o mercado de óleos de mamona e de barita, produzidos majoritariamente no município para exportação.

Esta transformação estrutural – isto é, o retorno à primazia industrial na produção de bens finais não duráveis – contou com a instalação de grandes plantas com o predomínio de capitais extra regionais. Essencialmente, esta primazia vem significando o predomínio de capitais nacionais e estrangeiros, centrados em São Paulo, sobre os antigos capitais locais e regionais que ainda tinham no setor de alimentos e bebidas um “reduto”. Assim, os capitais locais/regionais ficam limitados às pequenas unidades, voltadas para o mercado mais próximo, do interior, enquanto os grandes investimentos aqui se localizaram como parte de estratégias mais amplas, de conquista do mercado metropolitano e nordestino. Ou seja, **o capital forâneo que antes se interessara pela produção de bens intermediários e fizera o Grupo II hegemônico na estrutura industrial local, agora assume a hegemonia do Grupo I, tornando-o predominante.**

Os números do Censo Cadastro de 1995, realizado pelo IBGE, mostram que o Grupo I detinham 63% dos 760 estabelecimentos industriais do município, enquanto 29% eram do Grupo II. O levantamento do IBGE detectava 19% dos estabelecimentos voltados para a produção do vestuário e 20% para a produção de alimentos e bebidas.

Acompanhando a tendência geral do município, no CIS acontecia um movimento de redução, de 110 unidades em operação no ano de 1990, para 89 em 1992 e 79 no ano de 1996 (conforme SUDIC, 1997 e SUDIC/CEPES, 1994; vide Tabela 4.13). A este movimento, corresponderia, no entanto, crescimento no valor total de investimentos da ordem de 31% (de

US\$581 milhões para US\$759 milhões), entre 1992 e 1996⁴⁴. Neste ano, as intenções de investimentos reveladas pelas 100 empresas em operação e pelas 5 que estavam em processo de implantação era de gastar um total de US\$376 milhões (conforme SUDIC, 1997).

Tabela 4.13

Feira de Santana: Empresas em Operação e Implantação e Mão-de-Obra no CIS, por Gêneros Seleccionados* da Indústria de Transformação. (1992 – 1996)

Gênero Industrial *	Número de Empresas (%)		Mão-de-obra (Atual + Prevista) (%)	
	1992	1996	1992	1996
Minerais não metálicos	12,4	13,9	9,5	7,7
Metalurgia	10,1	12,7	11,7	5,6
Madeira	7,9	3,8	0,5	0,5
Papel e Papelão	4,5	5,1	7,0	6,5
Química	7,9	8,9	nd	8,0
Perfumaria, Sabões e Velas	9,0	2,5	3,2	2,0
Materiais Plásticos	3,4	7,6	1,6	3,9
Alimentos	19,1	17,7	36,7	31,9
Bebidas	6,7	5,1	4,9	10,3
Editorial e Gráfica	2,2	2,5	4,0	5,2
Diversas	5,6	6,3	6,4	7,1
Grupo I	40,4	31,6	49,2	51,5
Grupo II	48,3	55,7	33,8	39,2
Grupo III	11,2	12,7	10,1	9,3
Quantidade Total (100%) de Empresas ^{*1}	89	79	8.804	7.657
e de Mão-de-Obra ^{*2}				

Fontes: Para o ano de 1992, dados extraídos de SUDIC e CEPES/UEFS (1993); e, para 1996, SUDIC (1997).

Observações: * - Os gêneros seleccionados são aqueles que, em pelo menos um dos anos (1992 ou 1994) tiveram participação superior a 5% no número de estabelecimentos ou no de pessoal ocupado;

*1 - No ano de 1992, existiam 90 empresas em operação e 1 em processo de implantação. Já em 1996, 100 empresas estavam em operação e 5 em processo de implantação; os totais das colunas correspondentes a cada ano diferem destes números, porque algumas empresas deixaram de prestar informações solicitadas pela SUDIC, em 1996, e pelo CEPES/UEFS, em 1993.

*2 - No ano de 1992, as empresas em operação empregavam 5.325 pessoas (e planejavam empregar mais 3.541 trabalhadores); enquanto em 1996, as 100 empresas ocupavam 6.296 pessoas (e planejavam empregar mais 2.725); estes números diferem dos apresentados nas duas últimas colunas, porque estas explicitam as somas da mão-de-obra ocupada e prevista das empresas que prestaram tais informações..

⁴⁴- Dos gêneros industriais do CIS, o da indústria química é o mais capital intensivo: em 1996, o capital empregado por unidade de emprego era de US\$ 432,16 (SUDIC, 1997). “A maior parte das empresas do CIS caracterizam-se, entretanto, pelos investimentos entre US\$ 100 e 500 mil (30,95%), vindo em seguida aquelas com investimentos superiores a US\$ 1 milhão e inferiores a US\$ 5 milhões. Os investimentos superiores a US\$ 100 milhões representam 9,5% do total” [BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. (1998:197)].

Estes movimentos de fechamento de alguns estabelecimentos e abertura de outros, modificou a quantidade de empregos diretos do CIS: em 1992, as empresas em operação empregavam 5.325 pessoas; já em 1996, o número de pessoas ocupadas era de 6.296 pessoas. As indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis ocupam maior quantidade de mão-de-obra. Neste grupo, destacam-se as indústrias de alimentos e bebidas, responsáveis, em 1996, por mais de 42% dos 7.657 empregos gerados e previstos.

Dois anos depois, no início de 1998, restavam apenas 61 estabelecimentos em operação e outros 61 paralisados ou fechados no CIS⁴⁵. Das empresas em funcionamento naquele momento, 11 tinham entre 5 e 10 anos de instaladas (ou seja, entraram em operação no período 1988-1992) e outras 11 haviam iniciado suas operações entre 1883 e 1987. Apesar de 21 das empresas em atividade terem mais de 15 anos de idade, consolidando posições na economia local e regional, mais de 50% das empresas que ingressaram entre 1986 e 1990 estavam paralisadas ou haviam encerrado suas atividades até o início de 1998 – a maioria das quais, em virtude do fim dos incentivos fiscais de que eram beneficiárias.

Este, aliás, tem sido fenômeno recorrente em grande parte do parque industrial instalado na periferia brasileira. Uma vez cessados os efeitos fiscais, não há mais razão para manter o investimento em regiões pouco competitivas. O exemplo mais dramático desta situação tem sido o da Zona Franca de Manaus, que tem observado a redução dos níveis de produção ou mesmo fuga de capitais, que retornam aos seus países de origem ou instalam novas unidades no Sudeste brasileiro.

Em Feira de Santana, portanto, repete-se o que vem ocorrendo em outros tantos lugares da periferia capitalista brasileira: tendo como novo agente do desenvolvimento a iniciativa privada, as localidades utilizam-se das armas da “guerra fiscal” (quando podem) para atrair capitais e buscam alternativas locais (quando existem) para “revelar” suas vantagens e diferenciar seu produto para o mercado global.

⁴⁵ Ver BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. (1998:195) que, em parte, baseou-se em SUDIC (1997), mas que, também, fez pesquisa de campo para atualizar os dados até o mês de janeiro de 1998, e encontrou mais 12 empresas em processo de implantação no CIS

Além do mais, nos últimos anos, uma série de dificuldades foram enfrentadas pelas empresas de médio e pequeno porte, no que se refere ao crescimento dos custos financeiros e operacionais, ao encarecimento dos insumos importados e a queda da receita, provocada pela perda de fatias de mercado, determinada pelo acirramento da competição e pela perda de competitividade dos produtos nacionais no mercado global. Aliás, a política de estabilidade monetária baseada no *mix* de altas taxas de juros combinado com câmbio valorizado e mantida durante o período 1995-1998, contribuiu sobremaneira para esta situação das empresas. Certamente, tais dificuldades vem sendo agravadas desde a primeira crise dos *emerging markets* asiáticos, em outubro de 1997, pela crise russa de outubro de 1998, e mais recentemente pela crise monetária brasileira do início de 1999, inviabilizando a continuidade dos empreendimentos, pelo crescimento desmesurado dos custos, acelerando decisões de paralisação ou redução do ritmo de produção na área do CIS.

Em 1996, as empresas em operação haviam terceirizado parte de seus serviços, gerando 408 empregos fora da indústria. No Grupo II, a empresa com maior número de pessoal ocupado era a Pirelli, do gênero de transformação da borracha, que empregava 310 pessoas. No Grupo I, as que mais empregavam era a Comer, processadora de alimentação industrial (hoje, com atividades paralisadas), com 466 empregos, e a Kaiser, fabricante de cervejas (com 290). E, finalmente, no Grupo III, a que ocupava maior quantidade de mão-de-obra era a Plascalp, fabricante de produtos cirúrgicos, com 377 empregados.

Nos anos 90, observa-se a continuidade do movimento de maior proliferação de estabelecimentos industriais de pequeno porte, fora da área de abrangência do distrito industrial, em geral crescendo à margem do sistema de incentivos fiscais, porém incentivadas pelo crescimento das demandas local e regional. Grande parte do contingente destes estabelecimentos, como se pode depreender dos indicadores do IBGE e da Secretaria da Fazenda, responde pela produção de alimentos, sucos e bebidas, com fortes relações intersetoriais com a agropecuária, o comércio e os serviços locais.

A indústria agroalimentar sempre foi considerada uma das principais “vocações” de Feira de Santana, embora o Município nunca tenha se especializado nessa atividade. No entanto,

o crescimento recente da indústria de alimentos e bebidas (produção, emprego e estabelecimentos) vem suscitando interesse maior nessa vertente, principalmente porque o desenvolvimento dessa indústria tende a dinamizar os vínculos com outras atividades, desenvolvidas neste e em outros municípios da região de influência da economia *feirense*. São fábricas de rações e concentrados, torrefação e moagem de café e de milho, preparação de refeições industriais, fabricação de condimentos, laticínios, preparação de óleos vegetais. Enfim, diversos produtos que, ao demandarem produtos de origem animal ou vegetal, oriundos da região, contribuem para o avanço do empresariamento do campo – ainda que esta tenha sido a face mais atrasada do processo.

A histórica vinculação de Feira e região com a pecuária bovina, resulta na possibilidade crescente da especialização em carnes e laticínios. Em 1995, contabilizavam-se 260 mil cabeças de gado mestiço, das raças nelore e pardo suíço. A seca de 1993/94 havia contribuído para a redução dos efetivos, afetando negativamente o fornecimento de leite para a indústria de laticínios.

A cidade de Feira de Santana é um dos mais importantes pólos de criação, abate, comercialização e distribuição de carne bovina no estado da Bahia. Possui um grande centro abatedouro, um mercado municipal de carne e um grande frigorífico. O abatedouro municipal é responsável pelo abate dos animais com controle sanitário e sua distribuição para os açougues da cidade. O mercado municipal de carnes traduz-se em um mercado varejista do produto que destina-se ao consumo das faixas populares. O frigorífico Frifeira, o maior do estado da Bahia, pertencente a Cooperfeira, produz cerca de 1.000 toneladas de carnes por mês, com um faturamento de R\$ 3,7 milhões/mês e gera 300 empregos diretos. Sua produção é vendida para Feira de Santana e microrregião e principalmente para Salvador. A microrregião de Feira de Santana também fornece 60% do gado abatido pelo frigorífico.

Malgrado o consumo de carne bovina na região ainda estar fortemente baseado no produto *in natura* e a estrutura de beneficiamento incipiente, a cidade possui elementos chaves relacionados à logística de transporte, acesso à matéria-prima e mercado bastante promissores, podendo atrair grandes empresas do setor e gerar um efeito dinâmico maior nas transformações

produtivas dos elos anteriores da cadeia de processamento de carne bovina na região. Aliás, é o que já se observa no caso da produção de carnes de aves.

No ramo da integração industrial com a avicultura, o CIS conseguiu atrair a empresa AVIPAL, que começará a funcionar no primeiro semestre de 1999, produzindo e comercializando frangos e ovos. O início dos investimentos desta empresa, ainda em fase preparatória, já está produzindo seus efeitos à montante, seja na compra de milho e soja, provenientes da região de Barreiras, seja nas compras de rações adquiridas junto à indústrias de Feira. Os contratos de parceria com fornecedores e criadores de frangos, já estão em andamento, garantindo a produção de matrizes e de frangos para corte, dentro do próprio município e de municípios vizinhos.

Em termos de matéria-prima, a produção de milho ainda tem sido irregular, de baixa produtividade e dispersa em termos espaciais. Esta situação faz com que os maiores avicultores da região ainda tenham fornecedores distantes, até de outros Estados, ao menos em algumas épocas do ano, encarecendo os custos de transporte. As poucas fábricas de ração, que atendem prioritariamente a pequenos e médios avicultores, todas elas situadas em Feira de Santana, sofrem os mesmos problemas para aquisição da matéria-prima.

Quatro das maiores granjas da Bahia estão localizadas no município de Conceição da Feira. Existem, também muitos abatedouros que na maioria dos casos, são pequenos e semi-artesaniais. Assim, em função da infra-estrutura de produção e comercialização, Feira de Santana desponta com vantagens consistentes, podendo vir a se beneficiar da produção de matéria-prima da região de Barreiras.

A indústria de laticínios, reduziu sua importância no conjunto da indústria local, envolvida com os problemas próprios da pecuária leiteira da região que enfrentava queda de produtividade, períodos extensos de estiagem e dificuldades para especialização da maior parte do rebanho. Como se não bastassem estes problemas regionais, este ramo passava por um processo de concentração que se intensificou no país ao longo dos anos 90. O acirramento da concorrência entre grandes grupos internacionais determinou o ingresso da italiana PARMALAT no Brasil, o qual se deu através da aquisição de diversas unidades (tanto de laticínios quanto

fabricantes de sucos diversos), localizadas em quase toda parte do território nacional. Numa arrojada estratégia de ocupação de mercados, de distribuição e de *marketing*, a Parmalat fixava sua marca e destruía a concorrência dos pequenos e médios laticínios, estabelecendo novos acordos com produtores ou implementando redes eficientes de distribuição.

Nesse contexto, Feira de Santana, que possuía duas grandes fábricas de laticínios – a ALIMBA e a unidade industrial da Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB) – e mais outra, de pequeno porte – a Laticínios San Rafael (do Grupo Betânia, que havia formalizado uma *joint venture* com o grupo francês SODIMA) – também sofreria os reflexos desse processo. A Parmalat adquiriu a Alimba no início dos anos 90 e mais recentemente todas as unidades do grupo Betânia no Nordeste, inclusive a San Rafael. No primeiro caso, a produção foi gradativamente sendo desativada, até 1995/96. No segundo, em processo recente, ainda a produção tem permanecido nos níveis anteriores.

A outra grande unidade de laticínios, a CCLB, que passava por dificuldades financeiras graves, desde os anos 80, não resistiu à concorrência e está em processo de liquidação, tendo paralisado sua produção desde 1996. A CCLB, além da maior unidade produtora de laticínios, era uma das maiores contribuintes do ICMS e do IPTU, dentre as empresas do CIS. Era, também, a que mais gerava empregos diretos – média de 600 pessoas ocupadas. Presentemente, com o fechamento da Alimba e da CCLB, proliferam pequenas unidades (algumas clandestinas), fabricantes de iogurtes e outros derivados do leite, voltados para o mercado local que, no entanto, pouco impacto exercem sobre a produção pecuária regional.

No que se refere à fabricação de sucos, existem três grandes fábricas na região de Feira de Santana. A Parmalat e a Brasfrut, instaladas no Município, e a Utiara, situada em São Gonçalo dos Campos. Esta produz sucos de laranja, com fornecedores de frutas da região de Cruz das Almas e de São Gonçalo dos Campos. A Brasfrut fabrica 17 sabores de polpas de frutas. A maior parte da matéria-prima é obtida na região de Feira.

As indústrias deste ramo, cada vez mais operando em escalas nacional e global, aproveitam-se de vantagens de curto prazo, relacionadas sobretudo ao baixo custo da terra e da força de trabalho na região. Contudo, para que mantenha competitividade sustentável ao longo

do tempo, precisam investir mais na qualidade e na produtividade, o que até o momento é uma incógnita por parte das empresas. A ampliação do mercado doméstico, tem em Feira de Santana uma localização estratégica, próxima a RMS e entroncamento rodoviário entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, com uma rede viária satisfatória, que torna os custos de transporte para Feira de Santana bastante reduzidos.

No ramo da produção de óleos de origem vegetal, destaca-se a Braswey, instalada no município há mais de dez anos, produzindo óleos vegetais extraídos da mamona, destinados principalmente (98%) ao mercado externo. Trata-se de um produto de uso intermediário em diversas indústrias, seja para a fabricação de vernizes, tintas, resinas, plásticos, seja para isopores, cosméticos e remédios e até mesmo para utilização, como combustível, em aviões a jato.

3.2. A agropecuária Municipal: Vulnerabilidade e Baixo Crescimento

A agropecuária *feirense* sofreu poucas mudanças nas suas características básicas vigentes até 1985. Não obstante estar em andamento um processo de integração industrial de sua avicultura, são quase imperceptíveis as demais transformações da produção, seja nas lavouras, seja nos índices de mecanização, seja na utilização de insumos modernos ou na distribuição das terras.

Feira de Santana continua tendo uma participação irrelevante e decrescente na produção agrícola estadual. Em 1995, a produção de lavouras temporárias ocupava um modesto 63º lugar no *ranking* das produções municipais da Bahia. Sua lavoura permanente era a 252ª maior do estado, utilizando uma área total de quase 7.400 hectares em todo o município.

“Em contraponto, Feira ocupava no mesmo ano o 32º lugar quanto ao valor comercializado da produção agrícola no Estado, o que comprova a dimensão superior do comércio de produtos primários em relação à produção local.” (SICM, 1998:63, v.1)

A contribuição municipal ao PIB agropecuário estadual, que era de 9% em 1987, passou para pouco mais de 3% em 1996.⁴⁶ Diversos fatores contribuíram para que houvesse uma forte oscilação do produto setorial no período. Primeiramente, em virtude da recorrência das secas, que atingem o município e a região e que contribuíram não só para a queda de safras, como as de 1993 e 1994, como também para a perda de gado ou abate antecipado. Depois, a comercialização local, através de redes de varejo e mesmo na Central de Abastecimento, de produtos agrícolas oriundos de outras regiões e municípios próximos – principalmente de Jaguaquara, de Juazeiro/Petrolina ou mesmo de São Paulo – com qualidade e preços mais competitivos. Por outro lado, dificuldades para o financiamento do custeio e investimento, dadas as condições de mercado para o crédito agrícola. Finalmente, para aqueles mais capitalizados, o alto risco do empreendimento agropecuário *vis-à-vis* a rentabilidade das diversas opções do mercado financeiro. No contexto da estrutura econômica local, também a agropecuária reduziu sua importância (pelo menos é o que se pode inferir a partir dos dados da Tabela 4.09): sua contribuição para a arrecadação do ICMS local, que era de 5% em 1987, passou para pouco mais de 2% em 1996, aprofundando a tendência verificada nos anos 80.

A pecuária bovina sobrevive numa dimensão cada vez maior do que a municipal, abrangendo a produção oriunda dos municípios da região econômica do Paraguaçu, estendendo-se até as margens do Rio São Francisco e até o eixo Itapetinga-Vitória da Conquista-Jequié. Os produtos e subprodutos da bovinocultura dessas áreas são transformados nos frigoríficos e laticínios de Feira e comercializados nesta e na cidade de Salvador.

Em 1985, 74% das terras do Município eram ocupadas por pastagens. Em 1996, a pecuária ainda ocupa a maior parte (78%) das terras do município. Entretanto, sua bovinocultura vem sofrendo sistemáticas reduções de plantel: de 67,9 mil para 47,5 mil cabeças, entre 1985 e 1996, de acordo com os censos agropecuários realizados pelo IBGE – tendência, aliás, conformada pelas pesquisas anuais da PPM, também realizadas pelo IBGE (conforme tabelas

⁴⁶ - Estes percentuais, constantes da Tabela 4.08, podem estar subdimensionados, dado que se baseiam na proporção da arrecadação local do ICMS sobre a agropecuária baiana e, como vimos, no contexto estadual houve maior crescimento do número de empresas agropecuárias (que formalizam o resultado de sua produção e arrecadam mais o imposto com maior frequência). Mesmo assim, isto não desqualifica a informação pois, o erro é “diluído” no conjunto das atividades agropecuárias baianas que, no geral, têm comportamento e estrutura similar.

4.14 e 4.15)⁴⁷. Por outro lado, no mesmo período confirmava-se a tendência detectada no período 1970-1985, de crescimento da suinocultura e da avicultura, seja pelo estímulo dos investimentos industriais, seja pelo crescimento da demanda urbana de Feira e da RMS. O crescimento nestes ramos fez aumentar a participação municipal na produção microrregional e estadual.

Tabela 4.14

**Feira de Santana: Efetivo* de Bovinos, Suínos e Aves e Participação
na Microrregião Homogênea (1985 e 1996)**

REBANHOS	FEIRA / MRH		MUNICÍPIO	
	1985	1996	1985	1996
Bovinos	11,7	11,1	67,9	47,5
Suínos	15,6	24,7	17,4	18,3
Galinhas e Frangos	16,9	20,0	226,1	996,0

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - 1985 e 1996.

Observação: * - Em mil cabeças; em 1985, efetivo do dia 31 de dezembro; em 1996, efetivo de 31 de julho.

Tabela 4.15

Feira de Santana: Efetivo* das Principais Criações (1988-1995)

Efetivo	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Bovino	111.9	115.2	112.3	113.2	135.3	74.5	28.6	31.4
Suíno	27.5	28.1	28.7	29.4	36.4	39.4	34.7	38.2
Equino	9.2	9.7	9.6	10.2	12.6	9.0	8.0	8.8
Asinino			5.5	6.2	7.7	5.5	5.3	5.8
Muar			1.7	1.8	2.3	1.8	1.7	1.9
Ovino	22.2	23.0	21.9	22.4	26.9	20.8	18.9	20.8
Caprinos			1.6	1.7	2.2	1.9	2.0	2.2
Aves **	311.9	314.1	305.1	300.1	345.9	261.8	254.7	280.1

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1988 a 1995.

Observações: * Em mil cabeças; efetivo em 31 de dezembro;

** - Somatória do efetivo de galinhas, frangos, pintos e galos.

⁴⁷ - Os números das PPM's, para os efetivos bovinos e suínos, entre 1988 e 1995, mostram-se relativamente maiores do que os registrados nos censos de 1985 e 1996. Já os referentes ao número de frangos e galinhas no ano censitário de 1996 mostram-se excessivamente altos, quando comparados à tendência das PPM's e dos próprios censos de 1980 e 1985 – o que denota ou erro de estimativa nas pesquisas para menos (mais provável), ou de coleta dos dados do censo, menos provável.

A redução do efetivo bovino e a crise da indústria de laticínios local vem determinando redução na produção de leite de vaca, de 12,2 mil para 5,9 mil litros, entre 1985 e 1996 (perda de participação na produção microrregional, de 27% para 14%). Por outro lado, a prática da caprinocultura estimulou a produção de leite de cabra, que cresceu de 3 mil para 23 mil litros no mesmo período (incrementando a participação microrregional de 21% para 32%). O acirramento da concorrência vem destruindo a pecuária extensiva, nos moldes em que é desenvolvida em Feira de Santana. Além do mais, o relativo encarecimento da força de trabalho, e principalmente da terra, aliados à relativa ausência de administração capitalista da produção nos estabelecimentos pecuários, vão reduzindo sua participação no produto da bovinocultura. Nos anos 90, as oportunidades de investimentos agropecuários tem levado à expansão da avicultura e da suinocultura, vinculadas ao abate industrial, com escalas adequadas.

A pequena produção familiar, atomizada em dezenas de milhares de minifúndios, descapitalizada, com baixo uso de tecnologia e de práticas modernas, impede que haja uma efetiva transformação da agricultura local. Em 1996, a pauta agrícola de Feira de Santana ainda era, essencialmente, a mesma, destacando-se as lavouras de caráter temporário, que ocupavam 13.950 ha, contra 195 ha plantados com culturas permanentes. Sua vulnerabilidade aos regimes de estiagem e sua frágil base organizacional, implicam resultados inexpressivos nos contextos microrregional e estadual. As culturas mais importantes continuam sendo as da mandioca, feijão e milho, desenvolvidas como produtos de subsistência dos pequenos produtores, pouco restando para destinação final ao mercado. O mesmo se pode dizer das lavouras permanentes

Como na pecuária, o desenvolvimento da agricultura municipal vem sendo limitado pela persistência de relações de produção pré-capitalistas, pelo baixo empresariamento, descapitalização e parcelização dos minifúndios. Exceto pela possibilidade de integração com a grande indústria agroalimentar, a agropecuária *feirense* não encontra perspectivas maiores de dinamização.

3.3. A Modernização do Terciário

As atividades do terciário *feirense* são as de maior importância na estrutura econômica municipal. Mais da metade do ICMS local provém das atividades comerciais e de serviços. Mas esta realidade já foi bem mais favorável ao setor, pois em 1988, só o comércio era responsável por 64% do ICMS municipal (vide Tabela 4.09). Os serviços têm aumentado sua participação na economia local, passando de 2,4% para 3,7%, entre 1988 e 1996.

Houve perda de participação nos respectivos produtos estaduais: a) o comércio reduziu sua participação de 8% para 5,3%; enquanto b) os serviços, passaram de 8% para 2,6% (conforme Tabela 4.08).

Em 1995, o cadastro da Secretaria da Fazenda contabilizava 2.296 empresas comerciais em Feira, sendo 1.870 (81,4%) do ramo varejista e 426 do atacado. O mesmo cadastro registrava 5.941 empresas no setor serviços, com grande número de estabelecimentos ligados aos segmentos de alojamento e de alimentação, seguidos pelo de transporte, evidenciando forte vinculação com as funções rodoviárias e comerciais da cidade.

Obviamente, tais registros desconsideram a amplitude dos serviços prestados no âmbito da economia informal urbana, cuja expansão coexiste com os *shopping centers* e estabelecimentos de serviços modernos. Em zonas delimitadas (mas também em áreas não permitidas) do centro da cidade, centenas de vendedores ambulantes (camelôs) e prestadores de serviços concorrem com o comércio organizado⁴⁸.

Um exame mais aproximado da estrutura terciária *feirense* mostra a primazia do comércio varejista, em que pese o maior número de estabelecimentos de serviços. A “produção” dos serviços tem aumentado sua participação no terciário, de 3,7% para 5,5% entre 1990 e 1996. Nestas atividades destacam-se os serviços de transportes e o de alimentação, responsáveis por mais da metade do “produto” serviços, ao longo do período (conforme Tabela 4.16). O comércio, contudo, responde por mais de 94% do terciário (o varejista, por mais de 70%).

⁴⁸ - Voltarei à esta problemática no capítulo V.

Tabela 4.16

Feira de Santana: Estrutura da Atividade Terciária (1988-1996) *

Atividade	(Em %)							
	1988	1989	1990	1991	1992	1994	1995	1996
Serviços de Transporte	0,00	3,88	6,76	5,25	4,09	3,43	2,12	2,85
Serviços de Comunicação	-	0,03	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04	0,05
Serviços de Alojamento e Hospedagem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,12	0,07
Serviços de Alimentação * ¹	1,71	2,09	2,48	1,74	1,31	1,20	1,41	1,95
Serviços de Reparação e Manutenção	0,04	0,04	0,07	0,00	0,00	0,03	0,04	0,10
Serviços Pessoais	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Serviços	3,67	12,32	18,90	16,51	13,54	5,11	4,37	5,54
Comércio Atacadista	26,34	21,72	31,34	40,86	44,60	35,17	31,95	22,26
Comércio Varejista	70,00	65,96	49,76	42,63	41,86	58,64	62,66	72,14
Atividades não Especificadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,08	1,02	0,05
Total do Comércio	96,33	87,68	81,10	83,49	86,46	94,89	95,63	94,46
Total do Terciário	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Observações: * - Participação percentual de cada atividade na arrecadação do ICMIS pela Delegacia da Região Fiscal de Feira de Santana.

¹ - De 1988 a 1992 = Alojamento + Alimentação

A reestruturação produtiva e organizacional dos anos pós-1980, implicou, entre outras coisas, novas formas de comercialização, principalmente no ramo atacadista. Em muitos casos, prescindiu-se da intermediação. As indústrias passaram a fornecer diretamente, *on line*, seus produtos aos mercados consumidores, fechando postos de distribuição, em cidades cujas vantagens locacionais se mostravam insignificantes perante o desenvolvimento das comunicações e do próprio sistema de transportes. As novas tecnologias da informática e de transmissões remotas de dados, facilitam e estimulam transações diretas entre fornecedores e compradores localizados em pontos distantes. As economias de escala tornam dispensável, em muitos casos, a figura dos distribuidores e atacadistas.

Ante as novas relações comerciais que, aos poucos, deixaram de ser regionais para se estabelecerem em escala nacional, diretamente das sedes comerciais localizadas em São Paulo e outros estados, ou mesmo em Salvador, Feira vem perdendo parte de sua influência como centro atacadista, junto aos municípios de sua região, sofrendo, inclusive, com a concorrência do mercado atacadista de Salvador que, dispondo de melhor estrutura, consegue atender grandes demandas regionais com agilidade e a preços competitivos. A ausência estrutural de um terminal

de cargas, moderno e compatível com o tamanho e complexidade dos fluxos de mercadorias que passam por Feira de Santana, pode estar limitando o crescimento deste ramo. Por outro lado, pode estar determinando a relativa perda de mercado para Salvador e até mesmo, ainda que em pequena escala, o deslocamento para o município de Santo Antonio de Jesus de parte da atividade atacadista destinada ao Recôncavo Sul baiano, antes atendida por Feira⁴⁹. Isto, aliás, é comprovado pela perda de participação desse ramo comercial no respectivo produto baiano (Ver Tabela 4.17) e na própria estrutura do terciário local.

Tabela 4.17

Feira de Santana: Participação Municipal nas Atividades Terciárias
do Estado da Bahia (%) (1990-1996) *

Gênero	1990	1991	1992	1994	1995	1996
Total de Serviços	8,23	7,39	5,26	4,21	2,55	2,58
Comércio Atacadista	6,37	8,90	8,79	5,60	4,93	2,87
Comércio Varejista	9,07	10,19	10,26	5,76	6,87	7,09
Total do Comércio	7,79	9,52	9,45	5,77	6,13	5,27

Fonte: Secretaria da Fazenda - SEFAZ.

Observação: * De acordo com a participação da arrecadação de cada gênero, da Delegacia da Receita Fiscal de Feira de Santana na arrecadação do ICMS setorial do estado da Bahia.

O comércio varejista também reduziu sua participação no contexto estadual. Mas seu desempenho foi relativamente melhor, em virtude do processo de modernização de alguns de seus segmentos. A ausência de estabelecimentos mais sofisticados no âmbito microrregional, vem mantendo a polarização do comércio varejista *feirense*,⁵⁰ em que pese a concorrência

⁴⁹ - Por conta de sua localização privilegiada, às margens da BR-101, e do entroncamento rodoviário que dá acesso à diversas cidades localizadas no Recôncavo Sul, Santo Antonio de Jesus havia experimentado crescimento acelerado de seu comércio nos anos 70 e 80, atraindo também expressivo contingente populacional. A partir do último quartil dos anos 80, com a relativa perda de competitividade do centro atacadista *feirense* para ingressar naquela região e dado o fácil acesso pela via rodoviária de mercadorias oriundas de outras regiões do país, Santo Antonio de Jesus tornou-se a principal referência do segmento atacadista para o abastecimento dos municípios mais próximos.

⁵⁰ - O uso da eletricidade nessas atividades, em geral está relacionado à melhoria das instalações, do atendimento e da organização dos estabelecimentos. Entre 1980 e 1997, quase triplicou o consumo, enquanto aumentava em 145% o número de estabelecimentos.

exercida por Salvador, que possui estabelecimentos mais modernos e de maior porte e é facilmente acessível, distando pouco mais de 100 Km.

Efetivamente, apesar da inexistência de grandes *shoppings*, o comércio *feirense* viu surgir novos estabelecimentos ligados a redes estaduais e nacionais de varejo ou franquias nacionais e internacionais, mais exigentes em termos de padronização de serviços, instalações e produtos, que lograram trazer certa modernização ao setor, exercendo forte concorrência com aqueles segmentos do capital mercantil mais “tradicionais”.

Como reflexo desse processo modernizador do terciário *feirense*, já está em andamento a construção de um grande *shopping center* na cidade, na perspectiva de aproveitar-se de grande parte dos fluxos de compras que atualmente são realizadas nos *shoppings* de Salvador, cujos compradores se deslocam de cidades vizinhas e que passariam a contar com um estabelecimento similar na própria região. A instalação de lojas-âncoras, de magazines e de franquias nacionais e internacionais no espaço privilegiado do futuro centro de compras, tende a reforçar a atração comercial que Feira exerce sobre sua MRH ou RE, ao tempo em que desestimulará os atuais fluxos em direção à Salvador⁵¹.

O período pós-1985 foi caracterizado pelo surgimento de diversas atividades de serviços, alavancados tanto pela difusão da informática como insumo obrigatório para a competitividade das empresas, quanto pela informalização que foi se verificando em todas as atividades econômicas. Com isso, os serviços cujo grau de informalidade era alto, se expandiram, tanto em número de estabelecimentos quanto nas quantidades de novos profissionais autônomos, muitos dos quais atuando ao largo de quaisquer formas de registro de suas atividades. Mesmo com toda a diversificação do setor, os principais gêneros continuariam sendo os de transporte e

⁵¹ - Em contrapartida, haverá um movimento de transferência das lojas mais sofisticadas da cidade para o novo centro de varejo e serviços, tanto em busca do conforto e segurança proporcionados por esse tipo de equipamento, quanto e principalmente em busca de consumidores de maior poder aquisitivo. As lojas que não conseguirem ocupar este espaço, tendem a manter-se nos pequenos *shoppings* e galerias ou, no caso dos segmentos mais populares, tanto no centro da cidade quanto nos bairros mais densamente povoados. No centro da cidade, tende a aumentar a competição entre o comércio formalmente estabelecido e o comércio ambulante – o qual ganha expressividade, na medida que cresce o desemprego estrutural. Na falta de instrumentos e de poder regulatório adequado, o comércio informal passa a ser estimulado inclusive por comerciantes formalmente estabelecidos, em regime de consignação, como forma de sonegar impostos.

alimentação. Porém, nos anos 90, cresceram em importância as atividades de hospedagem, comunicações e de reparação e manutenção (conforme Tabela 4.16).

A posição estratégica da cidade e do município perante os sistemas estadual e nacional de rodovias, que tornam o município um autêntico entroncamento (aliás, o principal entroncamento rodoviário do Nordeste)⁵², faz com que por Feira transite a quase totalidade da produção industrial da RMS escoada por rodovia, além das mercadorias cujos destinos estão na região Nordeste, originários do Sudeste e Sul do país. A permanência e regularidade desses fluxos contribui para a dinamização dos serviços de apoio rodoviário e industrial, assim como dos serviços pessoais prestados.

O intenso tráfego nas vias que atravessam a cidade e o município, justifica uma rede de serviços de hospedagem e alimentação que serve de apoio aos quase 157 mil passageiros que, em média, transitam mensalmente pela estação rodoviária⁵³ e outros tantos que passam pela cidade, em viagens de caminhão, automóveis ou ônibus (muitos não circulam pelo terminal rodoviário, fazendo paradas para abastecimento nos postos ou pontos de apoio, localizados no anel rodoviário que circunda a cidade).

Ainda que não se observem grandes estabelecimentos especializados em *fast food* – o que, certamente, acontecerá com a inauguração do Shopping Iguatemi, em meados de 1999 –, a cidade dispõe de grande número de lanchonetes e restaurantes, muitos dos quais voltados para o atendimento desse contingente de passageiros. Nos anos 90, surgiram não só estabelecimentos mais requintados, como também os *self services* de comida à quilo, acompanhando a tendência nacional do setor nas grandes cidades.

⁵² - Este centro nodal rodoviário interliga Feira aos municípios vizinhos, conformando um subsistema rodoviário e uma rede de cidades, que se estende a um total de 632 Km de rodovias estaduais e 178 Km de municipais, num raio de aproximadamente 100 Km. De acordo com dados fornecidos pelo DERBA, retirados do Cadastro de Rodovias, 1996.

⁵³ - A estação rodoviária de Feira, é ponto de convergência dos fluxos de passageiros (média mensal de mais de 157 mil, em 1997), que transitam entre dezenas de municípios da região. Parada obrigatória diária de quase 400 roteiros de viagens de ônibus, dos quais 83 com destino à Salvador e outros 83 com destino à diversas cidades do interior baiano, além de estar ligada a todas as capitais do país e até mesmo cidades localizadas em outros países, como Argentina e Paraguai.

Mesmo com todo o processo de industrialização e diversificação das atividades produtivas e terciárias, não se observou em Feira crescimento correspondente nas atividades financeiras. Feira de Santana ainda apresenta uma baixa vitalidade financeira, expressa na reduzida magnitude da relação empréstimo/depósito. Em que pese possuir o segundo maior centro urbano do Estado e polarizar uma rede de cidades, ainda carece de uma baixa densidade bancária (cerca de 1 agência para cada 22,5 mil habitantes). Esse quadro é, aparentemente, contraditório com o grau de desenvolvimento industrial e terciário alcançado pelo município. Falsa contradição porque, primeiramente as sedes financeiras dos grupos econômicos que controlam os empreendimentos locais estão situadas fora do município e mesmo da Bahia. Em segundo lugar, a proximidade da capital do Estado inibe o crescimento da estrutura bancária do município, na medida em que a automação bancária permite a realização de saques, depósitos, pagamentos e investimentos a partir de qualquer agência, posto de serviço, caixa eletrônico ou mesmo via telefone, fax ou internet, de qualquer ponto do país (nos três últimos casos, do planeta). Depois, o modelo de desenvolvimento adotado na região, alavancado pelos investimentos públicos em infra-estrutura urbana e industrial e baseado num sistema de subsídios fiscais e creditícios via instituições públicas, prescinde de uma estrutura localizada de financiamento mais desenvolvida, contribuindo para uma aparente “atrofia” financeira da cidade. E, finalmente, sua integração aos fluxos financeiros disponíveis na RMS representa suporte adicional à atratividade de investimentos em Feira, quando comparada com outras regiões.

Salvador detém um volume aproximado de 80% na captação de depósitos e 90% dos créditos concedidos pela rede bancária em todo o estado (SEI, 1997:51). Esta concentração é explicada, em parte, porque a RMS concentra as principais atividades econômicas e administrativas do Estado. Feira de Santana possui apenas 20 agências bancárias e 6 de instituições financeiras, voltadas para o crédito pessoal, sendo a segunda maior praça do estado, em volume de depósitos (1,9% do total do estado, mais do que Itabuna e Camaçari, que possuem, respectivamente 1,4% e 1,3% dos depósitos totais da Bahia).

A sobredeterminação dos fluxos financeiros, comandados pelo grande capital, em geral vinculados aos conglomerados transnacionais, cada vez mais atentos aos movimentos de títulos lançados pelos *emerging markets*, desdenha as possibilidades de desenvolvimento regional e local, reduzindo a disponibilização de crédito aos pequenos e médios investidores do campo e da cidade, nas diversas atividades econômicas.

As características da economia local, no atual contexto econômico, reduzem o leque de opções para a superação do problema da dívida social que se acumula desde os tempos em que o município ainda ensaiava seu processo de industrialização. A resolução das carências sociais, antes proteladas, em favor de um sacrifício que teria como “prêmio” a divisão posterior de um bolo econômico pós-milagre, continua a desejar políticas compensatórias por parte do Estado, para a promoção de um verdadeiro desenvolvimento (econômico e, principalmente, social). Agora, todavia, o Estado possui outra determinação política.

No capítulo seguinte, examinarei mais de perto alguns aspectos do processo de urbanização, desde o momento em que Feira passou a inserir-se no processo de **desconcentração industrial** do país.

Capítulo V – FEIRA DE SANTANA: URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA E **DESAFIOS PARA UMA INSERÇÃO “POSITIVA” NOS** **MOVIMENTOS DE GLOBALIZAÇÃO**

*(...) Mas doutô, uma esmola
A um homem que é são
Ou lhe mata de vergonha
Ou vicia o cidadão
(...)*

*Nunca mais nós pensa em seca
Vai dar tudo neste chão
Como vê nossos destino
Mecê tem na vossa mão*

[Luiz Gonzaga e Zédantas. “Vozes da Seca”]

O município de Feira de Santana originou-se de um desmembramento do município de Cachoeira, em 1832, tendo sofrido mudanças em sua denominação até assumir seu atual topônimo, a partir da vigência do Decreto Estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938. Seu território sofreu várias reduções, passando dos originais 2.099 Km² para os atuais 1.344 Km², resultado da emancipação de antigos distritos, que se transformaram nos municípios de Anguera (1961); Ipirá e Santa Bárbara (1961) e de Tanquinho (1958). Seus atuais limites territoriais são os municípios de Santa Bárbara, Tanquinho, Candéal, Serra Preta, Anguera, Ipecaetá, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro, Conceição do Jacuípe, Conceição de Maria e Santanópolis.

Atualmente, o município é constituído por oito distritos: o distrito-sede (Feira de Santana), e os de Governador João Durval, Humildes, Bonfim de Feira, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria e Tiquarucu. O município integra a Região Administrativa de Feira de Santana; a Região de Planejamento Paraguaçu; e a Região Econômica Paraguaçu, de acordo com critérios de regionalização adotados pelo Governo do Estado. Já o IBGE considera o município integrante da Mesorregião Centro Norte Baiano e da Microrregião Homogênea de Feira de Santana¹.

¹ - A relação dos municípios que integram a MRH e a RE de Feira de Santana pode ser vista com a (re)leitura das notas 1 e 2 do Capítulo IV.

A cidade e o município ocupam posição estratégica no estado da Bahia, entrecruzados por rodovias que ligam o Norte/Nordeste do país com as regiões do Sul e Sudeste, e Salvador com quase todo o interior. Estas características, como vimos ao longo do capítulo anterior, foram importantes para o desenvolvimento econômico do município, atraindo capitais e população que, num processo de industrialização e de urbanização periférica, adquiriu características específicas, as quais pretendo analisar neste capítulo.

Apesar de trazer maior dinamismo para a economia feirense, a nova indústria e os investimentos privados e públicos que a secundaram não foram acompanhados de proporcionais transformações nos indicadores sociais. E isto tem provocado o acúmulo da dívida social no município e em sua região de influência, com deterioração das condições de vida das populações urbana e rural.

Na primeira seção, examino aspectos fundamentais do crescimento urbano pós-1970: sua dinâmica populacional, com o consequente adensamento da oferta de força de trabalho e da precariedade dos vínculos produtivos; a dinâmica do emprego; e a evolução dos principais indicadores das condições de vida de sua população. Na seção 2, examino duas tendências que ocorrem simultaneamente no espaço urbano de Feira de Santana: sua integração econômica ao espaço metropolitano e sua centralidade ou polarização regional.

Na seção 3, discuto os limites do poder local, diante das perspectivas econômicas da periferia capitalista, quando a mídia e as políticas públicas fazem apologia à liberdade econômica, ao *laissez faire* estatal, enquanto a maioria dos municípios e unidades da Federação passa por uma crise fiscal sem precedentes e uma quase incapacidade de atender as demandas básicas de suas populações. Neste contexto, analisarei os principais entraves que ocorrem nos anos 90 e as “saídas” até então encontradas para a crise que se abateu sobre as atividades econômicas locais, para concluir com algumas indagações sobre os limites e as possibilidades de inserção “positiva” da economia local, sobre como “revelar” as vantagens sistêmicas dessa economia periférica, num mercado globalizado e altamente excludente, social e economicamente.

1. Vicissitudes do Crescimento Urbano Pós-1970

Comprar, vender, investir, trocar, negociar... são verbos conjugados e praticados no dia a dia de Feira de Santana, desde sua origem, constituindo a principal marca da cidade. Desde seus primórdios, a constância dos movimentos do capital mercantil e agro-pastoril e o crescimento das transações comerciais ganharam volume e atraíram população e investimentos que transformaram Feira de Santana, criando fortes elos comerciais e produtivos com a capital do estado e com diversos municípios de todo o interior baiano. Sua posição geograficamente privilegiada facilitou tanto o crescimento de atividades produtivas e terciárias no município, quanto seu crescimento populacional, implicando reorganização dos espaços para usos produtivo, comercial e residencial, no campo e na cidade.

Hoje, Feira possui a segunda maior população urbana do estado da Bahia, a 11ª do Nordeste brasileiro e a 41ª maior do país². É o núcleo da principal aglomeração urbana não-metropolitana do Nordeste, cujos principais municípios (Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe e Conceição da Feira) totalizam uma população de mais de 541 mil habitantes, ocupada majoritariamente em atividades tipicamente urbanas (indústria, comércio, administração, prestação de serviços, etc.).

A quase totalidade do município está situada no polígono das secas (96% do seu território, excetuando-se o distrito de Humildes), na confluência de diversas rodovias que interligam os estados do Sudeste/Sul com a região Nordeste e a Região Metropolitana de Salvador com diversos municípios baianos³. A sede, isto é, a cidade de Feira de Santana está localizada a 109

² - De acordo com a Contagem Populacional realizada pelo IBGE, em 1996, a população urbana de Feira de Santana era de 393.943 habitantes. O município, com uma população total de 450.487 habitantes (a 31ª maior do país, superior à diversas capitais brasileiras, como Aracaju e Florianópolis, p.ex.), possui a 6ª maior densidade demográfica do estado (337 habitantes/Km²) e a 14ª maior taxa de urbanização da Bahia (86%).

³ - As principais rodovias que acessam a cidade ou o município são: BR-324 (que faz a ligação Feira-Salvador); BR-116 (que faz a ligação Sudeste-Nordeste, via MG); a BR-101 (que interliga o Sudeste com o Nordeste, via ES e Extremo Sul baiano, cujo traçado mantém-se próximo ao litoral); a BA-084; a BA-502; e a BA-504.

Km de Salvador⁴. Em função de sua histórica posição de centro comercial e pecuário do semi-árido e de sua industrialização, houve forte atração de imigrantes, oriundos de outros estados, como Pernambuco, Sergipe e Paraíba, mas principalmente vindos do interior da Bahia, de municípios mais próximos, localizados nas RE's do Paraguaçu, Nordeste, Recôncavo Sul e Metropolitana de Salvador⁵.

Esses movimentos migratórios aceleraram a ocupação urbana, seja através de loteamentos populares e aglomerados habitacionais, seja nas atividades de comércio e de serviços, seja nas invasões ou ocupações irregulares. Hoje, a maioria dos bairros é ocupada por populações de baixa renda, formando uma “mancha” que extrapola os limites do anel rodoviário, que circundava os antigos limites da zona urbana.

O município de Feira de Santana, que em 1940 já possuía a quinta maior população do estado (a maioria rural – como, aliás, acontecia em quase todo o país), passaria por um processo de urbanização acelerada nas décadas seguintes, com taxas anuais de crescimento crescentes, até alcançarem 4,4% nos anos 70 (ver Tabela 5.01). A abertura e melhoria de estradas, aliada ao desenvolvimento do sistema de transportes, facilitaria os deslocamentos em direção à capital do estado, tornando Feira um grande “colchão amortecedor” dos fluxos migratórios que se destinavam a Salvador ou mesmo ao Sudeste do país. Em 1970 havia 35.209 habitantes não naturais e residentes há menos de 10 anos no município. Isto significava 72% do acréscimo populacional ocorrido entre 1960 e 1970, sendo que 2/3 dos imigrantes haviam chegado entre 1966 e 1970. Nos anos 70, chegariam mais 52.745 novos imigrantes (52% do acréscimo

⁴ - Distância medida de acordo com o traçado da rodovia BR-324. Em linha reta, a distância seria reduzida à, aproximadamente, 88 Km (FREITAS, 1998:53)

⁵ - O conceito de regiões econômicas (RE's), adotado pelo Estado da Bahia, é mais amplo do que o de microrregiões homogêneas (MRH's), utilizado pelo IBGE. Neste caso as MRH's que mais enviaram migrantes para o município foram as de Feira de Santana, Itaberaba, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha, Serrinha, Alagoinhas, Santo Antonio de Jesus, Salvador, Ribeira do Pombal e Paulo Afonso.

populacional entre 1970 e 1980). Esta nova população buscava oportunidades para pequenos investimentos no campo e na cidade e, principalmente, emprego⁶.

Fatores de atração e expulsão conjunjavam-se, acelerando a urbanização no município: inicialmente, as oportunidades de emprego e negócios, com a feira semanal e a expansão comercial e dos serviços na cidade; depois, o processo de industrialização; em vários momentos, o flagelo da seca e as dificuldades para reprodução das atividades produtivas locais e a necessidade de buscar formas alternativas de sobrevivência pessoal em outras cidades. Como resultado, a população urbana cresceria a espetaculares taxas anuais de quase 7%, entre 1950 e 1970, e quase 6% nos anos 70. Ao mesmo tempo, sua população rural seria reduzida em termos absolutos.

Desde cedo, uma expressiva população flutuante tornava-se cada vez mais comum, com o progresso do sistema de transportes. Até os dias atuais, multiplicaram-se tais fluxos, com deslocamentos diários de milhares de pessoas, entre estudantes, feirantes, comerciários, professores, executivos ou, simplesmente, de turistas, pessoas que visitam a cidade para conhecê-la, fazer compras ou “turismo de negócios”⁷.

Desde 1940, as taxas geométricas anuais de crescimento populacional do município e principalmente da cidade de Feira de Santana estiveram acima da baiana, nordestina e brasileira. O processo de urbanização acelerou-se nos anos 60 (vide Tabela 5.01), no momento em que as grandes secas expulsavam levas de nordestinos para os grandes centros urbanos e quando ocorria o processo de industrialização na RMS. Nos anos 70 e 80, com a implantação do CIS e o

⁶ - Muitas das pessoas que trabalhavam na antiga feira livre e, depois de 1977, na Central de Abastecimento, eram oriundas de outros estados (cerca de 10%, a maioria dos quais, pernambucanos, sergipanos ou paraibanos). Dos feirantes baianos, mais de 50% haviam migrado de municípios da microrregião de Feira, outras chegavam do Recôncavo e de outras regiões próximas.

⁷ - Um exemplo de persistência desses fluxos é o crescente número de estudantes universitários, que se deslocam diariamente das cidades de Alagoinhas, Salvador, Serrinha, Santo Estevão, Amélia Rodrigues e outras. A maioria dos professores da UEFS (mais de 70% até o início dos anos 90) residia em Salvador. O crescimento de tais fluxos levou o sistema de transportes a ampliar seus serviços, informalmente, através de micro-ônibus e peruas ou, formalmente, com ônibus especiais, contratados sob demanda exclusiva para alunos e professores, com oferta de linhas executivas e expressas entre Feira e Salvador e para outras cidades.

ingresso de indústrias de maior porte na cidade, o ritmo de crescimento populacional, apesar de desacelerar-se, ainda seria considerável⁸. Além do mais, com o crescimento vegetativo da população e o elevado saldo migratório das duas décadas, a densidade demográfica do município mais do que duplicaria.

Tabela 5.01

Feira de Santana: População Urbana e Rural, Taxas de Crescimento e de Urbanização e Densidade Demográfica. (1940-1998)

Anos	P o p u l a ç ã o					Taxa de Urbanização (%)	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)
	Total	Crescimento Anual (%)	Urbana	Crescimento Anual (%)	Rural		
1940	83.268	-	19.660	-	63.608	23,61	62
1950	107.205	2,56	34.277	5,72	72.928	31,97	80
1960	141.757	2,83	69.884	7,38	71.873	49,30	106
1970	190.076	2,98	134.263	6,75	55.813	70,63	142
1980	291.504	4,37	233.905	5,71	57.599	80,24	218
1991	406.447	3,07	349.557	3,72	56.890	85,98	304
1996	450.487	2,08	393.943	2,42	56.544	87,45	337
1998 *	469.422	2,08	413.240	2,42	56.182	88,03	349

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940-1991; Contagem Populacional, 1996.

Observação: * - Estimativa do autor, com base na taxa geométrica anual do período 1991-1996

Recebendo, em média, quase 10 mil habitantes à cada ano, entre 1970 e 1991, o espaço físico urbano seria ampliado através da incorporação de glebas rurais mais próximas para implantação de conjuntos habitacionais populares. A construção de edificações comerciais, bancárias e de serviços, assim como a construção e pavimentação de novas ruas e avenidas, além do surgimento de habitações inadequadas, em geral sob a forma de invasões⁹, muito contribuíram para a expansão física da área urbana.

⁸ - Em 1960, o censo demográfico registrava uma concentração de população na sede, isto é, na cidade de Feira de Santana, de 43,5% da população total do município. Outros 5,8% distribuíam-se pelos demais (sete) distritos. Em 1970, 2/3 da população municipal residiam na sede. Em 1996, a população urbana residente na sede 85% da população total do município (383.873 habitantes). Isto significou um acréscimo, em trinta e seis anos, de quase 314 mil habitantes (de 522%, média geométrica anual de 5,2%!) no espaço urbano da cidade.

⁹ - Em 1996, os registros oficiais da Prefeitura Municipal indicavam 32 núcleos de invasões, espalhados pela cidade.

A construção de conjuntos habitacionais populares, promovida pelo Estado na periferia da cidade, fez aumentar a especulação com os terrenos intermédios entre o centro e as novas periferias, proporcionando altos lucros e apropriação de rendimentos extraordinários por parte do capital imobiliário, e viabilizando assentamentos da “classe média”. Os limites físicos da cidade ganharam novos contornos e alguns problemas infra-estruturais adquiriram dimensão exponencial. Extrapolou-se a capacidade isolada de administração local do município. O fenômeno da conurbação com São Gonçalo e a integração com Amélia Rodrigues, Conceição da Feira e Conceição do Jacuípe, amplificaria o espectro do planejamento urbano, passando a exigir escalas maiores e políticas concertadas entre os diversos níveis de competência, ainda que, na prática, isto pouco tenha ocorrido. Os problemas urbanos passaram a ser não só do interesse local, mas também do Estado e dos municípios vizinhos, assim como da própria União¹⁰.

Na maioria dos casos, o caráter autoritário e centralizador dos governos municipais se refletia nas obras de fachada, em detrimento da discussão ampla com as comunidades envolvidas, muito mais visando interesses políticos regionais associados ao poder central do que o atendimento à dinâmica das relações produtivas, sociais, culturais, da infra-estrutura e da dinâmica centro-periferia dos municípios envolvidos. Como resultado, os investimentos em saneamento básico, habitação, abertura e pavimentação de vias públicas ou em transportes foram insuficientes para remediar ou evitar o surgimento ou agravamento dos problemas da poluição, de transporte público, favelização, saneamento, etc¹¹.

Nos anos 80 e 90, as taxas de crescimento populacional urbano seriam menores, porém superiores às da capital. Feira de Santana, como uma periferia mais distante do que o espaço metropolitano, porém fortemente vinculada à Salvador, continuaria sendo colchão amortecedor

¹⁰- O problema com o lixo industrial, dos efluentes líquidos, dos mananciais (que fornecem, à jusante e à montante, recursos para a pesca, água potável, industrial, para irrigação), e do escoamento dos esgotos, tem que ser tratados de maneira sincronizada entre os municípios, porque seus benefícios e custos financeiros e sociais transcendem o âmbito municipal, exigindo soluções de cunho institucional, com demanda fiscal e financeira a cargo dos estados ou da União.

¹¹- Durante o período do “milagre brasileiro”, por exemplo, apenas 10% dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação, foram destinados para o financiamento de habitação para as camadas populacionais de baixa renda, no Brasil.

dos fluxos migratórios direcionados àquela metrópole – papel, aliás, assumido mais intensamente pela periferia imediata da RMS, particularmente pelas cidades de Lauro de Freitas (quase conurbada à capital), Vera Cruz e Itaparica (cuja conurbação com a capital é fisicamente impedida pelo mar da Baía de Todos os Santos), São Francisco do Conde e Camaçari. Em todas estas cidades, evidencia-se a drástica redução das funções rurais e a primazia numérica da PEA alocada em atividades urbanas.

Abstraindo o fenômeno da queda da fecundidade e da redução dos índices de mortalidade, pode-se afirmar que a redução do crescimento demográfico das maiores cidades brasileiras (entre elas, Salvador) durante o período 1980-1996, resultou principalmente da crise recessiva, que reduziu oportunidades de emprego e inviabilizou a expansão da renda, inibindo a migração para os grandes centros urbanos. Modificava-se o caráter e a direção dos movimentos migratórios, isto é, a atração exercida pelas grandes cidades passou a não ter mais o mesmo sentido que em décadas anteriores. Destarte, os municípios com 100 a 500 mil habitantes foram os que mais cresceram em termos populacionais. Por outro lado, houve um crescimento mais acentuado da população das periferias metropolitanas, fenômeno que, embora já ocorresse entre 1970-1980, se acentuou nos anos seguintes¹².

A estagnação no campo e o desemprego estrutural deslocaram para o espaço metropolitano e das cidades que centralizam redes urbanas no interior do estado, a pobreza, antes rural e agora cada vez mais urbana e metropolitana. Salvador acompanhou a tendência metropolitana do país (ver CRUZ, 1996a) e em proporções bastante menores, o mesmo fenômeno

¹² - A taxa brasileira de urbanização, que era de 67,6% em 1980, crescerá para 78,4% em 1996, com quase 32% da população urbana brasileira residindo nas regiões metropolitanas (em 1991, eram 39%). Isto acontecia não só pela crescente liberação de mão-de-obra agrícola nas regiões mais modernizadas, assim como pela atratividade dos centros urbanos, onde a oferta de serviços assistenciais e benefícios não monetários tende a ser mais frequente do que na área rural, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. A pobreza se deslocava, no período pós-1980, para áreas urbanas em todo o país. Em 1991, 71% dos pobres brasileiros já residiam no meio urbano, sendo que 29% nas regiões metropolitanas. Contudo, os considerados "miseráveis" – isto é, famílias que, além de receberem rendimentos *per capita* abaixo de ¼ do salário mínimo, apresentam carências simultâneas em moradia, instrução, condições de emprego ou trabalho e acesso inadequado aos serviços de saúde (conforme TOLOSA E ROCHA, 1993) – ainda residem preponderantemente no meio rural, principalmente no Nordeste, castigados pelas secas periódicas, pela estrutura de poder e pelo relativo atraso na utilização de tecnologias modernas aplicáveis à agricultura e à pecuária.

foi observado nas cidades que, como Feira, polarizavam atividades econômicas regionais e constituíam entroncamentos obrigatórios para fluxos de pessoas, mercadorias e dinheiro.

As políticas que incentivaram o processo de desconcentração industrial e que conseguiram relativo sucesso, no propósito de dinamizar regiões menos desenvolvidas do país, foram, também, responsáveis pela expulsão de contingentes populacionais do campo e de cidades pequenas e pelo "inchaço" das cidades como Feira de Santana. Também foram responsáveis pela alta concentração de renda e pela especulação imobiliária, que condenou a maior parcela da população a morar em edificações inadequadas, nos subúrbios ou áreas de segregação social e econômica.

O resultado da desordenada dinâmica de ocupação do espaço urbano *feirense* fez com que, em 1991, a cidade concentrasse quase 32 mil famílias indigentes. Cerca de 45% dos chefes de família do município ou não tinham rendimentos ou percebiam até 1 salário mínimo (s.m.) mensal. Por outro lado, 36% dos chefes de família recebiam entre 1 e 3 s.m. Mesmo assim, Feira era, dentre as maiores cidades do estado, a que mostrava melhores indicadores de distribuição de renda – talvez porque neste município haja relativamente maior quantidade de miseráveis. Exceto pelos casos de Camaçari (cujo índice de Gini era de 0,5106) e de Jequié (0,6093), o índice de Feira (0,6214) era mais favorável do que o da média estadual (0,6533), e de outras grandes cidades do estado, como Salvador (0,6516), Ilhéus (0,6262), Vitória da Conquista (0,6332) e Itabuna (0,6533).

O problema da moradia, apesar da forte intervenção estatal que construiu diversos conjuntos habitacionais populares na cidade, foi se agravando em virtude da carência de empregos e da falta de políticas públicas complementares, voltadas para a população carente. Nos anos 70 e parte dos 80, alguns dos conjuntos habitacionais supostamente construídos para a população carente, na prática foram habitados por pessoas cujas faixas de rendimentos suportariam encargos maiores, seja em virtude dos esquemas de favorecimento político, seja porque as famílias mais carentes, premidas por suas necessidades de sobrevivência imediata eram compelidas a aceitar propostas de repasses de seus imóveis. O esgotamento do Sistema Financeiro da Habitação, a inadimplência generalizada e a inadequação financeira dos projetos

resultou na existência de diversos conjuntos ocupados por invasores ou com grande quantidade de edificações ociosas. A maioria da população carente, contudo, viu-se na contingência de morar em áreas mais distantes do centro e/ou inadequadas para uso residencial, em zonas alagadiças, poluídas pelos gases e lixo industrial ou de difícil acesso ao sistema de transportes, de esgotamento sanitário, de água e eletricidade.

A crise iniciada nos anos 80 só veio agravar e dar contornos dramáticos às situações específicas da cidade. A herança de todo esse processo de gestão urbana excludente e a gradativa privatização dos serviços públicos de infra-estrutura, saúde, educação, etc, com a abertura de novos espaços para o automóvel e para a residência do "rico" e da "classe média abastada", vem condenando o pobre à periferização, à falta de saneamento básico, à debilitação do sistema de transporte, etc. Isto vem gerando um processo de **"arrebentação do padrão urbano"**, isto é, um processo de

"(...) agravamento do problema distributivo urbano, onde os "de cima" pagam mais para receber mais e melhor, enquanto os "de baixo", por não poderem pagar, recebem precário atendimento público, face ao agravamento das finanças públicas municipais, que precisam gastar, mas pouco arrecadam." (CANO, 1989, p. 27)

Nos anos 90, o aprofundamento das políticas públicas (neo)liberais pouca ou quase nenhuma oportunidade trouxe para a ascensão social ou melhoria dos padrões de vida dos estratos mais carentes da sociedade. O aumento do número de pobres e o aprofundamento das desigualdades no espaço urbano tornam a ação pública assistencial cada vez mais incapaz e ineficiente. A "modernização conservadora" vem implicando redução dos níveis de emprego em atividades rurais ou urbanas, com previsíveis impactos sobre as condições de vida na cidade. O caráter explosivo que tais efeitos imprimem, exige políticas e estratégias que apontem para uma efetiva solução de crescimento econômico, em busca de equidade social e regional. E isto corresponde ao avesso da maioria das ações do estado, na história recente do país. As políticas de desenvolvimento urbano e regional que deveriam estar articuladas com as políticas agrícola, industrial e macroeconômica, para gerar novos empregos, foram "adiadas" para um futuro incerto.

1.1. Pobreza e Precarização do Trabalho

No início dos anos 70, a população economicamente ativa (PEA) correspondia a apenas 36,5% da população total do município. Cerca de 1/3 dessa PEA estava vinculada à atividades agropecuárias. Até 1980, a PEA cresceria 31%, mas sua participação na população total seria reduzida para 31%. A cidade não tinha condições de criar empregos suficientes para tanta oferta de mão-de-obra, cujo crescimento ocorria a taxas superiores, em relação à demanda. Os empregos continuavam insuficientes e avolumavam-se os problemas sociais. Aliás, por conta do crescimento da demanda de serviços por parte da população carente, a PEA alocada em atividades sociais teria o maior crescimento no período (quase dobrando o número de pessoas, e aumentando sua participação na PEA total, de 5% para 7,6%). A população ocupada nestas atividades também cresceria quase 50% no mesmo período. A PEA rural reduziu sua participação na PEA total de 35,6% para 11,3%, entre 1970 e 1995 (ver Tabela 5.02).

Tabela 5.02

Feira de Santana: Distribuição (%) da População Economicamente Ativa, Segundo Atividades (1970-1995)

Atividade	1970	1980	1991	1995
Agricultura	35,6	15,5	10,1	11,3
Indústria	17,3	24,1	21,7	8,5 *
Comércio	12,6	17,8	21,9	32,1
Serviços	17,9	22,1	26,6	23,2
Transportes	4,3	6,6	5,8	4,1
Adm. Pública	2,5	3,8	3,1	2,9
Ativ. Sociais	5,0	7,6	8,6	nd
Outras Atividades	4,9	2,7	2,2	18,0 *

Fontes: Dados de 1970 a 1991, IBGE, Censos Demográficos; dados de 1995, NASCIMENTO (1996:70).

Observação: * - Apesar de utilizar os mesmos critérios de amostragem e de tratamento estatísticos adotados pelo IBGE, no Censo Demográfico de 1991, NASCIMENTO (1996:60-1) alerta que os testes por ela realizados, mostram que o tamanho insuficiente da amostra pode ter afetado o resultados de Indústria e de Outras Atividades. Muito provavelmente, este último percentual contempla atividades sociais e parte dos outros itens.

A rápida expansão do emprego urbano nos anos 70 esteve associada à implantação do Centro Industrial do Subaé, que exerceu fortes impactos, diretos e indiretos, no nível de emprego da região, induzindo o crescimento de atividades terciárias. Concomitantemente, observou-se a

redução do nível absoluto de ocupação na agropecuária (de quase 25 mil para 14 mil pessoas, no período 1970-1980), atraindo contingentes crescentes de população rural, em busca de melhores oportunidades na cidade.

Em 1980, a população ocupada (POC) correspondia a 36% da população em idade ativa (PIA) total, enquanto 52% da população economicamente ativa (PEA) não conseguia auferir qualquer tipo de rendimento. Isto significava a desilusão de grandes contingentes imigrantes e o desespero de toda a população excedente. Até 1970, era predominante a população ocupada nas atividades agropecuárias. A indústria, que empregava 6,9% da POC municipal em 1960, passaria a empregar 17% em 1970, chegando a 12,8% em 1995 (ver Tabela 5.03). Ao mesmo tempo, reduzia-se drasticamente a POC rural – em 31 anos, ela chegaria a quase 20% do que representava em 1960.

Tabela 5.03

**Feira de Santana: Distribuição (%) da População de 10 anos ou Mais,
Ocupada Segundo Atividades Econômicas (1960-1991)**

Atividade	1960	1970	1980	1991	1995
Setor Agropecuário	48,4	35,6	15,5	10,1	11,3
Indústria de Transformação	6,9	17,3	13,7	11,6	12,8
Indústria da Construção Civil	-	-	8,9	8,3	-
Outras Atividades Industriais	-	-	1,4	1,7	-
Outras Atividades	30,6	4,8	2,7	2,2	5,9
Inativos	14,1	-	-	-	-
Comércio de Mercadorias	-	12,6	17,8	21,9	32,0
Prestação de Serviços	-	17,9	22,1	23,8	37,9 *
Transporte e Comunicações	-	4,3	6,6	5,8	-
Atividades Sociais	-	5,0	7,6	8,6	-
Administração Pública	-	2,5	3,7	3,1	-
Serv. Aux. da Ativ. Econômica	-	-	-	2,9	-

Fuentes: IBGE, Censos Demográficos (1960 a 1991); e NASCIMENTO (1996);

Observação: * - É provável que este percentual contemple parte do emprego em Transportes e Comunicações e Atividades Sociais. Vide observação à Tabela 5.02, anterior.

A população ocupada em atividades agropecuárias é a que percebe menor remuneração. Tomando como base os dados do Ministério do Trabalho, que considera apenas as empresas formalmente estabelecidas e que entregaram a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (vide Tabela 5.04), observa-se que em 1995 mais de 92% dos trabalhadores naquele setor

receberam até 3 s.m. (29% até 1 s.m.). Considerando-se que a grande maioria do setor primário feirense carece de organização empresarial e, portanto, de formalização de suas relações produtivas e de trabalho, é de se pressupor que, para a grande maioria dos trabalhadores rurais, a situação do emprego seja ainda mais dramática.

Tabela 5.04

Feira de Santana: Distribuição (%) do Pessoal Ocupado na Agropecuária, na Indústria de Transformação e Construção Civil, no Comércio e nos Serviços por Faixa de Remuneração Média em Salários Mínimos. (1995)

Salários Mínimos	Agropecuária	Indústria	C. Civil	Comércio	Serviços
Total (100%)	716	10.476	2.026	18.287	21.145
Até 0,5 (Inclusive)	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1
Mais de 0,5 a 1,0	28,8	11,3	5,0	4,3	4,8
Mais de 1 a 1,5	39,2	23,1	27,0	23,2	18,7
Mais de 1,5 a 2,0	12,7	17,2	17,0	15,6	14,2
Mais de 2 a 3	12,0	17,0	26,0	18,1	22,9
Mais de 3 a 5	3,4	13,2	9,7	10,6	16,6
Mais de 5 a 10	1,3	11,1	2,8	6,7	13,9
Mais de 10 a 20	0,7	3,6	1,6	2,4	5,1
Mais de 20	0,8	1,8	0,7	0,7	2,7
Remuneração Ignorada	1,1	1,6	10,0	1,5	1,2

Fonte: MTb/RAIS, Apud CTC/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

Nessa mesma faixa, de 0 a 3 s.m., o comércio e a construção civil, também tiveram expressiva participação, porém seus empregados desfrutavam de situação salarial relativamente melhor. A construção civil, com estabelecimentos de pequeno porte, pouco fez para utilizar novos processo e tecnologias. Com isto, ainda se reproduzia utilizando mão-de-obra de baixa qualificação e com salários muito baixos. No que concerne ao comércio, a modernização dos estabelecimentos introduziu tecnologia sem maiores exigências em qualificação de pessoal, o que também permitia a imposição de baixos salários. Os empregados nas atividades de serviços e na indústria conseguiam ter maior participação nas faixas salariais acima de 5 s.m. O emprego terciário, que no período 1970-1985 era pouco mais do que o dobro do industrial, aumentou esta proporção ainda mais nos anos 90: em 1995, correspondia a quase 4 vezes o industrial.

Ainda de acordo com os dados do sistema RAIS do Ministério do Trabalho, em 1995, o terciário feirense empregava quase 74% e a indústria 21% dos trabalhadores do mercado formal no município. No conjunto da economia urbana, agora de acordo com o Censo Cadastro do IBGE, o terciário respondia por 77% e a indústria por 20% dos empregos em Feira de Santana. No comércio, o setor varejista, que possuía o maior número de estabelecimentos (70%) também era responsável por 61% dos empregos no setor (11 empregos por estabelecimento). Nos serviços (6 empregos por estabelecimento), os transportes (22%) e os serviços prestados às empresas (17%) eram as atividades que mais empregavam em 1995. Na indústria (15 empregados por estabelecimento), os gêneros produtores de bens de consumo não duráveis eram os que possuíam maior número de empregados e estabelecimentos (ver Tabela 5.05).

Tabela 5.05

Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal
Ocupado nas Atividades do Comércio, Serviços e Indústria
(1995)

- Parte I/II -

Ramo de Atividade	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
Comércio - Total (100%)	4.160	25.013
- Com. e Repar. de Veic. Autom., Motocicl. e Com. Varej. Combustíveis	13,9%	16,5%
- Comércio Varejista de Objetos Pessoais e Domésticos	70,4%	60,7%
- Comércio por Atacado e Intermediário do Comércio	15,7%	22,8%
Serviços - Total (100%)	1.663	18.034
- Alojamento e Alimentação	14,1%	8,4%
- Transportes	9,4%	21,9%
- Atividade Anexa e Auxiliar do Transporte e Ag. de Viagem	1,2%	0,7%
- Correio e Telecomunicações	1,0%	3,1%
- Intermediação Financeira	2,2%	7,4%
- Seguros e Previdência Privada	1,1%	0,5%
- Atividade Auxiliar da Intermediação Financeira	1,1%	0,5%
- Atividade Imobiliária	3,4%	3,8%
- Aluguel de Veículos e de Objetos Pessoais e Domésticos	1,4%	0,3%
- Atividade de Informática e Conexos	3,0%	1,2%
- Serviços Prestados Principalmente às Empresas	18,3%	16,6%
- Educação	12,2%	9,4%

Continua na próxima página

Tabela 5.05

Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal
Ocupado nas Atividades do Comércio, Serviços e Indústria
(1995)

- Parte II/II -

Ramo de Atividade	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
- Saúde e Serviços Pessoais	12,1%	14,8%
- Limpeza Urbana	0,2%	2,2%
- Atividades Associativas	8,2%	3,4%
- Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	5,2%	4,3%
- Serviços Pessoais	5,8%	1,5%
<u>Indústria Extrativa Mineral – Total (100%)</u>	<u>6</u>	<u>10</u>
<u>Indústria da Construção Civil – Total (100%)</u>	<u>116</u>	<u>1780</u>
<u>Indústria de Transformação – Total (100%)</u>	<u>760</u>	<u>11.090</u>
- Metalúrgica	11,1%	10,6%
- Mecânica	3,4%	2,1%
- Material de Transporte	2,4%	1,9%
- Madeira	5,5%	5,7%
- Mobiliário *1	7,2%	3,0%
- Papel e Papelão	3,0%	7,6%
- Borracha *2	3,2%	6,9%
- Couros e Peles	0,0%	0,0%
- Química	6,4%	8,8%
- Matérias Plásticas	0,0%	0,0%
- Têxteis *3	8,7%	5,6%
- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	18,8%	10,3%
- Alimentares *4	19,6%	27,3%
- Editorial e Gráfica	8,7%	3,9%
- Diversas	2,0%	6,6%

Fonte: IBGE; Censo Cadeastro, 1995; Apud CTO/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

Observações: *1 - Inclui indústrias diversas;

*2 - Inclui a indústria de plásticos;

*3 - Inclui artefatos de couro;

*4 - Inclui bebidas;

Efeitos cruzados, resultantes da grave crise dos anos 80, à exemplo da reestruturação produtiva e organizacional na indústria e no comércio, aliado ao fim do prazo dos incentivos fiscais, foram responsáveis pelo fechamento de diversos postos de trabalho ao longo do período 1985-1993. A estabilização inflacionária alcançada no período seguinte, ainda que à custa de um

crescimento modesto na economia, possibilitou a retomada e o surgimento de novos investimentos no CIS, o que contribuiu para um saldo positivo de 773 novos empregos entre 1992 e 1997, na indústria de transformação (vide Tabela 5.06).

Tabela 5.06

Feira de Santana: Saldos Anuais de Admissões e Desligamentos nas Indústrias de Transformação e de Construção Civil, no Comércio e nas Atividades de Serviços.

(1992-1997)

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Saldo do Período
Atividade							
<u>Indústria de Transformação</u>							
Admissões	3.064	2.558	2.794	3.405	3.663	3.367	11.851
Desligamentos	3.461	2.630	2.477	2.952	2.881	3.677	18.078
Saldos	-397	-72	317	453	782	-310	773
<u>Construção Civil</u>							
Admissões	773	1.137	1.026	1.787	1.086	773	6.582
Desligamentos	802	939	756	1.418	1.018	766	5.699
Saldos	-29	198	270	369	68	7	883
<u>Comércio</u>							
Admissões	3.639	4.812	4.708	4.963	5.846	5.992	29.960
Desligamentos	4.120	4.049	4.171	5.527	5.114	5.358	28.339
Saldos	-481	763	537	-564	732	634	1.621
<u>Serviços</u>							
Admissões	3.409	3.629	4.131	5.971	5.313	5.278	27.731
Desligamentos	3.800	3.560	3.416	5.053	4.119	4.667	24.615
Saldos	-391	69	715	918	1.194	611	3.116
<u>Total</u>							
Admissões	10.885	12.136	12.659	16.126	15.908	15.410	83.124
Desligamentos	12.183	11.178	10.820	14.950	13.132	14.468	76.731
Saldos	-1.298	958	1.839	1.176	2.776	942	6.393

Fonte: MTb, CAGED.

A modernização do terciário fez crescer a rotatividade dos empregados, mais no comércio do que nos serviços. No primeiro, porque a automatização dos processos de venda, de controles de estoque, compras, etc, liberou pessoal e exigiu trabalhadores mais qualificados. No outro lado, novos serviços compensaram, em parte, o desemprego provocado nas atividades que se reestruturaram. O perfil do emprego, segundo anos de estudo da população ocupada, mostra que o comércio é relativamente menos exigente em termos de qualificação de sua mão-de-obra. Na verdade, os serviços contratam, proporcionalmente, mais mão-de-obra de baixa qualificação e com mais de nove anos de estudo (Tabela 5.07).

Tabela 5.13

Feira de Santana: Evolução dos Índices de Condições de Vida e de Desenvolvimento Humano (1970-1991)

Índice de Condição de Vida	1970			1980			1991		
	Feira	FS/BA	FS/BR	Feira	FS/BA	FS/BR	Feira	FS/BA	FS/BR
Longevidade	0,426	90,8	82,7	0,609	99,8	96,4	0,719	102,7	104,1
Educação	0,371	128,8	89,4	0,467	131,5	94,0	0,565	128,1	98,1
Criança	0,589	113,5	89,9	0,597	115,5	89,8	0,651	105,0	87,1
Renda	0,536	133,7	102,3	0,727	115,2	89,1	0,665	127,6	83,9
Habitação	0,420	100,7	78,4	0,654	115,1	98,6	0,711	109,6	93,8
Esperança de Vida ao Nascer	47,1	95,9	91,6	56,0	155,1	98,4	62,1	101,8	98,1
Taxa de Mortalidade Infantil	165,7	111,6	134,5	95,9	100,5	112,6	38,1	59,3	77,0
% da População com Menos de 4 anos de Estudo	73,1	86,4	105,9	59,5	79,1	107,0	43,6	70,1	103,1
% da População com menos de 8 anos de Estudo	92,8	97,0	101,8	83,2	92,5	99,9	69,7	86,0	96,7
% da população com mais de 11 anos de estudo	0,6	66,7	30,0	2,8	127,3	56,0	4,5	136,4	60,0
Taxa de analfabetismo	39,3	77,7	119,1	29,0	67,3	114,6	20,9	60,6	107,7
Número médio de anos de estudo	2,4	184,6	100,0	3,6	171,4	100,0	4,9	148,5	100,0
Percentagem de crianças que não freqüentam a escola	29,1	57,5	89,3	30,1	56,3	91,8	21,8	56,9	96,0
Defasagem escolar média	2,9	76,3	100,0	2,8	77,8	107,7	2,6	81,3	118,2
% de crianças com mais de um ano de atraso escolar	74,1	84,8	101,5	73,6	85,7	109,7	70,2	87,2	120,8
% de crianças que trabalham	15,4	95,7	124,2	7,5	56,8	58,1	7,3	88,0	84,9
Renda familiar per capita média	0,58	161,1	92,1	1,00	119,0	69,9	0,94	138,2	71,8
Grau de desigualdade	0,53	91,4	77,9	0,53	81,5	75,7	0,68	85,0	87,2
% de pessoas com renda insuficiente	70,12	82,5	103,3	45,45	75,3	115,2	55,00	76,9	121,0
Insuficiência média de renda	0,36	66,7	92,3	0,20	69,0	111,1	0,28	66,7	116,7
Grau de desigualdade na população com renda insuficiente	0,23	59,0	85,2	0,12	66,7	109,1	0,18	62,1	112,5
% da pop. que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por cômodo	46,9	94,6	90,2	44,9	101,1	103,2	32,1	90,9	103,2
% da população que vive em domicílios com materiais de construção duráveis	86,7	128,3	117,5	94,5	121,2	110,1	97,1	108,4	106,0
% da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água	24,2	83,4	47,2	63,5	111,8	90,7	73,6	106,8	87,7
% da população que vive em domicílios com esgoto adequado	4,2	21,4	9,9	48,2	131,7	91,1	45,9	125,8	77,9
Índice de Desenvolvimento Humano									
Geral	0,409	123,1	88,5	0,596	115,7	87,0	0,644	121,5	86,7
Longevidade	0,369	83,8	83,8	0,517	97,3	97,3	0,619	97,0	97,0
Educação	0,452	125,9	90,2	0,546	128,1	94,6	0,635	124,2	98,4
Renda	0,407	172,4	91,6	0,725	121,0	76,5	0,677	141,6	71,8

Fonte: ONU/PNUD/IPEA/RJP - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil; Apud Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

A inserção de Feira no processo de integração produtiva não foi acompanhada de uma inserção social positiva no espaço nacional. Os indicadores das condições de vida, publicados pelo IPEA no “Atlas do Desenvolvimento Humano”, mostram desempenho social inferior a média nacional em quase todos os itens. As exceções ficam por conta do “percentual de crianças que trabalham” e do “grau de desigualdade”. Mesmo assim, no item

“grau de desigualdade na população com renda insuficiente”, Feira possui indicador 12,5% maior do que o do país, apesar de corresponder a apenas 62% do indicador estadual.

No período pós-1970, cresceram os elos comerciais, produtivos e culturais de Feira com Salvador e sua região metropolitana, simultaneamente com a polarização que exercia perante os municípios de sua MRH ou RE. Nos anos 90, cresceram os fluxos de mercadorias, serviços, dinheiro e pessoas entre estas duas regiões, Feira e RMS. A seguir, analisarei a formação do aglomerado não metropolitano de Feira de Santana e a centralidade deste município ante os efeitos da atração exercida pela RMS ao longo dos anos 80 e 90.

2. Centralidade Regional, Aglomeração Urbana Não Metropolitana e Integração Metropolitana

Desde os anos 70, Feira de Santana vem estreitando seus elos comerciais e produtivos com a RMS e com suas cidades vizinhas, assumindo papéis complementares e desiguais em sua relação socioeconômica com esses espaços. A partir dos anos 80, cresceram ainda mais as atividades terciárias, com o capital agromercantil submetido a lógica dominante dos processos de **integração produtiva** e de **desconcentração econômica**, agora tendo como pano de fundo os cenários da crise econômica brasileira e, simultaneamente, o cenário da inserção crescente da periferia nordestina e do desempenho da economia baiana, no contexto nacional. Inaugurada como “Nova República”, a nova era econômica e política pós-1985 traria limites cruciais para o crescimento periférico, na medida em que o Estado deixava de exercer suas políticas de desconcentração regional, induzindo novos comportamentos empresariais, tanto no tocante aos aspectos produtivos quanto administrativos, organizacionais, financeiros e institucionais.

Em Feira de Santana, a realização da produção, oriunda de distintos espaços urbanos e regionais, tem transformado seu próprio espaço urbano e esta interação, redirecionado formas de organização da produção nas suas respectivas origens. Por outro lado, malgrado sua baixa vitalidade financeira, a economia *feiraense* vem possibilitando a realização da produção e polarizado os sistemas de comercialização de bens e serviços extra-regionais. Entretanto, esta amplitude regional submete sua economia às crises setoriais oriundas tanto da

mil novas pessoas na faixa etária de 15 a 19 anos começavam a procurar emprego no mercado de trabalho feirense. Neste mesmo período, estimativas baseadas nos censos de 1991 e 1996 mostram que a população na faixa etária dos 15 aos 64 anos aumentava anualmente em 7,1 mil pessoas, resultando num coeficiente de 67 trabalhadores disputando uma vaga no mercado formal. A resultante é óbvia: a busca de oportunidades no mercado informal.

A situação do emprego formal vem se agravando após 1985, jogando grande contingente da PEA para a assunção de atividades informais autônomas, sem localização determinada ou em estabelecimentos precariamente instalados, ou mesmo para prática da camelotagem e de “bicos”. Em todo o Brasil, a crise econômica nos anos noventa tem levado os diferentes setores produtivos a combinarem elevada rotatividade com um tipo de desemprego relativamente de mais longa duração. Muitos desempregados procuram “abrir seu próprio negócio” seja com o dinheiro da rescisão contratual, com empréstimos junto a família, com a venda da casa (barraco), carro, telefone ou outros bens. Em geral os estabelecimentos que emergem nessa informalidade trazem oportunidade de ocupação apenas para seus proprietários.

Apesar de no setor informal a oportunidade de ocupação se limitar, na maioria dos casos apenas para o proprietário, em 1995, o total de estabelecimentos informais ocupava quase 70% da POC (ver Tabela 5.07). Em 1997, 11.491 empresas no município, sendo que 54,4% dos estabelecimentos (a grande maioria, de prestação de serviços) estavam funcionando sem quaisquer registros nos órgãos competentes (UEFS/SEBRAE, 1998:58-9). Os dados sobre “nascimento e morte” de estabelecimentos revela que a partir dos anos noventa as atividades informais tem crescido mais do que as atividades formais. Nos anos 90, tem sido grande o número de estabelecimentos com menos de 1 ano de idade – em 1992 eram 27%, enquanto em 1997 representavam 28% das empresas (formais e informais) do município (conforme SEBRAE, 1992 e UEFS/SEBRAE, 1998). Isto reflete a dificuldade de reprodução de uma economia informal, baseada em micro estabelecimentos.

Na informalidade, crescem as oportunidades de exploração de grande contingente da classe trabalhadora. O Quadro 5.01, extraído das principais conclusões da dissertação de NASCIMENTO (1996), mostra um panorama desfavorável para os ocupados nas atividades

informais. O trabalho por “conta própria”, na verdade esconde formas dissimuladas de exploração (e espoliação) do trabalho, que se submete a jornadas mais longas, menor remuneração e uso de trabalho familiar. A segregação social e econômica se manifesta nesta informalidade quando, por exemplo, se observa que é relativamente maior a presença de negros e mulheres e um expressivo contingente (quase 80%) de pessoas que percebem menos de 3 s.m..

Quadro 5.01

Feira de Santana: Características Seleccionadas da População Ocupada, Segundo a Natureza (Formal ou Informal) da Atividade em que Estava Alocada. (1995)

Características	Sector Formal	Sector Informal
Gênero	63,9% do sexo masculino	43,3% de mulheres
Cor	35,3% de brancos	69,6% de “pardos” e pretos
Idade	33,6% entre 30 e 39 anos	37,7% entre 10 e 24 anos
Escolaridade	95,8% de alfabetizados	12,3% não alfabetizados
Origem	18,8% de outros estados do Nordeste	85,1% de baianos
Posição na Ocupação	83,6% de empregados	54,5% de “conta própria”
Sector de Atividade	45% no sector de Serviços	32,8 no comércio
Tempo de Serviço	31,1% com 5 a 15 anos	36,8% com menos de 1 ano
Tamanho da Empresa	42% com mais de 50 pessoas ocupadas	14,4% com trabalho familiar
Jornada de Trabalho	38,2% entre 40 e 47 horas/semana	22,9% com menos de 29 horas/semana
Rendimento	10,5% recebia mais de 10 s.m.	79,7% recebe menos de 3 s.m.

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo, Apud NASCIMENTO (1996:47)

Uma reduzida população ocupada com baixos rendimentos médios, vive e se reproduz em espaços urbanos segregados, onde a concentração de pobreza acirra os contrastes sociais no espaço urbano. Talvez houvesse paliativos, se políticas sociais compensatórias fossem adotadas, mas a qualidade dos espaços urbanos e dos serviços públicos se deterioraram, apesar do crescimento, em absoluto, da oferta... É o que veremos, a seguir.

1.2. Evolução dos Indicadores Sociais

Decerto que, ao longo do período 1960-1980, houve alguma melhoria nas condições de vida de uma parcela da população. O acesso a alguns bens de consumo foi facilitado pelo crescimento médio da renda municipal. Assim, mais famílias puderam adquirir fogões e consumir gás de cozinha. Da mesma forma, foi possível observar-se crescimento do número de domicílios que passaram a contar com o “conforto” de possuir uma geladeira ou televisor (vide Tabela 5.08).

Tabela 5.08

Feira de Santana: Participação (%) dos Domicílios com Ligações de Água, Eletricidade, Uso de Botijão de Gás, Geladeira e Televisão (1960-1991)

Descrição	1960	1970	1980	1991
Ligações de Água	7,6	13,4	60	65,1
Ligações de Eletricidade	25	45,1	71	92,6
Gás de Botijão	6,7	37,7	75,6	nd
Geladeira	4	19	47,2	64,8
Televisão	nd	13,1	54,2	76,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1960-1991.

Tabela 5.09

Feira de Santana: Ligações de Água e Esgotos por Tipo de Usuário (1997)

Domicílio/Estabelecimento	Água	Esgoto
Residência	79.711	23.161
Comércio	5.417	3.710
Indústria	215	39
Órgãos Públicos	295	45

Fonte: EMBASA, *Apud* UEFS/SEBRAE (1998:31)

No ano de 1960, menos de 8% dos domicílios do município possuíam ligações de água (mais de 25 mil domicílios estavam fora do sistema). Vinte anos depois, 60% dos domicílios eram atendidos pela concessionária estatal de fornecimento de serviços de água (22.5 mil domicílios, contudo, ainda continuavam sem ligações de água). Informações da Prefeitura

Municipal, davam conta de que entre 1980 e 1985, a expansão da rede de distribuição de água fazia o número de ligações passar de quase 34 mil para quase 52 mil ligações (crescimento de 53%) – suficientes para, em 1991, apenas 65% dos domicílios. Esta aparente melhoria escondia, contudo, a dramaticidade da irregularidade e insuficiência no fornecimento de água, além da quase ausência das ligações a um sistema de esgotamento sanitário.

As ligações ao sistema de esgotamento sanitário (vide Tabela 5.09) são insuficientes e tendem a facilitar a proliferação de doenças. Uma população urbana atendida em apenas 20% dos domicílios pela rede de esgotos e com 35% dos domicílios sem fornecimento de água, não pode deixar de ter péssimos indicadores de saúde pública.

A incidência de doenças causadas pela falta de práticas mais rudimentares de saneamento básico e pela miséria da periferia urbana e rural não encontrava nas respectivas redes hospitalares ou de postos de saúde condições suficientes para um atendimento compatível, ambulatorial ou emergencial.

Em 1970, os 19 municípios da MRH de Feira de Santana contavam com um total de 514 leitos, distribuídos na rede de estabelecimentos públicos e privados da região. A grande maioria dessa oferta de leitos estava concentrada em Feira – cerca de 81%. Feira de Santana possuía 4% dos leitos disponíveis em todo o estado, cuja concentração dos serviços estava na capital. Em toda a microrregião de Feira, era destinado um leito para cada 995 pessoas, enquanto no município, existia um leito para cada 457 habitantes. Os serviços de saúde no município, já eram insuficientes para o atendimento da demanda local.

Durante muito tempo, a população carente da cidade somente dispunha de um hospital filantrópico, construído em 1889 – o Hospital D. Pedro. Existiam outros estabelecimentos que promoviam o atendimento de saúde, mas esta população quase não tinha como ser atendida, dada a insuficiência de profissionais, leitos, equipamentos, etc. Aqueles que possuíam mais recursos, dirigiam-se para Salvador ou eram atendidos nos estabelecimentos privados, nas clínicas

particulares¹³. A oferta de leitos no município cresceria 188% entre 1970 e 1991 (ver Tabela 5.10), contra um crescimento populacional de 114%, no mesmo período¹⁴.

Tabela 5.10

Feira de Santana: Estabelecimentos de Saúde Públicos e Particulares e Número de Leitos

(1980 – 1998)

ANO	Estabelecimentos Públicos				Est. Particulares		Total de Estabelecimentos	Leitos Existentes nos Estabelecimentos de Saúde		
	Posto de Saúde	Centro de Saúde	PAM/ POL ^(*)	Hospitais	PAM/ POL ^(*)	Hospitais ^(*)		Público	Privados	Total
1970	nd	nd	nd	3	nd	5	8	nd	nd	416
1974	nd	nd	nd	2	nd	18	20	nd	nd	693
1980	nd	nd	2	1	nd	7	10	520	378	898
1985	6	5	25	2	27	10	75	787	429	1.216
1987	6	5	26	2	34	11	84	787	434	1.221
1991	16	14	9	2	51	9	101	784	413	1.197
1995	15	13	1	3	75	12	119	907	489	1.396
1998	16	20	-	2	90	8	136	632	471	1.103

Fonte: Secretaria de Saúde e Prefeitura Municipal de Feira de Santana (1980 a 1998); e SEPLAN/TEC, Anuário Estatístico da Bahia (1970 e 1974).

Observações: (*)1 - PAM - Posto de Atendimento Médico; e POL - Policlínicas;

(*)2 - Inclui um hospital (o maior dentre os de caráter particular) de caráter filantrópico;

Entre 1980 e 1998, a oferta de leitos nos estabelecimentos públicos aumentara 21,5%. A disponibilidade total de leitos (públicos e privados), que era de 4,7, passou para 2,4 por mil habitantes. Estas condições tornam-se ainda mais dramáticas quando se considera que tal disponibilidade de leitos não é destinada somente à população *feirense*, já que grande parte é ocupada pela demanda das cidades vizinhas. Com 185 enfermeiras, 298 médicos e 65 dentistas, no ano de 1987, Feira possuía uma das mais baixas densidades desses profissionais da saúde no país.

¹³ - Esta carência estimulava a proliferação de consultórios e clínicas particulares, sustentada pela demanda de estratos mais altos da “classe média” local e regional e pelos planos de saúde e convênios com o sistema público de saúde.

¹⁴ - Em que pese avolumarem-se as demandas por serviços hospitalares, a oferta só seria ampliada em fins dos anos 70 e início dos 80, com a inauguração do Hospital Colônia Lopes Rodrigues e do Hospital Clériston Andrade. As estatísticas de internamentos do Hospital D. Pedro, mostram que, em 1982, 72,5% dos internamentos que ocorriam naquele estabelecimento, se referiam a pessoas residentes em Feira de Santana, ficando o restante para residentes em outros municípios. Já o Hospital Lopes Rodrigues, especializado em tratamento psiquiátrico, atendia pacientes oriundos de diversas localidades. Entre 1981 e 1982, a maioria dos pacientes atendidos era proveniente de Salvador (24%), “por causa das dificuldades de vagas nos hospitais desta especialidade na capital

A carência de oferta de serviços de saúde em outros municípios do estado faz com que para Feira de Santana sejam destinados pacientes oriundos de diversas cidades do interior baiano. Este perverso “turismo hospitalar” provoca intenso movimento nos ambulatórios e hospitais públicos, assim como nos consultórios médicos e odontológicos, conveniados ou não ao sistema público de saúde. Paralelamente, estes fluxos alimentam o principal centro comercial de produtos farmacêuticos do interior, no varejo e no atacado, seja pelo número de estabelecimentos, seja pelos volumes de negócios realizados, seja pelos empregos gerados na cidade de Feira de Santana.

Enquanto os indicadores de saúde¹⁵ mostram deterioração das condições de vida de uma população adensada no espaço urbano, os de consumo de energia elétrica mostram situação diversa, até mesmo porque nos anos 70 o crescimento da oferta de energia elétrica alimentava a produção industrial, tanto como insumo, quanto na indução ao consumo das famílias e de empresas.

O acesso à rede de eletrificação experimentou acentuado crescimento entre 1960 e 1980 – de 25%, as ligações de energia elétrica passavam a atingir 71% dos domicílios do município. Isto significava, também, uma redução do número absoluto de domicílios que não possuíam ligação de energia elétrica: de 20,7 mil para 16,3 mil domicílios. Em 1968, quando começava a acontecer o movimento que culminaria com a instalação do CIS, havia apenas 12,876 consumidores de energia elétrica em Feira. O consumo para uso residencial suplantava os demais. O consumo industrial só viria a se tornar maior que o residencial, provavelmente entre 1978 e 1979, quando entravam em plena operação diversas plantas implementadas no CIS no início da década.

do estado” (MELLO E SILVA, 1986: 309), enquanto os pacientes residentes em Feira de Santana correspondiam a apenas 16%, ficando o restante de sua capacidade destinada ao atendimento das demandas microrregionais.

¹⁵ - As estatísticas sobre estabelecimentos, leitos, profissionais, equipamentos, morbidade, etc, mais do que precárias, são em muitos casos incompatíveis, pela forma com que foram divulgadas. Os dados da tabela 5.10, mostram, por exemplo, a inexistência de informações sobre centros de saúde e postos de atendimento médico, públicos e privados entre 1970 e 1980 – o que não corresponde a verdade.

Não é sem razão que, no sentido Feira/Salvador, vem se consolidando um “corredor” não só de indústrias vinculadas ao Centro Industrial do Subaé, mas também de empresas de serviços, instituições e investimentos agroindustriais de alta produtividade, estabelecendo relações de complementaridade entre Feira e o agregado urbano metropolitano de Salvador.

Há, entretanto, uma grande distância entre a capacidade de oferta de serviços financeiros, de infra-estrutura produtiva e de equipamentos urbanos concentrados em Salvador, que oferece vantagens sistêmicas à aglomeração de capitais modernos em seu espaço metropolitano, e a capacidade dos demais municípios do estado – inclusive Feira de Santana e sua região de influência.

Sem menosprezar as fortes relações econômicas que interagem nestes espaços territoriais, também considero Feira de Santana um espaço de aglomeração urbana que atrai fluxos de um pequeno grupo de cidades em sua vizinhança imediata, uma das quais em conurbação (caso de São Gonçalo dos Campos) em contraposição ao outro espaço de concentração urbana metropolitana – o da RMS. Quero dizer que, apesar de sua cada vez mais forte vinculação com a economia metropolitana, Feira de Santana também possui uma lógica característica, própria, que a mantém como centro aglutinador, agregando população e fluxos econômicos numa rede urbana importante no contexto estadual e nordestino.

Utilizo aqui o conceito de Aglomerado Urbano Não Metropolitano de Feira de Santana (AUFS), correspondente ao conjunto das cidades de Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos, além da própria cidade de Feira. Este conceito, desenvolvido originalmente numa pesquisa ainda inédita²³, toma como parâmetros básicos: a) distância rodoviária menor do que 50 Km entre o núcleo (Feira) e a cidade considerada; b) densidade demográfica superior a 60 habitantes por Km²; e c) PEA urbana superior a 60%. As cidades de Irará e Santo Estêvão, em que pese seus fortes vínculos econômicos com Feira, deixaram de participar dessa classificação por não satisfazerem este último requisito.

Desta forma o AUFS constitui a maior concentração de população urbana em espaços não metropolitanos do Nordeste, com uma população urbana de 541,5 mil habitantes,

²³- Convênio UNICAMP/IE/NESUR e IPEA, Projeto de Pesquisa “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”

que vem crescendo à taxas anuais de 2,8%, no período 1980-1991, e de 1,9% entre 1991 e 1996. A concentração da oferta de serviços e equipamentos públicos e de atividades econômicas mais relevantes no espaço microrregional ou da RE Paraguaçu, vem mantendo o crescimento do núcleo do AUFS com taxas superiores às da sua periferia. Todavia, se forem mantidas as tendências observadas nas cidades brasileiras de mesmo porte, haverá redução do ritmo de crescimento no núcleo em favor da periferia do AUFS, repetindo, em menor escala, o que ocorre no espaço metropolitano.

A PEA deste aglomerado é essencialmente urbana, alocada em atividades industriais, prestação de serviços, comércio de mercadorias e atividades administrativas, que estão concentradas em Feira de Santana, em função, naturalmente, de sua condição de entreposto comercial naquela região. A PEA industrial é maior no núcleo, mas sua participação é relativamente maior nas demais cidades: corresponde a 21,7% da PEA municipal feirense, enquanto em Amélia Rodrigues, representa 28,6%, e em Conceição da Feira, 33% da PEA total. Na periferia, entretanto, a PEA agropecuária ainda era expressiva, em 1991: enquanto em Feira representava apenas 10% do total, em São Gonçalo, chegava a 32% e nos demais municípios não menos do que 21% da PEA total.

Ainda se salienta a fraca representatividade da PEA terciária nas cidades menores, particularmente no que se refere ao comércio de mercadorias, nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e Amélia Rodrigues. Neste, a PEA comercial correspondia 9% e a de prestação de serviços a 18% da PEA total do município.

Esta rede de cidades que conforma o AUFS, neste sentido, possui um “reservatório” de mão-de-obra, que pode ser alocada em atividades rurais ou urbanas no âmbito destas e de outras cidades e municípios próximos. Assim, as atividades pouco exigentes em padrões de qualificação, têm à disposição uma mão-de-obra farta, barata e pouco organizada – garantia de custos reduzidos, pelo menos no que tange ao “fator” trabalho.

Ao contrário do que acontece com Salvador e sua RMS, Feira divide com sua periferia o papel de cidade-dormitório²⁴, já que é no núcleo que estão as principais e mais

²⁴- Como se sabe, as atividades industriais desenvolvidas em Camaçari, Simões Filho, Candeias e São Francisco do Conde têm como “dormitório” de sua mão-de-obra a cidade de Salvador. No caso de FS, não ocorre o mesmo, exceto em casos específicos, no que se refere a alguns estratos mais qualificados de sua força de trabalho.

completo, 19%, o segundo grau e 2% o diploma de nível superior¹⁶. Mesmo assim, o déficit educacional era muito grande. Afinal, ostentar um índice de mais de 36% de analfabetos em sua população não enaltecia o município, apesar da atenuante de melhores indicadores quando comparados com o estado e a microrregião.

Em 1996, com 57% da população já tendo estudado por mais de 3 anos (contra 44% na MRH e 42% no estado da Bahia, na mesma situação) e com quase 10% de analfabetos (15% na MRH e quase 19% no estado), Feira continua ostentando melhores indicadores, mas ainda insuficientes, tanto para o próprio desenvolvimento humano de sua população, quanto para a atração de investimentos que exijam mão-de-obra mais qualificada.

Aliás, no âmbito da MRH, vem crescendo a polarização dos serviços de educação, atraindo contingentes expressivos de estudantes de cidades vizinhas, principalmente para os cursos de segundo grau, técnicos e universitários.

Em 1970, Feira de Santana possuía 177 estabelecimentos voltados para o ensino primário (correspondente as quatro primeiras séries do primeiro grau). Isto representava 19% da oferta microrregional. Já no ensino médio (secundário, normal, comercial e outros cursos), seus 26 estabelecimentos correspondiam a 60% da oferta da microrregião. Em 1974 (já com estatísticas referentes aos primeiro e segundo graus), a centralidade do município mostrava-se para a MRH no que se refere à oferta de ensino do segundo grau: 52% dos estabelecimentos e 90% das matrículas realizadas. No primeiro grau, em que pese menor participação na quantidade de estabelecimentos (20%), Feira era responsável por mais de 50% das matrículas.

Até 1977, no segundo grau, permaneceriam os mesmos 11 estabelecimentos, todavia com um aumento de mais de 2.000 vagas. No primeiro grau, haveria um acréscimo de 249 para 334 estabelecimentos, e de 43,5 mil para quase 52 mil matrículas (ver Tabela 5.12). O Plano Diretor

¹⁶ - Os trabalhadores da indústria, entretanto, possuíam um perfil de escolaridade mais alto. Uma pesquisa realizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo estadual (BAHIA, SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, 1985:110-1), realizada em junho de 1984, junto as empresas industriais de Feira de Santana, constatava que 37% dos operários possuíam o primeiro grau completo e 32% estavam alfabetizados e cursavam até a 3ª série do primeiro grau.

do CIS, editado em 1985, identificava 387 estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, dos quais apenas 2 voltados exclusivamente para o 2º grau e 9 funcionando com o primeiro e o segundo graus. Em que pese a maioria dos estabelecimentos pertencer ao setor público (quase 83%), estes números não significavam uma oferta suficiente pois a maioria (57%) possuía apenas uma sala de aula e a grande maioria destas unidades localizava-se nos distritos. Na zona urbana, a maioria dos estabelecimentos era da rede privada de ensino.

Tabela 5.12

Feira de Santana: Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial. (1970-1996)

Nível	Estabelecimento							Matrícula						
	1970 (*)	1974	1977	1986	1983	1995	1996	1970 (*)	1974	1977	1986	1993	1995	1996
Pré-Escolar														
Pública	nd	nd	nd	36	65	69	57	nd	nd	nd	3.413	5.230	6.662	6.498
Particular	nd	nd	nd	45	24	75	65	nd	nd	nd	2.515	1.001	4.826	3.873
Total				81	89	144	122				5.928	6.231	11.488	10.371
Primeiro Grau														
Pública	156	225	nd	280	143	279	261	nd	43.501	nd	64.469	66.168	93.068	89.217
Particular	21	24	nd	51	26	81	69	nd	4.472	nd	9.627	4.343	13.117	11.407
Total	177	249	334	331	169	360	330	27.348	47.973	51.878	74.096	70.511	106.185	100.624
Segundo Grau														
Pública	8	6	nd	21	21	22	22	nd	4.442	nd	10.240	11.948	13.775	15.130
Particular	18	5	nd	11	3	10	10	nd	1.019	nd	1.982	536	2.278	2.236
Total	26	11	11	32	24	32	32	nd	5.461	7.577	12.222	12.483	16.053	17.366

Fonte: SEPLAN/TEC, Anuário Estatístico da Bahia (1970 a 1977); e Secretaria Estadual de Educação - IAT e DIREC (1986); CTC/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1988.

OBSERVAÇÃO: * - As estatísticas referem-se ainda aos cursos primário, e ao ensino médio.

Em 1986, a oferta de estabelecimentos e vagas seria maior. Comparativamente a 1977, houve um crescimento de 43% nas matrículas realizadas no primeiro grau e de 61% nas de segundo grau. Estes números demonstram uma melhoria quantitativa do sistema de ensino. Também mostram que um grande contingente da população continuava sem acesso a escola. Uma população que havia crescido 53% somente entre 1970 e 1980, que já possuía um déficit educacional no início deste período, precisaria ter o crescimento da oferta de serviços em maior escala do que o verificado. Principalmente porque, em 1986, o município ainda polarizava o ensino de segundo grau na região. Dados da secretaria estadual de educação mostram que Feira possuía 39% dos estabelecimentos e 64% das matrículas do segundo grau da Região Econômica do Paraguaçu. E, mais, 66% das matrículas no primeiro grau da região do Paraguaçu, estavam

concentradas em Feira de Santana, em que pese este município dispor de apenas 11,6% dos estabelecimentos, com excesso de demanda, reprimida pela insuficiência de vagas.

Em 1996, a situação ainda permanecia dramática. Entre 1986 e 1996, as matrículas do primeiro grau cresceram apenas 36% e as do segundo grau 42%. No ensino superior a ampliação da oferta de cursos de graduação e de pós graduação, principalmente no período recente de 1995 a 1997, possibilitou um crescimento de 44% das matrículas entre 1986 e 1997.

Mesmo assim, certamente, este tem sido um elemento importante a ser ponderado nas decisões locacionais das empresas. Principalmente porque, além de Salvador, nenhuma cidade relevante do ponto de vista industrial, vem tendo melhores indicadores. Desde os anos 70, seus indicadores na área da educação tem sido superiores aos de outras cidades que possuem distritos industriais, como Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro e Vitória da Conquista. As faixas de idade acima de 15 a 19 anos e, principalmente acima dos 20 anos – relevantes para o emprego na maioria das atividades econômicas, apresentam índices crescentes de alfabetização e de anos de estudo.

Além do mais, as condições para a qualificação geral e profissional vem sendo criadas desde então. Em meados dos anos 70, além dos estabelecimentos de primeiro e segundo graus, o município já contava com uma escola técnica federal e instituições como o SESI e SENAI, o Serviço de Integração do Migrante (SIM) e outras instituições de treinamento profissional. Desde o início dos anos 70, o governo havia instituído a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e esta passaria a funcionar a partir de 1976, englobando a antiga Faculdade de Educação, oferecendo diversos cursos de licenciatura (como biologia, matemática, história, geografia e letras), destinadas ao fortalecimento dos primeiro e segundo graus no município e na região. Além das licenciaturas, passariam a ser oferecidos os cursos de enfermagem, engenharia, administração, economia e ciências contábeis. A oferta destes cursos era justificada pela necessidade do atendimento a demanda crescente das novas e modernas indústrias e do crescimento e diversificação do comércio e dos serviços, além da própria administração pública.

Tabela 5.13

**Feira de Santana: Evolução dos Índices de Condições de Vida e de Desenvolvimento Humano
(1970-1991)**

Índice de Condição de Vida	1970			1980			1991		
	Feira	FS/BA	FS/BR	Feira	FS/BA	FS/BR	Feira	FS/BA	FS/BR
Longevidade	0,426	90,8	82,7	0,609	99,8	96,4	0,719	102,7	104,1
Educação	0,371	128,8	89,4	0,467	131,5	94,0	0,565	128,1	98,1
Criança	0,589	113,5	89,9	0,597	115,5	89,8	0,651	105,0	87,1
Renda	0,536	133,7	102,3	0,727	115,2	89,1	0,665	127,6	83,9
Habitação	0,420	100,7	78,4	0,654	115,1	98,6	0,711	109,6	93,8
Esperança de Vida ao Nascer	47,1	95,9	91,6	56,0	155,1	98,4	62,1	101,8	98,1
Taxa de Mortalidade Infantil	165,7	111,6	134,5	95,9	100,5	112,6	38,1	59,3	77,0
% da População com Menos de 4 anos de Estudo	73,1	86,4	103,9	59,5	79,1	107,0	43,6	70,1	103,1
% da População com menos de 8 anos de Estudo	92,8	97,0	101,8	83,2	92,5	99,9	69,7	86,0	96,7
% da população com mais de 11 anos de estudo	0,6	66,7	30,0	2,8	127,3	56,0	4,5	136,4	60,0
Taxa de analfabetismo	39,3	77,7	119,1	29,0	67,3	114,6	20,9	60,6	107,7
Número médio de anos de estudo	2,4	184,6	100,0	3,6	171,4	100,0	4,9	148,5	100,0
Porcentagem de crianças que não frequentam a escola	29,1	57,5	89,3	30,1	56,3	91,8	21,8	56,9	96,0
Defasagem escolar média	2,9	76,3	100,0	2,8	77,8	107,7	2,6	81,3	118,2
% de crianças com mais de um ano de atraso escolar	74,1	84,8	101,5	73,6	85,7	109,7	70,2	87,2	120,8
% de crianças que trabalham	15,4	95,7	124,2	7,5	56,8	58,1	7,3	88,0	84,9
Renda familiar per capita média	0,58	161,1	92,1	1,00	119,0	69,9	0,94	138,2	71,8
Grau de desigualdade	0,53	91,4	77,9	0,53	81,5	75,7	0,68	85,0	87,2
% de pessoas com renda insuficiente	70,12	82,5	103,3	45,45	75,3	115,2	55,00	76,9	121,0
Insuficiência média de renda	0,36	66,7	92,3	0,20	69,0	111,1	0,28	66,7	116,7
Grau de desigualdade na população com renda insuficiente	0,23	59,0	85,2	0,12	66,7	109,1	0,18	62,1	112,5
% da pop. que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por cômodo	46,9	94,6	90,2	44,9	101,1	103,2	32,1	90,9	108,2
% da população que vive em domicílios com materiais de construção duráveis	86,7	128,3	117,5	94,5	121,2	110,1	97,1	108,4	106,0
% da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água	24,2	83,4	47,2	63,5	111,8	90,7	73,6	106,8	87,7
% da população que vive em domicílios com esgoto adequado	4,2	21,4	9,9	48,2	131,7	91,1	45,9	123,8	77,9
Índice de Desenvolvimento Humano									
Geral	0,409	123,1	88,5	0,596	115,7	87,0	0,644	121,5	86,7
Longevidade	0,369	83,8	83,8	0,517	97,3	97,3	0,619	97,0	97,0
Educação	0,452	125,9	90,2	0,546	128,1	94,6	0,635	124,2	98,4
Renda	0,407	172,4	91,6	0,725	121,0	76,5	0,677	141,6	71,8

Fonte: ONU/PNUD/IPEA/FJP - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Apud Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

A existência dessa rede de estabelecimentos de ensino aumenta o fluxo de estudantes oriundos de outros municípios e regiões. A deficiente rede escolar nos demais municípios da

região faz com que haja grande demanda dos municípios vizinhos pelas vagas oferecidas em Feira. A instalação de cursos profissionalizantes e de uma universidade aumenta a importância (“centralidade”) da cidade no contexto da região. Além do mais, sua escola técnica e principalmente sua universidade apresentavam-se como mais uma ou simplesmente a única – para aqueles que não tinham condições de custear estudos na capital – oportunidade de ingresso no ensino técnico e universitário.

Um conjunto de indicadores das condições de vida da população *feirense* mostra o quão desigual tem sido a distribuição dos resultados de seu crescimento econômico desde os anos 70 (vide Tabela 5.13). Resta o “consolo” de saber que, embora ostentando indicadores sociais ainda adversos, Feira de Santana tenha passado por transformações que a deixaram, digamos, “menos pior” do que outras cidades periféricas do país e comparativamente aos indicadores médios da Bahia.

A inserção de Feira no processo de integração produtiva não foi acompanhado de uma inserção social positiva no espaço nacional. Os indicadores das condições de vida, publicados pelo IPEA no “Atlas do Desenvolvimento Humano”, mostram desempenho social inferior a média nacional em quase todos os itens. As exceções, ficam por conta do “percentual de crianças que trabalham” e do “grau de desigualdade”. Mesmo assim, no item “grau de desigualdade na população com renda insuficiente”, Feira possui indicador 12,5% maior do que o do país, apesar de corresponder a apenas 62% do indicador estadual.

No período pós-1970, cresceram os elos comerciais, produtivos e culturais de Feira com Salvador e sua região metropolitana, simultaneamente com a polarização que exercia perante os municípios de sua MRH ou RE. Nos anos 90, cresceram os fluxos de mercadorias, serviços, dinheiro e pessoas entre estas duas regiões, Feira e RMS. A seguir, analisarei a formação do aglomerado não metropolitano de Feira de Santana e a centralidade deste município ante os efeitos da atração exercida pela RMS ao longo dos anos 80 e 90.

2. Centralidade Regional, Aglomeração Urbana Não Metropolitana e Integração Metropolitana

Desde os anos 70, Feira de Santana vem estreitando seus elos comerciais e produtivos com a RMS e com suas cidades vizinhas, assumindo papéis complementares e desiguais em sua relação sócio-econômica com esses espaços. A partir dos anos 80, cresceram ainda mais as atividades terciárias, com o capital agromercantil submetido a lógica dominante dos processos de **integração produtiva** e de **desconcentração econômica**, agora tendo como pano de fundo os cenários da crise econômica brasileira e, simultaneamente, o cenário da inserção crescente da periferia nordestina e do desempenho da economia baiana, no contexto nacional. Inaugurada como “Nova República”, a nova era econômica e política pós-1985 traria limites cruciais para o crescimento periférico, na medida em que o Estado deixava de exercer suas políticas de desconcentração regional, induzindo novos comportamentos empresariais, tanto no tocante aos aspectos produtivos quanto administrativos, organizacionais, financeiros e institucionais.

Em Feira de Santana, a realização da produção, oriunda de distintos espaços urbanos e regionais, tem transformado seu próprio espaço urbano e esta interação, redirecionando formas de organização da produção nas suas respectivas origens. Por outro lado, malgrado sua baixa vitalidade financeira, a economia *feirense* vem possibilitando a realização da produção e polarizado os sistemas de comercialização de bens e serviços extra-regionais. Entretanto, esta amplitude regional submete sua economia às crises setoriais oriundas tanto da conjuntura industrial do país, quanto das secas que afetam a região do semi-árido, em que está inserida, ou mesmo das crises de realização das economias locais que integram a região.

A progressiva integração da economia municipal à economia nacional, dentro do movimento de **desconcentração econômica** contribuiu para reforçar a característica central de Feira: passagem obrigatória de pessoas e dos fluxos mercantis e de dinheiro. Entretanto, antes que houvesse plena integração entre agropecuária e indústria local ou subregional, a partir dos anos 70 foram estabelecidos laços de interdependência entre a indústria local e a nacional, alterando os níveis em que eram estabelecidas as relações intersetoriais no âmbito do município. Aqui com muito mais intensidade, dada sua histórica posição de centro regional ou subregional.

Desde 1970, o processo acelerado de industrialização criou **descompasso entre o crescimento da capacidade produtiva e o crescimento das necessidades urbanas e rurais**, particularmente no que se refere à melhoria das condições de vida de sua população. **Os efeitos do processo de integração econômica se fariam sentir na modernização dos equipamentos urbanos públicos, comerciais e de serviços que, contudo, também não se manifestavam de forma espacialmente desconcentrada**¹⁷.

Observou-se, no caso de Feira de Santana e sua região de influência, certa **debilidade dos efeitos interiorizados do processo de desconcentração econômica**, na medida em que a “modernização conservadora” conduzida pelo Estado, em todos os níveis, não conseguia (na verdade não pretendia, graças aos pactos estabelecidos entre elites dirigentes em todos os estados brasileiros) romper com a tradição e manutenção de “velhas” estruturas, alicerçadas pelo interior do país, **reduzindo ou anulando a transmissão dos efeitos dessa desconcentração econômica** nos espaços imediatamente vizinhos.

Mesmo assim, o processo de industrialização e a manutenção das funções da sede *feirense* como pólo regional provocaram a acelerada substituição de terrenos, antes ocupados pela agricultura, por atividades urbanas produtivas em um raio mais amplo do que o do próprio município, alterando funções urbanas e rurais de municípios vizinhos, como Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão e outros. Este movimento fez elevar os preços das terras situadas nas áreas de expansão urbana e próximas à malha rodoviária. A especulação imobiliária rural e urbana atraiu para as proximidades de Feira uma produção diversificada de hortifrutigranjeiros, carnes, leite, aves e ovos, muitas delas com a utilização de tecnologias modernas, integradas à transformação industrial. Ao mesmo tempo, parte da pecuária capitalizada passava a confinar seu gado em fazendas localizadas em outros municípios da região, com produtividade superior na produção de carne, leite e subprodutos. Todavia, no meio

¹⁷ - Isto, aliás, era comum na maioria das cidades e áreas metropolitanas do país. O resultado seria a deterioração das condições de vida tanto nas metrópoles, como Salvador, quanto nas cidades onde se concentraram partes consideráveis dos investimentos industriais (como Camaçari, Simões Filho, São Francisco do Conde, Feira de Santana e outras), com um consequente esvaziamento das funções urbanas de cidades localizadas em suas periferias imediatas.

destas “ilhas de produtividade”, persiste um “oceano” cheio de estagnação e miséria rural, aliados à precarização e empobrecimento das periferias urbanas.

O crescimento econômico do município e a nova dinâmica imposta pela industrialização, nas atividades terciárias e na administração pública, provocaram crescente distanciamento entre o desempenho econômico deste centro regional e o das cidades vizinhas, no que tange aos volumes e à diversificação das atividades comerciais, agropecuárias e de serviços pessoais e de apoio à produção. A “polarização” ou “centralidade” de Feira de Santana evidenciada não somente pelos fluxos de população, atraia principalmente investimentos produtivos, parte do comércio e dos serviços, trabalhadores e dinheiro, que partiam de municípios de sua região de influência, implicando crescimento das disparidades intermunicipais. O mesmo aconteceu com relação ao aspecto da infra-estrutura urbana e da oferta de serviços públicos, como saúde, educação, saneamento básico, habitação, transporte, etc.

Muitos escritos acerca da centralidade de Feira reconhecem estas disparidades mas tomam-nas como dadas, desdenhando o processo histórico imanente a estas realidades sócio-econômicas. Em geral, a história da cidade é contada através da descrição dos fatos cronologicamente arrumados, sem a preocupação da busca radical dos nexos, que determinaram seu desenvolvimento urbano. E, neste sentido, o fenômeno de sua centralidade passou a ser explicado a partir de certa “força gravitacional”, quase natural (!), que atraia movimentos agromercantis e industriais para esta localidade.

Uma medida do grau de concentração de serviços e da centralidade de Feira de Santana foi mostrada na pesquisa coordenada por MELLO E SILVA (1985). Neste trabalho, os pesquisadores utilizaram um modelo de interação espacial e de organização regional, adaptado do modelo de centralidade de Christaller,

“... calculando a relação do setor terciário da localidade com a população da localidade e a do terciário da região com a população da região” (MELLO E SILVA, 1985:47)¹⁸

¹⁸- Vide capítulo I, seção 2, onde faço uma crítica sucinta aos modelos de centralidades locacionais e o de Christaller é um dos principais exemplos.

Com o “modelo potencial”, introduzido no estudo, partiram do pressuposto que

“quanto mais fácil o acesso de uma cidade para outras cidades, tanto mais interação podemos esperar, (...) a interação espacial é maior quando mais pessoas vivem a pequena distância do lugar estudado.” (*Idem*, p.52)

Essa distância entre cidades foi ponderada, de acordo com as características das estradas. Além disto, foi considerada a população de cada lugar, **ponderada pelo valor das vendas do comércio varejista**.

“porque esta ponderação agrega um expressivo indicador de caráter econômico nas relações entre os centros urbanos.” (*Ibidem, ibidem*)

A dimensão da economia *feirense* seria, de acordo com o modelo, traduzida numa rede de localidades centrais, na qual Feira de Santana polarizaria outras 74 cidades (22% das cidades baianas). O subsistema Urbano-Regional de Feira de Santana abarcaria, para além das cidades da MRH e da RE Paraguaçu, outras localizadas em regiões bem distantes, como Jacobina, Irecê, Seabra e Xique-Xique (a lista completa das cidades está descrita em MELLO E SILVA, 1985:350). O **limiar**, dessa centralidade estaria determinado pelo mercado mínimo, “capaz de assegurar a produção de um bem ou serviço”. Por outro lado, o **alcance**

“... corresponderia a maior distância que os consumidores se dispõem a percorrer objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço. Seria a demanda vista espacialmente.” (*Idem*, p.139).

Examinemos mais de perto o que fazem os pesquisadores. Uma vez verificada a existência e a frequência das (102) **funções centrais** (ou seja, funções comerciais, administrativas e de serviços diversos, inclusive transporte) em cada uma das 75 cidades que compõem o subsistema urbano-regional de Feira de Santana, verificou-se a existência da oferta (como em Jean Baptiste Say, neste caso, toda oferta cria sua própria demanda...) e depois procedeu-se à classificação pelo número de ocorrências. Realizados os testes de correlação, chegou-se a hierarquia dos centros urbanos, onde Feira de Santana desponta como o centro de 1ª ordem, com 92 funções, seguido pelos dois de 2ª ordem: Jacobina e Irecê, respectivamente com 64 e 55 funções (*Ibidem*, p.157-9). Outro grupo, de 3ª ordem, composto por cidades como Serrinha,

Xique-Xique, Tucano, Morro do Chapéu e Seabra, entre outras, era apresentado. Mais dois outros centros de 4ª e 5ª ordens, mostravam os “tentáculos” da economia (terciária) *feirense* estendidos até as fronteiras do estado.

Com os pressupostos adotados, o conjunto de atividades do centro de primeira ordem, Feira, poderia justificar o maior ou menor sucesso de qualquer cidade da rede, sob os auspícios do jogo livre da concorrência! Na verdade, a idéia descritiva predominante é que as cidades centrais, como Feira, constituem nódulos de uma grande rede de cidades, que interagem conduzidas por uma “mão invisível” otimizadora, que leva os centros mais importantes a se tornarem hierarquicamente (tautologicamente) superiores¹⁹.

A abstração das relações urbano-rurais, em favor da primazia da cidade – entendida, no modelo, por suas funções comerciais, administrativas, etc – sobre as relações sociais e produtivas **que determinam a fixação de atividades e de pessoas no ambiente urbano e rural**, tende a comprometer a análise do desenvolvimento de um **sítio específico de reprodução do capital**, localizado na cidade, no município, na região de Feira de Santana. Abstrai-se a heterogeneidade da composição social e da diferença de riquezas, assim como as vicissitudes das diversas formações históricas envolvidas no processo. No limite, justificam-se situações específicas de cada cidade com uma hierarquia espacial **resultante** (no caso, principalmente da ação do capital mercantil), esquecendo-se a investigação não menos importante de sua **causa** (porque a predominância do capital produtivo, industrial, manteve e transformou essa hierarquia).

Um levantamento puro e simples das características econômicas e sociais das localidades que compõem a região de influência de Feira de Santana, apesar de fundamental, não é suficiente para justificar nem a polarização desta cidade, nem tampouco o grau de desigualdade ou as crises que perpassam sua trajetória histórica. Neste sentido, o recente diagnóstico

¹⁹- Trabalho semelhante, porém mais abrangente, foi realizado posteriormente pelo IBGE. O REGIC (Rede de Influência das Cidades, 1993) mostra os diversos graus de hierarquia e interação espacial entre as cidades brasileiras, de acordo com os dados censitários de 1991. Em termos de interações espaciais, de acordo com o REGIC, para além da “**muito forte**” integração subordinada ao espaço metropolitano de Salvador, o aglomerado urbano de Feira de Santana mantém influência, “**forte**” sobre Alagoinhas e Jacobina, “**média**” sobre Itaberaba, Serrinha, Irecê, Cruz das Almas, Valença e Conceição do Coité e de “**fraca**” a “**muito fraca**” sobre um conjunto de 140 cidades em vários quadrantes do território baiano, atingindo inclusive cidades do estado de Sergipe.

produzido pela SICM e pelo IPA/UNIFACS²⁰, sobre o município avança relativamente à pesquisa coordenada por MELLO E SILVA, ao fazer levantamento estatístico contextualizado no âmbito das Regiões Econômicas mais próximas. Nesse trabalho, a “centralidade” feirense alcança

“(...) grosso modo, (...) um espaço contínuo de 99.538 Km², abrangendo as regiões do Recôncavo, Paraguaçu e Nordeste da Bahia, com uma população de 2,9 milhões de habitantes em 1991 (25% do total estadual), respondendo o município por cerca de 14% da população dessas três áreas, que consagram um total de 121 municípios e respondem por 17,7% do território baiano.” (BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, 1998:12)

Sem utilizar os complexos cálculos do modelo de Christaller, o citado diagnóstico arrola um conjunto de informações e tenta estabelecer relações entre Feira e tais Regiões Econômicas. Mantém-se, todavia, o “pecado original”, ao não se estabelecer nexos históricos do seu desenvolvimento próprio com os fatores que sobredeterminaram as desigualdades sócio-econômicas interregionais no país e, nos espaços subregionais, entre os municípios e cidades.

A dissertação de FREITAS (1998) busca explicações para o processo de urbanização na recente industrialização. Todavia, sua análise do modelo urbanístico do CIS e de Feira de Santana e do modelo de zoneamento urbano, enfatiza aspectos da localização do *sítio* (lugar de implantação da cidade) e da evolução urbana (isto é, o surgimento das ruas, dos bairros, dos vetores territoriais de expansão, de população de bairros/distritos, etc.). A autora constata que a indústria foi fator fundamental para a atração de migrantes, mas não de absorção de mão-de-obra e isto foi importante para o entendimento dos principais impactos sobre a urbanização da sede municipal. Ainda que tenha enveredado pela análise da evolução das atividades industriais, comerciais e de serviços, no período de 1950 a 1985, e que tenha realizado entrevistas com diretores de empresas industriais e de outros setores, 12 secretários de governo municipal, sistematizando opiniões, sem muito rigor estatístico, seu trabalho precisa ser aprofundado numa etapa posterior, como parte de uma agenda de pesquisa mais ampla.

²⁰. Ver BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. (1998) **Diagnóstico de Municípios. Feira de Santana**. Salvador, SICM/Programa de Desenvolvimento Municipal; IPA/UNIFACS; CIS. Série Desenvolvimento Regional, nº 90. Mimeo. 2 vol.

Mesmo não sendo uma capital estadual, Feira de Santana é reconhecida como uma importante cidade regional que se destaca como entreposto comercial pela sua localização estratégica, à margem da BR-116, “portal” do Aglomerado Urbano Metropolitano de Salvador e centro articulador dos fluxos do Centro-Sul em direção ao Nordeste do Brasil (e vice-versa). Aliás, do ponto de vista dos fluxos comerciais, financeiros e produtivos, tem havido uma crescente integração econômica desta cidade com o espaço metropolitano – o que, segundo alguns autores, estaria configurando uma possível “Macrorregião de Salvador”²¹, sem que isto tenha significado formas de urbanização integrada àquele espaço.

Se, de um lado, cresciam as atividades comerciais e de serviços, implicando maior distanciamento entre seu tamanho e o das cidades intermediárias de sua área de influência, por outro, Feira de Santana veria reforçados os fluxos de passageiros e de mercadorias que por ela passavam, dada a maior atratividade da RMS. Aliás,

“(…) a grande maioria dos ônibus que passam pela rodoviária de Feira têm origem ou destino em Salvador e o fluxo de viagens entre as duas cidades é quase 15 vezes maior do que o fluxo de Feira com qualquer outra cidade mais próxima e localizada fora da macrorregião” (SEI, 1995).²²

Não é sem razão que, no sentido Feira/Salvador, vem se consolidando um “corredor” não só de indústrias vinculadas ao Centro Industrial do Subaé mas também de empresas de serviços, instituições e investimentos agroindustriais de alta produtividade, estabelecendo relações de complementaridade entre Feira e o agregado urbano metropolitano de Salvador.

²¹ - “(...) Feira de Santana se coloca como uma das principais áreas integrantes do sistema urbano de Salvador, fazendo parte de sua região imediata, de forma até mais significativa, teoricamente, do que áreas mais próximas de Salvador mas com menor inter-relação. Pode-se falar, neste caso, de um relevante espaço “perimetropolitano”, isto é, de um espaço imediato à metrópole, ou simplesmente, admitir que Feira de Santana esteja totalmente integrada à metrópole, mesmo sem uma contiguidade espacial, mais típica de espaços metropolitanos (...)” (SEI, 1995:233, grifos meus).

²² - O conceito (em construção) de Macrorregião de Salvador, utilizado pela SEI (1995), abrange limites ainda indefinidos pelos autores, porém tão amplos que alcançam cidades localizadas há mais de 100 Km de distância do núcleo (Salvador) ou do bi-pólo Salvador-Feira, como Valença e Santo Antonio de Jesus, ao Sul, Serrinha, ao Nordeste, Alagoinhas ao Norte e até cidades da Chapada Diamantina, ao Oeste.

Há, entretanto, uma grande distância entre a capacidade de oferta de serviços financeiros, de infra-estrutura produtiva e de equipamentos urbanos concentrados em Salvador, que oferece vantagens sistêmicas à aglomeração de capitais modernos em seu espaço metropolitano, e a capacidade dos demais municípios do estado – inclusive Feira de Santana e sua região de influência.

Sem menosprezar as fortes relações econômicas que interagem nestes espaços territoriais, também considero Feira de Santana um espaço de aglomeração urbana que atrai fluxos de um pequeno grupo de cidades em sua vizinhança imediata, uma das quais em conurbação (caso de São Gonçalo dos Campos) em contraposição ao outro espaço de concentração urbana metropolitana – o da RMS. Quero dizer que, apesar de sua cada vez mais forte vinculação com a economia metropolitana, Feira de Santana também possui uma lógica característica, própria, que a mantém como centro aglutinador, agregando população e fluxos econômicos numa rede urbana importante no contexto estadual e nordestino.

Utilizo aqui o conceito de Aglomerado Urbano Não Metropolitano de Feira de Santana (AUFS), correspondente ao conjunto das cidades de Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos, além da própria cidade de Feira. Este conceito, desenvolvido originalmente numa pesquisa ainda inédita²³, toma como parâmetros básicos: a) distância rodoviária menor do que 50 Km entre o núcleo (Feira) e a cidade considerada; b) densidade demográfica superior a 60 habitantes por Km²; e c) PEA urbana superior a 60%. As cidades de Irará e Santo Estêvão, em que pese seus fortes vínculos econômicos com Feira, deixaram de participar dessa classificação por não satisfazerem este último requisito.

Desta forma o AUFS constitui a maior concentração de população urbana em espaços não metropolitanos do Nordeste, com uma população urbana de 541,5 mil habitantes, que vem crescendo a taxas anuais de 2,8%, no período 1980-1991, e de 1,9% entre 1991 e 1996. A concentração da oferta de serviços e equipamentos públicos e de atividades econômicas mais relevantes no espaço microrregional ou da RE Paraguaçu, vem mantendo o crescimento do

²³ - Convênio UNICAMP/IE/NESUR e IPEA, Projeto de Pesquisa “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”

núcleo do AUFS com taxas superiores às da sua periferia. Todavia, se forem mantidas as tendências observadas nas cidades brasileiras de mesmo porte, haverá redução do ritmo de crescimento no núcleo em favor da periferia do AUFS, repetindo, em menor escala, o que ocorre no espaço metropolitano.

A PEA deste aglomerado é essencialmente urbana, alocada em atividades industriais, prestação de serviços, comércio de mercadorias e atividades administrativas, que estão concentradas em Feira de Santana, em função, naturalmente, de sua condição de entreposto comercial naquela região. A PEA industrial é maior no núcleo, mas sua participação é relativamente maior nas demais cidades: corresponde a 21,7% da PEA municipal feirense, enquanto em Amélia Rodrigues, representa 28,6%, e em Conceição da Feira, 33% da PEA total. Na periferia, entretanto, a PEA agropecuária ainda era expressiva, em 1991: enquanto em Feira representava apenas 10% do total, em São Gonçalo, chegava a 32% e nos demais municípios não menos do que 21% da PEA total.

Ainda se salienta a fraca representatividade da PEA terciária nas cidades menores, particularmente no que se refere ao comércio de mercadorias, nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e Amélia Rodrigues. Neste, a PEA comercial correspondia 9% e a de prestação de serviços a 18% da PEA total do município.

Esta rede de cidades que conforma o AUFS, neste sentido, possui um “reservatório” de mão-de-obra, que pode ser alocada em atividades rurais ou urbanas no âmbito destas e de outras cidades e municípios próximos. Assim, as atividades pouco exigentes em padrões de qualificação, têm à disposição uma mão-de-obra farta, barata e pouco organizada – garantia de custos reduzidos, pelo menos no que tange ao “fator” trabalho.

Ao contrário do que acontece com Salvador e sua RMS, Feira divide com sua periferia o papel de cidade-dormitório²⁴, já que é no núcleo que estão as principais e mais modernas atividades industriais e terciárias. A função de dormitório que Salvador exerce, em relação à

²⁴- Como se sabe, as atividades industriais desenvolvidas em Camaçari, Simões Filho, Candeias e São Francisco do Conde têm como “dormitório” de sua mão-de-obra a cidade de Salvador. No caso de FS, não ocorre o mesmo, exceto em casos específicos, no que se refere a alguns estratos mais qualificados de sua força de trabalho.

Camaçari e outras cidades da RMS, não se verifica quando se trata de sua relação com Feira de Santana. A distância entre as duas cidades funciona como uma barreira, dificultando (não impedindo, porém) os deslocamentos de mão-de-obra²⁵. Para além, da distância entre Salvador e Feira, o próprio crescimento e diversificação da economia local vem contribuindo para a fixação dessa mão-de-obra no AUFS.

São intensos os fluxos de pessoas que residindo em uma destas cidades trabalham em outra, ou de pessoas que mantêm vínculos de diversas naturezas em mais de uma destas cidades. Os fluxos de maior frequência, contudo, ocorrem no sentido periferia-núcleo, tendo suscitado transformações no sistema de transportes de passageiros e mercadorias entre estas cidades, inclusive informais, à margem dos controles fiscais do estado e dos municípios.

O reconhecimento oficial dessa aglomeração, para fins de planejamento estratégico e ação conjunta entre prefeituras e governos estadual²⁶ e federal, ainda não aconteceu, apesar das evidências. As poucas iniciativas neste sentido, ficam no âmbito das “boas intenções” dos governantes e políticos em momentos de campanha eleitoral, logo esquecidas no dia a dia, dadas as limitações das finanças municipais e/ou as divergências político partidárias que afastam as comunidades do debate mais amplo.

A conurbação Feira – São Gonçalo dos Campos, apesar de visível (tanto pela ocupação residencial e industrial às margens da rodovia pavimentada que as interliga, quanto pelos diversos caminhos, ruas e pequenas estradas alternativos), não tem merecido maiores atenções por parte dos governos locais, envolvidos que estão com suas próprias dificuldades orçamentárias e fiscais.

²⁵ - Algumas poucas categorias de profissionais e executivos residem em Salvador e deslocam-se diariamente para Feira, como por exemplo grande contingente de professores da UEFS. Mas, também há um número equivalente de profissionais que fazem o percurso inverso ou no sentido Feira-Camaçari/São Francisco do Conde/Candeias.

²⁶ - Com a transferência, em 1983, da autarquia CIS, para a esfera do governo estadual, foi ampliada a abrangência do Centro Industrial do Subaé, incorporando áreas, para além do núcleo piloto do Tomba e BR-324, localizadas às margens da BR-101 e 324, localizadas nos municípios de Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos. Ampliava-se assim, o espectro de oportunidades para a indústria incentivada, ao tempo em que se criavam as bases para a fixação de uma economia industrial mais solidária entre os municípios do AUFS. Mas, apesar disto, não se tem notícia de ações integradas entre prefeituras e governo estadual, no sentido de estabelecer políticas urbanas e regionais conjuntas.

3. Feira de Santana: Poder Local, Impasses e Perspectivas

O debilitamento do Estado nacional e as mudanças tecnológicas, financeiras e estruturais, dos últimos anos, contiveram o processo de desconcentração industrial iniciado nos anos 70. A quase ausência de políticas compensatórias, por sua vez, tem aumentado a tendência à desestruturação das economias da periferia nacional.

Desde os anos 80, a política de estabilização dos preços esteve colocada como imperativo para os sucessivos governos, em contraposição às de crescimento econômico. Os ajustes macroeconômicos têm significado redução de despesas e de investimentos públicos, com fortes repercussões regionais, pela transferência de receitas tributárias, de custos e de serviços, para a órbita estadual/municipal, antes a cargo da esfera federal. Por outro lado, a redução da demanda interna, via recessão e políticas de renda restritivas, tem proporcionado efeitos setoriais e regionais diferenciados. Desde então, os planos de estabilização têm exigido rígido controle do crédito sobre os bancos estaduais e regionais, que historicamente atuavam como agências repassadoras de créditos às atividades produtivas e como mecanismos de financiamento dos déficits públicos locais.

A redução ou eliminação de preços administrados ou de subsídios, materializada pela liberação de preços de combustíveis e de tarifas públicas, privatização de empresas públicas, terceirização, etc, tem implicado aumento da desigualdade nos custos de produção de atividades econômicas, encarecendo ainda mais os custos de transporte e de localização nas regiões mais afastadas dos centros desenvolvidos, provocando impactos tanto sobre as empresas quanto sobre a renda real das populações dessas regiões.

As empresas cujas vantagens competitivas residiam em tais benefícios estão fechando seus estabelecimentos, reforçando plantas em locais relativamente mais beneficiados (ou menos prejudicados) e/ou abrindo novas unidades aonde são oferecidas maiores vantagens fiscais e creditícias (quando não ocorrem doações públicas de terrenos ou empréstimos subsidiados com dinheiro público). Neste contexto, liquidou-se a possibilidade de se continuar

desenhando planos e programas nacionais e regionais, embasados em subsídios que compensem diferenciação de custos e produtividade. Agora, cada região e cada município precisam procurar transformar seus níveis de eficiência sistêmica e tornar-se internacionalmente competitivo.

Ora, a flexibilidade criada pelas novas tecnologias vem exigindo concentração de grandes capitais, pesados gastos privados e governamentais em P & D, *networks* produtivas e tecnológicas, integração dos grandes centros de pesquisa e ensino, etc. Num país de dimensões continentais e de elevada heterogeneidade estrutural como o Brasil, buscar eficiência sistêmica local nestes moldes, sem políticas compensatórias explícitas é praticamente impossível. Seriam necessários gastos públicos em infra-estrutura (energia, transportes, sistemas portuários, de armazenagem, de abastecimento de água, saneamento, projetos de irrigação, complexos turísticos, etc.), incentivos fiscais e financeiros, focalizados em áreas e setores selecionados (*clusters* regionais ou setoriais), empréstimos favorecidos em termos de prazos, juros, garantias e controles diretos.

A ênfase na “especialização” local e regional, na busca de nichos de mercado tem estimulado a redução dos laços de solidariedade econômica intra-regionais e nacionais e, com isso, o **descompromisso do Governo Federal, que abandona a região, o Estado ou o município à sua própria sorte.** Aqueles que conseguem criar vantagens competitivas têm chances de sobrevivência por algum tempo, enquanto os menos favorecidos por condições naturais ou sistêmicas (a grande maioria do país), certamente não conseguirão “revelar” suas vantagens e se distanciarão do “mundo moderno” (neo)liberal.

De uma economia cujo desenvolvimento centrava-se na ação política do Estado – que administrava preços, e regulamentava as atividades privadas – passou-se, rapidamente, para um ambiente “concorrencial”, determinado por regras operativas do mercado, com crescente desregulamentação estatal. Este processo vem resultando ajustamentos assimétricos na matriz industrial brasileira, repercutindo, particularmente, de forma desigual na configuração espacial entre as regiões que compõem o território nacional.

O aprofundamento das políticas liberais implantadas nos últimos anos tem se mostrado incompatível com as necessidades de crescimento da economia e para a melhoria das condições

O aqodamento das políticas liberais implantadas nos últimos anos tem se mostrado incompatível com as necessidades de crescimento da economia e para a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira. Alterou-se radicalmente o antigo Estado do Bem Estar, emergindo em primeiro plano a **eficiência**, e relegando à plano inferior a **equidade**! E isto nada tem de "neutro", em termos de formulação e execução das políticas públicas, principalmente num país marcado por tantas desigualdades econômicas e sociais.

Por outro lado, os adeptos e arautos do poder local parecem esquecer que as políticas cambial, monetária, fiscal e de taxa de juros, também alteram os perfis das dívidas públicas estaduais e municipais, engessando a arrecadação, face as políticas em geral recessivas, que limitam a iniciativa dos poderes locais, que pouco ou nada podem fazer acerca desse mister.

Feira de Santana é o município baiano que arrecada o terceiro maior volume de IPTU e de ISS do estado (respectivamente, 3,4% e 3,2% dos totais estaduais)²⁷. Como o terceiro maior município em receitas próprias, Feira é o quarto maior em receitas de transferências (em 1995, recebeu apenas 2,1% das transferências totais do estado – da União, estado e de outras transferências), muito abaixo de Salvador (13%), Camaçari (4,5%) e São Francisco do Conde (3,1%).

A segunda cidade baiana e a segunda aglomeração urbana não metropolitana do Nordeste, apesar da quarta receita orçamentária municipal do estado, não consegue dispor de recursos para o atendimento das diversas demandas produtivas e sociais do município. Sem fugir à regra geral, Feira dispõe de recursos próprios diminutos para investir em "capital social básico". Sua receita total *per capita*, em 1997, foi de R\$111,89, dos quais R\$87,09 de transferências correntes, enquanto suas despesas *per capita* atingiram R\$136,44, onde apenas a folha de pagamento de pessoal representava 56% do total dos gastos (aproximadamente R\$76,43 *per capita*), restando pouco menos de 10% para despesas de capital (ver Tabelas 5.14 e 5.15).

²⁷- Salvador arrecada 70% e 62%, respectivamente, do IPTU e ISS baianos, enquanto Camaçari arrecada 5,8% e 6,6% (dados relativos ao ano de 1995, segundo a SEI e a SEFAZ).

Tabela 5.14

Feira de Santana: Receita *Per capita* da Prefeitura . (1996-1997)

(Em R\$1,00 Correntes por Habitante)

Tipo de Receita	1996	1997
Receita Total	116,10	111,89
Receita Tributária	18,59	18,46
IPTU	6,08	4,59
ISS	10,91	12,19
Contribuição Social	45	47
Patrimonial	1,20	72
Transferências Correntes	82,78	87,09
Fundo de Participação dos Municípios	20,88	23,12
IPI	1,73	2,51
ICMS	48,62	46,86
IPVA	3,84	4,15
SUS	4,07	4,97
Transferência de Convênios	3,30	4,84
Outras Receitas Correntes	1,64	2,12
Transf. de Capital e Operações de Crédito	11,45	3,02

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana; Apud CTC/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

Tabela 5.15

Feira de Santana: Despesas *Per capita*, Segundo as Categorias Econômicas da Prefeitura (1993-1997)

(Em R\$1,00 correntes por Habitante)

Despesa	1996	1997
Total Geral	126,14	136,44
Despesas Correntes	124,51	126,62
Pessoal e Encargos Sociais	80,44	76,43
Juros e Encargos da Dívida Interna	7,75	3,05
Outras Despesas Correntes	36,32	47,14
Despesas de Capital	4,26	9,82
Investimentos	3,21	1,68
Amortização da Dívida	1,05	7,63
Inversões Financeiras	0,00	0,51

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Apud CTC/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998

Um exame dos balanços da Fazenda Municipal mostra o baixo potencial fiscal do município. A limitada capacidade de arrecadação própria (conforme se vê na Tabela 5.16), mantém crescentes as dificuldades para o atendimento das demandas sociais, assim como para incentivar a expansão das atividades econômicas. A participação das receitas tributárias e patrimoniais na receita total é bastante pequena e há forte dependência do município com relação às transferências correntes (da União, Estado da Bahia e de convênios) que oscilam de 73%, em 1993, para 78% das receitas totais, em 1997.

Tabela 5.16

Feira de Santana: Estrutura das Receitas Totais Correntes e de Capital da Prefeitura (1993-1997)

(Em %)

Tipo de Receita	1993	1994	1995	1996	1997
Receita Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receita Tributária	9,9	14	18,9	16,0	16,5
IPTU	3,5	7,7	5,5	5,2	4,1
ISS	4,5	5,5	10,0	9,4	10,9
Contribuição Social	1,0	-	0,4	0,4	0,4
Patrimonial	4,9	0,5	0,6	1,0	0,6
Transferências Correntes	72,8	75,5	77,8	71,3	77,8
Fundo de Partic. dos Municípios	9,8	8,9	20,8	18,0	20,7
IPI	1,8	1,8	1,6	1,5	2,2
ICMS	47,2	55,9	47,4	41,9	41,9
IPVA	1,4	3,5	3,1	3,3	3,7
SUS	0,8	3,3	3,8	3,5	4,4
Transferência de Convênios	10,9	1,5	0	2,8	4,3
Outras Receitas Correntes	1,6	1,0	2,4	1,4	1,9
Transf. de Capital e Oper. de Crédito	9,8	8,9	-	9,9	2,7

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana; Apud CTC/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

O acréscimo na participação dos diversos itens das receitas próprias tributárias, poderia denotar uma redução da dependência das transferências. Entretanto, mais de 41% de sua receita provém das transferências do ICMS e outros 20% são originários do fundo de participação dos municípios. Esta dependência reduz os horizontes do planejamento municipal e mantém a administração municipal à mercê dos atrasos e humores dos governos do estado. Aumenta a necessidade de estabelecer-se gestões com os governos federal, estadual e dos municípios vizinhos, no sentido de se promover adequação dos sistemas tributários locais, dos procedimentos

de fiscalização, das normas de arrecadação, de se uniformizar alíquotas, etc, visando reduzir os malefícios da “guerra fiscal”, assim como a repartição das despesas.

Mesmo assim, em virtude da incapacidade de promover mudanças estruturais nas suas finanças públicas, já que isto depende de uma reforma fiscal de âmbito nacional, o poder local depara-se com um relativo *engessamento* de sua capacidade de aplicar escassos recursos. O fato de estar convivendo com essa adversidade econômica e social torna imperativa a busca e a definição de estratégias de desenvolvimento sócio-econômico e de gestão pública, que possam atenuar as necessidades decorrentes do crescimento da população e das atividades econômicas.

Tabela 5.17

Feira de Santana: Estrutura das Despesas Segundo as Categorias
Econômicas da Prefeitura. (1993-1997)

Despesa	(Em %)				
	1993	1994	1995	1996	1997
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas Correntes	85,2	94,4	97,9	96,7	92,8
Pessoal e Encargos Sociais	39,5	82,1	56,6	62,5	56,0
Juros e Enc. da Dívida Interna	-	12,3	4,2	6,0	2,2
Outras Despesas Correntes	45,7	-	37,1	28,2	34,6
Despesas de Capital	14,8	4,6	2,1	3,3	7,2
Investimentos	13,6	3,9	1,5	2,5	1,2
Amortização da Dívida	0,4	0,5	0,7	0,8	5,6
Inversões Financeiras	0,7	0,1	-	0,0	0,4

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana. *Apud* CTC/CDL, Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

A leitura combinada das tabelas 5.14 a 5.17 com os indicadores sociais, da seção anterior, nos dá uma clara noção das dificuldades enfrentadas pelo município, para a redução da dívida social. A melhoria do desempenho social, para além da crucial questão fiscal, também depende da ação isolada ou conjunta de instituições ou empresas públicas (ou privatizadas) sob a responsabilidade dos governos estadual e federal ou de grupos econômicos extra-regionais (alguns internacionais). É o que acontece, por exemplo, com os serviços de água e esgotos ou de energia elétrica, de telecomunicações, pavimentação de estradas, serviços hospitalares e de educação superior e técnica, etc.

Esta situação fiscal de Feira, certamente se reproduz com maior dramaticidade nos diversos municípios que compõem sua região de influência. No AUFS, o tratamento dos problemas comuns exigiria maiores recursos do que os disponibilizados pelas receitas próprias.

As receitas oriundas das transferências estaduais - cujo peso maior recai sobre a quota-parte municipal do ICMS - embora relativamente declinante no conjunto das receitas do município, deverão constituir, por mais alguns anos, a principal fonte arrecadadora de Feira de Santana. Esta dependência torna-se perigosa, na medida em que as políticas neoliberais justificam o “salve-se quem puder” – isto é, a luta contra outros municípios – para atrair, a qualquer custo, grandes empresas, na tentativa de “revelar vocações locais” e tornar-se “vencedor”, conforme consta do seu receituário.

A ação coordenada de esforços entre prefeituras do AUFS, câmaras legislativas, sindicatos, representações da sociedade civil e de grandes empresas com unidades instaladas ou com intenções de investir na região, poderia ser uma saída para iniciar um processo de busca de **soluções inovadoras** que, dado o atual arranjo institucional, são impossíveis de serem alcançadas isoladamente. Um primeiro passo seria reconhecer que o AUFS precisa ter políticas concertadas, para a solução de problemas comuns a todos os municípios.

O sucesso de algumas experiências em “estratégias industriais locais” tem demonstrado a necessidade de um elevado grau de compromisso e confiança (num ambiente de competitividade e cooperação) entre os diversos agentes regionais (governos, empresas, sindicatos, universidade e outras instituições), visando o condicionamento e o comprometimento da comunidade com as estratégias traçadas de forma colegiada. Não cabem mais modelos autoritários de gestão urbana, como os vigentes no período recente, todavia, o descompromisso, a falta de solidariedade e a “guerra fiscal” não podem, no outro extremo, imperar, sob pena de destruir o “pacto federativo” e reduzir as chances de um desenvolvimento sustentado em bases mais sólidas²⁸.

²⁸ - A visão de longo prazo e a vontade política, acima das divergências político/partidárias, tem levado à construção de fóruns de discussão e deliberação adequados na experiência do ABC paulista. Trata-se de uma experiência à

Os problemas de Feira de Santana e das cidades que integram o AUFS exigem soluções que deverão ser procuradas e construídas em conjunto. Embora em Feira de Santana haja predominância de médias e pequenas empresas, a gestão política do crescimento econômico local não deve descuidar da manutenção e até atração dos grandes investidores. A parceria com o governo estadual, com sindicatos, empresas, universidades, organizações patronais, cooperativas, etc., deve ser estimulada. A existência de empresas ligadas a grandes grupos, cujo poder de decisão, na maioria dos casos, localiza-se fora do município e do Estado, é um fator que tende a dificultar o estabelecimento de estratégias conjuntas governo-empresas. Daí porque é essencial, para o desenvolvimento regional, uma ação mais efetiva da comunidade e do Estado, no sentido de democratizar os mecanismos de gestão municipais.

Compatibilizar competitividade e modernização com melhoria dos indicadores sociais parece ser o maior dos desafios. A inflexão do processo de desconcentração econômica e a crise fiscal do Estado brasileiro, mas principalmente a orientação da política econômica, deixaram à empresa privada a iniciativa de estabelecer as mais diversas barganhas com estados e municípios e, com isto, adiantar-se ao planejamento, levando o Estado à reboque de suas decisões.

Superar este momento, onde a **liberdade** (do capital) busca sua plenitude e a **fraternidade** e a **igualdade** são adiadas ou abandonadas, constitui o grande desafio político e econômico do final do milênio. Neste estreito campo de ação, a parceria e participação comunitária podem dar alguma sobrevida aos municípios. Feira de Santana ainda pode inserir-se de forma positiva, pelo menos do ponto de vista de sua reprodução econômica, no contexto das transformações atuais.

Sua localização, próxima aos mercados nordestino e metropolitano, pode viabilizar um *cluster* de investimentos na produção de bens de consumo final não duráveis. Há, na região de Feira um espaço geográfico ideal para a instalação de plantas de bens finais que pretendam atingir o mercado nordestino, concorrendo com nítidas vantagens de custos de transporte sobre as indústrias do Sudeste e Sul do país. Na hipótese de continuidade do crescimento da economia

ser adaptada e estudada por outras regiões do país, onde hajam conflitos e interesses comuns para serem equacionados.

nordestina e melhoria do perfil distributivo da renda, existe a possibilidade de implantação de empresas de um complexo agroalimentar. Isto porque a existência de um setor agropecuário consolidado na Bahia – com uma pecuária de corte e leite, frutas tropicais, soja, granjas avícolas, etc. – em regiões não muito distantes de Feira, contribui para potencializar vantagens comparativas para a implantação de um complexo deste tipo.

O desenvolvimento de um pólo agroalimentar no âmbito municipal e do AUFS poderia trazer uma onda modernizadora para a economia regional e potencializaria o desenvolvimento de um conjunto de setores direta e indiretamente relacionados, incentivando o desenvolvimento de pequenos capitais, integrados em redes produtivas, lideradas por empresas maiores, assim como alimentando e modernizando os segmentos da retaguarda agropecuária regional e baiana, além de viabilizar a expansão do terciário, via aumento da renda regional.

Penso que desta forma Feira e o AUFS poderão continuar “revelando” suas vantagens competitivas e ter, pelo menos, um paliativo para seus principais problemas urbanos, à espera de uma solução que transcenda seus próprios limites, no jogo político e econômico extra-regional, nacional e internacional. Mas esta é uma outra história...

A “guerra fiscal” aberta entre estados e municípios brasileiros e baianos, faz da Bahia um estado “vencedor”, num primeiro momento. Vários empreendimentos têm se instalado em todo o interior do estado e na RMS, em busca dos regimes e programas normais e especiais de crédito e subsídios. Há todo um jogo político determinando as decisões locacionais. As novas plantas (concretizadas ou ainda em intenção de investimento) em geral têm buscado outras localidades fora da RMS, como Itapetinga, Jequié, Alagoinhas e Ilhéus, com decisões locacionais “orientadas pelo mercado”, isto é, conduzidas pela “**mão visível**” dos governantes de plantão. Longe de obedecer à uma estratégia articulada de interiorização da indústria, instalam-se em busca de vantagens fiscais ofertadas no leilão da “guerra fiscal”, no qual o leiloeiro (o governo municipal, mas principalmente o estadual) decide quem vai “arrematar o lote”. Depois, a existência de mão-de-obra barata e desorganizada e localizações privilegiadas, do ponto de vista da proximidade dos mercados de insumos e de consumidores, são elementos considerados. Via

de regra, o impacto dos empreendimentos sobre o emprego e arrecadação locais pouco ou quase nada tem justificado tantos subsídios ou renúncias fiscais.

A falta de economias de aglomeração e o esgotamento, com o tempo, dos incentivos fiscais, deixa antever uma curta existência para grande parte desses novos investimentos, caso não sejam retomadas políticas públicas reestruturantes, de longo prazo, que articulem tais empreendimentos.

CONCLUSÃO

*"Brasil, anda com fé e gorgulho
a terra em que Maciste.
Criança, nunca verás
um Paris como este."*

[Caetano Veloso]

Não existe resposta geral que abranja todas as situações históricas, assim como não existe uma única forma de determinação dos fenômenos. Por isso, apoiei minha análise em uma aproximação, fundada historicamente na trama dos determinismos intermediários que conformam a espacialidade ou territorialidade *feirense*. Assim, a análise explicitada nos capítulos desta tese tentou levar em conta: a) a complexa trama de determinações de diversos tipos e de distinta ordem envolvidos; b) a articulação das categorias sociais e sua natureza espacial nacional, macrorregional, estadual e municipal; e c) o caráter histórico, particular, de tais articulações e, conseqüentemente, das conexões estabelecidas em cada espaço considerado.

Procurei analisar o desenvolvimento da **questão regional** tendo sempre em mente que as formas de regionalização utilizadas não podem ser tomadas como algo estático, dado ou universal. Apesar do objeto de estudo ter sido Feira de Santana (e por isso mesmo), não poderia deixar de considerar a dinâmica da **divisão territorial do trabalho**, reinante tanto no âmbito internacional, quanto nacional, nordestino ou baiano, que resulta numa certa alocação de atividades econômicas no município. Depois, não poderia deixar de examinar a evolução e organização do **subsistemas de produção e reprodução**, de como Feira esteve inserida nos circuitos do capital industrial e mercantil e daí inferir sobre sua importância no contexto baiano e nordestino. Da mesma forma, procurei investigar a situação específica das condições de vida de sua população, para poder extrair conclusões acerca dos problemas de distribuição da riqueza gerada ou em circulação nos estreitos limites do município e região. Ademais, pude verificar como ocorreu o **desenvolvimento desigual e combinado** das forças produtivas e das relações sociais de produção, assim como das condições diferenciadas de geração e apropriação do excedente econômico.

A sequência dos capítulos, partindo do geral (contexto internacional e nacional) para o particular (Feira de Santana), visou estabelecer conexão entre os processos de **articulação comercial**, de **integração produtiva** e de **desconcentração industrial** e suas manifestações territoriais, historicamente determinadas por relações sociais complexas e específicas, porque não seria possível atentarmos para as nuances da participação *feirense* sem examinarmos como estes processos se repetiam, se autoregulavam, como geravam condições para permanência de um movimento cíclico e, por conseguinte, de reprodução do referido processo em suas diversas escalas.

Vimos que as formas específicas de acumulação existentes na periferia capitalista brasileira, especificamente da nordestina, baiana e *feirense*, foram transformadas pelo ingresso de capitais forâneos, que interferiram tanto nas dinâmicas específicas da divisão técnica do trabalho quanto na divisão social inter-regional do trabalho. Essa dinâmica integradora concentrou investimentos em determinados setores produtivos, estados e cidades do Nordeste, voltados para a complementação da matriz produtiva nacional.

A economia brasileira, sob o comando do capital localizado em São Paulo, articulou estados e regiões, ajustou e consolidou estruturas econômicas regionais, tornando-as complementares e um pouco mais especializadas. Desde os anos 30, gradativamente foram construídos elos de solidariedade econômica, entre as (e dentro das) regiões. Inicialmente pelas correntes do comércio inter-regional, que exigiriam novos comprometimentos das regiões periféricas do país. Depois, através do movimento dos capitais produtivos que, uma vez instalados na periferia, promoveram o processo de integração produtiva.

O estado da Bahia, beneficiário de grande parte dos investimentos extra-regionais, foi o que teve o maior impulso industrializador da região Nordeste. A integração econômica da Bahia, resultou em modernização das atividades comerciais e de serviços que, também, **manifestou-se de forma concentrada**. A concentração de capitais em determinados espaços urbanos, a exemplo de Salvador, Camaçari e Feira de Santana, atraiu grandes contingentes populacionais, aumentando ainda mais as assimetrias sociais e econômicas entre os municípios, na medida em que o resultado econômico proporcionado pelos novos investimentos fora **especialmente**

concentrado, reduzindo o poder de transmissão dos efeitos da desconcentração econômica nos espaços imediatamente vizinhos àqueles municípios.

Mas os processos de desconcentração e integração passaram a viver momentos de inflexão nos anos 90. As plantas industriais nordestinas tiveram que passar por processos de reestruturação, adaptando-se aos novos parâmetros de competitividade internacional, concorrendo com produtos importados na disputa pelo mercado doméstico. A política regional, “coisa de um passado intervencionista”, passou a ser substituída pelos movimentos da iniciativa privada, agora guindada ao papel de “novo agente promotor do desenvolvimento regional” que, uma vez decidindo investir, tem colocado o Estado à reboque de suas decisões. E o Estado, preocupado em garantir o retorno privado para reforçar seu discurso liberal, banca a aposta privada, na esperança (vã, na maioria dos casos) de que impactos positivos no emprego e na arrecadação aconteçam.

A solidariedade entre as estruturas econômicas regionais e subregionais do país, construída nos processos de **integração produtiva** e de **desconcentração econômica**, está comprometida nos anos 90, dada a redução de políticas centrais de desenvolvimento. Esta situação tem impedido que ocorra uma expansão das atividades econômicas de forma espacialmente integrada. A busca de algum dinamismo interno, baseado em uma política regional de modernização competitiva, não só tem inflexionado ou reduzido os ritmos de crescimento econômico, como também tem conduzido estados e municípios às tensões que os conduzem ao aprofundamento da segregação espacial inter-regional e intra-urbana.

A economia brasileira permanece centrada e concentrada em São Paulo. Mas as especializações regionais, que antes eram articuladas por este centro, com a ação explícita ou difusa do Estado nacional, com vistas à conformação de um mercado nacional integrado produtivamente, agora passam a ser a base para o estabelecimento de **vínculos comerciais mais fortes com o comércio internacional**. O poder local – cultuado pelos adeptos do (neo) liberalismo, como panacéia para os males do centralismo federativo – não pode exercer políticas monetária ou cambial e têm pouca flexibilidade em matéria de política tributária. Por isso, têm se limitado às “guerras fiscais”. Há um estímulo crescente ao descompromisso dos Governos

federal e estaduais, que resulta em abandono de regiões, estados e municípios, à espera de que “revelem” suas vantagens competitivas para o mercado global.

A intensificação da “guerra fiscal” ficou mais dramática a partir de 1995, quando unidades da federação e municípios passaram a oferecer vantagens as mais diversas, para além daquelas oferecidas pela União (p.ex. reduções, créditos e/ou isenções fiscais, empréstimos a juros baixos, doações, etc) visando atrair investimentos de montadoras de veículos e de grandes empresas estrangeiras. É claro que este tipo de atitude autofágica de estados e municípios só tem aumentado a fragilidade de suas economias, que se tornam mais débeis, mais carentes de políticas regionais ativas.

Nesse contexto, o Nordeste vem reduzindo seu ritmo de crescimento, principalmente industrial. Perversamente, a crise dos anos 90, está proporcionando uma certa desconcentração econômica (“estatística”) intra-regional no Nordeste, ainda que em pequenas proporções (conforme visto no capítulo II). Isto porque caíram as taxas de crescimento, relativamente aos anos 70 e 80. Na divisão intra-regional do PIB, a Bahia e o Maranhão reduziram suas participações, enquanto outros estados, como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte aumentaram sua contribuição para o PIB nordestino. Em direção contrária, porém, o estado mais pobre da região, o Piauí, reduziu ainda mais sua participação no produto regional. Entregue à sua própria sorte, precisa aproveitar-se das suas vantagens comparativas e “revelar competitividade” sistêmica. Sem forças para vencer qualquer “guerra fiscal”, estado e municípios *piauienses* não conseguem atrair novos investimentos ou mesmo manter aqueles mais dinâmicos estando “condenados” à passar por um longo período de estagnação.

Decerto que, a partir de meados dos anos 90, tem ocorrido um movimento de ingresso de novas indústrias trabalho-intensivas que passaram a instalar unidades em estados nordestinos, muitas das quais, migrantes das regiões Sudeste e Sul, em busca de subsídios, créditos, doações, salários baixos e força de trabalho desorganizada. Todavia, com plantas mais modernas do que as fechadas nos seus locais de origem e, portanto, mais produtivas e economizadoras de mão-de-obra, pouco impacto social deverão trazer para estados e municípios “beneficiados” e nenhum (ou mesmo negativo) para a federação.

O potencial de crescimento da economia regional, portanto, ficou comprometido com a natureza dos novos investimentos e dos esquemas de financiamento (entenda-se “guerra fiscal”) adotados para sua localização. Ao mesmo tempo, permanecem os limites à expansão de indústrias já instaladas.

No que diz respeito, por exemplo, ao complexo petroquímico da Bahia, sabe-se que o tamanho do mercado interno brasileiro, em termos de renda, tem colocado grandes obstáculos ao desenvolvimento desta atividade econômica. No *front* externo, a possibilidade de expansão deste complexo é cada vez mais limitada pela existência de uma grande oferta estrutural internacional de produtos petroquímicos, de forma que a manutenção de superávits comerciais fica problematizada. Por outro lado, a nova geração de petroquímicos faz com que aumentem as necessidades de reestruturação tecnológica do pólo – o que demandaria grandes investimentos privados e/ou estatais. Uma possível retomada do crescimento econômico no país, consubstanciada por uma política de juros baixos e “câmbio real”, poderia tornar seus preços competitivos no mercado internacional, assim como aumentar a demanda doméstica e promover melhor desempenho da petroquímica baiana, podendo gerar projetos de expansão à base da química fina.

Mesmo assim, alguns setores podem expandir-se. No caso, por exemplo, da indústria da celulose, que se apresenta hoje como o setor mais promissor em termos de perspectivas de crescimento na Bahia, as características favoráveis de clima e de cultivo, proporcionam alta produtividade e competitividade à esta atividade. Novos investimentos no setor tendem a mais do que duplicar sua capacidade produtiva, provocando não só impactos ambientais mas também crescimento econômico para a região.

Outra alternativa para o crescimento econômico baiano tem se constituído nos investimentos em turismo que têm se concentrado em sua faixa litorânea e, em escala menor, na Chapada Diamantina, deixando para o espaço interiorano os investimentos em agricultura mais competitiva, que se desenvolve tanto no Oeste quanto no Submédio São Francisco. Na grande área central do semi-árido baiano, permanecem atividades em franca crise, mais vulneráveis aos

rigores das secas, somente compensadas por alguns pólos de desenvolvimento no Vale do Paraguaçu ou na mineração, em pontos-isolados.

Com a falta de políticas de desenvolvimento regional, pode-se antever a continuidade dos processos de estagnação das estruturas rurais e urbanas nas regiões centrais do estado, mormente naqueles municípios do semi-árido, caso permaneçam as atuais tendências de investimentos privados e a falta de investimentos infra-estruturais estatais, que outrora foram responsáveis pela atração de investimentos em regiões carentes de recursos naturais e de capital.

Para sustentar a tese de que o crescimento econômico de Feira não trouxe proporcionais benefícios sociais para sua população, tive que iniciar a investigação a partir dos impactos do processo de desconcentração econômica nacional sobre a região. Para tanto, analisei os efeitos das políticas governamentais sobre os perfis produtivos nordestino, baiano e local. O estudo da evolução estrutural da economia local, a partir dos anos 60, identificou as formas de inserção de sua economia nas tendências do desenvolvimento estadual, regional, nacional e internacional, mostrando relações de complementaridade e de concorrência da economia *feirense* com a economia da Região Metropolitana de Salvador e com outras regiões.

No capítulo IV, mostrei que os movimentos do capital, ocorridos no município de Feira de Santana, articulavam-se às estratégias empresariais e aos planos estabelecidos pelo Estado, como parte do processo de **desconcentração econômica**, que integrou espaços periféricos ao mercado nacional. O processo de **desconcentração**, concentrado na Bahia, também contribuiu para que novos investimentos fossem realizados no Centro Industrial do Subaé. Porém, a manifestação do caráter **desigual e combinado** dessa **desconcentração** apareceu nos volumes de investimentos e nas complementaridades intersetoriais dos mesmos, principalmente entre os gêneros instalados no CIS e a indústria da RMS.

Entre 1970 e 1985, Feira de Santana viu transformar-se e consolidar-se um **perfil industrial que, de majoritariamente produtor de bens de consumo não-duráveis, num espaço curto de tempo, passou a transformar mais produtos destinados ao consumo intermediário, insumos para outras atividades produtivas**. Esta mudança estrutural refletia o fato de que estava se processando uma modificação essencial: **a produção local deixava de ser**

comandada pelo capital mercantil, local e regional, em benefício do capital industrial, de dominação nacional e estrangeira. Todavia, a inserção subordinada (e periférica) às cadeias de reprodução do capital industrial nacional, ainda que contraditória e combinadamente, não destruiria por completo os resquícios de formas antigas de reprodução, principalmente no que concerne à sua relação com a agropecuária e com o comércio da região. Pelo contrário, quando necessário, conviveu e aproveitou-se da existência de formas não-capitalistas para viabilizar sua reprodução.

A modernização (conservadora) trazida pelos novos investimentos industriais, agropecuários e infra-estruturais, muitos deles comandados pelo próprio Estado, não pretendeu (nem poderia) modificar radicalmente as antigas estruturas de poder econômico e político, arraigadas no tecido sócio-econômico da região. As estruturas do cotidiano local e regional, todavia, teriam que ser adequadas (mais do que adequar) ao novo ritmo da produção e dos negócios, decorrentes do novo surto de industrialização, sem que houvessem avanços significativos na distribuição da renda, no acesso à terra e na generalização das relações capitalistas de produção.

No limiar dos anos 90, Feira de Santana continuava mantendo sua característica marcante de economia industrial complementar à da RMS, ainda solidária aos rumos da desconcentração. Entretanto, novas modificações substanciais no seu perfil produtivo estavam acontecendo, tanto em decorrência da crise geral, que reclamava estratégias empresariais mais objetivas, quanto do novo papel (liberal) do Estado, mas também por conta do aproveitamento das potencialidades locais e regionais.

Nos anos 90, grandes grupos, de capitais extra regionais, passaram a instalar na região de Feira de Santana unidades industriais voltadas para a produção de bens finais não duráveis. Assim, os capitais locais/regionais alocados aos gêneros do Grupo I, ficaram limitados às pequenas unidades, tradicionalmente voltadas para o mercado mais próximo, do interior, enquanto os grandes investimentos aqui se localizaram como parte de estratégias mais amplas, de conquista do mercado metropolitano e nordestino. Ou seja, **o capital forâneo que antes se interessara pela produção de bens intermediários e fizera o Grupo II hegemônico na**

estrutura industrial local, agora assume a hegemonia do Grupo I, tornando-o predominante.

Este “retorno às origens” ocorre no momento em que a produção industrial *feirense* se recupera de um período de quase estagnação. Nesse período, a geração do emprego foi insuficiente para atender a demanda. A insuficiência de postos de trabalho contribuiu para aumentar o já elevado percentual da população ocupada em atividades informais ou em subempregos.

O crescimento econômico, condição necessária mas, certamente, não suficiente para acabar com o desemprego atual, requer a implantação ou ampliação de políticas públicas compensatórias – o que não tem acontecido. Uma possível “saída”, dentro dos limites da conjuntura atual, seria incentivar a implantação de novas unidades ou ampliação da capacidade instalada da indústria *feirense*, principalmente no ramo agroalimentar, visando absorver mais mão-de-obra, apesar de as novas tecnologias e os processos de ajustes internos das empresas cada vez mais limitarem a absorção de força de trabalho.

O crescimento recente da indústria de alimentos e bebidas (produção, emprego e estabelecimentos) pode suscitar algum crescimento econômico na região, porque tende a dinamizar vínculos com outras atividades. São fábricas de diversos produtos que, ao demandarem produtos de origem animal ou vegetal, oriundos da região, contribuem para o avanço do empresariamento do campo – ainda que esta tenha sido a face mais atrasada do processo de desenvolvimento regional – e o avanço das forças produtivas.

As características da economia local, no atual contexto econômico, reduzem o leque de opções para a superação do problema da dívida social que se acumula desde os tempos em que o município ainda ensaiava sua industrialização. A resolução das carências sociais, antes proteladas, em favor de um sacrifício que teria como “prêmio” a divisão posterior de um bolo econômico pós-“milagre”, continua a desejar políticas compensatórias por parte do Estado, para a promoção de um verdadeiro desenvolvimento (econômico e, principalmente, social). Agora, porém, o Estado, em todos os níveis, possui outra determinação política...

Neste fim de século, a *precarização* do emprego em Feira de Santana reveste-se de mais dramaticidade, na medida em que o município possui um perfil populacional onde empregados com menos de 1 ano de estudo representam quase 32% do total. Aliado a isto, uma população ocupada com 70% de trabalhadores sem carteira assinada, mostra o perigoso grau de informalidade das atividades, que funcionam ao largo dos sistemas fiscais e previdenciários.

O desempenho da economia *feirense* tem rebatimentos na fiscalidade municipal, sobre a arrecadação tributária do município que, como vimos no capítulo V, depende das transferências do ICMS. Os balanços da Fazenda Municipal mostram o baixo potencial fiscal do município. A limitada capacidade de arrecadação própria, mantém crescentes as dificuldades para o atendimento das demandas sociais, assim como para incentivar a expansão das atividades econômicas. A segunda cidade baiana e a segunda aglomeração urbana não metropolitana do Nordeste, apesar de ter a quarta receita orçamentária municipal do estado, não consegue dispor de recursos para o atendimento das diversas demandas produtivas e sociais do município. Sua despesa *per capita* suplanta a receita *per capita*, adiando para um futuro incerto a amortização das dívidas sociais.

Mais de 41% de sua receita provém das transferências do ICMS e outros 20% são originários do fundo de participação dos municípios. Esta dependência reduz os horizontes do planejamento municipal e mantém a administração municipal à mercê dos atrasos e humores dos governos do estado. Com isso, cresce a necessidade de estabelecer-se gestões com os governos federal, estadual e dos municípios vizinhos, no sentido de se promover adequação dos sistemas tributários locais, dos procedimentos de fiscalização, das normas de arrecadação, etc, visando reduzir os malefícios da “guerra fiscal”, assim como organizar a repartição das despesas. Esta situação fiscal de Feira, certamente se reproduz com maior dramaticidade nos diversos municípios que compõem sua região de influência. No Aglomerado Urbano Não-Metropolitano de Feira de Santana – AUFS – o tratamento dos problemas comuns exigiria maiores recursos do que os disponibilizados pelas receitas próprias.

Mesmo assim, em virtude da incapacidade de promover mudanças estruturais nas suas finanças públicas, já que isto depende de uma reforma fiscal de âmbito nacional, o poder local

depara-se com um relativo *engessamento* de sua capacidade de aplicar escassos recursos. O fato de estar convivendo com essa adversidade econômica e social torna imperativa a busca e a definição de estratégias de desenvolvimento sócio-econômico e de gestão pública, que possam atenuar as necessidades decorrentes do crescimento da população e das atividades econômicas.

A melhoria do desempenho social, para além da crucial questão fiscal, também depende da ação isolada ou conjunta de instituições ou empresas públicas (ou privatizadas) sob a responsabilidade dos governos estadual e federal ou de grupos econômicos extra-regionais (alguns internacionais).

Essa dependência da quota-parte municipal do ICMS torna-se perigosa, na medida em que as políticas neoliberais justificam o “salve-se quem puder” – isto é, a luta contra outros municípios – para atrair, a qualquer custo, grandes empresas, na tentativa de “revelar vocações locais” e tornar-se “vencedor”, conforme consta do seu receituário. A ação coordenada de esforços entre prefeituras do AUFS, câmaras legislativas, sindicatos, representações da sociedade civil e de grandes empresas com unidades instaladas ou com intenções de investir na região, poderia ser uma saída para iniciar um processo de busca de **soluções inovadoras** que, dado o atual arranjo institucional, são impossíveis de serem alcançadas isoladamente. Um primeiro passo seria reconhecer que o AUFS precisa ter políticas concertadas, para a solução de problemas comuns a todos os municípios.

Compatibilizar competitividade e modernização com melhoria dos indicadores sociais parece ser o maior dos desafios. A inflexão do **processo de desconcentração** econômica e a crise fiscal do Estado brasileiro e, principalmente, a orientação da política econômica tiraram as prerrogativas de estabelecer políticas compensatórias. Superar este momento, onde a **liberdade** (do capital) busca sua plenitude e a **fraternidade e igualdade** são adiadas ou abandonadas, constitui o grande desafio político e econômico do final do milênio. Neste estreito campo de ação, a parceria e participação comunitária podem dar alguma sobrevida aos municípios e gerar práticas que se contraponham ao movimento hegemônico.

A epígrafe à este capítulo retrata bem, em linguagem figurada, o momento atual por que passa o país. A confusão globalizante do mundo liberal impôs o fim do nacionalismo, de um

plano de integração nacional. O Brasil, antes um país “em desenvolvimento”, hoje um “*emerging market*”, continua subdesenvolvido, precisando criar e adotar um modelo próprio de desenvolvimento que, a partir de sua própria história e das experiências de outros países, possa ajustar-se às necessidades de sua população e reduzir as desigualdades regionais e injustiças sociais. Pois, como diz Celso Furtado (1992b:19, grifos meus):

“O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um **impasse histórico** que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de **catástrofe social**. Somente um **projeto político** apoiado em conhecimento consistente da realidade social **poderá romper a sua lógica perversa.**”

Bibliografia:

- AFFONSO, Rui de Britto Álvares; e SILVA, Pedro Luiz Barros. (Orgs) (1995) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, FUNDAP/EDUNESP. (Coleção Federalismo no Brasil).
- AGUIAR, Geraldo; CARNEIRO, Ricardo; e JATOBÁ, Jorge. (1984) "Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Agrícola." In: PIMES. **Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife, SUDENE, vol. 2, Cap. 2, p.137-217.
- ALMEIDA, Aristeu Barreto de (Org) (1995) **Rômulo Almeida – O Construtor de Sonhos**. Salvador, CORECON/BA.
- ALMEIDA, Rômulo (1977). "Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio." Salvador, **Planejamento**, 5(4), out/dez.
- ARAÚJO, Luis, C.; CUNHA, José Onofre G.B.V. (1983) "Produto Interno Bruto da Região de Feira de Santana - 1970/1980". Feira de Santana, **Sitientibus**, 1(2):21-35, jan/jun.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. (1995) "Nordeste, Nordeste: Que Nordeste?" In: AFFONSO, Rui B.A.; e SILVA, P.L.B. (org) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, FUNDAP/EDUNESP, (Coleção Federalismo no Brasil). p.125-56.
- . (1994) "Nordeste: Evolução Recente da Economia Regional" in: FUNDAP/IESP. **Balanco e Perspectivas do Federalismo Fiscal no Brasil**. Recife.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de (1975) **Industrialização e Incentivos Fiscais na Bahia: Uma Tentativa de Interpretação Histórica**. Salvador, CME/UFBA, Dissertação de Mestrado;

- AZZONI, Carlos Roberto. (1997) "Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: Análise a Partir de Séries Históricas Estaduais de PIB, 1929-1995". São Paulo, **Estudos Econômicos**, 27(2)341-393, set/dez.
- . (1986) **Indústria e Reversão da Polarização no Brasil**. São Paulo, IPE/USP.
- . (1982) "Evolução das Teorias de Localização da Atividade Econômica." In: LONGO, C. A. e RIZZIERI, J. A. B. (Orgs) (1982) **Economia Urbana. Localização e Relações Intersetoriais**. São Paulo, IPE/USP. (Série Relatórios de Pesquisa, nº 9), p.69-139.
- BACELAR, Tânia; DUARTE, Renato; GUIMARÃES, Leonardo; e GOMES, Enoque. (Orgs) (1994) **O GTDN. Da Proposta à Realidade**. Ensaios sobre a Questão Regional. Recife, IPESPE/ Editora Universitária UFPE.
- BAHIA. CAR – COMPANHIA DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (1995a) **Considerações sobre Macroeconomia, Emprego e Renda no Estado da Bahia**. Salvador, CAR/SEPLANTEC, Áridas.
- BAHIA. FUNDAÇÃO CPE. (1990) "Notas Acerca da Região de Feira de Santana". Salvador, Fundação CPE, SEPLANTEC, **Carta da CPE**, nº 7, ago.
- BAHIA. INTERURB (1985a). **1º Seminário sobre o Desenvolvimento de Feira de Santana**. Salvador, INTERURB. (Cadernos Feirenses, 5 volumes).
- BAHIA. SECRETARIA DA FAZENDA. (1990a) **Comportamento das Atividades Econômicas e seus Reflexos na Arrecadação do ICMS**. Salvador, Secretaria da Fazenda/ASTEC, 1990. V.1 Indústria; V.2 Comércio; V.3 Agropecuária, V.4 Diversos.
- BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. (1998) **Diagnóstico de Municípios. Feira de Santana**. Salvador, SICM/Programa de Desenvolvimento Municipal; IPA/UNIFACS; CIS. Série Desenvolvimento Regional, nº 90. Mimeo. 2 vol.

- BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. (1992a) **Cadastro Industrial, Comercial, Agrícola e de Serviços**. Salvador, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. 2v.
- . (1985). **Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé**. Salvador, Secretaria da Indústria Comércio e Turismo.
- . (1983) **Cadastro Industrial, Comercial, Agrícola e de Serviços**. Salvador, Secretaria da Indústria, Comércio.
- BAHIA. SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (1997) **Cidades da Bahia**. Salvador, SEI. (Série Estudos e Pesquisas, nº 35)
- . (1996a). **A Bahia no Mercosul**. Salvador, SEI. (Série Estudos e Pesquisas, nº 30)
- . (1995) “Retrospectiva 1995 e Perspectivas”. Salvador, SEI, **Bahia Análise & Dados**, 5(3), dez.
- . (1994) **Informações Básicas dos Municípios Baianos**. Salvador, Centro de Estatística e Informações. Vol. 7, 11 e 14.
- . (1992). **Produto Interno Bruto 1975-1991**. Metodologia e Séries Temporais. Salvador, Centro de Estatísticas e Informações. (Série Especiais CEI).
- BAHIA INVESTIMENTOS (1996-1997). Salvador, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Governo do Estado da Bahia. Vol. III e IV, diversos números.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M.; e COUTINHO, Renata. (Orgs) (1982) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed, 2v, 1984.
- BENKO, Georges. (1996) **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo, Hucitec.

- BENKO, Georges; et LIPIETZ, Alain. (eds) (1992) **Les Régions qui Gagnent**. Paris, Presses Universitaires de France.
- BNB/ETENE. (1981) **Nordeste: As Pequenas Cidades e o Planejamento Regional**. Fortaleza, BNB. (Coordenação Brasilmar Ferreira Nunes).
- BRAGA, José Carlos S. (1993) "A Financeirização da Riqueza". Campinas, **Economia e Sociedade**, (2):25-58.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. (1985) "A Regionalização da Grande Indústria do Brasil. Recife e Salvador na Década de 70". **Revista de Economia Política**, 5(4):77-98.
- BRASIL. (1994) **Agregados Econômicos Regionais. Nordeste do Brasil. 1965-1992**. Recife, SUDENE, DPG.
- BRITTO, Antonio Batista. (1977) **Aspectos Históricos do Desenvolvimento Industrial de Feira de Santana**. Salvador, Edições CONTEMP.
- CANO, Wilson. (1997a) **Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970-1995**. Campinas, mimeo.
- . (1997b) **Introdução à Economia**. (Livro inédito) inédito, em fase de revisão final)
- . (1996) "Notas sobre o Imperialismo Hoje". Campinas, **Crítica Marxista**, 1(3).
- . (1995) "Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional no Brasil." Salvador, ANPEC, XXIII Encontro Nacional de Economia. **Anais**, Vol.2, p.628-44, dez.
- . (1994) "Concentración, Desconcentración y Descentralización en Brasil". in: FEDER. **Territórios en Transformación**. Madrid, Fondo Europeo de Desarrollo Regional.
- . (1993) **Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional**. Campinas, Ed. Unicamp. São Paulo, FAPESP.

- . (1989) “Urbanização; Sua Crise e Revisão do seu Planejamento”. São Paulo, **Revista de Economia Política**, 9(1):62-82.
- . (1985a) **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo, Global/EDUNICAMP.
- . (1985b) “Dinâmica da Economia Urbana de São Paulo: Uma Proposta de Investigação”. Rio de Janeiro, FGV, **Revista de Administração de Empresas**, 25(1):15-25, jan-mar.
- . (1977) **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, Hucitec, 3ª ed, 1990.
- CANO, Wilson; e CRUZ, Rossine. (1997) “Ribeirão Pires: Evolução Sócio-Econômica Recente, Impasses e Perspectivas”. Ribeirão Pires, Campinas, CEDE/UNICAMP e Prefeitura Municipal de R. Pires. **Fórum de Desenvolvimento Sustentado**. (01):39-67.
- . (1996) “Diadema: Evolução Sócio-Econômica Recente e Impasses Diante da Terceira Revolução Industrial”. Diadema, Prefeitura Municipal, **Cadernos de Habitação**, (1):59-76
- CARDOSO DE MELLO, João M. (1986) **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Brasiliense.
- . (1977) “Reflexões sobre a Crise Atual” in: BELLUZZO, L.G.M.; e COUTINHO, R. (Orgs) (1982) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed, 1984. v.1, p.141-58.
- CARNEIRO, Ricardo M. (1993) “Crise, Ajustamento e Estagnação. A Economia Brasileira no Período 1974-1989.” Campinas, **Economia e Sociedade**, (2):145-69, ago.
- . (1991) **Crise, Estagnação e Hiperinflação**. A Economia Brasileira nos anos 80. Campinas, IE/UNICAMP. Tese de Doutorado.
- CARNEIRO, Ricardo; SAMPAIO, Yony; e GOMES, Gustavo Maia. (1984) “Os Programas de Desenvolvimento Rural: Região Nordeste.” In: PIMES. **Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife, SUDENE, vol. 3, Cap. 2, p.87-246

- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. (1986) **A Questão Nordeste, de Tantas Soluções. O Discurso e a Prática do Planejamento Regional.** São Paulo, USP. Tese de doutoramento em Sociologia.
- CARVALHO, Inaiá M.M.; e SOUZA, Guaraci A.A. (1980) "A Produção Não-Capitalista no Desenvolvimento do Capitalismo em Salvador." in: SOUZA, G.A.A.; e FARIA, V. (Orgs) **Bahia de Todos os Pobres.** Petrópolis, Vozes. p.71-101.
- CASTRO, Antonio de Barros. (1971) **Sete Ensaios sobre Economia Brasileira.** Rio de Janeiro, Forense.
- CEPAL (1990). **Transformación Productiva con Equidad.** Santiago de Chile, CEPAL/ONU.
- CEPES/UEFS. (1993) **O CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ: Sua Evolução no Período 1985/1991 e Perspectivas da Inserção Regional nas Tendências de Desenvolvimento para a Economia Baiana.** Feira de Santana, CEPES, Projeto CIS. Convênio UEFS/SUDIC/CIS/CIFS. Relatório Final, Capítulo 1.
- CHESNAIS, FRANÇOIS. (1996) **A Mundialização do Capital.** São Paulo, Xamã.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (1990) **Complexidade de uma Urbanização Periférica.** Campinas, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado.
- CORAGGIO, José Luis. (1987) **Territorios en Transición; Crítica de la Planificación Regional en América Latina.** Quito, Ciudad.
- COSTA, Carlos Aníbal Nogueira. (1994) **Política Industrial no Brasil. 1974-1989.** Campinas, IE/UNICAMP. Tese de doutoramento.
- COSTA NETO, Armando A. (1993) **Etapa de Consolidação da Estrutura Tecnológica do Complexo Petroquímico de Camaçari.** Salvador, CME/UFBA. Dissertação de mestrado.
- COUTINHO, Luciano. (1992) "A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica." **Economia e Sociedade**, (1):69-88.

- COURLET, Claude; PECQUEUR, Bernard; e SOULAGE, Bernard. (1993) "Indústria et Dynamiques de Territoires." Paris, **Revue d'Economie Industrielle**, (64):7-21, 2º Trim.
- CRUZ, Rossine. (1996a) "Desigualdades Sociais nas Metrópoles Brasileiras. A Consolidação da Região de Campinas como Metrópole Regional". Campinas, **Cadernos da FACECA**, 5(1):128-151.
- . (1996b) "Reestruturação Industrial e Ajustes Macroeconômicos na América Latina. Lições da Experiência Mexicana Recente." Campinas, **Leituras de Economia Política**, (2):17-40.
- CTC/CDL. (1998) **Anuário Estatístico de Feira de Santana. 1998**. Feira de Santana, Centro Tecnológico do Comércio, CDL.
- DAMÁSIO, João; CRUZ, Rossine; e VALVERDE, Rosembergue. (1987) "Construção de Matrizes Interindustriais Regionais: O Exemplo da Bahia". Salvador, ANPEC, XV Encontro Nacional de Economia, **Anais**, V.II, 427-43. dez.
- DINIZ, Clélio Campolina. (1995) "A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas." Brasília, IPEA, **Texto para Discussão**, nº 375.
- . (1994) "Reversión de la Polarización y Reconcentración Regional en Brasil." in: FEDER. **Territórios en Transformación**. Madrid, Fondo Europeo de Desarrollo Regional.
- . (1991) **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração. Risco de Reconcentração**. Belo Horizonte, UFMG. Tese Apresentada ao Concurso de Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.
- DRAIBE, Sônia. (1985) **Rumos e Metamorfoses**. Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- EGLER, Cláudio. (1993) **Crise e Questão Regional no Brasil**. Campinas, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado.

- FARIA, Vilmar. (Org) (1980). **Bahia de Todos os Pobres**. Petrópolis, Vozes (co-edição com CEBRAP).
- FERNANDES, Ana Cristina. (1996) **Conflicts in Regional and Trade Policies: A Case Study of Northeast Brazil in the 1980s**. Sussex, University of Sussex. Phd Thesis.
- FAJNZYLBER, Fernando. (1989) **Industrialización en America Latina: de la "Caja Negra" al "Casillero Vacio"**. Santiago de Chile, CEPAL/ONU. (Coleção Cuadernos de la CEPAL, nº 60).
- FIEB (1995). **Industrialização na Bahia: Construindo uma Nova Estratégia**. Salvador, Federação das Indústrias do Estado da Bahia.
- . (1991) **As 200 Maiores Indústrias da Bahia**. Salvador.
- FREEMAN, Christopher; e PEREZ, Carlota. (1988) "Structural Crises of Adjustment, Business Cycles and Investment Behaviour". In: DOSI, Giovanni; FREEMAN, C.; NELSON, Richard; SILVERBERG, G.; e SOETE, Luc. (Orgs.) (1988) **Technical Change and Economic Theory**. Londres, Pinter Publisher, p. 38-66.
- FREITAS, Nacelice B. (1998) **Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização - 1970-1996**. Salvador, Mestrado em Arquitetura/UFBA. Dissertação de Mestrado.
- FUNDAÇÃO CPE (1990). "Notas Acerca da Região de Feira de Santana". Salvador, **Carta da CPE**, nº 7, SEPLANTEC.
- FURTADO, Celso. (1992a) **Brasil: A Construção Interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.
- . (1992b) "O Subdesenvolvimento Revisitado". Campinas, **Economia e Sociedade**, (1): ago. 1992.
- . (1985) **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- . (1980) **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. Enfoque Interdisciplinar. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- . (1966) **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 7ª ed, 1979.
- . (1961) **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, 4ª ed, Fundo de cultura.
- GALVÃO, Olímpio de Arrouxelas. (1984) “Integração Econômica, Comércio e Desenvolvimento Regional.” In: PIMES. **Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife, SUDENE, vol. 1, Cap. 5, p.301-76.
- GAROFOLI, Gioacchino. (1993) “Economic Development, Organization of Production and Territory”. Paris, **Revue d'Économie Industrielle**, (64):22-37, 2ª Trim.
- GATTO, Francisco. (1994) “Nuevos Elementos para la Discusión de la Problemática Regional en Argentina.” in: FEDER. **Territórios en Transformación**. Madrid, Fondo Europeo de Desarrollo Regional.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. (1994) **Repensando a Dependência**. São Paulo, Paz e Terra.
- GOMES, Gustavo Maia. (1997) **Desenvolvimento e Política Regional na União Européia**. Brasília, IPEA, (Série Texto para Discussão, nº 483).
- . (1993) **Políticas de Desenvolvimento Regional no Mundo Contemporâneo (e Algumas de suas Implicações para o Brasil)**. Rio de Janeiro, CNI.
- GOTTDIENER, Mark. (1985) **A produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo, EDUSP, 1993.
- GOTTSCHALL, Carlota; e SANTANA, Mercejane. (1990) **Considerações Gerais sobre o Centro Industrial do Subaé**. Salvador, Fundação CPE. (Série Estudos e Pesquisas, nº 11)

- GTDN. (1959) "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste". In BACELAR, Tânia; et alli (Orgs). **O GTDN. Da Proposta à Realidade**. Ensaio sobre a Questão Regional. Recife, IPESPE/ Editora Universitária UFPE, 1994, p.154-238.
- GUERRA, Osvaldo F. (1991) **Estrutura de Mercado e Estratégias Empresariais**. O Desempenho da Petroquímica Brasileira e Suas Possibilidades Futuras de Inserção Internacional. Campinas, UNICAMP. Tese de doutoramento em Economia.
- GUERRA, Osvaldo F.; e GONZALEZ, Paulo S. (1996) "Evolução Recente e Perspectivas para a Economia Baiana." **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 27(1):37-76, jan/mar.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. (1987) "Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia". **Novos Estudos CEBRAP**, (18):57-69, set.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; e CASTRO, Nadya. (1990a) "Espaços Regionais de Construção da Identidade. A Classe Trabalhadora no Brasil pós-77". in: GUIMARÃES, A.S.A. et alli. **Classes, Trabalho e Diferenciação Social: a Bahia nos Anos 80**. Salvador, CRH/UFBA. (Caderno CRH, 12)
- . (1990b) "Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste Brasileiro." in: VALLADARES, L.; e PRETECEILLE, E. (coord) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro, Nobel, p.148-67.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1996) "Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil." In: **Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia**. Campinas, ANPEC. p. 480-518.
- . (1995) "Desigualdades Regionais e Federalismo." in AFFONSO, Rui B.A.; e SILVA, P.L.B. (org) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, FUNDAP/EDUNESP, (Coleção Federalismo no Brasil). p.13-59.

- . (1993) “O Grande Capital vai a Periferia (Regiões, Conglomerados, Grandes Empresas e o Estado)”. Belo Horizonte, XXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, **Anais**, p.341-60.
- . (1989) **Introdução à Formação Econômica do Nordeste**. Da Articulação Comercial à Integração Produtiva. Recife, Massagana/Fundação Joaquim Nabuco. (Reedição de sua Tese de Doutorado defendida em 1986, junto ao IE/UNICAMP, intitulada “Nordeste: da Integração Comercial à Integração Econômica”)
- . (1984) “O Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste.” In PIMES. **Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife, SUDENE, V. 3, Cap. 1, p. 1-86, 1984.
- GUIMARÃES NETO, L.; e GALINDO, Osmil. (1992) “Quem Controla o Que na Indústria Incentivada do Nordeste?” Campos do Jordão, XX Encontro Nacional de Economia, **Anais**, Vol. 2, p.81-95, dez.
- HIRSCHMAN, Albert (1958) “Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico” in: SCHWARTZMAN, J. (1977) **Economia Regional. Textos Escolhidos**. Belo Horizonte CEDEPLAR, p.35-52
- JATOBÁ, Jorge; e REDWOOD III, John. (1984) “Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Industrial.” In PIMES (1984) **Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife, SUDENE, Vol 2, p. 03-135.
- KATZ, Jorge. (1995) “Industrial Organization, International Competitiveness and Public Policy in Latin America in the Nineties.” **Revue d'Économie Industrielle**, Numéro Spécial, (71):91-106.
- KRAYCHETE, Gabriel. (1994) “A Região Metropolitana de Salvador nos anos 80: Alguns Indicadores Econômicos e Sociais.” **Cadernos do CEAS**, (150):38-47.

- LIMA, Policarpo. (1993) "Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas." Belo Horizonte, ANPEC, XXI Encontro Nacional de Economia, **Anais**, Vol 1, 301-20, dez.
- LONGO, Carlos Alberto; e RIZZIERI, Juarez Alexandre B. (Orgs) (1982) **Economia Urbana. Localização e Relações Intersetoriais.** São Paulo, IPE/USP. (Série Relatórios de Pesquisa, nº 9)
- MARKUSEN, Ann. (1995) "Áreas de Atração de Investimentos em Espaço Econômico Cambiante: Uma Tipologia de Distritos Industriais." Belo Horizonte, **Nova Economia**, 5(2):9-44, dez.
- MARX, Karl. (1857-8) **Formações Econômicas pré-Capitalistas.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed, 1981 (Introdução de Eric Hobsbawn)
- MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira. (1997) "Dinâmica Global e Mudanças Territoriais no Estado da Bahia". Recife, VII Encontro Nacional da ANPUR, ANPUR, **Anais**, (2):929-41.
- . (1985) (Coord.) **O Subsistema Urbano-Regional de Feira de Santana.** Recife, SUDENE-CPR.
- MOREIRA, Raimundo (1979). **O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NASCIMENTO, Carla J. S. (1996) **Caracterização das Relações Formais e Informais no Mercado de Trabalho de Feira de Santana.** Salvador, CME/UFBA. Dissertação de Mestrado.
- NEGRI, Barjas (1994) **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado.
- ; e PACHECO, Carlos Alberto (1993) "Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos Anos 90: Da Interiorização do Desenvolvimento à Nova Dimensão Espacial da Indústria Paulista." Relatório Final do Projeto **Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira.** SCTDA/FECAMP, Campinas, UNICAMP.

- OLIVEIRA, Amarildo G. (1995) **Centro Industrial do Subaé. A Euforia dos Anos 70 e a Realidade dos Anos 90.** Feira de Santana, UEFS. Monografia de Graduação em Economia.
- OLIVEIRA, Francisco. (1990) "Metamorfose de Arribaça." **Novos Estudos CEBRAP**, (27):67-92, jul.
- . (1987) **O Elo Perdido.** São Paulo, Brasiliense.
- . (1977) **Elegia para uma Re(li)gião.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed, 1981.
- PACHECO, Carlos A. (1996) **A Questão Regional Brasileira pós-1980: Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional.** Campinas, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado.
- . (1996a) "Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional". **Economia e Sociedade**, Campinas, (6):113-40, jun.
- PAZ, Pedro; e RODRIGUEZ, Octávio. (1970). **Modelos de Crescimento Econômico.** Rio de Janeiro, Fórum/ILPES, 1972;
- PIMES (1984) **Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro.** Recife, SUDENE, 4v.
- PIORE, Michel.; e SABEL, Charles. (1984) **The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity.** New York, Basic Books.
- PIQUET, Rosélia Périssé da Silva. (1993) **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil.** O Papel do Estado e dos Grandes Investimentos. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- POPPINO, Rollie E. (1968) **Feira de Santana.** Salvador, Itapuã.
- PORTO, Edgard.; e CARVALHO, Edmilson. (1995) **Macrorregião de Salvador.** Salvador, SEI. Série Estudos e Projetos, nº 26)

- PRADO Jr., Caio. (1970) **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 12ª ed.
- PRESSER, Mário Ferreira. (1995) **Notas sobre a Globalização e Políticas Regionais**. Campinas, IE/UNICAMP, mimeo, dez.
- QUEVIT, Michel.; VAN DOREN, Pascale. (1993) "Stratégies d'Innovation et Référents Territoriaux". **Revue d'Économie Industrielle**, (64):38-53. 2º Trim.
- RICHARDSON, Harry W. (1969) **Economia Regional. Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- ROCHA, Sonia. (1996) "Pobreza do Brasil: Fatos Básicos e Implicações para Política Social." Campinas, **Economia e Sociedade**, (6):141-51.
- _____; e TOLOSA, Hamilton. (1993) "Núcleo-Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza." In: VELLOSO, J.P.R.; e ALBUQUERQUE, R.C., (Org) **Pobreza e Mobilidade Social**. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.
- ROSA, José Rui Gonçalves. (1997) "O Orçamento da União e o Desenvolvimento Regional." **Tributação em Revista**, 19(5):45-58, jan/mar.
- SANTOS, Valdeci Monteiro. (1997) "Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza: Diferentes Processos Recentes de Industrialização", Recife ANPUR, VII Encontro Nacional da ANPUR, **Anais**, Vol. 2, 853-77.
- SCOTT, Allen J.; e STORPER, Michael. (1988) "Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento". São Paulo, **Espaço e Debates**, (25):.....
- SCHWARTZMAN, Jacques. (1977) **Economia Regional**. Textos Escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR.
- SEBRAE. (1992) **Feira de Santana. Perfil Empresarial**. Salvador, SEBRAE/BA. Mimeo.

- SEMEGHINI, Ulysses C. (1991) **Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo**. Campinas, Editora da UNICAMP.
- SERRA, José. (1981) "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra". In: BELLUZZO, L.G.M.; e COUTINHO, R. (Orgs) (1982) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Ensaios sobre a Crise. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed, v.1, p.56-121.
- SILVA, José Graziano. (1996) **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP.
- SILVEIRA, Antonio H. Pinheiro. (1992) **A Estrutura da Indústria de Transformação na Bahia, 1978-1984. Um Exercício de Aplicação do Modelo Biproporcional Insumo-Produto**. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ. Dissertação de mestrado.
- SOUZA, Aldemir do Vale. (1988) **Política de Industrialização, Emprego e Integração Regional: o Caso do Nordeste do Brasil**. Recife, SUDENE e Instituto Josué de Castro (Série População e Emprego, nº 23).
- . (1995) **Limites e Possibilidades de Expansão do Emprego num Contexto de Integração Regional: O Caso do Nordeste do Brasil**. Campinas, IE/UNICAMP. Tese de Doutorado.
- SOUZA, Guaraci Adeodato A.; e FARIA, Vilmar. (Orgs) (1980) **Bahia de Todos os Pobres**. Petrópolis, Vozes, e São Paulo, CEBRAP. (Caderno CEBRAP, nº 34)
- STORPER, Michael.; e WALKER, Richard. (1983) "The Theory of Labor and the Theory of Location". **International Journal of Urban & Regional Research**. (7):1-41.
- SUAREZ, Marcus Alban. (1986) **Petroquímica e Tecnoburocracia**. Capítulo do **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo, Hucitec.
- SUDENE/BNB. (1988) **Desempenho da Indústria Incentivada do Nordeste**. Recife, SUDENE/BNB, Relatório de Pesquisa.

- . (1986) **O Sistema FINOR: Resultados e Sugestões de Aperfeiçoamento**. Fortaleza, BNB.
- SUDENE/PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. (1976) **Avaliação do Plano Diretor de Feira de Santana**. Recife, SUDENE; e Feira de Santana, Prefeitura Municipal de Feira de Santana.
- SUDIC. (1997) **Perfil das Empresas do Centro Industrial do Subaé – 1996**. Salvador, Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial.
- SUDIC; e CEPES/UEFS. (1994) **Perfil das Empresas do Centro Industrial do Subaé – 1993**. Salvador, Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial; e Feira de Santana, CEPES/UEFS.
- SUZIGAN, Wilson. (1989) “Condicionantes e Princípios Básicos de uma Estratégia Industrial Brasileira para a Década de 90”. São Paulo, Escola Politécnica/USP, Simpósio EPUSP sobre Modernização Tecnológica e Política Industrial, *Anais*, p.379-404.
- . (1986) **Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense
- SUZIGAN, Wilson.; e VILLELA, Annibal V. (1997) **Industrial Policy in Brazil**. Campinas, UNICAMP/IE.
- TAVARES, Maria da Conceição. (1992) “Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora.” Campinas, *Economia e Sociedade*, (1):21-57
- . (1975) **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas, Editora da Unicamp. 1985. Tese de Livre Docência apresentada à FEA-UFRJ.
- . (1972) **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 8ª ed, 1979.

- TEIXEIRA, Aloisio. (1993) **O Ajuste Impossível**. Um Estudo sobre a Desestruturação da Ordem Mundial e seu Impacto sobre o Brasil. Campinas, IE/UNICAMP. Tese de Doutorado.
- TOLOSA, Hamilton C. e ROCHA, Sonia. (1993) "Políticas de Combate à Pobreza: Experiências e Equívocos". in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs) **Pobreza e Mobilidade Social**. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.
- UEFS/SEBRAE (1998). **Perfil Empresarial de Feira de Santana**. Feira de Santana, CPDOFS/UEFS e SEBRAE.
- VILLELA, Annibal. V.; e SUZIGAN, Wilson. (1995) **Elementos para Discussão de uma Política Industrial para o Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, mimeo.
- WANDERLEY, Lívio A. (1996) "Industrialização no Nordeste e (Des)Regionalização" Fortaleza, **Revista de Economia do Nordeste**, 27(1):13-35, jan/mar.